



FPCEUC
FACULDADE DE PSICOLOGIA
E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA



**A educação e a dinâmica de auto-organização das empregadas domésticas portuguesas
do Sindicato do Serviço Doméstico (1960 - 1986)**

Antónia Celeste de Jesus Vieira

**Doutoramento em Ciências da Educação
História da Educação**

2010

Subsidiada pela FCT – Fundação da Ciência e Tecnologia.

Autor- *José Pacheco, 1979, capa.*

**FACULDADE DE PSICOLOGIA E
CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA**

**A educação e a dinâmica de auto-organização das empregadas domésticas
portuguesas do Sindicato do Serviço Doméstico (1960 - 1986)**

Antónia Celeste de Jesus Vieira

Tese de Doutoramento

2010

Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, para obtenção do grau de Doutoramento em Ciências da Educação, especialização em História Educação, realizada sob a orientação científica de: Professor Doutor António Gomes Ferreira, da Universidade de Coimbra e Professora Doutora Margarida Maria Pereira dos Santos Louro Felgueiras, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Agradecimentos

Às empregadas domésticas de Portugal, em especial àquelas que instituíram o Sindicato do Serviço Doméstico, onde esta investigação se desenvolveu, pela possibilidade que me deram de pesquisar uma época histórica da sua vida de trabalho.

Às entrevistadas/os que se disponibilizaram a recordar o seu trajecto de militância, trazendo à memória os factos vividos, o acolhimento que nos deram e ainda o interesse que demonstraram pela realização desta investigação, confiando-nos as suas relíquias devidamente conservadas e guardadas.

A todas/os as/os amigas/os de Portugal e Brasil, às ex-colegas e professores/professoras da FPCE - UP ; à USP, FCC, contactos indispensáveis para a produção desta tese.

Um agradecimento especial, aos meus orientadores, Prof. Doutor António Gomes Ferreira pela colaboração e apoio que me deu e à Prof^{ta}. Doutora Margarida Felgueiras, pela constante presença, confiança, ajuda e pelos longos diálogos de reflexão que partilhamos, pelas críticas construtivas e acima de tudo pelo ombro amigo, em que pudemos recuperar coragem para não desistir e prosseguir, o nosso bem - haja.

Aos meus amigos/as de Portugal e Brasil obrigada pelo muito que me deram em solidariedade, amizade, presença física ou virtual. Um bem-haja muito particular à Teresa Graça, Natália Henriques, Eduarda Rosa. Devo um particular agradecimento à Fina' Armada pelo apoio incondicional e pela leitura atenta de um dos capítulos e à Celeste Silva pelo acompanhamento pleno ao longo de todo o percurso deste trabalho.

À minha família, pela sua incalculável compreensão com as minhas ausências, pelo apoio material, moral e proximidade discreta. Pela sua ternura, disponibilidade permanente e pelos bons momentos de descanso que me proporcionaram para recuperar energias para conseguir atingir a meta. Duma forma muito especial à Inês e ao Pedro pelo seu carinho.

À memória dos meus pais, sempre presentes, e que desejaram na minha juventude partilhar este momento. Dedico esta tese, com muita gratidão.

Resumo

“A Educação e a dinâmica de auto-organização das empregadas domésticas portuguesas do Sindicato do Serviço Doméstico (1960 - 1985)” procura ser um contributo para o conhecimento dos processos formativos nos domínios pessoal, social e profissional de mulheres em dinâmicas de auto-organização. Para isso tomámos como objecto de estudo o grupo de mulheres que deu origem ao Sindicato de Serviço Doméstico (SSD) e à Cooperativa Operária de Prestação de Serviços – Cooperserdo. Para a contextualização do campo acabámos por constituir um outro objecto de estudo – a história da constituição do Sindicato e da Cooperativa. Acabámos por estabelecer o processo de auto-organização e analisar o trajecto daquelas activistas, para compreender os processos e as aprendizagens realizadas. Procurámos identificar os processos de auto, hetero e co-formação no contexto formal, não formal e informal e o desenvolvimento de competências a eles associados: cognitivas, de organização (gestão/acção); de participação (mobilizadoras/mobilizadas); de comunicação (autoras/intérpretes); formativas (de concepção/execução) e ainda competências profissionais acrescidas e específicas na área da alfabetização e restauração.

O estabelecimento da origem do Sindicato do Serviço Doméstico e da Cooperserdo constitui o quadro a partir do qual analisamos as experiências de vida de algumas das fundadoras e principais activistas. O processo da sua constituição permitiu identificar formações prévias, posteriormente re-investidas, mecanismos que originaram necessidades de formação e os procedimentos organizativos e educativos desencadeados para os satisfazer.

O presente trabalho é o resultado de uma investigação em história social da educação, elaborada a partir de fontes primárias e fontes secundárias diversas, assim como de fontes orais recolhidas expressamente para este estudo. Recorremos ao espólio documental do Sindicato do Serviço Doméstico (SSD) e da Cooperativa Operária de prestação de Serviços Domésticos (Cooperserdo), a entrevistas gravadas como um dos meios de recuperar as memórias do passado e a cadernos pessoais de duas das entrevistadas. Os dados recolhidos permitiram-nos entrelaçar factos e traçar a história do Sindicato, identificar as dinâmicas organizativas criadas e os processos formativos accionados e vividos pelas trabalhadoras domésticas que o instituíram. Conseguimos, ainda, precisar que o processo formativo não formal das empregadas domésticas, fundadoras do Sindicato, que tinham apenas a escolaridade obrigatória do seu tempo, começara na década de 60 do século XX, nos movimentos da Acção Católica - JOCF e LOCF. Foi essa formação que lhes possibilitou o

desenvolvimento de capacidades cognitivas, de organização e participação, através da reflexão crítica, da dinâmica de grupo e da socialização, em contextos mais amplos de relações sociais e culturais. Processos que proporcionaram a tomada de consciência de si, quanto à sua identidade pessoal e como classe profissional, que resultou em formas organizativas específicas, onde a formação esteve sempre presente.

Outras empregadas domésticas, porém, semi-analfabetas, beneficiaram da acção e criatividade das mentoras, tal como da participação no processo de construção do Sindicato. Com a realização de tarefas, como o pagamento e recebimento das quotas, o diálogo com as colegas porta a porta, foram exercitadas quanto à execução do trabalho necessário a um corpo em desenvolvimento, para atingir os objectivos de interacção, ressocialização e emancipação. A criação de um Sindicato e de uma Cooperativa em simultâneo encaminhou-as para novas aprendizagens, fora do seu contexto profissional, como dirigirem-se a órgãos governamentais e saberem exigir direitos sociais iguais aos de outros trabalhadores. Possibilitou-lhes ainda: 1.º - adquirir educação formal para além da que possuíam (4.ª classe, ciclo preparatório, 5.º ano); 2.º- obter competências cognitivas e técnicas (de escrita, comunicação, elaboração de documentos, actas, trabalho de secretariado, fazer contactos oficiais, dar entrevistas, fazer inquéritos, produzir um boletim, orientar cursos de alfabetização, etc.); 3.º - frequentar cursos temáticos; 4.º - gestão de refeitórios, creches, lavandarias e agência de serviços ao domicílio entre outros.

A trajectória percorrida por este grupo de mulheres faz sobressair um conjunto complexo de competências, adquirido nos processos de luta e de auto-organização, segundo o modelo freiriano. A formação constituiu-as como “intelectuais orgânicas”, mobilizadoras da classe, na procura dos seus direitos sociais e impulsionadoras de formas organizativas em que se entrelaçavam participação e formação.

Résumé

«L'Éducation et la dynamique d'auto-organisation des employées domestiques portugaises du Syndicat du Service Domestique (1960 - 1985) » veut être une contribution pour la connaissance des processus formatifs dans les domaines personnel, social et professionnel de femmes dans des dynamiques d'auto-organisation. Pour cela nous avons pris comme objet d'étude le groupe de femmes qui a donné origine au Syndicat de Service Domestique (SSD) et à la Coopérative Ouvrière de Prestation de Services - Cooperserdo. Pour la contextualisation du champ nous finissons par constituer un autre objet d'étude - l'histoire de la constitution du Syndicat et de la Coopérative. Nous avons fini par 'établir le processus d'auto-organisation et d'analyser le parcours de ces activistes, pour comprendre les processus et les apprentissages réalisés. Nous avons cherché à identifier les processus de l'auto, hetero et de co-formation dans le contexte d'apprentissage formel, formel et informel et le développement des compétences qui leur sont associés: cognitives, organisationnelles (gestion / action) de participation (mobilisatrices/mobilisées), de communication (comme auteurs / acteurs); formatives (de conception/exécution) et encore compétences professionnelles augmentées et spécifiques dans le secteur de l'alphabétisation et restauration. L'établissement de l'origine du Syndicat du Service Domestique et du Cooperserdo constitue le tableau à partir duquel nous analysons les expériences de vie de certaines des fondatrices et principales activistes. Le processus de sa constitution a permis d'identifier des formations préalables, ultérieurement réinvesties, des mécanismes qui ont donné lieu à des besoins de formation et les procédures organisationnelles et éducatives déchainées pour les satisfaire.

Ce travail est le résultat d'une recherche dans histoire sociale de l'éducation, élaborée à partir de sources primaires et sources secondaires diverses, ainsi que de sources orales rassemblées expressément pour cette étude. Nous faisons appel à la dépouille documentaire du Syndicat du Service Domestique (SSD) et de la Coopérative Ouvrière de prestation de Services Domestiques (Cooperserdo), à interviews enregistrées comme un des moyens de récupérer les mémoires du passé et aux cahiers personnels de deux interviewées. Les données rassemblées nous ont permis d'entrelacer des faits et de tracer l'histoire du Syndicat, d'identifier les dynamiques organisationnelles créées et les processus formatifs accionnés et vécus par les travailleuses domestiques qui l'ont institué.

Nous réussissons, encore, montrer que le processus formatif non formel des employées domestiques, fondatrices du Syndicat, qui avaient seulement la scolarité obligatoire de leur temps, avait commencé dans la décennie de 60 du siècle XX, dans les mouvements de

l'Action Catholique - JOC et LOC. Il a été cette formation qui les a rendu possible le développement des capacités cognitives, d'organisation et de participation, à travers la réflexion critique, de la dynamique de groupe et de la socialisation, dans des contextes plus suffisants de relations sociales et culturelles. Des processus qui ont permis la prise de conscience de soi-même, en ce qui concerne son identité personnelle et comme classe professionnelle, qui a résulté dans des formes organisationnelles spécifiques, où la formation a été toujours présente.

D'autres employées domestiques, néanmoins, semi-analphabètes, ont bénéficié de l'action et de la créativité des mentors, telle que de la participation dans le processus de construction du Syndicat. Avec la réalisation de tâches, comme le paiement et la réception des quotas, le dialogue avec les collègues dans la rue, ont été entraînées pour l'exécution du travail nécessaire à un corps en développement, pour atteindre les objectifs d'interaction, la ressocialização et l'émancipation. La création d'un Syndicat et d'une Coopérative en simultanée les a conduit à de nouveaux apprentissages, en dehors de son contexte professionnel, comment se diriger des agences gouvernementales et savoir exiger des droits sociaux égaux à ceux d'autres travailleurs. Il leur a rendu encore possible : 1.º - acquérir de l'éducation formelle outre à celle qu'elle possédaient (4.ème classe, le cycle préparatoire, 5.ºème année) ; 2.º- obtenir des compétences plus cognitives et techniques (d'écriture, de communication, d'élaboration de documents, de compte-rendus, de travail de secrétariat, faire des contacts officiels, donner des interviews, faire des enquêtes, produire un bulletin, guider des cours d'alphabétisation, etc.) ; 3.º - fréquenter des cours thématiques ; 4.º - gestion de réfectoires, crèches, blanchisseries et agences de services au domicile entre autres.

La trajectoire couverte par ce groupe de femmes montre un ensemble complexe de compétences, acquises dans les processus de lutte et d'auto-organisation, selon le modèle de Paulo Freire. La formation les a constitués comme des « intellectuels organiques », mobilisatrices de la classe, dans la recherche de leurs droits sociaux et qui ont stimulé des formes organisationnelles où s'entrelaçaient participation et formation.

Abstract

“The Education and the self-organization dynamics of the Portuguese house servants of the Housework Union (1960 - 1985)” intend to be a contribution to the knowledge of the formative processes in the personal, social and professional areas of women in auto-organization dynamics. In order to do that we took the group of women that gave origin to the Housework Union (SSD) and to the Cooperative of Labour Services – Cooperserdo - as a study object. To contextualize the field we constituted another study object - the history of the Union and the Cooperative constitution. We established the self-organization process and analyzed the path of those activists, to understand the accomplished processes and learning. We tried to identify the processes of self, hetero and co-formation in the formal, not formal and informal context and the development of associated abilities: cognitive, of organization (management/share); of participation (mobilizing/mobilized); of communication (as authors/actresses); formative (of conception/execution) and also enlarged and specific professional abilities in the area of literacy and catering. The establishment of the origin of the Housework Union and of Cooperserdo constitutes the picture from which we analyzed the life experiences of some of the founders and main activists. The process of its constitution allowed to identify previous formations, which were later reinvested, mechanisms that originated formation necessities and the organizational and educative procedures that were started to suit them.

The present work is the result of an inquiry in social history of education, made from primary sources and diverse secondary sources, as well as from verbal sources that were deliberately collected for this study. We evoked the documentary estate of the Housework Union (SSD) and the Cooperative of Labour Services (Cooperserdo), we also evoked recorded interviews, as one of the ways of recovering the memories of the past, and the personal notebooks of two interviewees. The collected data allowed us to interlace facts and to trace the history of the Union, to identify the organizational dynamics that were created and the formative processes that were started and lived by the domestic workers who established it. We were also able to determine that the non formal formative process of the house servants, who were the Union founders and had only the compulsory educational level of their time, started in the 60s (20th century), in the Catholic Action movements - JOCF and LOCF. It was this formation that made it possible for them to develop cognitive capacities, of organization and participation, through critical reflection, group dynamics and socialization,

in wider contexts of social and cultural relations. These processes provided self consciousness, in what personal identity is concerned and as professional class, that resulted in specific organizational forms, where the formation was always present.

However, other house servants, who were half-illiterate, benefited with the action and creativity of the mentors, as well as with the participation in the process of constructing the Union. With the accomplishment of tasks, such as paying and receiving the quotas and the dialogue with colleagues from door to door, was exercised regarding the execution of the work needed to a developing body, to reach the aims of interaction, re-socialization and emancipation. The simultaneous creation of a Union and a Cooperative directed them for new learnings, out of their professional context, such as directing governmental agencies and knowing how to demand social rights that are equal to other workers'. It also made it possible to them: 1st - to acquire formal education beyond what they had (4th year, preparatory school, 5th year); 2nd - to get cognitive abilities and techniques (of writing, communication, elaboration of documents, registers, secretarial work, making official contacts, giving interviews, making inquiries, producing a bulletin, guiding literacy courses, etc.); 3rd – attending thematic courses; 4th - management of refectories, day-care centres, laundries and agency of home delivery services, among others.

The trajectory followed by this group of women highlights a complex set of abilities, which were acquired in self-organization and fight processes, according to the Paulo Freire model. The formation constituted them as “organic intellectuals”, mobilizing the class in the search of its social rights and impelling organizational forms where participation and formation interlaced.

Índice

AGRADECIMENTOS.....	V
RESUMO	VII
RESUME.....	IX
ABSTRACT	XI
PARTE I.....	- 7 -
INTRODUÇÃO	- 7 -
1. A razão da escolha.....	- 9 -
2. Um espólio desvalorizado e esquecido.....	- 10 -
CAPÍTULO I	- 13 -
ENQUADRAMENTO TEÓRICO	- 13 -
1.INTRODUÇÃO	- 15 -
1.1.Trabalho Social: diferença entre ofício e profissão.....	- 16 -
1.2.Desvalorização das profissões maioritariamente femininas.....	- 18 -
2. A Doutrina Social da Igreja.....	- 20 -
2.1. A origem e as transformações da Doutrina Social da Igreja.....	- 27 -
2.2. A didáctica da doutrina Social da Igreja.....	- 31 -
2.3. A Doutrina Social da Igreja face ao poder político.....	- 34 -
2.4. A Doutrina Social da Igreja e a participação dos cidadãos no bem comum.....	- 36 -
2.5. A Doutrina Social da Igreja, Sindicalismo e Cooperativismo.....	- 38 -
2.6.O Concílio Vaticano II uma esperança para os “católicos progressistas”.....	- 39 -
2.7. A Igreja Portuguesa e o regime de Salazar.....	- 40 -
3. A História dos Movimentos Católicos em Portugal:.....	- 41 -
JOCF/ LOCF	- 41 -
3.1.O Movimento Operário Católico e sua acção social.....	- 43 -
3.2.O Método de Revisão de Vida Operária (RVO) e Cardijn.....	- 49 -
3.2.1. As publicações eram um instrumento de integração dos militantes.....	- 50 -
3.3.O Centro de Cultura Operária (CCO).....	- 51 -
4.O Movimento Sindical.....	- 54 -
4.1.O Movimento Sindical a nível europeu.....	- 54 -
4.2. O Movimento operário em Portugal até ao 25 de Abril 1974.....	- 55 -
4.3. O 25 de Abril e as lutas Sindicais.....	- 61 -
5.O Movimento Cooperativo.....	- 62 -
5.1. A origem das Cooperativas.....	- 63 -
5.2. As Cooperativas em Portugal.....	- 64 -
6.A Mulher e o direito de cidadania.....	- 67 -
6.1.O espaço privado.....	- 67 -
6.2.Em Portugal: a luta pelo espaço público.....	- 70 -
1.1 7. As Políticas Educativas em Portugal.....	- 72 -
7.1. A Educação: Formal, Não Formal e Informal.....	- 74 -
7.2.Educação e Alfabetização de Jovens e Adultos.....	- 77 -
7.3. A Educação Popular.....	- 80 -
7.4. A Educação Não Formal.....	- 81 -

7.5. Educação Informal e Competências	- 82 -
7.5.1. A animação sociocultural	- 86 -
CAPÍTULO II	- 89 -
REFERENCIAIS METODOLÓGICOS E FONTES	- 89 -
1. Abordagem Histórica e o Corpus Documental.....	- 91 -
1.2. A História Oral.....	- 93 -
2. Análise quantitativa e qualitativa	- 95 -
2.1. Entrevista Focus/Grupo	- 97 -
3. Fontes	- 101 -
3.1. Fontes manuscritas	- 101 -
3.1.1. Cadernos pessoais e folhas manuscritas.....	- 101 -
3.1.2. Correspondência	- 105 -
3.1.3. Actas Oficiais	- 106 -
3.2. Fontes Impressas:.....	- 107 -
3.2.1. Jornais e Boletins do SSD	- 107 -
3.2.2. Estatutos.....	- 108 -
4. Fontes orais.....	- 110 -
4.1. Entrevistas	- 110 -
4.1.1. Entrevista Focus/Grupo	- 114 -
PARTE II	- 117 -
PARA A HISTÓRIA DO SINDICATO DO SERVIÇO	- 117 -
DOMÉSTICO EM PORTUGAL	- 117 -
CAPÍTULO I	- 119 -
DE SERVIÇAIS A CRIADAS DE SERVIR	- 119 -
1. INTRODUÇÃO	- 121 -
1.1. AS SERVIÇAIS: CÓDIGO CIVIL DE 1867.....	- 123 -
1.2. O CÓDIGO ADMINISTRATIVO DE 1878.....	- 125 -
1.3. OS CENSOS DA POPULAÇÃO: AS/OS SERVIÇAIS EM NÚMEROS.....	- 127 -
QUADRO Nº1 – HOSPEDAGEM, SERVIÇO DOMÉSTICO E SIMILARES, NA CIDADE DO PORTO. -	129 -
QUADRO Nº2 – CRIADAS/OS NO DISTRITO E CIDADE DO PORTO	- 130 -
QUADRO Nº3 – CRIADAS /OS NO DISTRITO E CIDADE LISBOA (1940)	- 131 -
QUADRO Nº4 – LITERACIA DAS CRIADAS /OS NO DISTRITO E CIDADE DO PORTO (1940) -	132 -
QUADRO Nº6 - GRUPO DE IDADES, SEXO E MEIO DE VIDA NA CIDADE DO PORTO	- 134 -
<i>Fonte: CENSOS DA POPULAÇÃO, PORTO, 1940.</i>	- 134 -
<i>Fonte: CENSOS 1970 II VOL. PP.48-65</i>	- 144 -
2. AS “CRIADAS DE SERVIR” E AS SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO	- 146 -
CAPÍTULO II	- 159 -
DE CRIADAS DE SERVIR A EMPREGADAS DOMÉSTICAS	- 159 -
1. AS CRIADAS DE SERVIR E O INÍCIO DA SUA ORGANIZAÇÃO	- 161 -
2. A OPFC e o Jornal “Voz das Criadas”	- 165 -
2.1. A OPFC através dos testemunhos recolhidos	- 170 -

2. 1. 1.O que levava algumas crianças à OPFC - o caso da Gracinda	- 170 -
2.1.2. A entrada na Obra de Previdência e Formação de Criadas	- 171 -
2.2.OUTROS OLHARES SOBRE A OPFC.....	- 174 -
3.EMPREGADAS DOMÉSTICAS INSERIDAS NO MOVIMENTO DA ACÇÃO CATÓLICA: JOCF /LOCF.....	- 176 -
4. DE MILITANTE CATÓLICA A SINDICALISTA: A ACÇÃO DE CONCEIÇÃO RAMOS (1960 AO 25 DE ABRIL DE 1974).....	- 182 -
4.1. PARTICIPAÇÃO NO ENCONTRO EUROPEU DE EMPREGADAS DOMÉSTICAS (PARIS, 1973)-	186 -
5.A REPORTAGEM DO “REPÚBLICA” EM 1973, MOBILIZA AS MILITANTES DA JOCF E LOCF DE OUTRAS LOCALIDADES.....	- 188 -
5.1. JOC-F / LOC-F E O CCO ERAM UMA ESCOLA DE FORMAÇÃO	- 192 -
CAPÍTULO III	- 195 -
<i>DE EMPREGADAS DOMÉSTICAS A SINDICALISTAS</i>	- 195 -
1.O 25 DE ABRIL E A LIBERTAÇÃO DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS.....	- 197 -
1.1. ORGANIZAÇÃO DA COMISSÃO PRÓ - SINDICATO A NÍVEL NACIONAL.....	- 200 -
1.1.1. CONFLITOS ENTRE EMPREGADAS DOMÉSTICAS CATÓLICAS	- 204 -
2.A COMISSÃO PRÓ-SINDICATO ULTRAPASSA OBSTÁCULOS – A FORÇA DO TRABALHO COLECTIVO	- 208 -
2.1.ACTIVIDADE SINDICAL.....	- 208 -
2.1.1 PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS.....	- 210 -
2.1.2.OS ESTATUTOS.....	- 212 -
2.2. A SUSTENTABILIDADE DO SINDICATO: O BOLETIM INFORMATIVO E A COOPERATIVA..	- 213 -
2.2.1.O BOLETIM “AS EMPREGADAS DOMÉSTICAS”	- 213 -
2.2.2. A FUNDAÇÃO DA COOPERSERDO PARA A “RECONVERSÃO DA CLASSE”	- 215 -
3.NOTÍCIAS QUE VÊM A PÚBLICO. O EXERCÍCIO DO CONTRADITÓRIO.....	- 217 -
4. A LUTA PELA LEGALIZAÇÃO DO SINDICATO DO SERVIÇO DOMÉSTICO	- 222 -
CAPÍTULO IV	- 229 -
O DESENVOLVIMENTO SINDICAL E OS CONFLITOS INTERNOS	- 229 -
1. PUBLICAÇÃO DOS ESTATUTOS DO SSD E AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES (1976 /1979).....	- 231 -
2.DA COOPERSERDO: ESTATUTOS, REGULAMENTO E ELEIÇÕES	- 237 -
3. SINDICATO SERVIÇO DOMÉSTICO E COOPERSERDO: MULHERES EM LUTA.....	- 241 -
4.TROCA DE EXPERIÊNCIAS: MULHERES PORTUGUESAS E ESTRANGEIRAS	- 245 -
5.A ORGANIZAÇÃO DA COOPERSERDO: ‘RECONVERSÃO DA CLASSE’	- 248 -
5.1. OS CONFLITOS ENTRE AS SINDICALISTAS/COOPERATIVISTAS	- 252 -
6.A NECESSIDADE DE FORMAÇÃO	- 260 -
6.1. A PREPARAÇÃO E REALIZAÇÃO DO 1ºCONGRESSO DO SINDICATO DO SERVIÇO DOMÉSTICO	- 262 -
7.O SEGUNDO MANDATO ELEITORAL (1980-1983).....	- 269 -
7.1. PUBLICAÇÃO DO DEC - LEI Nº508/80: O CONTRACTO DO SERVIÇO DOMÉSTICO.....	- 270 -

8. A SEPARAÇÃO DO SINDICATO DO SERVIÇO DOMÉSTICO DA COOPERSERDO	273 -
8.1. ADAPTAÇÃO DOS ESTATUTOS DA COOPERSERDO AO CÓDIGO COOPERATIVO	275 -
9.A SOLIDARIEDADE DE OUTRAS ORGANIZAÇÕES À COOPERSERDO	276 -
CAPÍTULO V	281
CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS SINDICALIZADAS (1974 A 1986).....	281
1.INTRODUÇÃO	283
2.A CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS DO SSD (1974 A 1986)	285
2.1. A PROCURA DE TRABALHO: ORIGEM E MIGRAÇÃO INTERNA DAS SINDICALIZADAS..	285
PARTE III.....	295
FORMAÇÃO DE MULHERES NO CONTEXTO	295
DE MOVIMENTOS SOCIAIS – SSD E COOPERSERDO	295
CAPÍTULO I.....	297
RETOMANDO A FORMAÇÃO: PROCESSOS.....	297
CONTEÚDOS E COMPETÊNCIAS.....	297
PRIMEIRO PERÍODO - ATÉ AO 25 DE ABRIL 1974	297
1.INTRODUÇÃO	299
2.PRIMEIRO PERÍODO - ATÉ AO 25 DE ABRIL 1974	302
2.1.1. ANÁLISE GLOBAL DAS FONTES: CADERNOS PESSOAIS E ENTREVISTAS	302
2.2.DO 25 DE ABRIL 74 ATÉ 1986	304
2.2.1. DOS DOCUMENTOS, BROCHURAS, BOLETINS, ACTAS, CADERNOS PESSOAIS, ENTREVISTAS	304
3. APRENDIZAGENS FEITAS EM CONTEXTO FORMAL:	306
3.1. AS RAPARIGAS SÓ PRECISAVAM FAZER A 3ª.CLASSE	306
4. AS APRENDIZAGENS REALIZADAS NO CONTEXTO NÃO FORMAL:	308
4. 1. APRENDÍAMOS DE TUDO, A FAZER TUDO	308
4.2. PARTICIPAÇÃO: APRENDIZAGENS NO ÂMBITO RELIGIOSO	309
4.2.1. A LINGUAGEM APRENDIDA TRANSFORMA-SE EM LINGUAGEM EXPERIENCIAL	312
4.3. COMUNICAR, PEDIR/VER, JULGAR, AGIR.....	314
5. PARTICIPAR NA DINÂMICA DE ORGANIZAÇÃO GERA CAPACIDADE PARA ORGANIZAR	317
6. ORGANIZAÇÃO DO RACIOCÍNIO PARA PENSAR E DISCUTIR DEMOCRATICAMENTE	319
6.1. APRENDER A SER, PARA APRENDER	320
7. DESCOBRIRAM O SENTIDO DAS SUAS APRENDIZAGENS	323
CAPÍTULO II	329
AS COMPETÊNCIAS ADQUIRIDAS: SINDICALISTAS/COOPERADORAS	329
SEGUNDO PERÍODO - DO 25 DE ABRIL DE 1974 A 1986	329
1. INTRODUÇÃO	331
2.A AUTO-ORGANIZAÇÃO DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS.....	333

2.1. A CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS PASSOU A SER O PRIMEIRO ACTO FORMATIVO VISÍVEL	334
2.2. A “CIDADE” QUE QUERIAM CONSTRUIR UMAS COM AS OUTRAS	336
2.3. VALEU A PENA...NÃO FOI EM VÃO QUE NOS ORGANIZÁMOS	341
2.4. A FORMAÇÃO TEM DE IR AO ENCONTRO DAS MOTIVAÇÕES DOS FORMANDOS	342
3. APRENDER NA ESCOLA DA VIDA/ EDUCAÇÃO INFORMAL	345
3.1. APRENDER UMA NOVA LINGUAGEM: OS ESTATUTOS DO SSD E O TRABALHO SOLIDÁRIO	347
4. FORMAÇÃO: DAS SINDICALIZADAS E COOPERADORAS	350
4.1. ALFABETIZAÇÃO	350
4.2. ORGANIZAÇÃO/PARTICIPAÇÃO NO CURSO DE FÉRIAS	355
5. PREPARAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL DO SSD: UM MOMENTO ALTO DE PARTICIPAÇÃO COLECTIVA	360
5.1. CURSO DE FORMAÇÃO PARA EMPREGADAS DOMÉSTICAS E MULHERES-A-DIAS	363
5.2. A “MATRAFONA” PARA A 1ª. MINISTRA MARIA DE LOURDES PINTASILGO	365
5.3. SESSÃO PÚBLICA DO CONGRESSO NACIONAL DAS TRABALHADORAS DO SERVIÇO DOMÉSTICO	367
5.4. CURSO DE QUADROS	372
6.1. SEM FORMAÇÃO/EDUCAÇÃO NÃO HÁ DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	377
7. O BEM COMUM PARA TODAS	382
PARTE IV	385
CONCLUSÕES	387
1. A HISTÓRIA DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS COM HISTÓRIAS	388
2. A FORMAÇÃO NA DINÂMICA ORGANIZATIVA DO SSD	393
A IMPORTÂNCIA DA JOCF E LOCF	393
3. O SENTIDO DO SINDICATO DO SERVIÇO DOMÉSTICO E DA COOPERSERDO: ASCENSÃO SOCIAL DE UMA PROFISSÃO	398
4. A OPORTUNIDADE QUE SOUBERAM APROVEITAR OU UM SONHO QUE SE DESMORONOU	399
BIBLIOGRAFIA	403
ANEXOS	429
Anexo A	431
Anexo B	433

Parte I

Introdução

1. A razão da escolha

Esta tese intitulada “A Educação e a Dinâmica de auto-organização das empregadas domésticas portuguesas do Sindicato do Serviço Doméstico”, foca o momento histórico entre a década de sessenta e meados da década de oitenta do século XX, procurando mostrar o mundo esquecido das empregadas domésticas, no seu quotidiano de trabalho, nas lutas que levaram a cabo para a conquista de direitos sociais e laborais e os processos formativos e educativos, que decorreram das suas vivências. A falta de investigação no campo sindical, relacionado com mulheres trabalhadoras socialmente esquecidas, muitas delas analfabetas¹, motivou-nos para escrever esta “história da gente pouco importante”².

O 25 de Abril de 1974 foi o grande acontecimento nacional que pôs fim a um regime ditatorial iniciado com o Governo de António Salazar e continuado com Marcelo Caetano. A Revolução dos Cravos possibilitou a expansão, renovação e formação de instituições na sociedade civil. Quase de um dia para o outro, surgiram associações e organizações representativas da população e dos trabalhadores, tanto a nível institucional, como voluntário³.

As empregadas domésticas trabalhavam e habitavam no espaço privado da casa dos patrões, exercendo toda a espécie de serviços domésticos, apenas com base num contrato verbal. De acordo com esse contrato, era ajustado o salário, ficando as “serviçais” sujeitas aos usos e costumes do local de trabalho. Os seus contratos eram regidos pelo Código Civil de 1867 e elas não usufruíam de quaisquer direitos sociais. As alterações introduzidas no Código Civil em 1937 não beneficiaram as suas condições de trabalho nem os seus direitos sociais. Apenas em 1973 foram integradas na Segurança Social, em regime especial⁴.

Após o 25 de Abril, surgem dois Sindicatos da classe profissional das empregadas domésticas: o Sindicato do Serviço Doméstico (SSD) e o Sindicato Livre das Empregadas Domésticas (SLED). Ambos os Sindicatos foram legalizados em 1976.

Muitas foram as questões que formulámos e que deram forma à problemática a investigar. A primeira que nos surgiu foi compreender as razões da instituição de dois sindicatos da mesma profissão. Quem teria estado por trás da constituição de ambos os

¹Apenas conhecemos uma pesquisa histórica realizada até 1921, gentilmente cedido, pelo autor Olegário Paz - *Subsídios para a História das Empregadas Domésticas*, [não publicada] e o livro do mesmo autor, *Empregadas Domésticas - Mulheres em Luta*, Base - Fut, 1979.

²GALLEGO, J. - *História da Gente pouco Importante*, Lisboa, Estampa, 1993.

³STOER, Stephen - *A Educação e Mudança Social em Portugal. 1970-1980, Uma década de Transição*, Porto, Afrontamento, 1986, p.60.

⁴Decreto - Lei nº81/73 de Março de 1973.

Sindicatos? A existência de crianças e jovens na grande maioria do género feminino, assim como mulheres adultas a trabalhar na esfera privada e sem vida pública, questiona-nos sobre que factos significativos teriam contribuído para a construção da sua identidade. Uma identidade colectiva reclamada ou atribuída? Como profissão ou ocupação? Estas foram algumas das questões iniciais que se nos colocaram, quando partimos para o estudo da problemática sobre empregadas domésticas. Como é possível pensar em termos de História da Educação a organização de jovens e mulheres analfabetas ou semi analfabetas? Que competências, como e onde as adquiriram ou não, para a sua inserção na sociedade, identidade e direito de cidadania? O que levou as iniciadoras à fundação da Cooperativa Operária dos Serviços Domésticos – (Cooperserdo)? Qual teria sido o processo organizacional e formativo? Qual a organização política, religiosa ou de trabalhadores que apoiou na retaguarda a construção social das duas organizações, que lideraram? Teria sido possível a sua emergência sem apoios organizados? A dinâmica organizativa deste movimento social e os processos formativos não formais foi também uma das nossas preocupações.

O nosso percurso pessoal cruzou-se a dado momento com a história destas instituições, tendo feito parte delas: Sindicato do Serviço Doméstico e Cooperserdo. Contudo, há mais de 20 anos que saímos e não mantivemos o contacto com as duas instituições. No momento, desconhecíamos se ainda existia o Sindicato e onde se situavam as instalações do mesmo. O que se teria passado e onde se encontravam as empregadas domésticas que fundaram o Sindicato? O que teria acontecido às instalações da Sede do Sindicato do Serviço Doméstico e à Cooperativa? Rebuscamos os documentos que guardamos na arrecadação, mas eram tão insuficientes para reatar contactos de há tantos anos!

Passado algum tempo, conseguimos saber que muitas das fundadoras tinham voltado para a sua terra natal, outras tinham mudado de residência. A Sede da Cooperserdo no Porto, que, inicialmente, era na freguesia de Cedofeita, também mudara para outra freguesia, o que tornou ainda mais difícil procurar contactos, que nos permitissem realizar os nossos objectivos.

2. Um espólio desvalorizado e esquecido

A nossa persistência levou-nos a conseguir localizar algumas das ex-dirigentes e ex-delegadas sindicais. Posteriormente, também tivemos oportunidade de encontrar dirigentes da

Cooperativa, chamada agora Coopberço, ainda em actividade. Uma das iniciadoras, que permaneceu na transição dos estatutos de Cooperserdo para Coopberço, ainda habitava na Sede, no Porto. Contactámos a Coopberço e, após vários diálogos, conseguimos a cedência⁵ de toda a documentação amontoada dentro de um armário. Encontramos alguns documentos contabilísticos; folhas carimbadas justificativas do pagamento das prestações à Segurança Social das cooperadoras activas; recibos de compras; arquivo de contratos de prestação de serviços em refeitórios, escritórios ou casas particulares; alguns recortes de artigos de jornais nacionais e estrangeiros e muitos rascunhos de cartas, na sua maioria a pedir subsídios a instituições ou a departamentos autárquicos ou do Estado, assim como os livros oficiais de actas da Cooperserdo. Tivemos conhecimento que na delegação de Évora, também ainda trabalhava uma das iniciadoras. Deslocámo-nos a Évora e contactámos os actuais elementos a quem explicámos os nossos objectivos. Mais tarde, voltamos a Évora para entrevistar essa iniciadora.

Após várias deslocações a Lisboa, conseguimos ter acesso aos documentos e consultar as pastas de arquivo, ainda na mesma sala em que funcionou o SSD até aproximadamente 1990. O estado em que o material se encontrava era desolador⁶. O edifício, sobretudo no 1º andar, numa das salas revestida de azulejos antigos em que funcionava o Sindicato, com varandas para a Rua de S. Bento, encontrava-se num estado de degradação pior do que quando tinha sido ocupado, após o 25 de Abril. Dialogámos com a ex-dirigente que aí habitava. Deslocamo-nos, de luvas, máscara e panos para limpar as pastas semi-abandonadas e conseguir folhear os documentos. A dificuldade de consulta dos documentos por falta de acesso ao edifício e à sala, foi um dos obstáculos que tivemos de enfrentar durante vários meses. Mas foi gratificante o encontro de algumas das iniciadoras e a sua colaboração. Para a investigadora, o recomeçar de uma relação há muitos anos guardada no íntimo de cada uma foi reveladora da capacidade humana, intelectual e social destas mulheres trabalhadoras.

Na esteira de Certeau⁷, a operação histórica que nos dispusemos realizar tem um duplo efeito. Relatar o “lugar próprio” de um vivido, que sendo “passado”, volta a estar presente. Simultaneamente, ao exprimir a configuração do passado de um grupo e suas vivências, abre-se caminho a um lugar futuro. Os excessos cometidos numa época revolucionária, o pós 25 de

⁵ Os nossos agradecimentos à Gracinda, por nos ter confiado a documentação da Cooperserdo e aceitar ser entrevistada, por duas vezes.

⁶ No meio de dezena de gatos cheios de pulgas, que saltavam por cima das estantes, repletas de pó e humidade, papéis amarelados, urinados, um colchão, roupas, paredes e tectos caídos.

⁷ CERTEAU, Michel – “A Operação histórica”. In *Fazer História*, Vol. I, Lisboa, Bertrand, 1977, p.50.

Abril, não podem apagar os factos, a prática e as transformações operadas em cada pessoa, individual, colectiva e socialmente. Não se pode passivamente aceitar que os interesses, oportunismo e o conservadorismo latente impeçam a valorização dos acontecimentos histórico/sociais, que necessitam de ser submetidos à análise crítica da História, para poderem ser compreendidos.

Capítulo I

Enquadramento Teórico

1.Introdução

Escrever a história, quer seja de um período, de uma sociedade ou de uma pessoa, distanciados dos factos mas com testemunhas que os conservam na memória, possibilita uma interacção que socializa e, dessa maneira, fortalece “o campo da História como campo de luta”, em torno do significado das memórias sociais. A “História é também uma prática social”, diz-nos Jacques Le Goff, apresentando o pensamento de Certeau⁸ e, como reclamava Lucien Febvre, o direito dos humildes à história está na sua aplicação prática, na linha sociológica, fazendo do colectivo o horizonte da investigação científica⁹.

O distanciamento, segundo Montenegro, é importante para a escrita da História porque, enquanto uma lembrança se conserva, “é inútil fixá-la por escrito, nem mesmo fixá-la pura e simplesmente”¹⁰. Ao mesmo tempo, o autor faz-nos reflectir sobre a distinção entre História e memória e em como os documentos produzidos ou gravados influenciam reciprocamente a cultura das classes subordinadas e a cultura preponderante¹¹.

Partilhando do pensamento destes autores, consideramos importante para a História Social da Educação conhecer o percurso histórico das mulheres trabalhadoras, como acontecimento social, nos aspectos sócio-profissional e formativo-educativo.

No sentido de conceptualizar a nossa análise, debruçamo-nos, neste capítulo, sobre conceitos como: trabalho social, entre o ofício e a profissão; desvalorização das profissões exercidas maioritariamente por mulheres; origens e transformações da doutrina social da Igreja, nas suas relações com o poder político e a participação dos cidadãos na vida pública, enquadrados por movimentos católicos, e seus métodos de trabalho; o movimento sindical em Portugal antes e após o 25 de Abril; o movimento cooperativo; a mulher como sujeito de direito de cidadania, na sua luta pelo espaço público em Portugal; e, por último, as políticas educativas, incluindo a alfabetização, a educação popular, a educação não-formal e informal. A abrangência da temática levou-nos a dividir esta tese em quatro partes. Na primeira, constituída por dois capítulos desenvolve-se o enquadramento teórico, com incidência na Doutrina Social da Igreja Católica, nos movimentos sindical e cooperativo em Portugal, na luta das mulheres pelo espaço público e nas políticas educativas; no 2.º capítulo apresentamos

⁸LE GOFF, Jacques - *História e Memória*, Lisboa, Edições 70, vol. I, 1982, p.12.

⁹MENDES, A. J. - *A História como Ciência. Fontes. Metodologia e Teorização*. Coimbra Editora, 1987, p. 14.

¹⁰MONTENEGRO, António - *História Oral e Memória. A cultura popular revisitada*, S. Paulo, Editora Contexto, 2003, p.15.

¹¹Idem, *op. cit.*, p.36.

os referenciais metodológicos e as fontes que estruturam a tese. A segunda parte encontra-se estruturada em 5 capítulos onde se faz a história das empregadas do serviço doméstico, em Portugal, desde que surgiu legislação sobre as serviçais, no Código Civil 1867 até ao 25 de Abril de 1974. O capítulo terceiro incide já sobre a construção do Sindicato do Serviço Doméstico (SSD) e da Cooperativa de Prestação de Serviços Doméstico (Cooperserdo), enquanto o quarto acompanha o desenvolvimento do Sindicato, com as suas realizações e conflitos internos, até à integração do Sindicato do Serviço Doméstico no Sindicato dos Contínuos e Porteiros. A segunda parte acaba com a caracterização social das sindicalizadas até 1985. Na terceira parte, procede-se à análise formal quer das fontes documentais manuscritas ou impressas quer das fontes orais para se conhecer as dinâmicas de formação e as competências adquiridas pelas empregadas domésticas fundadoras do Sindicato, durante o percurso em que se assumiram sindicalistas/cooperativistas. Procura-se compreender as condições que os movimentos sociais criam de formação, quer de modo explícito quer pela indução de necessidades, pela criação de contextos de socialização, que os torna escolas informais de elevado valor formativo. A quarta parte apresenta as conclusões a que chegámos e os percursos possíveis para outras investigações.

1.1. Trabalho Social: diferença entre ofício e profissão

Neste passo, sintetizamos a evolução histórica do trabalho, nos últimos séculos realizada por Claude Dubar¹², a partir do conceito formulado por vários autores sociais. Antes do século XVIII, o trabalho era considerado uma arte organizada em corporações. A expansão da Universidade e a sua solidificação permitiu separar “as artes liberais” conhecidas por “profissões”, ensinadas na Universidade, e as “artes mecânicas” reconhecidas por “ofícios”. Rousseau considerou estas últimas como “as mãos que trabalham mais do que a cabeça”¹³. Mesmo no trabalho industrial o saber, aptidão e competência dos trabalhadores de cada ofício eram transmitidos por via oral e certificados pelos próprios contramestres e quadros superiores. Alain Touraine confirma que a qualificação dos operários de ofício era difícil e adquirida na experiência e aprendizagem dos saberes profissionais. Para Marx e Engels, citados pelo autor, o centro da História é o lugar das classes sociais nas relações de produção. A constituição em novos corpos intermediários das instituições profissionais foram

¹² DUBAR, Claude - *A Socialização. Construção das Identidades Sociais e Profissionais*, Porto Editora, 1997, p. 126 -146

¹³ *Idem, op., cit.*, p. 128.

reconhecidos quer pelo Estado, quer pelas famílias, como integradores e reguladores sociais. Max Weber considera a profissionalização como um dos procedimentos fundamentais da modernização. O *ofício* é “uma socialização comunitária”, em que os mestres e aprendizes eram socializados e o ofício passava de geração em geração. Os ofícios passaram a chamar-se profissões quando os/as trabalhadores/as iniciaram as sua aprendizagens de acordo com as necessidades pretendidas pela entidade patronal, com tarefas definidas e um trabalho parcelar e especializado em determinado ramo. A passagem a *profissão* é uma “socialização societária”, dependendo das tarefas, competência e especialização. Na senda de Dubar que se sustenta em Max Weber, entendemos que os ofícios de ontem sejam as profissões de hoje, porque deixaram de ser trabalhos exercidos em comum por uma família ou vizinhos na mesma localidade em que viviam.

Claude Dubar numa leitura sócio-histórica sintetiza a organização do trabalho em três categorias profissionais: os directores das empresas, que dominam o capital económico e financeiro; os profissionais do ofício, que exercem autoridade devido ao seu saber técnico; os assalariados (não profissionais ou não qualificados), duplamente excluídos da esfera do capital e do domínio legítimo da competência.

É na última categoria que se insere o trabalho das criadas de servir. Tal como outros/as trabalhadores/as não qualificados/as, há um saber oculto transmitido pelos pais, ou inicialmente pelos patrões, mas excluído da esfera do capital. O seu saber profissional é aperfeiçoado com a experiência, daí ser fundamental o acesso a uma formação, que lhes permita adquirir “saberes profissionais legítimos, sob pena de estes saberes serem banalizados, arrastando à proletarização geral dos assalariados”. Segundo Paradeise, citado por Dubar, a organização é o instrumento dos profissionais para defenderem o seu posto de trabalho e ajudarem à sustentabilidade do seu saber especializado e suas aptidões¹⁴.

A principal função dos Sindicatos é exigirem que sejam cumpridos os direitos e deveres profissionais. Através da participação dos associados e da sua mobilização, os trabalhadores conhecem, os seus direitos e lutam para que haja justiça social. Na Inglaterra, outrora, as associações profissionais eram o pilar que explicava a sua superioridade intelectual e mantinham o domínio científico. Nisbet, também citado por Dubar, reconhece ser unicamente a actividade profissional a que dá sentido ao meio envolvente em que os trabalhadores/as se movimentam.

¹⁴ DUBAR, Claude - *A Socialização. Construção das Identidades Sociais e Profissionais*, Porto Editora, 1997, p. 130.

Nesta perspectiva, as empregadas domésticas quiseram organizar-se para instituir um Sindicato de classe, que legitimasse a sua profissão e possibilitasse a sua formação -educação. Foi através da consciência de classe que desenvolvem as condições necessárias para uma acção sindical organizada. Sem uma organização de classe, como poderiam ascender à sua emancipação para adquirirem um estatuto profissional, uma vez que trabalhavam e viviam no mesmo espaço? O segundo passo a libertação do espaço privado, para adquirirem autonomia e conseguirem a sua identidade e cidadania. Na esteira de Teresa Serôdio, que cita Touraine, entendemos que essa identidade, inicialmente defendida pelas trabalhadoras, poderá progredir com as experiências de vida e consciência de classe, resultante da união interna entre “princípios complementares de acção”.

1.2.Desvalorização das profissões maioritariamente femininas

Nesta tese sobre as empregadas domésticas, coloca-se a problemática do trabalho e das profissões femininas. A este respeito, Michelle Perrot¹⁵ declara que não se encontra uma história global do trabalho feminino ou de um colectivo de trabalho. Essa história ainda não foi escrita, segundo a autora, apenas há alguns estudos com múltiplas dimensões. A mulher sempre trabalhou, sendo que, até recentemente, o local de trabalho e de habitação eram um só. A separação entre o local de trabalho e o de habitação deu-se com a emergência da industrialização, de que resultou também a desvalorização económica e social do trabalho doméstico. Necessário à reposição diária da força de trabalho, ele não é quantificado e, por isso, vai-se tornando cada vez mais invisível. No início do século XIX, em França “entre cem mulheres activas, apenas dezasseis eram domésticas”. As empregadas domésticas, apesar de ganharem mais por trabalharem e viverem no local da entidade patronal, preferiam a fábrica, pela atracção dos serviços colectivos. O trabalho nas fábricas dava-lhes a possibilidade de conviverem com outras mulheres e regressarem a sua casa no fim do trabalho, ainda que tivessem que realizar em casa todo o serviço doméstico sem ser valorizado, como ainda hoje acontece.

Perrot atesta ainda que “a história do trabalho feminino é inseparável da história da família, das relações entre os sexos e de seus papéis sociais”¹⁶ com a qual se articula. Justifica a sua afirmação ao considerar a família como o suporte da subsistência das pessoas e das suas

¹⁵ PERROT, Michelle – *A História e os Silêncios das Mulheres*, S. Paulo, Educa, 2005, p.241/244.

¹⁶ *Op., cit.*, p. 244.

lutas, muitas vezes mais do que o próprio trabalho. O trabalho tanto poderá funcionar como travão ou como impulsionador de mudança.

A profissão de empregada doméstica (criada de servir) não acompanhou as mudanças na estrutura organizacional do trabalho, introduzida pela industrialização, mantendo formas pré-modernas de patriarcado e de relações laborais, baseadas exclusivamente no contrato oral de trabalho.

Para muitas empregadas domésticas, o desejo de mudança de vida tinha contribuído para que, ainda jovens, abandonassem a agricultura e se deslocassem para as cidades em busca de uma vida melhor. Acabaram por se fixar em casa dos patrões, a servir. Ganhavam dinheiro mas não tinham vida própria. Tornaram-se cativas, por terem de residir no mesmo espaço privado dos patrões. Faltava-lhes um contrato de trabalho que salvaguardasse os seus direitos, como trabalhadoras assalariadas. Era ainda mais difícil para aquelas que, em crianças, foram obrigadas a abandonar a família e a irem trabalhar debaixo da tutela dos patrões. Estes alimentavam-nas e alojavam-nas, a troco do trabalho que realizavam.

Outras partiam, não por vontade própria, mas eram obrigadas pelos pais, que assim viam uma boca a menos em casa para vestir e alimentar, tais eram as condições de pobreza de muitas famílias com uma prole numerosa. As jovens, longe e desenraizadas do seio familiar, eram impedidas de namorar na sua juventude e de constituir família. Algumas acabavam por ficar solteiras, quase sempre analfabetas, a trabalhar e a morar na casa dos patrões, chegando a criar os filhos e os netos, como se fossem seus. As que tinham sorte, aí permaneciam até morrerem, membros dessa família sem o serem, por não conhecerem outra. A solidão, que experimentavam no dia-a-dia do seu trabalho, era mais do que uma situação objectiva. Era um estado de alma, que se revelava num certo desânimo, associado à perda de laços e de reconhecimento social. O espaço urbano poderia proporcionar proximidade entre pares da mesma geração, mas era o grande obstáculo. Carvalho (2008) alerta “para a importância social e a urgência antropológica da problemática da solidão urbana”, que coexiste nas cidades cujo trabalho não contribui para a libertação¹⁷.

Para algumas, foi a possibilidade de mudarem para a cidade, conhecerem outros ambientes e fugir aos olhares circundantes de ambientes pequenos de relação de vizinhança. E ainda ganhar o pecúlio para ajudar a família ou para um futuro diferente. Para outras, foi um

¹⁷CARVALHO, Adalberto; BAPTISTA, Isabel; PEREIRA, Paula C. (org.), “A solidão: uma ou muitas?” in *Filosofia e Pedagogia Social - A Filosofia e a Cidade*. Porto, Campo das Letras, 2008, pp.1 - 6. www.iscet.pt/osficheiros/artigo_prof_adalberto.pdf.

impedimento devido aos afectos desenvolvidos com a família que serviam, quer à ideologia conservadora que a religiosidade lhes impunha e que se sobrepôs à sua própria autonomia libertadora.

Nesta problemática, tendo em conta a formação católica da população portuguesa, assume especial relevância, para compreender a emergência de um pensamento político-sindical destas trabalhadoras, a doutrina social da Igreja e a forma como foi divulgada e apropriada nos contextos operários e rurais. É esta a questão que será tratada na secção seguinte.

2. A Doutrina Social da Igreja

Ao falarmos em doutrina, referimo-nos a um sistema de finalidades, ideias, princípios, regras, disposições relativas a um determinado aspecto do pensamento religioso, filosófico ou científico. Do ponto de vista religioso e moral, a doutrina surge como forma de unificar o pensamento, o comportamento dos membros e a sua adesão aos ensinamentos estabelecidos dentro de uma religião.

A Doutrina Social da Igreja Católica, segundo Elian Lucci é “um conjunto de princípios, critérios e directrizes de acção com o objectivo de interpretar as realidades sociais, culturais, económicas e políticas, determinando sua conformidade ou inconformidade com os ensinamentos do Evangelho sobre a pessoa humana e sua vocação terrena e transcendente” é uma utopia, enquanto projecto social impossível de alcançar¹⁸. É, sim, um conjunto de princípios, que se deve adaptar às necessidades sociais dos diferentes lugares e tempo. Assim, as suas disposições constituem-se numa aplicação dinâmica da interpretação dos textos do Novo Testamento, para agir sobre as realidades das sociedades e das culturas vigentes, ajudando a superar “a tendência para se ver a economia e a política como realidades alheias à moral” e tentando adequar a evangelização e a acção dos católicos às condições criadas pelas novas formas de produção e de organização social e política.

Nos últimos decénios, tem-se afirmado um pensamento no âmbito das preocupações sociais da Igreja Católica, cujos princípios decorrem de vários contributos provenientes de encíclicas publicadas desde finais do século XIX. Em termos gerais, podemos dizer que tais princípios se traduzem na afirmação da dignidade da pessoa humana, no bem comum, na

¹⁸ LUCCHI, Elian A. - *A globalização e a doutrina Social da Igreja*. (Em linha). Brasil. USP, actual, 2004. p.1 (Consult.Nov.2005),Disponível: <http://www.midianindependente.org.pt.blue/2004/0S/28643.shtml>.

subsidiariedade, na promoção da dignidade humana e na solidariedade.

A afirmação da dignidade da pessoa humana implica uma concepção de vida fundamentada em valores cristãos de verdade, transparência, honestidade, confiança recíproca, de liberdade como um direito natural da pessoa a ser livre mas responsável, e de justiça, entendida como vontade permanente de dar a cada um o que lhe é devido. O *bem comum* é apresentado pelo Concílio Vaticano II como “o conjunto de condições da vida social que tornam possível às associações e a cada um de seus membros obter a sua realização mais plena e o caminho mais fácil de chegar à própria perfeição”¹⁹. O que convoca para a responsabilidade de todos, exigindo a colaboração de acordo com as possibilidades de cada um/uma na procura do seu desenvolvimento, devendo apenas o Estado assegurar que tal se torne possível. Nesse sentido, torna-se relevante a necessidade de se afirmar o princípio da subsidiariedade, o que significa apoiar as pessoas, os grupos, as famílias, ou seja, os membros e as pequenas associações, as realidades territoriais locais, nos diferentes aspectos, económico, social, cultural, desportivo, recreativo, profissional e político, para que elas sejam os verdadeiros agentes de crescimento social. Como vemos, o pressuposto da solidariedade já está implícito nos discursos que afirmam os princípios anteriores. Embora a expressão tenha vindo a ser mais utilizada nos últimos decénios do século XX, não há dúvida que ela decorre de uma preocupação dos textos evangélicos. No entanto, agora ela apresenta-se não só associada ao cuidado para com os mais próximos mas também para com todos aqueles que carecem de apoio, em diferentes espaços dum mundo globalizado. A Doutrina Social da Igreja Católica é resultado de uma ancestral reflexão sobre a condição humana. Abrange a compreensão das relações sociais ao longo dos milénios, que enquadraram a formação das sociedades cristianizadas, e encontra-se consubstanciada em várias encíclicas, cartas e documentos dos pontificados de finais do século XIX ao XX. Assim, no âmbito da tese, parece-nos pertinente percorrer o pensamento social católico, a partir de alguns autores e documentos da Doutrina Social da Igreja, para compreender a sua penetração no pensamento de mulheres católicas, a lutar pelos seus direitos sociais. De realçar as respectivas encíclicas dedicadas à questão social, no contexto histórico da Igreja Católica, na época contemporânea, na tentativa de compreender os pressupostos mais firmes do pensamento que a sustenta e as nuances que caracterizam a sua evolução. Um dos momentos mais relevantes para a Igreja Católica, no séc. XX, foi, obviamente, o Concílio Vaticano II, que teve início em Outubro de

¹⁹ CONSTITUIÇÃO PASTORAL *Guadium et Spes*, artº26.

1962, com perto de cinquenta observadores não católicos e de dois mil e quinhentos e quarenta clérigos, bispos e cardeais. Na abertura do Concílio, causou já bastante impacto o discurso do Papa João XXIII, não só pela linguagem apresentada como pela esperança que provocou ao pretender tornar a Igreja presente no mundo. O Papa tornou claro que a finalidade principal do Concílio não era discutir um novo tema da doutrina fundamental da Igreja, mas o aprofundamento da doutrina existente, de forma a responder às exigências daquele tempo. Explicitava ser preciso atribuir importância à forma como se elaborava e devia apresentar a doutrina, que correspondesse ao magistério pastoral. Muito de acordo com um tempo de abertura social, ele entende que o importante para combater os erros era o uso da misericórdia e não o da severidade e pretendia um trabalho comum, que correspondesse às esperanças e às necessidades dos vários povos. Segundo João XXIII, esse trabalho requereria “serenidade de espírito, concórdia fraterna, moderação nos projectos, dignidade nas discussões e prudência nas deliberações”²⁰.

A partir do Concílio Vaticano II, de facto, houve mudanças significativas no Catolicismo provocadas pelas reformas empreendidas, que de certa forma contrariavam o esforço centralizador dos últimos séculos da Igreja. Desde logo, o Concílio não firmou dogmas, mas serviu de orientação pastoral à comunidade Católica. A mensagem papal foi dirigida simultaneamente à razão e ao coração do ser humano, empenhado na revolução técnica do século XX. As três sessões seguintes do Concílio Vaticano II já foram presididas pelo Papa Paulo VI, uma vez que entretanto havia falecido João XXIII. Estas prolongaram-se até Dezembro de 1965, tendo tido menos impacto que a primeira. No entanto, muito da abertura e do compromisso social da Igreja manter-se-ia e, na abertura da última sessão, o Papa Paulo VI anunciou a criação de um “Sínodo Episcopal” e promulgou a “Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*”, sobre a Igreja e o Mundo Contemporâneo. A “*Gaudium et Spes*” é um documento relevante para a compreensão da posição da Igreja Católica, em meados do século XX, porquanto traça a situação pastoral da Igreja contemporânea e apresenta uma visão acerca da vida económica e social dos povos. Emanada do Concílio Vaticano II, divide-se em duas partes. A primeira, apoiada em princípios doutrinários, tenta expor as relações da Igreja com o mundo contemporâneo e os povos. A segunda, tendo em consideração os aspectos da vida e da sociedade daquela época, debruça-se sobre os problemas mais urgentes, alertando, no entanto, que os assuntos tratados são transitórios e não imutáveis. Assim, defende que a

²⁰ PIERRARD, Pierre – *A História da Igreja*, Lisboa, Bertrand, 1996, p.317.

Igreja, para conseguir os seus objectivos, devia investigar os sinais dos tempos, para conhecer os dramas, as aspirações e as esperanças do mundo. De facto, aí se constata que a humanidade vive uma fase nova da sua história, na qual aconteciam profundas e rápidas transformações, que se deveriam estender progressivamente a todo o mundo. O documento considera que se estava perante uma grande transformação social e cultural, que se reflectia também na vida religiosa, provocada pela inteligência e actividade criadora do indivíduo atingindo-o, assim no seu pensar como no seu agir, quer individual quer colectivo. O documento em causa explicitava claramente o reconhecimento de uma época em grande efervescência cultural, traduzida numa transformação característica das crises de crescimento, por isso, marcada por evidentes dificuldades que, como se dizia, levava o homem a não saber escolher o seu rumo. O texto não podia ser mais claro quanto a isto: o homem, que amplia o próprio poder, nem sempre é capaz de o pôr ao seu serviço. Quando diligencia aprofundar o seu interior, aparece muitas vezes mais inseguro, descobrindo, a pouco e pouco, com maior nitidez, as leis da vida social e hesita quanto ao rumo que a esta deve imprimir²¹. Através deste documento, a Igreja católica desejava dar a sua interpretação sobre o rumo duma sociedade ameaçada cientificamente e economicamente por modelos sociais pouco condizentes com as preocupações que a sua doutrina sempre contemplara. O documento revela-se especialmente crítico face aos desenlaces duma sociedade demasiado centrada na competitividade exacerbada pela dinâmica capitalista. Não admira, pois, que a “*Gaudium et Spes*” se mostrasse bem sintonizada com preocupações sociais da sua época, destacando, nomeadamente, o valor do trabalho.

A Constituição Pastoral sublinha o trabalho humano exercido na produção, na troca dos bens económicos e na prestação de serviços, que suplanta outros factores da vida económica, que somente têm um valor instrumental. Acrescenta que o trabalho, realizado por conta própria ou ao serviço de outrem, é proveniente da pessoa que assinala, com a sua vontade, as coisas da natureza e as sujeita ao seu domínio. Na mesma linha de pensamento, apresenta a actividade económica quase sempre como fruto do trabalho articulado das pessoas, pelo que considerava injusto e desumano organizar ou dispor da mesma, de tal forma que resultasse em prejuízo para os que trabalhavam. O processo produtivo, de acordo com esta posição da Igreja, deveria atender às necessidades das pessoas, à dignidade do ser humano, à sua valorização e formação profissional. Na verdade, há uma insistência sobre a conveniência de contrariar a exploração do trabalho e de dignificar a vida do trabalhador, ainda que não se ponha em causa

²¹CONSTITUIÇÃO PASTORAL, *Gaudium et Spes*, documento do Concílio Vaticano II, aprovado na 4ª sessão do Concílio Vaticano II (14 Setº a 8 de Dezº.1965). In Pierrard, P.- *op.,cit.*,p. 318.

o sistema económico vigente. De facto, não se está perante um discurso contra o capitalismo, mas perante uma doutrina que o quer mais equilibrado e humanizado. Na “Gaudium et Spes” aconselha-se os patrões a darem possibilidade aos trabalhadores de desenvolverem os seus talentos e individualidade no desempenho do próprio trabalho. Propõe que se dê ao trabalhador tempo livre suficiente para descansar, para acompanhar a vida familiar, cultural, social e religiosa, recuperar energias e capacidades, que nem sempre é possível no desempenho profissional. O documento em causa vai mais longe nas preocupações sociais e recomenda aos patrões que deveriam pagar um salário justo ao operário, porque, sendo o fruto do seu trabalho, quando o recusavam ou retinham estavam a cometer uma grande injustiça. A remuneração deveria garantir ao homem [trabalhador] e aos seus familiares, os meios essenciais a uma vida digna quer no plano material, cultural e espiritual. Como se depreende, as recomendações da Constituição Pastoral “Gaudium et Spes” traduziam a preocupação da Igreja Católica perante as injustiças económicas e sociais, destacando a necessidade de se respeitar os direitos dos trabalhadores, como o direito à greve e à organização sindical para defesa dos seus interesses. Nesse sentido, realçava a importância da livre participação dos associados, para terem uma acção representativa e participativa na vida económica, sem estarem sujeitos a represálias. Só assim poderiam contribuir, de acordo com as suas possibilidades e aptidões, para o desenvolvimento económico e social, ou seja, para o bem comum universal. A insistência na importância da participação dos trabalhadores contemplava a possibilidade de estes recorrerem à greve como um recurso para a concretização de reivindicações justas. Todavia, esta só deveria ser utilizada depois de esgotadas a via da negociação e do diálogo, para estabelecer consensos e conciliação. Embora se evidencie uma nova linguagem e algumas novidades nesta Constituição Pastoral, as orientações aqui apresentadas inserem-se em preocupações sociais sobre as condições dos trabalhadores, que vêm no seguimento de outras encíclicas. Tal como nessas anteriores, revelam também alguma ambiguidade ao tentar conciliar direitos e deveres, que a maior parte das vezes eram antagónicos em relação ao poder estabelecido, fosse ele de natureza económica, social ou política. Na sequência da “Gaudium et Spes” e já pós conciliar, surgiu a Encíclica “Populorum Progressio”, de Paulo VI. Referia-se à conveniência de se atender ao espírito da solidariedade universal, considerando-a como um benefício e uma obrigação para o desenvolvimento da humanidade, inserindo-a no âmbito de um novo humanismo, que permitisse ao homem moderno reencontrar-se e assumir os valores do amor e da amizade, como condição da

“passagem de condições menos humanas a condições mais humanas”²². Como grande parte da humanidade continuava a viver situações de precariedade e de injustiça, a encíclica “*Populorum Progressio*” apelava aos leigos para assumirem a renovação da ordem temporal como função da Igreja. Deviam ensinar a interpretar os princípios morais, a seguir com iniciativas livres, sem esperar directrizes, inculcando de espírito cristão a mentalidade, os costumes, as leis e as estruturas da comunidade de vida. Dessa forma, os leigos deviam promover não apenas uma tarefa educativa, através da informação e formação, mas deviam assumir ainda o trabalho vivido em comum, com sofrimento e na esperança de estarem a contribuir para uma sociedade mais solidária e fraterna.

O Papa João XXIII é bem o símbolo do espírito reformista que caracterizou o Concílio Vaticano II e a Constituição Pastoral que dele saiu. A Encíclica “*Mater et Magistra*”, que fez publicar em Maio de 1961, deu o tom desse reformismo, sustentando-se na preocupação social da Igreja, proclamada em Encíclicas sociais dos seus antecessores, e ao dar importância à necessidade de se investir numa acção comprometida com o bem comum da humanidade. Reafirmou a continuidade da doutrina social da “*Rerum Novarum*”²³, nomeadamente sobre a questão operária onde mostrou a importância da doutrina da encíclica de Leão XIII, referindo que “poucas vezes as palavras de um papa tinham tido tanta ressonância universal, pela profundidade e vigor incisivo da linha de rumo apontada e das advertências feitas, as quais abriram um caminho novo à acção da Igreja”²⁴. Também deu também importância ao contributo da “*Quadragesimo Anno*”, de Pio XI, designadamente quando este se debruçou sobre o problema económico, referindo-se-lhe como tendo tido um contributo “insubstituível para a feliz solução dos problemas sociais mais urgentes e mais graves, que angustiam a família humana”²⁵.

Na verdade, ao pretender fundamentar o desafio do seu reformismo numa tradição sobre o pensamento social da Igreja, João XXIII deve ter procurado sossegar as alas mais conservadoras da Igreja Católica. O Papa tentou explicar a razão do seu procedimento como um dever de não só “conservar viva a chama acesa pelos nossos grandes predecessores” como de “precisar pontos de doutrina já expostos” no tocante “aos novos e mais importantes problemas do momento”²⁶. Face ao contexto ideológico da época, João XXIII sentiu que devia

²²PAULO VI, Encíclica *Populorum Progressio*.

²⁴ENCÍCLICA *Mater Magistra*, artº.8, Comemoração dos 70 anos da *Rerum Novarum* de Leão XIII.

²⁵ENCÍCLICA *Mater Magistra*, artº. 28.

²⁶Ibidem, artº50

encaminhar a Igreja Católica para acompanhar a dinâmica social em curso. Contudo, também sabia que não devia perder de vista o peso da história que marcava a organização que liderava. Na esteira de Fernandes, a Encíclica “Mater et Magistra” de João XXIII, é uma tentativa de modernização, sobretudo na sua linguagem, e na interpretação dos fenómenos sociais, “movendo-se claramente na linha da mais avançada sociologia”²⁷. Mas é também um documento que revela um grande cuidado em apresentar a sua filiação numa tradição católica, como que assegurando que não se inscrevia numa ruptura do sistema.

No meio de uma longa discussão entre o particular e o público, entre o âmbito da intervenção do Estado e a liberdade do indivíduo, o Papa vai optar por uma compreensão que assegure a acção das pessoas, na construção de uma sociedade mais justa e socialmente equilibrada. De algum modo, ele rejeita o liberalismo e formas de dominação económica assim como as políticas totalitárias. Apoiando-se numa leitura histórica, considerou ser uma tendência natural as pessoas associarem-se para ultrapassarem dificuldades, conseguindo dessa forma utilizar meios que individualmente não possuíam, o que teria dado origem ao surgimento, nos decénios anteriores, de movimentos, associações e instituições com finalidades económicas, culturais, sociais, desportivas, recreativas, profissionais e até políticas, em muitos países. Nesse sentido, valoriza a iniciativa das pessoas e o associativismo, que poderiam ser prejudicados pelos excessos do trabalho ou da intervenção estatal. Daí ter realçado a necessidade de o poder político criar condições para que pudessem surgir iniciativas com autonomia, em relação aos poderes públicos, tendo em vista a satisfação de interesses específicos e a colaboração mútua e subordinada às exigências do bem comum.

A Encíclica “Mater et Magistra” define um pensamento que quer, autonomia para as pessoas se associarem em torno de interesses de um colectivo, sem a tutela do Estado, como por exemplo em cooperativas. Simultaneamente, exige que o Estado seja o garante da definição de condições de liberdade de acção das pessoas, assim como o mentor de uma política económica e fiscal apropriada a uma acção reguladora. Procura um ponto de equilíbrio entre a afirmação da propriedade privada dos meios de produção e a propriedade pública, subordinando ambas ao bem comum e garantido a liberdade e a iniciativa individual dos sujeitos. Relativamente aos sistemas políticos apenas condena o totalitarismo.

Na Encíclica “Pacem in Terris”, publicada em 1963, João XXIII, vai mais longe quando se pronuncia sobre a doutrina social da Igreja Católica. Aí a sua preocupação estende-se ao

²⁷ FERNANDES, A - *Social-democracia e Doutrina Social da Igreja. Incompatíveis ou convergentes?* Lisboa, Publ. D. Quixote, 1979, p. 99.

planeta, à compreensão da relação entre as pessoas e entre os povos, chamando a atenção para os problemas mundiais, aconselhando a harmonia e o desenvolvimento assente na acção dos cidadãos, para mais facilmente reivindicarem os seus direitos e cumprirem os seus deveres, em qualquer sector da vida social. Por isso mesmo, João XXIII reformulou o princípio de subsidiariedade, apresentado na “Quadragésimo Anno”, por Pio XI, ampliando-o ao espaço planetário, pondo em evidência a ONU (Organização das Nações Unidas) e o seu trabalho em prol da unidade entre os povos. Apela à participação de todos os cidadãos na vida pública, com empenho, competência científica, capacidade técnica e perícia profissional, para bem da humanidade. A Encíclica “Pacem in Terris” teve uma grande repercussão a nível internacional. Muitos foram os que consideraram estar-se perante uma posição corajosa e digna de um humanista, que queria um mundo mais justo e solidário. O documento era portador e estava adequado a um tempo que vislumbrava esperança, que acreditava em movimentos generosos, em crescimento económico, em desenvolvimento científico, na acção dos homens e das mulheres, no entendimento dos povos. Este espírito foi o que mais marcou o sucesso do Concílio Vaticano II²⁸.

2.1. A origem e as transformações da Doutrina Social da Igreja

O cristianismo, desde a sua origem, teve a preocupação de se expressar perante os problemas sociais da humanidade. No entanto, ao longo de vários momentos da História, a Igreja Católica seguiu caminhos que aproximaram as suas posições doutrinárias dos interesses políticos subjacentes à ordem social determinada pelas forças dominantes de uma sociedade fundiária tradicionalista. No século XIX, diante das radicais perspectivas de organização da sociedade, a Igreja Católica vai tentar segurar o seu poder e a sua enorme influência, remetendo-se a um pensamento vinculado ao passado, reagindo de forma dura a tudo o que lhe parecia suspeito de modernidade. Sem negar que houve diversas tendências entre os católicos, a posição oficial da Igreja Católica, como não podia deixar de ser, alinou-se pelo discurso duro dos mais conservadores sob a tutela e o poder de Pio IX. Esta postura da Igreja derivava da dificuldade de compreender os movimentos científicos e culturais bem como as transformações sociais, em consequência do processo de industrialização. Por outro lado, os protagonistas destes movimentos também procuraram desenvolver um pensamento que, ou

²⁸ Fernandes, A. – *op. cit.*, 1979, pp.98 - 100.

estava desligado dos pressupostos em que se havia organizado o da Igreja Católica, ou militava mesmo contra o que esta tinha por fundamental. Os dilemas ideológicos, que se apresentavam, na segunda metade de oitocentos, eram de forma a suscitar posições radicais. Assim aconteceu. Os católicos mais temerosos com a racionalidade modernista firmaram-se em convicções que assegurassem a permanência do poder da Igreja Católica, nas condições que lhe haviam dado o controlo ideológico da sociedade. Em torno do Papa Pio IX organiza-se um pensamento católico que reagirá ao que cheire a modernismo, liberalismo, socialismo, a tudo que encaminhe a sociedade para um laicismo e que a exponha aos perigos do paganismo. Bem significativo deste modo de pensar é a Encíclica “Quanta Cura” e sobretudo o anexo “Syllabus Errorum” (1848). Aí são expostos dezenas de enunciados liberais, contestados pela Igreja, como, por exemplo, a reivindicação do monopólio do ensino por parte do Estado, a desregulada liberdade de culto e a consideração de que todas as religiões são equivalentes, à laicização das instituições, à separação da Igreja e do Estado. No fundo, o “Syllabus” investia sobre a sociedade moderna e temia qualquer possibilidade de pacto que conciliasse posições que retirassem à Igreja a supremacia privilegiada que ocupava face ao poder do Estado. Apesar do posicionamento radical, entre a hierarquia da Igreja e sectores progressistas da sociedade oitocentista, havia quem procurasse architectar pontes de ligação, que estabelecessem entendimentos entre o poder religioso e o Estado. Todavia, esta busca de conciliação não se mostrava fácil. Leão XIII, na primeira década do seu pontificado, parece ter sentido necessidade de prosseguir com o pensamento do seu antecessor. Na Encíclica “Inscrutabili Dei Consílio”, em 1878, lamentava que a Igreja não fosse venerada como mãe e mestra dos cristãos, como tinha sido nos séculos anteriores. Considerava que a idade moderna caminhava para o abismo, ao perder a sociedade o carácter sagrado que a religião lhe imprimira. Mas os tempos não eram favoráveis a posições tão fundadas num dogmatismo religioso e numa postura ideológica claramente do passado. A Igreja Católica experimenta acompanhar os novos tempos, introduzindo modificações, umas mais notórias que outras, que a vão aproximando das condições que caracterizam a sociedade de finais de oitocentos. Como é evidente, não se constituiu uma vaga de fundo, uma unânime vontade de mudança, mas tentativas de acompanhar novas realidades sociais. Através da Encíclica “Libertas”, em 1888, o Papa Leão XIII procurou dar uma visão católica da sociedade, integrando as instituições liberais, admitindo mesmo explorar as possibilidades de liberdade e de participação cívica, para melhor fazer vingar a causa da doutrina católica. Esta tentativa, no entanto, revelava tanto

a vontade de não perder de vista transformações, que pareciam ameaçar o poder da Igreja, como uma incompreensão da realidade decorrente das transformações sociais provocadas pela industrialização e pelo desenvolvimento duma sociedade liberal. Não podendo compreender o que se passava e não suportando o tom impiedoso das críticas radicais, que pretendiam novas ordens sociais e políticas, a Igreja Católica atribuiu às doutrinas revolucionárias a descristianização das massas, sem se aperceber da situação real em que se encontrava um operariado explorado, por uma industrialização que apenas via o homem como máquina e, por isso, precisava que alguém desse atenção à sua condição humana²⁹.

Verifica-se uma mudança de atitude por parte do Papa Leão XIII quando escreveu a Encíclica “*Rerum Novarum*”, em 1891, em relação ao que escreveu em 1892, na Encíclica “*Au Milieu des Sollicitudes*”. Neste documento pontifical, faz um pedido aos franceses para que aceitem o regime Republicano, numa altura em que os Italianos se opunham ao Republicanismo. Daí a grande dificuldade em compreender a Doutrina Social da Igreja, uma vez que é circunstancial, não podendo ser aplicada quando muda o contexto. Na introdução da *Rerum Novarum*, Leão XIII explica as razões que o levaram a pronunciar-se sobre a “*Condição dos Operários*”, da mesma forma que noutras circunstâncias tinha falado, nas suas Encíclicas³⁰, sobre “a soberania política, a liberdade humana, a constituição cristã dos Estados e outros assuntos análogos, refutando as “*opiniões erróneas e falazes*”. Explica a causa dos conflitos entre os operários e os patrões e atribuiu aos Socialistas a responsabilidade por instigarem “nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum indivíduo qualquer devem ser comuns a todos, e que a sua administração deve voltar para os Municípios ou para o Estado”³¹. A sua posição doutrinal representou o princípio da separação entre a Igreja e Estado, ao apresentar a importância do diálogo para a conciliação dos interesses antagónicos de classe, ao apelar à organização dos operários católicos para defesa dos seus direitos, para o seu aperfeiçoamento moral e religioso, a defesa da liberdade de consciência religiosa, ao admitir o direito de cada pessoa e das associações particulares. Ao mesmo tempo reconhece a sociedade civil que tem por fim o bem comum e o papel e autoridade do Estado, que deve ser acatado. O Estado aparece aqui como elemento neutro, com função reguladora e poder distinto do eclesial.

²⁹Fernandes, A. - *op. cit.*, 1979, pp. 89-90.

³⁰Encíclicas: *Diuturnum*, 1831; *Immortale Dei*, 1885; *Libertas*, 1888

³¹LEÃO XIII, *Rerum Novarum*, artº.3.

François Thuân considerou a Encíclica “Rerum Novarum” um documento social de denúncia às condições de trabalho de que estavam a ser vítimas os operários na sociedade industrial em desenvolvimento³². Esta Encíclica apontou a necessidade de reformas justas, que restituíssem ao trabalho a sua dignidade como actividade exercida com liberdade. Ao mesmo tempo, responsabilizou o Estado e a sociedade em geral pela situação de desemprego que estaria a recair sobre os operários. Quando escreve: “cada um realize a parte que lhe compete e não demore, porque o atraso poderia ainda tornar mais difícil a cura de um mal já tão grave”, envolve também a instituição: “quanto à Igreja, não deixará de modo nenhum fazer a sua quota-parte”³³.

As orientações da Encíclica “Rerum Novarum” tiveram sentido para aquela época, mas decorridos quarenta anos, a sociedade tinha sofrido grandes alterações, pelo que o Papa Pio XI sente necessidade de publicar a Encíclica “Quadragesimo Anno”. Sendo orientações para o mundo concreto, a leitura das Encíclicas terá de ter em conta o contexto social de cada período em que foram elaboradas.

González-Carvajal³⁴ faz um comentário, logo no início da sua narrativa, para argumentar que a Igreja, só a partir da Encíclica “Rerum Novarum”, que considerou ser a primeira Encíclica Social, se interessou por estes problemas. Mas, legitimamente, a Igreja, sempre reivindicou competências para se pronunciar sobre as questões económicas, sociais e políticas, como afirma Leão XIII³⁵. Segundo o mesmo autor, esta postura é consequência do processo de secularização da sociedade, em que as sociedades modernas estabeleceram, a partir dos Estados Unidos, que cada instituição teria o seu espaço próprio, não podendo interferir no campo das restantes Instituições. Logo, o espaço da Igreja Católica estaria limitado à vida íntima de cada indivíduo. A Igreja Católica não podia aceitar esta posição, pelo contrário, a legitimidade da Doutrina Social da Igreja seria de enorme importância para a sociedade, quer a nível político, económico ou social, uma vez que a sua palavra “não se situava ao mesmo nível que a palavra pronunciada pelos especialistas de cada um dos campos e não competia com os mesmos (o que terá sido um dos erros dos tempos passados), porque iluminaria o sentido último de cada actividade, as exigências éticas que deviam ser tidas em

³²THÂT François, SIRICO, Robert; Zieva, Maciej (et.al) - *A doutrina Social da Igreja*. (Em linha) Vaticano, actual 2000, (Consul.2005). I.S.B.N.8888-209-2954 62

Disponível: <http://www.thesocialagenda.org/português.artigo1.htm>.

³³LEÃO XIII, *Rerum Novarum*, artº4.

³⁴GONZALEZ-CARVAJAL, Luís “Doutrina Social de La Iglesia”, in Vidal, Marciano *cit, in, Conceptos fundamentales de ética teológica*. Madrid, Editorial Trotta, 1992, pp. 655-666.

³⁵LEÃO XIII, *Rerum Novarum*, 1891, art.12.

conta”³⁶.

O mesmo autor supra, ao pronunciar-se sobre a “*Rerum Novarum*”, de Leão XIII, chama a atenção para o facto de o Papa afirmar que se pronuncia por revelação. Relativamente à Doutrina Social da Igreja a maioria dos pontífices, menciona ser sua fonte “o direito natural e a revelação”. Lyonnet³⁷ destaca que Papa João XXIII nas encíclicas sociais, “*Mater et Magistra*” e “*Pacem in Terris*”, apresenta poucas referências bíblicas, fazendo prevalecer como fonte na prática, o direito “natural”, ao debruçar-se sobre os problemas sociais da sua época. O conhecimento crescente de outras culturas levou a que a Doutrina Social da Igreja começasse a ter dificuldade em distinguir o que procedia da “natureza” ou da “cultura”. Assim, a Doutrina Social da Igreja corre o perigo de considerar as desigualdades económicas e sociais naturais, tornando-as legítimas e levando a que cada pessoa ou o Estado se acostume e aceite, naturalmente, as desigualdades entre países pobres e países ricos. Marciano Vidal alerta-nos para a leitura da Doutrina Social da Igreja como “lei universal válida”, que faz projecções ao justificar a ordem social simplesmente de uma determinada época. Ratzinger, actual Papa Bento XVI, noutros tempos escreveu que, através do direito “natural”, entraram primeiro na teologia, e mais tarde nas declarações pontifícias, ideias alheias ao cristianismo”³⁸.

2.2. A didáctica da doutrina Social da Igreja

O método adoptado, para o ensino da doutrina social da Igreja, era o método dedutivo, uma vez que se procurava aplicar certos princípios doutrinários a situações de mudança social ou política. A Encíclica “*Rerum Novarum*”, de Leão XIII, é um dos exemplos, porque é escrita como proposta para iluminar situações, que estavam a mudar na sociedade oitocentista com a industrialização. Não podem ser consideradas ideias dogmáticas, porque só poderiam ser aplicadas naquelas circunstâncias que lhe deram origem. Cada artigo ou cláusula da Encíclica “*Rerum Novarum*” é adaptada ao seu tempo histórico e para ser aplicado naquela ocasião. Só assim, no contexto histórico, é possível compreender a linguagem utilizada, quer sobre a propriedade privada, as obrigações dos patrões e os deveres dos operários, os apelos para que

³⁶GONZALEZ-CARVAJAL - *op. cit.*, p. 656.

³⁷LYONNET, “Fundamentos bíblicos de la Constituição pastoral”, citado por Gonzalez-Carvajal, Doutrina Social da Igreja in VIDAL, Marciano, *Conceptos fundamentales de ética teológica*, Editorial Trotta, 1992, 657.

³⁸VIDAL, Marciano - *op. cit.*, p.658.

não sigam doutrinas revolucionárias de certas associações e o perigo de outras, cuja ideologia divergia dos ensinamentos doutrinários da Igreja Católica.

Chenu, citando monsenhor Pavan, chama a atenção para a diferença do método utilizado pelos Papas Pio XII, João XXIII e Paulo VI. Estes Papas vão utilizar um novo método “indutivo”, isto é, fazem a leitura da realidade à luz da palavra de Deus, que os induz, não a seguirem à letra a lei, mas o espírito da lei. As palavras de Paulo VI explicam a afirmação proferida, “não se deduz mais de princípios abstractos, observa-se a realidade, onde se tem descoberto capacidades evangélicas” pelo que “nada há mudado, pelo que tudo há mudado”³⁹.

O Papa Paulo VI, na “Encíclica Octogésima Adveniens” (1971), salientava que a Igreja, apesar das incertezas e abalos daquela época, tinha uma palavra a dizer, um estímulo a dar aos homens no seu esforço de assumir e orientar o futuro. Declarou que a época em que a Encíclica “Rerum Novarum” denunciava, de maneira explícita e com veemência, o escândalo da condição dos operários, da sociedade industrial emergente, já passara, com a evolução histórica. Contudo, tinha feito com que se adquirisse consciência, como admitiam as Encíclicas “Quadragesimo Anno” e “Mater et Magistra”, de outras grandezas e de outras utilizações da justiça social, que o Concílio Ecuménico Vaticano II se esforçou em mostrar, sobretudo na Constituição Pastoral “Gaudium et Spes”. Esta contém as conclusões do Concílio Vaticano II um contributo doutrinário, político, económico e social da Igreja Católica para toda a humanidade⁴⁰. Esta continua na mesma linha de orientação ao salientar, o que referia já na Encíclica “Populorum Progressio” (1967), “que cada um deve tomar consciência que a questão social se tornou mundial”⁴¹. Esta foi publicada numa época da descolonização dos povos de África e Ásia. Tal como aconteceu em Portugal, com a Guerra Colonial, o colonialismo e seu sistema económico fez aumentar a riqueza e o poder dos mais abastados e, conseqüentemente, a penúria dos mais pobres, aumentando as desigualdades entre regiões e povos. O Papa chamou a atenção para a obrigação da Igreja se colocar ao serviço do povo, para ajudar a captar todas as dimensões deste grave problema e para convencer da urgência de uma acção solidária, nesta viragem da história da humanidade.

Paulo VI propôs como modelo, “o desenvolvimento de todos os homens e do homem todo”, partindo da interdependência mundial. Apontava como solução para o equilíbrio

³⁹CHENU, M. D. - *La doctrine sociale de l'Église comme ideologie* citado por Gonzalez-Carvajal, Doutrina Social da Igreja in Vidal, Marciano in *Conceptos fundamentales de ética teológica*, Madrid. Editorial Trotta, 1992, p.658.

⁴⁰PAULO VI, *Octogésima Adveniens*, 1971, art.º5.

⁴¹PAULO VI, *Populorum Progressio*, 1967, art.º48.

universal, a justiça e o dever de solidariedade entre os povos e promover o progresso dos povos mais pobres. O seu pensamento profético foi sintetizado nas palavras retidas na memória de muitos, “*desenvolvimento é o novo nome da paz*”⁴². Dizer desenvolvimento, é com efeito preocupar-se tanto com o progresso social como com o crescimento económico (...) e a educação de base é o primeiro objectivo dum plano de desenvolvimento. A Igreja afirmava claramente que os dois domínios são distintos, assim como são soberanos os dois poderes, eclesiástico e civil, cada um na sua ordem. Porém, a Igreja vivendo na História, deve estar atenta aos sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho⁴³.

Na *Mater Magistra*, João XXIII refere como método, para as associações dos leigos actuarem no mundo económico e social “o ver, julgar e agir” (art.º235), explicitando que correspondem a três fases para levar à prática os princípios doutrinários. Estas são: o estudo da situação; a apreciação da mesma à luz dos princípios e por último determinar o que pode e deve ser feito. Este era o método já utilizado pela Acção Católica.

A mudança de método é visível na adaptação que os Papas fazem ao inspirarem-se nas Escrituras e no Novo Testamento e ao utilizarem uma linguagem de acordo com os problemas sociais actuais (democracia, inflação, desarmamento, bem comum universal, autoridade mundial eficaz, desenvolvimento, etc.). O questionamento aos acontecimentos, por parte da Igreja, faz com que a Doutrina Social usasse uma linguagem que se aproximava do espírito de Jesus, na época que viveu entre os homens, o que pressupõe uma contestação à injustiça, falta de solidariedade e ao poder dominante dos ricos sobre os pobres. Segundo Monzel, citado por Gonzalez-Carvajal “a conversação hermenêutica mantém-se entre as ciências sociais por um lado e as ciências bíblico/teológicas por outro”. Porém, para que o diálogo resultasse, era importante que a Igreja no seu magistério pontifício, tivesse coragem de se despossar do interesse em atingir uma independência teológica e, sem medo, se aproximasse dos sociólogos e economistas, para um diálogo formativo e informativo sobre o mundo real⁴⁴.

A Constituição Pastoral “*Gaudium et Spes*”, saída do Concílio, é a que melhor explica, na nota introdutória, os diferentes ensinamentos sociais que a Igreja formula. Sendo alguns elementos de valor permanente, outros são de valor transitório, válidos enquanto é necessário, pelo que não devem ser interpretados como imutáveis e inalteráveis, uma vez que as

⁴²Ibidem, artº75 e 87.

⁴³ PAULO VI, *Populorum Progressio*, 1967, art.º34 e 35.

⁴⁴ MONZEL, N. - *Doctrina Social*, in Gonzalo- Carvajal, *op., cit.*, p. 659.

sociedades evoluem. Gonzalez-Carvajal considera que a “Doutrina Social da Igreja” devia denominar-se “Pensamento Social Cristão”, partindo da premissa de que umas vezes trata de afirmações doutrinárias, indicando se são falsas ou verdadeiras e outras vezes manifesta-se a nível pastoral, sobre determinadas práticas, e ainda sobre os dogmas.

2.3. A Doutrina Social da Igreja face ao poder político

A Doutrina Social da Igreja definiu, nos seus princípios e objectivos, por inúmeras vezes, a sua posição face à comunidade política. No entanto, afirmou não confundir o seu ministério com a sociedade civil. A Igreja afirmava que a sua missão e competência não se confundiam com a sociedade nem estava ligada a qualquer sistema político determinado, mas era sinal e salvaguarda da transcendência da pessoa humana. Nos seus princípios, enumerou todos os sistemas políticos que não garantiam os direitos e liberdades das pessoas ou que não estavam a contribuir para a justiça social. A Constituição Pastoral “*Gaudium et Spes*” dedicou bastante atenção à questão política, pondo em destaque e fundamentando o seu dever de servir, pessoal e socialmente, os cidadãos e as cidadãs. “É de grande importância, sobretudo onde existe uma sociedade pluralística, que se tenha uma concepção exacta das relações entre a comunidade política e a Igreja, e que se distingam claramente as actividades que os fiéis, isoladamente ou em grupo, desempenham como cidadãos guiados pela sua consciência de cristãos, e aquelas que exercitam em nome da Igreja e em união com os seus pastores”⁴⁵. Segundo o pensamento da “*Gaudium et Spes*”, o desempenho por parte da comunidade civil seria mais eficaz se existisse cooperação, entre o Estado e as instituições públicas ou particulares, de acordo com as circunstâncias e as épocas em que os factos ocorressem, porque homens e mulheres vivem inseridos na história da Humanidade. Apesar de considerar que tanto a Igreja como a política são “independentes e autónomas, servem a vocação pessoal e social dos mesmos homens, pelo que devem cultivar entre si uma sã cooperação, tendo igualmente em conta as circunstâncias de lugar e tempo”, a cooperação torná-las-iam mais eficazes⁴⁶.

Essa cooperação entre a Igreja e o Estado deveria conduzir à participação dos cidadãos e cidadãs sem nenhuma forma de discriminação no campo político, para que pudessem participar livremente na gestão das coisas públicas e escolher os seus governantes. A

⁴⁵ CONSTITUIÇÃO PASTORAL *Gaudium et Spes*, 1965, art.º 76.

⁴⁶ *Ibidem*, art.º 76.

“Gaudium et Spes” pôs em destaque o acto de votar como uma acção comum dos cidadãos a favor do bem comum da Nação e dos povos, que nele participam. Desta forma, aconselha o exercício de voto na escolha dos governantes como um dever de cada um para benefício de todos/as. “É plenamente conforme com a natureza do homem que se encontrem estruturas jurídico-políticas nas quais todos os cidadãos tenham a possibilidade efectiva de participar livre e activamente, na determinação do campo e fim das várias instituições e na escolha dos governantes”⁴⁷. Também recomendou aos governantes o cuidado para não impedir nem privarem as associações familiares, sociais ou culturais “da sua actividade legítima e eficaz; pelo contrário, procurem de bom grado promovê-la ordenadamente”⁴⁸.

Por outro lado, advertiu “os cidadãos, quer individual quer associativamente, que evitem conceder à autoridade um poder excessivo, mas também não lhe peçam, de modo inoportuno, demasiadas vantagens e facilidades, de maneira a que se diminua a responsabilidade das pessoas, famílias e grupos sociais”⁴⁹. A mesma Constituição Pastoral fala das relações entre a socialização, a autonomia e desenvolvimento, que poderá ser diferente, conforme as regiões e o desenvolvimento dos povos, mas apenas por exigência do bem comum. Lembra que estas formas são sempre temporárias, devem mudar quando as circunstâncias se alteram de modo a preservar ou restabelecer a liberdade. Simultaneamente, censurou a autoridade política quando assume formas ditatoriais e totalitárias, que prejudicam “os direitos das pessoas ou dos grupos sociais”⁵⁰. A “Gaudium et Spes” faz ainda um apelo aos cidadãos para terem sempre presente o bem de toda a família humana e que devem dar o exemplo de responsabilidade e dedicação de forma a mostrarem, com casos concretos, como é possível conciliar os laços existentes entre raças, povos e nações. Lembra ainda aos cristãos que são obrigados a dar exemplo de responsabilidade e dedicação pelo bem comum, de maneira a mostrarem como a autoridade e a liberdade, a iniciativa pessoal e a solidariedade do corpo social é oportuna e proveitosa na diversidade, assim como o respeito pelas “legítimas opiniões, divergentes entre si, acerca da organização da ordem temporal dos cidadãos e grupos que as defendem honestamente”⁵¹. Chamou a atenção aos partidos políticos para promoverem “o que julgam ser exigido pelo bem comum, sem que jamais seja lícito antepor o próprio interesse ao bem comum”, recomendando para atenderem à educação cívica e política, essencial à população e sobretudo aos jovens,

⁴⁷ FERNANDES, A. – *op., cit.*, p.105.

⁴⁸ *Ibidem* – *op., cit.*, p. 106. *G.S.*, art.º75.

⁴⁹ FERNANDES, A. - *op.,cit.*,p.106.

⁵⁰ *Ibidem*, p.107.

⁵¹ CONSTITUIÇÃO PASTORAL, *Gaudium et Spes*, 1965, artº77.

para que todos os cidadãos possam participar na vida da comunidade política. Entende ser um exercício difícil, mas nobre, se for exercido sem pensar nas vantagens materiais e nos seus interesses. O Concílio, neste documento, insistiu para que os políticos usassem a “prudência contra a injustiça e a opressão, contra o domínio e a intolerância, dedicando-se a este serviço com sinceridade e equidade, caridade e fortaleza para bem de todos”⁵².

Como chama a atenção Chenu, o termo “Doutrina Social da Igreja” esteve retirado por João XXIII da *Gaudium et Spes*, mas terá sido introduzido sub-repticiamente no texto final. Segundo o autor, esta expressão está muito conotada com a ordem político-jurídica, representando a ideologia conservadora de uma certa cristandade, presente na “*Rerum Novarum*”. Opõe-se à noção de “povo de Deus”, mais presente em João XXIII e Paulo VI.

2.4. A Doutrina Social da Igreja e a participação dos cidadãos no bem comum

O Papa João XXIII, nas suas Encíclicas, destacou *o bem comum* como sendo o conjunto de acções sociais que permitiriam individual e colectivamente às comunidades familiares ou associativas alcançarem mais facilmente a perfeição. Apontou como um dos principais objectivos do poder político a realização do bem comum para “estabelecer uma vida política verdadeiramente humana, nada melhor do que fomentar sentimentos interiores de justiça e benevolência e serviço do bem comum e reforçar as convicções fundamentais acerca da verdadeira natureza da comunidade política, bem como do fim, recto exercício e limites da autoridade”⁵³. No plano nacional, apontava para a possibilidade de dar trabalho aos desempregados e um salário ajustado à inflação. Assim, seria possível manter o equilíbrio entre o comércio, a indústria, a agricultura e melhorar as condições de vida, também para as gerações futuras. A encíclica interpela o poder público para que a sua acção, no plano nacional, tenha como objectivo contribuir para o desenvolvimento dos três sectores produtivos: agricultura, indústria e serviços, “com a preocupação activa de que os cidadãos das zonas menos desenvolvidas se sintam e sejam, no maior grau possível, responsáveis e protagonistas da sua elevação económica”⁵⁴. No plano mundial, apontou a necessidade de evitar a concorrência desleal entre as economias dos vários países, que possa conduzir ao desnivelamento económico, e sugeriu a cooperação entre países, de forma a possibilitar o desenvolvimento equitativo de todos. “O problema talvez maior da época moderna é o das

⁵² Ibidem, art.º76.

⁵³ JOÃO XXIII, Encíclica *Mater Magistra*, 1961, artº73.

⁵⁴ Ibidem, artº79.

relações entre as Comunidades políticas economicamente desenvolvidas e as Comunidades políticas em via de desenvolvimento económico, as primeiras com alto nível de vida, as segundas em condições de escassez ou de miséria”⁵⁵.

João XXIII, na Encíclica “*Pacem in Terris*”, enunciou os direitos e os deveres que a Igreja considera universais, invioláveis e inalienáveis: direito à existência, o que prevê um padrão de vida digno com alimentação, vestuário, habitação, serviços sociais, saúde e tempos livres; o direito a uma velhice com dignidade, assistência na doença ou invalidez; o direito ao trabalho com salário justo, às actividades económicas, à propriedade privada e aos meios de produção. Evocou ainda o direito à liberdade de manifestação ou de pensamento, à informação e à cultura, à escolha do estado de vida e ao culto segundo a consciência de cada pessoa, assim como o direito de reunião e associação, de (e)migração e de participação na vida pública como um direito político e um contributo pessoal para o “bem comum” dos cidadãos⁵⁶.

Também na Constituição Pastoral “*Gaudium et Spes*”, o bem comum é referido como um dos principais objectivos que deveria ter a comunidade política. Isso de forma a permitir a realização da justiça social, porque “as excessivas desigualdades económicas e sociais entre os povos provocam o escândalo e são o obstáculo à justiça social, à equidade, à dignidade da pessoa humana e à paz social e internacional”⁵⁷.

Em Portugal, como noutros países, estes direitos enumerados nem sempre foram cumpridos. O Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, na carta a Salazar (1958), referiu o sistema de ditadura do nosso país como impedimento a que qualquer cidadão se pronunciasse e agisse livremente, o que automaticamente não lhe garantia os seus direitos fundamentais. D. António Ferreira Gomes pronunciou-se sobre o corporativismo, sistema que define como um corpo controlado e impedido de se manifestar, afirmando que a “Igreja comprometeu-se, não com o Estado corporativo, mas com a ordem corporativa da sociedade”⁵⁸.

“O corporativismo português foi realmente um meio de espoliar os operários do direito de associação, “de que o liberalismo os privara, e que tinham reconquistado penosa e sangrentamente”⁵⁹. A crítica do Bispo do Porto, mesmo com base na doutrina social da Igreja, teve como consequência o exílio, até à substituição de Salazar por Marcelo Caetano, confirmando de forma inequívoca o que era denunciado. Particularmente os direitos de

⁵⁵ JOÃO XXIII, *Mater et Magistra*, Lisboa, União Gráfica, p.52.

⁵⁶ JOÃO XXIII, Encíclica *Pacem in Terris*, 1963, arts., 11 a 30

⁵⁷ CONSTITUIÇÃO PASTORAL *Gaudium et Spes*, 1965, artº29.

⁵⁸ D. ANTÓNIO F.G., Bispo do Porto - *Carta a Salazar*, 1958, p.1.

⁵⁹ *Ibidem, op., cit.*, p.7.

reunião, associação, manifestação e liberdade de expressão estavam negados ao povo português, resultando ainda numa maior opressão das camadas pobres e do operariado, sem meios pacíficos de reivindicar os seus direitos.

2.5. A Doutrina Social da Igreja, Sindicalismo e Cooperativismo

O Papa Leão XIII incentivou os operários a organizarem-se e a formarem associações profissionais. Recomendou alguma prudência, aconselhando a tomarem, como regra universal, a constituição e governação de associações operárias, que proporcionassem a cada um dos associados os meios mais aptos e hábeis para conseguirem os fins a que se propunham: “que cada um aumente os bens do corpo, do espírito e da fortuna sem esquecer o aperfeiçoamento do espírito e dos costumes, e que há-de constituir a alma de todo o organismo social”⁶⁰.

A organização sindical foi recordada por Pio XI, ao aconselhar os operários cristãos a associarem-se segundo o seu ofício, como forma de oposição às associações socialistas que se apregoavam “os únicos defensores e propugnadores dos humildes e oprimidos”⁶¹. Pio XI, em 1931, ao comemorar o 40º aniversário da “*Rerum Novarum*”, publicou a Encíclica “*Quadragesimo Anno*”, em que alargou as conclusões sobre as questões sociais.

O Papa Paulo VI, na Encíclica “*Populorum Progressio*” de 26 de Março 1967, dedicou alguns artigos às Cooperativas. Eram olhadas como meios para conservarem as possibilidades técnicas e promoverem a empresa artesanal, a exploração agrícola familiar e também a empresa cooperativa. Chamou a atenção para a necessidade de se adaptarem estruturalmente ao funcionamento económico como meio de sobrevivência, assim como tinham de ter em conta o tipo dos produtos, a nova ciência e tecnologia e as exigências dos consumidores. Era necessário que os cooperadores tivessem uma boa formação, não apenas técnica mas também humana, indispensável para se organizarem profissionalmente e para exercerem uma política económica, ajustada à instrução, ao crédito, ao regime fiscal e à segurança social⁶².

O Concílio Vaticano II, através da Encíclica “*Gaudium et Spes*”, também não esqueceu a importância das cooperativas, sobretudo no sector agrícola. Havia regiões pouco desenvolvidas, com propriedades rústicas muitas delas incultas, enquanto a maioria do povo não tinha terra, ou só possuía um pequeno campo que não lhe possibilitava o aumento da produção agrícola. Os agricultores, desprovidos dos meios de produção, eram explorados

⁶⁰ LEÃO XIII, Encíclica *Rerum Novarum*, 1889, artº39.

⁶¹ PIO XI, Encíclica *Quadragesimo Anno*, 1931, artº31.

⁶² PAULO VI, Encíclica *Populorum Progressio*, 1967, art.ºs.84 a 88.

pelos intermediários, sendo forçoso reformas, conforme os casos, para aumentarem os rendimentos e a produtividade e que reforçasse a garantia do trabalho. As terras abandonadas deviam ser distribuídas para se tornarem produtivas, sendo afeiçoados os meios necessários para os agricultores se adequarem ao regime cooperativo⁶³. O Concílio defendeu:

“Entre os direitos fundamentais da pessoa humana deve contar-se o de os trabalhadores criarem livremente associações que os possam representar autenticamente e contribuir para a recta ordenação da vida económica; e ainda o direito de participar, sem risco de represálias, na actividade das mesmas. Graças a esta ordenada participação, junta com uma progressiva formação económica e social, aumentará cada vez mais em todos a consciência da própria função e dever; ela os levará a sentirem-se associados, segundo as próprias possibilidades e aptidões, a todo o trabalho de desenvolvimento económico e social e à realização do bem comum universal. Desta forma, ao surgirem conflitos económico-sociais, chegariam a uma solução pacífica, através da negociação e conciliação”⁶⁴.

2.6.O Concílio Vaticano II uma esperança para os “católicos progressistas”

O Concílio Vaticano II abriu portas à sua inserção no mundo e ao seu compromisso com os povos, sobretudo os mais desfavorecidos, assim como uma compreensão mais alargada da missão dos leigos na Igreja e na sociedade. Nos anos que se seguiram ao Concílio Vaticano II, e que foi um momento de grande esperança para todos os Católicos, várias foram as manifestações e iniciativas que se seguiram para prosseguirem a ideologia conciliar. Destacamos o caso da Igreja Holandesa, com a publicação em 1966 do seu “Catecismo Nacional”, muito afastado do modelo tradicional e que criticava Roma por refrear o dinamismo do Concílio Vaticano II. Em 1968, em Medelin realizou-se o “Conselho das Conferências Episcopais Latino-Americanas (CELAM)”. As Igrejas da América Latina eram constituídas sobretudo por pobres, que formaram Comunidades de Base e assentaram a sua prática evangélica na consciencialização do povo oprimido, com expressão dentro da Comunidade Eclesial. Fundamentaram a sua acção numa visão teológica a partir da ideia de libertação dos pobres e oprimidos, a que designaram por “Teologia da Libertação”. Nesse processo, a alfabetização dos povos era um meio indispensável à conscientização e aquisição conhecimentos para poderem lutar pela sua dignidade como pessoas, capazes de se tornarem protagonistas da sua própria libertação. Realizaram-se “Assembleias de Jovens Igrejas”, nos países Africanos, em 1969, e nos países Asiáticos, em 1970. Simultaneamente, surgiu uma

⁶³CONSTITUIÇÃO PASTORAL, *Gaudium et Spes*, 1965, artº71.

⁶⁴Ibidem, artº68.

corrente oposta, tradicionalista, formada à volta de Monsenhor Marcel Lefebvre, que rejeitou todas as orientações do Concílio. Este Bispo acabou por ser suspenso, em 1976, por ter fundado um Seminário, na Suíça, onde ordenava sacerdotes, segundo esta orientação, dando-se uma situação cismática.

Em Portugal, D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto, foi a voz mais notável de resistência à ditadura, ainda antes do Concílio. Mas foram muitos os católicos que, no seguimento da doutrina emanada do Concílio Vaticano II, se organizaram em movimentos sociais e culturais, assim como alguns padres e membros da Acção Católica, utilizando as estruturas paroquiais, e lutaram na clandestinidade pelos seus direitos e pela liberdade, contra a ditadura que imperava no país.

2.7. A Igreja Portuguesa e o regime de Salazar

Em Portugal, a aliança entre a Igreja e a Ditadura foi um entrave ao cumprimento das orientações da Doutrina Social da Igreja. Para além da Concordata existia uma estreita colaboração entre a Igreja Católica Portuguesa, dirigida pelo Cardeal Cerejeira e o Ditador, baseada na relação de amizade entre ambos e em perspectivas comuns. No ano de 1940, com o Papa Pio XII, foi assinada Concordata entre o Estado Português e a Santa Sé, que regulava por mútuo acordo “e de modo estável a situação jurídica da Igreja Católica em Portugal, para a paz e maior bem da Igreja e do Estado”⁶⁵. A partir desta aliança, os dois poderes, “corporativismo salazarista e catolicismo social”, movimentavam-se com eficiência de forma a dominarem a vida do país⁶⁶. A orientação dada aos católicos era a de que deveriam sacrificar as reivindicações políticas para conquistarem e reconhecerem as liberdades e os direitos da Igreja. Esta ideia possibilitou a Salazar, católico praticante, justificar a formação da União Nacional como uma “frente política”, com a inclusão do Centro Católico Português (CCP), monopolizando a representação política na Assembleia Nacional, uma vez que as oposições foram ilegalizadas. Assim, criou um sistema que irá servir para submeter o País a um princípio unitário - Estado e Igreja - linha mestra do seu governo ditatorial e corporativo.

Entre o episcopado português só D. António Ferreira Gomes tomou posição face à

⁶⁵ “Resolveram concluir entre si uma solene convenção que reconheça e garanta a liberdade da Igreja e salvguarde os legítimos interesses da Nação Portuguesa, inclusivamente no que respeita às Missões Católicas e ao Padroado do Oriente”, in *Concordata Missionária entre a Santa Sé e a Republica Portuguesa. Cidade do Vaticano, 7 Maio, 1940*. www.vatican.va/.../rec_seg-st_19400507_santasede-potogallo_po.html

⁶⁶ MARTINS, Moisés - *O Olho de Deus no discurso Salazarista*. Porto, Ed. Afrontamento, 1990, p. 21.

questão política, em 1958, após as eleições, de acordo com o pensamento da Doutrina Social da Igreja. Na carta que lhe dirigiu, interrogou o Chefe do Governo sobre o impedimento da Igreja ensinar a doutrina social assim como criticou o impedimento em poder aconselhar os católicos na sua formação cívica, de modo a estes poderem definir em liberdade as suas opções políticas. Por último, no rescaldo das eleições, aponta a discriminação feita a cidadãos por participarem livremente no sufrágio e as limitações impostas à missão da Igreja na formação da consciência dos católicos para com os problemas da comunidade portuguesa.

As questões enunciadas por esta voz dissonante da estrutura da Igreja Portuguesa - o Bispo do Porto - sintetizam a situação vivida em Portugal, entre 1926 e 1974, em relação à liberdade política, à participação dos cidadãos em associações de todo o tipo: culturais, sindicais ou cooperativas. A impossibilidade de organização autónoma da sociedade civil limitou também a participação dos católicos e a concretização de um pensamento social cristão. Sem pretendermos fazer o inventário da resistência dos católicos ao regime, já no final da Ditadura acontecem os casos mais mediáticos de repressão, que não conseguem ser abafados: a publicação dos Cadernos GEDOC (Grupo de Estudos e Documentação) com a prisão dos seus principais autores Padres José Felicidade Alves, Abílio Cardoso e Arq. Nuno Teotónio Pereira, em 1970; a prisão do Padre Mário de Oliveira, em 1970 e o caso da Capela do Rato, em 1972. Contudo, até que ponto a Doutrina Social da Igreja saída do Concílio se concretizou e influenciou a actividade dos católicos portugueses está ainda por avaliar. A supremacia da religiosidade tradicionalista, ligada à superstição e ao milagre, a Concordata, o entendimento entre hierarquia e poder, aliados ao analfabetismo da população dificultavam a difusão da perspectiva conciliar da Doutrina Social da Igreja. Será entre os movimentos organizados, em particular a Acção Católica e algumas congregações religiosas, que o novo pensamento social da Igreja se difunde. Após o Concílio Vaticano II, muitos foram os/as cidadãos/cidadãs que clandestinamente, quer dentro da estrutura da Igreja Católica, sobretudo na Acção Católica, quer fora dela, tentaram reunir e consciencializar os/as colegas, denunciando a repressão do regime e procurando instituir grupos e estruturas de debate e participação cívicas. Essas estruturas terão funcionado como centros de formação, simultaneamente religiosa e cívica, e terão permitido a formação de jovens operários/as, entre as quais se encontrarão também as empregadas domésticas.

3. A História dos Movimentos Católicos em Portugal:

JOCF/ LOCF

Em meados do século XIX, o clero e a aristocracia portuguesa uniram-se para autodefesa moral e filosófica e criaram a Sociedade Católica, em 1843⁶⁷. No contexto de medidas tomadas contra a Igreja e as ordens religiosas foram criados no início do sec. XX os “Centros Académicos de Democracia Cristã” (CADC) com as mesmas finalidades, destacando-se o (CADC) Coimbra, fundado em 1901. Passado cinco anos o Cardeal Patriarca discursava na sessão inaugural da nova Sede do C.A.D.C. e recordava o que tinha dito aos rapazes do CADC “que era preciso dar assalto a Portugal. E o assalto está dado”.⁶⁸ Na senda de Martins⁶⁹, os CADC passam a inserir a média burguesia letrada, o que muda a natureza da reforma moral pretendida. Deixa de ser a autodefesa social e política de uma instituição. Ir-se-á converter no “ reforço do poder da classe social que os integra.”⁷⁰ Em 1922, no II Congresso Nacional do Centro Católico, Salazar, ainda estudante católico e membro do CADC de Coimbra defendeu a tese de que o Centro deveria aceitar o regime republicano sem qualquer reserva. Essa actuação granjeou-lhe prestígio perante a sociedade da época e foi a porta aberta para a sua aceitação por parte da hierarquia católica, incluindo o futuro Cardeal Cerejeira, para o apoio da Igreja Católica à sua ascensão ao poder e à imposição do regime repressivo e ditatorial.

Após a publicação da Encíclica “Rerum Novarum”, os católicos mobilizaram-se na constituição de movimentos operários. Os “Círculos Católicos Operários” (CCO), em Portugal, foram o anteprojecto da formação de um movimento sindical católico. Estes vão aconselhar um reformismo social, que propõe o entendimento entre o capital e o trabalho, aproximando-se quer do mutualismo quer do corporativismo. A sua acção em relação ao movimento operário existente era dirigida em dois sentidos: por um lado para o reformismo social como alternativa à luta de classes e, por outro, para a luta anti-socialista, anti-sindicalista e anti-anarquista, na procura de controlo do operariado⁷¹. Entre as muitas casas que abriram em Portugal, destaca-se o primeiro Círculo Católico do Porto, que surgiu por iniciativa de Manuel Fonseca Frutuoso. Estes Círculos eram integrados pelo clero, burguesia,

⁶⁷ESTATUTOS DA SOCIEDADE CATÓLICA, artº18º, in BRAGA DA CRUZ, M. - *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, ed. Presença, 1980, p. 392.

⁶⁸ CEREJO, A. – *op., cit.*, 2002, p.43.

⁶⁹ MARTINS, M., *O Olho de Deus no discurso Salazarista*, Porto, Ed. Afrontamento, 1990, p.56.

⁷⁰O núcleo inicial era formado pelos monárquicos exilados na Bélgica. Na Revista literária *Alma Portuguesa*, surgia em subtítulo *Integralismo Lusitano*.

⁷¹GONÇALVES, Eduardo Cordeiro, *Mutualismo ou tentativa de sindicalismo católico? A propósito do Movimento dos Círculos Católicos (1898-1910)*. Porto, Revista da Faculdade de Letras, História, III série, vol.8, 2007, pp.261-272.

patrões, sobretudo do ramo industrial, e promoviam obras sociais a favor dos pobres. Os Estatutos propõem como objectivos actividades religiosas, culturais, recreativas e formativas, com pouca intervenção reivindicativa.⁷²

“O desenvolvimento do espírito religioso e da fé católica entre os associados; a introdução de aulas nocturnas onde igualmente seja ministrada a educação cristã; projecta-se a realização de conferências e colóquios sobre os deveres dos patrões e operários, o desenvolvimento das artes e ofícios, a economia doméstica, a educação das crianças, os deveres dos pais; a organização de distrações, tais como jogos úteis e inocentes e aulas de música; determina-se a criação de uma biblioteca, provida de livros que tratem do desenvolvimento das artes e dos ofícios” (art.º2).

Em 1903, é publicado o primeiro número do Jornal intitulado “O Grito do Povo”. Sobressai, logo na primeira página, uma frase elucidativa da linha editorial do jornal - “Viva a união do trabalho e do capital contra a Greve”. Esta frase era inspirada na Encíclica “Rerum Novarum”, em que o Papa Leão XIII afirmara como erro capital acreditar que as duas classes eram antagónicas. Após a Implantação da República, em 1910, os “Círculos Católicos Operários” foram aniquilados não tanto pelo anticlericalismo, mas sobretudo pela forma como abordavam a questão social e como se tentavam implantar no meio operário. Os sócios ordinários do “Círculo Católico Operário do Porto” ficaram registados em livro,⁷³ no qual consta o nome de 44 “serviçais associadas”, entre as diversas profissões registadas na altura⁷⁴. O que mostra que o movimento tinha influência também entre as empregadas domésticas.

3.1.O Movimento Operário Católico e sua acção social

Nos anos 30, assistimos ao emergir de novas expressões de catolicismo social, que se manifestavam pelo surgimento de discursos reformistas de índole operária, o que por vezes levava à constituição de organizações sindicais católicas. Os CCO revitalizaram-se e empenharam-se na criação de um movimento sindical católico, de carácter económico-social, com a afirmação de que os sindicatos não tinham nenhuma finalidade política nem religiosa. O seu objectivo era inculcar nos operários a ideia de que a questão social resolver-se-ia quando estes tivessem o lugar a que tinham direito no trabalho e na sociedade. Esta linha de opção era fundamentada na experiência de que o sindicalismo, sem a preparação dos operários, corria o risco de ser absorvido pelas organizações partidárias existentes (socialismo, anarquismo e comunismo), que apelavam e promoviam a constituição de sindicatos pelo operariado. Em

⁷² MARTINS, Moisés - *O Olho de Deus no discurso Salazarista*, Porto, Ed. Afrontamento, 1990, p.54.

⁷³ Livro Registo de sócios ordinários nº15-A. Anos (1898-1910).

⁷⁴ GONÇALVES, E. - *op. cit*, 2007, p. 262.

Lisboa, em 1931, os católicos sociais criaram a União Social Católica (USC), com a finalidade de aglutinar os operários em torno de organizações católicas, de acordo com os ensinamentos do Papa Leão XIII e as directrizes do Papa Pio XI, subtraindo-os desse modo às influências revolucionárias.

Segundo Inácia Rezola, uma das experiências sindicais católicas com maior relevância foi conseguida na Covilhã, em 1932, a partir de conflitos surgidos entre os sócios da Associação de Classe da Indústria Têxtil. Os operários católicos formaram dois Sindicatos: o Sindicato dos “Empregados e Operários da Indústria de Lanifícios” e o Sindicato dos “Empregados e Operários da Indústria da Construção Civil”. Este processo foi liderado pelo Padre Boaventura Alves de Almeida, aconselhado pelo Padre Manuel Rocha, ainda estudante de Teologia em Lovaina, que se fascinara pelas experiências dos operários católicos na Bélgica e que escrevia regularmente no Jornal “A Voz dos Trabalhadores”⁷⁵.

Pio XI tinha defendido a importância da participação dos leigos no apostolado hierárquico, tendo em vista a cristianização dos povos. Em 1932, o Episcopado Português, em reunião plenária, decidiu criar oficialmente a Acção Católica Portuguesa (ACP), ficando Presidente Nacional o próprio Cardeal Cerejeira. Segundo António Cerejo, no discurso ao clero sobre a Acção Católica, em 1933, o Cardeal Cerejeira repete a definição dada por Pio XI, de que a Acção Católica é “a participação do laicado católico no apostolado hierárquico”⁷⁶. E resume a natureza e o objectivo da Acção Católica “como um exército de Deus, para unir, organizar e mobilizar todos os que acreditam que a Igreja é o representante de Deus na Terra”. Os Estatutos e as Bases da Acção Católica Portuguesa foram organizados pelos doutores Padres Abel Varzim e Manuel Rocha e aprovados em 1933. No ano seguinte, foram publicados no Boletim Oficial Católico.

Desde a tomada de posse de Salazar como presidente do Conselho de Ministros, em Julho de 1932, a “prática discursiva” tornou-se progressivamente dominante e planeada de forma a fomentar um novo regime, que foi concretizado na Constituição de 1933⁷⁷. Salazar tinha sido militante do Centro Católico Português (CCP), o que criou grandes expectativas na recuperação do prestígio e influência da Igreja. Daí a confiança no novo regime: um Estado

⁷⁵REZOLA, Inácia – “O Movimento Operário Católico e a Génese” da LOC. In *A Igreja no Mundo Operário, (1936-1974)*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 2002, pp. 17 e 18.

⁷⁶CEREJO, A. - “A LOC: Origem, consolidação e a crise do Trabalhador”. In *A Igreja no Mundo Operário*, 2002, p.41.

⁷⁷MARTINS, Moisés - *O Olho de Deus no discurso Salazarista*, Porto, Afrontamento, 1990, p. 30.

Corporativo e Social, que rejeitava os fundamentos democráticos, parlamentares e liberais, com o controlo de todas as actividades políticas e sociais, com imediatas repercussões para a Igreja Católica. Ainda em 1933, tinha sido criado o “Secretariado Nacional da Acção Social Católica”, com o objectivo de formar dirigentes, através de Círculos de Estudos e organizar os operários católicos para o novo quadro político e eclesial. No Boletim da “Acção Católica Portuguesa” n.º 1, de 1934, o Padre Boaventura Alves de Almeida, um dos animadores do sindicalismo católico, publicou uma circular a mobilizar os católicos para não ficarem alheios à organização corporativa decretada pelo Estado. Mas a actividade político-sindical vai ser retirada aos operários católicos, que lideravam os sindicatos por eles instituídos. Em 1935, o Secretariado foi desmantelado e substituído pela “União Popular Católica” e pelo “Secretariado Económico-Social”, ao mesmo tempo que o Padre Boaventura era afastado dos serviços da Acção Católica. O movimento operário católico foi alterado, tendo sido determinado o abandono da actividade sindical e a integração na “Liga Operária Católica” (LOC), um dos ramos da Acção Católica Portuguesa (ACP).

O Boletim da Acção Católica Portuguesa n.º11, 1935, anuncia a formação da “União Popular Católica” (UPC), formada por católicos do sexo masculino, casados ou com mais de 30 anos, que trabalhassem por conta de outrem, para adquirirem os meios e auxílios que necessitassem quer religiosos, morais, materiais ou intelectuais. Também tinha como objectivo criar uma “comissão técnica de obras económicas” com instruções para a constituição de cooperativas, caixas económicas, mutualistas, seguros e instituições de beneficência. Esta comissão técnica funcionaria em ligação com a UPC, com a LOCF e as juventudes operárias católicas (JOC e JOCF), como órgãos específicos para a aplicação “dos princípios e as normas da justiça social e da caridade evangélica”⁷⁸.

Em 1935, Oliveira Salazar aprova, como única organização política com capacidade para concorrer às eleições e ter assento na Assembleia Nacional, a União Nacional. Nesse mesmo ano, foram aprovados pela Igreja Católica os Estatutos da LOC com a integração de todos os organismos católicos operários, sendo nomeado presidente da LOC, pelo Cardeal Cerejeira, o leigo Manuel d’Anunciada Soares, sócio n.º1, que era director do Jornal “O Trabalhador”. No ano seguinte, o P.º Abel Varzim foi nomeado assistente eclesiástico da LOC e o P.º Manuel Rocha da JOC. O Jornal “O Trabalhador” passou a ser distribuído de forma aparentemente gratuita aos militantes da LOC, porque estes pagavam uma cota mensal, que

⁷⁸REZOLA, Inácia - *op. cit.*, 2002, pp.21-27.

incluía o recebimento do Jornal. O Trabalhador (nº187, 1943) é definido pelo P.º Abel Varzim como “órgão de defesa dos operários e porta-voz da doutrina social da Igreja - Jornal para todos os trabalhadores especialmente operários, com o objectivo de implantar no mundo do trabalho a doutrina do Evangelho e das Encíclicas Sociais”⁷⁹.

A acção dos representantes eclesiais, P.º Abel Varzim e P.º Manuel Rocha não se limitou ao Jornal. Por várias vezes trouxeram a Portugal o Cónego Cardijn, um homem de acção, “pioneiro do movimento operário católico, mestre da Acção Católica, especializado e fundador do Jocismo”⁸⁰ para ministrar Cursos de Formação a dirigentes, não tendo tido problemas, até 1940. Só em 1941, com o Bispo D. Manuel Trindade Salgueiro, Bispo Auxiliar do Patriarcado de Lisboa e Presidente da Junta Central da Acção Católica surgiram problemas entre a JOC e LOC, que conduziu à saída forçada do Padre Manuel Rocha de assistente eclesial da JOC. O P.º Abel Varzim manifestou o seu espanto no “Trabalhador” e questionou: “como se compreende que desacreditem os Assistentes junto dos dirigentes, fazendo-lhes crer que estão a trabalhar contra a orientação e a vontade da hierarquia? Igreja contra Igreja? Assistente contra Assistente?”⁸¹ Esta frase revela a indignação do Padre Abel Varzim, discípulo do Padre Manuel Rocha, mas também a estratégia montada pela hierarquia católica portuguesa e pelo Estado, para afastar os padres que lhes eram incómodos, por consciencializarem a classe operária.

António Cerejo, militante da LOC, a propósito do Padre Abel Varzim, faz o seguinte comentário: a mudança não resultou. “ O conteúdo do jornal, a sua doutrina e a sua função reivindicativa e cultural pouco se alteraram como a doutrina cultural, poucas alterações sofreram, para contentamento de uns e estranheza de outros”⁸². O Padre Abel Varzim resistiu e, em Maio de 1942, o Conselho Geral da LOC dirigiu uma carta a Oliveira Salazar a pedir o estabelecimento do salário familiar. Entre 1943/46, o pensamento sociopolítico do assistente da LOC sofreu uma grande evolução, o que teve influência também na evolução do pensamento locista. Carlos Fonseca destaca o pensamento de Abel Varzim dirigido aos operários no jornal “O Trabalhador” em que escreve: “a oficina deveria ser escola de educação dos jovens trabalhadores e a natural continuação da obra educadora da família, como os colégios são para os filhos da gente abastada”. O mesmo autor transcreve as palavras finais de

⁷⁹RODRIGUES, D. *Abel Varzim. Apóstolo Português da Justiça Social*. Lisboa, Ed. Rei dos Livros, 1990, p.51.

⁸⁰ *Ibidem, op., cit.*, 1990, p. 29.

⁸¹RODRIGUES, D. - *op, cit*, p. 143.

⁸²CEREJO, A. - *op, cit*, p. 47.

um artigo, que é revelador da falta de condições a que estavam sujeitos os operários nas fábricas e do incentivo que Abel Varzim lhes dava para reivindicarem e não se conformarem:

“Não podemos continuar a permitir que o trabalho, meio de aperfeiçoamento físico e espiritual do operário, constitua a antecâmara dos sanatórios, dos hospitais, dos cemitérios ou do Inferno. Queremos o trabalho respeitado; dignificado, santificado, queremos salvar o mundo do trabalho! Operário ergue a tua frente! A tua frente cristã!”⁸³.

O Padre Abel Varzim ainda promoveu cursos conjuntos para a JOC e LOC conhecidos pelas Semanas Sociais, em 1943, em Lisboa e em 1945, em Coimbra. O seu pensamento cultural repercutiu-se na sua escrita, o que veio a resultar na suspensão do jornal “O Trabalhador”, em 1948, com a passividade do Cardeal Cerejeira. Nessa altura, nova avalanche de militantes afastaram-se, mas passado um ano criaram a Sociedade Editorial “O Trabalhador”, que deixou de ser órgão oficial da LOC. A partir dessa altura, o Padre Abel Varzim era criticado pelo estilo, que diziam marxista, e o Governo, através da Comissão de Censura, proibiu a publicação do Jornal⁸⁴.

A “Cooperativa Popular de Portugal”, que se manteve durante vários anos⁸⁵, com sede em Lisboa e várias sucursais em diversos pontos do país era uma estrutura de inspiração cristã, integrada na Acção Católica Portuguesa, quando esta foi criada em 1933 e que fazia parte da União Social Católica (USC). Situava-se na área do consumo, para defesa dos consumidores, ao nível da qualidade, preços e do crédito, na aquisição dos produtos essenciais. A Cooperativa (CPP) funcionou em colaboração com a LOC, sendo os seus membros sócios e empenhados naquele meio de acesso à economia. No Porto, a CCP era uma cooperativa de habitação, pertença da Secção do Serviço dos Transportes Colectivos do Porto (STCP), que construiu “um grupo de casas para os seus sócios”⁸⁶. O afastamento de muitos locistas e a diminuição dos associados, assim como o poder de compra dos operários, impediu a sua continuação. As circunstâncias da época eram completamente adversas.

⁸³FONSECA, C.- “Padre Abel Varzim. O Ideal Cristão do Trabalho”. In *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal*. Lisboa, Publicações Europa América, 1976, pp.209-216.

⁸⁴CEREJO, António - *op. cit.*, 2002, p. 49.

⁸⁵ Foi extinta nos anos 70. In BRANCO, F. Dias – *Linhas de Identificação e de Intervenção do Movimento – op. cit.*, 2002, p.184.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 185.

O movimento operário cristão, devido à sua inserção na Acção Católica e à situação política, não tinha uma expressão independente em Portugal, ao contrário do que acontecia em alguns países da Europa. É certo que os próprios padres Manuel Rocha e Abel Varzim tinham estado de acordo com a integração num movimento único, mas com a convicção de que a intervenção social /sindical lhes era autorizada. Mas não foi autorizado pelo Governo e teve a anuência do Episcopado, que cedeu às pressões. Como as estruturas quer da LOC quer da JOC assentavam nas paróquias, foi aí que “passou a residir a força e a fraqueza do Movimento”, porque as poucas secções de empresa, devido à proibição de actuarem organizados, não poderiam equilibrar o excesso de paroquialização⁸⁷. Já sem a presença do Padre Abel Varzim, realizaram-se ainda as Semanas Sociais, em 1949 no Porto, e em 1952 em Braga⁸⁸. As dificuldades que enfrentaram, nos anos subsequentes, apesar de continuarem a existir militantes muito activos, levou-os a uma reflexão mais profunda, sobretudo para suprirem a falta de formação, os meios financeiros assim como humanos, com disponibilidade e preparação.

Os militantes da LOC, em número mais reduzido, continuaram a reunir-se, realizando cursos rotativos, durante um domingo, sobretudo no Patriarcado de Lisboa. Em 1963, no “Encontro de Dirigentes e Propagandistas da LOC”, em Abrantes, decidiram introduzir o método de “Revisão de Vida Operária” (RVO) e criaram o Boletim “O Despertar”. A intenção era abordar os temas de formação que realizavam e para ser o veículo de comunicação para futuros militantes. Iniciaram contactos com movimentos congéneres estrangeiros, “Hermandad Obrera de Acción Católica” (HOAC) de Espanha, as “Equipes Populaires d’Action Catholique” (EP) da Bélgica, “Action Catholique Ouvrière” (ACO) da França, a “Associazioni Cristiane dei Lavorati Italiani” (ACLI), de Itália, e adaptaram um “plano de formação de militantes do HOAC, para 2 semestres designado por “Plano Básico de Formação Locista”⁸⁹. Este plano abordava, de uma forma simples e pedagógica, a doutrina Social da Igreja e os Evangelhos, com base no método de Revisão de Vida Operária (RVO).

A Doutrina Social da Igreja, reflectida por uma parte das militantes da Acção Católica, sobretudo LOC/LOCF e JOC/JOCF, segundo a metodologia de Cardijn, foi importante para a

⁸⁷OLIVEIRA, A; GOUVEIA, J. e SANTOS, O. – “A Liga Operária Católica nos anos 50 e 60” in *A Igreja no Mundo Operário (1936-1974)*, op., cit, 2002, pp. 75-95.

⁸⁸RODRIGUES, D. - op, cit, 1990, p. 149.

⁸⁹OLIVEIRA, A; GOUVEIA, J. e SANTOS, O. – op, cit, 2002, p. 81.

mudança de mentalidade também das empregadas domésticas, que eram militantes do movimento.

3.2.O Método de Revisão de Vida Operária (RVO) e Cardijn.

O Método de “Revisão de Vida Operária” foi introduzido na LOC em 1960, mas já era utilizado pela JOC e JOCF (Juventude Operária Católica e Juventude Operária Católica Feminina), inspirados pelo Padre Cardijn, fundador da JOC na Bélgica. O padre Cardijn era filho de operários. Após ter terminado o Seminário, dedicou-se a aprofundar os estudos sociais, as condições de trabalho dos operários e a investigar os problemas que estes viviam. Foi nomeado padre de um bairro operário, em Bruxelas, onde tomou contacto com os operários das fábricas, tendo ajudado a reflectir sobre a sua vida e dignidade e a das suas famílias. Propôs-lhes a formação de um Movimento Internacional para a Juventude Operária, porque os considerava “generosos e sinceros”. Demorou treze anos até fundar a JOC. Só em 1925 o movimento foi oficialmente aprovado e ele foi nomeado Assistente Internacional da JOC pelo Papa Pio XI. No âmbito das organizações políticas vivia-se a experiência de organizações internacionais, de modo que esta pode ser considerada a resposta católica às organizações marxistas operando no campo do operariado. Entre 1927 a 1937, o Movimento difundiu-se em vários países da Europa, entre os quais Portugal e ainda na América do Norte e América Latina. Realizou-se a primeira reunião internacional em 1932 e, em 1935, o “Primeiro Congresso Internacional”, em Bruxelas. O Movimento foi-se expandindo por todo o mundo tendo, em 1957, realizado o “Primeiro Congresso Mundial” da JOC e JOCF (masculina e feminina). Nessa altura, formou-se o “Secretariado Internacional da JOC e JOCF”, com a missão de preparar as diversas conferências e reuniões internacionais de ajuda às secções nacionais.

Em 1964, em Estrasburgo, 80 comissões bilingues participaram durante 3 dias, como delegados, para trabalharem e conhecerem a situação mais exacta das necessidades dos jovens europeus, tendo elaborado as bases do “Estatuto do Jovem Trabalhador da Europa”. Os militantes da JOC e JOCF, baseados nos princípios de Cardijn e enunciados mais tarde na Encíclica “Mater et Magistra” do Papa João XXIII, enunciaram três momentos essenciais de reflexão: “ver, julgar e agir”. Fundamentados na Doutrina Social da Igreja, exerciam a sua acção apostólica nos locais de trabalho, na participação nos sindicatos, na formação profissional e educação. A metodologia criada por Cardijn, chamado RVO - revisão de vida operária, era baseada nesses três momentos:

1. *VER* - cada militante comunicava ao seu grupo o que durante a semana tinha observado, no seu meio de trabalho, como injusto da parte da entidade patronal ou de incorrecto da parte dos colegas;

2. *JULGAR* - à luz do Evangelho e das Encíclicas Sociais da Igreja, reflectiam em grupo sobre cada caso apresentado;

3. *AGIR* - era assumido no grupo o compromisso do que iria cada um fazer nas situações em causa. Na semana seguinte era posto em comum os resultados dessas acções.

Para a juventude trabalhadora, Monsenhor Cardijn foi “o maior de todos os irmãos”. Este padre conseguiu organizar a Acção Católica Internacional, constituída por grupos de jovens divididos em JOC (operários), JEC (estudantes); JAC (rurais); a JMC (marinheiros); a JIC (independentes) e a JUC formada por universitários. Estas organizações católicas eram coordenadas a partir de Friburgo. Durante mais de quarenta anos, os movimentos da Acção Católica tiveram uma acção importante, sobretudo a JOC nas fábricas e nas assembleias deliberativas.

3.2.1. As publicações eram um instrumento de integração dos militantes.

Para as militantes da JOCF, tanto o Boletim de Informação “Jocismo”, como o “Guia da Jocista”, e o Jornal “Vida e Alegria” foram instrumentos para a sua inserção e acção no meio de trabalho. As publicações eram da responsabilidade da Junta Central da Acção Católica.

Fernando Dias Branco salienta a importância da 1ª publicação do Jornal o “Trabalhador”, para a JOC e LOC, após a integração destes organismos na Acção Católica, respectivamente 1935 e 1936⁹⁰. Por pressões de censura a publicação foi suspensa em 1946. Um grupo de leigos, quase todos filiados na LOC criaram a sociedade Editorial para fazer reaparecer o Jornal, o que veio a acontecer 1948 mas apenas durou 6 meses e foi suspenso.

A partir de 1953, a LOC publicava o Jornal “Voz do Trabalho” e a LOCF o Jornal “Lar e Trabalho”, o que aconteceu até à sua fusão em 1974, no II Congresso da LOC. Só perto dos anos 70 é que começaram a criar grupos mistos, tal como fizera tanto a LOC/F como JOCF. Os movimentos da Acção Católica utilizavam as instalações da Igreja, o que consideram ter sido uma forma de poderem reunir sem problemas, dado o clima de repressão e suspeita que se vivia em Portugal. Também puderam exercer a sua intervenção na margem das orientações

⁹⁰ Branco, Dias F. – “Publicações da LOC” in *op. cit.*, 2002, p.225 a 231.

superiores eclesiais. A sua acção era voltada para serviços: aos doentes, aos presos, aos desempregados, aos operários e também para a sua formação pessoal, cultural, sindical e cooperativa.

3.3.O Centro de Cultura Operária (CCO)

Fernando Abreu⁹¹ relata o surgimento do Centro de Cultura Operária (CCO) e toda a actividade desenvolvida desde a sua concepção até ao processo de autonomização que aconteceu a 3 de Novembro de 1974, na FNAT (hoje Inatel) na Costa da Caparica em que os dirigentes e animadores do CCO e os Militantes da Base se pronunciaram pela criação da Base –Fut.

Aqui deixamos uma síntese das principais realizações do CCO⁹²

O Centro de Cultura Operária, CCO, surge por iniciativa de Carlos Augusto Almeida, ex-dirigente da JOC. Este foi estudar para a Bélgica e, quando regressou a Portugal, em 1962, propôs à LOC a formação de um departamento social, com o objectivo de formar técnica e doutrinadamente os operários, militantes, dirigentes dos organismos operários católicos, para uma acção de transformação social⁹³.

A direcção da LOC consultou o Cardeal Cerejeira, que aprovou a iniciativa, advertindo, no entanto, para a necessidade de se observar os limites impostos pela especificidade da missão apostólica da LOC. Alguns militantes pensam que a decisão do Cardeal teve em conta o silêncio da LOC, nos anos seguintes à saída do Padre Abel Varzim, pelo que não haveria tensões abertas nem com o Episcopado nem com o Regime.

Pelos limites impostos pelo Regime, o Centro Católico Operário (CCO) nome inspirado no “Centre de Culture Ouvrière” (CCO), em França, teve como suporte a LOC, porque nos seus estatutos, no artº4, reconhecia o direito de criar “Centros de Educação Popular”. No plano jurídico, o CCO era um serviço da LOC, mas era assistido por um delegado eleito pelos quatro organismos LOC/LOCF, JOC/JOCF. Iniciou a sua actividade em 1963, tendo como missão (art.º3 do Regulamento) elevar a cultura geral dos trabalhadores. Foi nomeado Carlos Augusto de Almeida para Secretário-geral e, em 1964, iniciaram-se vários

⁹¹ Dirigente nacional da LOC, no início dos anos 60 director do CCO (1969- 1973).

⁹² Cf. Abreu, F. - *A Igreja no Mundo Operário. Contributos para a História da Liga Operária Católica e da Liga Operária Católica Feminina (1936-1974)*. 2002, pp.189-211.

⁹³ Abreu, F.- *op.cit.*2002, p.189.

curso, com diferentes temáticas: economia, sociologia, relações humanas, doutrinas sociais (destaque para a Doutrina Social da Igreja), história social e línguas (inglês e francês). Os conteúdos, na sua maioria, foram adaptados de guiões utilizados pelo Sindicato Cristão Belga e mais tarde pelo (CCO) francês. Os métodos e as técnicas de formação, comunicação e animação foram adaptados dos “Centros e Institutos de Educação Operária Europeus”.⁹⁴ O apoio internacional foi muito importante para o êxito dos cursos, não só pelo suporte económico de solidariedade, mas também pelo carácter sociopolítico da actividade. A LOC alargara os seus contactos com Organizações e Movimentos Apostólicos Internacionais.

Fernando Abreu apresenta que mesmo com as dificuldades de obtenção de passaportes e de dispensa profissional 13 dirigentes e militantes de várias regiões do país participaram em estágios de formação, na França, Suíça e Bélgica. Estes estágios tinham como finalidade a Formação Sindical, Métodos e Técnicas de Educação Operária e a animação cultural em meio operário. O lançamento e a formação programada de Animadores e Dirigentes teve lugar com o 1º curso em 1965 para 11 dirigentes e animadores, durante 80 horas realizadas e 32 sessões. Os cursos estenderam-se por várias regiões e também com diversos conteúdos.

Em 1967, foi publicado o primeiro número dos “Cadernos de Cultura Operária”, que davam a conhecer os conteúdos, a metodologia e o aprofundamento dos Movimentos Operários da Acção Católica. Entretanto, começaram a surgir várias tensões e, em 1968 em Lisboa, realizou-se o primeiro Conselho Geral, para debate das tensões dentro do CCO. Realizaram-se algumas mudanças nos cargos assumidos, posteriormente, e de 1969 até 1973, ficou como Secretário-Geral Fernando Abreu, que era membro do Centro e Vice-presidente da LOC. A acção do CCO foi intensa, tendo como assistente o Padre Joaquim Gonçalves.

Nas reuniões do Centro não havia temática predefinida, sendo estabelecida em função das urgências mencionadas pelas Equipas dos Movimentos. Foram criados vários departamentos de trabalho como: o sector da Informação/Documentação, que organizou um curso sobre a temática, sendo convidado o Jornalista João Gomes e colaborado também o jornalista Afonso Praça. O curso teve a duração de 22 h e participaram 6 jovens e 24 adultos. Ao finalizar o Curso, fizeram uma visita ao Diário Popular. Em 1971, realizou-se um Curso sobre iniciação às Técnicas Jornalísticas, cujo responsável foi o jornalista Cesário Borga, ex-presidente Diocesano da JOC, de Lisboa. Estiveram presentes 25 participantes de Lisboa, Porto e Braga.

⁹⁴ Ibidem, *op.cit.*2002, p.191.

Conforme relata Fernando Abreu, quer no plano nacional quer regional, realizaram-se imensas actividades de formação sindical. Em 1970, vinte militantes operários de várias origens solicitaram ao CCO o apoio para a constituição de equipas de formação prática. Foi constituída uma Equipa de “História e Técnica Sindical”; com o apoio da “Equipa de Estudos”. Foram 81 militantes operários de Lisboa e Setúbal, que num total de 23 horas de formação, analisaram a situação socioeconómica e sindical, em Portugal. Participaram trabalhadores de diferentes profissões, em que destacamos as empregadas domésticas. Muitos destes trabalhadores vieram mais tarde a assumir responsabilidades em Comissões de trabalhadores e nos Sindicatos. A Equipa de Estudos tinha sido instituída, em 1968, mas foi reorganizada em 1971, com a missão de aprofundar a problemática operária em Portugal e promover a formação de militantes e animadores. Entre 1969 e 1971a “Equipa Jurídica” organizou e balizou a legislação sobre “Organização Sindical Corporativa”, tendo sido produzidos alguns textos para serem publicados no Jornal da LOCF, que se intitulava “Lar e Trabalho”, e no Jornal da LOC, a “Voz do Trabalho”. A “Equipa de Animação pelo Cinema e de Tempos Livres” teve uma expressão muito significativa na “Cultura Operária”. Também foi organizada a equipa de “Acção Cultural no Ensino”, após um encontro de Professores Primários, que exerciam a sua profissão no meio operário. A formação da equipa de professores primários tinha como objectivo assumir uma acção pedagógica, em que se realçasse a criatividade e a solidariedade, como valores essenciais de uma cultura viva. No início de 1973,a intervenção desta equipa alargou-se à Alfabetização de Adultos, segundo o método de Paulo Freire. Em Outubro do mesmo ano, foi realizado o “Encontro Nacional do CCO”, com a finalidade de desenvolver uma cultura diferente, de denúncia à estrutura capitalista, e para lançar os operários numa acção organizada, para abrir perspectivas para uma sociedade em que o povo tivesse poder de decisão. Em 1973, foi organizada a “Equipa Cívica”, para preparar e divulgar documentos sobre eleições/recenseamento, consulta de cadernos eleitorais e reclamações. Realizaram um Curso sobre “Iniciação Política”.

Após o 25 de Abril, em Outubro de 1974, realizou-se o último Encontro Nacional do CCO. Nesse encontro, foram analisadas as mutações operadas no país com a Revolução dos Cravos e decidiram desenvolver um movimento autónomo da LOC, a nível estatutário. Perante o reconhecimento da existência de um grupo de militantes organizados com a designação BASE, os animadores e dirigentes decidiram que o CCO se dissolvesse e os militantes

integrassem a Base, a que acrescentaram FUT (Frente Unitária de Trabalhadores), que passou a desempenhar as actividades de acordo com a actualidade que se vivia⁹⁵.

4.O Movimento Sindical

Cada época histórica conheceu associações profissionais, que organizavam e definiam as regras da profissão e representavam os seus associados. Com a Revolução Industrial constituiu-se um novo grupo de trabalhadores - os operários - trabalhadores assalariados, que trabalham na indústria na transformação da matéria prima, com tarefas parcelares. Para a defesa dos seus direitos os operários vão criar, a exemplo dos camponeses, associações de um novo tipo – os sindicatos.

Os sindicatos são associações de trabalhadores com o objectivo de defenderem os seus interesses de classe, frente à entidade patronal, obrigando a um pagamento mais justo da sua força de trabalho e a uma redistribuição da mais valia, gerada no processo de trabalho. A acção sindical faz parte da luta de classes que opõe os detentores dos bens de produção e os que vendem a sua força de trabalho. A organização em sindicatos assinala a tomada de consciência de si, por parte dos trabalhadores, enquanto classe. Nesse processo, os trabalhadores aprenderam que a solidariedade era o cerne do combate organizado.

4.1.O Movimento Sindical a nível europeu

Os sindicatos surgem no século XIX em Inglaterra e alastram a todos os países de forte industrialização e concentração operária. O operariado enquanto classe social criou um estilo de vida e uma cultura própria. O valor do trabalho, a disciplina, a participação colectiva e a solidariedade são alguns dos valores que estruturam a cultura operária. A música, o desporto e o teatro, a imprensa foram campos em que se expressou a cultura operária e ao mesmo tempo meios, ao dispor do movimento associativo e sindical, para a conscientização dos/ das trabalhadores/as.

As forças políticas cedo se apercebem da força dos trabalhadores e procuram controlá-las. Marx insistira na organização internacional dos trabalhadores, mas também aqui se vão verificar cisões. Assim, no panorama europeu os sindicatos vão unir-se segundo tendências políticas definidas. A Igreja, desde cedo procurou influenciar e ter presença nas organizações

⁹⁵ABREU, Fernando - “O Centro de Cultura Operário”. In *Igreja no Mundo Operário*, 2002, p.189 - 211.

dos trabalhadores, como as sucessivas encíclicas o demonstram (ver supra). Nessa luta pelo domínio do movimento sindical desenvolve-se a ideia de constituição de ‘sindicatos apolíticos’, que unida ao desgaste dos partidos políticos e da subordinação das lutas sindicais às estratégias partidárias, vai dar origem a ‘sindicatos independentes’ – não filiados em Centrais Sindicais. Será através destes que a Igreja fará passar a sua ‘doutrina social’, de conciliação de classes. Em 1959, foi constituída a Confederação Francesa do Trabalho (CFT) que agregou diversos Sindicatos independentes. No plano internacional, os Sindicatos de origem cristã contribuíram para a criação da Confederação Europeia dos Sindicatos (CES), que procurou unificar a luta sindical ao nível do Mercado Comum. No Congresso de 1964, a CFT libertou-se em parte do seu passado referencial à Doutrina Social da Igreja e, a partir de Maio de 68, ganhou um novo dinamismo. Ironicamente, os seus militantes ganharam influência quer no mundo do trabalho quer na vida política. Através do CES e da CFDT, os operários católicos organizados decidiram actuar e consciencializar os/as colegas, através do conteúdo das Encíclicas Sociais, cujo princípio era a liberdade sindical. O Congresso de Nantes, em 1973, consolidou a sua prática sindical e decidiu criar uma Caixa Nacional de Acção Sindical.

4.2. O Movimento operário em Portugal até ao 25 de Abril 1974

A classe operária desenvolveu-se com a Revolução Industrial e constituiu-se em movimento operário, ao aglutinar os trabalhadores assalariados, com o objectivo de melhorar a sua situação de vida. O movimento operário nasceu nas empresas, porque é no seu meio de trabalho que os trabalhadores identificam os seus interesses comuns e desenvolvem as acções para sua defesa⁹⁶.

Como a industrialização em Portugal foi lenta e débil, o movimento operário foi igualmente tardio e a organização sindical frágil

Na 2ª metade do séc. XIX, surgiram várias publicações que transmitiam o pensamento dos trabalhadores, e outras eram porta-vozes dos patrões. Destacamos em Lisboa três jornais: “A Voz do Operário”, em 1853, ainda bastante arreigada às crenças religiosas; o Jornal “A Federação” (1856-1866), órgão do Partido Socialista, e ainda “O Defensor do Trabalho”, em 1864. No Porto, registamos o “Jornal dos Artistas Operários” e, em Coimbra, o periódico

⁹⁶PIAZZI, Ugo - *Acção Sindical*, Lisboa, Ed.Base-FUT,1974, p.49.

“Defensor dos Artistas”. O Jornal “Centro Operário” expandiu-se no Porto e em Lisboa. Todas estas publicações tiveram uma vida curta⁹⁷.

Os sindicatos organizaram-se pelo tipo de indústria, e constituíram federações a nível nacional, e, por último, uma Central Sindical. A Organização Confederal, assim como a sindicalização, tal como no momento actual, não era obrigatória. Os Sindicatos, como expressão organizada dos trabalhadores, reforçam sentimentos comuns e envolvem também acções de solidariedade. As suas actuações são de consciencialização quanto aos seus direitos e deveres sociais, frente às forças económicas e políticas dominantes. A organização sindical dá força aos trabalhadores para enfrentarem a pressão patronal assim como os meios repressivos de que fazem uso. Ao reunirem - se em torno do seu sindicato, ainda que fossem poucos, os trabalhadores desenvolviam uma acção colectiva, conscientes da sua responsabilidade, contando com o apoio do movimento sindical no seu todo⁹⁸.

Na sociedade portuguesa, o movimento sindical adquiriu expressão no início do século XX e tornou-se uma força representativa dos trabalhadores, dos sectores mais avançados. Através deles ganham um novo campo de actuação política, pois constituem um sector organizado dentro de partidos ou grupos de pendor revolucionário (anarco-sindicalistas, socialistas e marxistas) ou mesmo dentro de partidos moderados ou conservadores, procurando a conciliação de interesses, na esperança de melhores condições de vida.

A partir da Implantação da República, em 1910, e por acção dos sindicalistas revolucionários, começou a desenvolver-se e a criar-se associações de classe também no Alentejo. No Congresso realizado em 1911, estiveram presentes 385 associados⁹⁹. Em 1919, o movimento operário conquistou as 8 horas de trabalho e foi constituída a Central Geral de Trabalhadores Portugueses (CGTP). Apesar da organização crescente do movimento operário, as lutas que empreenderam saldaram-se também por derrotas, como foi a greve geral de 1918, em que foram presos aproximadamente 20 mil trabalhadores, por todo o país e encerrados dezenas de Sindicatos, incluindo a União Operária Nacional (UON)¹⁰⁰. Tanto a Igreja como o Estado e a burguesia, através da imprensa, procuraram incutir temor para com o que estava acontecer na Rússia, numa campanha que procurava desacreditar qualquer medida

⁹⁷Ibidem, *op. cit.*, 1974, p. 30.

⁹⁸SOUSA, M. Joaquim - *O Sindicalismo em Portugal*. Porto, Afrontamento, 1976, p.14.

⁹⁹COSTA, Ramiro - *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal*. Vol. I, 1978, p.160.

¹⁰⁰ Ibidem, *op. cit.*, 1978, p.161.

revolucionária de carácter social, quebrando a possível adesão popular a tais ideias, e apostando na desorganização dos revolucionários /grevistas, o que enfraqueceu o movimento operário.

A República foi hostil ao sindicalismo, na altura dominado por tendências anarco-sindicalistas. Com a difícil situação económica do pós - guerra, uma burguesia financeira e terratenente empenhada com a Igreja numa campanha anti-bolchevista, a acção dos sindicatos exerceu-se em condições muito difíceis. Assiste-se assim a uma baixa de salários devido a uma inflação alta, provocada pela falta de bens de primeira necessidade, medidas de racionamento e fome.

Com a Ditadura Nacional desde 1926 e a entrada de Salazar no Governo em 1928, vai iniciar-se a estruturação das forças repressivas, que têm como alvo principal os trabalhadores organizados em Sindicatos. É o caso da União do Professorado Primário Português fundada em 1927¹⁰¹ e de outros sindicatos. Esta política de contenção recai sobre os professores primários, baixo funcionalismo público, operários e camponeses, com a perda do poder de compra. Os camponeses pobres são os mais atingidos. Entre 1926 e 1933, período de transição da República para a Ditadura, é também o período em que se dá a acumulação de capital por parte da elite portuguesa¹⁰².

O Estado Novo criou uma arquitectura legal, constituída pela Constituição, o Acto Colonial, que virá a fazer parte da Constituição, a lei do Condicionamento Industrial e o Estatuto do Trabalho Nacional para levar a cabo a sua política. Ao Estatuto do Trabalho Nacional (Dec - Lei nº23048, 23 de Set., 1933,) foram acrescentados os decretos-lei nº 23049, nº 23050 e nº 23051, do mesmo ano, que irão disciplinar a organização corporativa patronal. Assim, pelo decreto - lei 23050 os sindicatos, cujos estatutos não estivessem de acordo com os interesses da Nação, eram dissolvidos.

O Partido Comunista Português, constituído em 1921 continua a organizar-se na clandestinidade e entre 1942 e 1947, promove um ciclo de greves, visando o aumento dos salários. O movimento grevista conduziu à repressão e à prisão de muitos militantes comunistas e sindicalistas, pela PVDE/PIDE. Os acontecimentos internacionais, como a 2ª.

¹⁰¹ Cf., FELGUEIRAS, Margarida Louro, Para uma história social do Professorado Primário em Portugal. Uma nova família: o Instituto do Professorado Primário Oficial Português. Porto, Campo das Letras, 2008, II parte, cap III, p.117.

¹⁰²COSTA, R. - *op. cit*,1978, p.175.

Guerra Mundial, reflectiram-se em Portugal, provocando racionamentos e tempos difíceis, mas sem abalar o Salazarismo, que continuou a combater as “forças oposicionistas” que se lhe opunham. O Partido Comunista consegue resistir, apesar de toda a repressão e muitos se encontrarem na prisão, sofrerem a tortura, a deportação. Prosseguia na clandestinidade os seus objectivos de luta. Durante a Ditadura pode-se dizer que as forças oposicionistas na clandestinidade de algum modo também representavam os anseios dos/as trabalhadores/as mais organizados.

Quando Salazar tomou conta do poder, em 1932, definiu como objectivo principal endireitar as finanças públicas e equilibrar a balança de pagamentos. Para tal, enuncia os princípios do que designou o Estado Novo, assente numa organização corporativa da sociedade, que resolverá os conflitos de classe à custa da subordinação dos trabalhadores aos patrões. Defende um Estado forte, como árbitro dos conflitos de interesses. Faz depender o equilíbrio da economia da auto-suficiência agrícola, fomentando o regime de monopólio e condicionando o desenvolvimento industrial. Sustenta estas medidas com um forte sistema de repressão, impõe salários baixos, impede as greves e desmantela os Sindicatos. Em seu lugar são criados os sindicatos corporativos, que agregam patrões e operários e pulverizam, no plano organizativo e político a incipiente classe operária.

“O Estado forte nasceria do robustecimento do Poder Executivo, da abolição dos partidos e dos sindicatos de classe, da manutenção da censura e da reorganização das forças armadas e da polícia. (...) O estado Novo- o termo foi cunhado por volta de 1930 e desde então nunca mais abandonado – seria social e corporativo¹⁰³.

O núcleo base seria a família, elementos essenciais nas corporações morais, económicas e intelectuais, em que os interesses de patrões e operários se deviam compatibilizar para o interesse comum «nacional». Salazar rejeitava a luta de classes e seguindo os «princípios integralistas» considerava-a uma oposição ao Estado Novo. Desta forma o «Estatuto do Trabalho Nacional» promulgado em 1933 definia uma organização corporativa para a indústria e para os empresários agrícolas.¹⁰⁴

Esta era composta por “Elementos Primários” que englobavam sindicatos nacionais (empregados, operários e membros das profissões liberais); grémios (empresas, sociedades, firmas singulares ou colectivas) e também (casas de Lavoura, Grémios da Lavoura), casas do

¹⁰³ MARQUES, a.h. Oliveira – *op., cit.*, 1976, p.295.

¹⁰⁴ *Ibidem- op., cit.*, 1976, p. 295.

povo (uniões de rurais de patrões e trabalhadores), casas dos pescadores (associação de pessoas do mar e os seus empresários) e ainda os “Elementos Secundários” que compreendiam as Federações Nacionais e as Federações Regionais das associações sindicais e dos grémios já organizadas para representarem em conjunto os interessados em grandes ramos de actividades. Por último, as “Corporações” era a organização unitária das forças de produção representantes dos seus interesses. Ainda existiam as “corporações morais” de assistências, beneficência e caridade que abrangia hospitais, asilos, casas pias, creches e misericórdias e as “corporações culturais com objectivos científicos, literários e artísticos que incluía as academias, universidades e associações artísticas e culturais entre outras.¹⁰⁵

O Estado criou ainda a “Legião Portuguesa”, em 1936 que tinha como objectivo defender “o património espiriytual da Nação bem como o Estado Corporativo”. Também foi criada a “Mocidade Portuguesa”, para abarcar a juventude escolar, desde o ensino primário à universidade. Estes dois organismos sobreviveram até 1974.

Em 1957, com a campanha de Humberto Delgado, deram-se grandes movimentações de massas. Elas expressavam a revolta do povo português ao regime de Salazar e apontavam para transformações democráticas elementares na sociedade portuguesa¹⁰⁶. Surgem uma série de acções, com alguma espectacularidade, que visavam chamar a atenção internacional para a situação de repressão que o país vivia: Henrique Galvão, 1961 com a tomada do navio Santa Maria, no mesmo ano desencadeia-se a Guerra Colonial em Angola, e o Capitão Varela Gomes e Manuel Serra, em 1962, lideram a Revolta de Beja. A década de 60 é ainda marcada pelo aumento de acções contra a ditadura com a Greve Académica de 1962 em Coimbra e com o assalto ao Banco de Portugal, na Figueira da Foz, por Palma Inácio, em 1967.

O regime julgou calar estas movimentações como o assassinato do General sem Medo, em 1965. O ano de 1969 é marcado por eleições, contestadas pela oposição, por nova greve estudantil e pelo 2º. Congresso Republicano de Aveiro. O regime treme mas persiste.

Neste contexto repressivo e de resistência, o cooperativismo tal como a acção sindical sofreram a prepotência da Ditadura. A organização da economia e do trabalho levou a estabelecer uma vida colectiva fortemente regulada pelo Estado. O que restava das organizações profissionais operárias, transformadas em correias de transmissão do aparelho de Estado, ficaram impedidas de conseguir melhores condições de trabalho ou quaisquer outros benefícios Nas palavras de D. António Ferreira Gomes, isso só poderia ser conseguido através

¹⁰⁵ Ibidem – op., cit., 1976, p.296.

¹⁰⁶ SOUSA, M. Joaquim - *O Sindicalismo em Portugal*, 1976, p.131.

“só o Estado ou a Administração, porque lhe era benéfico; a organização profissional não podia ser mais que um açaimo”¹⁰⁷.

A posição inequívoca de D. António Ferreira Gomes foi um incentivo para outros católicos progressistas também tomarem posição e desenvolverem acções sociais e políticas. Através de Acção Católica, sobretudo na JOC/F e LOC/F e também nos Sindicatos corporativos, muitos cristãos tentaram organizar-se clandestinamente.

Pode-se afirmar que nos anos sessenta, em Portugal, coexistiram duas gerações distintas. A primeira geração de 1962 a 1965 era formada pelo Movimento Estudantil Universitário. A 2ª geração coincidiu com os acontecimentos em França, em 1968 e prolongou-se até 1974, actualizando a história política e ideológica do País. Com a guerra colonial, intensificou-se o sofrimento da população portuguesa e também das populações das ex-colónias. A guerra colonial levou a que muitos emigrassem para a Europa, para fugir ao serviço militar. Intensifica-se o despovoamento das povoações do interior, começado na década de 1950. O esforço de guerra veio alterar as condições de vida e de trabalho do país. O descontentamento alastrou, principalmente entre a juventude.

Entretanto, mesmo com o abandono de muitos militantes da JOC e LOC, após a saída do P. Abel Varzim, estes dois organismos continuaram a sua acção, durante os anos 60 e seguintes, segundo a inspiração do Monsenhor Cardijn, sobretudo no meio dos colegas operários e na participação cautelosa em alguns Sindicatos.

Com a subida ao poder de Marcelo Caetano, em 1968, quando o país já atravessava uma enorme crise, devido à falta de exportações e à guerra colonial, são introduzidas uma série de alterações, entre outras, na legislação do trabalho. Altera o decreto-lei nº 23050 relativamente à lei sindical do ponto de vista da definição, estrutura e dimensão dos sindicatos nacionais e retira alguns aspectos que irão permitir um ténue reforço do seu poder de negociação: “a retirada da exigência de homologação das direcções pelo Ministro das Corporações, o atenuamento da possibilidade de dissolução administrativa e o fim da proibição de filiação dos sindicatos nos organismos internacionais”¹⁰⁸. Além do objectivo de maquilhagem face ao exterior, parece pretender-se dar alguma força aos Sindicatos, tornando-os organismos efectivos de negociação com o patronato. Durante o período Marcelista, quer operários ligados ao Partido Comunista

¹⁰⁷Carta do Bispo do Porto dirigida a Salazar, 13.07.1958.

<http://entreostextosdamemoria.blospot.com/2007/07/carta-do-bispo-do-porto-salazar-1958.html>.

¹⁰⁸COSTA, R. - *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal*. Vol. I, 1978, p.190.

na clandestinidade, quer membros da acção católica sindicalizaram-se e actuaram nos locais de trabalho.

Em 1970, no âmbito dos Sindicatos Corporativos, foi criada a Intersindical Nacional, que assumiu a defesa dos interesses de classe trabalhadora no contexto da Ditadura que se procurava modernizar e a persistência da guerra colonial. A abertura anteriormente concedida aos Sindicatos é revogada pelo decreto-lei nº.502, passando a existir novamente a possibilidade de suspensão de dirigentes sindicais, pelo Ministério das Corporações. Em 1971, pelo D.L.nº409, é permitido o alargamento da duração do tempo de trabalho para X horas e, em 1972, foi suspensa a contratação colectiva de trabalho, pelo período de dois anos, segundo o D.L.196/72. A intensificação da repressão pela PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado) com a perseguição a locais de reunião, livrarias, representou na época marcelista o seguir da política de Salazar, seu antecessor e “a plena ascensão do capital financeiro ao poder do Estado”¹⁰⁹.

Os Sindicatos corporativos restringiram o acesso das mulheres à sindicalização, o que as impediu de exercerem determinadas profissões ou ocuparem algumas funções, criando dificuldades de mobilização das mulheres, durante o período da ditadura de Salazar¹¹⁰. As mulheres eram, em todos os domínios, consideradas subalternas dos homens, podendo ser impedidas de trabalhar pelos maridos. Nesta lógica, não tinham autonomia para se sindicalizarem. Os Sindicatos corporativos reforçavam deste modo a ideologia patriarcal e a do regime, face às mulheres. Segundo Virgínia Ferreira

“A exclusão do direito de filiação das mulheres nos Sindicatos e a segregação em sectores de trabalho, onde o estatuto e a remuneração eram baixos só foi ultrapassada à medida que a mulher conseguiu entrar no mercado de trabalho e alcançar os mesmos direitos políticos, como seja o direito ao voto”¹¹¹.

4.3. O 25 de Abril e as lutas Sindicais

O 25 de Abril veio criar espaço e tempo de liberdade e de democracia. A forma como a Revolução dos Cravos se desenvolveu, lançou luz sobre os verdadeiros objectivos das gerações de 60 e fez prevalecer os valores da liberdade face ao medo da dominação. A nível

¹⁰⁹COSTA, R. - *op. cit.*, 1978, p.192.

¹¹⁰PATRIARCA, Fátima - *A Questão Social no Salazarismo.1930-1947*, Porto, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Vol. I e II, 1995, p. 607.

¹¹¹ FERREIRA, Virgínia – “O efeito Salieri”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº62, Junho 2002, p.124.

sindical o regime democrático permitiu o agrupamento dos sindicatos operários e de tendências ideológicas de esquerda na Intersindical Nacional.

Em 1975, a CGTP-IN realizou o 1º Congresso em que surgiram conflitos entre alguns militantes comunistas e um grupo minoritário, que mais tarde veio a constituir a União Geral dos Trabalhadores (UGT). Entretanto, a Intersindical interveio em todas as acções colectivas que visaram a defesa das condições de vida e de trabalho, apoiando as nacionalizações, a reforma agrária, fomentando o controlo operário, a autogestão, o reforço do movimento associativo, a defesa e conquista dos direitos políticos, económicos e sociais, que vieram a ser consignados na Constituição em 1976. Entre 1974 e 1976, no período revolucionário (PREC), a Intersindical criou uma imagem de um movimento sindical forte, ofensivo e mobilizador¹¹².

Neste período de Democracia, nasce um movimento sindical autónomo organizado em torno da “Carta Aberta” gerada pela polémica sobre a unicidade sindical, desencadeada pelo PS. Este exigia uma democratização sindical, caracterizada pela possibilidade de existir mais do que uma alternativa aos princípios de unidade e liberdade sindical, tal como era proclamada nas convenções da Organização Internacional dos Trabalhadores (OIT). A Intersindical Nacional realizou o II Congresso, em 1977, em que se consuma a fractura com os sindicalistas da “Carta Aberta”. Os Sindicalistas Católicos, principalmente os que estavam ligados à Base - FUT (Frente Unitária de Trabalhadores), decidiram permanecer na Intersindical, como foi o caso do Sindicato do Serviço Doméstico. Em 27 e 28 de Outubro de 1978, foram aprovados os Estatutos da União Geral dos Trabalhadores (UGT) englobando os sindicatos da área do Partido Socialista (PS) e da Social - Democracia. Em Janeiro de 1979, na cidade do Porto, realizou-se o 1º Congresso da UGT, iniciativa política que congregou o PS e os partidos à sua direita, com o objectivo de enfraquecer a hegemonia do PCP no meio sindical, que exercia através da CGTP- Intersindical Nacional

5.O Movimento Cooperativo

O cooperativismo, na sua essência, é uma escola social que parte do micro para o macro - sistema, numa atitude laica de cooperação, onde o trabalho é partilhado, assim como o lucro obtido pelo esforço do trabalho é distribuído equitativamente. Pretende abolir os antagonismos, de maneira a que seja possível relações amigáveis de vida em comum (na

¹¹²STOLEROFF, A. – “ Sobre o declínio relativo da Sindicalização”. Coimbra, Editorial Caminho, Revista Vértice, 1995, pp.68-79 in *html.editorial_caminho. pt. revista _vertice*.

produção, habitação, educação, prestação de serviços), alicerçando a sociedade no auxílio mútuo, suprimindo barreiras profissionais e de classe, conseguindo minimizar as dificuldades económicas e instaurar uma sociedade de cidadãos e cidadãs, mais solidária e fraterna.

O cooperativismo é um regime económico em que o consumidor é soberano e a produção não visa o lucro para o produtor, mas sim satisfazer as necessidades das pessoas. Neste sentido acaba por se apresentar como alternativa ao capitalismo, cujo objectivo é a obtenção e a concentração do lucro nos detentores dos meios de produção. O princípio das cooperativas não é a *venda* mas a *distribuição* ao custo da produção. António Sérgio foi o difusor do cooperativismo em Portugal e fez um paralelismo entre os princípios fundamentais da democracia política e do cooperativismo, A venda é, para ele, a aplicação da distribuição, resolvendo o problema do consumo nos serviços públicos¹¹³.

Costa considera o Cooperativismo como um objectivo e um ideal, que se dirige a todos e que não se nega a ninguém¹¹⁴. Sobre o ideal cooperativista apresenta-o como sendo uma forma de vida, um sistema com uma estrutura social e uma filosofia política, alicerçadas no bem comum de cidadãos e cidadãs. O programa cooperativista define como a sua principal característica não esperar a acção de um chefe, mas todos actuarem, conforme os seus valores, as suas competências e de acordo com os seus princípios¹¹⁵ A finalidade do cooperativismo é substituir a busca do lucro pela economia da distribuição, num esforço para eliminar as distinções e conflitos de interesses na produção de riqueza, entre diferentes produtores. Esta está subordinada á hegemonia económica do consumidor.

5.1. A origem das Cooperativas

As cooperativas nasceram, na Europa, como organizações distintas e legais, durante o século XIX. Os seus primeiros sucessos datam de 1840, com tradições diferenciadas: as cooperativas de consumo associam a sua origem aos *Pioneiros Rochdale*. Rochdale é uma localidade perto de Manchester. A 21 de Dezembro de 1844, um grupo de tecelões, em que se incluía uma tecelã, uniram-se para comprar artigos de primeira necessidade, como os alimentos. Ficou conhecida como a 1.^aCooperativa da História. Nos seus objectivos constava: a formação de um capital social; construção ou aquisição de casa para os cooperadores; criação de estabelecimentos industriais e agrícolas com a produção de bens indispensáveis à

¹¹³ Sérgio, António - *Democracia*, Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1934, pp.78-94.

¹¹⁴ COSTA, F. Ferreira - *Breviário Cooperativo. O pensamento de António Sérgio*. Porto, Coopigra, 1979, p.20.

¹¹⁵ Revista Seara Nova - *O programa Cooperativista* , Lisboa, 2º volume, 1939, p. 13.

classe trabalhadora, em directo e a preços acessíveis, assegurando trabalho aos desempregados ou mal remunerados. A educação era prioritária e incluía a cooperação em uma campanha contra o alcoolismo .

As cooperativas de trabalho iniciaram-se na França; as cooperativas de crédito tiveram início na Alemanha e Itália; quanto às cooperativas agrícolas, as suas primeiras raízes são na Dinamarca e Alemanha e, finalmente, as cooperativas de serviços (habitação, saúde) emergiram após a industrialização, em vários países da Europa¹¹⁶. Em 1881 existiam na Europa 1.000 cooperativas com um total de 550.000 associados. O espírito cooperativista, iniciado no século XIX, conhece uma grande expansão no século XX, disseminando-se um pouco por todo o mundo. Em 1895, foi fundada a “Aliança Cooperativa Internacional” (ACI), realizando-se o 1º Congresso em Paris, em 1937 e o segundo em Viena, só em 1966.

5.2. As Cooperativas em Portugal

O movimento cooperativista iniciou-se em Portugal no séc. XIX. O artº 1 do Dec. - Lei de 2 de Junho de 1867 define que “as sociedades cooperativas são associações de número ilimitado de membros e de capital indeterminado e variável, instituídas com o fim de mutuamente se auxiliarem os sócios no desenvolvimento da sua indústria, do seu crédito e da sua economia doméstica”.

Em Portugal (1871) nasce a primeira cooperativa pública designada Aliança Popular, com os estatutos publicados no “Diário de Governo” de Novembro desse ano. No Código Comercial de 1888, apenas sobrevive como característica das cooperativas o artº207, que aponta para a variabilidade do capital social e o limite do número de associados.

Dados estatísticos do INE indicam que existiam em Portugal, a 31 de Dezembro de 1962, 420 cooperativas em que 70 eram agrícolas. Se atendermos que na mesma data o número de sociedades anónimas constituídas era de 731, verificamos que o número, era razoável uma vez que para a constituição de uma cooperativa o nº mínimo de associados são 10, enquanto numa sociedade o mínimo são duas pessoas.

No Dicionário da História do Estado Novo, verifica-se que a criação de cooperativas culturais foi um recurso estratégico de algumas correntes políticas, opostas ao Regime do Estado Novo, para tentarem superar as dificuldades jurídicas que o regime levantava ao direito

¹¹⁶MACPHERSON, Ian. - *Princípios Cooperativos para o Século XXI*. Lisboa, INSCOOP, 1996, p.12.

de associação livre. A constituição de 1933 estabelece no artº 41, o seguinte: “o Estado promove e favorece as instituições de solidariedade, previdência, cooperação e mutualidade”. Baseada nesse artigo da Constituição foi criada, em 1963, no Porto, a Cooperativa “Árvore”; em 1964, em Lisboa, a Cooperativa “Pragma” e também no Porto, a Cooperativa “Confronto”, por iniciativa de alguns grupos de católicos progressistas que, desde 1958, contestavam o regime de Salazar. Destacam-se, entre outros, personalidades como Nuno Teotónio Pereira, Mário Murteira e João Gomes, assim como o sindicalista Manuel Bidarra de Almeida, em Lisboa, Francisco Sá Carneiro e Mário Brochado Coelho, no Porto. Estas cooperativas desenvolveram um trabalho cultural e cívico, ao promoverem colóquios e conferências, divulgando diversas circulares de informação “sobre questões de natureza económica e social”¹¹⁷. O Centro Nacional de Cultura, associação que tinha sido criada nos anos 30, por um grupo de monárquicos, passou a ser dirigido pelos católicos progressistas, na era Marcelista. Em 1969, os militantes de esquerda do MDP/CDE fundaram em Lisboa a Cooperativa “*Devir*”. Também foi criada a “Cooperativa Estudos e Documentação” (CEUD) em que se destacaram, entre outros, Salgado Zenha e Raul Rego, que organizavam colóquios sobre temas da actualidade. Em 1971, o diploma que possibilitava a existência destas cooperativas foi alterado pelo D.L.520/71, obrigando ao encerramento destas associações cooperativistas. Destacamos as cooperativas culturais porque o seu principal objectivo era consciencializar os associados para a situação política e repressiva que se vivia. A cultura/educação são os meios mais eficientes e sustentáveis contra o poder estabelecido, porque cada cooperador/a culturalmente esclarecido/a e desenvolvido/a torna-se um/a resistente capaz de lutar e contribuir para o desenvolvimento colectivo.

No Boletim Cooperativista, António Sérgio enumera catorze pontos que resumem os objectivos do cooperativismo. Apresenta-o como uma alternativa ao capital, extinguindo as classes a nível económico, com a criação de cooperativas de consumo. Sugere a transformação das empresas de Serviços Públicos em Cooperativas, assim como a introdução do trabalho cooperativo no sistema do Estado. Aponta a promulgação de um Código Cooperativo e a criação de uma Caixa Nacional de Crédito; o direito de sucessão do imóvel nas cooperativas de habitação. Atribuía ao Conselho directivo da Federação das Cooperativas a planificação da produção nacional segundo as necessidades dos consumidores. Sublinha a Nação Cooperativa

¹¹⁷DICIONÁRIO do Estado Novo - *Cooperativas Culturais*. Vol. I, p.211 e 212.

como uma democracia popular, um movimento de reforma moral e social, feita livremente pelo povo sem a acção do Estado¹¹⁸.

Para António Sérgio, cooperativa é uma empresa e ao mesmo tempo uma associação de pessoas, na base da convivência fraterna e aperfeiçoamento moral e intelectual. Tem como finalidade criar um novo sistema de relações sociais. Aponta as cooperativas de consumo dos produtos agrícolas como o primeiro passo para o desenvolvimento, tendo como meta a criação do seu próprio banco, instrumento de financiamento e progresso social para os sócios, investindo na produção, adquirindo terrenos e montando oficinas¹¹⁹. O espírito cooperativo deve-se sobrepor à própria existência das cooperativas. Só assim poderão existir práticas de apoio mútuo, suprimindo os intermediários com interesses de origem económica, elevando cada sócio a uma vida pessoal autónoma e com a “máxima beleza de vida em sociedade”¹²⁰. Quanto à educação, aponta como um empenhamento persistente do povo, preparando-se para a vida cooperativa e lançando os alicerces apoiados na publicidade, propaganda, cultura e educação dos cooperadores. A publicidade e propaganda são uma forma de dar a conhecer o projecto cooperativo. As comissões culturais têm como fundamento incutir nos sócios, o conhecimento de que a cultura não é algo exterior a si mesmo, criado por outrem, mas uma obra que se mantém com a colaboração de todos. Sobre o trabalho educativo, recomenda os círculos de estudos, com o objectivo de estudar o movimento cooperativo nacional e mundial e a existência de Assembleias para uma cultura de acção sobre os problemas concretos da própria cooperativa, onde se encontram inseridos. Reflectindo sobre as enormes consequências originadas com industrialização, pela falta de desenvolvimento por parte dos operários, apresenta o modelo Sueco como exemplo. Incita a uma preparação e discussão em círculo, para que cada cooperador se tornasse colaborador do *Boletim Cooperativista*, uma vez que o cooperativismo como sistema educativo era tão importante como o sistema económico. Os artigos deste autor foram escritos durante o regime de Salazar, tendo apenas conseguido divulgar por processos disfarçados, pequenos textos evitando a identificação, que levaria à sua proibição¹²¹. A obra foi compilada na totalidade após a Revolução do 25 de Abril 1974, e

¹¹⁸Sérgio A. - *Boletim Cooperativista*, nº9, Fevereiro, 1952.

¹¹⁹COSTA, F. F. - *op.cit*, 1979, p.40.

¹²⁰Sérgio, António –“Sobre o Espírito do Cooperativismo” in *Boletim Cooperativista*, Lisboa, Ateneu Cooperativo, 1958, pp.3 e seg.

¹²¹Alguns trabalhos de António Sérgio sobre Cooperativismo: *Democracia*, Clássicos Sá da Costa, 1934; Introdução ao 1º volume de *O Programa Cooperativista* de Charles Gide, ed. “Seara Nova”, 1937; Introdução a *Régies Cooperativas em Inglaterra* de Bernard Lavergne, Cadernos de Estudos Políticos e Sociais, in “Seara

aplicada de modo mais substancial. E teve consequências, pois por todo o país se formaram cooperativas. Neste ambiente de expansão de cooperativas se enquadra também a formação da Cooperserdo.

Após o 25 de Abril, ainda que com algumas alterações, fundaram-se inúmeras cooperativas: de habitação, consumo, produção agrícola, culturais, artesanais e de serviços, inspiradas na eminente obra de António Sérgio e apoiadas por militantes oriundos da clandestinidade – militantes de formação religiosa ou política.

A evolução do cooperativismo desde as suas origens e de acordo com os seus princípios, surge como um direito de cidadania, sobretudo quando nos deparamos com as desigualdades sociais, o desemprego e a enorme competitividade que atravessa toda a sociedade e a situação de isolamento e debilidade dos indivíduos para enfrentar estes problemas. O cooperativismo permite colocar em questão o sentido em que se processa a evolução. O desenvolvimento será progresso para todos? Onde fica a valorização das pessoas e o bem comum? A Cooperserdo – Cooperativa de Prestação de Serviços Domésticos foi uma experiência de trabalho que existiu entre 1976/1985, com Sede no Porto e delegação em Lisboa e Évora constituída por mulheres. Olhar os princípios do cooperativismo e a experiência social que foi protagonizada, em Portugal, ajudará a analisar em que medida esta cooperativa de mulheres concretizou alguns desses princípios, nomeadamente no campo da formação pessoal e das aprendizagens sociais, culturais e mesmo educacionais, em sentido mais restrito.

6.A Mulher e o direito de cidadania

6.1.O espaço privado

A teoria feminista tem origem no Iluminismo, no momento histórico em que se reivindicava a individualidade, a autonomia e os direitos dos cidadãos. Contudo, nessa altura, as mulheres foram excluídas dos direitos de cidadania.

As primeiras narrativas, conhecidas sobre a situação social das mulheres, surgiram nos sécs. XVII e XVIII, com alguns lamentos, mas sem questionar a diferença de poder existente entre homens e mulheres e muito menos um projecto alternativo para a igualdade de direitos. “As mulheres reivindicavam a sua inclusão nos princípios universais em que o Iluminismo

Nova”; Introdução ao 2º.vol.de *O Programa Cooperativista*, “Seara Nova”; *Boletim do Cooperativismo*, 1951;*O Cooperativismo e o Estado*, 1955; *Caixas cooperativas de aforro e crédito*, 1958.

assentava: a universalidade da razão, a emancipação e a aplicação da igualdade, assim como a ideia de progresso”¹²². A ideia de emancipação das mulheres foi interpretada como direito de cidadania, como um reconhecimento por parte do Estado dos direitos civis e políticos no espaço público, a sua participação e direito ao voto. O direito natural racionalista e a teoria do contrato social só aparecem explicitados na estruturação da ordem social nos finais do séc. XVIII, em 1789, com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, mas em exclui as mulheres de direitos políticos e portanto da cidadania. Esta interpretação tornou o Iluminismo uma representação falsamente universal, porque só dizia respeito a metade da humanidade, os homens. Condorcet, em 1790, publica uma obra intitulada “Acerca da Instrução Pública”, onde propõe a necessidade de não excluir as mulheres de nenhum tipo de ensino e de fomentar a coeducação entre os sexos¹²³. Assinala ainda os problemas de índole política, que a exclusão das mulheres da cidadania acarreta: primeiro, a universalidade dos interesses dos representantes, algo em que irá insistir uma parte do feminismo do séc. XX, porque os interesses dos homens não representam os interesses das mulheres; segundo, a natureza supostamente diferenciada da mulher. O movimento feminista, apoiou-se no exemplo histórico das colónias americanas contra a coroa inglesa ao decretar que “só se está legitimado a pagar impostos se tiverem votado”. Como as mulheres não tinham o direito de votar negaram-se a pagar as taxas parlamentares. A sua exclusão dos direitos políticos supõe uma restrição à liberdade dos eleitores. O segundo argumento foi visto como o produto de uma educação deficiente, pelo que se devia apostar na educação como caminho para a emancipação individual e colectiva. Além do debate sobre a cidadania, a defesa da educação vai constituir outro dos grandes temas do Iluminismo. Em Portugal, no séc. XVIII, Luís António Verney defendeu o ensino para as mulheres, pois considerava-as as primeiras educadoras dos filhos, ser útil para o governo da casa e para poderem ser companhias agradáveis aos maridos.

A educação aparece revestida de uma importância cívica, como educação para a cidadania. Rousseau esboça uma educação muito diferente para mulheres. Pretende que a inferioridade natural da mulher e suas tendências para ser conquistadora, ardilosa e amante por natureza, sejam respeitadas e levadas por caminhos desejáveis. Esse sentido já indica que o processo real de educação é muito mais positivo do que “negativo”: os professores “ensinam-na, limitam-na, educam-na, explicam para ela”. As meninas “deveriam ser acostumadas cedo à

¹²² AMORÓS, Célia - *Crítica de la razon patriarcal*. Barcelona, Anthropos, 1985, p.142.

¹²³ PULEO, B. in MUNOZ, Cristina S. - “Genealogia da Vindication”, in Beltran, E. Maquieira, V.; Álvarez, Silvina Sanchez (Eds), *Femininos. Debates Teóricos Contemporâneos*, Madrid, Alianza Editorial, 1993, pp.17-73.

restrição”. Uma lição mais importante para as mulheres é aprender sobre as suas obrigações e, além disso, “a amar esses deveres”. Os deveres incluem tarefas domésticas, mas não necessariamente ler ou escrever numa idade muito prematura. A natureza doméstica da educação das mulheres enfatiza o papel de mãe e dona de casa. Além desse, o único dever que uma mulher tinha era ser esposa. Rousseau estabelece como natural a família patriarcal: modelo de família onde a mulher representa a natureza, no espaço privado, em posição de subordinação e inferioridade frente ao homem, que ocupa o mundo exterior da cultura, no espaço público¹²⁴. A sua argumentação introduz um importante papel no desenvolvimento dos direitos das mulheres, mas apenas no espaço privado, onde elas seriam as depositárias e as reprodutoras das “virtudes naturais”, frente à corrupção do espaço público. O ideal de mulher apresentado era ser mãe e fada do lar e não cidadã. A análise das incongruências internas e das pressões presentes no discurso do Iluminismo foi feito segundo Amorós e Valcárcel pelo feminismo, que consideram um movimento democrático da modernidade¹²⁵.

A Reforma permitira às mulheres participarem como voluntárias nas obras da Igreja, dedicando-se a interesses humanitários: o objectivo era cuidar dos órfãos e necessitados para permitir que as mulheres trabalhassem como activistas sociais. Logo esta actividade foi compreendida como uma extensão dos deveres das mulheres, não dos seus direitos; como uma manifestação da domesticidade e não da igualdade.

Havia uma consonância entre pensamento e o associativismo implícito na vida norte americana. Assim, nos Estados Unidos, a Igreja Evangelista permitia a presença das mulheres nas tarefas da Igreja. Elas podiam intervir publicamente na oração e falar para toda a comunidade, o que lhes possibilitava a interpretação dos textos sagrados e o acesso à alfabetização. Esta permissão contribuiu para a diminuição do analfabetismo em relação a alguns países da Europa.

Durante séculos a narrativa histórica atribuiu pouco espaço à vida das mulheres. Daí a dificuldade de encontrar nos arquivos documentação respeitante à vida privada ou pública das mulheres, a não ser quando o seu nome fica ligado a algum homem ilustre. Mesmo nesse caso, os arquivos públicos apenas assinalam o nome e pouco mais. Os seus segredos acabam, em muitos casos, guardados na arrecadação da sua memória, porque foram elas que os produziram e os fecharam a sete chaves. Quer sejam anotações de casa, de família, cartas, documentos

¹²⁴Cobo, *in* Munõz, *op, cit*, 1993 p.22.

¹²⁵Munõz, Cristina - *op, cit*, 1993, p. 20-22.

soltos ou cadernos pessoais, de uma época que as marcou e que viveram intensamente, é difícil encontrar registos escritos na primeira voz, porque eram vistos como papéis insignificantes. Uma das dificuldades iniciais prendeu-se com o facto das mulheres viverem no espaço privado e não terem a liberdade de se exprimir publicamente, uma vez que dependiam dos maridos. Contudo, a partir dos anos 70 /80, do séc. XX, os estudos sobre as mulheres começaram a surgir como objecto de pesquisa e a ocupar terreno nos lugares da História. A segunda geração dos Annales, usualmente designada como “Nova História”, apresentou-se bastante favorável à exploração de novos temas, ainda que colocasse algumas restrições à temática mais revolucionária dos estudos das mulheres, segundo Michelle Perrot

¹²⁶

6.2.Em Portugal: a luta pelo espaço público

Em Portugal, a implantação do sistema parlamentar liberal estabeleceu o direito de voto para os homens, em 1820. A República não o alargou às mulheres, apesar de em 1911 um tribunal ter reconhecido a cidadania a uma mulher¹²⁷. Em 1911, Carolina Michaellis de Vasconcelos foi a primeira mulher nomeada para uma Cátedra Universitária. Em 1912, juntamente com Maria Vaz de Carvalho, foram reconhecidas como sócias de mérito da Academia das Ciências de Lisboa. Apesar destas conquistas simbólicas, as mulheres portuguesas permaneciam maioritariamente analfabetas e as escolarizadas enfrentavam dificuldades para entrarem no mercado de trabalho no espaço público¹²⁸.

O 1º Congresso de Feminista e Educação realizou-se em 1926 e o 2º Congresso em 1928. Em 1966 foi aprovada para ratificação a Convenção nº100 da O.I.T., relativa à igualdade de remuneração entre mão de obra-feminina e masculina, para trabalho de valor igual (D-L. nº47032, de 04.11.1966, art.115). Em 24.11.69, o artº 16 do Dec - lei, 49408, nº2, reconhece a nível nacional que “para trabalho igual salário igual”. Acontece que as diferenças salariais mantiveram-se e mantêm-se até aos nossos dias.

Em 1970 é criada a Comissão Interministerial sobre a política social relativa à Mulher e era presidido pela Engª Maria de Lourdes Pintasilgo, facto assinalável por ser uma mulher. É feito o 1º levantamento das discriminações do direito público e privado e foram propostas

¹²⁶ PERROT, Michelle. - *As Mulheres ou os Silêncios da história*, Bauru, S. Paulo, EDUSC, 2005, p.16.

¹²⁷ FINA, d'Armada - *“O Livro Feminista de 1715 - O primeiro grito revolucionário”*, 2008.

¹²⁸ FELGUEIRAS, Margarida, Louro – *Uma Nova Família: O Instituto do Professorado Primário Oficial Português*.Porto.Campo das Letras Editores, 2008, Parte III, cap. I, p.223.

alterações ao direito da família e pensada legislação sobre o trabalho da mulher. Em 1973, foi proibido o trabalho nocturno das mulheres na indústria. Estas são algumas das datas que indicam a legislação referente às mulheres e a ocupação que foram adquirindo no espaço público. Também se destacam na luta operária e camponesa muitas mulheres como foi o caso de Catarina Eufémia, no Alentejo. As empregadas domésticas militantes da JOCF-Juventude Operária Católica Feminina – também iniciaram a sua luta antes do 25 de Abril por direitos sociais, pressionando para terem direito à Segurança Social, o que veio a contecer em 1973, com a publicação no Diário do Governo, o D.L.81/73.

Só após o 25 de Abril de 1974, em Portugal, com a mudança social irromperam organizações de mulheres com o objectivo de se unirem para lutar pela sua emancipação e libertação. Destacamos entre outras o Movimento Democrático das Mulheres (MDM), a UMAR - União das Mulheres Antifascistas e Revolucionárias, ligado à UDP, a Comissão da Condição Feminina, o Movimento de Libertação das Mulheres(MLM), a Liga dos Direitos das Mulheres (LDM), a REDE, a Coordenadora Nacional de Mulheres(CNM), etc.¹²⁹.

Ao inverso das mulheres portuguesas do séc. XIX, em que a sua educação e instrução era a temática central do discurso pela emancipação, juntamente com a luta pelos direitos civis, as décadas 70 e 80 parecem ter afastado a educação para segundo plano. Daí poderem ser definidas “ *três grandes linhas de pensamento sobre as mulheres: a linha do louvor e exaltação das mulheres, a linha didáctica e crítica que as admoesta e ensina e ainda a linha da defesa e de reivindicação dos seus direitos* ”¹³⁰.

Em 1975 foram dadas instalações à Comissão da Condição Feminina que veio a ser institucionalizada em 1977, pelo Dec.Lei nº485/77, de 17 de Novembro. Em 1978 foi criada a Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego (CITE) junto do Ministério do Trabalho, Dec-Lei nº392/79. No ano seguinte realizou-se um Curso de Estudos Femininos, realizado no Instituto de Formação Social e do Trabalho, que abordou temas como: a imagem da mulher na lei portuguesa, a família, a sexualidade, o trabalho das mulheres e o feminismo, onde se destacam as monitoras: Isabel Barreno, Leonor Beleza e Maria Belo.

Em 1983 a Comissão da Condição Feminina organiza o Seminário sobre a Mulher, em simultâneo com uma exposição de fotografia. A III Conferência das Nações Unidas realiza-se

¹²⁹ MAGALHÃES, Maria José. - *Movimento Feminista e Educação, década 70 e 80*, Oeiras, Celta Editores, 1998, p.7/8.

¹³⁰ *Ibidem* - *op,cit*, 1998, p. 18.

em Nairobi, onde foram aprovadas as estratégias para o progresso das Mulheres até ao ano 2.000. Em 1985 realizou-se o Colóquio interdisciplinar sobre a Mulher no Instituto da História Económica e Social, na Universidade de Lisboa e no mesmo ano no Instituto da História Económica e Social, na Universidade de Coimbra. O II Programa comunitário sobre a Igualdade de Oportunidades para as Mulheres foi aprovado para o período de 1986 até 1990.

F. Henriques e L. Ferreira manifestam uma grande preocupação em torno de um conceito alargado de educação, que se prende com o estágio de desenvolvimento cultural das mulheres portuguesas, e, especificamente, “o seu analfabetismo, mas, ao mesmo tempo, um certo afastamento da problemática educativa institucional”¹³¹.

Os estudos das Mulheres desenvolve - se com novas expressões e um novo aprofundamento. Constata-se que as responsabilidades domésticas ainda continuam a estar a cargo da mulher, assim como a responsabilidade na educação e acompanhamento familiar de crianças e idosos. A sobrecarga de funções, atribuídas de forma genderizada, implica a ausência de tempo para as mulheres poderem investir na profissão, formação e satisfação pessoal, levando a que ocupem, a maior parte das vezes, funções e responsabilidades menos reconhecidas socialmente.

1.1 7. As Políticas Educativas em Portugal

A partir do Estado Novo, o controlo repressivo da sociedade civil estava presente também no Sistema educativo, funcionando “a educação como inculcação ideológica”. A Igreja Católica recuperou a influência perdida durante a 1ª República no campo da Educação, e reforçou-a com a assinatura da Concordata em 1940.

Segundo Stoer, esta educação pouco tinha que ver com “a formação do capital humano”, que foi preconizado após a 2.ª Guerra Mundial¹³². Os esforços do Estado Português dirigiram-se só então para o alargamento da escolarização básica em um ano (de 3 anos de escolaridade obrigatória até 1957 para os rapazes e até 1960 para as meninas passou para 4 anos). A educação de adultos apenas merece a atenção do Estado na década de cinquenta (a primeira campanha de alfabetização foi em 1952, a segunda em 1957). A taxa de

¹³¹HENRIQUES, Fernanda e FERREIRA, M. Luísa - *Representações sobre o Feminismo*. Revista Ex Aequo, nº1, 1999, pp. 13-120.

¹³²STOER, Stephen. - *Educação e Mudança Social em Portugal*, Porto. Afrontamento, 1986, p. 53.

analfabetismo mantinha-se muito elevada¹³³. Nestas circunstâncias, a certificação dos conhecimentos era apenas assegurada pelo que designamos hoje por educação formal. Esta educação era proporcionada pelas escolas ou por instituições que controlavam e certificavam certos saberes técnicos, de pendor mais prático, como era o caso de alguns sindicatos ou associações nacionais, consentidas pelo regime e especificamente autorizadas para o efeito. Estes saberes eram geralmente adquiridos no local de trabalho, junto de técnicos ou em empresas, que atestavam a aquisição desse saber prático.

No pós 25 de Abril, a intervenção no campo educativo vai depender da possibilidade da integração dos intervenientes em colectividades que os transcendem, mas que poderão ser regulamentadas e assim definidos os seus direitos e deveres¹³⁴. A preocupação com o acréscimo da educação não passou unicamente pela escolarização. Desenvolveu-se e contemplou-se numa maior implicação quer nas localidades, quer nas associações, sindicatos, comissões de moradores, cooperativas e compeliu a dinâmicas educativas não formais, que contribuíram para a qualificação e a construção quer local ou profissional de comunidades, na procura da sua emancipação.

A valorização das experiências tornou-se importante nas práticas educativas não formais e informais, pois implica “um processo de subjectivação crítica mediante o qual se torne possível a explicitação do que é instituído/instituinte na experiência da vida instituída. Essa subjectivação crítica, segundo Matos, é o reconhecimento da auto-implicação na construção do sentido das regras comuns. Correia aconselha uma abordagem “histórica e epistemológica na construção da cientificidade” em educação, constatando que actualmente há uma exagerada escolarização na sociedade, que tende a esquecer a importância do educativo, que não pode ser reduzido ao escolar, que tende a ser confundido um pelo outro¹³⁵. Daí a necessidade da sua recriação.

No realce dado a um sistema educativo que explica o escolar, em lugar de o completar, tende-se a examinar analiticamente a crise do modelo escolar, partindo da hipótese de que esta crise não é apenas organizacional, aplicável à burocracia estatal, mas tem profundas raízes sociológicas e antropológicas, bem como importantes implicações cognitivas. As

¹³³A taxa de analfabetismo em Portugal em 1940, da população com idade superior a 7 anos era de 49%. Cf. NÓVOA, A. - *A República e a Escola: das intenções generosas ao desengano das realidades*, in Ministério da Educação, Reforma de 1911, MEC, Lisboa, p. 26.

CORREIA, A. - *As Ideologias Educativas em Portugal nos últimos 25 anos*. Porto, Ed. Asa, 2000, p.10.

¹³⁵CORREIA, J. Alberto - *A Construção científica do Político em Educação*. Revista Educação Sociedade & Culturas nº13, Porto, Afrontamento, 2001(a), p.22.

perplexidades entre a construção política da educação e a sua construção científica apresenta, em síntese, as semelhanças entre os paradigmas científico/político da “simplificação”, que dominaram a década de 70, em que o princípio organizador era o “Estado”, com um sistema político/educativo quantitativo. Na década de 80, o paradigma tem como princípio de organização o “Mercado”, em que o actor e as suas estratégias coordenam politicamente as pequenas decisões. A estes dois modelos dominantes, definidos de “simplificação”, o autor apresenta, em alternativa, o paradigma da “complexificação”, cujo princípio elaborador é a comunicação e o exercício social, construtor da “cidade educativa”, com argumentação e uma “gramática” das formas de vida, uma epistemologia de escuta, de interpelação entre o sujeito e objecto, em que actividade educativa é comunicação, arguição e um percurso¹³⁶.

A argumentação da “cidade educativa” como um bem comum, conferido por uma epistemologia da escuta, favorece uma hermenêutica das exposições científicas, não se sobrepondo às narrativas irreverentes, mas desempenhando um importante papel de intermediação, necessário à produção de um envolvimento reflexivo e compartilhado

Partilhamos da teoria crítica de José Alberto Correia, para compreender a actividade no campo sindical e cooperativo das sindicalistas empregadas domésticas, traduzida nas suas trajectórias, argumentação e comunicação. Tentamos compreender se houve nessa actividade algum contributo para a construção da cidade educativa. Correia considera que o campo científico educativo pressupõe o aprofundamento do trabalho de intervenção sobre a mediação entre teoria e prática, entre o educativo e o não educativo, entre factos e opiniões e entre o individual e o social¹³⁷. Pretendemos com o nosso trabalho de investigação ser um contributo para a intervenção neste campo educativo, tendo presente simultaneamente Boaventura S. Santos, quando lembra as limitações do Estado Providência que frequentemente esquece que a maior parte do trabalho de utilidade social é feito por mulheres e a necessidade de uma nova sociedade providência socialista. Situamo-nos nas margens sem ser marginais, distanciadas dos factos escutaremos o carácter “capacitante próprio da margem, que é tão crucial na vida de fronteira”¹³⁸.

7.1. A Educação: Formal, Não Formal e Informal

¹³⁶CORREIA, A. -,2001(a), *op.,cit.*, pp. 34 – 42.

¹³⁷CORREIA, A. - *Para uma Teoria Crítica em Educação*, Porto, Porto Editora, 1998, p.191.

¹³⁸SANTOS, Boaventura - *A Crítica da Razão Indolente. Contra o desperdício da experiência*, Porto, Ed. Afrontamento, 2000, p. 327.

A educação é um processo social e o seu procedimento tem como especificidade organizar situações de aprendizagem para que o educando se adapte às formas de compreensão da realidade e tenha um comportamento ajustado, tal como ambicionam os detentores do poder da sociedade. A forma como os responsáveis organizam os momentos de aprendizagem, manifesta o modo de conformar a consciência e o comportamento dos educandos e evidenciam a educação como um processo social. Como consequência, a educação *é um facto político intencionado*, o qual planeia os programas para que o/a formando/a se adapte e se situe nos valores e regras estabelecidas, de acordo com o objectivos sociopolíticos desejados¹³⁹.

Os processos de ensino /aprendizagem dependem da estrutura organizacional do poder na sociedade e são reprodutores da ideologia que compõem os aparelhos da sociedade civil. “A educação não é jamais uma acção neutra, ela está sobre determinada de intencionalidades socioculturais e políticas, que possuem os actores sociais que organizam predominantemente o poder económico e político da sociedade”¹⁴⁰.

Segundo as condições em que ocorre consideram-se três diferentes formas de educação: formal, não - formal e informal. Na educação formal, os saberes adquiridos são determinados pelos espaços e tempos em que decorrem, e pela flexibilização dos conteúdos de aprendizagem, que acontece de acordo com as características e necessidades de cada grupo.

Vários autores, segundo Contreras, defendem a ideia que são as características de educação formal negativas, que originam a educação não formal ao apresentar alternativas opostas aos conceitos de escolarização. A educação formal continua a ser a transmissora de um saber académico, oposto ao próprio saber popular e, “sem querer outorgar-lhe a força de transformar as diferenças sociais, vem anulando, este esforço na medida em que ela é ainda um veículo de mobilização social e de promoção”¹⁴¹.

A educação formal e não-formal não são diferentes nos seus discursos. Ambos os discursos pretendem o desenvolvimento integral da pessoa, como ser individual, auto

¹³⁹ SIMSON, Olga, PARK, Margareth, FERNANDES, Renata (orgs.) *Educação Não Formal. Cenários da Criação*. Campinas, Brasil, Editora Unicamp, 2001, p. 28.

¹⁴⁰ AFONSO, A. -“Sociologia da Educação não – escolar” : reatualizar um objecto ou constituir uma nova problemática?”, SIMSON, Olga, PARK, Margareth, FERNANDES, Renata (orgs.) *Educação Não Formal. Cenários da Criação*. Campinas, Brasil, Editora Unicamp, 2001, pp. 2 - 9.

¹⁴¹ CONTRERAS, P. Rolando - *Os programas de Educação não formal como parte integrante do Processo de Educação e de organização popular*. IN Revista Em Aberto, Brasília, ano 2, nº18, Agosto /Novembro, 1983, pp.24-40.

realizador, produtivo, participativo nas acções colectivas e como sujeito nas relações sociais delas decorrentes. As divergências surgem na interpretação da linguagem e na política. Para a educação formal, a auto realização define-se pela adequação aos valores pré-estabelecidos pela sociedade e reproduzidos pela classe dominante. O discurso da educação não formal, contrariamente, não estabelece normas “para corrigir a marginalidade”, nem baliza previamente os parâmetros a ser seguidos. Esta adapta-se ao perfil de cada pessoa, pode até recusar valores da escola formal e criar novos valores e apresentar-se como “ser criador de novas relações entre si e o outro”. Em relação ao ser produtivo, os discursos são diferentes: a escola formal reflecte as realidades económicas do país e reproduz a forma produtiva da sociedade, o que origina a estratificação baseada na divisão do trabalho. Desta forma, a escola coloca-se ao lado das necessidades do desenvolvimento económico e posiciona-se numa educação para o trabalho. O discurso não formal opõe-se à dominação dos interesses económicos do Estado, valoriza o trabalho individual, conscientiza o trabalhador sobre o processo de mais-valia, e fá-lo participante da acção produtiva, numa direcção mais cooperativa¹⁴².

A oposição da educação formal à educação não formal leva à estratificação de uma superioridade social cada vez mais resistente: a escola voltada para os interesses da classe dominante, pouco muda e quando acontece mudança é para reforçar a sua hegemonia. Todos os movimentos de reforma da escola pública, ainda que por vezes os professores queiram convergir para a metodologia da educação não formal ou para os seus objectivos, deparam-se no processo pedagógico administrativo, com impossibilidades decorrentes da lei, que lhe corta os elementos essenciais, ou os transporta para áreas de menor importância.

Contreras faz uma análise crítica à educação formal em relação à educação não-formal, que nós corroboramos. Um dos aspectos menos positivos da educação não formal é a sua indiferença ao processo da escola. Apesar de não se associar, aceita o antagonismo, em nome da luta e por vezes demarca o espaço dos formandos. A indiferença ou o conceito negativo sobre o procedimento da educação formal situa-a numa discussão teórica e prática, perdendo os limites da dimensão pedagógica e não adquirindo consciência de que a acção pedagógica se cruza com a acção sócio/política e sócio/cultural, sugerindo novos objectivos e formas de acção. Assim, a partir das diferentes acções, era possível definir novos conteúdos e formas

¹⁴²BALLALAI, Roberto - *Educação Formal e não Formal: momentos de Síntese*. IN Revista Em Aberto, Brasília, ano 2, nº18, Agosto/Novembro, 1983, p. 5-9.

pedagógicas adequadas aos novos níveis de consciência e de organização das populações e dos grupos¹⁴³.

Desta forma, a educação não formal como expressão da educação do povo deve ser uma oportunidade para o debate da realidade do momento, para o aprofundamento das questões sociais, políticas e culturais e assim contribuir para a organização e concretização de actividades pedagógicas participativas, transformadoras e críticas.

O alfabetizado deve ser estimulado a ganhar capacidade e consciência para no grupo formular a sua própria pedagogia como uma prática de liberdade. A função do/a formador/a é criar uma metodologia participativa, organizando situações de aprendizagem em que cada um/uma compreenda e tenha um comportamento perante os factos, com a mesma firmeza e perseverança que têm o poder que os/as domina. Como consequência, a acção educativa torna-se um facto político cheio de intencionalidade, em que as experiências exigem que cada educando/a se relacione, se situe de acordo com os objectivos sócios/ políticos e contribua com a sua acção para a mudança.

7.2.Educação e Alfabetização de Jovens e Adultos

A Educação de Adultos desenvolve-se entre os movimentos sociais com vontade de mudar a sociedade. Quer os cursos de Alfabetização, a formação operária como foi o caso da JOC/F e LOC/F, as lutas sindicais ou os movimentos de Justiça e de Mulheres pretendem a inclusão activa dos adultos na sociedade.

A educação de jovens e adultos é uma educação orientada pela perspectiva da realização dos direitos sociais da população ou do grupo de forma empenhada e participativa. Nesta concepção, muito devedora do pensamento de Paulo Freire nos anos 60/70, o processo de ensino/aprendizagem é um acto de conhecimento e de transformação sócio/político, considerado diferente do ensino formal, porquanto a relação entre formando e formador é mais horizontal, porque não é imposta, ao contrário do que acontece com as crianças, para quem o ensino até determinado patamar é obrigatório. A educação de adultos pode ser aplicada em qualquer contexto mas é realizada preferencialmente em instituições socioeducativas, associações, sindicatos, cooperativas e movimentos populares de base, dirigida à população trabalhadora que não teve oportunidade de frequentar o ensino formal/institucional na idade

¹⁴³CONTRERAS, R. - *Os Programas de Educação não Formal como parte Integrante do Processo de Educação e de Organização Popular*, Revista Em Aberto, Brasília, ano 2, nº18, Agosto/Novembro, 1983, p.27.

prevista. Posteriormente, a educação de adultos foi pensada também como educação de segunda oportunidade, para jovens com insucesso escolar.

A Formação de Adultos, quando ajustada ao saber informal do grupo e logicamente a cada educando, na perspectiva de incentivar o diálogo, quer entre os formadores e os formandos, quer entre uns/umas e outros/as é relevante e livremente aceite pelos participantes. Actualmente, a Educação de adultos exige do formador a compreensão e o reconhecimento dos saberes informais dos formandos, adquiridos, ao longo da vida. A partir dessa premissa devem-se desenvolver e organizar novas aprendizagens que aprofundem, reforcem e actualizem os seus conhecimentos, para poderem ser reconhecidos, validados, e certificados como importantes para o mercado de trabalho. É uma acção de saber e de transformação social, cujo resultado é presenciado quando o formando se pode situar “no contexto de interesse”¹⁴⁴.

Os formandos podem inicialmente ser semi analfabetos em relação ao domínio da leitura ou da escrita, no entanto compreendem a importância do conhecimento como fundamental para adquirirem trabalho e a sua integração social.

O conceito educação/alfabetização é assimilado como algo que é importante para as populações e é geralmente circunscrito a determinadas áreas de maior carência económica e cultural. Por vezes, a Alfabetização não atende às necessidades do contexto, ao quotidiano de cada um e aos conhecimentos do educando. Quando assim acontece, inviabiliza a participação, que é condição fundamental para o envolvimento, consistência e sucesso dos formandos. Pensar na Educação de Adultos é ter de permanentemente repensar o modelo de educação, quer no aspecto social, com a recriação da própria cultura, no contexto social e político, quer no aspecto humano, que deve ter em conta as condições de vida. Nunca poderá ser uma cópia ou transposição de ensinamentos programados para as crianças. No quadro individual, a educação é a formação de cada pessoa na troca de saberes com outros/as na mesma fase de desenvolvimento sócio - intelectual.

Paulo Freire, tendo como foco a educação de adultos, esclarece que o educando e o educador formam-se mutuamente, “*já não se pode afirmar que alguém liberta alguém, ou que alguém se liberta sozinho, mas os homens libertam-se em comunhão*”¹⁴⁵. Para o autor, os saberes inicialmente eram de todos, porque aprender era formar a pessoa, passar da simples

¹⁴⁴CABRITO, Belmiro e CANÁRIO, Rui (org.) - *Educação e Formação de Adultos. Mutações e Convergências*, Lisboa Educa, 2005, p.17.

¹⁴⁵FREIRE, Paulo - *Pedagogia do Oprimido*. Porto, Afrontamento, 1972, p.130.

natureza para a cultura. O saber tornou-se erudito quando passou para o domínio de uma minoria. E o saber, que era de todos, vulgarizou-se em saber popular do senso comum e secundário.

Uma das características da educação de adultos é valorizar e problematizar os saberes, sem os domesticar pelos saberes académicos, mas articulando-os com estes. O/a educador/a inserido/a nesse processo educativo deverá ser uma pessoa com saberes distintos dos educandos, sem que isso traduza outorgar aos saberes dos educadores maior ou menor valor, mas sim aceitar que são outros saberes adquiridos, diferentes e complementares. A esse respeito, Freire salienta que a experiência de quem está numa situação subalterna, como é o caso do alfabetizando, leva-o a pensar que o educador ao dialogar recusa as diferenças entre ambos. Se o educador é democrático, se deseja a libertação, não pode pois, “permitir que esta diferença seja antagónica. Se eles se tornam antagonistas, é porque me tornei autoritário”¹⁴⁶. Um educador democrático não se constitui num comunicador de informações descontextualizadas da realidade dos alfabetizados com quem trabalha; por outro lado, ele também não se reduz a um facilitador de aprendizagens. O educador é um interlocutor indispensável ao diálogo, para uma leitura crítica e reflectida da vida, da sociedade em cada momento. “O diálogo é a conquista do mundo para a libertação dos homens”¹⁴⁷. O processo educativo, para Paulo Freire é centrado no formando, competindo ao educador a função de motivar, estimular e mediar culturas e conflitos, ser mediador da problematização e, simultaneamente, mediado pelo movimento acção/reflexão/acção, que constitui em “*praxis*”. Os educandos, ao movimentar os próprios saberes, tornam-se capazes de efectuar a leitura da realidade, pelo que é importante que o educador conheça o locus social dos jovens e adultos, no universo existencial, e que entenda a dinâmica do processo ensino/ aprendizagem com a sua linguagem e emotividade. O fortalecimento do grupo /classe é um objectivo primordial, para que cada um/a se comprometa na produção e comunicação, tendo como intuito a transformação da sociedade. No entanto, centrar-se no formando não é consentir a inversão de papéis, isto é, passar de formador autoritário e dominador para educador subalterno a consentir que o educando se torne prepotente. A sociedade actual tenta centrar-se no conhecimento, é portanto de desejar que formador e formando se respeitem mutuamente numa partilha de saberes e busquem em conjunto novos conhecimentos.

¹⁴⁶FEIRE, P. - *Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa*. R.J., Ed. Paz e Terra, 1979, p.117.

¹⁴⁷FEIRE, P. - *op. cit*, 1972, p. 79.

7.3. A Educação Popular

A Educação popular foi uma estratégia de estruturação da participação do povo para o redireccionamento da vida social, a partir do momento em que o súbdito se tornou cidadão. Significou assim, a difusão de uma cultura letrada mínima entre as classes populares. Para autores como Brandão e para o contexto brasileiro o termo designa a utilização do saber da comunidade, como meio de aprendizagem, a partir do diálogo com a vida quotidiana. De acordo com Carlos Brandão, o saber da comunidade torna-se o saber das partes (classes, grupos, povos, tribos) dependentes de uma sociedade desigual. A Educação popular ou do oprimido tenta contrariar esta separação entre o saber erudito e o conhecimento do povo, porque as classes dominantes marginalizam os saberes dos oprimidos. Esta educação tem uma epistemologia centrada no ser, com metodologias incentivadoras à participação e ao empoderamento dos excluídos, mediadas por uma base política propícia a mudanças sociais e direccionadas, pela pretensão humana de igualdade, justiça, liberdade e paz¹⁴⁸.

Paulo Freire concebeu a educação popular dirigida ao oprimido, ou seja, que não tem possibilidade de usar os bens materiais produzidos. A educação do oprimido é uma prática comprometida e perspectivada para ajudar a realizar os direitos do povo. Sem ser rígida e obrigatória, ela apoia-se na experiência da comunidade e estimula ao diálogo. As classes populares produzem saberes ligados à sua experiência de vida e ao contexto social em que estão inseridos. Uma das especificidades da sua formação será utilizar o saber da comunidade como o principal objecto para a educação e, a partir dos seus próprios conhecimentos informais, conseguir gerar novos saberes, quer através de palavras e temas do seu quotidiano quer da vinculação afectiva conseguida entre os participantes. Não é considerada educação informal, pois é estruturada e tem uma intencionalidade clara. Dispõe-se a formar pessoas com conhecimentos e consciência de cidadania e de classe, que se organizam no trabalho político como forma de afirmação do poder do sujeito. Esta Educação Popular, direccionada para o oprimido, é vista como acto de conhecimento e transformação social, tendo uma certa feição política, como acto de participação colectiva e transformadora. Pode ser aplicada em qualquer contexto, mas as aplicações mais comuns ocorreram e ainda ocorrem em localidades rurais,

¹⁴⁸BRANDÃO, C. – Educação Popular.3ª.Ed., Brasil, Brasilense, 1986, p.26.

em instituições socioeducativas, culturais e recreativas, em bairros marginais, onde os oprimidos procuram ter voz.

7.4. A Educação Não Formal

A educação não-formal efectua-se fora do sistema formal do ensino oficial, através de qualquer experiência educativa organizada e permanente, pode também ser adquirida nas organizações sindicais, movimentos de carácter religioso ou político e em grupos organizados com objectivos bem definidos.

Os saberes não formais adquiridos caracterizam-se por uma estrutura e uma organização diferente dos saberes escolares e não têm como principal finalidade a certificação, mas sim o conhecimento e/ou a sua aplicação prática. A análise dos processos de educação não-formal permite afirmar, segundo Afonso, que esta exige uma atitude política perante a realidade, possibilita negar um certo determinismo, pressupõe a constatação de que os grupos oprimidos não são passivos, mas sim capazes de inventar reacções aos processos de dominação, criando espaços de “resistência inteligente”¹⁴⁹. Para Gohn, na educação não formal existe um compromisso em desenvolver ou procurar determinadas particularidades e /ou objectivos. Ao pretender assumir um papel social assume um cunho participativo. Os/as formandos/as preparam-se para compreender o processo histórico, a que, por princípio, estavam condicionados/as e a tornarem-se activos/as no decurso da sua formação.

O processo de conscientização de que fala Paulo Freire é a essência da acção educativa, exige a participação individual e em grupo dos educandos e insere-se também nos processos de educação não formal e formal¹⁵⁰. A conscientização conduz a uma nova postura, sobretudo dos menos privilegiados e progride no sentido da educação para a liberdade¹⁵¹. Esta educação não-formal nem sempre tem sido bem aceite e reconhecida, apesar da sua importância no contexto de vida do formando e para a aquisição de competências. Segundo Ballalai, as teorias não formais de índole popular estão aliadas aos debates em torno da pesquisa participante, porque educação e formação não produzem automaticamente transformações sociais. É essencial a ideia de participação mesmo ao nível da pesquisa.

¹⁴⁹AFONSO, A. - *Os lugares da Educação*, 1989, p.33.

¹⁵⁰BALLALAI, Roberto - *Educação Formal e não Formal: momentos de Síntese*. 1983, p.5.

¹⁵¹FREIRE, Paulo - *Educação para a Liberdade*. Porto, Textos Marginais, 1973, p. 12.

Brandão reforça a ideia de participação, como uma possibilidade de controlo do poder dominante, mas que nem sempre se traduz numa acção transformadora. Pretende ser uma componente natural do processo não-formal, porque envolve agentes não-formais da educação, cujo contributo é conseguir a transformação de cada educando/formando em agente do seu próprio processo educativo, numa tomada de consciência da sua condição de oprimido/a, na sociedade em que está inserido/a¹⁵². No contexto não formal de educação, a participação exige naturalmente interacção em grupo, comunicação e acção de acordo com os interesses dos participantes, que se dispõem a ser protagonistas da sua própria formação, em assuntos determinados. Este campo da educação não-formal e a reflexão teórica que sobre ele tem sido feita parece-nos útil, uma vez que a investigação incide sobre um movimento social - o Sindicato do Serviço Doméstico – que desenvolveu formação intencional para os seus membros. A análise dessas características pode evidenciar o carácter e a forma dessa formação.

7.5. Educação Informal e Competências

Qualquer trabalho, quer seja manual ou intelectual, exige mais ou menos competências, para ser realizado e variam conforme o tipo, as condições e os recursos de que se dispõe para fazer. No caso da empregada doméstica, em casas particulares, ela trabalha por conta de outrem, na sua completa dependência. Os patrões são os seus gestores e a eles cabe a função de avaliar as suas competências sobre o trabalho para que são contratadas. O trabalho doméstico, definido no Código Civil de 1867 para as serviçais, não sofreu alterações na substância, ao longo do tempo, apenas na abrangência. A diminuição do número de trabalhadoras incluídas sob esta designação nas unidades familiares deu-se ao ritmo da evolução da sociedade portuguesa. Algumas profissões, como foi o caso dos professores ao domicílio, das preceptoras, das costureiras anteriormente integradas na categoria de trabalho doméstico, foram integradas noutras categorias profissionais, dado que implicavam competências específicas para o exercício de funções cada vez mais bem definidas. Por norma, era a patroa ou a governanta, de acordo as posses das famílias, quem determinava se a trabalhadora tinha de executar apenas uma parte do trabalho doméstico ou todo o serviço doméstico. As aptidões que lhes eram exigidas para tarefas consideradas domésticas eram de

¹⁵²BRANDÃO, Carlos - *O arдил da ordem: caminhos e armadilhas da educação popular*. Campinas, Papirus, 1983, p. 9.

execução manual, que exigiam esforço físico ou seja, o uso do corpo, não lhes sendo aparentemente pedido ou reconhecido qualquer competência intelectual. Assim, uma grande parte das raparigas que ia servir não sabia ler nem escrever, assim como as mulheres-a-dias. A deslocação para os centros urbanos era também um meio de sobrevivência para quem tinha poucas ou nenhuma habilitações literárias e queria fugir ao trabalho do campo. Aos patrões não lhes interessava o seu desenvolvimento cognitivo, pelo contrário, interessavam-lhes meninas, jovens ou mulheres que fossem submissas e aprendessem a executar trabalhos, não reclamassem as horas de serviço e estivessem disponíveis a qualquer hora para desempenharem as tarefas que lhes eram pedidas. A rotina das tarefas, de acordo com as normas das patroas, dava-lhes experiência e tornava-as cada vez mais aptas para o trabalho que lhes era exigido. Nos anos sessenta do séc. XX, em Portugal, os aparelhos domésticos eram ainda muito escassos e a criada era o recurso humano para a execução do serviço doméstico. A máquina veio substituir a empregada no lavar louça, roupa, limpeza do chão, aspirar. Não existia toda a aparelhagem eléctrica que actualmente qualquer habitação possui e que facilita a organização familiar. Mas a empregada doméstica além disso cuidava das crianças e dos idosos, para os quais não existiam nem infantários nem lares ou outros apoios sociais, quando já muitas mulheres da classe média trabalhavam no espaço público.

Para a análise das competências envolvidas no serviço doméstico, aprendidas e reinvestidas pelas empregadas domésticas fundadoras do Sindicato do Serviço Doméstico focámo-nos em alguns autores, cujos contributos sumariamos.

Perrenoud insta sobre a necessidade de trabalhar o sentido daquilo que se aprende, porque não basta que o saber seja perceptível e assimilável. Qualquer pessoa pode aprender sem se preocupar demasiado ou seja, limitar-se a fazer como os outros fazem, executando determinada tarefa mecanicamente. Os conhecimentos destituídos de “sentido rapidamente desaparecerão da memória”¹⁵³. Um processo formativo construído a partir dos desejos do formando, que assume a construção do seu projecto pessoal integrado num colectivo, implica um saber relacional, um saber transformador, onde múltiplas relações intervêm: o afecto, a motivação e até o próprio corpo interfere como dimensão do ser, pelo que as competências só poderão ser avaliadas através da acção desempenhada pelo/a próprio/a “num quadro de uma actividade colectiva ou, pelo menos coordenada com outras”¹⁵⁴. Segundo Minet, a noção de competência situa-se no cruzamento das dimensões *objectivas* (as tarefas e as condições para a

¹⁵³PERRENOUD, P. - *Pedagogia Diferenciada*. Porto Alegre, Artemad Editora, 2000, p.67.

¹⁵⁴Ibidem - *op. cit*, 2000, p.148.

sua obtenção) com as dimensões *subjectivas* (o indivíduo, os seus conhecimentos e a sua experiência) de uma actividade. Partindo desta premissa, é necessário conhecer e articular o conjunto de elementos constitutivos, para encontrar a intersecção dessas duas dimensões, muitas vezes incompatíveis, devido a diversos factores que podem intervir. Por essa razão, Serge Witte considera que não há uma noção de competência, mas várias adjuntas e concorrentes. Bernard Hillau¹⁵⁵ sublinha que as competências não são somente um conteúdo cognitivo, que se expressa a nível daquilo em que se investe, elas têm de ser olhadas não só como qualificações usuais, mas no contexto e níveis de requisitos específicos. E vai mais longe quando define a competência como “o processo regulador das relações entre o individual e o colectivo, entre o psicológico e o social”. A competência não é somente o âmago da relação entre o indivíduo e o campo social, “ela é o coração da análise da historicidade do sujeito, isto é, o registo do indivíduo como actor da mudança social”¹⁵⁶.

As competências consideradas no seu conjunto, em função da divisão do trabalho, são chamadas profissões, na medida em que elas qualificam os membros dum grupo profissional. Michel Parlier, desenvolve a ideia segundo a qual a noção de competência é uma noção construída em função das finalidades de gestão. Ele analisa alguns domínios da sua aplicação, na observação de diversos campos como a organização do trabalho, a orientação profissional, o que revela a diversidade da sua utilização. A organização é instaurada como um meio de aprendizagem e de acção, que obriga o assalariado a reconsiderar permanentemente as condições da sua execução, o que necessita de saber para agir, mas também quais são os objectivos que tem de atingir. Na engenharia da formação, o seu interesse prende-se com os saberes presentes na actividade do trabalho, que pode ser analisado e descrito. A orientação profissional utiliza muitíssimo a noção de competência como meio de descobrir os elementos mais significativos para servirem como alavanca da evolução pessoal e profissional. A experiência do portfólio é um exemplo do formato utilizado para aferir competências¹⁵⁷.

O olhar destes autores, cujos aspectos referidos são complementares, servirá de base para analisar as competências desenvolvidas no exercício da actividade das empregadas

¹⁵⁵ PARLIER, Michel e WITTE, Serge. (Org.) – « De l’intelligence opératoire `l’historicité du sujet ».In *La compétence, Mythe, Construction ou réalité*, Paris, Editions l’Harmattan, 1994, Chapitre III, p. 45-70.

¹⁵⁶ MINET, Francis « Les competences au cœur de la gestion des ressources humaines » in MINET, Francis; PARLIER, Michel e WITTE, Serge. (Org.) - *La compétence, Mythe, Construction ou réalité*, Paris, Editions l’Harmattan, 1994, p.11-19.

¹⁵⁷ MINET, Francis « Les competences au cœur de la gestion des ressources humaines » in MINET, Francis; PARLIER, Michel e WITTE, Serge. (Org.) - *La compétence, Mythe, Construction ou réalité*, Paris, Editions l’Harmattan, 1994, p.11-19.

domésticas. De facto, por diferentes modos, cada uma investiu no desenvolvimento das suas competências, no seio do Sindicato e da Coopserdo, não se contentando com a execução rotineira das tarefas domésticas, mas lutando para criar condições colectivas que permitissem usufruir uma vida com direitos e com identidade. Pretendemos compreender que competências adquiriram estas empregadas domésticas ao frequentarem a JOCF e LOCF, durante o processo revolucionário e até 1985, na organização do Sindicato e da Cooperativa, uma vez que não há competências desencarnadas, isto é, fora de toda a actividade de investimento da pessoa.

A educação informal caracteriza-se pelos conhecimentos adquiridos e armazenados, por qualquer pessoa, através da experiência quer seja na família, no trabalho ou nos tempos livres. Obtêm-se através da leitura de livros, jornais, revistas e outros meios de comunicação, como rádio, televisão, ou em qualquer grupo em que participe e no percurso de vida de cada pessoa. Há imensas possibilidades educativas, no processo não organizado de saberes informais. A educação informal ocorre de processos naturais e sociais, nela interferindo o interesse e as representações.¹⁵⁸

A Educação informal não é a educação popular, nem a alfabetização de jovens e Adultos. O cinema, teatro, os vizinhos, as colegas de trabalho ou em qualquer outro meio associativo recreativo, cultural ou social a que se possa estar ligado possibilitam o enriquecimento da pessoa. Finalmente no seio familiar, no exercício da solidariedade, ou em qualquer outra prática social com que nos empenhamos, ocorre a educação informal. Esta também se confunde muitas vezes com educação não formal. O que a torna diferente é a aprendizagem partir da própria pessoa e ser realizada por ela mesmo no processo de vida. Poder-se-á considerar como auto-formação, em que o/a próprio/a é autor/a e produtor/a, a partir do seu próprio interesse, curiosidade e empenhamento na construção de um saber. Outrora este saber não era validado nem certificado, mas no presente começa a ser reconhecido e a fazer parte do currículo individual de cada cidadão/cidadã.

Brandão define a educação informal como sendo aquela que está relacionada com os métodos livres, não institucionalizados, de transmissão de determinados saberes. Incluem-se a linguagem ou os costumes de determinado povo ou lugar, as tradições culturais e os comportamentos tidos por diversas comunidades presentes na sociedade. Faz parte do processo de inculturação de cada membro de uma comunidade.

¹⁵⁸FERNANDES, Renata -“ Em cena o Sol: pesquisando o Projecto Sol". In *op, cit*, 2.001, p.11.

7.5.1. A animação sociocultural

A animação sócio cultural é um campo importante da acção educativa. Ela faz parte da educação permanente e torna-se particularmente útil e formativa na Alfabetização de Adultos.

Na esteira dos autores Rui Canário, Alberto Melo consideramos que é uma componente das políticas educativas. É um espaço importante da actividade educativa e pode abarcar pessoas com diferentes níveis de instrução, idade e extracto social, pelo que deve estar presente desde as empresas aos sindicatos como a qualquer outros movimentos sociais ou educativos.

Na senda de Rui Canário, a importância da animação sócio cultural nas práticas sócio educativas só se tornou possível e compreensível devido às mudanças sociais que demarcaram a segunda metade do séc. XX. O conceito de educação permanente trouxe, entre outros aspectos, olhar o processo educativo num “continuum”, que integra e relaciona vários estados de formalização da dinâmica educativa: formal, não formal e informal¹⁵⁹. O autor fundamenta e sistematiza animação sócio cultural, para evidenciar a importância estratégica dos processos educativos informais. Os efeitos educativos são compreendidos como equivalendo a “mudanças duráveis de comportamento que decorrem da aquisição de conhecimentos na acção e da capitalização das experiências individuais e colectivas”¹⁶⁰.

A maior parte da aprendizagem ao longo da vida de cada um/uma não é sistematizada nem intencional mas o seu valor é fundamental como complemento formativo. Tem sentido pelos sucessos educativos que produz, quer na aquisição de capacidade de intervenção, quer na comunicação, desenvolvimento da criatividade, de organização, de luta, de conhecimento de si, na determinação das opções.

Os contributos dos autores enunciados permitem equacionar os recursos utilizados para a realização de actividades educativas/formativas, culturais e recreativas, de nível informal e a importância dos seus resultados. As aprendizagens adquiridas pelas empregadas domésticas, militantes da JOCF e LOCF, em contexto informal, no seu percurso antes do 25 de Abril, assim como na estruturação e desenvolvimento do Sindicato e Cooperativa, a animação sociocultural esteve sempre presente quer nos Cursos de Alfabetização, Curso de Férias, Curso de preparação para o 1º Congresso do SSD e Curso de Quadros. Procuraremos utilizar estes

¹⁵⁹CANÁRIO, Rui. - *Educação de Adultos. Um Campo uma Problemática*. Lisboa, Educa, 1999, p.71.

¹⁶⁰Ibidem, *op.cit*, 1999, p.80.

contributos teóricos para analisar o tipo de formação e as competências que adquiriram nesse processo e nas suas trajetórias de vida.

Que competências informais desenvolveram? Que oportunidades lhes abriu? Que recurso mobilizaram? Como as reinvestiram em favor das actividades colectivas que se propuseram realizar. De que modo essas competências contribuíam para a definição de uma identidade do Sindicato? Estas são algumas das questões que vamos analisar através das diversas fontes seleccionadas, relacionando as competências adquiridas com a acção prática destas mulheres.

Diante das transformações sociais, o pensamento educativo enfrenta dificuldades, que só a investigação implicada poderá contribuir para a abertura e complexificação da análise, que informe políticas educativas mais assertivas e flexíveis. Pretendemos identificar que tipo de educação formal, informal e não formal tiveram as empregadas domésticas no seu percurso emancipatório, antes e depois da instituição de um Sindicato e de uma Cooperativa. Que metodologia utilizaram na sua educação/formação e como se traduziu ao nível da organização. Que mudanças/transformações aconteceram nelas? Que influência exerceu o tipo de organização na aquisição de competências? Quem colaborou e com que interesse?! Quais os processos e competências adquiridas? Qual o contributo para a História da Educação, História das mulheres, da experiência de formação operada no Sindicato do Serviço Doméstico? Do conjunto de interrogações formuladas esperamos obter algum contributo para o conhecimento e reflexão das possibilidades e dos limites da educação em contextos sociais informais.

CAPÍTULO II

Referenciais metodológicos e fontes

1. Abordagem Histórica e o Corpus Documental

Na elaboração da tese privilegiámos a abordagem histórica, iniciada com uma fase heurística de localização de fontes que sabíamos existir, de contactos com algumas das actoras ainda vivas e recolha de entrevistas orais. Estas foram individuais por nós efectuadas e ainda uma entrevista em grupo, a duas iniciadoras e aos seus/suas colaboradores/as voluntários/as, militantes da JOC/F. A fase heurística da pesquisa foi um momento muito importante e decisivo para a estruturação da tese, uma vez que nos abriu caminhos e perspectivas de análise que dificilmente podíamos prever, dada a raridade de algumas das fontes encontradas. Permitiu-nos encetar linhas de investigação que não prevíamos. Numa conversa informal com Conceição Ramos, elemento charneira na criação do Sindicato, esta relatou-nos como tinha iniciado o seu percurso sindical. Para melhor recordar e certificar o que afirmara resolveu marcar um encontro com as pessoas ainda vivas e que tinham estado por trás da formação do Sindicato. Fizemos uma reunião em grupo que foi gravada. Assim, acabámos por utilizar o que é designado por entrevista ‘focus grupo’, inicialmente não prevista.

Para melhor recordar a sua actividade do passado, Conceição Ramos retirou da sua estante os seus cadernos pessoais com as suas memórias. É nessa altura que tomamos consciência da importância que poderiam ter esses cadernos pessoais para a nossa pesquisa. Abriu-se um novo campo para a análise e interpretação do processo de organização e formação das dirigentes e activistas sindicais. Com o conjunto de cadernos que nos foram facultados, fomos confrontadas com a necessidade de analisar documentos pessoais. Cadernos, cartas, rascunhos de actas constituem um conjunto de ego-documentos a serem tidos em conta na interpretação de outro tipo de documentos mais formais e públicos. Permitem também analisar as explicações, as recordações das entrevistadas hoje, face aos seus relatos mais pessoais e instrumentais no passado. No diálogo entre esquecimento e recordação, estes elementos pessoais confirmam, cobrem silêncios, iluminam tenuamente a imagem do passado. Tomam ainda mais relevo neste trabalho porque constituem material difícil de obter, pois raramente são guardados e muito poucas vezes disponibilizados. Sendo uma fonte extraordinária, que se presta a várias análises, é possível através delas identificar objectivos, procedimentos e aquisições de competências adquiridas no desenvolvimento de um movimento sindical, que foi a constituição do Sindicato do Serviço Doméstico e da Cooperserdo. Decidimos então privilegiar os ego-documentos disponibilizados: cadernos de

apontamentos entre 1962 e 1980 de Maria Conceição Ramos, cartas enviadas por empregadas domésticas emigrantes, os cadernos de apontamentos entre 1974 e 1985 de Maria Helena Freitas¹⁶¹, assim como os rascunhos das actas das reuniões de direcção¹⁶², que ela efectuava, juntamente com algumas folhas dispersas de Maria Angélica¹⁶³.

Para além dos cadernos manuscritos seleccionámos outro tipo de documentação encontrada em antigas instalações e bastante diversificada¹⁶⁴: circulares, convocatórias para reuniões, que nos dão a conhecer a agenda de trabalho intensa, sobretudo das responsáveis, assuntos e acontecimentos que tratavam ou participavam assim como a diversidade de temas que estudavam (*Como se faz uma Assembleia*; uma série de páginas fotocopiadas com *Regras para a boa condução de uma Assembleia*; notas gerais para uma assembleia plenária); documentos reivindicativos como *Empregadas domésticas o que reivindicamos e porque reivindicamos*.

Para a análise da auto-organização e da formação recolhemos alguns documentos como sejam minutas dos Estatutos do SSD (encontramos várias cópias dos Estatutos dactilografados e emendados até à versão final, apresentada em brochura após a saída no Diário da Republica), da Cooperserdo, os Boletins¹⁶⁵ do Sindicato, os livros de Actas oficiais da Cooperserdo, fichas de sindicalizadas, alguns documentos de cursos: Curso de férias, Curso de preparação para o I Congresso do SSD, documentos da realização do mesmo, do Curso de Quadros para Activistas e ainda dos Cursos de Alfabetização.

Sendo o foco da nossa análise os procedimentos utilizados na dinâmica organizativa para a constituição do SSD e para a mobilização de quase 9.500 empregadas domésticas, assim como a fundação de uma Cooperativa de Prestação de Serviços (Cooperserdo) elaborámos uma base de dados a partir das fichas de sindicalização, que se encontravam na

¹⁶¹ Secretária da direcção do Sindicato do Serviço Doméstico.

¹⁶² Inicialmente não sabíamos porque encontrávamos no caderno de apontamentos referência à reunião de direcção e em folhas A3, já utilizadas e que serviam de papel de rascunho, estava o conteúdo da reunião. Helena Freitas, em conversa informal, clarificou a razão dos rascunhos. Era a secretária e por esse motivo anotava no caderno, o que se passava nas reuniões, em tópicos. Era através dos seus apontamentos que redigia a acta que apresentava às colegas na próxima reunião de direcção. Na reunião seguinte o rascunho que tinha elaborado e caso algo não estivesse perceptível ou de acordo com o que se passara era corrigido e só depois passava para o livro oficial, para ser assinado pelas presentes, conforme era obrigatório que se processasse.

¹⁶³ Presidente da Assembleia-geral do Sindicato.

¹⁶⁴ Recolhemos ainda vários documentos, alguns rasurados mas dactilografados ou fotocopiados sobre diferentes assuntos: rectificações quer do projecto-lei das Associações Sindicais, quer dos Estatutos do Sindicato do Serviço Doméstico.

¹⁶⁵ Inicialmente eram designados Boletim das Empregadas Domésticas (informativo), posteriormente Boletim do Sindicato do Serviço Doméstico (informativo e formativo).

antiga Sede do SSD, com 9.383 inscritas, com o fim de determinarmos o universo que compunha o Sindicato, sua origem e caracterização.

O corpus documental compreende assim, dados solicitados, desafiados, construídos e encontrados que transportam intencionalidades diversas, todos com limitações e vantagens. As omissões de uns podem ser colmatadas por outros. Podem-se considerar presentes três formas de dados, em que cada tipo pode ser utilizado para controlar as informações contidas noutros e deste modo assegurar o valor dos indicadores apresentados. Esta triangulação de dados valida a precisão que se pretende obter ou a confiança a dar a cada um deles. Encontramos alguma dificuldade em situar a altura em que a diversidade de documentos encontrados foi produzida e guardada, quer a que foi guardada pelas entrevistadas quer a encontrada no meio de avultada documentação desorganizada. Quem a produziu e em que data? Alguma não está assinada nem datada, mas estava arquivada, o que revela ser documentação produzida no SSD. Alguns documentos repetidos e arquivados fazem parte das discussões que as dirigentes ou as delegadas que mais de perto colaboravam efectuavam, como suporte de aprendizagem das temáticas para participarem e orientarem reuniões em pequenos grupos, nos bairros dos arredores de Lisboa.

1.2. A História Oral

As entrevistas, como documentos orais suscitados pelo/a investigador/a, provocam recordações, que são produzidas num contexto específico de interacção entrevistador/a/entrevistada e provocam sentimentos diversos e por vezes contraditórios. O fluir de recordações, agradáveis, dolorosas, provoca a constituição de um discurso que procura dar sentido, não só ao passado mas também ao presente em que a pessoa está. A entrevista é sempre uma interpretação e um pôr em valor da experiência individual e colectiva. No quadro da história de vida, a pessoa desencadeia uma reflexão sobre o modo como se formou, e como se apropriou do seu património vivencial; desenvolve mecanismos de escuta e tradução das experiências passadas e dos saberes adquiridos, articulando-os com uma recontextualização que os projecta no futuro. Através de um entendimento retrospectivo,

a história de cada pessoa integra-se numa dupla dinâmica: a do percurso de vida e o significado que cada um/a lhe atribui¹⁶⁶.

O recurso ao processo de entrevista para recolha de informações permite aos actores sociais uma acção consciente e reflectida, capaz de viabilizar uma abertura para a sua própria afectividade e existência. Neste sentido, implica deixar-se penetrar no seu mundo actual preceptivo e aceitar a sua comunicação, ter sensibilidade constante às suas vivências, às suas mudanças de vida e ao que isso representou ou ainda representa. Trata-se, pois, de dar oportunidade à pessoa de transmitir um saber enquanto experiência, narrado num processo de descoberta de si mesma.

Nesta perspectiva, o processo narrativo é formativo, mas pode adquirir outros significados e outras direcções, consoante o quadro axiológico dos/as actores/as, que é importante na elaboração das suas representações relativamente ao processo. São as suas representações que contribuem para situar as suas narrativas numa perspectiva funcionalista ou intervencionista. Operacionalmente, são elas que ajudam a ditar o modo como a pessoa vai lidar com os instrumentos de mediação e o sentido que o processo pode tomar depende, portanto, da participação, da consciência da natureza complexa do processo e dos seus determinantes implícitos e explícitos. Ganhar consciência do direito da entrevistada se expressar deve fazer parte da postura interna da entrevistadora e pode ajudar a deslocar a sua intervenção para um espaço comunicacional onde seja possível a elucidação e a expressão dos interesses das entrevistadas. A falta de postura crítica pode comprometer o papel formativo da recolha, porque esta pode funcionar apenas como uma fonte sobre acções fragmentárias e parciais. Subordinada à problemática da objectividade, a individualidade das entrevistadas reduz-se “a conjunto de materiais biográficos justapostos [que quebram] a sua unidade sintética [transformando-a num] simples protocolo em bruto”¹⁶⁷

A História Oral possibilita *o resgate de experiências, visões do mundo, representações passadas e presentes* e a análise interpretativa torna-a mais fiável, quando cruzada com documentos. A acção de rememorar não é uma postura passiva, ela exige compreender no presente para entender o passado¹⁶⁸. A memória surge então como *um acto de intervenção no*

¹⁶⁶NÓVOA, A; FINGER, Mathias (org.) – *O Método (auto) biográfico e a formação*. Lisboa, Artes Gráfica, 1988, pp.12-16.

¹⁶⁷FERRAROTTI, F. – Sobre a Autonomia do Método Biográfico, in Nóvoa, A. de Finger, M.(orgs). *Op, cit*, 1989, p.21.

¹⁶⁸MONTENEGRO, A. – *História Oral e Memória. A cultura popular revisitada*. Brasil, S. Paulo, Editora Contexto, 2003, p.15.

*caos das imagens guardadas, que exige do próprio um trabalho de recriação*¹⁶⁹.

Para Meihy¹⁷⁰, a História Oral inclui uma apreensão do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo decurso histórico não está acabado. É isso que dá o timbre à história oral como história viva. A História Oral tem provado ser uma variante importante para o conhecimento e corresponde à carência de preenchimento de espaços eficazes, para dar sentido a uma cultura esclarecedora de acções sociais observadas pelas pessoas, que recebem as dúvidas e as dádivas da vida actual. Uma das características mais relevantes da história oral é a sua vocação universal. Ao respeitar as diferenças de cada um/uma ou de cada grupo facilita a compreensão das identidades e dos processos de construção das narrativas. Tanto a vida quotidiana, como os factos mais relevantes adquirem igualdade, na medida em que se entrelaçam para defender a coerência da vida colectiva. As descrições pessoais obtêm um alcance social, quando cada pessoa esteve ou está inscrita num grupo ou associação que lhe serve de contexto. Dessa forma se “neutraliza a relevância de uma história oral valorizadora do indivíduo como se fosse uma abstracção. A história oral é sempre social”¹⁷¹

2. Análise quantitativa e qualitativa

O acervo a que tivemos acesso contém documentos impressos: jornais, revistas, boletins, brochuras, entrevistas, documentos e livros oficiais e officios, correspondência nacional e estrangeira; imagens e fotos; documentos manuscritos: cartas e cadernos pessoais, folhas soltas e actas. Quantificamos 9.383 fichas de inscrição de cada associada, que nos facultarão o conhecimento do local de origem e do local de migração das empregadas domésticas, a idade de inscrição no Sindicato, o género e o número de empregadas domésticas internas, externas ou de mulher a dias.

A quantificação constitui para muitos investigadores um ideal e mesmo uma norma mínima requerida. Contudo ela coloca alguns problemas quer em História quer em Educação, porque à partida a quantificação é apenas um código numérico para assinalar cada um dos diferentes estados que pode tomar uma característica, entre um conjunto das que manifesta um grupo. A interpretação de uma síntese de dados numéricos não é suficiente, na maioria dos

¹⁶⁹MALUF, Marina in MIGNOT, A. Christina; Bastos, M, Helena, Cunha, M. Teresa, (orgs) – *Refúgio do Eu. Educação, História, escrita autobiográfica*. Florianópolis, Mulheres, 2000, p.85.

¹⁷⁰MEIHY, José Carlos S.B. - *Manual História Oral*. S.P., Edições Loyola, 2005.

¹⁷¹ Ibidem, op., cit., 2005, pp.19/26.

casos, para a compreensão dos processos sociais e educativos. Tanto a análise qualitativa como a quantitativa não podem ser exclusivas, pois ambos os métodos devem ser ajustados às características do objecto e à problemática, sendo sempre necessário interpretar os resultados de análise. A significação dum tratamento técnico de dados apenas faz sentido quando envolve o contexto material que fornece os dados e, por implicação, o/a pesquisador/a que os recolhe e elabora¹⁷².

Na senda Rebeca Fernandes entendemos que os métodos qualitativos e quantitativos são formas de abordagem de aspectos diferenciados de um facto, em que o mais importante é a fiabilidade e a veracidade a ser apreendida do que o método de captação¹⁷³. Claro que o método é o garante da verificação dos procedimentos, da sua validade e por isso, também, do valor a atribuir às afirmações e interpretações que sobre os factos são feitas. A investigação qualitativa tem como objectivo aproximar-se do mundo interior, das representações e intencionalidades dos actores/as comprometidos/as em mudanças simbólicas como é o caso dos processos educativos. Privilegia o estudo de caso, as entrevistas, as histórias de vida pessoal ou de grupo.

O facto de termos realizado entrevistas em que possibilitámos um espaço - tempo de encontro e escuta às entrevistadas sobre os acontecimentos que viveram no Sindicato do Serviço Doméstico, por elas instituído, suscitámos que elas fizessem uma retrospecção ao seu passado. Ao analisar o conjunto constituído pelas 15 entrevistas realizadas, procurámos desenvolver uma epistemologia da escuta, onde a problemática da explicitação e da implicação se subordinam à problemática da replicação e da objecção, ou seja construir uma mediação imprescindível a uma auto-reflexibilidade partilhada¹⁷⁴. Considerámos, no nosso caso, a implicação na problemática de investigação condição, mais do que obstáculo, para a validade da mesma.

Na III Parte utilizamos sobretudo uma análise qualitativa dos ego-documentos, o que nos permitiu a reconstituição do passado que as entrevistadas retêm na memória, ainda que possam apresentar alguns paradoxos, devido à amplificação de traços episódicos emocionais do passado, à distância temporal e à busca de congruência do passado com o presente. Mas esses

¹⁷² VAN DER MAREN, Jean-Marie. *Méthodes de Recherche pour l'Éducation*. Bruxelles: De Boeck Université, 1996, p.97/98.

¹⁷³FERNANDES, Rebeca - “Construção da informação qualitativa uma tarefa complexa in ETD – Educação Temática Digital”, Campinas, SP. Papirus, V.10, nº1, 2008, pp.240-247.

¹⁷⁴CORREIA, J. A. - *A Construção Científica do Político em Educação*, Revista Educação, Sociedade & Cultura, nº15, Porto, Afrontamento, 2001 (b), pp.19-43.

paradoxos vão sendo resolvidos através da triangulação dos dados e pela visão histórica que sustenta a pesquisa.

A análise qualitativa tem em conta a condição humana do sujeito/objecto de estudo, numa observação atenta de tudo, porque tudo é importante e está impregnado de sentido. Por vezes as reacções, o olhar, o sorriso ou qualquer gesto pode ser tão ou mais expressivo e profundo do que as próprias palavras proferidas na entrevista. Torna-se impossível circunscrever o entrevistado a um objecto, pelo que importa contextualizar o espaço e o tempo em que o passado foi vivido, ter em conta os acontecimentos sócio – históricos de cada época. Há sempre um antes e um depois, e no caso do nosso objecto de estudo, em Portugal, as condições sociais e históricas de utilização da palavra e dos actos que se realizavam alteraram-se da noite para o dia.

Reconstituir, reinterpretar a circularidade do discurso intrínseco, que reinterpreta novamente uma interpretação, com o objectivo de recolher mais profundamente e com mais intensidade a novidade, que se quer reconstituir criticamente, é a finalidade da abordagem qualitativa.

2.1. Entrevista Focus/Grupo

A entrevista qualitativa em grupo tem como objectivo estudar os efeitos que acontecem nos indivíduos ao interagirem uns com os outros. É ainda uma possibilidade para se conhecer algo que aconteceu fora do grupo e que por vezes individualmente não é possível reconstituir.

O/a investigador/a tem uma função activa na condução da entrevista, colaborando para a representação da situação que foi vivida, averiguando o significado. Pode pedir aos entrevistados que pormenorizem e não se contentem com resumos ou esquemas gerais, verificar em que contexto os estímulos intervêm e quais os afectos que produzem. O/a entrevistador/a é um/a líder circunstancial de um pequeno grupo, que deve ter a capacidade de decisão, adaptação às situações, que se modificam na interacção grupal. Mas deve ser capaz de iniciar uma conversa interessante, motivar os intervenientes, interromper quando há desvios, alterar ou manter o fio da discussão. Deve conseguir acelerar, esperar, impor ou tolerar intervenções, expressões ou mesmo temas que não seja o seu objectivo primordial. Ao entrevistador/a cabe-lhe a responsabilidade analítica e sintetizadora, que dilata e executa. É

ele/ela que tem de discernir o que é importante do que não interessa, o que deve ser aprofundado e analisado, o que enriquece o diálogo ou é um simples ruído de palavras.

Num grupo focalizado é sempre preferível que as pessoas se conheçam entre si de acordo com o tema ou o objecto de estudo, tendo em conta a fiabilidade, pelo que o tamanho do grupo deve situar –se entre três ou onze pessoas¹⁷⁵. Se for um grupo de seis ou sete pessoas torna-se um grupo cómodo para conversar e fácil para moderar, impedindo que uma só pessoa imponha os seus pontos de vista ou fale em excesso e permite distribuir melhor o tempo, de forma que todos possam intervir.

A conversação deve ser orientada pelo investigador, mas o guião a utilizar não define nem o conteúdo, nem a forma, nem mesmo a ordem das perguntas: é um mapa que indica a direcção da conversação, o território temático a explorar. O tema é mais importante que o guião pelo que deve ser concreto para ser operativo, devendo-se precisar a centralidade do tema, as dimensões e aspectos fundamentais que interessam ou não interessam, segundo uma hierarquia de importância. Para o pleno êxito de uma discussão focalizada deve-se partir do geral para o particular, do mais público para o mais íntimo. O primeiro tempo ou fase para se obter esse resultado é facilitado se o grupo já estiver formado, mesmo sentado e estabilizado, conhecendo o motivo do encontro ou porque foi convidado. O entrevistador/a deverá apresentar-se, expor os fins gerais, o tema que lhe interessa discutir e estabelecer as regras do jogo, para que o grupo ganhe confiança e gosto por colaborar. Cada elemento do grupo é convidado a apresentar-se, o que facilita o início do diálogo participante.

Após a apresentação de cada um/uma das pessoas presentes inicia-se a conversação em torno da ideia central. No nosso caso era compreender quais as influências e organizações que contribuíram para a iniciativa das empregadas domésticas se organizarem e fundarem um Sindicato profissional de classe. Para se adquirir uma estrutura e criar uma dinâmica própria é necessário estar atenta, para que não haja monopolização por parte de algum dos entrevistados, nem silêncios improdutivo. Também não se deve deixar que um elemento ou o próprio grupo se centre numa só dimensão, porque pode estar dominada quer pelas emoções ou ressentimentos vividos. Pelo contrário, deve conseguir que descrevam as recordações que têm dos acontecimentos, a forma como as pensam e avaliam.

A função da/o entrevistador/a tem de ser de grande presença comunicativa, de forma verbal ou não, sem nunca impor um critério avaliativo. A sua tarefa é extrair o máximo de

¹⁷⁵GREEN, J. &HART, L. -. *The impact of context on data. In Developing Focus Group Research, Politics, Theory and Practice*. London Sage Publications, 1999, p. 22.

informação ou avaliação que as pessoas possuam e não ser ela a transmitir. Deve manter uma interacção social e uma técnica de relançamento da conversação de forma a manter vivo o diálogo e a motivação. A sua posição deve ser de neutralidade interessada e ao mesmo tempo de distanciamento do grupo, mantendo como única regra um contacto dinâmico, que seja quase invisível mas simultaneamente eficaz, dando atenção aos problemas funcionais e interpretativos, sem perder as achegas individuais de cada um, as opiniões ou os juízos que possam acontecer. Dessa forma pode determinar o carácter individual do que se expressa no grupo, assim como o carácter colectivo expressado individualmente, que constitui a originalidade da análise da entrevista em grupo.

A entrevista em “focus grupo” poder-se-á assemelhar à construção de um drama, em que cada pessoa expressa a sua personalidade e ao mesmo tempo contribui para a produção do contexto social em que o tema é analisado. A participação do sujeito não se reduzirá a reproduzir o mesmo dos outros entrevistados, mas responderá a questões concretas, diferenciando o sentido individual da mesma experiência. No entanto, pode acontecer que elementos do grupo devam ser entrevistados individualmente, porque podem inibir-se de falar em grupo sobre determinados temas¹⁷⁶. Esta técnica coloca novos problemas à análise histórica dos relatos produzidos e torna mais evidente o carácter construído da entrevista, a importância do contexto, das relações entre os elementos do grupo com o próprio entrevistador/a e as motivações dos participantes. O relato não existe fora do contexto criado para a sua emergência e há que ter em conta a qualidade da informação de que os elementos são portadores. Sabem todos do que falam? Com que conhecimento de causa? Estas são preocupações a ter em conta na elaboração do grupo. O grupo potencia uma situação em que se multiplicam as reacções individuais e se cruzam os vários pontos de vista. As pessoas presentes encontram estímulos para descobrir, analisar, descrever as suas experiências, ideias, atitudes e mesmo a sua conduta. O grupo é o fomentador, mas cada pessoa que o forma tem oportunidade de dar o seu parecer, de fortalecer a sua auto-análise, sem estar preocupado/a com a auto-observação do que pode acontecer, como quando se encontra numa entrevista individual, mesmo que esta seja aberta. Tem ainda possibilidade de articular com mais clareza e precisão o resultado das suas próprias observações e análises, uma vez que cada um/uma se relaciona com o seu subconsciente ao encontro do sentido comum, o que por vezes escapa à reflexão individual. O diálogo dá força ao grupo e ajuda a vencer barreiras, a clarificar os

¹⁷⁶GREEN, J. & HART, L. - *op. cit.*, 1999, p. 40.

acontecimentos vividos e já afastados da memória, assim como a descrição de situações e compreensão das ideias na sua generalidade. O grupo, quando provocado para a discussão, atinge mais profundidade e consegue captar com maior facilidade o objectivo da entrevista. Nessa medida dá oportunidade ao/à investigador/a de conhecer melhor ou confirmar as suas dúvidas e ambiguidades na pesquisa. A descrição de situações pouco claras, de um colectivo, podem-se analisar melhor em grupo do que individualmente, porque escutamos e registamos os diferentes pontos de vista sobre a mesma questão, as reacções, as discussões, os modos de pensar e agir.

Uma entrevista “focus grupo” tem interesse para o investigador quando deseja conhecer uma experiência, situação ou uma acção. É uma entrevista não dirigida, mas que pretende responder a questões muito concretas, ainda que alguns dos elementos que participem no grupo possam só ter estado apenas indirectamente envolvidos. O importante na discussão de “focus grupo” é possibilitar um acesso rápido da interacção com companheiros/as¹⁷⁷, “como um potencial para aceder às formas onde os outros constroem os seus conhecimentos sociais ou como um meio de integração e participação democrática”¹⁷⁸. O espaço de tempo em que decorre a entrevista torna-se um lugar de escuta e de debate, para captar determinadas questões sobre investimentos feitos ou factos vividos, em determinada época. Este tipo de entrevista não é uma reconstrução de uma experiência pessoal. O entrevistador/a conhece directa ou indirectamente a situação, mas porque é uma entrevista aberta, possibilita relatos imprevistos, que podem levantar hipóteses e novas interpretações à experiência vivida¹⁷⁹.

A análise prévia da situação que o/a investigador/a pretende explorar é o elemento chave, que lhe permite delinear e distinguir, num primeiro momento, os elementos objectivos dos subjectivos e decidir os eixos de orientação. Os silêncios, distorções, idealizações e os bloqueios referentes aos dados objectivos podem ser identificados, descritos, interpretados pessoalmente utilizando critérios de valor - o que é lógico, simbólico. As tensões da própria experiência em que porventura participaram podem conter outros elementos ocultos.

¹⁷⁷GREEN,J.& HART,L. -.*op, cit*, 1999, p. 21.

¹⁷⁸FRANKLAND e BLOOR - *Some issues arising in the systematic analysis of focus group materials*, *In op, cit*, 1999, p. 145.

¹⁷⁹Idem, *op, cit*, 1999, p.82.

3. Fontes

3.1. Fontes manuscritas

As fontes manuscritas que compõem o corpus documental informam sobre os processos e os conteúdos formativos e são constituídos por cadernos pessoais de Conceição Ramos desde 1962 até 1980 e de Helena Freitas desde 1976 a 1980, pela correspondência recebida por Conceição Ramos antes do 25 de Abril, e a outra correspondência arquivada, livros de Actas oficiais da Cooperserdo e rascunhos sobre vários assuntos.

Conceição Ramos confiou-nos as suas relíquias¹⁸⁰, que mantinha bem guardadas e conservadas, e que representam o trajecto da sua vida de militante na JOCF entre 1962 e 1974, assim como os cadernos utilizados para registar as actividades realizadas até 1980. O que nos permitiu acompanhar o seu percurso de militante da JOCF e, posteriormente, de dirigente sindical, no confronto das semelhanças e dissemelhanças com os cadernos pessoais de Helena Freitas, também ela dirigente sindical. Por essa razão decidimos dividir a análise interpretativa, que faremos na III Parte, em dois períodos: antes e depois do 25 de Abril de 1974. No primeiro período são considerados os cadernos pessoais e algumas cartas pessoais confiadas por Conceição Ramos de 1962 até ao 25 de Abril 74. O conteúdo dos cadernos pessoais de Conceição Ramos apenas pode ser confirmado ou completado com a entrevista que realizámos em grupo. O processo formativo inicial de cada uma das entrevistadas até ao 25 de Abril será também analisado no primeiro período, acompanhado pelas notícias de dois jornais de 1973¹⁸¹.

Após o 25 de Abril utilizámos os restantes cadernos de Conceição Ramos, os cinco cadernos de apontamentos de Helena Freitas¹⁸², alguns rascunhos de actas da Direcção do SSD, tudo documentos que nos foram emprestados pelas próprias, umas folhas soltas da Angélica¹⁸³ e os respectivos documentos produzidos pelas dirigentes e activistas do SSD e Cooperadoras.

3.1.1. Cadernos pessoais e folhas manuscritas

¹⁸⁰ Amavelmente confiadas pela própria Conceição Ramos, 1ª Presidente da direcção do SSD, assim como outros documentos.

¹⁸¹ JORNAL NOTÍCIAS, *Empregadas Domésticas*, 11.09.73 e REPÚBLICA - *O que pretendemos é nos respeitem - Empregadas Domésticas Previdência rever*, 11.09.73 1ª e pág. centrais.

¹⁸² Gentilmente confiados pela própria, 1ª Secretária da direcção SSD, Helena Freitas, assim como outros documentos.

¹⁸³ Amavelmente confiados pela 1ª Presidente da Assembleia-geral, do SSD.

Os cadernos que guardaram durante trinta anos são pedaços do trabalho físico e intelectual, do esforço, dedicação e aposta na mudança da sociedade, das suas vidas e das suas colegas de profissão. Revelam como ocuparam os seus tempos livres, como se desenvolveram, como procuraram ajudar-se e como mutuamente foram progredindo no conhecimento político, sindical, cultural e na capacidade de pensar, desenvolver projectos, executá-los, formar-se e formar outras colegas. Neles visionamos a realização pessoal de mulheres, que muito jovens sonharam, como qualquer outra jovem da sua idade, ter um futuro melhor, adquirir novos conhecimentos, ter novas oportunidades de aprender e viver.

Folheando os cadernos descobrimos a capacidade organizativa que adquiriram e que ainda hoje os processos educativos formais se mostram incapazes de promover entre os jovens, de modo a potenciar uma inserção sócio profissional com sucesso. Pensamos que para algumas das empregadas domésticas deve ter sido muito difícil a aquisição dessas competências enquanto que para outras terá sido mais fácil, conforme a experiência que tinham adquirido no método de organização do trabalho doméstico e no contacto diário com os patrões, e também se tinham tido ou não possibilidades de participar em actividades formativas, como foi o caso das militantes da JOCF e LOCF. A metodologia de organização tanto se aplica ao trabalho intelectual como ao trabalho manual, pois ambos exigem um projecto ou seja, a enumeração das várias acções a desenvolver. Perde-se mais tempo, diminui-se a possibilidade de êxito e aumenta-se o stress quando nos lançamos para a execução de qualquer tarefa, sem uma prévia reflexão mental ou escrita de como, porque e para que vamos realizar a tarefa, onde, em quanto tempo e com que objectivo. Observamos essa aprendizagem nos cadernos de Maria da Conceição Ramos, a partir de 1960, tendo apenas quatro anos de escolaridade. Voltamos a observar na Maria Helena Pereira, com três anos de escolaridade feitos já a servir, em criança.

No desempenho responsável de dirigir um Sindicato com quase 9.500 associadas e uma Cooperativa, com serviço de refeições, domicílios, creches e lavandarias, elas e as restantes colegas conseguiram desenvolver a sua capacidade de escrita, escuta, reflexão, participação. Na III parte da Tese a análise dos cadernos pessoais e outros documentos manuscritos serão as fontes principais para a compreensão dos processos de formação que viveram e suas aprendizagens. Neles encontramos assuntos a tratar, o desenvolvimento de reuniões muito diversificadas. Tinham o cuidado de datar, intitular o tipo de reunião, o nome das participantes

e a ordem de trabalhos¹⁸⁴, o que se passava nas reuniões e que devia constar do livro de Actas da Direcção¹⁸⁵.

O primeiro caderno de Conceição Ramos tem uma boa apresentação e está muito bem conservado e encapado,¹⁸⁶ escrito a esferográfica preta ou azul, com sublinhados a vermelho. Está escrito com uma letra redonda que indicia a pouca prática de escrita, onde se notam alguns erros ortográficos e poucas rasuras. É constituído por 114 páginas A5, pautadas. Foi utilizado entre 1962 e 1972. Abrange portanto um período de dez anos. O 2º caderno¹⁸⁷ é iniciado em 3.1.1972 e concluído no Carnaval de 1973. Para o 3º foi utilizado um caderno escolar¹⁸⁸ iniciado em Janeiro de 1974 e que termina em meados de 1975, o que divide o período antes e o depois do 25 de Abril. No 4º é utilizado um bloco de apontamentos e vai de 1975 a 1976¹⁸⁹. Os 5º, 6º e 7º são também blocos de apontamentos do mesmo modelo, respeitantes a 1976/77, 1977/78 e 1979¹⁹⁰., respectivamente. No caderno nº8, o modelo é A4,

¹⁸⁴ Um exemplo “Caderno de Apontamentos, de Maria da Conceição Ramos, 1977 - *Reunião de Direcção em 4.08.1977, presente Conceição Faria, Helena, Maria Emilia e Conceição Ramos*, [quatro elementos da Direcção do SSD]. Ordem de trabalhos: *Informações, Discutir cargos dos Dirigentes, ponto da situação, grupo cultural e Boletim*.

¹⁸⁵ [Por exemplo: tomaram conhecimento do trabalho realizado na Sede; da decisão de fazer um levantamento das associadas com cotas atrasadas e escrever-lhes. Também foi dado conhecimento do número de processos resolvidos até aquela data ou seja 125 processos. As associadas apresentavam as suas queixas à Direcção do SSD, que tentava resolver com a entidade patronal, directamente ou com o apoio jurídico do advogado contratado para a execução dessa tarefa, mesmo sem ter sido aprovado oficialmente a Contracto Colectivo de Trabalho. Segue-se a descrição do trabalho realizado por cada uma, onde surge a informação dada pela Maria Emilia]: “*realização de uma reunião na Rua de Castilho com quatro pessoas de esclarecimento e a marcação de nova reunião*”; [fica-se a saber que a Helena participou na reunião da] “*eleição do secretariado União dos Sindicatos de Lisboa, com lista única e que votou a favor*”. [A Conceição Faria informa que reuniu] “*com o grupo cultural com a presença de dez pessoas e que decidiram levar a efeito uma peça do Eça com a luta das empregadas domésticas. Realizar actividades culturais com o objectivo de despertar as pessoas e levá-las a participar*”. [A dinamizadora sindical, era a Presidente da Direcção, tinha a seu cargo]: “*o levantamento das delegações a nível nacional; saber o número de sócias de cada delegação, as dificuldades existentes, marcação de reuniões, mapa de cotizações e formas de apoio jurídico; coordenação de artigos para o Boletim, assistência ao sindicato, informar a direcção dos problemas actuais e coordenar o trabalho das dirigentes. Assinar documentos da tesouraria*”.

[A 3ª página da acta informa que receberam uma carta do 1º. Ministro a comunicar não ser possível a audiência, pelo que decidiram voltar ao Ministério do Trabalho no final de Agosto. Como de facto aconteceu pelas notícias que lemos nos jornais de Setembro de 1977]. [Ainda a decisão de] “*intensificar as reuniões nos bairros com discussão dos problemas e compromissos assumidos, como seja: Lisboa, Coimbra, Algarve, Setúbal, Aveiro, Porto, Figueira da Foz, Barreiro, Torres Novas, Santarém, Montemor-o-Novo, Évora, Mangualde, Sintra, etc*”. [Prosseguir a acção sindical aos fins-de-semana, apontando reunião em Setúbal. Ainda a informação do Boletim na tipografia na semana seguinte e a decisão de marcação de férias de uma delas].

¹⁸⁶ Este primeiro caderno, de 1962/1965, as capas são de cartão grosso com os rebordos nos cantos em pano, com uma capa de plástico de cor vermelha a proteger e de folhas espessas pautadas com 22 linhas, cozido manualmente no formato de livro, com tamanho A5.

¹⁸⁷ É também um caderno A5 com espiral a unir as 71 folhas pautadas.

¹⁸⁸ Na capa colocou onde estava a palavra aluno - o nome; ano: 12º; disciplina: Libertação do povo; no Horário: segunda: Paço Arcos; quarta: Estoril.

¹⁸⁹ É pautado com 128 páginas, modelo A5.

¹⁹⁰ Na capa está escrito *Cadernos de assuntos da Base*, tem apenas 56 páginas.

com 120 páginas, iniciado em 1977 vai até 1979¹⁹¹. O 9º caderno é quadriculado, também A4, lombada em espiral, iniciado no final de 1977 e termina no início de 1980, com 94 páginas. Os nove cadernos de apontamentos¹⁹² são temporalmente sequenciais. Os dois últimos cadernos apresentam menos anotações e mais texto escrito, quer dos cursos, quer do Congresso ou de participação em Assembleias-gerais de Mulheres, de Sindicatos. Notam-se menos erros ortográficos e a letra indicia uma actividade de escrita continuada; as informações tendem a ser mais sucintas.

Os cadernos de apontamentos de Helena Freitas são cinco, modelo A5: três de papel quadriculado, um bloco e um caderno sem linhas. A letra é igualmente de quem tem pouca prática de escrita, com alguns erros ortográficos. Só possuímos cadernos a partir de 1978. Na capa de cada um estão assinalados os assuntos e as respectivas datas. Possuímos dois cadernos de 1978, em que constam várias actas, reuniões de direcção, encontros de delegadas e reuniões de sócias nos bairros de Lisboa. Num bloco de apontamentos, ocupa a escrita com o que de mais significativo aprendeu no Encontro Sindical de Delegadas, a nível nacional, de preparação para o Curso de Férias e no próprio Curso, que se realizou de 12 a 20 de Agosto de 1978, em Celorico de Bastos, sua terra natal. Em 1979, Helena Freitas apresenta um caderno para as reuniões da Cooperativa e do Sindicato. Outro caderno é destinado às reuniões de preparação do 1º Congresso e do curso de activistas; o terceiro para o próprio Congresso do SSD.

Os cinco cadernos de Helena Freitas encontram-se bem conservados, a letra revela uma escrita apressada, apresentando muitas vezes apenas os tópicos das reuniões, mas sempre com a data, a ordem de trabalhos e os compromissos ou assuntos pendentes a serem tratados posteriormente. No primeiro caderno de 1978, encontramos imensas reuniões, quer de direcção, de delegadas, como rascunhos de actas e reuniões realizadas em vários bairros de Lisboa em que era delegada sindical. E nas últimas páginas encontramos todo o plano das actividades a realizar durante o ano, assim como em síntese, a data e os locais em que efectuou reuniões nos bairros. Desconhecemos se foi escrito posteriormente, uma vez que é uma letra menos apressada, sem erros, o que acontece quando se escreve sem ser apenas apontamentos.

¹⁹¹Na capa, para além do endereço do Sindicato Serviço Doméstico e do nome tem à frente *dirigente sindical*.

¹⁹²Ainda que encontremos alguns blocos de apontamentos do mesmo ano, cada um tem finalidades diferentes, um para as reuniões do Sindicato e outro bloco para as Reuniões da Base-Fut/Frente Unitária de Trabalhadores, que se tinha formado com militantes da JOCF e LOCF e cuja Sede era na mesma Rua da Sede do Sindicato.

3.1.2. Correspondência

A correspondência pessoal obtida de uma das dirigentes é constituída por cartas de uma colega que emigrou para a França e de um amigo da JOC. O conteúdo pode-nos ajudar na análise do seu trajecto na JOCF e as competências que adquiriu e mobilizou antes do 25 de Abril. Após o 25 de Abril a correspondência manuscrita é diversa, uma vez que as empregadas domésticas enviavam cartas para o SSD, com dinheiro das quotas, por dificuldades de se dirigirem à Sede ou às delegações e também a expor os seus problemas com a entidade patronal. Umam eram escritas por elas próprias, conforme sabiam, outras pediam a alguém da sua confiança para que o fizesse.

Deparamo-nos com vários tipos de correspondência no meio da restante documentação. Essa correspondência é constituída por cartas escritas, quer pelo SSD, quer as respostas dadas pelos vários Ministérios ao Sindicato após o 25 de Abril; cartas escritas às associadas, a enviar o cartão de sócia ou respostas a esclarecimentos pedidos por empregadas domésticas ou por patrões. Já a maioria da correspondência da Cooperserdo é de fornecedores de produtos para os vários serviços que funcionavam na cooperativa ou a cópia dos pagamentos efectuados. Também localizamos correspondência com algumas Cooperativas como Uninorte ou o Instituto António Sérgio ou outros Sindicatos.

Há ainda uma extensa correspondência mantida com organizações estrangeiras: Sindicatos, Movimento de Mulheres e alguma correspondência individual, da passagem ou estadia nas duas instituições de algumas dessas pessoas.

Ana Maria Pessoa, na investigação que realizou para a tese de doutoramento, encontrou na Revista *Os Nossos Filhos* imensas cartas, escritas por senhoras da burguesia, que se queixavam das suas criadas. Também tivemos acesso a cartas escritas por uma empregada doméstica, que emigrou para a França, para a sua colega e amiga a trabalhar no nosso país, nos anos 70. Recuperámos cartas de outros sindicatos portugueses e de organizações estrangeiras a apoiarem o SSD. Também encontramos várias cartas escritas por patrões/patroas nas revistas como a “Crónica Feminina” ou em jornais, a falarem das empregadas domésticas.

O objecto de estudo do acto de escrita de uma carta, segundo Maria Rosa Camargo, tem de ser procurado nas tramas obscuras do enredo delineado pelas condições em que a carta é escrita, ou lida, pela conjuntura em que é feita, a finalidade e os objectivos e por último, pela forma de relacionamento entre o /a que escreve e o/a que a recebe ou seja, escritor e leitor. Já

para Certeau as cartas não são uma escrita construída mas a representação do mundo social de quem as escreve¹⁹³.

As cartas escritas aos patrões ou respostas dadas revelam o pensamento quer das trabalhadoras quer dos patrões, numa época efervescente como foram os primeiros anos após o 25 de Abril. As cartas escritas pela Cooperserdo têm um cunho diferente. Uma Cooperativa de serviços tem correspondência de firmas fornecedoras de produtos, como correspondência de pedidos de orçamento, pedido de donativos; correspondência com as instituições congéneres como é o caso da Uninorte ou com o Instituto António Sérgio e outras entidades de apoio ao Cooperativismo. Quer a Cooperserdo quer o Sindicato mantiveram ainda uma grande correspondência com Sindicatos, organizações de Mulheres, organizações estatais como é como caso da Direcção Geral de Educação de Adultos (DGEP) e ainda com organizações estrangeiras. Esta diversidade de correspondência exige uma seriação para compreender o significado deste intercâmbio, a razão da escrita num espaço e tempo muito específico, e num contexto não familiar, mas colectivo. Acaba por nos comunicar a dimensão da expansão do SSD e da Cooperserdo, assim como os interesses, os assuntos abordados por escrito, quais os mais pertinentes e quais os objectivos dessa troca de correspondência. Inicialmente interrogarmo-nos se era uma correspondência apenas administrativa ou se possuía elementos com significado para o nosso estudo. A variedade de cartas obrigou-nos a uma organização das mesmas num quadro em que fosse possível apreender, progressivamente o modo e o procedimento usado por quem escreve, mais ou menos elaborado, com afectos ou apenas uma relação comercial, sindical ou cooperativa: “por quem e para quem; de que forma - manuscrita ou dactilografada; que tipo de cartas eram enviadas ou recebidas pelo correio; se estão datadas, de onde, foram enviadas e onde foram recebidas”.

A leitura, mesmo que transversal da correspondência, pode fornecer-nos elementos que nos conduzam a um novo traço da investigação, pode apenas ser um complemento, uma confirmação dentro do campo de estudo ou o início de uma pesquisa posterior. E por último, pode ser o meio para descobrir o início do novelo para tecer a malha complexa ou simplificar a elaboração de uma nova escrita de que resulte um texto histórico, onde se articula memórias, factos, com os processos educativos desenvolvidos.

3.1.3. Actas Oficiais

¹⁹³CAMARGO. M. Rosa, in MIGNOT, Ana Cristina; BASTOS, Maria Helena; CUNHA, Maria Teresa (orgs). - *Refúgios do eu. Educação, história, escrita autobiográfica*, Editora Mulheres, Florianópolis, 2.000, pp.203-204.

Os livros de Actas para cada uma das instituições eram três: as folhas eram numeradas e rubricadas pela presidente de cada um dos órgãos sociais, para impedir que alguma folha fosse arrancada. Encontram-se assinadas todas as actas de acordo com as representantes dos respectivos órgãos eleitos: Assembleia-Geral, Direcção e Conselho Fiscal. Conseguimos acesso aos três livros oficiais de Actas da Coopserdo até à alteração dos Estatutos. Os livros encontram-se com o registo do Cartório Notarial. Encontramos ainda alguns rascunhos manuscritos das actas, quer do SSD quer da Coopserdo, em folhas soltas ou nos cadernos pessoais.

3.2. Fontes Impressas:

3.2.1. Jornais e Boletins do SSD

No Sindicato, os jornais em que as empregadas domésticas fossem notícia eram devidamente arquivados, por assuntos e datas, desde 1973 até 1985. Encontramos jornais nacionais e mesmo alguns estrangeiros: diários, semanários e mensários; jornais quer de partidos políticos, de sindicatos, regionais, paroquiais e revistas femininas. Nos jornais e revistas tanto encontramos artigos de opinião como outras notícias sobre o Sindicato. Cabem nestes últimos desde comunicados, moções, manifestações, convocatórias para convívios/festas, anúncios de assembleias-gerais, eleições, congresso e cursos como reportagens, conferências de imprensa ou mesa redonda; nos primeiros encontram-se respostas a artigos de opinião, que lhes eram dirigidos através da imprensa escrita. Esta divisão é um pouco simplista, mas utilizámo-la para efeitos de arrumação do material, pois entre as notícias aparecem aquelas que expressam e veiculam sobretudo opiniões e as que relatam, fornecem dados e informações.

Nos Boletins do Sindicato, além das informações, eram publicados textos de carácter formativo para as associadas. Os primeiros números, entre 1974 e 1976, eram designados “Boletim das Empregadas Domésticas – informativo”. A partir da data em que foram publicados os Estatutos no Diário da República passou a chamar-se *Boletim do Sindicato do Serviço Doméstico - informativo e formativo*, porque tinha a preocupação de informar mas também de formar. Esta traduzia-se na introdução de explicações sobre as leis de trabalho, a alfabetização e outros temas de solidariedade com os restantes trabalhadores. A mudança de nome marcava a diferença com o SLED (Sindicato Livre das Empregadas Domésticas), para que as associadas distinguíssem o boletim como sendo do SSD e não do SLED. O formato do

Boletim a partir do 3º número (os dois 1ºs é uma folha simples A4) é um desdobrável A 3, publicado normalmente três vezes por ano, salientando os acontecimentos respeitantes ao Sindicato, avisos, informações e temas formativos.

3.2.2. Estatutos

Encontramos várias cópias dos estatutos com emendas, anteriores à sua publicação, com várias alterações que foram produzidas e discutidas em Assembleia, até à versão final aceite pelo Ministério do Trabalho. Os Estatutos do SSD estão devidamente encadernados como brochura, constituído pelos diferentes capítulos e correspondentes alíneas, pelos quais se regia o Sindicato. A brochura dos Estatutos do SSD¹⁹⁴ é de capa azul, com o emblema do SSD e indica a aprovação pelo DR. N°143, III série de 21.06.1976.

Os Estatutos da Cooperserdo – Cooperativa Operária de Prestação de Serviços Domésticos -, também se encontram encadernados em brochura com capa amarela e são constituídos pelos diferentes capítulos e respectivas alíneas. Tal como apontam os Estatutos da Cooperserdo, a primeira direcção elaborou o Regulamento Interno que foi aprovado em Assembleia-geral de cooperadoras. O Regulamento Interno sofreu algumas alterações, à medida que iam surgindo problemas que não estavam contemplados. Essas alterações eram submetidas à Assembleia-geral para aprovação ou reprovação, após discutidas e votadas. O regulamento interno estava afixado num placard de notícias importantes.

3.2.3. Documentação de Arquivo sobre actividades formativas, recreativas e outras

Conseguimos visualizar e manejar algumas pastas de arquivo. Nomeamos algumas das principais pastas que folheámos, que nos possibilitou reconstituir a história do Sindicato Serviço Doméstico, a que nos referimos na segunda parte desta tese: correspondência desde a carta recebida e a cópia da resposta dada devidamente agrafada; pasta de arquivo sobre os Ministérios divididos por um separador, que indica qual o ministério; pastas de assuntos diversos também ordenados por datas e conteúdos; pastas de documentação estrangeira organizada por países; pastas de eleições onde constam as listas concorrentes, as assinaturas recolhidas e as votações dos vários mandatos; pastas de recortes de jornais nacionais e estrangeiros por datas; pastas de relatórios anuais de contas; pastas dos comunicados, moções, telegramas, circulares, actas de reuniões enviadas aos associados, algumas comunicações

¹⁹⁴Encontramos várias cópias dos Estatutos, dactilografados e emendados até à versão final apresentada em brochura, após a saída no *Diário da República*.

proferidas em público; alguns dos documentos do Congresso e dos Cursos de Formação organizados pelo Sindicato, folhas de delegadas, alguns documentos do Curso de férias, do Curso de preparação para o I Congresso e a acta do Congresso e do Curso de Quadros para Activistas. Muitos dos boletins do SSD apresentam textos elaborados nas aulas de Alfabetização. Destacamos ainda duas brochuras: uma é a peça de teatro que foi representada em várias localidades pelas associadas depois de reflectida, ensaiada e escrita nas aulas de Alfabetização. Foi dactilografada em folhas A3, dobradas e agrafadas, tendo na capa uma foto de empregadas domésticas a exibirem um cartaz. Existiu uma segunda versão, com capas diferentes e o mesmo título. Foi modificada com novos factos vividos pelas alfabetizadas para voltar a ser representada por outras actoras, empregadas domésticas de um grupo de formandas posterior. Encontrámos ainda outra brochura, que é a compilação dos documentos da intervenção do Sindicato sobre o infanticídio cometido por uma empregada doméstica. A capa amarela tem um esboço de uma mulher amordaçada e as palavras: “o caso de Alzira”.

Estas duas brochuras faziam parte do material que servia de tema para o diálogo nas sessões de alfabetização, assim como o jornal diário ou outros documentos recebidos, livros do Instituto António Sérgio, da Condição Feminina, Uninorte, Intersindical, Decreto-lei sobre o Estatuto do Trabalhador Estudante, sobre a legislação geral do trabalho, legislação sobre saúde e temas sobre saúde, habitação, associativismo e cooperativismo, etc. A documentação estava organizada devidamente em pastas de arquivo, com separadores de assuntos, por sequência de anos e datas, o que foi bastante facilitador para a consulta e que reflecte a capacidade que tiveram as dirigentes em aprender a burocracia exigida numa secretaria. Este serviço, que funcionou a partir de determinada altura com a ajuda de uma empregada de escritório, exigia a cada uma, também, a participação e a orientação do trabalho, o que competia às directoras. Este pormenor é significativo porque é revelador da capacidade inesperada daquelas mulheres. Pobres, com origens rurais, onde tinham um trabalho duro mas com algum espaço de liberdade, passaram para um trabalho doméstico num ambiente urbano, fechado e com regras de etiqueta, e daí para outro serviço totalmente diferente, de burocracia, relações públicas e outras, que nos competiu deslindar na complexidade dos objectos documentais, nas expressões, na argumentação e envolvimento manifestado a quando das entrevistas.

4. Fontes orais

O recurso à história oral justifica-se pela existência ainda das protagonistas e pelo facto dos depoimentos serem importantes na descodificação do próprio material a que tivemos acesso. A revalorização da oralidade tornou-se fundamental para o nosso objecto de estudo, porque nos possibilitou questionar as fontes escritas, porque qualquer fonte está sujeita a erros e a omissões. Os nomes de cada uma das entrevistadas ou actoras no processo é referido por vontade das próprias, porque recordam as práticas sociais que realizaram como sindicalistas e pretendem dar testemunho, para memória futura. Por essa razão não foi utilizado o anonimato.

Na utilização de diferentes fontes, como é o nosso caso, servimo-nos das narrativas orais como mais um dispositivo de suporte dialógico, que complementa as fontes documentais escritas e reforça o sentido da própria investigação. A entrevista aparece como um dos pontos de partida para a análise das diversas fontes e também como técnica, que produz outras fontes que formam um corpus documental. Como metodologia a história oral deixa de ser o objecto central, mas sim um recurso importante para a constituição e análise de um corpo documental com qualidades específicas. Ela possibilita “o resgate de experiências, visões do mundo, representações passadas e presentes”. E faz da acção de lembrar não uma disposição passiva, mas activa, porque exige uma inclusão no presente para a compreensão do passado¹⁹⁵.

4.1. Entrevistas

Recorremos às entrevistas semi-directivas efectuadas com auxílio de um guião, que construímos para esse fim, constituído por duas partes: uma com questões relativas à origem do Sindicato e uma segunda parte com uma pergunta aberta sobre a formação/educação a que tiveram acesso, quer ao longo da vida quer enquanto dirigentes ou delegadas sindicais.

A decisão de utilizar as entrevistas semi-directivas com perguntas abertas, pretendeu criar espaço para escutar os acontecimentos que as entrevistadas retinham na memória sobre as instituições que edificaram, quer sobre o seu processo de escolarização quer sobre as competências que adquiriram ao longo da vida, enquanto dirigentes e delegadas sindicais. Deu-nos a possibilidade de triangular a documentação impressa e manuscrita com a narrativa do que retêm na memória e assim validar metodologicamente a análise e interpretação da sua

¹⁹⁵Ibidem, *op. cit.*, 2005, p.42.

acção sindical e cooperativa. Ao mesmo tempo permitiu rastrear as competências adquiridas nesse processo.

A decisão sobre a identificação foi deixada à opção e vontade das próprias entrevistadas. Ao recordarem as suas práticas sociais, que realizaram como sindicalistas, as suas descrições assumem o carácter de testemunho de uma realidade histórica, geralmente desconhecida ou sujeita a interpretações intencionalmente distorcidas, ao serviço de análises assumidamente ideológicas mas que se pretendem apresentar como neutras. As nossas entrevistadas ao recusarem o anonimato pretendem dar testemunho, para memória futura, assumindo o seu passado e posicionando-se, ainda hoje, como as actoras sociais, em prol de uma memória social plural que lhe reconheça a voz.

As entrevistas que realizámos a algumas das iniciadoras ou activistas do SSD e Cooperativa constituem o anexo A. Preocupámo-nos em iniciar algumas das entrevistas pela segunda parte ou seja, sobre a formação lhes tinha proporcionado o colaborar no processo de criação das duas Instituições. Esta opção surgiu-nos a partir da realização das primeiras entrevistas, em que o entusiasmo em falar das suas vivências como militantes da LOCF, ou da Obra de Sta Zita, mais do que como trabalhadoras domésticas foi grande. No caso da Maria Angélica, ela fez um relato de tal forma pormenorizado, que a recordação do seu passado tornou difícil sair da complexidade, da implicação em que esteve empenhada. Devido ao nosso envolvimento na mesma época e na mesma causa, a entrevistada caiu em pormenores de afrontamento pessoal, de ajuste de contas com o passado e com as protagonistas desse tempo. Apesar disso, e em defesa da *verdade histórica*, mantivemos esse relato, uma vez que mostra como as opções nem sempre foram simples ou consensuais. A leitura que apresentamos ou outras que se possam fazer dessas vivências também não é uniforme nem homogénea. Consideramos mesmo importante manifestar e analisar esses diferentes pontos de vista, que nos podem elucidar, para além dos aspectos de interpretação pessoal e da sua “verdade psicológica”, sobre as perspectivas, formações e grupos que cooperaram e se enfrentaram no campo da vida sindical, no Sindicato do Serviço Doméstico. A dispersão dos locais de residência de hoje, das entrevistadas, levou-nos a englobar todas as questões na mesma entrevista, salvo uma ou outra excepção de proximidade, como foi o caso da Gracinda. Umas falaram mais do início da organização e do trabalho e outras da formação e competências que adquiriram na sua luta pelo sindicato. As entrevistas obedecem às temáticas previstas no guião mas não necessariamente na mesma ordem. As perguntas a algumas incidiu mais sobre a

primeira parte, a ideia de criar um Sindicato e uma Cooperativa, a outras das entrevistadas direccionámos mais para a segunda parte, sobre a formação. As entrevistadas fizeram também, implicitamente, as suas opções, falando ou esquecendo mais ou menos certos aspectos a que se encontram ligadas.

Ao realizarmos entrevistas às empregadas domésticas ficamos a conhecer o que retiveram na memória, a interpretação que fazem do percurso da sua vida hoje, com o distanciamento que o tempo e a experiência permitem. A narrativa gravada em que podem viajar até à sua infância, a servir longe dos pais e irmãos, pode ser descrita com um novo olhar. Para além das saudades ou da raiva, percebem o trabalho realizado enquanto criança como benéfico ou prejudicial, avaliam as injúrias, a maldade ou bondade dos patrões, a alegria ou o sofrimento passado, se os patrões acreditavam na sua honestidade e dignidade ou se delas duvidavam. Mas cada entrevista tem um cunho pessoal e revelou aspectos inéditos de micro-organização e acções, que lenta e ignoradamente iam criando consciência e pequenas mudanças sociais.

A entrevista que realizamos à Angélica possibilitou-nos a compreensão da mobilização feita no Porto após o 25 de Abril, uma vez que em 1973 tinha formado, com outra empregada doméstica, também militante da LOCF, um grupo de empregadas domésticas, que eram empregadas de padres, tal como elas. Nesse contexto conheciam e até dialogaram com outras colegas a legislação da Caixa de Previdência, motivada pela entrevista que Conceição Ramos e as colegas de Lisboa tinham dado ao Jornal República em 16.11.1973. Ficámos a saber da acção do Centro de Cultura Operária (CCO), em que também era sócia.

Entrevistamos ainda a Glória de Cacia/Aveiro também militante da JOCF e que tinha escrito uma carta ao Ministro do Trabalho quando saiu a o decreto-lei sobre a Caixa de Previdência em 1973, em nome das empregadas domésticas - militantes da JOCF.

Nas entrevistas realizada à Conceição Faria, Helena Freitas e Natália, ao falarem da sua profissão de empregadas domésticas destacaram a idade de 6 e 8 anos com que começaram a servir e simultaneamente a frequentarem a escola. A Natália relata a sua vida desde o dia em que deixou a sua aldeia em Sever do Vouga (distrito de Aveiro) com 8 anos e foi servir para Matosinhos (distrito do Porto) onde frequentou a escola primária até à 4ª.classe. Trabalhou sem ordenado só pela alimentação, as fardas que usava e algum vestuário usado até aos 17 anos em que passou a ganhar um 1 escudo.

A Gracinda¹⁹⁶, nas duas entrevistas que lhe realizamos, falou da sua infância, da fuga à escola, dos maus-tratos e maus exemplos da madrasta e da sua formação na Obra de Sta Zita. Aqui salientou dois aspectos: o primeiro positivo, pelas aprendizagens que fez a nível profissional de trabalhos domésticos e o segundo, negativo, pelo terror que lhe inculcaram do pecado, inferno, os castigos por ser brincalhona, pelas atitudes negativas e pouco exemplares dos superiores, eclesiásticos, directores ou colegas religiosas como ela. Segundo ela foi esta apreciação negativa da instituição que fez com que não aceitasse fazer os votos perpétuos.

Já a entrevista da Inácia situa-se no seu passado, em que trocou o trabalho do campo e a terra para ir servir aos 17 anos para Évora, numa casa muito rica. O seu objectivo foi ganhar dinheiro e poder arranjar namoro, que na terra escasseavam porque iam para a tropa. Descreve como conheceu o rapaz com quem veio a casar, assim como a sua participação na primeira reunião em Lisboa, na Sede da JOCF, logo após o 25 de Abril. Por último recorda a sua militância no Sindicato do Serviço Doméstico e acima de tudo na fundação da delegação da Coopserdo em Évora, que depois passou a Coopberço, onde ainda trabalha como cozinheira. Nela revela também toda a formação que tem feito na Instituição.

Dulce recordou o seu passado de criança numa aldeia na Régua, até fazer exame da 3.ª classe e ajudar no campo. Aos 13 anos foi servir para a cidade do Porto servir, onde permanece até ao momento actual, mas com a sua própria residência. Recorda as vicissitudes porque passou, assim como o que aprendeu e a escolarização que adquiriu, sobretudo quando deixou de trabalhar como interna.

A Laura também recordou o seu passado de empregada doméstica, até ao presente, e de que muito gosta, assim como a importância que teve o SSD na sua vida, os cargos que desempenhou e os conhecimentos que adquiriu.

A Rosinha, para além de recordar toda a sua vida a servir desde os 11 anos, recordou os momentos de convívio, as excursões, reuniões e a importância que tiveram para si a animação cultural e sindical, ainda que sentisse já ter sido bastante tarde quando teve oportunidade de participar. Tem mais de oitenta anos.

Este conjunto de entrevistas permitiu-nos para além do conhecimento do seu pensar actual compreender a experiência de vários anos da sua vida, reconhecer a importância ou a mudança que a experiência associativa operou em cada uma, a formação/educação que receberam. As entrevistas foram também o pretexto para uma aproximação mútua, que o

¹⁹⁶ Agradecemos o acesso e a confiança depositada aquando da pesquisa documental na Coopserdo e as longas entrevistas que nos concedeu.

tempo, a distância e o abandono da militância sindical já tinha abafado no baú das recordações.

Ao iniciarmos o processo de realização das entrevistas perscrutamos as possibilidades e a disponibilidade de cada elemento para a realizar. Acertamos datas e locais, porque um dos nossos objectivos era entrevistar algumas das iniciadoras do SSD e da Cooperativa, sem excluir qualquer empregada doméstica, caso fosse possível, que nos fornecesse algum dado significativo para o período obscuro da nossa História, durante o Estado Novo. A Inácia, activa desde a primeira hora, acolheu prontamente e aceitou ser entrevistada, o que veio a acontecer mais tarde.

Elaboramos um guião com questões que nos servisse de orientação para a realização de entrevistas semi-directivas, que possibilitassem às entrevistadas recordarem os factos passados e relatá-los com a interpretação e o significado que hoje lhes mereciam. A linha prioritária da investigação era compreender como as empregadas domésticas que lideraram o SSD após o 25 de Abril de 1974 se tinham organizado, uma vez que eram trabalhadoras que viviam e trabalhavam na casa dos patrões e como tal muito dispersas e isoladas umas das outras. Quem, como e quando se organizaram? Quem contribuiu para a sua rápida organização? Como surgiu a ideia de fundar uma Cooperativa de Serviços? Porque se formaram dois Sindicatos da mesma classe de profissionais? Qual a diferença? E por último que formação/educação obtiveram ou não, no percurso sindical que realizaram? A entrevista, ao dar oportunidade de falar do passado, narrar a sua história oralmente, contribuiu para criar uma nova narrativa, arejar a memória humedecida pelo bolor do tempo e do esquecimento, tal como as suas relíquias guardadas na arrecadação, amarelecidas a cheirar a mofo e a apodrecer lentamente. A narrativa oral facultou a limpeza da arrecadação da sua memória com a expressividade do passado e o conseguir ir ao fundo de si mesmas, para encontrar os traços, os pormenores, as coisas mais ínfimas, que lá se mantieram como insignificantes, a serem transformadas em cinzas, a diluírem-se no universo da vida.

4.1.1. Entrevista Focus/Grupo

A entrevista que realizámos em “focus grupo” deveu-se à acção da Conceição Ramos que ocasionou um encontro com a colega Ana da Luz, com quem tinha iniciado o primeiro

grupo de empregadas domésticas, militantes da JOCF e a convidou também alguns amigos¹⁹⁷, que tinham dado o seu contributo antes e depois do 25 de Abril na concretização da fundação do Sindicato do Serviço Doméstico. Pretendíamos esclarecer as dúvidas quanto à motivação para a constituição do Sindicato, e escutar o grupo sobre o trabalho desenvolvido por elas, para perceber quem tinha estado por trás da sua mobilização pró-Sindicato e na fundação após o 25 de Abril, que grupos ou forças sociais as apoiaram.

A entrevista tornou evidente o trabalho desenvolvido por duas militantes da JOCF e o contributo dado pelas pessoas presentes e outras referidas, que da mesma forma contribuíram para a sua formação pessoal e acção colectiva.

Dado que realizámos apenas uma entrevista em “focus grupo” e a centrámos num aspecto tão importante quanto nebuloso, dos grupos e movimentos que no início dos anos 70 iniciaram acções com vista à criação do SSD, consideramos, metodologicamente oportuno descrever como ela se iniciou e processou.

O grupo tinha 7 elementos. Iniciámos o diálogo, após uma apresentação feita pela anfitriã, Conceição Ramos, tendo em conta os objectivos do encontro antecipadamente explicados pela mesma, aquando do convite formal a cada um/a dos/as participantes que se dispuseram a colaborar com a mesma generosidade militante de há 30 anos atrás. Pedimos ao grupo autorização para gravar e utilizar a gravação com os nomes com que se identificaram. Aceitaram e realizámos uma entrevista em grupo, focalizada na questão da organização inicial do Sindicato. A Ana da Luz iniciou o diálogo: *nós éramos militantes da JOCF. Eu pertencia a um grupo que reunia na Estrela* e a Conceição acrescentou: *e eu em Carcavelos*. Ambas disseram que nunca tinham pertencido a nenhuma organização política, nem à Obra de Sta. Zita. Os amigos convidados apresentaram-se e a Vitória Pinheiro, já há muito aposentada dos CTT, sintetizou a sua actividade até aos anos 60, em que fora Presidente Nacional da JOCF. Depois integrou a LOCF e em Maio de 1961 foi eleita secretária do Movimento Trabalhadores Católicos (MTC), foi residir para a Bélgica, onde funcionava a sede internacional do movimento, donde só regressou em 1975. *“Soube que havia um grupo promissor, em Lisboa,*

¹⁹⁷Os nossos agradecimentos pela solidariedade demonstrada à Vitória Pinheiro, Jerónimo, Alexandre e Isabel, para a realização deste trabalho e conservação da memória sindical. Estave presente a Conceição Ramos, que convocou para uma mesa redonda em sua casa, a Vitória membro da LOC, Ana da Luz empregada doméstica nos anos 60 e dirigente livre da JOCF, o ex-padre da freguesia Sta. Isabel, Alexandre e a sua mulher, enfermeira Isabel e o Jerónimo, militante da JOC, da secção de Alfama.

de empregadas doméstica e foi encontrá-las já na Sede do Sindicato na Rua de S. Bento em frente ao Movimento da Base-Fut, (Frente Unitária de Trabalhadores)¹⁹⁸.

O Alexandre apresentou-se como ex-padre, tendo sido coadjutor da paróquia de Sta. Isabel e assistente da JOCF, em Lisboa, em 1969/70. Foi aí que conheceu e trabalhou com a Ana da Luz e conheceu a Conceição Ramos.

O Jerónimo disse estar a trabalhar na mesma época do Padre Alexandre, na equipa diocesana e pertencia a um grupo da JOC de Alfama. Nessa altura só havia grupos formados segundo o género, masculino ou feminino e iniciaram juntos o primeiro grupo misto. Comentou ter caído de “*para-quedas*” no grupo, como figura masculina para além do Padre Alexandre, mas que o grupo já tinha vida própria.

A Isabel apresentou-se como sendo casada com o Alexandre, era enfermeira e tinha sido quem traduziu o Catecismo Holandês para português nos anos 70.

Perante esta descrição de cada elemento, lançamos uma pergunta ao grupo: *Então como surgiu a ideia de instituir um Sindicato, uma vez que eram militantes Católicas?!...*

As duas empregadas domésticas, Conceição Ramos e Ana da Luz eram as protagonistas. A convocação dos amigos foi da iniciativa da Conceição Ramos para dar-nos a possibilidade de conhecer os companheiros que as tinham ajudado no seu trabalho de consciencialização e das colegas, que como elas viviam e trabalhavam isoladas cada uma em locais diferentes, na grande Lisboa.

O uso da entrevista “focus grupo” contribuiu para gerar uma *memória colectiva que tem uma dimensão individual ou mesmo singular, como resultante da elaboração subjectiva*, o que dá ao/à investigador/a/ historiador/a outra visão e compreensão para a análise das outras fontes de que dispõe para abordar o seu objecto em estudo¹⁹⁹.

¹⁹⁸ Cf., da entrevista em grupo, Vitória Pinheiro.

¹⁹⁹ THOMPSON, Paul (org.) - “Our Common History: the transformation of Europe”, in MONTENEGRO, A. - *História Oral e Memória. A cultura popular revisitada*, 2003, p.1.

PARTE II

Para a História do Sindicato do Serviço Doméstico em Portugal

Capítulo I

De serviços a criadas de servir

1.Introdução

A história do serviço doméstico não pode ser desligada da história do trabalho e da situação da mulher em todo o mundo e especificamente na sociedade portuguesa.

Até ao século XIX, segundo Antoine Prost²⁰⁰, o trabalho desenvolvia-se sobretudo no espaço doméstico mas com a industrialização emerge uma nova organização da produção, passando o trabalho assalariado a ser executado progressivamente em locais próprios – oficinas e fábricas. Há algumas exceções, entre as quais se destacam as costureiras à peça, que continuam a trabalhar no seu domicílio; os criados de lavoura e as criadas de servir, que trabalham e habitam nas casas dos patrões. Nestes casos, a não diferenciação do local de trabalho do domicílio próprio ou dos patrões leva a uma invisibilidade social dos trabalhadores. Segundo Habermas, citado por Mozzicafredo,

“A constituição histórica da esfera pública aparece quando as forças sociais, que pretendem influenciar as decisões do poder, constituem um público que faz uso da razão e, portanto, da argumentação política para legitimar algumas das suas exigências”²⁰¹.

Os /as operários /as ao organizarem-se em associações de classe ou sindicatos, para defesa dos seus direitos, estão a constituir esse espaço público, cenário de reivindicações, confrontos e exercício de poder onde se afirmarão os direitos sociais concretos: fixação de horário e condições de trabalho, salários, direito à greve entre outros.

A inclusão das mulheres nesta nova forma de trabalho assalariado faz-se mais lentamente e suscita críticas de diversos sectores sociais. Consoante o desenvolvimento económico dos diferentes países europeus, muitas ingressam em fábricas, sobretudo ligadas ao sector têxtil e químico. Mas muitas mulheres, principalmente as que constituíam família, procuravam conciliar o trabalho doméstico e a criação dos filhos com actividades ao domicílio, que reforçavam o magro orçamento familiar e permitiam o reconhecimento público do seu trabalho. As lavadeiras deslocavam - se às casas, para ir buscar ou entregar a roupa depois de lavada e as vendedeiras deslocavam-se aos mercados ou percorriam as ruas a vender os produtos que transportavam.

Segundo Michelle Perrot, no século XIX a participação das mulheres “no trabalho assalariado é temporária, ritmada pelas necessidades da família, que comanda, remunerada

²⁰⁰PROST, Antoine - “Fronteiras e espaços do privado” in Ariès e Duby (org), *História da Vida Privada*.Porto, Afrontamento, 1991, p.21.

²⁰¹MOZZICAFREDO, Juan - *Estado, Providência e Cidadania em Portugal*. Oeiras, Celta, 1997, pp.182-185.

com um salário complementar, condicionada às tarefas chamadas não - qualificadas, subordinadas e tecnologicamente específicas”²⁰². A fábrica é muito pouco apreciada pela dona-de-casa. Elas conhecem a sua servidão. E a qualidade de operária só será revalorizada no início do séc. XX, como contra golpe aos abusos do trabalho ao domicílio enquadrado na indústria da confecção.

A atracção pelos centros urbanos, como meio de expansão de negócios pelo acesso a outros mercados nacionais e internacionais, em diferentes áreas da actividade económica e facilitada pelo desenvolvimento progressivo dos transportes, leva à deslocação dos grandes proprietários, industriais e comerciantes para as principais cidades do nosso país, acompanhados da família. As terras ficam entregues aos caseiros, trabalhadores agrícolas que viviam e cultivavam as propriedades de outrem, cuidavam do gado e colhiam a produção obtida, auxiliados pelos filhos e filhas, recebendo em troca um salário ou uma parte da produção agrícola. Em França, os censos de 1906 revelam que havia ainda 960.000 criados de lavoura no início do século XX. Em Portugal, até 1911, a agricultura congregava a maior percentagem da população activa feminina. Virgínia Baptista constata que entre 1890 e 1940, em Portugal, “a participação das mulheres em quase todas as actividades diminuiu (...) os números crescentes de trabalhadoras nas indústrias extractivas nos transportes e comunicações e na administração pública constituem as excepções à tendência geral”.

Numa época em que a população vivia principalmente da agricultura, regista-se, segundo a autora, a maior quebra no número de mulheres activas, que ela explica por o trabalho feminino deixar de ser contabilizado nas estatísticas oficiais, sendo integradas como “trabalhadoras auxiliares” dos respectivos chefes de família.

Porém, segundo Virgínia Baptista, a participação elevada das mulheres nas actividades laborais nos centros urbanos de Lisboa e Porto, onde o sector agrícola não era significativo, encontra-se no “*sector diversos em que incluem os trabalhadores domésticos, os serviçais/criados e os trabalhadores liberais*”. O resultado da pesquisa realizada entre 1890 e 1940 revela que a percentagem do trabalho feminino no sector do serviço doméstico é sempre mais elevado no Porto do que em Lisboa.²⁰³

²⁰² PERROT, Michelle - *As Mulheres ou os Silêncios da história*. Bauru, S.Paulo, EDUSC, 2005, p.198.

²⁰³ Cf. Sobre este tema BAPTISTA, Virgínia R. - *As mulheres no Mercado de Trabalho em Portugal: Representações e Quotidianos (1890-1940)*, Lisboa, Edições Gráfica 2000,1999, pp. 77-79.

1.1. As serviçais: Código Civil de 1867

O Código Civil de 1867²⁰⁴ definia que para um contracto de trabalho ser válido tinha de haver: “*capacidade dos contrahentes, mútuo consentimento e possibilidade*”.²⁰⁵ No capítulo III - *do domicilio necessário*, assim se intitula, apresenta a situação dos maiores sujeitos a tutela e dos menores, que legalmente têm o domicílio do tutor. Igualmente "os maiores ou menores emancipados, que servem ou trabalham habitualmente em casa de outrem, têm por domicílio o da pessoa a quem servem, se com ella habitarem"²⁰⁶. Já no Capítulo IV- Do contrato de prestação de serviços, define "serviço doméstico o que é prestado temporariamente a qualquer individuo por outro, que com elle convive, mediante certa retribuição"²⁰⁷.

O mesmo código estabelecia os direitos e deveres, “regulado a aprazimento das partes”, ainda que estes fossem estabelecidos na base do contrato oral e no costume de cada terra. Na falta de contracto expresso aquele seria por um ano no serviço rústico e por um mês em qualquer outro serviço, a não ser que na terra houvesse outro costume, não podendo o/a serviçal “ausentar-se nem despedir-se, sem justa causa, antes que preencha o tempo ajustado” Quando o/a serviçal não fosse contratado/a para determinado serviço a lei entendia que era “obrigado a todo e qualquer serviço compatível com as sua forças e condição”. Também a retribuição era de acordo com o uso da terra, a idade e o ofício que o/a serviçal se destinasse²⁰⁸.

No capítulo dos contratos, direitos e obrigações dos serviçais e patrões o Código Civil reconhece como “nullo” (...) "o contracto de prestação de serviço doméstico, estipulado por toda a vida dos contrahentes, ou de algum delles",²⁰⁹ podendo neste caso ser rescindido a todo o tempo por qualquer deles. Fazia ainda referência ao trabalho de menores, estipulando apenas a comida como remuneração, para as crianças com idade inferior a dez anos. O contrato com menores de 12 ou 10 anos, consoante fosse rapariga ou rapaz, teria de ser celebrado entre quem os representasse legalmente²¹⁰ - pais ou tutor e o patrão. Caso a idade fosse superior

²⁰⁴CÓDIGO CIVIL 1867, Editado em 1874, Aprovado por carta de lei em 1 de Julho 1867, 4ª.edição oficial, Biblioteca Municipal Nacional do Porto, cap., IV, Iª. Secção, p.198.

²⁰⁵Ibidem, artº.64, p.101.

²⁰⁶Idem, artº.47 a 54, p.40/41.

²⁰⁷Ibidem, artº.1370.

²⁰⁸Ibidem, artº.1374 e1375.

²⁰⁹Ibidem, artº.1376.

²¹⁰Ibidem, artº.1390, pp.198 a 200.

teria direito a remuneração conforme o uso da terra.

O Código Civil explica ainda, em cinco pontos, o que é considerado justa causa para abandono do trabalho: incompatibilidade em cumprir o serviço, perigo manifesto de prejuízo ou mal significativo, o não cumprimento por parte do amo das obrigações a que se tenha comprometido com o/a serviçal, que impossibilite este/a de cumprir o serviço, como é no caso de doença ou mudança de residência do amo, que não convenha ao/à serviçal. Nestes casos, “o serviçal tem direito a ser pago de todas as soldadas vencidas”. Caso abandone sem qualquer motivo, antes de terminar o tempo contratado/a “perderá o direito às soldadas vencidas e não pagas”. Da mesma forma o patrão também não pode despedir “o contratado a tempo certo, antes que o dicto tempo expire”, apresentando os motivos que podem justificar o despedimento: a falta de habilidade do serviçal, os vícios, doenças ou mau comportamento e ainda a falta de recursos do patrão. Em caso de despedimento sem justa causa o amo seria obrigado a pagar-lhe a soldada por inteiro²¹¹. A Lei descreve ainda as obrigações do/a serviçal: obedecer ao amo em tudo o que não seja ilícito, ou contrário às condições acordadas; desempenhar o trabalho de que for incumbido; vigiar e evitar, dentro do possível, qualquer dano, respondendo perante o mesmo pelos prejuízos que possa causar por sua culpa. As obrigações do patrão estão descritas mais ao nível do dever moral do que do direito efectivo: “corrigir o serviçal, sendo menor, como se fora seu tutor; tratá-lo à custa da soldada, se não o quiser fazer por caridade”, em caso de doença em que não se possa tratar a si próprio ou não tiver família no local que o possa socorrer; indemnizar o serviçal por danos em que o amo seja o responsável. O contracto caduca quando um dos contratantes morre. Se for por morte do patrão o serviçal tem direito às soldadas vencidas e mais quinze dias; se for o /a serviçal a falecer os herdeiros só poderão exigir as soldadas vencidas²¹².

O termo “*serviçal*” presente no Código Civil de 1867 refere-se ao serviço doméstico, serviço assalariado e aplica-se indistintamente aos dois géneros. O dicionário de Moraes (8.^a edição, 1890), define serviçal como todo aquele “*que serve por soldada, criado ou criada de servir*”²¹³. O Código Civil especifica o serviço “*salariado*” definindo-o como serviço prestado por qualquer pessoa a outrem, ao dia, à hora, sendo-lhe paga “a retribuição relativa a cada dia ou hora, que se chama salário”²¹⁴.

²¹¹Ibidem, artº.1382.

²¹²Ibidem, artº.1385.

²¹³SILVA, António de Moraes. *Dicionário de Língua Portuguesa*, R. J. Empresa Fluminense, 1890.

²¹⁴Ibidem, art. 1391, p. 200.

1.2.O Código Administrativo de 1878

Disposições sobre os criados/as aparecem-nos em vários editais tendo nós referenciado como mais antigo o de 1868²¹⁵, que surge após a publicação do Código Civil de 1867. No edital, as funções do Comissário Geral da Polícia de Lisboa abrangia o registo dos indivíduos de um ou outro sexo que pretendessem “*assoldar-se como creados, sobre qualquer denominação*”. No Regulamento dos Corpos da Polícia Civil, de 1876²¹⁶ para os concelhos de Lisboa e Porto, é definida a função dos “*comissários da polícia como agentes de polícia administrativa e officiaes de polícia judicial*”²¹⁷, tendo estes a seu cargo, entre outras:

“Art.º 15 – “estabelecer o registo dos creados de servir e os meios de fiscalizar o seu comportamento e costumes;

Art.º 16 – prestar auxílio de dia e de noite a qualquer que o reclamar com motivo plausível”.

O Código Administrativo de 1878²¹⁸ apresentava o regulamento das funções do Comissário da Polícia nos Conselhos de Lisboa e Porto, aprovadas pelo Governo mas emanadas do Governador Civil de Lisboa de acordo com o artº205 do mesmo Código, sendo o administrador do concelho quem superintendia sobre a concessão dos bilhetes de residência.

O Diário de Governo 1885 apresentava em edital publicado pelo Governador Civil do Distrito de Lisboa as razões do mesmo:

“Havendo sido dirigidas a este Governo Civil reiteradas queixas contra o procedimento de uma grande parte dos indivíduos que nesta cidade exercem o mister de creados de servir, e reconhecendo-se que essas queixas, baseadas em excessos de toda a ordem e muitas vezes abusos de confiança, demandam providências que sem vexarem os serviços idóneos e morigerados reprimam os desvios dos que não merecem taes qualificações, usando das atribuições que me conferem o art.º 184 do Código Administrativo, em harmonia com as disposições de 31 de Novembro de 1876,artº.34, nº15, ouvido o conselho do distrito, nos termos do art.º 185.do referido Código; tenho por conveniente determinar que se observe o seguinte:Art.º 1) o registo dos serviços creado pelo edital de 10 de Março de 1868, continuará cargo do comissariado geral da polícia, (...) e abrangerá os indivíduos de um e outro sexo qualquer serviço ser inscrito no registo”.

Após a inscrição recebiam um livrete contendo cópia do registo e o regulamento. O/a serviço sempre que mudasse de residência tinha de comunicar à polícia²¹⁹. Também o patrão não podia conservar ao serviço qualquer *creado* sem que apresentasse o livrete da sua

²¹⁵DIÁRIO DO GOVERNO, 20.02. 1885,*cit in* Edital do Governo Civil de Lisboa, p.489.

²¹⁶DIÁRIO DE GOVERNO - *Regulamento dos Corpos de polícia civil*, nº295,30.12.1876, p.2490.

²¹⁷Ibidem, *op.cit.* 1876.Cap.V., *Atribuições e deveres dos empregados e praças*, Cf. Também Artº.31 e 34.

²¹⁸Aprovado por carta de lei de 6.03.1878, 5ªedição Official, Lisboa, *Imprensa Nacional*, 1885.

²¹⁹Ibidem, artº 5.

inscrição²²⁰.

Em 1903, o artº 1 do regulamento sofreu algumas alterações: a substituição de “creados sobre qualquer designação” por “serviçais” tendo sido excluídas algumas profissões englobadas na categoria de “creados” como “os caixeiros, empregados de escritório, professores e mestres”. Esta modificação revela-nos que eram “serviçais” todos/as pessoas que prestavam serviços para um patrão ou patroa e eram remunerados/as, em casas particulares. Como se deduz pela definição dada no “Diário de Governo”, de 1885, no art.º 22, “todo o creado assoldado de qualquer sexo é obrigado a apresentar o livrete à polícia todas as vezes que lho exige”²²¹.

Em 1921, o Governador Civil de Lisboa, Lello Portela alterou também alguns artigos do Regulamento Policial baseado no Código Civil, como é exemplo o artº 1:

“A todos os indivíduos que queiram assoldar-se para a prestação de serviços domésticos nos termos do artº1.370 e seguintes do Código Civil na área do Distrito de Lisboa é indispensável que individualmente estejam inscritos na Repartição da Polícia Administrativa a fim de obterem (...) a respectiva licença, cabendo às administrações de concelho dos outros municípios essa faculdade.

Artº 2-Nenhum serviçal pode assoldar-se, decorridos 30 dias do regulamento entrar em vigor, sem que haja obtido a competente licença devidamente registada.

Artº3-Para a inscrição eram exigidos: certidão de idade, certificado do registo; atestado médico de vacinação; dois retratos (...) e boletim com as impressões digitais”.

Artº 4º- apresentava as instruções para a/o serviçal caso não conseguisse a documentação exigida dentro do prazo estabelecido. Poder-lhe-ia ser alargado o prazo se justificasse (...) caso não o fizesse pagaria 5\$00 de multa. No artº5 e artº6 são explicadas as normas de registo (...) deveria constar todas as informações pessoais do/a serviçal, inclusive a mulher se estava separada; no caso de estar casada teria de ter autorização do marido para se inscrever como serviçal(&3º); Para os menores não emancipados, era indispensável o consentimento ou autorização do seu representante. Os menores expostos ou abandonados é precisa autorização da instituição a cargo (& 5).

& Único: não se compreendem nas disposições deste regulamento os caixeiros, empregados de escritório e armazéns, professores, mestres, corretores intérpretes ou qualquer outro indivíduo incluídos em regulamento especial”²²².

Os itens seguintes e parágrafos referia-se às obrigações quer por parte dos/as serviçais quer por parte dos patrões. Destacamos no parágrafo 4º em que é exigida a participação à repartição da polícia caso “abandone o mester, ou quando se ausente definitivamente para fora da área respectiva, para averbamento e entrega de caderneta;

²²⁰Idem, artº7.

²²¹cf. DIÁRIO DE GOVERNO, 21.07.1903, p.598.

²²²DIÁRIO DE GOVERNO, 2ª.série, nº58, de 12 de Março, pp. 1026 /1028.

Também o/a serviçal era obrigado /a:

“a não ter casa ou quarto independente da residência dos amos sem conhecimento destes e da repartição (& 5); assim como “não poder ter fora da casa do amo, baú, caixa ou qualquer outro móvel em que possa guardar objectos, sem conhecimento daqueles por escrito”. A transgressão (...) implica a aplicação da pena de multa de 5\$00 (&6)²²³.

O artº12, 13ª referiam-se aos deveres dos/das serviçais para com os patrões de acordo com o Código Civil 1867, artº1377, apenas com o pormenor caso não sejam cumpridas a multa era de 10\$00. A licença de residência era válida por um ano. Nos artigos seguintes referem-se às obrigações dos patrões para com os /as serviçais.

As queixas que chegavam às repartições do Governador Civil, a má fama que tinham, levou a medidas que apenas se aplicavam às prostitutas e serviçais, quer fossem menores ou maiores de idade o que gerou uma revolta, a que nos referiremos mais adiante.

1.3.Os Censos da População: as/os Serviçais em números

Englobado na categoria de *serviçais*, está todo o serviço prestado remunerado, quer seja pelo género feminino ou masculino, de maiores ou menores. Esta classificação levanta dificuldades na identificação do que terá sido o serviço doméstico. Dificuldade encontrada por Virgínia Baptista²²⁴, ao verificar os censos de 1890 a 1940, e por Olegário Paz para os censos de 1911e1930²²⁵. Segundo Virgínia Baptista, o carácter englobante desta categoria incluirá o sector dos trabalhos domésticos, maioritariamente feminino, onde se encontram as criadas e criados assim como as próprias domésticas. A esta dificuldade junta-se ainda a alteração, ao longo do tempo, dos critérios utilizados: em 1890,1900 e 1911 são designados por “*serviçais empregados nos serviços domésticos*”; em 1925, aparecem diluídos no sector “*trabalhos domésticos*”; na década de 30 como “*criados e criadas*” e em 1940, surgem inseridos nos “*serviços domésticos e similares*”. Deste modo, a obtenção de dados estatísticos sobre criadas/os entre 1890 e 1940 em Portugal, é tarefa difícil.

O número de *serviçais* em Portugal aumentou entre os finais do século XIX e o início do

²²³Idem, artº11.

²²⁴BAPTISTA, Virgínia - *op,cit*,1999, p.74.

²²⁵PAZ, Olegário - *Subsídios para a História do Serviço Doméstico em Portugal. Levantamento de 1921 e outros dados*, História Contemporânea de Portugal, 1979 (a), p.25. [Não publicado].

século XX, sobretudo do género feminino. Virgínia Baptista²²⁶ refere que em 1890, numa população activa de 2.530.450, os serviçais representavam um total de 4,9% sendo 3,8% mulheres. Em 1900, de 2.457.254 de população activa, a percentagem de serviçais é de 4,4% sendo 3,9% mulheres e em 1911, de 2.544.964 de população activa a percentagem de serviçais aumenta para 6,2% sendo 5,1% mulheres. Em 1930 as mulheres representam 6,0% da população activa e em 1940 são 6,8%.

Quer Olegário Paz quer Virgínia Baptista trabalharam em particular os dados das cidades de Lisboa e Porto, um por referência ao n.º de habitantes e outro por referência à população activa. No concelho do Porto em 1911 eram 11.426 mulheres serviçais, no conjunto de 194 009 habitantes (5,89%) o que correspondia a 12,2% da população activa do concelho. Já em Lisboa eram 20.003 para 435 359 de população residente (4,59%) o que corresponde a 10,1% da população activa.²²⁷ No censo de 1930 aparece a referência *a criadas e criados*. A percentagem de criadas de servir/serviçais aumentou sobretudo nos concelhos Lisboa (1,33%) e Porto (0,72%)²²⁸. Contudo, face à população residente, a percentagem de *criadas* no concelho do Porto representava 6,61% e em Lisboa apenas 5,92%.²²⁹ Seguindo a distinção apresentada pelo censo de 1930, que discrimina na população activa as mulheres ou membros da família, que auxiliavam os respectivos chefes e o outro grupo de serviçais, as mulheres empregadas no serviço doméstico representavam naquelas cidades respectivamente 12,3% e 13,3% da população activa.

Virgínia Baptista indica para 1940 um total de 225.664 trabalhadores empregados nos serviços domésticos a nível nacional, dos quais 187.972 são do género feminino (83,3%). Relativamente às cidades de Lisboa e Porto representam respectivamente 13,5% e 15,3% da população activa o que mostra uma maior incidência de trabalhadoras do serviço doméstico no Porto²³⁰ ,.

Em 1940 há dificuldade em apurar o que seria o número das trabalhadoras do serviço doméstico, porque há diferente organização dos dados referentes ao Porto (Tomo VIII, vol.14) e a Lisboa (Vol.12). Não se pode também comparar os dados do censo de 1940 como os de

²²⁶Ibidem, *op. cit.*, 1999, p.77.

²²⁷ PAZ, Olegário, *op. cit.*, p.8 e ainda Baptista, Virgínia, *op. cit.*, pp. 78-79. Cf. *Censos da População de Portugal*, 1º de Dezº 1911, Parte V - INE - Lisboa.

²²⁸ PAZ, Olegário - *Empregadas Domésticas Mulheres em Luta. Para a História do Serviço Doméstico em Portugal - das origens ao fascismo*. Lisboa, Edições Base, 1979 (b), p.34.

²²⁹CENSOS DA POPULAÇÃO DE PORTUGAL, 01.12.1930, Parte III - INE - Lisboa, 1934, p.9.

²³⁰BAPTISTA, Virgínia - *As Mulheres no Mercado de Trabalho em Portugal. Representações e Quotidianos. (1890-1940)*. Lisboa, Gráfica 2000, 1999, pp.77 /79.

1930, uma vez que houve variação de critério na definição de população activa, como é explicado: “ a *posição relativa nas populações activas tem explicação no critério seguido de considerar as mulheres ocupadas em trabalhos domésticos como pessoas activas. As consequências desse critério avultam particularmente nas idades de 10 a 14 anos*”²³¹. Esta mesma dificuldade é explicitada por Maria José Carrilho²³², quando enuncia os entraves à harmonização do conceito de *população activa*. Entre esses entraves figuram a alteração de conceitos, a criação de novos, a modificação da população de referência (população presente e residente), modificação no que se reporta à idade mínima de entrada na vida activa, a evolução do conceito de profissão, de população desempregada, a definição de trabalhadores não remunerados e a confusão entre familiar e trabalhador familiar sem remuneração, a falta de rigor na definição de domésticas e a variação das tabelas de profissões utilizadas. Acresce que os dados referentes a criados e a serviço doméstico se encontram em várias categorias. Assim, aparece-nos as categorias “profissões não especializadas de carácter auxiliar”²³³, onde estão incluídos *os criados* (subgrupo 11) e “*restante população activa*”, que “dizia respeito a outros ramos de actividade”. Nas profissões não especializadas faziam também parte *as damas de companhia, preceptoras, governantes e despenseiros*, que constituíam o nível mais elevado dentro da profissão e enquadradas sobretudo no ramo de actividade “*Hospedagem, serviço doméstico e similares*”.

QUADRO Nº1 – HOSPEDAGEM, SERVIÇO DOMÉSTICO E SIMILARES, NA CIDADE DO PORTO

PROFISSÃO	MASCULINO	FEMININO
HOSPEDAGEM, SERVIÇOS DOMÉSTICOS E SIMILARES	1.417	15.371
DAMAS DE COMPANHIA, PRECEPTORAS E GOVERNANTES		218
DESPENSEIROS	36	61

Fonte: *Censos da População de Portugal, Porto, 1940*

²³¹ RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO NO DISTRITO DO PORTO - Vol. XI, pp. 20/21.

²³²CARRILHO, Maria - José, *População activa: conceito e extensão através dos censos*. In http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoni=106980&attdisplay=n&att_download=y. 13.12.2007.

²³³De notar que nelas se “*engloba patrões, isolados, funcionários, empregados assalariados, pessoas de família, de profissão ignorada ou mal definida e ainda condições não profissionais*”. Cf. CENSOS DA POPULAÇÃO DE PORTUGAL, Porto, Tomo VIII, vol.14, 1940,pp.236-237.

Neste quadro verifica-se a presença maioritária das mulheres nestes serviços, sendo que seriam sobretudo como *criadas*. Nos níveis mais elevados da profissão temos um número residual de pessoas, entre damas de companhia, preceptoras e governantes do género feminino e 97 despenseiros, dos quais 61 são também do género feminino.

Tendo em conta os ramos de actividade, o grupo mais numeroso era o dos serviços de “*hospedagem domésticos e similares*” onde estão incluídos os/as criados/as, enquadrada em outros ramos de actividade/serviços diversos, que representava 49% da população activa na cidade do Porto. Em Lisboa, “*Nos serviços domésticos e similares*” além de incluir pessoas de família e outras de condição não profissional, figuram 42.508 pessoas de “*profissão ignorada*”²³⁴.

No emaranhado de dados que são os censos, a presença feminina nos trabalhos domésticos, quaisquer que eles sejam é esmagadora, em 1940. Na análise às categorias procurou-se identificar onde figurava a designação de serviço doméstico ou criados/as. Encontrou-se esta referência nos itens nº 27, 28 e 29, sobre a população activa, nas profissões exercidas por 20 e 100 ou mais pessoas nas “Profissões não especializadas de carácter auxiliar”²³⁵. Apresentamos nos quadros abaixo os dados sobre os distritos de Porto e Lisboa, onde se pode verificar uma concentração de “*criados*”(H/M) nas cidades e uma rarefacção ao nível dos distritos.

QUADRO Nº2 – CRIADAS/OS NO DISTRITO E CIDADE DO PORTO

POPULAÇÃO ACTIVA COM PROFISSÃO NÃO ESPECIALIZADAS DE CARÁCTER AUXILIAR	SERVIÇOS DOMÉSTICOS E SIMILARES M/F	TOTAL CRIADAS E CRIADOS	CRIADAS	CRIADOS
NO DISTRITO SEM A CIDADE	20.3473	17.087	14.233	2.854
NA CIDADE	87.311	18.023	16.106	1.917
TOTAL	290.784	35.110	30.399	4.771

Fonte: Censo da População, 1940

²³⁴Censo da população de Portugal, Lisboa, Tomo VIII, vol. XII, 1940, pág. 240.

²³⁵Cf. Recenseamento - *População activa segundo as idades, sexo, por ramos de actividade e situação na profissão em Portugal e Ilhas Adjacentes e nas cidades do Porto e Lisboa*, 1940, Tomo VIII, Vol. XIV, Porto, 1940, pp.236-237.

QUADRO Nº3 – CRIADAS /OS NO DISTRITO E CIDADE LISBOA (1940)

POPULAÇÃO ACTIVA COM PROFISSÃO PROFISSÕES NÃO ESPECIALIZADAS DE CARÁCTER AUXILIAR	TOTAL CRIADAS E CRIADOS	CRIADAS	CRIADOS
NO DISTRITO SEM A CIDADE	9.915	8.475	1.440
NA CIDADE	42.043	37.812	4.231
TOTAL	51.985	46.287	5.671

Fonte: Censo da População, 1940

Os criados/as representavam no distrito do Porto 12 % da actividade *Serviços Doméstico e Similares*, mas só na cidade do Porto representavam 20,6%. Dentro do grupo dos criados/as as mulheres eram a esmagadora maioria, representando 86,4 % no total do Distrito do Porto e 89% no total do Distrito de Lisboa

Analisando em pormenor os dados sobre a cidade do Porto, os criados surgem quando são consideradas as profissões exercidas por mais de 100 pessoas. Dentro ainda desta população, a categoria de “*serviços diversos*” engloba a sub categoria “*hospedagem e serviços domésticos e similares*”, que contem a esmagadora maioria de criados/as: são 15.371 criadas e 1417 criados²³⁶.

O censo indica a literacia da população e considerando as criadas na cidade do Porto, 42,8% delas sabiam ler, o que era ligeiramente inferior à nacional (43,9%), mas muito inferior à taxa de alfabetização da população feminina da cidade, que era de 59,8%²³⁷. Contudo, ao nível do distrito, excluindo a cidade apenas 30,7% eram alfabetizadas. A maioria das criadas, porém, em qualquer dos casos, era analfabeta. Contudo, face ao total das criadas no distrito, as criadas na cidade do Porto eram 8,3% mais alfabetizadas.

²³⁶ Cf. Censos da população de Portugal, Porto, Tomo VIII, vol.14, 1940, pp.236/237.

²³⁷ Ramos, Rui. *Culturas de alfabetização e culturas de analfabetismo: uma introdução à história da alfabetização no Portugal contemporâneo*, in *Análise Social*, n.º 103-104, 1988, p. 116.

QUADRO Nº4 – LITERACIA DAS CRIADAS /OS NO DISTRITO E CIDADE DO PORTO (1940)

	CRIADAS	CRIADOS	TOTAL CRIADAS E CRIADOS
NÃO SABIAM LER NA CIDADE	8 879 55,10%	570	9 449
SABIAM LER NA CIDADE	6 895 42,80%	1 319	8 214
IGNORADOS	332 2,10%		360
SUB-TOTAL (cidade)	16 106	1 889	18 023
NÃO SABIAM LER NO DISTRITO	9 343	1 636	10 979
SABIAM LER NO DISTRITO	4 373	1 120	5 493
IGNORADOS	517	98	615
SUB-TOTAL (distrito)	14 233	2 854	17 087
TOTAL DO DISTRITO DO PORTO	30 339	4 743	35 110

Fonte: Censo da População, 1940

Na distribuição por grupos de idades havia no distrito do Porto 2509 crianças/criadas dos 10 aos 14 anos, das quais 2.022 eram meninas. O grupo de idade de 15 aos 19 anos é o que tem maior número de indivíduos (4.908) dos quais 4.078 são do gênero feminino. Somando estes dois grupos totaliza 6.100 raparigas o que corresponde a 43%do total de criadas no distrito do Porto, excluindo a cidade. Estes dados parecem indicar que a profissão de criada era o destino profissional de crianças e jovens pobres. No grupo com mais de 50 anos, aparecem apenas 1652 criadas que representam apenas 12% do total, o que parece confirmar a tendência da profissão ser exercida por jovens ou adultas jovens, ao nível do distrito do Porto. Se considerarmos que o grupo dos 20 aos 29 anos abrange 3.679 jovens adultas, a totalidade entre os 10 e 29 anos representa 69%, das criadas com menos de 30 anos, no distrito do Porto. No que se refere apenas a esta cidade o número de meninas entre os 10 e 14 anos a servir era de 1502, ou seja 9% das criadas. Entre os 15 e os 19 anos são referenciadas 3.556 raparigas, sendo o grupo etário dos 20 aos 29 o mais numeroso, com 5.108 adultas jovens. Se juntarmos os três grupos, ou seja o intervalo entre os 10 aos 29 anos, verifica-se que nele se concentra a maior percentagem de criadas, 63%, que são crianças, jovens e adultas jovens. Por sua vez, a

percentagem de criadas com mais de 50 anos é de 10 %, ligeiramente inferior à encontrada para o distrito. Mas em todas as idades a maioria é feminina.

QUADRO Nº 5 - CRIADAS POR GRUPOS DE IDADES NA CIDADE E DISTRITO DO PORTO

GRUPO DE IDADES	TOTAL DISTRITO S/ Cidade	DISTRITO S/ Cidade	CIDADE do Porto
	M/F	CRIADAS	CRIADAS
10 -14 anos	2.509	2.022 14%	1.502 9%
15-19 anos	4.908	4.078 29%	3.556 22%
20-29 anos	3.680	3.679 26%	5.108 32%
30 -49 anos	6.958	2.745 19%	4.213 26%
+ de 50 anos	1.709	1.652 12%	1.656 10%
IGNORADA	128	57 0,4%	71 0,4%
TOTAL	30.312	14.206	16.106

Fonte: Censos da População, Porto, 1940.

O Censo ainda indica os chefes de família com pessoas a cargo, que no caso dos/as criados/as é um número residual (638) e representa apenas 3,7% do universo da profissão no distrito do Porto, excluindo a cidade. Se atendermos apenas às criadas, as 411 chefes de família recenseadas representam 2,9% do total das mulheres desta profissão, no distrito, sem incluir a cidade. O que estes números parecem indiciar é que as/os criadas/os ao viverem em casa de outrem, em geral não constituíam família, sendo esta situação ainda mais notória no caso do género feminino.

Analisando apenas o grupo dos chefes de família, as mulheres representam 64% e têm em média 0,8 pessoas a cargo, enquanto os homens têm em média de 2,6. Estes dados parecem indicar que as criadas, quando são consideradas chefe de família, são-no por terem a seu cargo um progenitor, um(a) irmão/irmã menores ou, algumas vezes, serem mães solteiras.²³⁸ Já no

²³⁸Cf. CENSOS DA POPULAÇÃO DE PORTUGAL, Tomo VIII, Vol.14, Porto, 1940, pp.228-229.

caso dos criados, ao terem a seu cargo mais de duas pessoas, parece indiciar a presença de cônjuge e descendentes ou ascendentes. Porém, no conjunto das profissões não especializadas de carácter auxiliar são as criadas as que mais exercem a função de chefe de família, enquanto isso não se verifica para os criados. Em qualquer dos casos são um número residual. Os dados relativos à cidade do Porto indicam a existência de 927 criados/as chefes de família com 1.321 pessoas a cargo, o que corresponde a uma média de 1,4 por chefe de família. Mas se analisarmos a média segundo o género, ela sobe nos criados para 2 pessoas a cargo, enquanto que desce para 0,6 a cargo de criadas, pelo que se pode inferir que não é significativa da constituição de família. Assim, apesar de serem números residuais, o Censo parece indicar que no caso dos chefes de família são os criados que a constituíam; enquanto para as criadas essa situação não parece significativa²³⁹

O censo de 1940 também informa sobre o meio de vida da população feminina por grupo de idades e em nota esclarece os resultados relativos ao Porto:

“O primeiro reparo é justificado pelas percentagem de 9 anos a cargo do chefe de família ainda mais baixa, que por sua vez já ocupavam uma posição excepcional em face do resto do país. Também nas percentagens atingidas pelas mulheres vivendo no trabalho nas idades 10 a 24 e 25 a 39 e sobretudo nas de mais de 40 anos, a situação na cidade do Porto se afasta muito da que se verificou nos vários distritos e até em Lisboa. Essa circunstância deve atribuir-se à maior importância relativa do trabalho industrial”²⁴⁰.

QUADRO Nº6 - GRUPO DE IDADES, SEXO E MEIO DE VIDA NA CIDADE DO PORTO

Meio de vida / Grupo de idades	0-9		10-24		25-39		40	
	H	M	H	M	H	M	H	M
A cargo do chefe família	90,0%	87,7%	51,6%	57,3%	7,4%	53,7%	4,1%	52,2%
A cargo de outras pessoas	2,3%	2,4%	2,9%	3,0%	2,8%	3,2%	3,5%	5,4%
Trabalhos	-----	-----	40,1%	34,7%	84,8%	38,4%	75,8%	28,6%
Assistência	1,2%	1,6%	2,0%	1,8%	0,6%	0,4%	1,6%	2,0%
Esmolas	0,5%	0,4%	0,6%	0,6%	1,2%	1,9%
Outras	6,5%	8,3%	2,4%	2,3%	2,9%	2,7%	3,3%	4,1%

Fonte: Censos da População, Porto, 1940.

É sintomático que tivesse havido a necessidade de explicar estes dados, uma vez que eles revelam o trabalho das crianças e das mulheres. O que o quadro n.º 6 evidencia é a existência de uma percentagem de crianças até aos 9 anos de idade, que já não estavam a cargo

²³⁹Cf. Idem, pp.216-217.

²⁴⁰Cf. Idem, p.23.

do chefe de família, que viviam a cargo de outras pessoas, a troco de trabalho.

O IX Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes de 1950 apresenta uma nova organização estatística dos dados, nomeadamente no que se refere à população activa e às categorias, que enquadram as diferentes profissões²⁴¹.

A População activa com profissão, segundo o sexo e a situação na profissão, distinguindo os chefes de família e as pessoas a seu cargo por províncias, distritos e concelho (ponto nº6), é dividida em: *patrões, isolados, empregados, assalariados, pessoas de família e não remunerados*.²⁴².

QUADRO Nº.7-ACTIVOS COM PROFISSÃO (ASSALARIADOS/
EMPREGADOS; PESSOAS DE FAMÍLIA E NÃO REMUNERADOS).

ACTIVOS C/ PROFISSÃO	M / F	F	%
Porto – Distrito	410.474	119.300	29,1%
Porto – Cidade	130.699	44.312	33,9%
Lisboa – Distrito	519.506	135.165	26,0%
Lisboa – Cidade	305.826	105.771	34,6%
Total Nacional	3.196.482	724.635	22,7%

Fonte: Censo da População, Lisboa, 1950

No Quadro n.º 7 apresentamos o total dos activos com profissão, de Portugal e também dos distritos de Lisboa /Porto e respectivas cidades.

A população activa surge dividida em activos com profissão e também activos com ocupação. Pela primeira vez aparece o conceito “*não remunerado*” para trabalhadores activo, quer sejam homens ou mulheres: são recenseados *que trabalhando por conta de um não parente*, não recebiam remuneração e são distintos do recenseado como *pessoa de família*. Aparece também o conceito de “*camponesa*”- recenseada do sexo feminino, que se ocupava das lides domésticas e também do trabalho na agricultura e pecuária. Ambos são considerados população activa mas, enquanto o *não remunerado/a* é considerado “*com profissão*”, no segundo caso a, *camponesa* é considerada “*com ocupação*” por ser definida “*como recenseado com mais de 12 anos que tinha uma ocupação (encargo ou trabalho*

²⁴¹Cf. RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO NO CONTINENTE E ILHAS ADJACENTES, Tomo III, Vol. I, Lisboa, 15 de Dezembro 1950.

²⁴²Ibidem, pp.370-371.

habitualmente não remunerado ou expediente de vida susceptível de proveito material".²⁴³

Nas recenseadas não remuneradas estavam incluídas as “*donas de casa*”, que tinham serviços remunerados/os. Nos activos com ocupação estão incluídos tanto os proprietários que vivem dos rendimentos, como mendigos, mulheres ocupadas nas lides domésticas além das camponesas, domésticas, donas de casa, familiares. Este arrumar das mulheres pode conter as criadas, ocultadas sob as referidas designações, pelo que o seu número pode ser maior do que o referido em activos com profissão. Também a idade limite para o exercício de uma profissão passou em 1950, de 10 para os 12 anos. O que significa que a realidade não acompanhou a legislação e que as crianças criadas, até aos 12 anos, devem estar diluídas nos diferentes grupos mas não contabilizadas, mesmo nos *não remunerados*. A classificação neste Censo continua a ser muito ambígua, o que dificulta uma leitura longitudinal dos dados e os torna pouco fiáveis e comparáveis.

Continuando a analisar os dados, os criados surgem no item nº35 na subcategoria “*serviços pessoais e outros*” (n.º26) a qual abrangia um total de 300.684 homens e mulheres, sendo destes do género feminino 219.304, ou seja 72,9%. Os/as criados/as eram 233.653 sendo destes 198.329 *criadas*(84,9%). Se incluirmos o grupo das *damas de companhia, preceptoras e governantas* (item 36) num total de 1.600 pessoas das quais 1.508 são mulheres (94,3%), o grupo dos/as cozinheiros/as, que totaliza 5610 recenseados/as entre as quais 2.823 são *cozinheiras*, 50,3% (item 34), e o grupo dos/as lavadores e engomadores de roupa, num total de 4.099 pessoas em que 3.646 (88,9%) são mulheres (item 31), verificamos que estes quatro grupos de profissionais representavam 94% de mulheres daquela subcategoria, onde estão incluídas 23 profissões diferentes, na prestação de serviços pessoais e as mulheres representam 84,2%. Nesta subcategoria destacavam-se em primeiro lugar as criadas que eram 90,4% do total das mulheres, representando as outras três profissões atrás mencionadas, 3,7%. As restantes 19 profissões significavam apenas 5,9% do total das mulheres nesta subcategoria. Surge, ainda, um número significativo de *profissões mal definidas ou ignoradas*, constituídas por 9.691 pessoas, sendo 5.498 mulheres. É de crer que um grande número deve pertencer ao subgrupo criada/o, o que elevará o número de mulheres neste conjunto de quatro profissões de 206.306 para 211.804. Este número deve representar mulheres e crianças com mais de 12 anos, conforme apresentamos no Quadro nº8 que se segue:²⁴⁴ Porém, não podemos esquecer ainda as

²⁴³Cf. RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO - Tomo V, Vol. II, 1960, pp.18 a 20.

²⁴⁴Cf. RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO - Tomo II, Vol I, 1950, p.338. Esta subcategoria “*Serviços Pessoais e outros*”, diz respeito a “*Activos com profissão*”.

criadas/os que trabalhavam com idade inferior aos 12 anos e que não foram consideradas nos censos de 1950.

QUADRO Nº8 - CRIADOS/AS DAMAS DE COMPANHIA PRECEPTORAS, GOVERNANTES E COZINHEIROS/AS, LAVADEIRAS E ENGOMADEIRAS EM PORTUGAL(1950)

PROFISSÃO	M / F	F
SERVIÇOS PESSOAIS E OUTROS	300.684	219.304 72,9%
CRIADOS/AS (35)	233.653 77,7%	198.329 84,8%
DAMAS DE COMPANHIA, PRECEPTORAS E GOVERNANTES (36)	1.600 0,5%	1.508 94,3%
COZINHEIROS/AS (34)	5.610 1,9%	2.823 50,3%
LAVADORES E ENGOMADORES DE ROUPA (42)	4.099 1,4%	3.646 88,9%
TOTAL (item, 35,36,34,42)	244.962 81,5%	206.306 84,2%

Fonte: Censos em Portugal, 1950, pp.338.

Os mesmos grupos profissionais são apresentados em “*População Activa com profissão segundo o sexo e idades, por profissões, em Portugal - (n.º.3)*”, sendo apresentado de dois em dois anos até aos 20 anos e de 5 em 5 anos a partir dos 65 anos. Elaboramos um quadro das quatro profissões já designadas e verificamos que em todas as classes de idade mais de 80% eram mulheres, que representam 84, 4% do conjunto dos trabalhadores do sector. O quadro abaixo indica as percentagens de cada grupo de idades em relação ao total de trabalhadores femininos. Verifica-se que entre os 12 e 29 anos o número de meninas e jovens adultas mais do que triplica a soma do grupo de idades dos 30 aos 49 e é 5,6 vezes maior que o grupo com mais de 50 anos, que é quase metade do grupo dos 30 aos 49. O grupo de criadas crianças e jovens adultas representava 67% da classe profissional, sem esquecer que não estão contabilizadas as meninas com idade inferior a doze anos. Estas devem estar incluídas como pessoa de família ou não remuneradas, como habitualmente acontecia e de que temos confirmação pelas entrevistas realizadas.

QUADRO Nº 9 – CRIADAS /OS, DAMAS DE COMPANHIA, PRECEPTORAS E GOVERNANTAS E COZINHEIRAS, LAVADEIRAS E ENGOMADORAS A NÍVEL NACIONAL POR GRUPO DE IDADES (1950)

GRUPOS DE IDADES	M / F	F	%por grupo de idade
12 – 29 ANOS	162.900	138.724 (85,2%)	67,2%
30 – 49 ANOS	52.379	42.880 (81,9%)	20,8%
+ DE 50ANOS	29.184	24.702 (84,6%)	12%
TOTAL	244.463	206.306 (84,4%)	

Fonte: Censos Tomo III, Vol. I, 1950, p.324

Verificámos o número de criados chefes de família em 1950. Eram 4.947 no país tendo a seu cargo 10.960 pessoas, correspondendo a uma média de mais de 2 pessoas por cada chefe de família do género masculino, enquanto o número de criadas era 3.137 chefes de família e tinham a seu cargo 2.300 pessoas, o que não chegava em média a uma pessoa a cargo. Curiosamente os homens das profissões *damas de companhia, preceptores e governantes* sendo apenas 21 chefes de família tinham a cargo 53 pessoas, sendo uma média de mais de 2 pessoas a seu cargo enquanto as mulheres, apesar do número ser superior - 87 chefes de família - tinham a seu cargo apenas 39 pessoas, o que dá em média menos de meia pessoa a cargo. Na profissão de *cozinheiro* o número de chefes de família era de 1471 e tinham a seu cargo 3146 pessoas, uma média de 2 pessoas, por sua vez as *cozinheiras* eram 453 chefes de família e tinham a seu cargo 332 pessoas, uma média inferior a uma pessoa. Os profissionais *lavadores e engomadores de roupa* eram 313 chefes de família e tinham a cargo 714 pessoas, correspondendo a pouco mais de 2 dependentes. Já as lavadeiras e engomadeiras 1524 eram chefes de família e tinham 1378 pessoas a cargo, o que significa novamente uma média inferior a uma pessoa a cargo²⁴⁵. Poder-se-á concluir que as mulheres trabalhadoras destes quatro grupos profissionais, tal como nos censos de 1940 ou seriam viúvas, mães solteiras ou tinham a seu cargo o pai ou mãe. Outra constatação que podemos fazer em relação aos anos 50 é que 194.092 mulheres das 4 profissões referidas eram solteiras (94%), sendo uma percentagem bastante elevada que habitava a casa dos patrões.

O Recenseamento Geral da População de 1960 apresenta algumas alterações em relação aos decénios anteriores adoptando a designação de população residente. O conceito de

²⁴⁵ Ibidem, pp.338-339.

população activa abrangia novamente *o recenseado de 10 e mais anos que exercesse uma profissão*; o que exercesse uma ocupação, o desempregado, à procura de emprego e o recenseado que já tendo exercido uma profissão, procurasse novo emprego e tivesse condições para o exercer; também o recenseado a prestar serviço militar obrigatório. Surge pela primeira vez individualizado o serviço militar obrigatório. O conceito de não remunerado foi alargado incluindo a categoria *pessoas de família*, que sejam parentes do empregador e os que não eram parentes, já encontrado em 1950. A camponesa dos anos 50 passou a chamar-se *doméstica agrícola* - mulher que se ocupasse indiferentemente ou simultaneamente de lides domésticas e de trabalhos agrícolas; ainda as *domésticas* que tendo a responsabilidade do arranjo do lar, não tivessem serviços remuneradas, passaram a ser inscritas *nos activos com ocupação*. Também surge pela primeira vez *a profissão individual – ofício ou modalidade de trabalho exercido mediante uma remuneração*. Após registarmos esta mudança de terminologia, limitámo-nos a pesquisar nos Censos de 1960 o que nos podia dar dados referentes ao objecto do nosso estudo e que surgem incluídos no grupo (85) *de serviços pessoais*, pela primeira vez com a designação de *serviços domésticos*,

A população residente activa com profissão, de ambos os sexos, a nível nacional, era de 3.315.639 dos quais 2.713.036 eram homens (82%) e 602.603 eram mulheres (18,2%)²⁴⁶. No distrito de Lisboa eram 519.794 homens e mulheres, sendo do género masculino 384.578 (74%) e do género feminino 135.216 (26%) e no distrito do Porto havia 410.846 de ambos os sexos, 291.388 eram homens (70%) e 119.458 eram mulheres (30%). Elaboramos o Quadro nº10 seguinte onde podemos verificar que os homens estão em maioria no geral da população activa quer a nível nacional quer nos distritos, ao contrario do que acontece com os profissionais do serviço doméstico e afins, onde a maioria são sempre mulheres, excepto na categoria de cozinheiros.

QUADRO Nº10 - POPULAÇÃO ACTIVA RESIDENTE A NÍVEL NACIONAL E DISTRITOS DO PORTO E LISBOA.

Activos residentes c/ profissão	Nacional	Distrito Lisboa	Distrito Porto
M / F	3.315.639	519.794	410.846
H	2.713.036	384.578	291.388
F	602.603	135.216	119.458
%F em relação ao total de activos	18,2%	26,0%	29,1%

Fonte: Censos de 1960, p.22

²⁴⁶Cf. RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO - Tomo V, Vol. I, 1960, p.22.

Ao analisarmos os censos ao nível dos/as trabalhadores/as dos serviços domésticos encontramos um quadro da “*população residente activa com profissão segundo a profissão (grandes grupos e grupos de base da C.I.T.P.)*”²⁴⁷ a nível Nacional, por distritos e também as cidades de Lisboa e Porto. Onde se encontram-se integradas/os em diferentes grupos: no (item nº.919) encontram-se as “*serviçais, preceptoras, assistentes de bordo, criados de quarto e trabalhadores equiparados*” com 9.222 registados do género masculino e 174.628 do género feminino. No distrito de Lisboa trabalhavam 1.704 homens e 52.105 mulheres; por sua vez no distrito do Porto eram 1491 homens e 30.564 mulheres. A cidade de Lisboa apresentava 1.200 homens e 41.875 mulheres, enquanto que na cidade do Porto apenas havia 448 homens e eram 16785 mulheres. Também encontramos *os cozinheiros/as*, (item 912), em que eram 4.393 homens e 3572 mulheres no total nacional. No Distrito de Lisboa eram 1.900 homens e eram 1361 mulheres. O distrito do Porto tinha 517 cozinheiros e 488 cozinheiras. Se destacarmos a cidade de Lisboa encontramos 1040 do género feminino e 1457 do género masculino, enquanto na cidade do Porto eram 308 homens e 309 eram mulheres. Outro grupo onde a maioria deveria estar incluído nos profissionais dos serviços doméstico era os “*mordomos, ecónomos e governantes*” (item nº911) cujo grupo abrangia 827 homens e 3381 mulheres. Verificamos que no distrito de Lisboa havia 315 homens e 1.331 mulheres e no distrito do Porto 125 eram homens e 643 eram mulheres. Na cidade de Lisboa 203 eram homens e 1.039 eram mulheres, por sua vez na cidade do Porto verificamos a existência de apenas 80 homens e existiam 366 mulheres.²⁴⁸ Também o grupo dos “*lavadores e engomadores*” (item 951) era um grupo profissional de serviços domésticos que apresentava apenas 391 homens a nível nacional e 2.792 mulheres. Trabalhavam no distrito de Lisboa 124 homens e 967 mulheres, enquanto no Distrito do Porto eram 104 homens e 451 eram mulheres. Na cidade de Lisboa trabalhavam 629 mulheres enquanto eram 103 homens. Por sua vez na cidade do Porto 43 eram homens e 165 eram mulheres.

²⁴⁷C.I.T.P. (Classificação Internacional Tipo por Profissões).

²⁴⁸RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO - Tomo V, Vol. II, 1960, pp.36-37. As percentagens são da n/responsabilidade.

UADRO Nº11 – TRABALHADORES ESPECIALIZADOS DOS SERVIÇOS: MORDOMOS, ECÓNOMOS E GOVERNANTES, COZINHEIROS, SERVIÇAIS, PRECEPTORAS E GOVERNANTES E LAVADORAS E ENGOMADORAS - POR SEXOS E DISTRITOS (CIDADE DE LISBOA E PORTO) 1960.

	Mordomos, Ecónomos, Governantes		Cozinheiros		Serviçais, Preceptoras e Serviços Equiparados		Lavadoras e Engomadoras	
	M/F	F	M/F	F	M/F	F	M/F	F
Lisboa Distrito	1646	1.331 80,9%	3261	1.361 41,7%	53.809	52.105 96,8%	1.091	88,6%
Lisboa Cidade	1.242	1.039 83,7%	2.497	1.040 41,6%	43.075	41.875 97,2%	732	629 85,9%
Porto Distrito	768	643 83,7%	1.005	517 51,4%	32.055	30.564 95,3%	555	451 81,3%
Porto Cidade	446	366 82,1%	617	308 49,9%	17.233	16.785 97,4%	208	165 79,3%
Total	4.208	3.381 80,3%	7.965	3.572 44,8%	18.380	174.628	3.183	2.792

Fonte: Censos Tomo V, vol.III.1960-pp.36-37.

Estes dados dão-nos a percepção da inferioridade numérica, quer nos distritos quer nas cidades de Lisboa e Porto dos homens nestes serviços em relação às mulheres, excepto entre os cozinheiros. A maior concentração em todos os grupos é sobretudo no distrito de Lisboa incluindo a cidade com a)82,1%,b) 67%,c) 54% e d) 58% uma percentagem superior a qualquer outro distrito. Apesar da *população activa com profissão* ser maioritariamente masculina, no que se refere a estes quatro grupos profissionais as mulheres representam uma maioria significativa, como podemos observar no quadro nº11²⁴⁹

Na análise à *população residente activa segundo a idade e o sexo* na classe dos *serviços pessoais* (nº85) grupo *serviços doméstico* (item 851), num total nacional de homens e mulheres de 190.562 eram mulheres 180.803 (94, 9%), superior em 10 pontos percentuais relativamente à década anterior. Dividimos em três grupos de idades os trabalhadores/as (Ver Quadro n.º 12) Verificamos novamente que nesta classe de *serviços pessoais*, o grupo dos

²⁴⁹ As percentagens são da nossa responsabilidade e são em relação ao total nacional das profissionais.

serviços domésticos era maioritário e também o género feminino. Meninas e jovens menores, dos 10 aos 19 anos, eram 33,8% do total nacional e verifica-se que os dados do Distrito do Porto seguem as % nacionais, enquanto o Distrito de Lisboa apresenta um afastamento nesta classe de idade (26%). Estes dados não contabilizam as crianças que se encontravam a servir com idade inferior a dez anos. Se as mulheres dos 20 aos 50 anos eram 50% das criadas, com mais de 50 anos a percentagem era apenas de 15 ou 16%, respectivamente em Lisboa e Porto. Verifica-se uma tendência para um pequeno aumento da percentagem de mulheres mais velhas no serviço doméstico, relativamente à década anterior. (Cf Quadro n.º12).

QUADRO N.º 12- % POR GRUPOS DE IDADES SERVIÇOS DOMÉSTICOS E SIMILARES (DISTRITOS PORTO E LISBOA)

IDADES	TOTAL		D. PORTO ²⁵⁰		D. LISBOA ²⁵¹			
	M / F	F	M / F	F	%por grupo de idade	M / F	F	%por grupo de idade
10-19 Anos	64.460	61.248 95%	11.361	10.832 95,3%	33,9%	14.887	14.601 98,1%	26%
20-49 Anos	95.774	91.082 95,1%	16.959	16.030 94,5%	50,1%	34.087	33.023 96,9%	58,9%
+ 50 Anos	30.328	28.473 93,9%	5.507	5.133 93,2%	16%	8.860	8.432 95,2%	15,1%
TOTAL NACIONAL	190.562	180.803 94,9%	33.827	31.995 94,6%		57.834	56.056 96,9%	

Fonte: Censos de 1960. Tomo Vol. II.

No XI Recenseamento da população em 1970 o conceito de profissão é definido: “*como um conjunto de indivíduos que exercem um ofício ou modalidade de trabalho mediante uma remuneração. A população aparece dividida em população com actividade económica e sem actividade económica. A idade mínima para o exercício de uma actividade económica, como é chamada nestes censos, é na mesma os 10 anos mas até aos 75 anos e não 65 anos, como nos censos anteriores. Encontra-se definido os trabalhadores à tarefa - o recenseado por conta de outros, fora de estabelecimentos, remunerado consoante as tarefas realizadas. Pela primeira vez surgem como grupo profissional as mulheres e os homens que trabalhavam aos dias, à semana, ou quinzena. Com a designação de servidores domésticos na população*

²⁵⁰ Ibidem, pp. 200-201.

²⁵¹ cf. RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO - Tomo V, Vol. II, 1960, pp. 94-95.

com actividade económica²⁵² surgem: a empregada para todo o serviço, empregado/a de quarto, ama – seca, camaroteiros; outros empregados de quarto e trabalhadores similares.

O trabalhador familiar não remunerado é definido como “grupo de pessoas ligadas por laços de união ou parentesco, legítimos ou ilegítimos que utilizassem habitualmente o mesmo alojamento ou parte dele”. Neste grupo poderão estar incluídas empregadas do serviço doméstico, que coabitavam e trabalhavam numa família e eram consideradas como da família, ainda que a realidade e o relacionamento pudesse ser outro. O conceito de domésticas agrícolas em 1970 é unicamente *domésticas – recenseada que não exercendo uma profissão se ocupasse da lide doméstica*. Estas são classificadas na população *sem actividade económica*. A Classificação dos ramos de actividade foi feita segundo as normas indicadas pela CITA (Classificação Internacional Tipo por Actividades).

A situação na profissão está divididas da seguinte forma: patrão (recenseado com a empregados ou assalariados por sua conta); isolado (recenseado trabalhando por sua conta sem empregados ou assalariados); trabalhador por conta de outrem (recenseado que trabalhasse para outrem, quer a tempo total ou parcial e recebesse remuneração em dinheiro ou género pelo trabalho realizado).

A nível nacional os censos assinalam uma população com actividade económica a exercer uma profissão de 2.334.380 homens e 829.475 mulheres. Situar-nos-emos apenas nos trabalhadores dos serviços domésticos, tal como fizemos nos censos anteriores. O quadro que elaboramos é referente à população residente activa a exercer uma profissão nos distritos de Lisboa e Porto nos *serviços domésticos e pessoais domésticos*, ao mês, semana, quinzena, tarefa e outras formas²⁵³, estrutura não encontrada anteriormente.

²⁵² cf. XI RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO – 1º.Vol., 1971, p. 33.

²⁵³ Cf. XI RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO - 2º.vol.II, 1970, pp.48-66.

QUADRO Nº 13 – SERVIÇOS DOMÉSTICOS - POPULAÇÃO RESIDENTE C/ACTIVIDADE ECONÓMICA, A EXERCER UMA PROFISSÃO SEGUNDO A SITUAÇÃO NA PROFISSÃO CONTINENTE E ILHAS ADJACENTES -DISTRITOS LISBOA /PORTO E RESPECTIVAS CIDADES -1970

	TOTAL		AO MÊS		DIA, SEMANA, QUINZEN A		TAREFA		OUTRAS FORMAS	
	M / F	F	M / F	F	M / F	F	M / F	F	M / F	F
LISBOA – DISTRITO	39.890	38.195	31.650	30.420	6.800	6.365	1.115	1.085	...	325
LISBOA - CIDADE	27.525	26.810	23.190	645	3.720	130	450	470	205	205
PORTO – DISTRITO	20.410	19.665	17.135	495	2.750	230	450	380	130	125
PORTO - CIDADE	12.560	370	11.040	10.790	1.320	1.215	185	170	15	15
CONTINENTE E ILHAS	111.260	106.665	86.535	83.375	24.000	19.150	3.325	3.190	990	950
				96,3%		79,8%				

Fonte: Censos 1970 II Vol.pp.48-65

O XII Recenseamento total do País foi realizado em 1981²⁵⁴. O primeiro volume explica as alterações introduzidas, os métodos utilizados e alguns conceitos. O conceito de população activa manteve-se mas com outra divisão: população activa civil

“O recenseado com 12 ou mais anos de idade que não estando a prestar serviço militar, nem sendo membro das Forças Armadas, exerça uma profissão remunerada; família não remunerada que trabalham pelo menos de 15 horas (exploração agrícola, emprego por motivos passageiros); patrões ou indivíduos por conta própria; desempregados à procura do primeiro emprego e do novo emprego”.

Engloba também as forças armadas (os militares de carreira e indivíduos a prestar serviço militar obrigatório).

O conceito de doméstica de 1981 é constituído por domésticos considerados inactivos e engloba as lides domésticas nos lares, as pessoas que ajudavam nas explorações agrícolas ou outras actividades produtivas de carácter familiar, desde que o tempo de trabalho seja inferior a 15 horas na semana de referência.

²⁵⁴ Cf. RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO - Resultados Definitivos, Lisboa, Imprensa Nacional Moeda, Biblioteca Municipal do Porto, 1981.

O censo utiliza a Classificação Nacional de Profissões (CNP) e a classificação das Actividades Económica (CAE). A população activa civil a exercer uma profissão segundo grupos de profissões (6.33) era no total de ambos os géneros 3.828.265 divididos em 9 grupos.

Os serviços domésticos são classificados no ramo de actividade económica 953, englobam: *empregadas/os domésticas/os, cozinheiras/as, lavadeiras, mordomos, motoristas e secretários/as particulares e outras pessoas trabalhando nas famílias*²⁵⁵.

No Continente nos serviços domésticos por conta de outrem trabalhavam 118.838 homens e mulheres, mas eram 116.123 mulheres e meninas. Nas Ilhas trabalhavam 4.891 homens e mulheres, mas era de 4.748 mulheres e meninas. O total a nível nacional das trabalhadoras do serviço doméstico de ambos os géneros era 123.729 mas 120.871 eram mulheres e crianças. Trabalhavam no distrito do Porto 23.225 homens, mulheres e crianças sendo do género feminino 22.719 e no Distrito de Lisboa eram 47.129 de ambos os géneros, mas 45.903 eram mulheres²⁵⁶. Não conseguimos apurar o número de crianças a trabalharem nos serviços domésticos, mas sabemos que a nível nacional entre os 12-14 anos trabalhavam 53.634 crianças das quais 16.964 eram meninas. Entre os 15-19 anos eram 374.091 adolescentes dos quais eram 121.734 raparigas. Não há recenseamento com crianças com idade inferior aos 12 anos, o que não significa que não existam.

QUADRO Nº 14-SERVIÇOS DOMÉSTICOS (CONTINENTE, ILHAS, PORTO E LISBOA).

	M / F	F
PORTO - DISTRITO	23.225	22.719
LISBOA - DISTRITO	47.129	45.903
CONTINENTE	118.838	116.123
ILHAS INSULARES	4.891	4.748
TOTAL NACIONAL	123.729	120.871

Fonte: Recenseamento Geral da População e Habitação, 1981.

As estatísticas de 1981, tal como as anteriores, mostram claramente que as empregadas dos serviços domésticos são profissionais classificadas em todos os Recenseamentos como

²⁵⁵Cf. XII RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO DO CONTINENTE E DAS ILHAS ADJACENTES, 1981, p.162.

²⁵⁶ Ibidem, pp.139,143,313,327,329.

fazendo parte da população activa, com uma actividade definida, remunerada. Contudo, socialmente não eram reconhecidos/as. Verificamos que desde o século XIX sempre foi uma profissão exercida na sua maioria por mulheres e também por crianças, distintas das suas patroas designadas por domésticas. As empregadas do serviço doméstico surgem com designações diferentes nos vários recenseamentos. Os censos de 1981 sofrem uma alteração ao serem incluídas as donas de casa, que nunca tinham descontado e tiveram a possibilidade de se inscrever na Segurança Social. Foram inscritas no mesmo Regime das Empregadas Domésticas a descontarem numa base mínima fixada pelo mesmo decreto supra do sector doméstico, o que aumentou significativamente o número dos recenseados/as nos Serviços Domésticos. Os Serviços Domésticos que nos Censos de 1970 estavam divididos em empregadas domésticas, mensais, a dias, semana, quinzena ou outras tarefas, ficam todos englobados nos serviços domésticos. Também as crianças com menos de 12 anos foram excluídas. Se por um lado aumenta o número de recenseados, devido à exclusão das crianças diminuiu. Tanto nos censos de 1970 como nos Censos de 1981, não temos nenhuma indicação do número de trabalhadores/as recenseadas/os por idades. Estão todos incluídos no escalão global, independente da idade, continuando a ser a maioria do género feminino.

2.As “criadas de servir” e as suas condições de trabalho

No século XIX e na primeira metade do século XX, na deslocação para os centros urbanos, uma das filhas mais novas dos caseiros, muitas vezes acompanhava os senhores. Os caseiros e demais trabalhadores rurais, geralmente com famílias numerosas, viviam em extrema pobreza, motivo pela qual os pais entregavam os filhos ainda crianças para servirem, à responsabilidade dos seus patrões. O contrato de trabalho era feito entre os pais e os patrões, com base num compromisso oral, de acordo com o Código Civil de 1867, que vigorou até à publicação do Decreto-Lei nº508/80 de 13 Junho 1980. O exército de serviçais, que os censos nos apresentam é fornecido, em grande parte, por estas famílias de trabalhadores rurais que procuram, na “protecção dos patrões”, poupar as filhas à fome e dar-lhes uma preparação profissional. O fraco e lento desenvolvimento industrial fez com que este quadro se mantivesse até finais da década de 70 do século XX, em Portugal.

O conjunto de entrevistas que realizámos a empregadas domésticas permite-nos rastrear esta situação assim como as suas condições de trabalho desde a década de 1930 até 1970 do

século XX. Nos anos 30, recorda a Rosinha, com 80 anos quando a entrevistámos: *eu fui trabalhar com 11 anos. Fui de graça, pelos farrapos da minha patroa. Eu fui para a mãe da minha patroa*²⁵⁷.

Nos anos 40 a situação mantém-se como relata Natália. Ela descreve a sua terra com saudades e a situação que os pais viviam²⁵⁸:

*Nasci no dia 25-12-1935, no lugar do Folharido*²⁵⁹, *Concelho de Sever do Vouga. Os transportes eram feitos em carros de bois, caminhadas a pé, percorrendo km e km. As pessoas iam a pé com carrego à cabeça para as feiras dali até à Murtosa, Albergaria, etc.*

Regressavam carregadas pelo meio das serras e como as terras eram alugadas, se a terra não produzia os cereais necessários os camponeses eram obrigados a pagar aos senhorios, o que complicava a sua situação de pobreza.

*Éramos 7 irmãos, 2 rapazes e 5 raparigas. Os dois primeiros, já não os conhecemos, morreram muito pequenos. Eu fui a última a nascer. Naquele tempo os rapazes iam à escola por causa da tropa, meu irmão foi chamado mais que uma vez para a tropa. Meu pai também e ele esteve muito tempo na tropa por causa da Guerra. Meu pai ainda apanhou a 1ª Guerra Mundial.*²⁶⁰

A Natália na sua descrição dá-nos o panorama vivido pelos camponeses entre a 1ª e 2ª Guerra Mundial e revela o sofrimento das famílias com fracos recursos e muitos filhos para justificar porque teve de ir servir. Recorda a sua vinda para a cidade do Porto com oito anos:

*Eu não sabia que tinha que ir servir. Tinha 8 anos quando fui servir para casa de um Empresário que tinha uma grande fábrica de conservas (...) Estávamos na segunda Guerra Mundial tempo de racionamento e até os cereais eram tirados aos agricultores*²⁶¹.

A separação da família, pais e irmãos, era sempre dolorosa, porque a criança não compreendia a razão de ter de abandonar a terra, os irmãos e os pais, por pior que fossem as condições em que vivesse. O corte prematuro que lhe era imposto provocava na criança em desenvolvimento sofrimento, angústia, sentimento de abandono por parte daqueles que ela amava. Nestas meninas, a separação era vivenciada como uma amputação. Muitas das memórias que guardam da infância são de tribulação, de falta de conhecimentos básicos, e sobretudo a falta da mãe. Além do trabalho e da separação dos pais e irmãos a criança tinha de

²⁵⁷ A Rosinha foi servir em 1937.

²⁵⁸ Esta entrevista foi escrita pela própria, a partir das questões que lhe coloquei, uma vez que preferiu escrever a que se gravasse. Actualmente enfermeira reformada.

²⁵⁹ Segundo estudo do Orlando Silva Ferreira, naquele lugar, havia muitas mimosas e que lhes chamavam folha florida, que desdobrando passou a chamar-se Lugar de “FOLHARIDO”, cit. in entrevista da Natália.

²⁶⁰ Idem.

²⁶¹ A Natália foi servir em 1943.

se assumir como se fosse uma mulher em miniatura. Os patrões tinham como obrigação educar a criada - criança, ensinando-lhe os trabalhos domésticos e a servir mas, geralmente, não tinham o cuidado com o seu desenvolvimento afectivo e pessoal.

Nos anos 50 ainda encontramos a mesma realidade, como relatam duas entrevistadas:

Eu comecei a servir tinha seis anos. Saí de casa com 6 anos, fiz a escola a trabalhar. Lembro-me que ia para casa para almoçar e não almoçava tinha tarefas que tinham de ser feitas e a partir daí, foi sempre a servir, ou a ser mulher-a-dias. Aprendi a cozinhar, a tratar de crianças, aprendi na casa das patroas. Eu sou de Ponte de Lima de uma aldeia que se chama Rebordães. Naquela altura, não havia dinheiro nem transportes para vir ver os pais, e estava meses e meses sem os ver, e isso foi muito duro, a separação da família.²⁶²

Foi ainda pior quando os pais deixaram a terra levando os irmãos e ela ficou, por estar arrumada, até aos 12 anos, altura em que a mãe a foi buscar. *Eu estive 4 anos sem ver os meus pais e isso marcou-me muito. Tinha doze anos quando os voltou a ver.*

Fui trabalhar com a minha mãe para o campo. Trabalhei um ano no campo, na apanha do tomate de que tenho muitas recordações e ainda tenho amizades desde essa época. Chegou o Inverno não havia trabalho no campo e eu fui fazer o que sabia fazer - trabalho doméstico.

Helena Pereira narra a idade com que foi trabalhar numa aldeia em Celorico de Bastos onde nasceu: *eu comecei a trabalhar aos oito anos, primeiro na aldeia (...) na minha terra em casa dos patrões, depois aos 14 anos, fui para Lisboa sempre como empregada doméstica²⁶³.*

Nos anos 60, do século XX a situação de pobreza mantém-se e os pais autorizavam que as filhas fossem servir para a cidade, como recorda a Dulce, cujo primeiro trabalho foi como criada de servir.

Vim da Régua servir com 13 anos (...) para o Porto. Nós éramos 14 irmãos. Vim com a filha e o marido dos patrões do meu pai que já eram casados para casa de uns amigos deles. E chorava muito. Antigamente era assim os pais entregavam-nos aos patrões, porque eu era menor. Mas depois eles foram para cima e eu tinha saudades dos meus pais.²⁶⁴

Muitas destas crianças aprendiam a executar todos os serviços domésticos desde lavar, cozinhar, servir à mesa, limpar a casa, passar a ferro, tratar das hortas e jardins, cuidar das crianças e acompanhar os patrões quando iam de férias. As melhores ou piores condições de trabalho ficavam ao critério dos patrões e às suas posses. Algumas trabalhavam e

²⁶²Conceição Faria, nascida em 1955. Foi servir em 1961.

²⁶³Helena Pereira nascida em 1948. Foi trabalhar em 1955.

²⁶⁴Dulce, nascida em 1950 foi servir em 1963.

frequentavam a escola, mas muitas destas crianças não tinham acesso à escola ou não conseguiram concluir a escolaridade obrigatória da sua época e foram trabalhar como criadas de servir, como relata a Rosinha, já com 82 anos.

A mãe da minha senhora morava ao lado dos meus pais (...), e a filha (...) disse assim: “olha vais chamar madrinha à minha mãe, mas ela não era minha madrinha”. E depois a minha patroa, disse: oh, mãezinha a Maria já está uma mulher vamos-lhe dar 20\$00 cada uma. (...). A que era minha 2ª.senhora disse assim: oh mãezinha, ainda te remedeias com as rapariguitas que vêm de graça, a Micas vai comigo”²⁶⁵.

O trabalho na casa de uma família abastada e neste caso de uma pessoa conhecida, era um pesadelo menor, porque podiam ver a família muitas vezes. As crianças não eram remuneradas monetariamente, porque dada a pouca idade era considerada uma aprendizagem, com direito apenas ao alimento, dormida e algum vestuário, geralmente usado, como era habitual naquela época. Esta situação correspondia ao que estava estabelecido no Código Civil.

Quando eram menores, muitas eram ensinadas pelos próprios patrões a chamarem *madrinha* à dona de casa, um sinal de familiaridade e que para o exterior pretendia significar um acto de caridade, de bem-fazer a uma criança necessitada, que se aceitava criar e educar, como de família se tratasse. Aprendiam a trabalhar pela comida e vestuário e pouco ou nada ganhavam, mesmo sendo adultos, uma falsa situação de familiaridade. Os salários mantinham-se sempre baixos.

Quando eram jovens a situação já era diferente como escreve Conceição Ramos, no caderno de apontamentos da JOCF²⁶⁶.

Connosco trouxemos todos os nossos sonhos e anseios de felicidade e desejo grande de encontrar o que nos faltava para a nossa vida ser completa. Viemos na esperança de ganhar mais para andar mais bem arranjadas, ajudar os nossos pais, comprar o enxoval, aprender a ler e tantas outras coisas como aprender a falar bem, contactar com pessoas de outros meios para depois sermos mais consideradas pelas pessoas da nossa terra. Encontrar um rapaz que tenha um bom emprego, etc.²⁶⁷.

Além dos sonhos que a expectativa de uma vida na cidade induzia, verifica-se também

²⁶⁵Entrevista da Rosinha, Anexo A: nº. 13, p.1.

²⁶⁶RAMOS, Conceição - Cadernos de Apontamentos, entre 1962/1974 (caderno pessoal, gentilmente cedido pela entrevistada, militante da JOCF e empregada doméstica). Fundadora e sócia nº1 do SSD foi a primeira Presidente da Direcção do SSD e a sua grande impulsionadora.

²⁶⁷Cf. VIEIRA, A. Celeste -“Práticas Educativas não formais no movimento de construção do Sindicato do Serviço Doméstico em Portugal (1965/1980)”. CLBHE, Uberlândia, Brasil, 2006.

neste depoimento que é a busca de uma vida melhor que está na decisão de partir, pois no meio rural grassava a pobreza e a falta de meios.

As condições de alojamento das criadas de servir eram por vezes muito más, nos corredores, nas arrecadações ao lado da cozinha, nos sótãos, em garagens sem iluminação e arejamento e sem privacidade.

A Rosinha após a morte da patroa foi servir para casa de um professor reformado e viúvo que morava sozinho nos anos 70. Explica o que fazia para se sentir segura durante a noite, quando foi servir esse reformado viúvo. *O meu quarto era pequenino, o que é que eu faço e não tinha chave, eu ponho a mesinha de cabeceira encostada à porta do quarto, uma cadeira em cima*²⁶⁸

Para além da falta de condições junta-se a disponibilidade permanente para cuidar das crianças quer de dia quer de noite como refere a Dulce:

*O meu quarto era numa garagem no rés-do-chão, entretanto eles iam muitas vezes para o Casino de Espinho. E quando eles pensavam ir para o Casino e diziam: ó Dulce venha com o colchão para ao pé do menino. Lá vinha eu com o colchão às costas para dormir no chão no quarto dos miúdos*²⁶⁹.

Crianças, ficavam sujeitas ao assédio dos patrões ou dos seus filhos. É o caso relatado de uma empregada doméstica que veio servir para a cidade, oriunda de uma aldeia de Régua, para casa de uns amigos da filha dos patrões de seus pais, e recorda o comportamento do patrão, para com uma criança de 13 anos, e a reacção da patroa ao ter conhecimento da tentativa de assédio.

*Naquele tempo não havia frigorífico e a casa era muito grande (...). O meu quarto era ao fundo, depois havia a cozinha e uma despensa. Eu fui buscar o frango praticamente às escuras à cozinha. (O senhor, ainda não tinha barbas²⁷⁰). E quando eu estou baixada para tirar o frango, o gajo estava por trás de mim e põe-me as mãos no corpo. Eu reagi, e ele largou-me, mas o que é certo, é que essa noite eu chorei, chorei e não pus olho. Eu fechei a porta à chave, cheia de medo. De manhã (...) digo à senhora: vou-me embora e chorava, chorava. (...) A patroa comentou ao saber o motivo. O meu marido deixar a mulher por um piolho? Vou já telefonar para o escritório, era o que faltava o meu marido trocar-me por uma piolha qualquer.*²⁷¹

Situações destas eram comuns e encontramos indícios dados por responsáveis da

²⁶⁸Entrevista da Rosinha, anexo A: n.º. 13, p. 2.

²⁶⁹Entrevista da Dulce, Anexo A: n.º. 14, p.1. (Delegada Sindical, na Delegação do Porto).

²⁷⁰“Não tinha barbas”, isto é, era muito novo.

²⁷¹Piolho ou piolha – expressão utilizada para designar uma criança muito pequena.

Igreja. D. Manuel Trindade²⁷², no livro sobre a “*Obra do Padre Brás*”, refere que este encontrava as criadas de servir, ainda crianças, escondidas no campanário da Igreja ou na maternidade, misturadas com as mulheres grávidas, com doenças venéreas. Também nº1 do *Jornal Voz das Criadas*, o Bispo da Diocese da Guarda, na inauguração da *Obra de Previdência e Formação das Criadas* (OPFC), afirmou no discurso inaugural:

*Pareceu-nos uma verdadeira necessidade esta fundação por serem frequentes os casos de raparigas saírem das suas aldeias para as cidades, com a mira no interesse e seduzidas pelo luxo, raparigas boas, mas inexperientes que, passado algum tempo, voltam às terras da sua naturalidade mais pobres do que saíram e tendo por vezes perdido a saúde e a virtude. Impedir esta calamidade, fomentando a virtude nas associadas, mediante reuniões piedosas, oração e frequência dos sacramentos.*²⁷³

É o Bispo que reconhece que são “*raparigas boas mas inexperientes*”. Eram crianças e adolescentes separadas de seus pais na idade que mais precisavam e tinham de enfrentar toda a espécie de vicissitudes e perigos, sem nenhuma preparação, sendo assediadas muitas vezes pelos patrões ou pelos filhos. Situações ocultadas pela maioria com medo de represálias e que as colocou no senso comum como levianas, atrevidas e mentirosas.

Surpreendente é nunca aparecer nestas obras ou jornais uma referência em que se culpabilize os patrões ou os filhos. Pelo contrário, o *Jornal a Voz das Criadas* desde o nº1, em 1934 e nos muitos que se seguiram, apresenta numerosos artigos com recomendações sobre como devia ser o seu comportamento em casa dos patrões. Recomendava às criadas a viver e a trabalhar como se estivessem no convento, com voto de castidade, obediência e pobreza, como se estivessem a servir Jesus Cristo.

Apesar do jornal se chamar a *Voz das Criadas*, a leitura que realizámos a perto de uma centena de jornais mostra-nos claramente a voz dos patrões dirigida às criadas, pois nele eram difundidas as qualidades que as patroas mais apreciariam.

Em regra, as pessoas da alta burguesia tinham vários criados e criadas,²⁷⁴ tendo cada uma, funções bem definidas, também denominados por serviçais, designação ainda utilizada pelos Censos de 1950. Vários escritores e artistas criaram a partir da vida destes/as trabalhadores/as personagens para inúmeras peças de teatro, romance,²⁷⁵ poesia e demais

²⁷²TRINDADE, D. Manuel - *Obra do Padre Brás. Uma Vida. Uma Obra*. Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1991.

²⁷³VOZ DAS CRIADAS, ano I, nº1, Março, 1934.

²⁷⁴(testemunho vivido pela autora).

²⁷⁵“Tenho passado anos e anos a ralar-me! Para ganhar mais moeda por mês, estafo-me a trabalhar de madrugada até à noite, enquanto a senhora está em pânia! É que eu levanto-me às seis da manhã – é logo engraxar varrer,

literatura.

Segundo Antoine Prost²⁷⁶ e pelas descrições que se encontram na literatura, em revistas e também pelo nosso conhecimento directo de inúmeros testemunhos orais, as criadas de servir tinham um trabalho muito intensivo, em que a jornada de trabalho se prolongava pela noite. Pessoalmente conheci e convivi com uma família da alta burguesia católica no Alentejo e também com as suas criadas nos finais dos anos 60. As empregadas trabalhavam nas moradias e palacetes e os pais trabalhavam as terras dos patrões. Elas ficavam durante uma semana a trabalhar com tarefas marcadas, como por exemplo limpar peças de prata, desde serviços de chá, talheres e outros, lavar à mão a tapeçaria e outras peças valiosas, dezenas e dezenas de vidros das janelas e portas do palacete, pintar as paredes, esfregar e encerar, etc., etc. e os patrões só lhe deixavam na despensa para cozinhar alimentos que tinham de chegar para as 4 criadas e 2 criados da quinta, o que era tão pouco, que não dava para mais de dois dias, mesmo o pão. Não podiam sair para comprar nada, mesmo com o seu próprio dinheiro. Não podiam ter namoro, porque eram logo expulsas da casa, assim como os pais delas se consentissem. Os patrões, para além do palacete no Alentejo, tinham mais dois palacetes, um no Centro da cidade de Lisboa e outro no Estoril, junto à praia. Geralmente não avisavam e apareciam a qualquer hora do dia ou da noite, porque tinham várias criadas, motorista, mordomos, jardineiro, caseiros, manajeiros²⁷⁷, tractoristas, ceifeiros/as, corticeiros que eram contratados para jornadas de trabalho sazonais. Famílias riquíssimas, conhecidas por serem grandes beneméritos, ofereciam grandes banquetes que se prolongavam até de madrugada, tendo o pessoal de estar sempre activo a servir, bem fardadas e sem nunca se poderem sentar, nem comer, antes da festa terminar.

A farda era o emblema da criada de servir como testemunha a Natália:

Usávamos sempre uniforme na casa dos patrões e na rua também quando íamos fazer recados. As roupas eram feitas das cortinas velhas e restos que as meninas já não usavam²⁷⁸.

A nossa entrevistada Natália relata como estava organizado o trabalho a nível do pessoal na casa onde viveu e trabalhou dos 8 aos 23 anos. Não pertencendo no entanto ao número das famílias que mencionámos, mas aos empresários que administravam as indústrias

arrumar, labutar, e a senhora está muito regalada em vale de lençóis, sem cuidados, nem canseiras (...). Há um mês que me ergo com o dia, para meter em goma passar e engomar”, p.30.

²⁷⁶Cf. PROST, A. - “*Fronteiras e espaços do privado*”, in ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges. *História da vida privada. Da primeira Guerra Mundial aos nossos dias*. Edições Afrontamento, Porto, vol.V, 1991, pp.42/46.

²⁷⁷ Homens que vigiavam o trabalho agrícola executado pelos camponeses e camponesas.

²⁷⁸ Entrevista da Natália, anexo A, n.º.15, p.6. Desde 1943 a 1968

de conserva de peixe e outros produtos de conservação, onde trabalhavam os /as operárias conserveiras no início do século e que foram extintas pelos anos oitenta do século XX. Ela conta-nos:

Na casa havia uma governanta que também cozinhava, fazia as compras todas para a casa e os produtos para a alimentação. Às vezes eu ia com ela para a ajudar e ao mesmo tempo aprender. Nesta casa vivia um casal que trabalhava na fábrica e tratava do quintal. Nós éramos cinco. Mas o trabalho era muito. A casa era muito grande e tinha uma senhora de 90 anos, que era a mãe da minha patroa, a quem se tinha de fazer a higiene. Os meus patrões tinham quatro filhos e cinco netos, que estavam sempre lá na casa e de quem nós tínhamos de cuidar.

Por mais amigos que os patrões fossem as criadas eram bem distintas de todos os patrões, familiares, amigos, convidados. Era natural as criadas comerem na cozinha após terem servido os patrões, o que ainda hoje acontece, nem sempre por vontade dos patrões, mas por vergonha e se sentirem seres inferiores, por serem mais pobres e não terem aprendido muitas delas o manuseamento dos talheres, tal como acontecia com o lápis. Mas nos anos 30 e seguintes era regra estabelecida nas casas para onde iam servir.

As criadas nunca comiam à mesa com os patrões. Comíamos na cozinha e comíamos o que sobrava da mesa. Raramente sobrava carne, aproveitávamos o restinho dos molhos com o arroz ou as batatas e os legumes e comíamos sopa. Os bolos só chegavam a nós quando já estavam secos. Mas não passávamos fome, o leite era sempre pouco, muitas vezes não chegava para nós. Ficávamos com a cevada e o pão de milho²⁷⁹.

O conjunto de criados/as era designado por *criadagem*: podia ser de quarto, mesa, cozinheira, a criada dos meninos; criada de fora para as limpezas exteriores. Existia ainda uma governanta, que tinha poder para repreender e até bater, caso o pessoal não cumprisse o que lhes estava determinado, que orientava todo o pessoal, fazia a ementa das refeições e dos banquetes para ser executada pela cozinheira, havendo ainda a copeira que se encarregava da lavagem das loiças e copos. As refeições do pessoal só aconteciam após ter terminado todo o serviço. Para o serviço de mesa era usada uma farda específica, por uma questão de higiene e boa apresentação. Independentemente da hora a que acabassem o serviço, no dia seguinte tinham de se levantar à mesma hora, para preparar e executar as tarefas que lhe estavam destinadas.

Outro testemunho contado na entrevista que realizamos à Angélica é elucidativo da situação que ela encontrava no final dos anos sessenta. Ela descreve o caso de uma jovem

²⁷⁹ Cf. entrevista da Natália, anexo: A, nº.15, p.6.

também menor, que estava a servir e à noite ia à LOC, às aulas de alfabetização. Muitas vezes, quando crianças e jovens não tinham fome; elas sentiam-se separadas por não poderem comer muitos dos alimentos que serviam e cozinhavam. Como se pode referir que eram como família, se tinham um tratamento totalmente diferente dos filhos e restantes membros da família? Na roupa, na comida, nos estudos, no tratamento e como elas dizem mais tarde, quando eram consideradas ingratas por deixarem as patroas?

*Era tratada como se fosse da família então também ia herdar como os outros?
A Isabel, um dia chegou à LOCF), era uma reunião que tínhamos à noite e ela ia com um ar muito feliz, e dizia: Ah, menina Angélica (...) eu hoje comi bife (...). E como é que hoje comeste e nos outros dias não comes?*

Ela explica como conseguiu comer um bife, retirando-o da refeição que fizera para a patroa e uma visita: “Cortei e ainda arranjei um bifinho para eu comer”. Comenta a Angélica: *Fiquei tão triste e pensava assim: - Realmente na nossa aldeia não se comia bifes, comíamos caldo e batatas e coisas assim, mas também à nossa beira ninguém comia bife, nós comíamos todos da mesma comida.* Descreve ainda o caso de outra empregada doméstica que nunca comia fruta às refeições: *Eu perguntava mas ninguém comia sobremesa. Ah, comem, mas para mim não. Mandava-a arranjar o tabuleirinho para o chá, mas ela também não tomava chá, não lanchava*²⁸⁰.

As folgas das empregadas domésticas eram breves e raras, geralmente ao Domingo, levando muitas vezes os filhos dos patrões a passear para o jardim público ou indo de férias com os patrões para cuidarem das crianças, como refere uma das nossas entrevistadas. *Eu só saía se os patrões saíssem, se não eu não saía, mesmo quando já tinha 18 anos.*²⁸¹

A Natália relata os 15 anos (1944/1967) que passou a servir na mesma casa sem saber o que era ter uma folga, feriado ou férias: *ao domingo eu não saía precisava de ficar a fazer companhia às senhoras e ficava a fazer croché de tarde. Nunca tive férias. Íamos com os patrões para a Quinta que tinham em Famalicão e as rotinas eram as mesmas*²⁸².

Em Portugal, quer em França, quer no Brasil a patroa podia abrir a correspondência dirigida à criada, mantendo o controle sobre a sua vida privada. Algumas patroas não deixavam as criadas conviver nem com as colegas. Para o fazerem teria de ser às escondidas, quando elas estavam ausentes ou aproveitando todas as oportunidades de saída em serviço.

Pelo facto de viver na mesma casa o dia inteiro, a criada participava em muitos

²⁸⁰Cf. Entrevista da Angélica, Anexo: A, nº6, p.9/10.

²⁸¹Entrevista da Dulce, Anexo: A, nº14, p.2.

²⁸²Entrevista da Natália, anexo: A, nº 15, p. 6.

aspectos da vida privada dos patrões, porque estava estreitamente ligada aos aspectos mais íntimos: despertar, deitar, higiene pessoal, as roupas, as refeições, ocupação com os filhos, incómodos de saúde, até mesmo os caprichos, desentendimentos e intrigas. *Por vezes são depositárias das suas confidências: a descrição a que estão obrigadas torna-o possível.*²⁸³ O afecto é sem dúvida a razão quase sempre apresentada pelas empregadas domésticas para permanecerem com os mesmos patrões, até estes morrerem: *fui com a filha quando casou para a Rua Pinto Bessa, ela depois começou a ter filhos, o meu patrão era o dono do Ar Líquido*²⁸⁴.

Referem o afecto aos “meninos e meninas” que elas criaram como se fossem seus filhos, sendo muitas vezes uma criança a cuidar de outra criança. Poder-se-ia dizer irmãos/irmãs? Apenas nos afectos, na partilha das brincadeiras, da roupa que já tinham usado, nas confidências. E acrescenta:

Quando a minha senhora morreu (a mãe da patroa a quem chamava madrinha), foi que o Ruizinho arranhou uma rapariga, no campismo. Ele casou com a rapariga e ela fez-lhe a vida negra (...). E a minha senhora ganhou duas úlceras e uma tornou-se cancerosa e acabou por morrer.

A linguagem utilizada pelas empregadas domésticas para falarem dos filhos dos patrões revela a ternura que lhes dedicavam como se os tivessem gerado no seu próprio ventre. A descrição da Rosinha mostra claramente o que as fazia manterem-se na casa dos patrões, numa dedicação extrema, onde não interessava o ordenado que lhe pagavam, o não ter constituído família e trabalhar 38 anos, desde 1938 a 1975, a servir nos mesmos patrões, até fecharem os olhos: *quando a minha patroa morreu eu ganhava 200\$00, estive lá 38 anos. Não era pelo dinheiro que eu a deixava. Eles iam para o campismo eu também ia, eles ficavam em casa eu também ficava. Foi assim a minha vida.*

Outra das nossas entrevistadas, a Laura, relata o gosto pela sua profissão de que ainda hoje gosta e não está arrependida, tendo trocado o trabalho como auxiliar de limpeza no Hospital de S. João no Porto, pelo serviço de Empregada Doméstica.

Vim para o Porto com 17 anos. Antes de vir para o Porto trabalhava no Hospital de St. Tirso, vim para ir trabalhar para o Hospital de S. João e não tinha ideia

²⁸³ ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges - *História da vida privada. Da primeira Guerra Mundial aos nossos dias*. Porto, Edições Afrontamento, Vol. V, 1991, p.43.

²⁸⁴ Entrevista da Rosinha, nascida em 1925, Anexo A: nº13, p.1.

de ser empregada doméstica. Vim com uns senhores que eram da minha terra, da Vila das Aves, eles gostaram muito de mim e eu dediquei-me a eles e ali fiquei, já não fui trabalhar para o Hospital, até eles morrerem estive como empregada interna.

Actualmente, já aposentada e a habitar o seu apartamento, que adquiriu com o seu trabalho no serviço doméstico, continua a ir limpar a casa das “meninas”, que já são formadas ou a ir passar uns dias de férias com elas. Dois testemunhos que revelam a fidelidade, o afecto, dedicação, empenho que revela também a condição de ser criada.

Eu continuei a ser interna, porque gostei, vim muito novinha, foram uns patrões que aparentemente me trataram bem e também havia o problema do alojamento e talvez tenha sido o maior problema. Mas de qualquer maneira eu gostei muito de trabalhar, na casa onde trabalhei durante 32 anos²⁸⁵.

Escutámos também as memórias da Inácia, antes do 25 de Abril,

Era e fui criada de servir. Eu vim para a Falagueira tinha 17 anos, interna. Eu trabalhava no campo e tinha uma prima a trabalhar aqui na cidade de Évora, e a gente escrevia-se. (...) Então eu disse-lhe que gostava de vir trabalhar para a cidade de Évora. (...) Ela falou lá com a senhora e eu fui para lá com 17 anos e saí com 25 anos. Depois dali fui para outro lado.

Deixar a vida do campo era o sonho de qualquer rapariga, sobretudo no Alentejo em que o trabalho era bastante duro e não havia todo o ano. Era também a possibilidade de arranjar namoro, porque os rapazes escasseavam nas aldeias, pois eram muitos os que iam trabalhar para Lisboa ou eram mobilizados para o serviço militar porque estávamos em plena guerra colonial. *Entretanto soube do meu marido, (naquele tempo os rapazes estavam no Ultramar e a gente escrevia aerogramas). Li na revista Crónica Feminina, que eu comprava todas as semanas. Depois passou a chamar-se Maria.*

A revista de que fala a Inácia era leitura obrigatória para todas as raparigas que sabiam ler e às vezes até era o motivo para quererem aprender a ler. Trazia cartas de rapazes que, estando longe das famílias na guerra do Ultramar, procuravam uma madrinha de guerra. Muitos casamentos se realizaram nos anos sessenta entre militares e criadas de servir. *Eu apanhei a direcção daquele rapaz e como dizia que ele estava preso, então eu comecei a escrever-me com ele. Ele era de Évora e respondeu-me a dizer que estava preso em Santarém*

²⁸⁵Entrevista da Laura, Anexo A: nº9, p.1.

Eu era toda aventureira meti-me na camioneta e fui ter com ele à prisão. Comecei a falar com ele e acabei por me casar com ele, no presídio de Santarém²⁸⁶.

Os pedaços de narrativas respondem ao nosso questionamento sobre a vida das empregadas domésticas, vivida num tempo histórico difícil do nosso país em que os rapazes deixavam as famílias, as namoradas e muitas vezes mulher e filhos, para irem combater na guerra colonial. Na total invisibilidade no seu local de trabalho, as empregadas domésticas, na sua maioria jovens trabalhavam e militavam em condições adversas. Na solidão do dia a dia vão encontrar os mecanismos necessários para compreenderem para além do estabelecido, vão abrir pequenas fendas no sistema, e vão preparar o caminho para no momento oportuno se tornarem dirigentes sindicais em vez de dirigentes da Acção Católica. Arrastaram com elas dezenas e dezenas de colegas que consciencializaram, ajudaram a crescer e que também irão contribuir para a realização do sonho. O sonho prioritário deixara de ser arranjar um rapaz com um bom emprego, ao contrário do que algumas inicialmente pensaram. Era preciso sair da situação em que se encontravam. Conquistar direitos iguais às operárias que trabalhavam nas fábricas, organizarem-se e libertarem-se da situação em que se encontravam e que as impedia de participar nas reuniões, de receber cartas sem ser às escondidas, de namorar, de visitarem os pais, de estudar e se valorizarem, sem terem de depender de um homem ao casarem e tornarem-se donas de casa ou enveredarem pela vida religiosa.

²⁸⁶Entrevista da Inácia, Anexo A: nº11, p.1.

Capítulo II
De criadas de servir a empregadas domésticas

1.As criadas de servir e o início da sua organização

Em Portugal, entre 1911 e 1921 formaram-se muitos Sindicatos, sendo em 1914 organizada a primeira “Central Sindical – União Operária Nacional”, em 1918 a União do Professorado Primário Oficial Português e em 1919, “a Central Geral do Trabalhadores”. O ano de 1921 foi um ano de muita instabilidade política e a situação das classes trabalhadoras não era fácil.

No que concerne às trabalhadoras dos serviços domésticos e afins, designadas por serviçais, o Regulamento Policial, emanado do Governador Civil de Lisboa e os jornais da época passam a noticiar os acontecimentos a elas referidos. Em 23 de Novembro de 1919, o Jornal “O Comércio da Póvoa de Varzim” escrevia:

As sopeiras fazem greve? “ Agora são as endiabradas sopeiras que nos vão roubar a delícia da n/ companhia caseira, pois também ameaçam abandonar o serviço culinário e o do limpa-pó se não lhe chegarem ao bico. C’est à dire, as maganas das criadinhas atendendo aos relevantísimos serviços que prestam aos refugados, assados e outros alambuzados acepipes resolvem pedir mais aumento de salário. Porque não? Sopeira també ser gente!...E verdade verdadinha há pro aí tanta menina de avental branco e mesmo sem eles que vale bem um aumentozinho! Até dá vontade da gente acompanhar as grevistas...”

Esta notícia revela o descontentamento das empregadas domésticas, o ridículo que era considerado as empregadas domésticas quererem aumento de salário e disporem-se a recorrer à greve. Ainda mostra a sobrançeria como eram tratadas (endiabradas sopeiras, criadinhas, avental branco). Em Maio de 1921, o jornal de Notícias escrevia um artigo intitulado *Serviçais*, em que informava sobre a imposição do livrete tomada pelo Sr. Governador Civil Lello Portela, tendo em vista o controlo das 35.000 criadas de Lisboa. O Regulamento policial determinava que as/os serviçais eram obrigadas a possuir um livrete que as/os identificasse. O jornal concluía que a medida tomada, *evitava que se recebessem em casa gente com cadastro, pelo agravo que se lhe pretendendo fazer, agitam-se, debatem-se, protestam contra o edital sendo a única forma de manter a honridade das suas servas evitando assim que sejam roubadas*”, e interpretava o edital como uma forma de evitar *agências que tanto cardam criados como patrões*²⁸⁷. O Jornal *O Século* escreve um artigo em que enaltece as empregadas domésticas pelo seu trabalho, dedicação e conformismo com a sua situação social. Destacamos o seguinte parágrafo:

As criadas de servir, essas pacatíssimas criaturas que de sol a sol se esforçam

²⁸⁷JORNAL DE NOTÍCIAS - *Serviçais*, 19.05.1921.

*para nos proporcionar o conforto, essas dedicadas cooperadoras adentro de portas do nosso lar inflamadas e com justa razão, a única classe que no meio deste arfar social se tem conservado na ordem numa atitude digna de louvor, contentando-se com tudo*²⁸⁸.

Outros jornais da época como o Jornal “*Imprensa da Manhã*”, Jornal “*A Pátria*” noticiam o facto, tecendo comentários como a pouca adesão por parte dos/as serviçais ao regulamento²⁸⁹.

Segundo Olegário Paz, a revolta contra as alterações ao Regulamento iria dar início, pela primeira vez, em Portugal à organização das serviçais, *em que foram as próprias trabalhadoras domésticas a organizarem-se e a fundarem uma Associação de Classe para defenderem, em conjunto, os seus direitos, aconteceu em 1921*. Um comunicado emitido pela Associação de Classe em Junho de 1921 declarava: *Acaba de ser constituída a Associação de classe das empregadas de Hotéis e Casas Particulares sendo um dever de toda a criada de servir ingressar na Associação para salvaguardar os seus direitos*²⁹⁰.

O mesmo comunicado esclarecia que as intenções do Governador Civil ao querer impor-lhes o livrete, era controlar e perseguir as empregadas domésticas, devido às queixas apresentadas pelos patrões e que as reduzia “a mulheres de má vida”, pelo que nenhuma “mulher honrada o deve aceitar”. Os Estatutos foram aprovados em 20 de Junho de 1921 com a presença de 300 empregadas domésticas. Passados seis dias, esta força dirigente já tinha conseguido a adesão de 2.000 associadas. Elegeram os Corpos Gerentes e tomaram posse nesse mesmo dia, onde consta o nome de sete mulheres, sendo a 1ªsecretária Efigénia da Conceição Bugalho. No jornal “O Século” de 13 Agosto 1921, com o título “*A questão do livrete*”, informava que a Associação estava legalmente constituída. Uma comissão de homens dos restaurantes e dos criados de mesa reunira na Associação dos Restaurantes e Hotéis de Lisboa, acompanhados das representantes da Associação das Empregadas Domésticas de Hotéis e Casas Particulares para declararem publicamente que “não estão dispostas a aceitar o livrete que o Sr. Governador Civil à viva força quer impor”. Explicam entender que a medida representa uma ignomínia que a classe não poderá admitir. O Presidente da “*Associação dos Empregados de Hotéis e Restaurantes*” dá o seu apoio à contestação das serviçais protestando contra o Governador Civil que tinha proibido, no dia anterior, uma reunião que iam realizar. Fazem uma proposta ao Sr. Ministro das Finanças

²⁸⁸O SÉCULO - *As Criadas de servir e o Livrete*, 16.06.1921.

²⁸⁹IMPRESA DA MANHÃ e A PÁTRIA, 20.08.1921 in PAZ, Olegário, *op.cit*, 1979(a), p.48

²⁹⁰Paz, Olegário, *op, cit*, 1979 (b), p. 49.

“um adicional na contribuição industrial em vez do selo de assistência”. Toda a Assembleia da Associação dos Empregados de Hotéis e Restaurantes se manifestou contra a determinação imposta, classificando de “*arbitrariedade a [creaturas] honradas laboriosas*”, que no pleno uso do seu direito, protestam contra uma medida tão vexatória como aquela que o Governador Civil lhe pretende impor. Era já a segunda proibição. “*Os membros directivos, bem como as que faziam parte das várias comissões das classes atingidas pediram a demissão dos seus cargos, propondo a nomeação dum comité*”²⁹¹.

Um representante dos patrões manifestou a sua indignação contra a medida determinada pelo Governador Civil, visto a Associação estar legalmente constituída. O jornal “*A Defesa*”, órgão oficial da “*Associação dos Criados de Mesa*”, em solidariedade com as normas da “*Associação de Classe das Empregadas de Hotéis e Casas Particulares*”, publicou os objectivos que tinham sido aprovados em Assembleia de sócias:

- “1. *Iniciativas culturais - conferências, cursos e alfabetização; aprendizagem de costura e culinária e exigência de um salário justo.*
2. *Exigência de uma legislação para tempos de descanso, condições dignas de trabalho e contrato de trabalho escrito.*
3. *O direito a controlar as condições de habitação das sócias.*
4. *Formar uma Bolsa de Trabalho para colocações e um fundo de apoio às sócias desempregadas*”.²⁹²

Como forma de luta, as serviçais fizeram greve geral em Lisboa e algumas retiraram-se para as suas aldeias. As que tentaram resistir foram presas, mas mantiveram a palavra de ordem de não aceitarem o livrete imposto pelo Governador Civil²⁹³.

A Associação lutou pelos seus objectivos e realizou algumas conferências e cursos de instrução e aperfeiçoamento profissional. Segundo o Jornal “*O Século*”, o Governador Civil Lello Portela manteve a disposição de multar todas as serviçais que não tivessem livrete, “*das vinte mil serviçais que existem em Lisboa só mil e setecentas o tem. O Sr Governador vae mandar exercer uma rigorosa vigilância por brigadas especiaes da polícia*”²⁹⁴. O Jornal *O Século* continuou a noticiar a luta das serviçais. “*A Direcção da Associação de Classe das Empregadas Domésticas e Hotéis e Casas Particulares, reunida, apreciou os últimos acontecimentos e vai encetar démarches necessárias, estando convencida de que o novo Governador será mais criterioso*”. Neste processo, a resistência das serviçais parece ter

²⁹¹Idem, 1979 (b), p.51.

²⁹²Segundo Olegário Paz, em Junho de 1921, p.55.

²⁹³PAZ, Olegário - *op. cit.*, p.44.

²⁹⁴Ibidem, in *O SÉCULO*, 15.10.1921.

contribuído para a fuga do Governador Civil, a 19 de Novembro de 1921, para o estrangeiro²⁹⁵.

Segundo Olegário Paz, “a história do livrete que ficou como má recordação, ocasionara um dos momentos mais importantes do Serviço Doméstico em Portugal que ficou noticiado”.

296

A este episódio ainda podemos ligar a greve de crianças na Capital, em 1911²⁹⁷, já que a ocupação de muitas delas seria também o trabalho doméstico, como já assinalamos²⁹⁸. Estes factos parecem marcar a emergência de um “instinto de classe”²⁹⁹, que subjaz nas manifestações espontâneas, fruto das situações objectivas de vida. Após estes alertas as empregadas domésticas continuaram a viver e a trabalhar em casa dos patrões, de forma muito idêntica à anterior. Contudo, este movimento funcionará como referente histórico na sua tomada de consciência de classe. A Associação foi iniciada pelas próprias empregadas domésticas também para defesa da sua reputação, dos seus direitos de trabalhadoras e com um programa de formação profissional e cultural para as associadas, elementos importantes no processo identitário como grupo profissional. Pela documentação encontrada por Olegário Paz, é evidente a coragem do grupo iniciador, ao ponto de serem capazes de enfrentar a prisão, perderem o trabalho, ter regressado ao trabalho rural na terra natal, não por serem ladras ou de má reputação, mas por, ao instituírem uma associação de classe, se tornarem uma força mobilizadora. Esta capacidade de tomar iniciativa, de formular objectivos adequados a cada etapa e de encontrar formas de direcção constitui o grupo numa “força dirigente”³⁰⁰.

A situação política alterou-se substancialmente durante o Estado Novo, pelo que não encontrámos registos em que possamos alicerçar um saber sobre o que aconteceu às serviçais que se constituíram em Associação com a designação de “*Empregadas Domésticas em casas particulares*”. O Estado Novo controlava a actividade sindical, mormente as estruturas que vinham do período Republicano e impôs a censura a todo o tipo de informação, o que impediu quer a criação de Sindicatos quer a sustentabilidade de muitos já constituídos.

²⁹⁵Ibid, “O SÉCULO”, 22, 23 e 28.10.1921.

²⁹⁶PAZ, Olegário – *op. cit.*, 1979(b), p. 96.

²⁹⁷Cf. Castro, Armando - *A Revolução Industrial em Portugal no sec .XIX*. 4ª.Edição, Lisboa. Editora Limiar, p.179.

²⁹⁸CF.VIEIRA, Celeste Antónia - “*Serviçal: criada/o, como profissão de criança*”. (1867 - 1976), FPCE-UP, Porto, VII Congresso Luso-Brasileiro, 2008.

²⁹⁹Utilizamos o conceito marxista de “instinto de classe”, para traduzir o movimento espontâneo de reacção às condições que se vivem e ao lugar que se ocupa numa estrutura social. Sobre estes conceitos cf. HARNECKER, Marta - *Les Concepts elementaires du materialisme Historique*. Bruxelles, Contradictions, 1974, pp. 164-180.

³⁰⁰HARNECKER, Marta - *Les Concepts Elementares du Materialisme Historique*, Editions Contradictions, Bruxelles, 1974, p.177.

Na década de 30 surgiram algumas obras de índole católica, como a “*Obra de Previdência e Formação de Criadas*” (OPFC), em 1934 e na mesma data o Jornal da Obra “*Voz das Criadas*”. A designação de empregadas domésticas surgida em 1921, por iniciativa das próprias trabalhadoras, deixa de ser referida e surge de novo “criadas de servir” ou pejorativamente “sopeiras”. A Obra nasceu como instrumento de protecção e formação no seio católico, para as criadas de servir. Além do pendor caritativo e formativo, visava um fim ideológico de controlo sobre a acção reivindicativa das criadas, propondo uma atitude de obediência e de conciliação de interesses. Era pois bem distinta da Associação fundada e iniciada por raparigas e mulheres, que se identificaram por “classe de empregadas domésticas em casa particulares” e que foram rotuladas de comunistas.

2. A OPFC e o Jornal “Voz das Criadas”

A Obra de Previdência e Formação de Criadas (OPFC) foi fundada pelo Padre Brás (director espiritual do Seminário da Guarda) e por senhoras benfeitoras católicas em 2 de Fevereiro de 1934. É conhecida por Obra de Sta. Zita, a padroeira das criadas de servir³⁰¹. A Obra foi aprovada pelo Prelado da Diocese da Guarda. O Bispo, D. José A. Mattoso autorizou também, a publicação do jornal a “*Voz das Criadas*”, como o órgão da Obra e considerou uma feliz iniciativa, que louvou com a afirmação de que a nova publicação “concorrerá para tornar mais conhecida e devidamente apreciada a benemérita obra”³⁰².

Um dos objectivos da obra OPFC era a formação religiosa e simultaneamente a preparação das raparigas para executarem todos os serviços domésticos, nas casas particulares como internas, onde eram colocadas através de um secretariado de colocações da Obra. Para os patrões era, em princípio, uma garantia de que nas suas casas tinham raparigas e mulheres honestas, boas serviçais e religiosamente bem formadas “com espírito de sacrifício, obediência, diligência, dedicação e submissão”. O lema da Obra era: “*Mãos no trabalho e coração em Deus*”.³⁰³

O n.º.1 do Jornal “*Voz das Criadas*” define a OPFC como “uma obra de criadas e, exclusivamente para criadas. Mas tem como cláusula fundamental que todas as suas

³⁰¹Sta Zita nasceu na cidade de Lucas, em Itália e era criada de servir numa família nobre. Foi considerada Santa pela vida sacrificada que teve, dando aos pobres a comida que era para se alimentar, segundo a versão da religiosa que entrevistamos.

³⁰²Cf. VOZ DAS CRIADAS, n.º1, Ano I, Março 1934, p.1.

³⁰³VOZ DAS CRIADAS, n.º1, Biblioteca Municipal do Porto 1934 [é uma das fontes que pudemos verificar, desde o n.º1 em 1934 a 1938 e de 1942 a 1966,].

associadas devem ser católicas praticantes”. Em conformidade, a nota de abertura esclarece: “impôs-se-nos logo como elementar dever, pedir para ela a aprovação e bênção do nosso venerando prelado” e apresenta as principais finalidades da Obra:

“Impedir esta calamidade, fomentando a virtude nas associadas, mediante reuniões piedosas, oração e frequência de sacramentos; despertar nelas o espírito de economia para garantia do futuro, evitando gastos excessivos em luxo; obter-lhes colocação em casas de inteira confiança, dar-lhes conveniente instrução e formação: eis os fins que se propõe a nossa associação, Obra de Providência e Formação das Criadas”³⁰⁴.

A calamidade de que falam os Estatutos da OPFC era evitar que as criadas, quando maltratadas ou despedidas, fossem encontradas abandonadas nos campanários da Igreja ou caíssem na prostituição. Subtilmente, toda a obra nunca acusa os patrões e os filhos destes de serem a causa da calamidade, ao abusarem e assediarem as jovens moças, mesmo ao reconhecerem o estado em que eram encontradas, com doenças venéreas, ao frio e com fome.

A OPFC assim como o seu jornal, insistiam na necessidade de as patroas ensinarem e educarem as criadas a serem boas serviçais, disciplinadas, obedientes. Os princípios doutrinários de fidelidade e submissão adequavam-se à sua situação de criadas como no futuro de boas esposas, como se pode ler:

“As criadas estão numa casa, como as religiosas estão no seu convento, e toda a sua vida, em casa dos amos, se resume nesta simples palavra: obedecer. É a obediência a razão da nossa vida, ou melhor, do nosso modo de vida: isto é, os patrões pagam-nos a soldada para lhe obedecermos e executar-lhes as suas legítimas vontades³⁰⁵”.

Esta educação para a obediência, que lhes é imposta socialmente de forma doutrinária e no concreto da profissão nas casas dos patrões, tem por base uma postura religiosa, tendo o convento como modelo. Michel Foucault³⁰⁶ refere que a disciplina “fabrica corpos submissos e exercitados, corpos dóceis”, corpos úteis. Algumas criadas, sobretudo as que foram formadas na Obra de Sta. Zita, como vulgarmente é conhecida a OPFC, foram exercitadas para serem submissas, obedientes executando todas as ordens sem se questionarem a si próprias e às suas condições de trabalho. O serviço aos patrões era-lhes proposto como um serviço a Deus; o emprego como uma entrega religiosa no convento. É uma proposta de abandono de si, de perda de autonomia, de colocação numa situação de dependência servil.

³⁰⁴Ibidem, p.1 e 2.

³⁰⁵“Virtudes e qualidades de uma criada de servir”, in VOZ DAS CRIADAS. Órgão da “Obra de Providência e Formação de Criadas”(OPFC), Ano 1, n.º5, Jun.1934, p. 1.

³⁰⁶FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Editora Vozes, 2004, p.56.

Neste sentido é uma atitude de completa alienação no contexto do trabalho.

Ao longo dos vários números do Jornal, encontramos a publicação dos Estatutos da OPFC assim como o seu trajecto e o nome das diferentes directoras, verificando - se que eram todas mulheres. A primeira directora foi Maria José Lucas e o jornal era impresso na Empresa Vértas na cidade da Guarda, desde do 1º número em 1934 até 1946. A partir do nº158 a directora passa a ser Maria Natália Albuquerque e é impresso nas Oficinas de S. José, sendo a redacção e administração na Rua Santo António à Estrela, em Lisboa, que passou a ser até aos nossos dias a Casa Mãe da Obra.

A “Voz das Criadas” aborda temas variados desde receitas culinárias, anedotas, épocas de plantação dos produtos hortícolas. Os temas de fundo são artigos doutrinários e formativos para a moral da criada, com especial ênfase para as virtudes e qualidades que deve ter e para os pecados que deve evitar no exercício da sua profissão. A obediência é um dos temas recorrentes:

“É a obediência a razão da nossa vida, ou melhor do nosso modo de vida; isto é, os patrões pagam-nos a soldada para lhes obedecermos e executarmos as suas legítimas vontades”(...) “devemos ver nas ordens dos nossos patrões a própria autoridade de Deus(...) é a maneira fácil de suportar, com paciência e até alegria, os patrões que não são como deviam ser”³⁰⁷”.

Consultamos um número elevado de Jornais onde nos apercebemos que o órgão da Obra não traduz o pensamento das criadas e que não são elas que escrevem. O Jornal dá voz aos interessados na submissão das criadas de servir, e colocam na sua boca o que pretendem que elas sejam. Há uma leitura moralista, piedosa, de formação religiosa, em que os patrões surgem como os benfeitores, porque pagam a soldada, lhes dão trabalho e exercem a função de um deus autoritário, que deve ser suportado com paciência e alegria, mesmo quando cometem erros que não deviam. A leitura do Jornal “Voz das Criadas”, impressiona pela linguagem utilizada de amedrontamento a meninas, adolescentes e a jovens mulheres. Incitava a que elas servissem cegamente e fossem utilizadas como se de objectos se tratassem e não de pessoas. Extractos retirados da leitura que efectuámos a numerosos jornais demonstram o controlo da Obra sobre as criadas de servir, a sua expansão e o terror nelas incutido contra o associativismo e a ideologia comunista, associada ao anti-semitismo, como o seguinte texto demonstra. “Os chefes moscovitas que são agora quem manda em Espanha, são todos Judeus e por esse motivo uma serviçal opondo-se à destruição de uma Igreja, como bons judeus

³⁰⁷Ibidem, p.2.

fuzilaram a criada”³⁰⁸. O Jornal nos anos 50, apresenta já uma linguagem dirigida às “opedefecista”, (criada de servir associadas da Obra) expressa em artigos como o seguinte:

“Para defesa das Opefecistas, as que já receberam o emblema (associadas efectivas) devem possuir o B.I. passado pelo secretariado central da OPFC em virtude de certos actos menos dignos que, sobretudo de há uns tempos a esta parte, têm posto pelas ruas da amargura as criadas de servir, confundindo com o bando de ladras, das mulheres sem identificação, etc”.³⁰⁹

A questão da identificação volta a ser retomada, sendo assumida pela Obra como garantia para os patrões de que as criadas que tinham em suas casas, não eram ladras nem pertenciam ao bando das que não tinha aceitado o livrete. Esta dedução surge-nos pela leitura do Jornal “Voz das Criadas”, de 1953, que faz uma alusão crítica à opinião emitida pelo Jornal o “Diário Popular” e termina a notícia da seguinte forma: “devia haver um organismo sindical que não só defendesse os interesses das criadas de servir mas também abonasse a sua idoneidade”. “Voz das Criadas” replicou, assumindo a Obra como uma associação de defesa das criadas, numa oposição aos sindicatos:

*“A Obra e o Regulamento aprovados pela Igreja e pelo Governo e que tem 12 casas de Sta. Zita e 50 delegações espalhadas pelo país, com mais de 6.000 associadas, outra coisa não tem feito senão defender o interesse das criadas, garantindo o bem e a tranquilidade das famílias que elas servem”*³¹⁰.

No jornal é também perceptível as directrizes que os patrões deveriam seguir, no que diz respeito às folgas dada às suas criadas. Expressam o pressuposto de que a educação é sinónimo de proibição, isolamento e a liberdade é confundida com libertinagem e não como um compromisso assumido de respeito mútuo e responsável, [um sinal de amadurecimento e desenvolvimento ao adquirirem conhecimento, enfrentarem obstáculos e aprenderem a lidar e estar com os outros]. As palavras que transcrevemos reflectem bem o conceito de liberdade que incutiram nas empregadas domésticas:

*“A liberdade que alguns patrões concedem às criadas, permitindo-lhes mais algumas horas a um domingo, mais um dia de folga, mais alguns dias na terra, muitas vezes concorre para a desgraça. Desgraça própria - e desgraça dos patrões, pois nesses tempos podem ir a certos divertimentos e em as criadas se habituando a andar por cinemas, teatros e bailaricos já a coisa vai mal. Se não é hoje é amanhã, temos desgraça certa”*³¹¹.

³⁰⁸ VOZ DAS CRIADAS, n°34, Dez°1936, p. 2.

³⁰⁹ Idem, Ano XX, 1953, p.3.

³¹⁰ VOZ das CRIADAS, ano XX, n°238,1953.

³¹¹ VOZ das CRIADAS, n°51, Maio, 1938.

O conceito de desgraça é considerado como algo de mau para a criada e tem origem na sua impreparação para estar no mundo e gostar de divertimentos: ida ao cinema, ao baile, namorar ou simplesmente conviver com rapazes e raparigas numa situação normal para uma jovem. A proibição era também uma forma de controlo do tempo da criada, que devia estar sempre ao serviço. As convivências com os demais, não eram incentivadas.

Em 1947, o jornal transcreveu uma entrevista feita ao Padre Brás pela revista “Verdade e Vida” para que falasse da Obra que fundara, decorridos 13 anos do seu surgimento. Destacamos algumas das palavras proferidas pelo Padre Brás, que revelam a expansão da obra:

“A Obra começou na Guarda, depois em Coimbra e no Porto foi mais difícil. Não encontrei quem tomasse a seu corpo a assistência religiosa da Obra. Foi o Padre Matos Soares que abriu caminho. Já temos obra instalada em sete paróquias: N.ª. Sr.ª da Conceição, Antas, Bonfim, Santíssimo Sacramento, Carvalhido, Cedofeita e Nevogilde. Está espalhada em 72 cidades e vilas”.

Fala ainda da sustentabilidade da Obra: “Recebe subsídios do Estado - uns trinta e tal contos por ano e tem os recursos de 10% de depósito das criadas associadas e esmolas dos benfeitores”. E do seu funcionamento: “Com uma Directora Geral e directoras das delegações e subdirectoras. Um secretariado e um Conselho Administrativo centrais e um Assistente eclesiástico em cada núcleo local.”³¹²

Revela, ainda, o anti-comunismo vivido de acordo com o regime de Salazar, de campanha contra o Comunismo e a Rússia, apoiada pelo Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Cerejeira. Eis as palavras eloquentes que encontramos escritas no Jornal a “Voz das Criadas” da entrevista dada à Revista “Verdade e Vida”, reveladoras do seu pensamento anticomunista e que constantemente foi transmitido quer às associadas da Obra quer aos patrões, para onde eram encaminhadas para trabalhar e habitarem. Dizia o Padre Brás, falando na terceira pessoa: “Houve uma alma de sacerdote católico - ouçam-no bem os agentes da Rússia em Portugal, a quem estes problemas impressionaram e sangraram o coração e que resolveu consagrar a sua vida à dignificação das criadas de servir”³¹³.

A dignificação da classe das empregadas domésticas, segundo as palavras do padre, era confiarem nos ensinamentos e conselhos recebidos na Obra a que se associavam e que lhes assegurava trabalho, a retenção de 10% do seu vencimento para assegurar a sua velhice como substituto à Segurança Social, que não tinham.

Os testemunhos que colhemos de duas associadas, uma que entrou para a Obra com

³¹²VOZ DAS CRIADAS, ano XIV, nº163, Setembro, 1947, p.3.

³¹³VIDA E ALEGRIA, Revista da JOCF, in *Voz Das Criadas*, 1947.

dezassete anos e que se manteve até ao momento em que teve de optar por fazer os votos perpétuos de religiosa secular e uma outra, actualmente religiosa secular, com votos perpétuos, mas mais nova, com casa própria e a trabalhar num centro paroquial com idosos, onde se encontra a sua própria mãe acamada, dão-nos visões quase opostas da própria Obra.

2.1. A OPFC através dos testemunhos recolhidos

O conhecimento da Obra OPFC através da leitura dos jornais a *Voz das Criadas* fez-nos pensar na possibilidade de ainda poder conhecer associadas, que pudessem testemunhar sobre esse tempo e perceber de que modo estiveram envolvidas na criação do Sindicato. Perceber como se passou da situação de “*criada*” à situação actual, de empregada doméstica ou mulher -a- dias.

Ao contactar com empregadas domésticas organizadas quer no SSD, quer na OPFC tínhamos também como preocupação compreender quais os movimento políticos ou religiosos que estiveram por trás de toda a mobilização, que aconteceu logo após o 25 de Abril em Portugal, e que levou à fundação do Sindicato do Serviço Doméstico. Esta questão surgiu pois qualquer estrutura a nível nacional é difícil de ser implementada, requer apoios, contactos, infra-estruturas.

Iniciámos as entrevistas por uma ex-dirigente sindical e cooperativista, Gracinda, actualmente aposentada e iniciadora quer do Sindicato do Serviço Doméstico, quer da Cooperserdo (Cooperativa Operária de Prestação de Serviços Domésticos). Acabámos por conhecer um pouco da OPFC por dentro, da sua actuação e do modo como interveio na organização do SSD.

2. 1. 1.O que levava algumas crianças à OPFC - o caso da Gracinda.

Gracinda relata com detalhes a memória que mantém viva de criança pobre, sem mãe, com um pai alcoólico, uma madrasta que a maltratava, nascida numa aldeia de S. Romão de Coronado, em S. Tirso. Recorda a bondade e caridade dos vizinhos ao retirá-la de casa do pai

e da madrasta, ainda criança, por falta de condições e promiscuidade em que viviam³¹⁴. Recorda ainda os maus-tratos que recebia e, mal alimentada, os trabalhos pesados que tinha de fazer, como apanhar e carregar lenha.

Em bebé fora criada em casa de familiares, um tio que a tratava muito bem mas que falecera. Foi viver com a madrasta e a sua vida de criança de 5 anos começou a ser difícil. Os vizinhos por consideração à mãe trataram dela. A mãe e dois irmãos mais novos tinham morrido com tuberculose. Escapara um irmão mais velho, que fugira da terra quando o pai se juntou com a madrasta, só tendo sabido da sua existência tardiamente. Viveu em casa de uma caseira de uma senhora rica da terra, que morava com a família na casa da quinta. Foi criada com os filhos dessa caseira. Era rebelde e brincalhona, fugia da escola e não teve aproveitamento. Tal como acontecera aos irmãos e à mãe também ficou tuberculosa. Deve ao médico da terra que a tratou a orientação dos benfeitores para o tratamento que tinha de realizar para se curar completamente. Quando estava curada já era uma jovem. Era preciso decidir o que iria fazer futuramente. A fábrica ou o campo eram as opções que havia na terra. Os trabalhos no campo eram demasiado para o seu corpo franzino e a fábrica era distante, o que dificultava a sua saída para longe, por não haver meios de deslocação para o centro industrial. Os caminhos pelos montes eram ermos e na povoação já havia fama do moleiro assediar as raparigas. Até era conhecido o caso de uma moça ter engravidado e ter sido obrigada a casar, apesar de ser muito nova. De acordo com a vizinhança e o médico foi então decidido que o médico faria um pedido para ela entrar para a Obra de Sta. Zita para aprender os serviços domésticos, por ser um trabalho considerado mais leve.

2.1.2. A entrada na Obra de Previdência e Formação de Criadas

A Gracinda tinha 17 anos quando entrou na obra de Sta. Zita. A sua história é uma reconstrução actual do seu passado, como ela o vê hoje e o reflecte, integrando-o numa construção coerente da sua vida.

Entrei para as Zitas para ir servir. Mas elas quando se apercebem que há umas raparigas jeitosinhas capazes de serem moldadas, que estão internas, antes de ir servir, fazem-nos retiros, falam-nos do Inferno e ensinam a doutrina e os serviços³¹⁵.

³¹⁴ Conta que o pai dormia com a madrasta e com uma filha desta.

³¹⁵Entrevista da Gracinda Silva, nascida em 1932. Anexo A: nº5, p. 2.

Integrou-se na Obra onde aprendeu a cozinhar, lavar, servir à mesa e fazer limpeza. Os ensinamentos religiosos que aí recebeu levou-a a pensar que devia seguir a vida religiosa como forma de se isolar do mundo e não cair “no pecado”, experiência que conhecia de vizinhas da sua idade, lá da terra e de ter tido o filho da caseira que a acolheu, que segundo ela “não regulava bem da cabeça e andava atrás dela”.

Nas recordações da sua permanência, na Obra de Sta. Zita ela lembra: *eu tinha um atestado passado pelo médico mas não tinha grandes roupas para vestir. Elas diziam-me: olha filha, não tens mãe, não tens pai, não tens ninguém, o melhor era dares-te a Nosso Senhor Jesus Cristo que te ampara a vida toda*

Gracinda tal como outras, fez a formação inicial: aprendeu todo o trabalho doméstico e as várias actividades que lhe foram confiadas dentro da instituição. Adquiriu formação a nível profissional, religioso e moral.

Aquilo tem aquelas camas, aquelas horas de comer. Tinha tudo o que eu não tinha quando entrei. Tinha 18 anos era nova e queria amparo. Mas isso é no começo, depois de entrarmos, e de mais a mais como não tinha família para se impor, em vez de ir servir para casas particulares puseram-me a servi-las.

(...) Olha, foi uma coisa que eu senti pela experiência que tinha visto das empregadas domésticas (...) porque elas ficavam lá como numa agência para se empregar. Ficavam lá, faziam o serviço, só que ainda pagavam xis. Mas aprendiam a cozinhar, aprendiam a limpar, a costurar³¹⁶.

As noviças aprendiam a ler a Bíblia e os livros doutrinários, a rezar, adorar o Santíssimo Sacramento e tudo o que fazia parte da preparação para ser religiosa. As suas palavras manifestam a sua desilusão, apesar de tudo o que tinha aprendido:

Elas (refere-se às directoras e às irmãs que as formavam) apanham as pessoas assim, sem perceber nada de nada, de olhos fechados. A gente vai do campo, cheia de medo de tudo e de todos, com uma vida amargurada, fazem um retiro onde nos falam do Inferno, falam-nos numa maneira que a gente já não quer ir para o mundo. Quer ir para o céu. Não ser pecadora.

As que eram escolhidas pela Obra frequentavam o noviciado para fazer os primeiros votos de acordo com as regras do Instituto Secular. Descreve criticamente o que acontecia no dia a dia da Instituição, das diferentes aprendizagens que teve, quer a nível experiencial de serviços domésticos, quer das regras religiosas, que tinha de cumprir para poder fazer os primeiros votos e mais tarde os votos perpétuos. Recorda os momentos das orações, das

³¹⁶Gracinda, Anexo A, nº5, p.3.

refeições, dos castigos, das confissões diante das superiores e das outras noviças, com o que não concordava e não se calava, daí ser muitas vezes castigada: *eu pensava: quando eu entrar, como religiosa, vai ser diferente! Isto é quase como entrar para as Carmelitas, a gente vê pelas grades, mas depois do lado de lá, depois é que vem a decepção.*

Depois de fazerem o noviciado trabalhavam alguns anos na Instituição e saíam muitas vezes, durante vários dias com outra irmã, para as aldeias do Alentejo e Beiras a vender o almanaque de Sta Zita pelas paróquias, comendo e dormindo geralmente nas casas diocesanas, quando não havia uma casa da Obra próximo na localidade. O objectivo era vender o almanaque, e palmilhavam km e km a pé por ruas em terra, ou empedradas, nas aldeias, debaixo de sol e à mercê de quem lhes dava de comer e dormir, geralmente os padres das freguesias. Não podiam parar muito tempo pois a finalidade era vender o almanaque de Sta Zita e trazer dinheiro para a Obra. Quando terminava o período de noviciado faziam os votos de ano a ano, até ao período máximo estabelecido pela regra da Instituição Religiosa, que era 10 anos. *Entrei e depois do noviciado fiz os votos de ano a ano, quando queria que eu fizesse os votos perpétuos eu não me achei em condições para tomar uma decisão e fazer os votos perpétuos ou seja pertencer à família religiosa da Obra. Quem não fizesse os votos perpétuos tinha de abandonar a obra e ir trabalhar para uma casa, com boas referências e indicada pela Obra.*

Porque vi muito maus exemplos. A começar pelo Padre fundador. Parece que de repente qualquer coisa se abriu no cérebro. E fiquei assim decepcionada, e falava com Jesus: Oh, meu Jesus, então isto é assim? É desumanidade! E penso que Deus me deu um dom: era ser humana. Eu ia valer a uma velhinha que elas tinham nos lares. As irmãs ficam velhas e depois ficam lá arrumadas. Sabes? Quando eu ia deitar a mão a alguém eu levava sempre um raspanete e um castigo. Tive de sair, para continuar a servir, como interna, numa casa muito rica, que elas conheciam, mas não como religiosa.³¹⁷

Gracinda foi colocada a trabalhar como cozinheira, numa família muito rica, no Porto. A sua memória está profundamente marcada pela Obra, pelo fundador que muito bem conheceu, pela vida dura que lhe foi proporcionada e pela formação moral e religiosa que recebeu.

O nosso director espiritual era o fundador da Obra das Zitas. Uma vez chamaram-me comunista e eu nem sabia o que era. Tínhamos de rezar pela conversão da Rússia e eu nem sequer sabia o que era a Rússia. Rezávamos tanto pela conversão da Rússia e eu pensava, “raios nos parta” tanto que se reza por esta Rússia (e ri),

³¹⁷Ibidem, p.5.

*quem será esta Rússia que nunca mais se converte? (gargalhada). E acrescenta: Estamos no mundo, no trabalho fora da Instituição, mas na fidelidade aos ensinamentos recebidos com muita ignorância. É como estar no Carmelo, eu tive de saltar as grades para me tornar uma mulher livre, porque não o era*³¹⁸.

2.2.Outros olhares sobre a OPFC

Procurámos ouvir outras versões, de pessoas que permaneceram ligadas à Obra.

Após muita persistência conseguimos contactar a Obra na cidade do Porto e em Lisboa designada, hoje, por Instituto Secular das Cooperadoras das Famílias. Foi-nos difícil em ambos os casos encontrar disponibilidade da parte das Directoras, para nos receberem. Tentámos contactar as associadas que habitam os lares, a partir do momento que deixam de poder trabalhar na casa dos patrões, como internas³¹⁹. Quer na Casa do Porto, quer em Lisboa, apenas conseguimos que nos influenciassem a comprar o almanaque de Sta. Zita³²⁰, como é designado e o livro do fundador Padre Brás. Insistimos em perguntar se sabiam da existência de um Sindicato para Empregadas Domésticas ou a sua localização, um dos objectivos da nossa investigação. A resposta da religiosa que nos recebeu foi curta, peremptória e ambígua: *existiu um Sindicato, mas não tem a ver com a nossa Obra. Já deve ter acabado, já não há empregadas domésticas.*

Na nossa deslocação à Casa Principal em Lisboa, a irmã recepcionista já de bastante idade disse-nos que já não havia Sindicato e apresentou a seguinte razão: *Oh, minha senhora! Hoje já não há raparigas que queiram servir, elas querem ser polícias, aviadoras ou andarem por aí!* Persistimos na procura de uma protagonista da Obra, que nos pudesse esclarecer ou confirmar informações já recolhidas e as notícias dos Jornais, posteriores ao 25 de Abril de 1974 em Portugal. Finalmente, conseguimos contactar uma irmã secular da Obra³²¹. Pretendíamos saber que tipo de ligação existiu entre a Obra e a Formação de um Sindicato de Empregadas Domésticas.

A irmã entrevistada confirmou-nos toda a sua formação religiosa e o funcionamento da Obra, recordando os ensinamentos do fundador que já não conheceu. Falou-nos da OPF (Obra

³¹⁸Gracinda, Anexo A, nº5, p.6.

³¹⁹Para que isso aconteça têm de se ter mantido associadas e ter entregue regularmente a percentagem exigida nos Estatutos desde que entraram para associadas até deixarem de poder trabalhar por doença ou velhice independente da idade.

³²⁰Além do ALMANAQUE DE STA ZITA foi-nos oferecido o JORNAL “CRUZADA DE BEM-FAZER” que substituiu o “VOZ DAS CRIADAS”.

³²¹Não tivemos autorização para gravar, nem divulgar o seu nome.

de Previdência Familiar) como hoje se designa, explicando quem a fundou e evidenciando uma das finalidades, ou seja, cada criada de servir que se associava, pagava uma percentagem mensal do seu salário, para que não acontecesse o que dizia o fundador “novas a servir, velhas a pedir”. E explica-nos como funciona: *era um mealheiro, como se estivesse no Banco, para lhes ser assegurado um lugar para ficarem, quando desempregadas, doentes ou idosas. Se deixassem de pagar perdiam esse direito.* Têm ainda a possibilidade:

Caso não estejam doentes, nem desempregadas, podiam e podem as que ainda são sócias, mesmo que não sejam consagradas, para passar 10 a 20 dias, numa das casas da Obra do país, em gozo de férias, se pedirem com antecedência e houver lugar. O mesmo se estiverem doentes e não puderem permanecer na casa dos patrões para serem tratadas³²².

Falou-nos da formação religiosa que recebem e da aprendizagem dos serviços domésticos para servirem nas casas particulares sendo a Obra a intermediária, através de um secretariado criado com esse objectivo. Os princípios do fundador mantêm-se, pois fazem parte da Regra, quando professam, e explicou com pormenores a sua formação e os compromissos que assumiu: *durante dez anos recebemos formação religiosa, até fazermos os votos perpétuos: obediência, pobreza e castidade mesmo que trabalhemos e habitemos no exterior ou estejamos a trabalhar e a viver no Instituto.* Exemplificou como acontecia quando optam e são autorizadas a viverem fora da Obra:

Por exemplo, eu no início do ano faço um orçamento dos meus gastos e dos meus vencimentos, como faz o Governo, e entrego à Directora da Obra, se por exemplo quiser comprar um móvel novo para a minha casa, tenho de pedir autorização, se me for dito que não, eu tenho de obedecer, porque fiz voto de obediência e de pobreza”.

A visão e interpretação de uma consagrada da Obra que fez votos perpétuos, não são contraditórias com o depoimento anterior, mas são diferentes. Ambas estão fora da Instituição, mas uma assumiu o compromisso perpétuo e fala como sendo bom e importante a sua opção pela Obra, a que se entregou totalmente. Enquanto a primeira, que resolveu saltar o muro, na sua narrativa destaca mais os pontos negativos que encontrou na Obra e que justificaram a sua saída. Ambas revelam uma grande capacidade de se exprimir e de comunicar. Esta era uma característica necessária aos membros da Obra, que adquiriam ao longo da sua formação: para falarem com os pensionistas da Obra a quem serviam; para ir em Missão vender o Almanaque ou o jornal. Quando estavam a viver nas Casas espalhadas pelo

³²² Religiosa secular da OPF (Obra Previdência Familiar).

país, nelas recebiam pessoas para passarem uns dias de férias, para estarem hospedadas, quando estudavam ou quando assumiam o Estatuto de benfeitoras da Obra.

A análise destas duas entrevistas foi fundamental para a compreensão dos vários documentos do Sindicato do Serviço Doméstico, das notícias dos Jornais surgidas após o 25 de Abril e das rivalidades vividas dentro da classe profissional. Enquanto algumas criadas de servir frequentavam a Obra de Sta. Zita, outras criadas frequentavam os grupos da JOCF, no prosseguimento do que acontecia nas suas aldeias com a JACF. Ambas as organizações foram instituídas e aprovadas pela Igreja Católica, em 1934 pelo Cardeal de Lisboa, D. António Cerejeira, estando como primeiro-ministro António Salazar.

Grupos oriundos do campo religioso católico mas com formações muito diversas quanto à interpretação da mensagem evangélica, assumem ideologias opostas na sua acção social. Assim, vão-se posicionar de acordo com essa formação na instituição de sindicatos paralelos e na luta pela sua aprovação. Um grupo fizera a formação nas Zitas, onde eram recrutadas pelos patrões através do secretariado das Casas fundadas em muitas cidades. Tinham sido formadas para uma obediência cega e aceitação passiva e absorvido a campanha anti-comunista. Detinham saberes profissionais, muito apreciados pelas patroas assim como trato educado e obediente. No surgir do movimento pró-sindicato sabiam exprimir-se mas não tinham autonomia nem para ler nem para actuar socialmente. Havia, porém, como podemos verificar, muitas raparigas, como algumas que entrevistámos, que não pertenciam nem conheciam a Obra, por terem vindo servir ainda crianças e permanecerem nessa situação. Seguiam geralmente a ideologia dos seus patrões, de quem viviam dependentes. Outro grupo, porém, eram militantes da JACF (Juventude Agrária Católica Feminina) e chegavam às cidades e acabavam por se integrar na JOCF (Juventude Operária Católica Feminina). Outras, porque tinham sido operárias e ficado desempregadas ou por ser a organização católica com que se identificavam, também aderiam à JOCF. Fizeram a sua formação profissional nas casas em que trabalhavam e a sua formação humana na Acção Católica.

3. Empregadas Domésticas inseridas no Movimento da Acção Católica: JOCF /LOCF

Quando as raparigas jovens chegavam aos grandes centros urbanos, como era o caso de Lisboa e Porto e não conheciam ninguém, sentiam saudades da família e a falta do grupo de

amigos que tinham na sua terra. A dificuldade de adaptação e inserção no seio de uma família com outros hábitos e forma de vida, a mudança do meio rural em que todas as pessoas se conhecem para o meio urbano, totalmente desconhecido, fazia-as sentir como se fossem estrangeiras no seu país.

*Eu vim da minha terra e não foi fácil Fiquei cá porque as condições de vida na minha terra eram péssimas e eu pertencia a uma família de oito pessoas e só duas trabalhavam no campo, claro*³²³.

Conta que a mãe faleceu, o pai voltou a casar e ela precisava de trabalhar e viver pelos seus próprios meios. Na terra era militante da Acção Católica (JACF) e participava nas reuniões. Em Lisboa sentia a falta de liberdade para participar nas reuniões, sobretudo ao Domingo, e para ter amigos/amigas como acontecia na aldeia, mas a necessidade de não ficar pesada e a falta de trabalho pesou na sua decisão de permanecer

*Eu ia à missa, ao Domingo, a S. João da Pedreira de manhã cedo e vi uma rapariga com um emblema como eu tinha com a flor de liz*³²⁴ *e disse-lhe: Eu também queria pertencer a isso. A rapariga disse-me: “Há uma reunião aos 1ºs Domingos de cada mês”. Não me disse mais nada. Eu é que tomei a iniciativa e comecei a ir. Depois, levava comigo todas as colegas que encontrava*³²⁵.

Os movimentos da Acção Católica funcionavam nas estruturas paroquiais, tanto nas cidades como nas aldeias, sendo um lugar de encontro de muitos e muitas jovens. As criadas de servir só tinham autorização para ir à missa ao Domingo de manhã cedo. E algumas podiam sair ao Domingo de tarde, como era o caso da Conceição Ramos.

*Em casa dos patrões, só saía ao Domingo das 16 h às 20 horas. Eu não podia ir sem deixar a cozinha e a casa de banho arrumadas e às vezes já passava das 4 horas e ainda estava em casa e tinha de ir buscar outras colegas. Eu arranhava-me*³²⁶ *toda; foi assim enquanto estive nessa casa.*

A regulamentação de trabalho para as criadas de servir nos anos 30 continuava a ser o Código Civil do século XIX e daí vigorarem ainda os costumes e os contratos orais. A trabalhadora não tinha outra alternativa senão aceitar essas regras ou então arranjar outra

³²³ Conceição Ramos, Entrevistada em 2003, Anexo A, nº1,p.1.

³²⁴Emblema da Acção Católica, de fundo verde, com a flor de liz em branco, usado pelas militantes, quando faziam compromisso e eram aceites na equipe. A Acção Católica estava organizada conforme as categorias sociais e profissionais, segundo o género feminino ou masculino. A JAC/F (Juventude Agrária Católica); JEC/F (Juventude Escolar católica), a JICF (Juventude Independente Católica), JOC/F (Juventude Operária Católica) e a JUC/F (Juventude Universitária Católica).

³²⁵Entrevista realizada em 30.10.2003, a Conceição Ramos, com uma única pergunta: fala-nos como surgiu o Sindicato do Serviço Doméstico?

³²⁶«Arranhava-me toda», forma de expressar, a raiva que tinha por ter de trabalhar ao domingo e não ter folga.

patroa mais aberta, com outro pensar e que lhe desse melhores condições de trabalho. Foi o que fez a Conceição Ramos: arranjou outra casa. Os patrões eram ingleses e davam mais liberdade: *Depois mudei para Carcavelos. Aí tinha uma colega e um jardineiro e então fazíamos uma grande festa, porque já não trabalhava sozinha.*

A Acção Católica JOC/JOCF tinha um assistente nacional, nomeado pelo Cardeal de Lisboa, o Padre Manuel Rocha. Na LOC/F estavam pessoas casadas, viúvas/os ou adultas solteiras, operárias também. O assistente era o Padre Abel Varzim, que era simultaneamente o Director do Jornal “O Trabalhador”. As reuniões decorriam nas paróquias, onde se formavam como militantes católicos, para actuarem nos locais de trabalho, que era a indústria fabril dos diferentes ramos de actividade.

Na nova casa a Conceição já podia sair e participar nas reuniões da JOCF. Foi então que conheceu a Ana da Luz³²⁷, também a trabalhar na casa de uma família e que estudava à noite. As questões debatidas nas reuniões e o método utilizado, segundo a inspiração do fundador da JOC em França a que já nos referimos (1ª Parte, 1º.Cap.) fez despertar na Conceição Ramos o desejo de levar para a JOCF as colegas que serviam como ela, tal como faziam as militantes do sector operário. Só assim, pensava, se poderia fazer um trabalho de formação e de consciencialização para conhecerem os seus direitos e deveres, tal como as operárias. A Conceição Ramos define-se como muito activa, que reflectia muito sobre o que fazer para mobilizar a sua classe. *Eu fazia grupos com a maior das facilidades.* Ao descobrirem a sua capacidade de mobilização a Direcção Diocesana da JOCF propôs-lhe ficar responsável das empregadas domésticas: *convidaram-me da Direcção Diocesana da JOCF como responsável do grupo das empregadas domésticas.* *E então aí eu comecei a responsabilizar-me pelas empregadas domésticas*³²⁸.

Na mesma altura a Ana da Luz era Presidente Diocesana da JOCF.

*Começamos a pensar em juntar as empregadas domésticas e também os rapazinhos que vinham para as obras e para marçano.*³²⁹ *Gente que andava como nós, sem família e sem ninguém. Íamos para a sede da JOC e pedíamos o salão. Festejávamos os anos de quem fazia naquele mês. Se levássemos os jovens só para a reflexão não iam, mas para se divertir apareciam.*

Continua a explicar com um brilho nos olhos, como se estivesse a acontecer no momento da entrevista.

³²⁷Entrevistada em grupo por iniciativa da Conceição Ramos.

³²⁸Da 1ª entrevista realizada a Conceição Ramos. Anexo A, nº1, p.2.

³²⁹Moço de fretes que transportavam a pé ou de bicicleta as compras das mercearias para as casas dos fregueses.

Por exemplo, íamos ao cinema, depois sentávamo-nos na relva no Domingo seguinte a conversar sobre as questões que nos surgiram no cinema: qual era o enredo do filme, qual era o autor, quem eram as personagens. Isto para nos habituarmos a pensar e a reflectir. Chegámos a ser 120 pessoas.

Todas elas viviam e trabalhavam isoladas, em locais diferentes, na grande Lisboa. A JOCF, em Lisboa reunia nas paróquias que eram designadas por secções, como a Conceição Ramos e Ana da Luz, que pertenciam a grupos paroquiais diferentes: uma reunia na Estrela (Ana da Luz) outra em Carcavelos (Conceição Ramos), o Jerónimo que era Dirigente Livre da JOC, tinha um grupo em Alfama, mas reunia com as responsáveis dos grupos, formando um primeiro grupo misto (rapazes e raparigas).

Também Ana da Luz, recordou como iniciaram o seu contacto com outras colegas e mesmo com rapazes que trabalhavam em Lisboa, tal como a Conceição Ramos fazia.

Nós já tínhamos um grupo na Estrela. Na revista Vida e Alegria³³⁰ vinha um artigo interessante. Eu propus às pessoas que vinham comigo, que nos sentássemos num café, em Alcântara, a falar sobre esse artigo. Depois as pessoas já levaram outras colegas e na segunda reunião a São (o nome porque a Conceição era conhecida) já estava. Eu tenho esta ideia, a São tem outra ideia e acha que foi ela que iniciou o grupo, se calhar foi. Nós encontrávamo-nos e tínhamos actividades de entretenimento, saídas culturais, um dia íamos ao cinema, outra semana fazíamos uma mesa redonda. Eu sei que recebia montes de telefonemas.

A Conceição intervém para esclarecer: *mas isso já era o grupo. Eu também recebia imensos telefonemas.* E a Ana da Luz acrescenta: *eu estava sempre a levar na cabeça porque era a das relações públicas lá do sítio. Uns telefonavam para mim outros para a São, conforme a relação que mantinham com uma ou com outra. Cada um / uma dos que aparecia, no próximo encontro convidava outros /as. Segundo Alexandre³³¹ O grupo reunia muita gente, mas quando havia trabalho a sério desaparecia. Foi o melhor grupo natural. Elas eram líderes naturais. Estas meninas, [refere-se à Conceição Ramos e à Ana da Luz, empregadas domésticas] eram estupendas.*

A sua acção desenvolvia-se como grupo natural fora da estrutura paroquial. Entre as acções e temas discutidos o Jerónimo recorda a comemoração dos 70 anos da *Encíclica Rerum*

³³⁰ REVISTA “VIDA E ALEGRIA”, da JOCF.

³³¹ Ex-padre, assistente da JOC/F da paróquia Sta. Isabel.

Novarum e a Encíclica Mater et Magister do Papa João XXIII, que fala da socialização e da intervenção sindical, em ordem ao bem comum.

Eram encontros no plano social. A JOC masculina influencia a JOC feminina. Mas este era um grupo desgarrado que estava fora das normas da JOC. O grupo de empregadas domésticas começou por ser um grupo de amigos, que tinham uma folga de 15 em 15 dias, que era quando se reuniam.

Nos anos 60, segundo Alexandre a JOC, nessa época, em algumas paróquias era tolerada, noutras já não era. Por isso surgiram grupos naturais que se reuniam para reflectirem segundo os princípios de Cardijn.

A Conceição testemunha a importância desses encontros, para a sua acção junto das colegas de profissão e para o desenvolvimento de reivindicações e exigências, quer junto dos órgãos governamentais, quer com as colegas para exigirem os seus direitos como profissionais:

Foi muito importante para a formação de uma Comissão Pró-sindicato; fomos a uma reunião da JOC e depois fomos para o Ministério reivindicar a assistência médica em 1973. Nós, também realizámos, em 1973, uma Mesa Redonda com o Padre Rego, que foi publicada nos Jornais.

É a Vitória Pinheiro quem sintetiza a importância para a formação destas sindicalistas:

As empregadas domésticas foram muito apoiadas pela JOC sobretudo masculina, que se aguentaram mais tempo, arrastando atrás delas desde 1959 as equipas femininas. Quem trouxe o movimento para Portugal foi o Padre Abel Varzim e só mais tarde houve contactos com o Monsenhor Cardijn. Era o método educativo a partir das realidades em que viviam as pessoas. Faziam a revisão de vida - ver, como julgar para reflectir e depois como agir. Sendo o grande motor as realidades vividas.

A JOCF tinha dirigentes livres, que organizavam o trabalho das militantes por zonas. Ana da Luz recorda que em 1969 foi trabalhar para Campo de Ourique e em 1972 foi convidada para dirigente Livre da JOCF, destacada para a Zona Oeste: *As pessoas pensavam que eu já não estava interessada, que fugira, mas era uma fuga inerente às funções que me foram atribuídas.* Não era apenas responsável pelas empregadas domésticas mas trabalhava a tempo inteiro para a JOCF. E acrescenta: *fui convidada por intermédio da JOCF para participar num Encontro de Empregadas Domésticas.*³³² Numa reunião em casa do Manuel Lopes (dirigente Livre da JOC), a Ana da Luz anunciou-lhe que fora convidada para participar

³³² Entrevista da Conceição Ramos, anexo A, nº 2, p.1.

no *Encontro Europeu* das Empregadas Domésticas. Convenceram a Conceição Ramos a também ir, mas como trabalhava e vivia na casa dos patrões, começou por dizer que não podia ir. Insistiram na importância de ela participar e acabou por conseguir, com a colaboração das colegas com quem trabalhava e que se disponibilizaram para a substituir no trabalho, que era da sua responsabilidade. *Foi aí que ganhámos uma certa força. Sabíamos que era um movimento a nível Europeu. As pessoas tinham necessidade de ter um horário de trabalho, folga, direitos que noutros países já tinham sido conquistados*³³³. O encontro em que participou, em Paris, revelou-lhe as condições de habitabilidade em que as criadas de servir se encontravam naquela cidade, que eram piores do que as suas em Carcavelos!

A análise à entrevista em grupo esclareceu-nos sobre as dúvidas em relação ao trajecto das “criadas de servir”, que não eram associadas da OPFC, sobre o processo de mobilização e acção, para se tornarem profissionais ou seja empregadas domésticas, com condições de trabalho, salário, segurança social e ainda para a formação de uma comissão pró-Sindicato, mesmo antes do 25 de Abril.

O grupo inicial do Sindicato formou-se na JOCF e continuaram a manter entre elas uma inter-ajuda, que foi preciosa para o desenvolvimento pessoal e grupal, com as novas funções e responsabilidades que tiveram de enfrentar. Todos os amigos e militantes da JOCF contribuíram para que dessem os primeiros passos, uma vez que não tinham dinheiro nem conhecimentos burocráticos para a legalização de uma organização sindical, nem para pagar a advogados, gestores, empregadas de escritório. Assim como não possuíam nenhum material para a divulgação do seu projecto de constituição de um Sindicato de classe. Foi sobretudo a JOCF como estrutura de formação e apoio ao trabalho militante, o dinamismo e perseverança destas militantes iniciais que permitiram construir um sonho que perdura nas suas memórias. A sua formação católica estava muito afastada daquela que as colegas internadas nas Zitas recebiam. Estas encetaram um processo de formação para a autonomia, para a análise e reflexão sobre o mundo e as formas de nele intervir, modificando-o no sentido da justiça social. O que permitia um processo de tomada de consciência enquanto nas Zitas conduzia ao medo, à dependência, à submissão. Estas duas posições vão revelar o seu antagonismo mais completo no momento em que o processo de luta social viabilizou a constituição de um sindicato. Uma estrutura procurará servir os patrões, a outra as trabalhadoras. E porque esta oposição se fazia em nome da mesma crença a tensão foi enorme.

³³³ Ibidem, p. 1.

4. De militante católica a sindicalista: a acção de Conceição Ramos (1960 ao 25 de Abril de 1974)

Conceição Ramos cedeu-nos generosamente os seus cadernos pessoais desde 1960, onde registou apontamentos que guarda religiosamente, como testemunho histórico de uma vida de criada de servir e de 14 anos de militante da JOCF. Através deles, permitiu-nos conhecer o seu percurso a liderar vários grupos de empregadas domésticas espalhadas em várias freguesias de Lisboa. Através desses apontamentos, iniciados em 1962, seguimos o seu percurso de formação cristã, de aprendizagem organizativa e de militância de apostolado, que progressivamente vão adquirindo conteúdos sociais e chegar ao sindicalismo. Apenas um exemplo: a preparação de uma reunião para o dia do militante leva-as às seguintes questões, que partilha com as colegas nos grupos: *Ver as suas realidades de vida sobre o salário e habitação: o aspecto, na casa em que estão, como com a família actual e no futuro. O que pensam as pessoas que contactam com elas?* Estas questões acabam por ter respostas dos grupos: *Viu-se que as jovens gostam do trabalho doméstico, mas sentem que não são consideradas como qualquer outra e gostavam de ter horários de trabalho*³³⁴.

Os cadernos pessoais de Conceição Ramos dão a evolução da sua reflexão, o progresso das colegas que nos é revelado através do questionamento que lhes coloca, partindo do conhecimento que vai tendo de cada grupo, como é o caso, passado um ano, no mesmo local onde trabalhava, em Carcavelos. *“Porque viemos? E porque somos empregadas doméstica?!...Dirige palavras ao coração e ao sofrimento que como ela as colegas sentem: o isolamento e a solidão que experimentam e lembras-lhes que não estão sozinhas, uma vez que são muitas centenas a exercerem a mesma profissão e a sentirem saudades da família. Recordá-lhes os sonhos com que partiram em busca de uma vida melhor, de felicidade. O desejo de encontrarem um rapaz que as estimasse e amasse, ganhar dinheiro para ajudar a família, comprar e fazer o enxoval (era um costume da época, para levarem quando casavam). Aprenderem a ler e escrever, a falar bem ao contactarem pessoas de outros meios sociais, para serem mais consideradas na terra, casarem com alguém que tenha um trabalho melhor que o delas*³³⁵.

³³⁴Preparação do dia do militante, p.24 e 25.Nota: não tem o dia da reunião, mas localiza-se pela data da reunião anterior e seguinte que foi entre 07 e 21 de Fevereiro 1965. A paginação é da nossa responsabilidade.

³³⁵ Carcavelos -*Encontro das Empregadas Domésticas*, 23.01.66, p.42.

Os sonhos e desejos legítimos de felicidade estão bem estampados no texto que sintetizamos e que serviam de base tal como outros, que escreve, às reuniões que realizava de 15 em 15 dias nos diferentes grupos que formava. Também encontramos outro tipo de textos, do que ia pondo em comum nos encontros de militantes responsáveis, onde partilhava as suas inquietações e ganhava força para continuar activa a lutar pela mobilização e consciencialização das colegas, que exerciam a mesma profissão, escrevendo sempre empregadas domésticas e nunca criadas de servir.

Entrevistada pela revista Mulher – Modas e Bordados, Conceição Ramos descreve a sua acção militante na JOCF com o grupo de empregadas domésticas, as movimentações que fizeram para a aprovação do decreto-lei que lhes deu o direito à Segurança Social e explicou que a “*Caixa de Previdência era um remendo cheio de buracos*”.

Relatou à mesma Revista a movimentação que fizeram as empregadas domésticas e que as preparou “para o 25 de Abril, data a partir da qual foi possível iniciar uma luta aberta e organizada”. Acrescenta ainda que *os patrões não conversavam com a «criada» de coisas normais, das coisas da vida, só comunicavam com ela para lhe ditar ordens*. A repórter destaca o perfil de Conceição Ramos a comunicar [“Os olhos brilhantes, a cabeça bem erguida”] e escreve “*que ela nasceu para liderar uma revolução de mulheres*”.³³⁶

O caderno de apontamentos iniciado em 3.01.1972 tem o título *Equipa da Cidade e* descreve os grupos formados em muitíssimas localidades nos arredores de Lisboa. Os nomes, endereços e o conteúdo discutido nas reuniões, assim como aquelas reuniões e actividades formativas em que participava para aprender e comunicar às colegas.

Em 1973 as questões são já conhecer os Estatutos de outros Sindicatos e pensarem na formação de uma comissão pró-Sindicato. Pensam num inquérito para saber quantas empregadas domésticas existem a nível da cidade e do país. O horário de trabalho, folga e férias são preocupações dominantes, porque como ela afirma e escreve: “*a malta queria participar mas não tinha horário de trabalho, queria estudar e não podia enquanto não tivesse essas regalias sociais.*” Nas páginas seguintes as preocupações continuam: “*nem sequer somos regidas pela lei geral do trabalho. O que é preciso para se conseguir um sindicato?*”³³⁷

³³⁶REVISTA MULHER. Modas e Bordados - *Trabalhadoras em casas de famílias*, 15.10.1975, pp.9-12.

³³⁷2º.Caderno pessoal de Conceição Ramos. *Encontro de Equipa do Estoril - Apresentação do trabalho de França*.20.06.1973,16 e 18.07.1973, p. 57.

Os sonhos e desejos legítimos de felicidade estão bem estampados no texto que elabora para servir de pretexto para o diálogo nas reuniões. Também encontramos outro tipo de textos, com o que ia pondo em comum nos encontros de militantes responsáveis, onde partilhava as suas inquietações e ganhava força para continuar activa, a lutar pela mobilização e consciencialização das colegas.

Nos anos de 70 que antecederam o 25 de Abril de 1974 era imensa a sua actividade e ela exigia que todas pensassem no que fazer e como fazer, sem ter de ser só ela a pensar e decidir: *“a malta andava tão feliz, a gente foi ver como se fazia o Jornal A Capital, fomos à Rádio Renascença, foi lá que nós fizemos a primeira mesa redonda acerca do trabalho do Serviço Doméstico. Foi com o Padre Rego”*.³³⁸

Estas preocupações estão traduzidas em outros documentos como uma carta/circular dactilografada, com data de 10 de Abril 1973, dirigida às colegas dos grupos católicos que ela organizava, onde destacamos a seguinte frase:

*Como já deves saber há um grupo de empregadas domésticas que sentem que não está certo que no século XX em que o progresso vai tão avançado nós ainda consintamos viver como escravas (...) o que pensas de um grupo que está a trabalhar para bem de todas e que para isso sacrificam os seus tempos livres, o seu descanso, a sua saúde?*³³⁹

E ainda um questionário com perguntas, para despertar as colegas, num panfleto para ser distribuído:

- 1. Já tens um dia de folga, já sabes que estás abrangida pela Caixa de Previdência? Quais as regalias que ela traz?*
- 2. O que pensas dum horário de trabalho? Teria vantagem para te promoveres?*
- 3. Tens férias? Estás de acordo com o tempo de trabalho? Achas que devíamos fazer mais?*
- 4. Encontros para falar destas coisas?*

Entretanto foi publicado o decreto-lei que integrava as empregadas domésticas na Segurança Social, mas em condições muito ambíguas porque no caso de ficarem doentes. Como o desconto não incidia sobre o vencimento mas sobre uma verba fixa mínima, não lhes dava garantias de sobrevivência. Decidiram então escrever uma carta ao Ministro das Corporações e Previdência Social a expor algumas questões sobre o Decreto - Lei nº81/73 de Março de 1973³⁴⁰, o qual que não era explícito no caso de estarem doentes por residirem na casa dos patrões e sobre a base em que incidiam os descontos. E ainda em relação ao art. 2º,

³³⁸ Cf. 1ª entrevista a Conceição Ramos. Anexo A, nº2, p.3/4

³³⁹ Carta Aberta, *Às Empregadas Doméstica*, 10 de Abril 1973.

³⁴⁰ Carta ao Ministro das Corporações e Previdência Social, em 16 de Abril de 1973.

extensivo aos familiares quando habitam na mesma casa. Falavam ainda sobre o direito ao subsídio de casamento, que não as contemplava. Deixaram em aberto a questão: “*Quem fiscaliza se os patrões cumprem ou não os seus deveres para com as empregadas domésticas, com respeito ao que é determinado por este decreto?*”

O Jornal *República* de 1973 noticiou o facto com o título: *Empregadas domésticas: previdência a rever*. Durante meio século as poucas notícias afloradas nos jornais diários sobre empregadas domésticas referia-se a procedimentos impróprios de uma jovem ou mulher que era criada de servir ou porque roubara, fugira ou qualquer facto relacionado com polícia ou escândalo. Esta notícia publicada era diferente, porque anunciava a posição crítica de um grupo de empregadas domésticas em relação ao decreto-lei nº.81/73, de 2 Março, sobre a integração destas na Caixa de Previdência. O grupo criticava as omissões do decreto-lei e a necessidade de legislação que regulasse o contrato de serviço doméstico. As omissões eram referentes ao ordenado diferenciado que auferiam e ao estarem com baixa médica receberem como participação da Segurança Social uma quantia irrisória, porque a base de descontos também o era. A omissão relativa ao pagamento de férias, folgas e feriados, por não terem direito e ainda ter de ficar retidas no local de trabalho ou terem de regressar à casa dos pais, sem garantia alguma de não perder o posto de trabalho. O jornalista entrevistou as mentoras da contestação e elas aproveitaram para denunciar casos que conheciam de despedimentos a menores, a horas nocturnas, que não tinham para onde ir e teriam de dormir na rua. A notícia terminava com uma interrogação deixada pelo jornalista: “*não deveriam as profissionais do serviço doméstico em matéria de despedimento constar de um texto legal?!...*”

Davam ainda a conhecer o esforço de um grupo de 20 empregadas domésticas que já estavam a aprender a ler e a escrever, para depois fazerem o exame da 4ª classe e o Ciclo Preparatório. E lembravam o caso que já acontecia na Inglaterra, de empregadas domésticas estarem a fazer uma especialização o que seria muito proveitoso, ainda que difícil para elas. “*Pela impossibilidade de participação para descobrirem coisas por si a partir da sua própria vida, e serem as empregadas doméstica a criarem postos de trabalho*³⁴¹.”

³⁴¹GOMES, João in REPÚBLICA – *O que pretendemos é que nos respeitem*, 16.11.1973, (entrevista páginas centrais).

4.1. Participação no Encontro Europeu de Empregadas Domésticas (Paris, 1973)

Realizou-se em 1973 o *Encontro Europeu de Empregadas Domésticas*, em Paris³⁴². Como já referimos supra, a convite do *Centre Culture Ouvrière (CCO)* a JOCF Diocesana de Lisboa vai participar. Conceição Ramos e Ana da Luz foram como representantes portuguesas. Foi um dos momentos altos da sua caminhada de militantes da JOC, de aprendizagem e de convívio com outras colegas de profissão de outros países europeus. Foi também um grande incentivo para continuarem a dinamizar outras colegas em Portugal e dar-lhes a conhecer a situação que encontraram em Paris, onde após o Maio de 1968 significativas mudanças sociais tinham acontecido mesmo para as empregadas domésticas.

Sobre este encontro há várias páginas escritas por Conceição Ramos no seu caderno pessoal. Estiveram presentes militantes da JOCF e empregadas domésticas de França, Espanha e Bélgica além das duas de Portugal. Retiramos do seu caderno uma síntese das conclusões das representantes portuguesas: “*Todas exploradas como as outras operárias vítimas do sistema capitalista. Os salários são baixos, não têm lei que as regule, nem horários de trabalho, folga e férias, vivem na total dependência dos patrões. As emigrantes são exploradas devido à dificuldade da língua*”³⁴³. A respeito das colegas de Espanha também apontava a dependência dos patrões, a falta de legislação, o isolamento das colegas que trabalhavam em zonas burguesas e que a falta de conhecimentos levava muitas para a prostituição. Encontravam-se muito alienadas, ao quererem imitar as patroas no modo de vestir e a investir parte do seu salário em banalidades. As empregadas domésticas espanholas, tal como as portuguesas que emigravam para a França, debatiam-se com o desconhecimento da língua francesa e encontravam-se ao serviço 24 horas, por desconhecerem as cidades, não compreenderem a legislação e não faziam contrato de trabalho. O único objectivo, de muitas empregadas domésticas emigrantes, era ganhar dinheiro para comprar uma casa; viviam totalmente isoladas e ficavam para cada dia mais embrutecidas. Na França, o Contrato Colectivo de Trabalho (CCT) existia já em 30 províncias, das 90 existentes, mas como as emigrantes não faziam contrato de trabalho, provocavam concorrência às colegas. Conceição Ramos resume a situação em três palavras: *exploração, alienação e repressão* quer em Portugal, Espanha e Bélgica e sobretudo nas 60 províncias de França, onde ainda não existia

³⁴²Cf. 2º Caderno pessoal da Conceição Ramos. *Encontro Europeu de Empregadas Domésticas*, Paris 10/11.06.1973, pp.49-56.

³⁴³ 2º Caderno pessoal de Conceição Ramos, 1973, p.57.

contracto colectivo de trabalho para as empregadas domésticas. Mesmo onde já havia legislação, esta não era cumprida. Muitas não a conheciam e quem conhecia não actuava.

Referindo-se a Portugal, Conceição Ramos escreve que foi *a religião que deu uma mentalidade à rapariga para ser somente dona de casa*. Esta afirmação sobre Portugal, registada em 1973 no Encontro Europeu deve ter sido proferida pela própria ou pela Ana da Luz durante as conclusões finais, uma vez que já antes a encontráramos escrita no seu caderno pessoal. Nota-se que vai adquirindo uma consciência mais reflectida e aprofundada do que tinha dez anos antes. Também as reuniões, que dirige nos vários grupos de zona, ajudam-na a compreender o medo, insegurança e desconhecimento que têm as colegas, algumas a frequentarem a Obra de Sta. Zita. Os testemunhos escutados no Encontro Europeu fizeram com que as duas representantes portuguesas abrissem os olhos para uma realidade diferente e decidissem dar passos importantes e sonharem com a criação dum Sindicato e com outra forma de exercerem o serviço doméstico, de forma colectiva e de modo a poder sair do isolamento, cada uma numa casa particular. Ideias que foram discutidas no Encontro Europeu com as colegas que participaram. *“Onde parece tudo aparentemente livre apenas 20% estão sindicalizadas, ser militante é fazer outros militantes*. As acções desencadeadas pelas espanholas, na ocupação dos tempos livres, assim como das francesas, dá-lhe perspectivas para o trabalho a fazer em Portugal. *“Há 700 mil empregadas domésticas na França. Um só patrão pode ter 7 empregadas, na mesma vivenda ou em várias. Há emigrantes de Portugal, Espanha e das Colónias. Muitas vêm das Instituições públicas - os orfanatos servir os patrões que são capitalistas de grandes empresas”*³⁴⁴.

O caderno de apontamentos termina com anotações de várias reuniões realizadas após o Encontro Europeu e o nome das pessoas presentes que participaram, para dialogar com as colegas dos grupos as novidades que tinha escutado e aprendido em França. O rascunho de uma carta para as colegas, a dar conhecimento do encontro em que participaram, está redigido no seu caderno pessoal. A frase ser “militante é fazer militantes” aprendida no *Encontro Europeu* manifesta a forma como transmite às colegas o que aprendeu e é um convite à mobilização urgente, à participação em ordem à transformação sua e das colegas.

Olá Amigas: Antes de partirmos para férias queremos informar-te que duas empregadas domésticas: a Ana e a Conceição no passado dia 9 de Junho foram a Paris participar num Encontro Europeu para Empregadas Domésticas. Para lá

³⁴⁴ 2º.Caderno Pessoal de Conceição Ramos, 1973, p. 59.

*levaram os teus problemas e de todas as E. D. do país para pôe em comum com as E. D. de França, Espanha, Bélgica e emigrantes. Tomamos consciência que os problemas das E. D. são bastante iguais a nível europeu. Perante isto temos necessidade urgente de nos unir e fazer tudo para que a nossa situação melhor*³⁴⁵.

5.A reportagem do “República” em 1973, mobiliza as militantes da JOCF e LOCF de outras localidades

Conceição Ramos como responsável das empregadas domésticas na JOCF escreveu uma carta às colegas, em nome do grupo com quem reunia, em que manifestava o seu protesto pela forma como os patrões tratavam as empregadas domésticas, apesar do “*progresso no séc., XX, ainda viverem como escravas*”. Na carta colocou algumas questões para reflexão:

Agora pensa bem se no meio em que vives te tratam como uma pessoa que és, e que tens direitos como tens deveres e se eles são respeitados?

Se achas que a situação das Empregadas Domésticas não está boa o que pensas fazer para a modificar?

O que pensas de um grupo que está a trabalhar para bem de todas e que para isso sacrificam os seus tempos livres, o seu descanso, a sua saúde?

*O que pensas daquelas que não querem saber, não estão para se ralar e que dizem que para elas tudo está bem? Qual delas te parecem mais cristãs?*³⁴⁶.

O motivo da carta é dar a conhecer a reflexão feita em grupo como incentivo à participação.

*Se não estiveste e foste convidada não sentes pena de não estares e dares o teu apoio para que o trabalho avance? Não achas que somos todas que temos que nos interessar para que as coisas mudem? Eu sei que tu também tens vontade de participar e pôr a tua opinião, pois podes fazê-lo quando quiseres, escreve para: Rua da Condessa, n.º9-3.º.Lisboa.Um beijinho para ti.*³⁴⁷

Para além do grupo de empregada domésticas de Lisboa, também um grupo de Aveiro decidiu seguir o exemplo do grupo de Lisboa.

*Escrevemos*³⁴⁸ *a exigir ao governo que publicasse uma lei para as empregadas domésticas internas terem direito à Segurança Social que até aí não tínhamos. Depois juntamo-nos a outras a fazer mais força e mandamos para o Ministério das Corporações*³⁴⁹.

³⁴⁵Carta dactilografada no seu arquivo pessoal que consultamos.

³⁴⁶Reunião em 25 de Março 1973.

³⁴⁷Assina Conceição Ramos.

³⁴⁸A carta foi assinada pelo grupo de Aveiro.

³⁴⁹Cf., entrevista da Glória de Aveiro, Anexo A, nº8, p.1.

Como a carta tinha de ter remetente identificativo *ninguém queria pôr o remetente da patroa, mas tinha de vir para uma, então eu assumi a responsabilidade. Mandaram-me uma carta para mim e de facto em 1973 saiu essa lei*³⁵⁰.

A conquista da Segurança Social conseguida deu ânimo às empregadas domésticas para prosseguirem e unirem-se para novas conquistas. O decreto-lei supra, entrou em vigor a 1 de Maio de 1973. O Jornal de Notícias apresenta um parágrafo que era contestado pelo grupo de empregadas domésticas, que se debruçaram sobre a legislação.

*Enquanto se não mostrar possível a adopção do esquema geral dos benefícios das caixas, é ao pessoal do serviço doméstico e aos seus familiares reconhecido o direito à protecção na doença, extensivo aos descendentes e equiparados nos termos da regulamentação aplicável àquelas caixas na maternidade, na invalidez e na velhice e, em caso de morte, a subsídio e a pensão de sobrevivência*³⁵¹.

O jornalista entrevistou algumas, que afirmaram já ter iniciado há muito tempo a luta para exigirem direitos, que outros trabalhadores já possuíam como a protecção na doença. Queixam-se de que há colegas a passar fome, a não poderem sair, por não terem dia de descanso e a trabalharem muitas horas. Também manifestaram o seu desagrado por ainda ouvirem patroas a dizer: *E agora a sopeira vai ter direito a Previdência?* Queixavam-se de ter de andar sempre fardadas como na tropa, não poder ir ao cabeleireiro, pintar as unhas, não poder ir à escola aos cursos nocturnos, não ter direito a comer fruta e acrescentaram: *os cãesinhos são melhor tratados do que muitas de nós. Ter de comer de pé e ser interrompidas sempre que a patroa se lembra de querer alguma coisa.* Outra das entrevistadas pelo jornal, acrescenta que o mais grave era a falta de entendimento entre patroa e a empregada. Também o jornalista interpela os patrões sobre as criadas terem direito à Previdência, mas considera que poderá ser um risco de extinção.

Este grupo de empregadas domésticas frequentou o Curso que se realizou no CCO, em Lisboa, pelo Departamento de Documentação e Informação para militantes da JOC e LOC. Um dos formadores foi João Gomes³⁵², o mesmo Jornalista que orientou a entrevista no Jornal República³⁵³. No Curso as empregadas domésticas aprofundaram o Decreto-lei 81/73, sobre os benefícios à Segurança Social para as mulheres-a-dias ou empregadas domésticas. Daí a decisão de decidirem deixar-se entrevistar para que as colegas ficassem a saber e se unissem

³⁵⁰DECRETO-LEI – n°81/73.

³⁵¹JORNAL NOTÍCIAS -, *Empregadas Doméstica*, 1973. (transcrição do & único do artº2).

³⁵²As informações, sobre a realização deste curso, foram referidas na Parte I, Capítulo I no enquadramento teórico sobre a Acção Católica, pp.42/43.

³⁵³JORNAL REPÚBLICA - *Empregadas Domésticas: Previdência a Rever*, 11.09.1973, página central.

na defesa da sua classe profissional e aproveitarem para solicitar que fosse aprovada “*uma lei que regulasse o contrato do Serviço Doméstico. Um ordenado mínimo, período de férias conforme o tempo de casa, folga semanal, condições de alojamento e horas de trabalho e garantias em caso de despedimentos*”.

A notícia bastante extensa termina assim: “*serão justas situações como estas? Não deveriam as condições e as garantias das profissionais do serviço doméstico em matéria de despedimento constar de um texto legal?*”³⁵⁴

Em 16 Novembro do mesmo ano, o mesmo grupo consegue novamente ser entrevistado, e logo na abertura da notícia o jornalista escreve as palavras de Conceição Ramos:

Pretendemos que nos respeitem, que tenham em conta a nossa dignidade pessoal e profissional, como se tratasse de qualquer outra trabalhadora. Infelizmente estamos muito longe disso e, por vezes, até por parte das pessoas que devido às ideias que afirmam defender, seria de esperar outra atitude.

E continua a manifestar a sua revolta como escreve o jornalista:

Se a maneira com que nos chamam revela a consideração que merecemos - não podemos deixar de nos sentir e lamentar o uso frequente que ainda se faz da palavra criada, quando não mesmo de «sopeira». Ou será que nós não somos filhos do povo e, até por isso, merecedoras de respeito? Por isso repito: queremos ser respeitadas pelos patrões e pela sociedade.

Outra colega que também se identifica³⁵⁵ explica que são subestimadas por muitos patrões, por não haver legislação que as defenda. A notícia continua com a voz de outras colegas³⁵⁶ e uma delas diz que a patroa lhe deu umas palmadas e só não continuou porque o patrão interferiu. Outra³⁵⁷ fala sobre o horário de trabalho que lhes é negado, uma vez que trabalham até altas horas da noite. Também abordam a questão da farda por ser humilhante algumas senhoras fazerem gala em andar na rua com a empregada fardada.

O Jornalista João Gomes alude à notícia publicada anteriormente sobre as lacunas da legislação e aponta o Código Civil de 1867, a que já nos referimos detalhadamente, e o artº15 da Lei de 10 de Março de 1937, afirmando que “*as referências posteriores ao serviço doméstico visam excluí-lo das respectivas disposições regulamentares*”.

A publicação das notícias quer de contestação às omissões na legislação quer a entrevista feita pelo Jornal República foi para as entrevistadas (*Conceição Ramos e Ana da*

³⁵⁴JORNAL REPÚBLICA - *Importa Rever aspectos das Condições de Previdência das Empregadas Domésticas - Impõe-se aprovar uma lei que regule o contrato do Serviço Doméstico*, 11.09.1973.

³⁵⁵Perpétua Inácia Hortense, a trabalhar há 12 anos.

³⁵⁶Maria da Saudade a trabalhar há 10 anos, empregada doméstica entrevistada pelo Jornal.

³⁵⁷Ivone Maria Gonçalves a trabalhar há 4 anos. Foi dirigente sindical do SSD.

Luz), recordado como os primeiros passos públicos conseguidos para chamar a atenção quer das patroas, quer das colegas e o reflexo de que o estudo que faziam se transformava não apenas em participação, mas também em acção para a liberdade, já antes do 25 de Abril de 1974.

Ainda na última parte da entrevista, Conceição Ramos fala e desabafa sobre a falta de instrução das colegas, uma das dificuldades que permite que estas não despertem para os seus direitos fundamentais.

Angélica na entrevista relata como aconteceu a sua integração profissional nas empregadas domésticas, uma vez que sempre tinha sido operária. Foi convidada pelo Assistente Diocesano, o Padre Santos para substituir a dirigente livre da LOCF³⁵⁸. Depois foi trabalhar para uma residência da diocese do Porto, onde viviam vários padres, e já lá estava a trabalhar a Maria Alice. Ia duas horas à Sede da LOCF e foi aí que conheceu muitas empregadas domésticas, “*que vinham e queixavam-se que não havia leis para elas. Ora a gente pensou sempre que são os trabalhadores a organizarem-se para defenderem os seus direitos e os anos iam-se passando e as coisas estavam sempre na mesma*”. Formaram um grupo de empregadas domésticas dos padres da diocese do Porto, que estavam a trabalhar nas residências paroquiais: “*então resolvemos fazer um grupo de empregadas dos padres, eu, a Alice, a Maria Rosa, e uma que era empregada do padre Afonso, a Júlia (...)*”³⁵⁹

O conhecimento do testemunho publicado no Jornal República vai ter eco noutros pontos do país. Foi o caso da Gracinda, que conseguiu ler na casa dos patrões a notícia; também a Angélica e a Glória tiveram acesso à notícia das colegas que trabalhavam na capital. A notícia foi um instrumento valioso para discussão nos grupos da JOC em que reuniam. Também a Angélica testemunha como foi importante a leitura da entrevista que lera no Jornal República. Ela mais a colega começaram a sensibilizar as empregadas domésticas de outros padres para os problemas sociais.

No pátio das Palhacinhas³⁶⁰, fizemos um magusto muito giro, assamos castanhas, tínhamos música, mas ao mesmo tempo eu tinha feito um documento que tinha tirado de um jornal de uma entrevista que a Conceição Ramos e mais não sei quem, tinham feito lá em baixo (refere-se a Lisboa) com o João Gomes, não sei qual era o jornal onde ele trabalhava. Penso que era o Republica.

³⁵⁸A sede da LOCF funcionava na Rua Entreparedes, na cidade do Porto.

³⁵⁹Entrevista da Angélica, Anexo: A, nº6, p.7.

³⁶⁰Casa das Palhacinhas era o nome porque era conhecido a casa onde habitavam os cinco padres. A Angélica foi trabalhar, onde já trabalhava outra empregada doméstica a Alice, ambas já tinham sido dirigentes livres da LOCF.

A partir dessas reuniões começaram a escutar as raparigas que andavam a frequentar as aulas no CCO, para aprender a ler e escrever ou fazerem o exame da 4ª classe.

Começamos a saber que não faziam descontos para a Previdência, que não tinham direitos nenhuns, mas o problema é que tinha saído uma lei que as integrava na Previdência, mas nenhuma fazia descontos para a Previdência, porque elas não queriam ser empregadas domésticas³⁶¹.

A notícia serviu para meter-se à conversa com as raparigas que eram empregadas domésticas. Fazia-lhes perguntas: *o que é que tu fazes, quanto ganhas, tens folga? Tens algum dia de descanso, tens férias?* Descobriu ela e o grupo de empregadas dos padres, que estas *não faziam descontos para a previdência e que não tinham direitos nenhuns (...). Elas não queriam ser empregadas domésticas, aspiravam sair dessa situação.*

A compreensão da situação em que viviam as empregadas domésticas, é exemplificado com casos que escutava e acrescenta o que transmitia às moças. Ela não se sentia identificada com a situação que viviam as empregadas domésticas, porque como já tinha a 4ª classe desde criança e *participava em tudo, quando era de direitos* que se realizava no CCO, porque como trabalhava numa residência de padres davam-lhe tempo livre para estar com as empregadas domésticas que frequentavam os cursos de Alfabetização no CCO. *“Eu vinha para conversar com elas”*

A Glória e o grupo da JOCF de Aveiro também teve conhecimento pelos jornais da posição assumida pelos grupos de Lisboa e contou como já reunia um grupo de rapazes e raparigas a discutirem os problemas sociais e pessoais - namoro e casamento - também tomaram a iniciativa.

Antes do 25 de Abril ainda escrevemos para a Segurança Social, que era a Caixa de Previdência a exigir ao governo, que publicasse uma lei para as empregadas domésticas internas terem direito à Segurança Social que até aí não tínhamos³⁶².

5.1. JOC-F / LOC-F e o CCO eram uma Escola de Formação

Para as militantes a JOCF e LOCF e mais tarde o CCO (ver supra) foi uma escola a nível da compreensão da sociedade e na obtenção de conhecimentos que era impossível tere através da escola oficial durante o Estado Novo.

³⁶¹ Angélica, Anexo: A, nº6, p.10.

³⁶² CF., entrevista da Glória, Anexo: A, nº 8, p. 1.

O CCO não só dava formação às militantes, mas também às pessoas que não sabiam ler nem escrever ou queriam concluir o ensino obrigatório: “*No CCO já havia formação em função daquilo que eu precisava. Havia empregadas domésticas que não sabiam ler nem escrever, então o CCO tinha organizado uns cursos de alfabetização*”. Através do CCO a Angélica explica as possibilidades que teve de adquirir consciência política e social, porque participava em todos os Encontros formativos promovidos pelo Centro de Cultura Operária.

Mas eu participava em tudo, quando era de direitos, a nível de cooperativas, havia umas pessoas que vinham lá, mesmo profissionais, mesmo formados no assunto para nos explicarem as coisas. Mas havia uma coisa que se fazia lá no CCO. Naquela altura era proibido, eu nunca fui de ler muitos jornais, mas fazíamos os recortes dos jornais, havia o Notícias do Fundão, o Republica e esses jornais publicavam uns discursos como era o de Sá Carneiro (...). O CCO e a LOC foi uma escola³⁶³.

Tal como referira a Conceição Ramos e Ana da Luz, “*sem dúvida a JOCF foi uma grande escola*” repetem o mesmo a Angélica da LOC e CCO. Uma escola que não lhes foi imposta, mas que livremente escolheram; um espaço cultural de aprendizagem e de acção que lhes possibilitou promoverem-se e desenvolver capacidades cognitivas através da leitura dos jornais, da preparação de reuniões e da mobilização de outras jovens.

A formação de uma comissão pró Sindicato para defender os direitos profissionais de todas as colegas de profissão/empregadas domésticas, mulher-a-dias, assim como dos mordomos, jardineiros, motoristas que trabalhavam em casas particulares, ocupava o pensamento das militantes mais activas. A mesa redonda que organizaram conduzida pelo Padre Rego, na Rádio Renascença, foi escutada por muitas colegas. Era a emissora católica que as empregadas domésticas escutavam em determinadas horas, quando os patrões estavam ausentes ou à noite, quando conseguiam ir para o compartimento onde pernoitavam na casa dos patrões e tinham uma pequena telefonia por companhia.

A comunicação através da Rádio Renascença foi importante e um meio de testemunharem às colegas a sua ambição de se organizarem e formarem um Sindicato para a profissão. Outras empregadas domésticas que não pertenciam a Acção Católica nem à Obra de Sta Zita, em Lisboa também internas, como foi o caso da Conceição Faria, começaram a ler os jornais e a aperceber-se da situação política em que nos encontrávamos, como relata.

Antes do 25 de Abril, em Lisboa, havia um pequeno grupo³⁶⁴. Éramos cinco, que nos reuníamos à «sucapa» (escondidas) e falávamos dos problemas que viviam as

³⁶³Entrevista da Angélica, Anexo: A, nº6, p.8.

³⁶⁴O grupo que reunia desconhecemos se eram militantes do Partido Comunista, porque neste momento da entrevista não o divulgou, mas mais adiante diz que foi militante do PCP.

*empregadas domésticas: condições de alojamento, salário, segurança social, etc*³⁶⁵.

Retomamos a acção das militantes da JOCF que começara a dar frutos. As reuniões³⁶⁶ de grupo multiplicaram-se por outras zonas, sempre com interrogações que as obrigavam a pensar em grupo no trabalho que exerciam por não terem *condições na terra, nem meios para arranjar outra profissão, por falta de cultura*. Todas as reuniões que se efectuavam eram organizadas a pensar nas condições de trabalho e no processo de construção de um Sindicato. Na madrugada do 25 de Abril de 1974 estava reunida no Estoril com um grupo. O último ponto da ordem de trabalhos era a preparação do 1º de Maio na semana seguinte e ela sugere: *que numa sala fizessemos um encontro em que se transmitisse o que é o dia 1 de Maio e depois se fizesse baile*. O baile foi realizado de outra forma, na rua com os restantes trabalhadores/as já com um cartazes a exigirem os direitos fundamentais que não tinham: *Liberdade, consciencialização, organizarem-se para avançar*.

³⁶⁵Cf., Entrevista da Conceição Faria, Anexo A, nº3, p.1.

³⁶⁶Exemplo: 3º caderno de apontamentos, no Estoril em 27/03/1974.

Capítulo III

De Emplegadas Domésticas a Sindicalistas

1.0 25 de Abril e a libertação das Empregadas Domésticas

O grupo de empregadas domésticas que estava reunido na noite de 24 para 25 de Abril tinha pensado festejar o 1º de Maio, Dia do Trabalhador, com um baile em recinto fechado³⁶⁷ e tinha aprovado uma carta que a Conceição redigira e assinara para entregar porta à porta, a questionar as colegas sobre os seus direitos de trabalho, com o título: *Empregada Doméstica*.

1. Já tem Sindicato? 2. Que pretende o Sindicato? Lei de trabalho; Horário de trabalho; Salário digno; Férias; Subsídios; Previdência; 3. O Sindicato é para defender; 4. O Sindicato será o que tu quiseres; 5. Tu és o Sindicato a União faz a Força; 6. Inscreve-te³⁶⁸.

O 25 de Abril fez alterar os planos e o mesmo documento foi entregue aos órgãos de Comunicação Social para divulgação, e distribuído porta a porta nas casas em que trabalhavam colegas. Os jornais, a rádio e a televisão divulgaram a notícia, o que fez acorrer à Sede da JOCF bastantes empregadas domésticas, que eram atendidas pela Conceição Ramos.

O 1º de Maio foi comemorado com cravos vermelhos por milhares e milhares de pessoas. As empregadas domésticas de Lisboa também pintaram uma faixa com as palavras “Sindicato do Serviço Doméstico” e integraram-se nos festejos a gritar palavras de ordem à liberdade e a pedir os direitos sociais já conquistados por muitos trabalhadores. Aproveitaram para distribuir panfletos de divulgação.

A ideia da organização de um Sindicato surgira antes do 25 de Abril. A primeira informação pública sobre a sua constituição aparece logo no dia 4 de Maio de 1974, na Revista do Expresso:

A necessidade imperiosa da formação de um sindicato foi reconhecida, ontem, por 300 empregadas domésticas, reunidas em Lisboa, com o apoio da JOC. O encontro foi promovido por empregadas domésticas da Zona de Cascais, teve objectivos consultivos, pois o número de profissionais presentes não seria considerado representativo, das 100.000 profissionais existentes no País.³⁶⁹

Noutros jornais são divulgadas notícias sobre as actividades e as assembleias que estavam a decorrer em diversas localidades com o objectivo de criar uma Comissão Pró - Sindicato. A

³⁶⁷ Cf. Cadernos de apontamentos de Conceição Ramos (24 de Abril 1974) em que estava planeado um baile para comemorar o 1º de Maio, Dia do Trabalhador.

³⁶⁸ *Sindicato do Serviço Doméstico - Rua da Condessa, 9-3º. (Ao Carmo) - Lisboa. Telefone: 369156. (Aberto todos os dias das 15 às 21 h.).*

³⁶⁹ REVISTA do Jornal Expresso - *Empregadas Domésticas põem sociedade em causa*, 04.05.1974.

Comissão era imprescindível para a legalização de um movimento que vinha a instituir-se já antes do 25 de Abril. Tratava-se de formalizar um corpo colectivo, que até ao momento agia mais ou menos na clandestinidade, a coberto da JOCF e da LOCF. A Comissão Pró - Sindicato passava a ser a figura representante da defesa dos interesses da classe das empregadas domésticas junto das entidades oficiais. Os primeiros passos da Comissão foram no sentido da recolha das 2.000 assinaturas para entregar no Ministério do Trabalho, necessárias para o pedido de registo do Sindicato. Começam também a trabalhar na elaboração dos Estatutos e na procura de um espaço para instalarem a Sede do Sindicato.

Algumas das empregadas domésticas que entrevistámos, tal como nós, recordam o 25 de Abril e o 1º de Maio de 1974 e a sua integração no movimento Pró - Sindicato. A Glória³⁷⁰ descreve de um só folgo o que fez e o que sentiu. Fá-lo com tanto entusiasmo que todo o corpo vibra, como se ainda estivesse a acontecer no momento da entrevista. Destacamos a seguintes palavras, por elucidativas: *estava a trabalhar em casa da minha patroa e deu-se o 25 de Abril que foi uma grande alegria, que não há explicação para isso. Foi a coisa mais linda da minha vida!* E descreve porque o sentiu e viveu tão intensamente:

*Eu estava em Lisboa, ainda vi parte daquilo tudo porque tinha ido ao médico e estava em tratamento no Instituto de Reumatologia e calhou. Foi uma alegria, sem explicação o 25 de Abril e o 1º de Maio. Foi uma revolução, a nossa libertação. A liberdade de um povo que queria uma cultura diferente, que queria ser alguém*³⁷¹

Revolução para a Glória era sinónimo de mudança, de libertação de todo um povo que queria a liberdade para construir uma sociedade diferente e progressista. *Éramos as «sopeiras», éramos uma classe desprezada. Eu gostei que a gente tomasse consciência da nossa condição de trabalhadores, da nossa dignidade, porque (...) trabalhava e éramos honestas e essa visão não existia.*

As empregadas domésticas, mesmo tendo de enfrentar patrões enfurecidos, despedimentos inesperados, momentos indesejados, ganharam uma alma nova e tentaram encontrar, cada uma à sua maneira, as colegas que já lutavam para conseguirem o que muitas nunca sonharam ser possível. A Inácia recorda como fez para conhecer o Sindicato. Participou na primeira reunião, realizada na sede da JOCF, na Rua da Condessa, em Lisboa, onde se deslocou na Camioneta da Carreira - Évora/Lisboa: *Fui a Lisboa à reunião, levava o recorte do jornal. Sem conhecer Lisboa fui perguntando onde era o Largo do Carmo. Lá encontrei uma*

³⁷⁰ Foi delegada sindical, pertenceu aos Corpos Sociais do Sindicato e da Cooperserdo.

³⁷¹ Entrevista da Glória, Anexo A: nº8, p.2.

moça à porta à espera. Era a Angélica que se tinha deslocado do Porto³⁷². Foi assim que ambas se conheceram, uma de Évora e outra do Porto. Seguidamente, apareceu a Conceição Ramos com a chave da porta. Esta fazia o atendimento a quem lá se dirigia e continuava a realizar as reuniões com os grupos de empregadas domésticas. Com o 25 de Abril, grande número de empregadas domésticas começaram a ocorrer ao local, à medida que tomavam conhecimento da formação do Sindicato, como testemunham:

Eu conheci o Sindicato pouco tempo após o 25 de Abril. Trabalhava (...) e conversava com outras mulheres que também trabalhavam como eu e a certa altura falámos do Sindicato. Ela então trouxe-me um folheto de propaganda, em que vinha a direcção da JOCF onde funcionava o Sindicato. Escrevi uma carta (...) para me tornar sócia do Sindicato. Recebi uma carta manuscrita e assinada pela Conceição Ramos. (...) A partir daí sempre que havia alguma actividade ou manifestação em Lisboa eu era contactada. Foi-me atribuído o n.º259 de associada³⁷³.

Entretanto, deu-se a revolução do 25 de Abril, eu encontrava-me em Lisboa interna e, quando tive conhecimento que algumas colegas se estavam a organizar e tinham uma sede no Carmo, em Lisboa, eu procurei onde era esse sítio e fui lá. Aí contactei algumas colegas de Lisboa e do Porto, e comecei a pagar uma cota de 10\$00, e a participar em Assembleias e reuniões³⁷⁴.

Também no Porto, a Angélica, militante da LOCF, fez um comunicado para os órgãos de comunicação, convocando todas as empregadas domésticas para a Sede da LOCF. A Gracinda recorda como descobriu as militantes da Acção Católica, no Porto, com quem se tornou solidária desde o primeiro momento. “Ouvi na rádio que iam fazer uma reunião de sindicato para empregadas domésticas, pessoas da LOC Operária, que eu já tinha conhecimento do que era, porque também era católica”.

O conhecimento de que eram pessoas católicas que iam fazer a reunião deu-lhe o impulso para mobilizar as colegas, que tão bem conhecia da rua onde trabalhava. A zona onde trabalhava a Gracinda situava-se numa das áreas ricas da cidade do Porto, com moradias luxuosas, em que trabalhavam e viviam muitas empregadas domésticas. A Gracinda, dissidente da Obra de Sta. Zita, recorda efusivamente o momento:

Eu vou chamar as pessoas da Rua Guerra Junqueiro e convidar todas, porque ia haver um encontro na Sede da LOC. Andei toda a manhã a avisar esta e aquela: Oh raparigas nós vamos ao encontro, vamos ter os nossos direitos! E foi assim que eu chamei as pessoas da Rua Guerra Junqueiro e daqueles Bairros por lá...

³⁷² Entrevista da Inácia, Anexo A, nº 11, p.1.

³⁷³Cf. Entrevista A.Celeste Vieira, anexo: A, nº7, p.1.

³⁷⁴Cf. Entrevista da Helena Freitas, de Celorico de Bastos a trabalhar em Lisboa. Anexo: A, nº.10, p.1

Não se limitou a convidar as colegas, diz ela: *eu peguei numa serapilheira e escrevi: Nós, empregadas domésticas, queremos os nossos direitos.*

E descreve com gestos o que aconteceu seguidamente:

Entrámos com o nosso leteiro e encontramos várias empregadas domésticas. Muitas ainda iam às Zitas. A Angélica foi aquela que se apresentou como sendo dirigente da LOC operária. Nós éramos as únicas que levávamos um leteiro feito em serapilheira. E o que é que eu pensei? A Angélica estava dentro daquela expectativa que eu esperava.

As palavras da Angélica agradaram-lhe, mas ficou escandalizada com a intervenção de outra colega que estava na mesa.

Quando ouvi uma a chamar tudo quanto há, era a Conceição Ramos, eu já não achei muita piada. Eu não achei graça, burgueses, isto e aquilo. Depois também nós começamos a chamar esses nomes aos nossos patrões por trás deles (e ri-se, ri-se,) olha os nomes que nós chamávamos aos patrões!³⁷⁵

A linguagem utilizada pela população, sobretudo a mais revoltada, era muito excessiva e até agressiva. Após quase meio século de impedimento de liberdade de expressão, a linguagem não era contida, pelo contrário, expressava a tomada de consciência da realidade social e do discurso político emergente.

Para a maioria das empregadas que ocorriam a estas reuniões, o movimento começava ali, naquele momento. Resultado da formação *Jocista* e da linguagem do momento, a Esquerda afirmava os seus princípios, segundo um vocabulário próprio, que era divulgado à população em geral. Mercê do apoliticismo e da ignorância da maioria da população e da campanha anti-comunista da Ditadura, toda esta linguagem era conotada com o Partido Comunista.

1.1. Organização da Comissão Pró - Sindicato a nível Nacional

O percurso para a constituição da Comissão Pró - Sindicato realizou-se durante todos os domingos do mês de Maio e seguintes. Realizaram-se Assembleias em diferentes locais, em que estava sempre presente um ou mais elementos do grupo constituído antes do 25 de Abril. A mobilização das empregadas domésticas era a primeira prioridade, sem a qual não seria possível a aceitação do registo do SSD.

Em Lisboa, as militantes da JOCF já tinham iniciado a formação da Comissão Pró - Sindicato. Após o 25 de Abril alargaram rapidamente a sua acção a nível nacional incluindo as

³⁷⁵Cf. Entrevista Gracinda, anexo: A, nº4, pp.9/10.

Ilhas da Madeira e Açores, para angariar o número necessário de assinaturas para o registo do Sindicato. Realizaram Assembleias em diferentes localidades, em espaços cedidos quer por Sindicatos, quer pelas paróquias ou instalações da JOCF e LOCF, para se conhecerem, discutirem os problemas que as afligiam e tomarem decisões quanto à constituição da Comissão Pró - Sindicato. O processo desenrolava-se localmente: eram elementos residentes da JOCF/LOCF que arranjavam um espaço para se reunirem e procuravam os meios de divulgação através dos jornais locais, folhas paroquiais ou com panfletos colocados em sítios estratégicos: mercearias, padarias, mercados, igrejas e mais lugares onde sabiam que as empregadas domésticas iam e tomavam conhecimento. Era um movimento sobretudo urbano, que atingiu muitas freguesias de Lisboa, Vila Franca de Xira, zona Oeste: Oeiras, Estoril, Cascais e no Norte: Aveiro, Porto, Guimarães, Braga e Évora. Na entrevista que realizamos à Glória ela explica que se deslocava de Cacia (onde residia e trabalhava), uma freguesia de Aveiro, para a cidade e para as freguesias circunvizinhas onde residiam muitas mulheres-a-dias.

A partir destas reuniões mais localizadas, constituíram uma Comissão Pró--Sindicato com elementos do Porto, Lisboa e Aveiro e estabeleceram contactos com outras cidades - Braga, Coimbra, Setúbal, Évora e Açores³⁷⁶. O movimento das empregadas domésticas era sobretudo nas grandes cidades, como nos informam os censos e também a base de dados que construímos, a partir das fichas de inscrição³⁷⁷. Realizaram uma assembleia no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa. Aí, a Comissão Pró - Sindicato afirmou o princípio de independência política face a qualquer partido, aceitando como sócias todas as empregadas domésticas, sem olhar à sua orientação política. O objectivo era concretizar a união da classe, pois só assim poderiam lutar pelos seus direitos. *A finalidade era construir um Sindicato; negociar um Acordo Colectivo e preparar formação profissional*³⁷⁸.

Estes objectivos eram repetidos nas assembleias que a Comissão Pró - Sindicato³⁷⁹ organizava, em que se insistia para que dialogassem com os patrões, com quem residiam e trabalhavam. Mesmo sem legislação, era importante usufruir da folga semanal e de um horário de trabalho que lhes permitisse reunir, estudar, mudar a sua vida. Na entrevista ao Jornal

³⁷⁶ Estes foram os centros mais activos e onde se encontravam mais empregadas, certamente elementos da JOCF/LOCF local.

³⁷⁷ Cf. Censos no Cap. I. da Parte II e a Base de dados, em anexo B, nº1.

³⁷⁸ JORNAL SEMPRE FIXE – *Empregadas Domésticas em reunião*, 13.07.1974.

³⁷⁹ Esta comissão era liderada pela Conceição Ramos.

Expresso, Conceição Ramos enuncia os argumentos dos patrões quando confrontados com as reivindicações das empregadas:

*Ainda não há uma lei só quando houver; outras patroas dizem: quando vier a lei deixa de ter empregada doméstica ou criada; outras dizem: se querem melhores condições de trabalho tirassem o 7º.ano; e há ainda as que dão melhores ordenados para que a empregada doméstica se esqueça das condições de trabalho e se mantenha ao serviço seduzidas pelo dinheiro mas sem saírem da ignorância, da servidão*³⁸⁰.

As respostas dadas pelos patrões são consideradas ofensivas e um abuso de confiança. Esquecem que as empregadas não tiveram possibilidade de estudar por falta de recursos e pelas imposições da vida.

*Na verdade o nosso trabalho não tem razão de existir. Nós não produzimos nada, não estamos ao serviço da sociedade, mas duma minoria de privilegiados. O que nos interessava era integrarmo-nos na sociedade em profissões em que nos sentíssemos realizadas. Nenhuma empregada doméstica gosta da sua profissão. Todas fomos canalizadas para este trabalho pelas condições de vida dos nossos pais: essas condições não nos permitiam escolher*³⁸¹.

Apesar de não gostarem da sua profissão, não encontram justificação para serem consideradas máquinas e para viverem marginalizadas, sem vida própria. E reafirma ao Jornal: “um horário que tivesse em conta as nossas necessidades, como pessoas humanas de dispor de tempo livre. Um horário que reconhecesse o nosso direito ao descanso semanal e não apenas a uma tarde de folga por semana”³⁸².

O direito ao tempo de férias era outra das grandes lutas. Nas entrevistas ao Diário de Notícias e ao Diário Popular, Conceição Ramos apresenta a vontade das empregadas domésticas não quererem “férias **com** os patrões, aí o trabalho redobra, mas **como** os patrões”³⁸³.

O conhecimento da situação das colegas é fruto do seu trabalho junto delas como militante da JOCF, em que debatiam as condições de trabalho e muitas contavam as dificuldades porque passavam por não terem autorização para sair, algumas nem para ir à missa. Muitas empregadas domésticas foram despedidas quando pediram direitos aos patrões. A desilusão foi grande, sobretudo para as mais antigas. Depois de terem dedicado toda a sua

³⁸⁰ REVISTA EXPRESSO - *Empregadas Domésticas põem sociedade em causa*, 04.05.1974. Reportagem nas págs. centrais.

³⁸¹ Ibidem.

³⁸² Idem.

³⁸³ DIÁRIO NOTÍCIAS - *Reivindicações das Empregadas Domésticas*, 19.07.74; DIÁRIO POPULAR - *Sindicato das Empregadas Domésticas*, 21.09.1974.

vida a servir as patroas, criando-lhes os filhos como se fossem seus, foram dispensadas sem qualquer indemnização.

A Comissão pró-Sindicato encontrou dificuldade em mobilizar quer as colegas que trabalhavam e viviam na casa das patroas, quer as que trabalhavam como externas. As primeiras, porque não tinham autorização para sair; as segundas, porque além de trabalharem em casa dos patrões tinham a dupla tarefa de cuidar dos filhos e da própria casa. No entanto, a mobilização era necessária para fortalecer o movimento. “*Seria bom que todas tomassem consciência que só organizadas no sindicato e fazendo parte da vida sindical conseguiriam atingir o objectivo*”³⁸⁴. A Comissão defende o fim “*da exploração e um trabalho com mais sentido, que venha beneficiar a nossa classe, e que nos libertemos dos hábitos burgueses que adquirimos, porque tudo isso é falso e não ajuda em nada a libertação do povo*”³⁸⁵.

Na zona Norte também se realizaram Assembleias no Círculo Católico Operário do Porto e no Pavilhão Infante Sagres³⁸⁶. Percebe-se a importância do momento político e da liberdade de imprensa para a divulgação dos encontros. As notícias chegam através dos órgãos de comunicação social e do convite de quem já participou em reuniões anteriores. Nas Assembleias aparecem militantes da JOCF, associadas da Obra de Santa Zita, outras ligadas a organizações políticas e pessoas que não estavam filiadas em nenhuma organização política ou religiosa.

*Apareceram três pessoas que vinham de Lisboa, que era a São Ramos, era a Ivone e uma outra. Correu muito bem, as pessoas disseram sim senhora, porque é importante fazer um sindicato, falar dos problemas das pessoas. Nós ficamos muito contentes, porque também lá estava um grupo das Zitas. Ninguém disse que não fosse a ninguém. A Gracinda é que me deu a conhecer as Zitas*³⁸⁷.

*Até que apareceu uma comissão pró - Sindicato e pronto e com essa Conceição que estava nos Jornais³⁸⁸ e depois com outra que estava no Porto a Angélica (militante da LOC), aparece a Glória mais a Albina, de Aveiro, depois com as outras faz-se uma Assembleia onde estava uma casa cheia.*³⁸⁹

Eu não pertencia a nenhuma organização nem da Igreja, nem a nenhuma organização política. Nunca tinha participado em nada. Foi através da Gracinda

³⁸⁴ Afirmação proferida pela entrevistada Conceição Ramos, na Revista do Expresso, 04.05.1974.

³⁸⁵ REVISTA DO EXPRESSO – *Empregada Doméstica põem sociedade em causa*. 4.05.1974.pgs.centrais.

³⁸⁶ JORNAL NOTÍCIAS, *Empregadas Domésticas, no Pavilhão Infante Sagres no Porto, 1974*.

³⁸⁷ Cf., Entrevista da Angélica, Anexo: A, nº6, p.15.

³⁸⁸ Era a foto de Conceição Ramos, figura mais visível, porque a primeira a dar a cara publicamente ainda no Estado Novo, pela dignidade da empregada doméstica em Portugal.

³⁸⁹ Entrevista da Glória, de Aveiro, anexo: A, nº8, p. 2.

*que fui para o Sindicato. Trabalhávamos as duas na mesma rua. Eu fui, gostei, aprendi muito, e assim me tornei sócia do Sindicato*³⁹⁰.

Na Assembleia-geral realizada no Pavilhão do Clube Infante Sagres, promovida pela Angélica, do Porto, e Conceição Ramos, de Lisboa, foi apresentado o caderno reivindicativo. Foram discutidos os seguintes pontos:

*1. Horários de trabalho equivalente a 48 horas semanais distribuídos por cinco dias e meio de trabalho, tendo no entanto direito a uma tarde semanal, que não a de sábado, para poder fazer compras; 2. folga semanal igual à dos outros trabalhadores; 3. feriados livres; 4. ordenado mínimo nacional; 5. férias; 6. subsídio de férias; 7. segurança contra os despedimentos; 8. pagamento do 13º mês; 9. alojamento em condições; 10. Total liberdade sindical; 11. direito à greve; 12. Caixa de Previdência; 13. livre filiação em organismos internacionais de trabalhadores; 14. Participação na elaboração da legislação que regule a sua actividade profissional*³⁹¹.

A motivação para participarem nas Assembleias não era da Acção Católica, mas sim a identificação dos seus problemas, enquanto empregadas domésticas, com os objectivos da Comissão Pró - Sindicato. O interesse e a curiosidade por conhecerem a situação com que se confrontavam sem direitos sociais levava-as a aprenderem a fazer a leitura do mundo, a compreenderem que tinham de entrar na luta, como estavam a fazer outros trabalhadores.

1.1.1. Conflitos entre empregadas domésticas católicas

Como já referimos supra (Cap. II), havia dois movimentos católicos que as empregadas domésticas frequentavam: uma era a Obra de Sta. Zita e outras a Acção Católica (JOCF). Os dois movimentos tinham metodologias diferentes e perspectivas católicas muito distintas no que se refere à sua actuação na sociedade. Estas perspectivas vão-se confrontar e afrontar na acção sindical.

Na primeira Assembleia-Geral da Comissão Pró - Sindicato realizada no Porto gerou-se uma grande discussão. As participantes que faziam parte da Obra de Santa Zita manifestaram-se contra a linguagem utilizada pelas militantes da JOC e LOC. As militantes falavam contra os patrões, usando slogans contra o fascismo, a ditadura e o fanatismo religioso, que impedia o ver e o agir contra a exploração. Por sua vez, também estavam simpatizantes do Partido

³⁹⁰Entrevista da Laura, anexo: A, nº 9, p.7.

³⁹¹DIÁRIO NOTÍCIAS - Reconhecimento da Comissão pró - Sindicato, 11.06.74.

Comunista, ainda que não se reconhecessem, como era o caso da Conceição Faria, que não era militante da JOCF e que já reunia com mais três colegas na clandestinidade antes do 25 de Abril. O ambiente diversificado e a falta de formação social e política das colegas da Obra de Sta. Zita levou algumas a levantarem a voz contra as que estavam na Mesa a dirigir a Assembleia. Chamaram-lhes comunistas, no sentido em que elas entendiam a palavra -contra Deus e N.ª Senhora de Fátima. O que levou a Angélica a afirmar, no seu tom bastante alto e convicto, “*se ser comunista é lutar pelos nossos direitos, então eu sou militante da LOCF e sou comunista, mas não sou militante do Partido Comunista, mas da LOCF*”. Da mesma forma falava a Conceição Ramos. As duas vozes, do Porto e de Lisboa, destacaram-se na Assembleia, como salienta o Jornal de Notícias³⁹².

A Gracinda e as companheiras que a acompanhava ficaram surpreendidas pela falta de compreensão por parte das colegas da Obra de Sta. Zita, que tão bem conhecia. Nas reuniões que antecederam a Assembleia-geral, todas tinham assumido o compromisso de mobilizar outras colegas para engrossar o movimento Pró - Sindical, que estava a decorrer com vista à legalização de um Sindicato a nível nacional.

O mesmo grupo que foi comigo da R. Guerra Junqueiro, foi à Rua Firmeza, à Casa das Zitas, a pensar na nossa boa fé, que elas tiveram sempre dignidade e bom senso no trabalho do Serviço Doméstico. Por isso tinham de mudar e não era como elas nos faziam. Elas trataram -me muito mal, abaixo de cão³⁹³

Também em Lisboa foi promovida uma grande Assembleia, no Clube Atlético de Campo de Ourique, para tentar a presença das 2.000 empregadas domésticas.³⁹⁴ Novamente contaram com a presença das colegas da Obra de Sta. Zita, que tentaram boicotar a Assembleia. Porém, não se deixaram intimidar, pelo contrário, afirmaram que as portas estavam abertas para todas as empregadas domésticas³⁹⁵.

O conflito com as colegas pertencentes à Obra de Santa Zita estende-se a Aveiro, aquando da realização da primeira Assembleia, onde cada uma pôde exprimir-se livremente sobre os direitos que pretendiam para a classe profissional das empregadas domésticas. “*Todas disseram aquilo que queriam. Não há lei nenhuma, não temos férias, nem subsídios de férias, nem horário de trabalho, não tínhamos nada, nada, Só trabalhar! Trabalhar sem*

³⁹²JORNAL NOTÍCIAS, *Empregadas Domésticas, no Pavilhão Infante Sagres no Porto, 1974.*

³⁹³Gracinda, anexo: A, n.º.5, p. 8.

³⁹⁴FOLHETO INFORMATIVO, Domingo 8.06.74 às 15 h. Nele se refere que é preciso estarem 2.000 camaradas.

³⁹⁵Explicação dada pela Conceição em conversa informal.

dignidade”³⁹⁶. A Assembleia foi anunciada nos órgãos de Comunicação Social e através de cartazes em pontos estratégicos. Apareceram muitas colegas, entre elas, as colegas filiadas na Obra de Sta. Zita. “*Apareceram as Zitas e houve discussão entre todas, mas nós ficamos logo a conhecer as Zitas, porque começaram a entrar namorados, e elas disseram: «homens lá para fora»*”³⁹⁷. Perante a atitude de um grupo querer excluir os homens, que eram os namorados ou os maridos das trabalhadoras, as representantes da Comissão pró-Sindicato decidiram democraticamente votar.

*Então vamos votar, foi a primeira vez que votámos e (ri-se) Quem é a favor de estarem presentes os homens (maridos e namorados) que também estão a sofrer a exploração do patronato. As nossas trabalhadoras que não eram das Zitas votaram a favor e as Zitas saíram pela porta fora mas eram poucas*³⁹⁸.

Para Conceição Ramos, não eram estranhas as posições das colegas filiadas na Obra de Sta Zita. Em contactos estabelecidos antes do 25 de Abril, tinha-se apercebido que não seria fácil consciencializá-las e mentalizá-las para a separação ideológica entre os princípios da Doutrina Social da Igreja e o fanatismo religioso, que lhes era transmitido pelas superiores da Obra, num clima de amedrontamento, em que o “comunismo” era considerado um mal contra Deus e a religião. A dirigente apresenta, assim, as diferenças entre os dois grupos:

*Contactaram connosco antes do 25 de Abril, verificou-se logo haver rivalidade nos métodos de acção. A nossa luta sempre foi revolucionária, porque a JOC, sempre fez reivindicações, enquanto elas queriam salvaguardar o bem-estar dos patrões. É aquilo a que eu chamo a religião papista da abnegação! Nós idealizamos uma sociedade nova em que não podem existir pessoas que tenham empregadas domésticas para seu luxo e prazer, elas aceitam esse facto, talvez por estarem demasiado presas a um determinado passado e por lhes faltar esclarecimento e informação*³⁹⁹.

Na perspectiva da dirigente, as empregadas domésticas queriam ser trabalhadoras respeitadas, com liberdade de expressão, lutarem pelos seus direitos: terem a sua casa separada do local de trabalho, poderem reunir, conviver livremente e aprender aquilo que lhes tinha sido vedado na infância. Estas linhas de acção são destacadas pelo Jornal República, num artigo bastante extenso, no qual se refere a formação como sendo indispensável para a tomada de consciência da defesa dos direitos das trabalhadoras e da dignidade da classe e para a afirmação de uma

³⁹⁶ Cf. Entrevista da Glória, Anexo: A, nº 8, p.3.

³⁹⁷ Ibidem.

³⁹⁸ Cf. Entrevista da Glória, Anexo: A, nº 8, p.4.

³⁹⁹ Conceição Ramos em conversa informal. Dos apontamentos que recolhemos.

nova dimensão social das empregadas domésticas⁴⁰⁰. Também aparece mencionado o conflito ideológico que opunha as profissionais católicas e o analfabetismo, que gerava a dependência das empregadas domésticas em relação à entidade patronal.

O conflito ideológico entre as profissionais católicas evidencia os desafios subjacentes à organização do Sindicato. Conceição Ramos demarca-se claramente das colegas da Obra de Sta. Zita. Defende a formação sindical em paralelo com a actividade cooperativa.

Nós temos consciência que as trabalhadoras do serviço doméstico não têm cultura, 55% são analfabetas, é gente que está habituada a ser explorada e não tem preparação para fazer uma reconversão. Tem de ser através de um Sindicato, duma organização que as leve a pensar, para depois podermos fazer outras coisas

(...) Preparar as empregadas domésticas para trabalharem junto da sua classe e não nesta profissão, mas noutras que dêem mais vantagens à classe trabalhadora ou seja em creches, refeitórios populares, jardins-de-infância⁴⁰¹.

Esta activista representa, na terminologia gramsciana, uma intelectual orgânica, que conhecendo a realidade de classe, não se torna apenas sua porta-voz, mas é capaz de interpretar as aspirações colectivas e dar-lhes um sentido e propor uma orientação concreta. Simultaneamente congrega a classe que dirige para a realização dos objectivos discutidos e assumidos em diversas assembleias realizadas em diferentes regiões do país. Gramsci cria o conceito “intelectual orgânico” para definir aquele ou aquela que se dedica a defender/criar a ideologia de um grupo específico. Para Gramsci, *“em última análise, os intelectuais não são produtos independentes, mas, sim, da classe em que nasceram. Gramsci utiliza o termo “orgânico” para denunciar o vínculo íntimo entre os intelectuais e a classe da qual fazem parte”*⁴⁰².

Conceição Ramos e as mais activas empregadas domésticas encarnaram a vontade colectiva ao sentir a necessidade de uma consciência que se convertesse numa prática transformadora, trabalharem em Cooperativa na prestação de serviços, que já realizavam nas casas das patroas, mas não seria possível avançar para realizações concretas, sem motivar e

⁴⁰⁰JORNAL REPÚBLICA - *Empregadas Domésticas em Assembleia-geral: Construir um Sindicato; negociar um acordo colectivo, preparar formação profissional*, 21.07.1974.

⁴⁰¹Revista do Jornal Expresso - *Empregadas Domésticas põem sociedade em causa*, 04.05.1974.

⁴⁰²Antonio Gramsci "A formação dos intelectuais" (1929-1935). Norton Anthology of Theory and Critica. Ed. Vincent Leitch. Nova York, Norton, 2001.1135-1143. In Richard Clarke LW LITS3303. Notas 03B. <http://www.rlwclarke.net/Courses/LITS3303/2008-2009/03BGRa>.

mobilizar as colegas. “*O Sindicato não podia ser obra de meia dúzia*”⁴⁰³ tinha de ser uma força organizada, capaz de alterar as condições de vida e de trabalho das empregadas domésticas.

2.A Comissão Pró-Sindicato ultrapassa obstáculos – a força do trabalho colectivo

2.1.Actividade Sindical

Após o confronto inicial, as empregadas domésticas associadas da Obra de Sta Zita remeteram-se ao silêncio durante alguns meses. Deixaram de aparecer em grupo nas assembleias promovidas pela Comissão Pró - Sindicato, apesar de muitas terem feito a sua inscrição inicialmente e se terem entusiasmado pela constituição de um Sindicato.

Entretanto, a Comissão tinha conseguido o número de assinaturas necessárias para a aprovação dos Estatutos, que entregou no Ministério do Trabalho. Os jornais diários⁴⁰⁴ os jornais regionais⁴⁰⁵ falam das iniciativas que vão sendo levadas a cabo para a legalização do Sindicato. Enquanto este processo decorria, encetaram esforços na procura de casas em Lisboa, no Porto e em Évora. Uma casa onde pudessem funcionar vários serviços de apoio à organização Sindical, que estavam a construir. Pensaram não só na parte administrativa, como também na resposta a dar às colegas que eram despedidas devido à tomada de consciência dos seus direitos e à sua participação no movimento. Em Lisboa conseguiram um espaço enorme, mas a precisar de obras de restauro, pois há muito encontrava-se encerrado. Aí prepararam as salas de funcionamento para o Sindicato funcionar e criaram uma estrutura de apoio financeiro: um refeitório onde serviam refeições económicas aos trabalhadores. No Porto e em Évora seguiram-se iniciativas idênticas.

A ocupação, beneficiação e legalização das instalações foram processos morosos, que exigiram o esforço de muitos e muitas trabalhadores/as, disponibilizado no regime de voluntariado e organizado de acordo com os princípios da inter-ajuda. Os testemunhos sobre esta fase da construção do Sindicato/Cooperativa mostram a militância, a solidariedade, mas também a firmeza e a clareza dos ideais que se vão instituindo em torno deste colectivo.

Eu estive no movimento sindical numa hora em que era exigido tudo, e que não dava tempo se eles faziam ou não, era preciso fazer isto fazia-se e, quando às

⁴⁰³ Explicação de Conceição Ramos.

⁴⁰⁴ REPUBLICA - *As empregadas domésticas querem salário mínimo*, 28.05.1974; REPÚBLICA - *Empregadas Domésticas lutam por um Sindicato*, 13.06.74.

⁴⁰⁵ JORNAL LIBERTAÇÃO, *Empregadas Domésticas* - Aveiro, 8.07.74; JORNAL LITORAL - *Reunião de Empregadas Domésticas*, 10.07.74 (escreve a presença de trabalhadoras de algumas zonas do distrito de Aveiro discutindo o caderno reivindicativo com 400 aderentes).

*vezes éramos convidadas para fazer algumas coisas, nós tínhamos de estar atentas para ver se estava alguém a pôr-nos alguma casca de banana debaixo dos pés para ver se a gente escorregava a torto e a direito. Havia coisas que me faltava o tempo para as fazer. Daí as minhas dificuldades no meio daquela barafunda toda*⁴⁰⁶.

Rapidamente se colocou a necessidade de divisão de tarefas, de modo a proporcionar o funcionamento institucional. Um grupo dedicaram-se a tempo inteiro à organização do Sindicato/Cooperativa (serviços de secretariado, de atendimento e esclarecimento, alojamento das desempregadas, preparação de refeições, etc.); outras, sem abandonarem o trabalho em casa dos patrões, prestavam serviços de apoio às colegas que permaneciam a tempo inteiro na organização.

*No caso da Gracinda e da Angélica deixaram os patrões e foram dormir para o Sindicato. Eu não. Eu fui delegada sindical, ia receber as cotas a casa das colegas, participava nas reuniões cá no Porto e em Lisboa. Estive na ocupação da casa na Av. da Boavista, por que enquanto não conseguimos casa, o Sindicato funcionava na Rua Entreparedes, na Sede da LOCF*⁴⁰⁷.

Em 1975 estavam em pleno funcionamento dois refeitórios, um em Lisboa, outro no Porto. Continuaram a manter uma entreajuda, que foi preciosa para o desenvolvimento pessoal e colectivo e para enfrentar as novas funções e responsabilidades. A antiga JOC e LOC, agora fundidas numa única organização – Base FUT - contribuiu para a construção deste colectivo, através da promoção de cursos de alfabetização, de sindicalismo e de cooperativismo. Ajudaram-nas a dar os primeiros passos, não as substituindo mas estando a seu lado, para as ensinar e orientar. A mediação de Vitória Pinheiro foi fundamental para resolver conflitos internos, próprios das organizações. A sua experiência, decorrente da participação em movimentos operários em Portugal e na Bélgica, foi um contributo que ajudou ao aprender a ser e a fazer, sobretudo nas questões burocráticas.

*Não sei se se pode chamar organizações. Mas acho que sim que houve organizações que nos ajudaram positivamente e católicas também. Não de manipulação. Quando nos diziam fazes tu, acho que nos estavam a ajudar e não a substituir. Ajudaram-nos a crescer, porque as pessoas não nos faziam, o que seria mais fácil para elas, mas obrigavam-nos a fazer e isso ajudava-nos a crescer. Caso contrário, ficávamos dependentes das pessoas. E aqui cabe o ditado chinês, se deres o peixe ele come uma vez, se o ensinares a pescar, ele pesca mais uma vez. As pessoas que nos rodearam, ajudaram-nos e não nos substituíram e isso foi muito importante*⁴⁰⁸.

⁴⁰⁶Angélica, Anexo A, nº6, p.8.

⁴⁰⁷Laura, Anexo: A, nº.9, p.1.

⁴⁰⁸Conceição Faria, (não era militante da JOCF nem LOCF, mas foi militante do PCP). Anexo: A, nº3, p.04.

A Comissão pró-Sindicato não tinha recursos financeiros, nem conhecimentos burocráticos para conduzir o processo de legalização. Foi o trabalho, o dinamismo, a perseverança e o apoio voluntário dos/das militantes que permitiram que avançassem na construção de um sonho, que contribuiria para o desenvolvimento de um novo olhar social sobre a sua profissão. Ao fim de algum tempo já se contavam 2.291 associadas, o que é representativo da expansão do Sindicato do Serviço Doméstico e do trabalho realizado⁴⁰⁹.

2.1.1 Participações públicas

Em Julho de 1975 realiza-se o 1.º Congresso da Intersindical. A Comissão Pró – Sindicato, ainda que não reconhecida pelo Ministério do Trabalho, esteve presente como observadora. A Comissão Pró - Sindicato tinha enviado uma carta à Intersindical a pedir para participar, no entanto, só lhes foi permitida a presença enquanto observadoras, uma vez que não eram filiadas na Intersindical. A participação no congresso tinha como objectivo obter o apoio dos Sindicatos ali presentes, para pressionar a aprovação dos Estatutos retidos no Ministério de Trabalho. O apoio da Intersindical não foi mais longe do que aprovar, por unanimidade, uma moção de solidariedade.

O facto de ser um sindicato dirigido por mulheres e de serviços domésticos, não propriamente operário, com uma forte ligação a movimentos católicos, fazia com que fosse olhado com alguma desconfiança por parte de certos sectores mais radicais da CGTP/IN, que o viam como “um cavalo de Tróia do conservadorismo católico”. No interior da Intersindical, esta ligação poderá ter impedido um apoio mais pronunciado aos interesses do SSD.

⁴⁰⁹Um anexo que apresenta o esquema das delegações formadas à volta de Lisboa onde situa a Sede - Sede (Baixa), Campo Grande, Avenida, Av. Roma, S. Bento, Rato, Alcântara Estrela, zonas internas da cidade, Becos e Bairros. Apresentam ainda o nº de inscritas no sul: Algarve (Carvoeiro, Faro, Lagoa, Portimão); Beja, Évora, Montemor-o-Novo, Setúbal, Barreiro, Montijo, Baixa da Banheira, Lavradio, Costa da Caparica, Laranjeiro e Almada num total de 567 associadas. Seguidamente apresentam localidades nos arredores de Lisboa: Dafundo, Algés, Paço d' Arcos, Linda-a-Velha, Oeiras, Caxias, Parede, Zambujal, Tires e Polima, Arneiro, S. Domingos de Rana, Rebelva, Sassoeiros, Carcavelos, S. Pedro Estoril, S. João Estoril, Estoril, Bicesse, Amoreira, Cascais, Marinha, Pai do Vento, Alvide, Alcoitão, Torre, Abuxarda e A. Juso, Bairro Assunção, Cobre e Murches, B.º Rosário, Birre, Alcabideche, Olival Basto, Pontinha, Sacavém, Damaia, Carnaxide, Brandoa, Queluz, Benfica, Olivais, Charneca, Moscavide, Mafra, Torres Vedras, Peniche, Odivelas, Camarate, Póvoa de Santo Adrião, Chamusca, Cacém, Mem Martins, Sintra, S. Pedro de Sintra, Algueirão, Massamá, Colares, Rio de Mouro, Azambuja num total 1.788 associadas e por último 519 associadas distribuídas pelo norte a partir de Santarém, Cartaxo, Tomar, Torres Novas, Leiria, Coimbra, Viseu, Aveiro, S. João da Madeira, V.N. Gaia, Porto, Matosinhos, Barcelos, Braga, Bragança.

Após o Congresso, o Jornal “Nortada” destaca a participação do SSD e descreve a “organização das empregadas domésticas”, que muito antes do 25 de Abril já procuravam “desenvolver uma consciencialização realizando assembleias de grupos”. Acrescentava que já em 1970 tinham pensado formar um Sindicato. No entanto, *‘pareceu-lhes que isso as tornaria mais vulneráveis ao fascismo, assim preferiram uma acção sindical sem dar nas vistas’*. Realça a dura luta que vinham mantendo com *‘persistência, coragem e objectividade, apesar de todas as contrariedades teimavam em se promover e em se organizar numa linha de serviço à classe operária’*⁴¹⁰.

Enquanto que o “Nortada” foca o caminho percorrido até ao momento, o jornal “Voz do Povo”, centra a sua análise na unidade sindical. Em entrevista, questiona Conceição Ramos sobre a sua vontade em instituir um sindicato de classe e sobre a sua opinião face ao apoio da central sindical. A líder responde que não concorda com divisões sindicais, *porque só beneficiam o patronato, mas a discussão devia ter sido feita antes e não durante o próprio Congresso*. Pelo conteúdo da entrevista entendemos a insatisfação das representantes do SSD no 1º Congresso da Intersindical, por não dedicarem tempo ao seu problema, de reconhecimento oficial por parte do Ministério do Trabalho. Elas precisavam da unidade sindical para lutarem e vencerem, mas eram mulheres e a maioria dos representantes dos outros Sindicatos eram homens. A repórter foi sensível e considera a longa entrevista, *rica de ensinamentos e reveladora da grande força e espírito de luta que possuem as mulheres revolucionárias do nosso país*⁴¹¹.

No mesmo ano, é comemorado o Ano Internacional da Mulher e o Movimento Democrático das Mulheres (MDM) promove o 1.º Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras. Conceição Ramos foi convidada como representante do Sindicato e apresentou uma comunicação que intitulou *a Mulher em Foco*. O Boletim do Sindicato, publica na íntegra a comunicação, em que é destacado o valor do trabalho das mulheres e a sua situação no mundo. Na sua apresentação pública Conceição Ramos destaca a condição das mulheres portuguesas empregadas domésticas: *“há milhões de pessoas que ainda não sabem ler e que morrem de fome, sem ter consciência para que vivem. As empregadas domésticas são uma parcela nessa situação. Somos descendentes de rurais para quem a vida era dura e difícil. Aos*

⁴¹⁰NORTADA - Jornal do Sindicato dos Bancários do Norte - *A participação das Empregadas Domésticas no 1º Congresso Sindical*, de 25 a 28.7.75, p. 5 e 7.

⁴¹¹VOZ DO POVO – *Para que a nossa luta vá p’ra a frente não pode ser obra de meia dúzia, diz-nos a camarada Conceição do Sindicato do Serviço Doméstico*, 31.08.1976, p.6.

oito anos em vez de ir para a escola tínhamos que começar a trabalhar, ajudar a remediar os problemas existentes no lar". Mais uma vez, chama a atenção para o *analfabetismo, a solidão, a falta de tempos livres, a dependência total dos patrões, a fraca assistência na saúde e na terceira idade*. Quase a terminar a sua intervenção faz um voto para que no final do ano de 1975 todas as mulheres possam dar as mãos e gritar: *nós somos felizes porque somos mulheres!* Finalmente apela à Intersindical, ao MDM e à Comissão da Condição Feminina que apoie, também, na prática, as aspirações das 100 mil trabalhadoras, que lutam pela sua libertação ao lado de todos os trabalhadores/as⁴¹².

As participações públicas, tendo como finalidade principal colher apoios junto de outras organizações, serviram para divulgação da luta do SSD, permitindo-lhe uma crescente visibilidade junto dos órgãos estatais, dos órgãos de comunicação e da sociedade em geral.

2.1.2. Os Estatutos

Logo após o 25 de Abril de 1974, as empregadas domésticas dedicaram-se, em simultâneo, à mobilização das colegas e à preparação dos Estatutos. Esta tarefa exigiu do grupo inicial conhecimentos sobre o assunto e a realização de imensas reuniões, por diversos locais, de modo a que todas colaborassem na elaboração do documento que iria reger o Sindicato. A multiplicidade de possibilidades de trabalho, característica deste grupo profissional, obrigava a que os Estatutos fossem redigidos de acordo com as características do próprio trabalho doméstico em casas particulares, assim como a inclusão de costureiras, jardineiros, motoristas e outros.

No aspecto formal os estatutos são documentos que obedecem a determinadas normas de organização - divisão por capítulos, artigos e respectivos itens. Na primeira parte, apresentava-se de forma rigorosa e com linguagem perceptível o nome do Sindicato, quais os/as trabalhadores/as que abrangia e quais os fins a que se propunham. Definiam-se as regras de admissão, direitos e deveres, que tinham de ser respeitados e cumpridos por cada associado/a. Era determinado o regime de funcionamento disciplinar, de forma a manter o rigor indispensável à eficácia de uma instituição. A segunda parte era dedicado às eleições dos respectivos corpos sociais, com a definição da composição, cargos, prazos estabelecidos para cada mandato e as condições que deviam ter quem se quisesse candidatar. Estabeleciam-se as regras de expansão, outros cargos e funções de membros para além dos corpos gerentes, a

⁴¹²BOLETIM DO SINDICATO DO SERVIÇO DOMÉSTICO, nº10 de Julho de 1976, p.3.

alteração dos próprios Estatutos, a dissolução ou liquidação, que poderia acontecer e teria de ficar definido.

Este foi o modelo seguido pelo SSD, descrito na generalidade, de que se ocupou a Comissão pró-Sindicato. Verificamos que o modelo que seguiram era semelhante ao utilizado pela Acção Católica, com secções autónomas e com órgãos regionais eleitos localmente. Os delegados eram eleitos pelas trabalhadoras de uma zona ou de um bairro, segundo um regulamento próprio, de acordo com as possibilidades da delegada eleita e dos meios que possuía para a sua acção.

A elaboração dos Estatutos foi um processo que conduziu ao debate e ao desenvolvimento de interesses comuns. Não foi um processo fácil, na medida em que era necessário integrar interesses tão diversificados e situações profissionais diferentes, onde o único ponto comum era o trabalho no espaço privado. Com a criação dos Estatutos, concretizou-se mais uma etapa na afirmação da identidade colectiva do SSD.

2.2. A sustentabilidade do Sindicato: o Boletim informativo e a Cooperativa.

2.2.1.O Boletim “As Empregadas Domésticas”

A Comissão Pró-Sindicato, logo que foi eleita, decidiu criar um boletim informativo. Era preciso continuar o trabalho de consciencialização já iniciado antes do 25 de Abril. O boletim foi um instrumento eficaz para fazer circular com regularidade as acções levadas a cabo pelas organizadoras e representantes do Sindicato entre as associadas. Nele aparecem as comunicações públicas e as negociações desencadeadas com as entidades políticas; divulgam-se as campanhas de alfabetização, relatam-se vivências sobre as dificuldades e/ou as conquistas no passado e no presente que agitam o sentir e incentivam solidariedades; apela-se à participação activa nas iniciativas de natureza cultural, recreativa e reivindicativa.

Era importante manter as colegas informadas sobre as negociações com o Ministério de Trabalho e motivá-las para se mobilizarem colectivamente para as imensas tarefas que planeavam. Participar nas reuniões realizadas regularmente em várias localidades, nas Assembleias-Gerais e nas manifestações; sensibilizar para se tornar militantes da sua zona, bairro ou freguesia; formar delegadas sindicais que esclarecessem e mobilizassem outras colegas. Surgem as convocatórias, os comunicados, as moções aprovadas em Assembleias; o calendário das diferentes actividades e esclarecimentos sobre decisões tomadas.

Nos primeiros números informam as razões da criação do boletim “um espaço para a empregada doméstica falar dos seus problemas, para analisar e discutir e promover a classe”. Argumentam terem sido incompreendidas, postas à margem, olhadas com certo desdém e exploradas, por quererem realizar o papel de pessoas conscientes, iguais a outras na construção de uma sociedade livre, sem classes, nem distinção de pessoas. Manifestam a vontade de lutar “*pelos direitos e regalias e que a profissão seja reconhecida como qualquer outra de trabalhadoras solidárias com as mulheres que trabalham no campo, nas fábricas e nas oficinas*”. O boletim era um elo de ligação e de apoio entre elas.

É através do Boletim que manifestam a sua solidariedade com outros trabalhadores, e procuram a união de todos/as em torno de causas comuns, na luta contra a desumanização, porque “*só solidárias e unidas se conseguirá o Portugal mais justo e humano onde não haja exploração de classes, onde todos tenham o seu devido lugar*”. Apela ainda à solidariedade internacional dos trabalhadores, mencionando o caso particular do Chile, que denominam ‘*Nação dominada brutalmente pelo capitalismo e imperialismo*’.

O testemunho das humilhações vividas pelas empregadas domésticas descritas nos boletins desperta outras colegas com situações idênticas a abrir os olhos e a tornarem-se solidárias e a lutar pelos seus direitos. Elas descrevem a situação de trabalhadoras internas, que por não terem casa própria nunca chegam a constituir família e ficam a servir até à velhice, comendo as sobras, sem um quarto para terem privacidade, não podendo dispor de tempo para namorar, estudar ou divertir-se. Apresentam as dificuldades das que casam e vão viver para casebres sem condições e que têm de trabalhar em duplicado, quase não tendo tempo para dormir. A par dos problemas descritos, dão a conhecer alternativas de trabalho, que no seu conjunto, consideram necessárias para a “*reconversão da profissão*”, como o serviço ao domicílio, as creches, os infantários, a administração de cantinas em escolas e em fábricas e outros serviços. “*Reconversão da classe*” é no entanto a grande meta do SSD. Nesse sentido, as trabalhadoras operaram já uma actualização de vocabulário: *trabalhadora doméstica externa, trabalhadora doméstica interna e serviço ao domicílio*.

O Boletim é também veículo de alerta e de esclarecimento às notícias que surgem nos jornais. Muitas das publicações deturpavam os acontecimentos e não eram fiéis aos discursos pronunciados. Um dos exemplos da acção de esclarecimento mais significativo é dado acerca

das notícias publicadas no *Jornal Bem-Fazer*, órgão da Obra de Sta. Zita (OPFC)⁴¹³, onde os acontecimentos ocorridos a 19 de Maio de 1974, referidos anteriormente, apareciam falseados.

Com múltiplas funções, o boletim desempenhou o seu papel na consolidação do SSD. Ao cumprir a sua função informativa acabou por se transformar num instrumento pedagógico, importante para a formação das associadas, como iremos ver mais adiante.

2.2.2. A fundação da Cooperserdo para a “reconversão da classe”

Uma organização para ser planeada e construída tem de obter prioritariamente capital humano e financeiro. Não chega a boa vontade e o desejo dos/das organizadores/as para que nasça e se desenvolva. A criação da Cooperativa veio a constituir a resposta para as dificuldades sociais e financeiras sentidas. A organização de todos os serviços em Cooperativa garantia postos de trabalho e meios financeiros para o pagamento das eleitas representantes da Comissão Pró-Sindicato.

A ideia de fundar uma Cooperativa surgiu, inicialmente, para resolver os problemas daquelas que ficavam desempregadas, dando-lhes alojamento, alimentação e uma alternativa de trabalho.

A Cooperserdo!... Eu, ainda me lembro, ia daqui (Lisboa) para a Figueira da Foz fazer uma reunião do Sindicato, via os trabalhadores e pensava: qual a resposta que lhes podia dar?...O Sindicato começava a exigir e as patroas punham-nas na rua e qual a nossa responsabilidade. Daí o criar a alternativa. Isto foi depois do 25 de Abril⁴¹⁴.

Os jornais noticiavam o projecto do Sindicato em marcha. Este projecto não era bem aceite pela maioria dos patrões/patroas. Assim que as empregadas manifestavam as suas reivindicações, eram despedidas. Por sua vez, algumas famílias ricas estavam a fugir para o estrangeiro, lançando no desemprego todo o pessoal que tinham ao serviço. Eram frequentes as notícias sobre o abandono das casas e das empregadas. O *Diário de Lisboa*⁴¹⁵ publica o caso da família de um banqueiro *que se exilou em Paris*, deixando o pessoal doméstico, sem lhes dar uma satisfação. *O banqueiro deixou quatro criadas no palacete da Lapa, que não era a sua única residência*. Estas foram obrigadas a deixar a propriedade pela polícia. O SSD teve

⁴¹³JORNAL BEM-FAZER, Setembro 1974.

⁴¹⁴Cf. 1ª. Entrevista, Conceição Ramos. Anexo: A: nº1, p.1.

⁴¹⁵*Diário de Lisboa - Banqueiro despede “criadas” com uma ajudinha da polícia*, 09.03.76, 1ª.pag.

conhecimento e tentou resolver o problema pelo menos no pagamento dos salários em débito. Um das empregadas trabalhava lá há 16 anos e outra há 10 anos. A necessidade urgente de um espaço para alojar as colegas que eram despedidas e não tinham casa nem família para permanecerem até arranjam novo trabalho preocupava a Comissão pró-Sindicato. Por sua vez, ao reflectirem sobre esta problemática, perceberam que o aumento da repressão por parte dos patrões impedia a sindicalização de muitas colegas, com medo do despedimento.

A criação da cooperativa foi uma iniciativa que acabou por desencadear a prestação de outros serviços, que conduziram à reconversão da classe.

*Abrimos restaurantes, lavandarias, creches, trabalho ao domicílio: em empresas, escolas e casas particulares e, assim fomos crescendo, conseguindo postos de trabalho para empregadas domésticas*⁴¹⁶.

Entre tantos serviços criados, surge o de Agência de colocação de empregadas domésticas e de mulher – a - dias. Passado pouco tempo, surge a notícia de já terem a funcionar “dois refeitórios, um em Lisboa e outro no Porto” onde serviam diariamente cerca de 200 refeições⁴¹⁷.

Quando começaram a servir refeições económicas, os jornais noticiam, o que faz elevar o número de procura dos seus refeitórios populares. As refeições eram servidas a um preço económico, bem servidas e confeccionadas, o que originou uma grande afluência de clientes. No Porto, os donos dos restaurantes da zona da Boavista, ao sentirem o seu negócio a diminuir, apresentaram queixa na judiciária e desencadearam um processo litigioso contra a cooperativa. Esta acabou ilibada por não ser considerada um estabelecimento de Serviço de Hotelaria aberto ao Público⁴¹⁸.

Para além do serviço de refeições, as cooperadoras tinham outros projectos em mente, como ficou claro nos Estatutos, mas primeiro tinham de angariar fundos para abrir creches e lavandarias. As dirigentes sindicais não abandonam a ideia da reconversão da classe e à medida que experimentam o trabalho doméstico executado colectivamente confirmam ser a Cooperativa a alternativa ao trabalho doméstico isolado em casa dos patrões. Assim, assumem-se sindicalistas e cooperativistas, simultaneamente e com todas as consequências inerentes à árdua tarefa de dirigirem duas instituições em simultâneo.

⁴¹⁶Helena Freitas, anexo A, nº. 10, p.2.

⁴¹⁷DIÁRIO DE NOTÍCIAS - *Reconversão da Profissão de trabalhadora Doméstica*, 11.12.1976; GAZETA DA SEMANA - *Sindicato do Serviço Doméstico - Reconverter a profissão até à extinção dos seus moldes actuais*, 04.11.1976.

⁴¹⁸PÁGINA UM - *Cooperserdo. Multada por dar refeições baratas*, 13.09.1976.

O processo de expansão da Cooperserdo não foi fácil. À semelhança do que acontecia com o Sindicato, a cooperativa iniciou o seu funcionamento ainda por legalizar. Para oficializar a Cooperativa tiveram de aprender a redigir os Estatutos. Os membros da Comissão pró-Sindicato, do Porto, ficaram responsáveis pela sua redacção, obtendo ajuda da *Federação das Cooperativas*. Os estatutos foram aprovados em Assembleia Nacional e registados com o nome Cooperativa Operária de Prestação de Serviços Domésticos (Cooperserdo), com Sede no Porto. As primeiras reuniões realizadas serviram para apresentar o que se entendia por uma Cooperativa, uma vez que a grande maioria das associadas não estava a par das finalidades de uma instituição desta natureza.

Os Estatutos da Cooperserdo remetiam para o Regulamento interno, que era necessário para o funcionamento interno das cooperadoras ou das empregadas domésticas acolhidas provisoriamente. Os serviços administrativos também funcionavam no mesmo espaço em que também funcionava o secretariado do SSD. O refeitório situava-se no espaço maior da casa, em mesas compridas, para permitir maior quantidade de pessoas ao mesmo tempo a almoçar. Os quartos para dormir situavam-se no último piso, para maior privacidade. Ainda aproveitaram os restantes espaços para o funcionamento da creche/infantário e lavandaria. Esta multiplicidade de serviços exigia regras específicas, muita organização e gestão. O maior problema para as iniciadoras foi o dormitório, espaço relativamente pequeno para as carências que surgiam e que era provisório e que muitas empregadas domésticas se apoderavam como um quarto alugado para sempre, acomodando-se e esquecendo o fim para que tinha sido criado.

3. Notícias que vêm a público. O exercício do contraditório

Alguns jornais apresentavam artigos de opinião ou cartas apresentadas à Redacção, convenientemente identificadas de patrões e patroas a falarem sobre as reivindicações das empregadas domésticas. Explicando com pormenores os pontos em que estavam em desacordo e também aqueles que concordavam. A Comissão Pró-Sindicato arquivava todas as notícias referentes a empregadas domésticas e respondia comentando a notícia e esclarecendo as deturpações dos objectivos do Sindicato e das suas reivindicações.

Encontramos no jornal “A Capital”, em 1974, uma carta em que a autora se identifica como doméstica, mas com categoria de dona de casa. Afirma *estar a par das reuniões, queixas*

e reivindicações das empregadas domésticas a que dá todo o apoio. Argumenta parecer - lhe necessário terem uma reforma e todas as regalias a que qualquer ser humano tem direito, por gastarem todas as faculdades no trabalho, que lhe diz respeito. Seguidamente lança perguntas, como seja a questão dos salários. “As empregadas domésticas querem ganhar e os patrões que precisam de ter empregada para cuidar dos filhos e idosos como podem pagar?” E ainda sobre a possibilidade de fazerem greve, a autora da carta, diz com ironia: “Greve...só se ficar sentada no quarto, em greve de zelo”. Reporta-se também aos despedimentos da seguinte forma: “como se não há-de despedir uma empregada que ensina a crianças de 4 e 5 anos coisas vergonhosas?... Não seria legítimo mandá-la para a cadeia?” Protesta contra o horário de 8 horas e salário igual. No entanto, aceita que há boas empregadas que merecem consideração, e, são tratadas como família. A carta termina com alguns conselhos às empregadas domésticas em que abunda um tom paternal, de conciliação e moralizante:

*“Todas as vidas têm espinhos. Não vos lastimeis e pensai que se tiverdes frio podeis aquecer-vos, se vos apetecer um café quente, tomai-lo. Sois as segundas donas de casa. Estimai-nos, estimai as criancinhas que vos forem confiadas e assim fareis parte da nossa família, pois quem meu filho beija minha boca adoça”*⁴¹⁹.

Conceição Ramos⁴²⁰ ainda a trabalhar em casa dos patrões responde à carta, exercendo o seu direito de resposta, como representante das empregadas domésticas, começando por informar que já tem todas as condições de trabalho, mas que as suas colegas não têm. Começa por dar razão à articulista quando afirma que *os patrões não podem pagar*, acrescentando que *não são as empregadas domésticas que têm obrigação de trabalhar para quem não pode pagar*. Lembra ainda que há muitas “mulheres que deixam os filhos sós em casa, para ir cuidar dos filhos dos outros e ninguém se preocupa”. Não nega o valor das patroas que gastaram dinheiro a valorizar-se, mas interroga qual a razão porque as empregadas domésticas não tiveram essa possibilidade? *Pensa que foi por falta de inteligência?* E responde: Foi por falta de dinheiro! Também pergunta: *Para onde deviam ir «os patrões» que atentam contra a dignidade das empregadas domésticas?* Na opinião desta dirigente “cada um em sua casa é que está bem”. Termina com um apelo para a senhora se deixar de *paternalismos*, ao dizer que

⁴¹⁹SANTOS, H. Trigo. - in A CAPITAL - às Empregadas Domésticas (Coimbra),14.08.1974; REVISTA CRÓNICA FEMININA - Carta Aberta, 29.8.74.

⁴²⁰RAMOS, M. Conceição in A CAPITAL - Empregada Doméstica Responde, 7.11. 1974.

*são tratadas como família: Só queremos que nos respeitem em toda a dimensão da nossa dignidade. E se a profissão é tão boa, seria capaz de criar uma filha para pôr a servir?*⁴²¹

Numa entrevista dada ao jornal “Republica”, Conceição Ramos explica a razão porque alguns patrões bastante ricos contestam *as reivindicações de direitos sociais - tempos livres, folgas, feriados e férias*” porque estas alteram mais a vida dos burgueses do que se pedisse mais dinheiro, mas o que está em causa na sua luta é sobretudo a falta de tempo para o seu desenvolvimento pessoal. Ela coloca acima do próprio salário a valorização pessoal de cada empregada doméstica, para ser capaz de viver independente, ter um ordenado de acordo com as funções que desempenham, sem produzirem trabalhos inúteis, de etiquetas, como servir um copo de água à patroa, que não está doente e o pede por comodismo, ainda que pague melhor ou mesmo ordenados exagerados. Isso impediria que as patroas/patrões com menos posses contratassem empregada quando precisassem e estas *“não tivessem tempo livre para participar na vida sindical, terem vida própria, e viverem dependentes, debaixo do mesmo tecto noite e dia, sem quaisquer regalias sociais”*⁴²².

O jornal “Diário de Notícias”, numa carta devidamente assinada contestava a reivindicação do salário mínimo, por estas não terem encargos directos nem despesas de alojamento, *“e tudo o mais que é uso ser-lhes prestado por quem elas servem”* Sempre que estas notícias vinham a público, a direcção em exercício, no SSD escrevia a responder e a esclarecer a má interpretação que era feita às suas reivindicações. Os patrões/patroas não aceitavam que se estivesse num novo paradigma em que as empregadas domésticas tivessem o direito de constituir família, de viver e ter a sua casa ou até quarto alugado, horário de trabalho, folgas e férias⁴²³.

Não era fácil para os patrões, que se habituaram a ver na empregada doméstica a criada súbdita, ouvir falar desta forma e a dar conselhos aos patrões. Estes não compreendiam a mudança e a necessidade de encontrar outras formas para a solução dos seus problemas. Inesperadamente tudo mudava - a sociedade e não apenas a política. As empregadas domésticas mais conscientes compreendem a situação dos patrões que precisam dos seus serviços, que têm um nível de vida e até compromissos de trabalho, que lhes exigem apoio nos serviços domésticos, nos cuidados dos filhos e dos idosos. Daí começarem a pensar nas

⁴²¹ BOLETIM INFORMATIVO EMPREGADAS DOMÉSTICAS - nº 2/3, Agosto/Setembro, 1974, p. 2.

⁴²² JORNAL REPUBLICA - *As empregadas domésticas estão em situação de total dependência - declarou-nos uma dirigente do SSD*, 11.04.1975, páginas centrais.

⁴²³DIÁRIO DE NOTÍCIAS - *O problema do ordenado das empregadas domésticas*, 24.10. 1975.

alternativas em que o seu contributo seria necessário e que abriria novas perspectivas sobre a própria profissão.

As notícias sucedem-se nos jornais com as lamentações das empregadas domésticas por continuarem a ser, após 48 anos, as “*escravas da burguesia, terem de executar, quer de noite quer de dia, sem nenhum direito todo o tipo de serviços*”. Nenhuma oportunidade é perdida para apresentarem as razões das suas reivindicações, como é o caso do 13º mês. Recusam esmolas ‘ “*mas queremos que o nosso trabalho seja remunerado como deve ser*”⁴²⁴.

A feminista Maria Antónia Fiadeiro escreve na *Revista Modas e Bordados* um artigo dirigido às donas de casa com empregadas ao seu serviço. Chama a atenção para a injustiça feita às empregadas domésticas por não serem atingidas pela Lei Geral do Trabalho e explica:

*“Não é desprezo, ser criada, não é desprezo trabalhar (...) o que é, desprezo é trabalhar sem direitos e sem regalias, seja qual for a profissão, ou não? O que é desprezo é explorar o trabalho de outrem, ou não? Ter empregada doméstica tem sido um privilégio para uma minoria de famílias portuguesas. Quem nega?”*⁴²⁵.

Estas interrogações de uma mulher feminista eram simultaneamente afirmações inegáveis, para qualquer leitor/a por mais que lhes custasse a admitir. No texto, a autora admite a necessidade do serviço da empregada doméstica: *Muitas famílias precisam, de facto, de alguém que lhes assegurem a lida da casa, os filhos, etc., quando pai e mãe trabalham ou quando existe alguém de idade em casa. Como resolver a situação?* Mas também compreende a situação das empregadas domésticas que são mães e têm de encontrar uma solução porque precisam de trabalhar. E em defesa das empregadas domésticas afirma: *Elas só querem é a dignificação do seu trabalho. Quem o não quer? Qual das patroas gostaria que a sua filha fosse empregada doméstica, nestas condições?*

As palavras de Maria Antónia Fiadeiro na revista *Mulher - Modas e Bordados* opõem-se às de H.T. escritas na “*Crónica Feminina*”. Duas mulheres, duas revistas dirigidas ao público feminino e duas formas diferentes de olhar a mesma realidade, na mesma época. Revelam a diferença ideológica das autoras destas notícias, muito frequentes nos anos 74 e 75. Período de mudança de social, terrivelmente difícil para quem tinha privilégios mas também, para quem não usufruía dos direitos fundamentais e se manifestava abertamente, sofrendo com isso a hostilidade dos patrões.

⁴²⁴REPÚBLICA - *As empregadas domésticas tomam a palavra*, 17.10.1975.

⁴²⁵FIADIRA, M. Antónia - *MULHER -MODAS E BORDADOS, Chegar à Fala*, 15.10.1975.

Na rubrica “*Mulher e o Trabalho*”- com o título “empregadas domésticas” surge uma longa entrevista conduzida por Susana Vasques, com fotos de Octávio Paiva e algumas fotos de arquivo de Conceição Ramos, em que esta conta “*como surgiu a organização do Sindicato e como ela própria se acha à cabeça deste movimento de libertação das mulheres*”⁴²⁶.

Nos mais variados jornais escreviam-se artigos sobre as empregadas domésticas, em que se destacava sempre a lamentação dos patrões pelas serviçais /criadas de servir de então, não serem como as de antigamente. Os patrões exaltavam ‘*as criadas do passado dos anos 50 e 60 que eram humildes, trabalhadoras, como se fossem da família*’. Inclusivamente trabalhavam como escravas e executavam até altas horas da noite imensas tarefas. Levantavam-se cedo para ir buscar o leite e o pão para o pequeno-almoço. ‘*As tarefas duras de ter de acender o fogão e o ferro a carvão, lavar no tanque com as mãos em feridas, comerem os restos, etc.*’A notícia dum colaborador do JN lamenta elas ‘*serem exigentes, desarrumadas e ladras*’ e termina o artigo com humor sarcástico. *De criadas passaram a empregadas domésticas, pelo que só resta às donas de casa regressarem a criadas das empregadas domésticas*⁴²⁷.

O SSD reagiu ao extenso artigo⁴²⁸, o que originou um novo artigo do colaborador do JN de resposta considerando agressiva a resposta e fá-lo também com agressividade⁴²⁹. Outros artigos neste género surgiram nos jornais, de lamentação pela mudança operada nas ex-criadas de servir, o que dificultava os hábitos da maioria das patroas e provocava uma guerra constante entre umas e outras. *Se há deveres também há eitos e vice-versa* autor da notícia transcreveu a resposta com alguns comentários

As notícias enfatizavam os deveres das empregadas domésticas até à aprovação da Regulamentação de Trabalho, o que só acontece anos mais tarde.

Na “Voz do Trabalho” surge uma carta, assinada por uma patroa da Amadora, dizendo ter ficado desorientada com o artigo do jornal, que segundo relata as empregadas domésticas pretendem férias e subsídio de Natal e um ordenado de 4.000\$00 com desconto de 1000\$00 para alojamento e alimentação. Contesta e apresenta a situação da mãe, professora primária aposentada, com 80 anos, que precisa de uma serviçal. Na mesma página surge a resposta de duas empregadas domésticas com o seguinte título: *Não conhecemos empregadas domésticas que tenham vindo servir por gostar*. Aí explicam a justeza das suas reivindicações porque

⁴²⁶REVISTA MULHER MODAS E BORDADOS - *Trabalhadoras em casas de famílias*, 15.10.1975, pp.9-12.

⁴²⁷JORNAL NOTÍCIAS - *De criada de Servir a Empregada Doméstica*, (M.COSTA), 9.11.76.

⁴²⁸JORNAL DE NOTÍCIAS - *Da Criada de Servir à Empregada Doméstica*, 14.11.74.

⁴²⁹JORNAL NOTÍCIAS - *Empregadas Domésticas assunto que ainda mexe*,(M COSTA), 21.11.1976.

também são mulheres com doenças e mães doentes e idosas e ainda por cima exploradas, *que a sociedade burguesa se habituou a ter. Uma vida facilitada a troco de um salário segundo a sua vontade. Apresentam várias hipóteses de solução como: se não pode pagar um mês, paga uma semana, uma hora, etc. Se não quer dar alimentação e quarto também tem outra alternativa.* E terminam colocando a questão dos doentes e idosos como um problema social para o qual é necessário uma resposta colectiva: *Também nos parece, aliás, temos a certeza, que não devemos ser sós a ter a preocupação de certos problemas, nomeadamente quando alguém está doente e não pode estar só, mas sim toda uma sociedade que se organize ao serviço das pessoas*⁴³⁰.

Num artigo assinado por M. K. esta apresentou o testemunho de uma empregada doméstica de quem não refere o nome, que testemunha a sua ida para Lisboa trabalhar e a solidão que sentiu. Fala ainda de todo o trabalho desenvolvido muito antes do 25 de Abril com as colegas e na JOCF e informa estarem inscritas em Lisboa 4.000 sócias sem se encontrarem regulamentadas, porque a lei permanece nas gavetas do Ministério do Trabalho⁴³¹.

4. A luta pela legalização do Sindicato do Serviço Doméstico

Entretanto, as empregadas domésticas associadas da Obra de Sta. Zita, mantiveram-se em silêncio durante alguns meses. Não apareciam notícias nos jornais, apenas as colegas que se integraram em Comissão Pró-Sindicato desconfiavam de que algo se estaria a passar, pelo impedimento que tiveram ao tentar participar numa reunião realizada na Sede da Obra.

A Comissão Pró-Sindicato já tinha entregue no Ministério de Trabalho os Estatutos e as 2.000 assinaturas pedidas para registo do Sindicato do Serviço Doméstico, nome que o colectivo tinha designado. Porém, continuavam a trabalhar e aguardar a sua aprovação pelos Ministério do Trabalho.

No espaço de 3 meses as “Zitas” angariaram as assinaturas exigidas, elaboraram os Estatutos de acordo com os princípios da Obra⁴³² e entregaram no Ministério do Trabalho para ser registado. O Jornal “Voz do Povo” escrevia na coluna “Vida Sindical breves notícias” que a pretensão das empregadas domésticas sócias da Obra de Sta. Zita era “*formar um Sindicato*

⁴³⁰VOZ DO TRABALHO - *Vamos todas para Empregadas Domésticas?*10.12.1975.

⁴³¹GAZETA DA SEMANA - *Um Sindicato que luta por modificar as coisas*, 16.06.1976.

⁴³²Na entrevista realizada à religiosa secular da Obra de Sta. Zita, que exigiu o anonimato, ela declarou que as criadas de servir eram na sua maioria analfabetas e por isso tinha sido a actual Directora da Obra juntamente com outra colega, também religiosas, ambas a estudar, que elaboraram os Estatutos do SLED.

*Livre das Empregadas Domésticas no qual não seriam admitidas comunistas” e acrescenta “como se vê, a reacção camuflada de cristianismo e anticomunismo, tenta levar avante a cisão nos sindicatos, tentando dividir as trabalhadoras para melhor impor a sua exploração”*⁴³³.

A Comissão pró-Sindicato ao ter conhecimento desta iniciativa iniciou uma longa luta, para impedir que a Obra de Sta Zita, como instituição de formação de Criadas, conseguisse o registo do Sindicato e anulasse os Estatutos que tinham sido entregues pela Comissão e que permaneciam fechados na gavetas do Ministério do Trabalho.

A Comissão pró-Sindicato juntamente com um advogado reuniu toda a documentação existente até ao momento, desde notícias de jornais a comunicados e cartas enviadas por algumas sócias da Obra a colegas a desmobilizá-las, porque iam constituir um Sindicato sem as “comunistas”⁴³⁴ e contestaram a forma como foram redigidos e entregues para aprovação, sem a *participação das empregadas domésticas e na defesa dos interesses dos patrões*. Perante uma notícia emitida pelo Diário de Notícias do SSD, com o título “Empregadas domésticas contra formação de um segundo Sindicato”, o SLED enviou um comunicado ao mesmo Jornal em que afirmavam “que o organismo foi criado em assembleia magna da classe, reunida em 10 de Novembro de 1974, tendo sido aprovados os respectivos estatutos e eleitos os corpos sociais”⁴³⁵. No Jornal “A Capital”⁴³⁶ surge a notícia de que ambos os Sindicatos (SSD e SLED) defendem os seus interesses, sendo o primeiro “simpatizante da CGTP” e o segundo “associação paralela”. As promotoras do SSD afirmam que a sua constituição começou “*por um movimento de consciencialização*”, antes do 25 de Abril, e que após essa data “*tomou uma nova força e assumiu novas formas*”. As duas instituições indicam os locais onde têm as delegações. E que eram as Casas da Obra de Sta. Zita e da JOCF/LOCF, o que confirma a diferença entre elas.

A comissão Pró - Sindicato transcreveu no seu Boletim n.º 7 o comunicado que distribuíram ao serem surpreendidas com o registo do Sindicato Livre das Empregadas Doméstica - SLED. As dirigentes do SSD devido à confusão com o nome do SLED decidiram alterar o nome do Boletim *Empregadas Domésticas* para Boletim do *Sindicato do Serviço Doméstico*⁴³⁷. Nesse número fazem uma crítica ao Ministério do Trabalho por ter legalizado o

⁴³³VOZ DO POVO - *As católicas querem um Sindicato Livre*, 17.12.1974.

⁴³⁴Designação dada pelas empregadas domésticas ligadas à Obra de Sta. Zita às militantes da JOCF.

⁴³⁵DIÁRIO DE NOTÍCIAS - *Esclarecimento do Sindicato Livre de Empregadas Domésticas*, 3.02.1975, p.8.

⁴³⁶A CAPITAL - *Empregadas Domésticas defendem interesses*, 18.02.75.

⁴³⁷BOLETIM INFORMATIVO E FORMATIVO SINDICATO DO SERVIÇO DOMÉSTICO, nº8, de Julho 1975.

Sindicato formado pela Obra de Sta. Zita e as patroas benfeitoras, quando já se tinham organizado muitos anos antes e serem as próprias empregadas domésticas as protagonistas.

Entretanto o Ministério do Trabalho (MT) propôs uma fusão com o SLED, o que foi recusado pelo SSD, que justificou a razão de não aceitarem a proposta pelos diferentes interesses de classe que cada uma defendia e também com a sua pretensão de ver o Sindicato Livre independente da Igreja, do Estado e dos partidos. Esta fundamentação do SSD é fruto da aprendizagem política colectiva, que o momento proporcionava, assim como da sua formação na JOCF e LOCF, como testemunham nas entrevistas. Elas queriam seguir uma linha de consciencialização já iniciada, para obterem mais conhecimentos, mais cultura a nível social, político, sindical e cooperativo. No percurso das empregadas domésticas militantes da Acção Católica era visível a sua formação cristã, reflectida, aberta, politicamente esclarecida e já habituadas ao trabalho em grupo, a movimentação e a contactos que a pertença a essas organizações proporcionava.

A sua organização do Sindicato visava exigir os seus direitos, a sua autonomia, constituírem vida própria, independente da entidade patronal, mas como profissionais. Verificamos que paralelamente com notícias informativas, as convocatórias emitidas pelo SSD fazem o convite não só para a discussão dos assuntos reivindicativos mas também para tomarem decisões como seja a adesão a outras instituições de âmbito mais lato: à Intersindical, à Comissão da Condição da Feminina, etc.

Em resposta às propostas conciliatórias e de subordinação ao SLED feitas pelo Ministério do Trabalho, as líderes do SSD convocaram uma Conferência de Imprensa, que foi noticiada em vários jornais. Nela esclareceram os jornalistas sobre todos os procedimentos efectuados desde 1974 até àquela data para conseguirem a aprovação dos Estatutos e anunciam uma manifestação em Lisboa e no Porto⁴³⁸. Como resultado foram recebidas pelo Secretário de Estado Marcelo Curto, que lhes prometeu no prazo de 15 dias, após a distribuição pelos vários Ministérios, pronunciar-se sobre a sua viabilidade.

A Comissão pró - Sindicato já apresentava 5 mil associadas, mas continuava sem a aprovação dos Estatutos e a regulamentação de trabalho, que pusesse fim à desigualdade e

⁴³⁸DIÁRIO POPULAR - *Manifestação de Empregadas Domésticas*, 07.06.1976; O PRIMEIRO DE JANEIRO - *Empregadas Domésticas Querem Salário Mínimo Nacional como os outros trabalhadores - Concentração defronte do Ministério de Trabalho (Lisboa)*, 08.06.1976.

precariedade contratual. Neste contexto a Comissão Pró - Sindicato decidiu lançar um inquérito⁴³⁹ às empregadas domésticas com questões baseadas em três aspectos:

- 1º *Conhecimento das condições concretas de trabalho;*
- 2º *Defesa dos interesses da classe;*
- 3º *Promoção e libertação da classe.*

O inquérito foi distribuído nas assembleias que realizavam, com o objectivo de conhecerem melhor os problemas que tinham as colegas, quando exigiam aos patrões direitos ainda não legislados. E simultaneamente dar-se a conhecer como organização associativa de *empregadas domésticas para empregadas domésticas*.

As perguntas exigiam respostas escritas, outras apenas uma simples cruz, inserida no quadradinho. Na primeira parte fica-se a conhecer a idade, o local de nascimento se na Província ou na Cidade, a idade em que começaram a trabalhar e aonde. Também as profissões dos pais, há quantos anos estavam a trabalhar e se tinham contracto de trabalho. Na segunda parte as perguntas levavam as inquiridas a responderem se precisavam ou não de um Sindicato para a sua profissão; se conheciam alguma tentativa de formação de Sindicato e ainda um elenco de frases para que a inquirida escolhesse e pensasse, qual a utilidade do Sindicato e porque exerciam a profissão de empregada doméstica. Questionavam ainda se frequentaram a escola e até quando. A terceira página apresentava perguntas dirigidas ao trabalho: quantas horas trabalhavam, se tinham folga e em que dia da semana; como era o quarto que ocupavam e alimentação. Na última página as perguntas incidiam sobre a escolha do trabalho, o que as impedira de ter outro trabalho, quanto ganhavam, se ficavam com o ordenado, com quem passavam os tempos livres e se descontavam para a Caixa de Previdência. O espaço final estava reservado a sugestões que quisessem colocar.

Vários jornais divulgavam as conclusões a que chegaram as empregadas domésticas, quer através do inquérito lançado, quer nas Assembleias que realizavam⁴⁴⁰.

No Jornal “*O Trabalhador*” dá-nos a conhecer a acção desenvolvida pelas empregadas domésticas que trabalhavam em casa de patrões Americanos na Base das Lajes, nos Açores. O jornal fala da importância que teve para as trabalhadoras que já estavam filiadas no Sindicato do Serviço Doméstico (SSD) terem apresentado as suas reivindicações salariais e outros direitos porque segundo o jornalista “*são pessoas com direitos e aspirações que se devem*

⁴³⁹Exemplar do inquérito de uma jovem de Cabo Verde, nascida em 1958.

⁴⁴⁰DIÁRIO POPULAR - *Sindicato das Empregadas Domésticas*, 21.09.74; DIÁRIO DE NOTÍCIAS - *Reivindicações das Empregadas Domésticas*, 19.09.1974; DIÁRIO DE LISBOA - *Empregadas Domésticas precursoras da Reivindicação*, Gina F., 10.10.1974.

respeitar”⁴⁴¹. Esta notícia torna visível a acção sindical das dirigentes e delegadas sindicais, mesmo antes do Sindicato ser reconhecido pelo Ministério do Trabalho. A sua actividade não se limitava à divulgação nos órgãos de Comunicação e a trabalho de atendimento em gabinete. Elas deslocavam-se pelas várias freguesias, sobretudo nas grandes cidades a fazerem um trabalho de porta a porta, para contactarem as colegas que tivessem problemas e receassem represálias por parte dos patrões⁴⁴².

Muitas notícias saídas nos jornais diários, semanários e revistas, dão a conhecer o percurso do SSD e evidenciam muitos deles a acção de Conceição Ramos, como pioneira, a que se seguiram outras mulheres igualmente tão importantes como ela. De vez em quando surge também uma ou outra rubrica, como é o caso do artigo de Mário Castrim que encontramos na coluna intitulada *Canal da Crítica*⁴⁴³. Esta crónica comenta a entrevista televisiva e revela a importância da líder sindical e as suas múltiplas capacidades que não passaram despercebidas na época. Ela juntamente com as colegas conseguiram imprimir ao trabalho sindical a capacidade de organização da classe e a importância da mulher trabalhadora, até então ignorada. O cronista comenta e assinala a intervenção de Conceição Ramos e das colegas

Um verdadeiro Sindicato, e não mais uma sucursal da sujeição, conduziu a emissão com muita inteligência e tacto. Não se limitou a apontar as condições difíceis em que as suas companheiras viviam na terra e continuaram depois a viver em Lisboa: apresentou-lhes depois outras perspectivas, a tomada da sua consciência, da sua impotência social, da sua condição de trabalhadora. Apontou para a necessidade e para a possibilidade de uma reconversão – e isso era como se já estivesse a mostrar-lhes a vantagem de se unirem, de se organizarem.

Para além dos jornais portugueses várias organizações de Mulheres, também entrevistavam as dirigentes sindicais - da Finlândia, Holanda, Bélgica e de outros países-, ao deslocarem-se a Portugal para conhecerem e colaborar com as iniciativas, que emergiam e surgiam nos jornais. Dirigiam-se à Sede do Sindicato e algumas permaneciam semanas, quer a participar quer a investigar a actividade desenvolvida pelas dirigentes sindicais, dando o seu contributo e incentivo temporário na prossecução dos objectivos traçados. Este era o timbre da solidariedade das organizações de Mulheres. E também do SSD e da Cooperserdo ao solidarizar-se com problemas pessoais que qualquer empregada doméstica tivesse. Ainda em

⁴⁴¹O TRABALHADOR - *Empregadas Domésticas dos Americanos esperam uma resposta oficial às suas reivindicações*, 09.11.1974, Angra do Heroísmo – Açores, p.6.

⁴⁴²A CAPITAL - *Empregadas Domésticas repudiam fixação de Salário Mínimo*, em 10.03.1976; DIÁRIO POPULAR - *Empregadas Domésticas - Contrato, sim - salário mínimo, não*, 12.03.1976.

⁴⁴³DIÁRIO DE LISBOA - *Da História de D. Micas à Luta de Maria da Conceição*, 20.02. 1976.

1975 o SSD emite um comunicado a dar a conhecer as conclusões a que chegaram sobre a condenação de uma colega que fora *condenada em 14 anos de prisão maior e multa de 50 contos*, por infanticídio. Reflectem sobre as causas do acto cometido sobre o filho, que ocultou no seu ventre silenciosamente durante 9 meses e também sobre a condenação que lhe foi aplicada, sem ter tido um advogado de defesa e ficando livre de qualquer condenação o homem que a enganou, engravidou, roubou e fugiu...Uma brochura intitulada *Alzira. História de uma Mulher*⁴⁴⁴ conta a vida da Alzira, uma jovem de 25 anos, mãe solteira, que viera servir para a cidade do Porto, para ajudar a sustentar o filho. As páginas seguintes narram a história dramática da Alzira⁴⁴⁵ e as razões que levam empregadas domésticas a situações como aquela. Vários Jornais⁴⁴⁶ relataram a notícia do acontecimento. Também na brochura surge uma reflexão sobre a contraceção, o aborto e as condições em que estes são realizados. Termina com o testemunho do que tentam fazer as Mulheres do Sindicato do Serviço Doméstico para ajudarem a Alzira, para que a pena lhe seja reduzida, prontificando-se a arranjam um advogado gratuito e a apoiar a sua família, que era muito pobre. Informam ainda que uma equipe de cinema realizou um filme sobre Alzira que foi projectado na Televisão no mês de Janeiro de 1976. Apresentam extractos de entrevistas que a Revista *Mulher* realizou a Conceição Ramos e a Maria Angélica, assim como pequenos extractos da Revista *Vida Mundial*, de 14.8.1975 sobre a situação das mães solteiras.

Outro testemunho de solidariedade do SSD é publicado no Jornal *Página Um*, pela acção desenvolvida ao libertar duas empregadas domésticas, que foram contratadas por um comerciante para trabalharem num lar clandestino, em V. N. de Gaia, e estavam impedidas de sair à rua e de comunicarem com outras pessoas. Trabalhavam há seis meses sem salário nem qualquer regalia social. Tinham sido colocadas naquela casa, por intermédio de uma contrabandista, que se dedicava a angariação de empregadas domésticas, em Cabo Verde. Não

⁴⁴⁴Feita no SSD com uma capa amarela, onde estão impressos quatro rostos de mulher, cada uma com a boca amordaçada com um lenço, com uma compilação das notícias dos jornais e a investigação feita por uma Jornalista, com o apoio da Angélica, da Delegação do Porto do Sindicato.

⁴⁴⁵SINDICATO DO SERVIÇO DOMÉSTICO - *Alzira. História de uma Mulher*, 1975 [brochura]. Uma empregada doméstica que é engravidada, enganada e roubada por um rapaz, e que em desespero se precipita e asfixia o filho no momento do nascimento, para que os patrões não oiçam os gritos. É presa e condenada. O rapaz não foi identificado.

⁴⁴⁶JORNAL DE NOTÍCIAS - *Serviçal Filicida recorre da Sentença*, 2.11.1975; JORNAL NOTÍCIAS - *O Caso da Serviçal Filicida*. Movimento de Apoio a Novo Julgamento, 3.11.1975.

RODRIGUES - António Jacinto, *Alzira, pão da vida*, in Revista *Árvore* nº3, Janeiro 1976; VOZ DO TRABALHO - *O Caso Alzira, empregada doméstica. A Justiça e a Vítima*, Janeiro 1976; FINA d' Armada - *A Exagerada Condenação de Alzira*. In Jornal de Notícias, s/data; GROS, Marielle Christine, *Quotidien des Femmes, au Portugal...* 18.11.1975; REPUBLICA - *Solidariedade Operária contra 14 anos de prisão*, 15.11.1975.

lhes era pago qualquer remuneração até ser liquidado o negócio feito com a intermediária. O SSD teve conhecimento, através de um telefonema de uma vizinha, para onde elas atiraram “um recado escrito num papel” enrolado numa batata a pedir ajuda. Só com a intervenção policial é que elas conseguiram abandonar o local de trabalho onde eram maltratadas. O Sindicato não se limitou a proteger as empregadas domésticas, como denunciou a situação junto do Ministério do Trabalho⁴⁴⁷. Ficaram a trabalhar e a dormir na Cooperserdo. Esta notícia é reveladora da importância da criação da Cooperserdo como suporte à acção Sindical. Uma delas, a Maria José, foi cooperadora durante muitos anos chegando a fazer parte dos Corpos Sociais da Cooperserdo.

Os factos relatados revelam o progressivo trabalho do SSD, a solidariedade que desenvolvia, a resposta que dava aos casos que surgiam de despedimentos e a intervenção pública que realizava, até conseguirem que o Sindicato do Serviço Doméstico fosse reconhecido oficialmente pelo Ministério do Trabalho, uma vez que na prática já estava instituído⁴⁴⁸.

⁴⁴⁷ PÁGINA UM - *Duas cabo-verdianas libertadas da escravatura*, 11.12.76, p.16.

⁴⁴⁸ O DIÁRIO - *Legalizado o Sindicato do Serviço Doméstico*, 03.06.1976; O DIÁRIO, *Serviços Domésticos vão ser regulamentados*, 8.06.1976.

Capítulo IV

O Desenvolvimento sindical e os conflitos internos

1. Publicação dos Estatutos do SSD e as Primeiras Eleições (1976 /1979)

No *Diário da República* nº143, III série de 21/6/1976⁴⁴⁹ foram finalmente publicados os Estatutos do Sindicato do Serviço Doméstico, com sede na Rua de S. Bento, nº337, Lisboa.

Os Estatutos contemplam 62 artigos divididos em sete capítulos e estão assinados por quatro elementos da Mesa da Assembleia - Geral.

O artº1 do capítulo I define: *O Sindicato do Serviço Doméstico é uma associação constituída pelos trabalhadores (empregadas domésticas, mulheres a dias e outros) que prestem qualquer tipo de serviço doméstico, quer em regime interno, quer em regime externo, excepto os já representados por outros sindicatos.*⁴⁵⁰

O artº4 do mesmo capítulo é fundamental para se compreender os fins da instituição do Sindicato:

‘A luta pela conquista e defesa dos direitos e dos legítimos interesse dos trabalhadores, em especial: Celebrar convenções colectivas de trabalho; prestar serviços de carácter económico ou outros ou criar instituições para esse efeito; promover cultural e politicamente os seus associados; promover a defesa dos direitos relativamente a factos que causem prejuízos directos ou indirectos ao interesse colectivo dos trabalhadores que representa; criar estruturas com vista à reconversão profissional (mudança de profissão).

*& único: Entendendo que o Sindicato tem uma função política deve, no entanto, declarar-se a sua total independência em relação aos partidos políticos, organismos políticos e confissões religiosas*⁴⁵¹

O parágrafo único evidencia a preocupação que a Comissão Pró Sindicato teve ao elaborar os Estatutos de se manter independente de qualquer partido político ou grupo religioso. O objectivo imediato era a conquista de direitos fundamentais que ainda não tinham e uma vez adquiridos, defendê-los para que fossem cumpridos por ambas as partes: patrões e trabalhadoras. O desenvolvimento cultural era fundamental para uma acção política. Passava pelo conhecimento, espírito crítico, capacidade de análise, de discussão, comunicação e interpretação, o que só seria possível com motivação para o estudo, muito estudo e ajuda devido à situação que tinham (analfabetismo ou baixíssima escolarização). O outro aspecto manifestado nos seus interesses era a criação de estruturas com vista à reconversão profissional ou seja, a mudança de profissão. *O Sindicato era a nível nacional e em Lisboa*

⁴⁴⁹ Decreto/Lei nº143, III série, de 21/6/76.

⁴⁵⁰ Ver Estatutos SSD, Anexo: C, nº 1.

⁴⁵¹ Ibidem.

era a Sede. Havia colegas no Porto, Évora, Coimbra e outras zonas, também a trabalharem como delegadas sindicais⁴⁵².

A publicação dos Estatutos deu possibilidades à Comissão pró-Sindicato de formar uma comissão executiva para preparar o programa eleitoral para o triénio de 1976-79.

No dia 2 de Agosto 76 a Comissão pró-Sindicato enviou para as delegações o cabeçalho de uma convocatória em folhas azuis pautadas A4 para recolha assinaturas. Era preciso um abaixo assinado com 200 assinaturas para a convocação de uma Assembleia Geral a realizar em 5.09.76 na Sede com o seguinte ponto da ordem de trabalhos.1º *Designação de uma Comissão Executiva que assegure a gestão do Sindicato e promova a convenção da Assembleia Eleitoral e de tudo o necessário à eleição dos Corpos Gerentes do Sindicato*⁴⁵³.

A letra das assinaturas que encontramos arquivadas é reveladora das dificuldades que muitas das proponentes associadas tinham em escrever o seu nome completo. A impressão digital colocada ao lado da assinatura indica que nem sequer sabiam escrever o seu nome, daí a grande preocupação na organização de Cursos de alfabetização.

No dia 5.07.76 realizaram a Assembleia⁴⁵⁴ com a presença de 180 associadas donde foi eleita a comissão eleitoral, apenas com uma abstenção. Marcaram a data das eleições e aprovaram uma moção para entregar ao Ministro do Trabalho e ao Tribunal de Trabalho juntamente com os abaixo assinados e a acta comprovativa da realização da Assembleia, a pressionar a assinatura do Contracto Colectivo de Trabalho (CCT). Decidiram entregar directamente ao Ministro, pelo que marcaram uma manifestação para a 4ªF seguinte, dia 8.07.76 à porta do Ministério de Trabalho. Esta decisão tomada em plenário revela a motivação das sindicalistas em usarem todas as armas de que dispunham para pressionar a assinatura do CCT, mesmo antes da oficialização do acto eleitoral.

O processo eleitoral foi cumprido com a ajuda das pessoas que colaboravam com o Sindicato e que eram militantes sobretudo na Base/FUT organização de Trabalhadores constituído após o 25 de Abril de 74 pelos militantes mais activos da JOC/LOC. Juntamente com os documentos do processo eleitoral encontramos um rascunho da acta manuscrita pela Helena Freitas e outro rascunho da mesma acta com uma letra completamente diferente, juntamente com dois rascunhos também manuscritos com várias dicas feito por algum/a

⁴⁵²Cf entrevista da Helena Freitas, Anexo: A, nº10, p. 2.

⁴⁵³TRIBUNA OPERÁRIA - *Convocação*, Lisboa, 18/08/76, (assinam a convocatória 200 associadas).

⁴⁵⁴DIÁRIO DE NOTÍCIAS - *Empregadas Domésticas Lutam pelo Seu Sindicato*, 04. 06.1976.

A mesa era constituída por Conceição Ramos, Lúcia de Jesus Neves Costa, Maria Helena Freitas e Maria da Conceição Faria.

militante que ajudou na elaboração do processo. A acta avulsa seria entregue ao Ministro do Trabalho a comprovar a realização de eleições para os Corpos Sociais. A todas as sócias tinha sido enviada, através da circular nº10 de 21.07.76, a data das eleições e a explicação pormenorizada dos itens necessários para apresentação de listas de candidaturas de acordo com o artº.79 dos Estatutos até 7.10.76.

A mesma circular indicava os locais de votação entre as 9 h e as 21 horas com as respectivas moradas em Lisboa (sede) e nas delegações do Porto, Aveiro, Albufeira, Coimbra, Évora, Mangualde, Montemor-o-Novo, Portimão e Santarém. Acompanhava ainda uma convocatória assinada pela Comissão executiva (Teresa Cunha) com a marcação de 7.11.76 para a eleição dos Corpos Gerentes juntamente com a circular nº11 assinada pela Comissão Eleitoral (Conceição Ramos) a lembrar actualização das quotas para poder votar baseada nos estatutos, que determinavam que só poderiam ser eleitas sócias com cotas pagas 6 meses antes da realização do acto eleitoral e votar se o tiverem feito 2 meses antes. Termina com a frase: *O Sindicato somos nós e de nós depende que ele seja um organismo vivo e forte*. Na mesma data a convocatória seguiu para os jornais: Diário de Lisboa e Diário Popular. No dia 25.10.76, a Comissão executiva enviou às associadas a Circular nº12 a informar não ter surgido mais nenhuma lista, pelo que enviaram a única lista denominada (A) com o número e o nome das sócias que podiam votar, devendo apresentar o cartão de sócia para verificação nos cadernos eleitorais. Juntamente enviaram o programa eleitoral sobre o lema: *‘Unidas tudo Podemos - Por Um Sindicalismo Revolucionário’*.

No programa apresentado pela lista (A) são enunciados os princípios que defendem as trabalhadoras domésticas e pela saída da Regulamentação Colectiva de Trabalho para o Serviço Doméstico. Fazem inicialmente uma crítica aos sucessivos Governos e à actuação do Ministério do Trabalho “ao tentar conciliar interesses diferentes ao registar provisoriamente o SLED, Sindicato esse que se identifica com os interesses dos patrões, não se importando de passar por cima das leis das associações sindicais”. Afirmavam que só em 14 de Novembro de 1974 é que as empregadas domésticas, filiadas na Obra de Sta.Zita (OPFC) realizaram uma Assembleia, em que decidiram a criação do Sindicato (SLED). Explicam na brochura que realizaram logo após o 25 de Abril, uma Assembleia Geral e formaram a Comissão pró-Sindicato para a constituição de um Sindicato único, uma vez que todas as empregadas domésticas presentes nas primeiras Assembleias aprovaram a iniciativa e deram o seu voto à

formação da Comissão “o primeiro passo para a construção da unidade e da organização das trabalhadoras dos serviços domésticos”⁴⁵⁵.

A candidatura tinha como objectivo contribuir para pôr fim à miséria e exploração de todas as trabalhadoras da profissão em ligação com todos os outros trabalhadores.

No programa explicam porque pretendem candidatar-se:

*Com toda a inteligência e todas as forças para mobilizar, unir, organizar as camaradas para a luta que têm de vencer. Pela publicação imediata da regulamentação colectiva do trabalho para o serviço doméstico, em que sejam proibidos os despedimentos sem justa causa, um horário semanal de 45 horas, descanso semanal ao domingo e mais meio-dia, feriados, um mês de férias e respectivo subsídio, 13º mês, ordenado mínimo nacional, previdência com as mesmas regalias dos outros trabalhadores, protecção no desemprego, igualdade com todos os trabalhadores e respeito pela sua dignidade de pessoas humanas*⁴⁵⁶.

Terminavam a apresentação do programa com os princípios que defendiam para o Movimento Sindical⁴⁵⁷ sintetizado na organização de todas as trabalhadoras domésticas, sendo o Sindicato permanentemente controlado de forma democrática pelas mesmas, batendo-se pelos seus direitos, sem servir o patronato, o Governo ou os partidos⁴⁵⁸.

O Boletim do SSD de Outubro também anunciou as primeiras Eleições para os Corpos Gerentes, do triénio 1976/79 a realizar em 7 de Novembro, assim como foi publicitada pelos jornais⁴⁵⁹. O acto eleitoral tinha um enorme significado para as empregadas domésticas, que oficialmente elegiam as suas representantes. Era o corolário de uma batalha sem tréguas das trabalhadoras do Serviço Doméstico, que lutavam há mais de 2 anos por aquele momento e que as vai fazer sentir ainda mais responsáveis. Os Estatutos são o pilar de todas as normas regulamentares e de funcionamento do Sindicato. Era a primeira vitória que conseguiam no

⁴⁵⁵ Brochura dactilografada, Programa – *Por um Sindicalismo Revolucionário*. Enviada a todas as sócias, em 23.06.1976. Introdução - “*Unidas tudo Podemos*”, p.1.

⁴⁵⁶ Do programa eleitoral, triénio (1976-1979), p.3 e 4.

⁴⁵⁷ 1.Unidade e unicidade. Não à divisão, não aos sindicatos paralelos; 2. Efectiva democracia; 3.Apartidarismo e arreligiosidade; 4.Independência face ao Estado; 5.Intransigente defesa dos interesses dos trabalhadores, p.5.

⁴⁵⁸ Mesa da Assembleia-geral: Maria Angélica Teixeira, 41 anos, Porto; Mara Luisa dos Santos Rubira, 49 anos, Montemor-o-Novo; Adelaide de Jesus Ramos, 22 anos, Carcavelos; Cremilde de Jesus dos Santos, 18 anos, Parede. Direcção: (todas de Lisboa) Maria da Conceição Ramos, 35 anos; Maria Helena de Freitas Pereira, 29 anos; Maria da Conceição Lima Faria, 22 anos; Maria Emilia Miranda, 33 anos; Olívia Cantineiro da Silva, 25 anos, Conselho Fiscal: Gracinda Parreira Gonçalves, 37 anos, Évora; Glória da Silva Pereira, 35 anos, Aveiro; Deolinda da Conceição Pereira Senica, 26 anos, Torres Novas. p. 6.

⁴⁵⁹ DIÁRIO POPULAR - *Primeiras Eleições no Sindicato*, 4.11.1976; DIÁRIO DE LISBOA - *Empregadas Domésticas vão eleger Dirigentes*, 4.11.1976.

trabalho sindical para conseguirem a aprovação do *Contracto Colectivo de Trabalho para o Serviço Doméstico*, que alterasse o Código Civil de 1867.

As eleições decorreram na Sede do SSD em Lisboa e nas Delegações supra. A descentralização contribuiu para mais empregadas domésticas exercerem o direito de voto. Estavam inscritas nos cadernos eleitorais 3.765 sócias, apesar de existirem 5.330 inscritas, naquela data. Contudo nem todas as sócias tinham as cotas em dia para estarem inscritas nos cadernos eleitorais, conforme determinavam os Estatutos.

Na tomada de posse dos Corpos Sociais a presidente da Mesa da Assembleia-Geral – Angélica - tomou a palavra para manifestar o seu regozijo pelo acto que acabavam de realizar ao elegerem os Corpos Gerentes e explicou os obstáculos que venceram e a necessidade de participação activa e formativa de todas.

*(...) a nossa luta sindical tem sido muito difícil. Têm sido vários os impedimentos que surgem e entram a nossa acção e o reconhecimento da nossa luta. Contudo, não há-de ser impossível, havemos de vencer. Teremos um Sindicato forte e uma lei que faremos respeitar. Para isso, teremos que procurar esclarecer-nos*⁴⁶⁰.

Fez ainda um apelo às colegas para tomarem consciência das dificuldades e não desmobilizarem; antes procurarem conhecer as razões que afectavam a classe e compreenderem a ‘*dificuldade de participar, mesmo naquilo que nos diz respeito directamente*’.

Na primeira reunião a seguir às eleições, os membros da direcção distribuíram as funções de três dos elementos⁴⁶¹

Secretária: *Tomar conhecimento da correspondência e documentação, fazer as actas e redigir documentos;*

Tesoureira: *Fica com a responsabilidade de assinar todas as requisições; estar dentro das receitas e despesas. Assinar todos os documentos referentes à tesouraria;*

Presidente: *coordena e representa o Sindicato*⁴⁶²

As dirigentes eleitas podiam representar legalmente as trabalhadoras em tribunal e exercer a defesa daquelas que fossem vítimas de infracções.

⁴⁶⁰Documento dactilografado escrito pela Angélica - presidente da Mesa da Assembleia Geral em que faz o ponto da situação do Sindicato no dia das Primeiras Eleições, intitulado *Organização Sindical*, em 7 de Novembro de 1976.

⁴⁶¹Apenas consta no caderno de apontamento quer da Conceição Ramos quer da Helena Freitas as funções Presidente, secretária e tesoureira da direcção.

⁴⁶²Esta *função*, da responsabilidade da Helena Pereira, encontra-se nos seus cadernos de apontamentos. O rascunho da Acta era lida na reunião seguinte e depois de aprovada era reescrita no livro oficial e assinada pelas presentes.

A preparação inicial de algumas dirigentes, militantes da Acção Católica na JOCF, tinham dado alguma preparação não só para serem boas profissionais, como tinham aprendido a trabalhar em grupo, a tomar a palavra nas Assembleias e também a mobilizar outras trabalhadoras, o que lhes dava alguma segurança. Segundo a Angélica, depois do 25 de Abril de 1974 as militantes da LOCF entenderam que *‘não era preciso a LOCF substituir [a formação sindical como fazia] porque se podia aprender cá fora, porque o sindicalismo é dos trabalhadores, as organizações sindicais é que devem dar formação aos trabalhadores’*. Outras, que não tinham tido aquela formação, tiveram de se esforçar por aprender, para cumprirem as funções que assumiram perante as colegas que as elegeram .

À medida que as dificuldades iam surgindo as dirigentes recorriam sobretudo aos militantes da BASE FUT. Em Lisboa destacam o nome dos amigos Vitória Pinheiro e Olegário Paz.

A Conceição Faria, que não era militante da JOCF antes do 25 de Abril mas que já reunia com um grupo e que foi militante do PCP, explica como aprendeu e destacou um elemento em concreto da BASE-FUT que as ajudou:

Nós tivemos a ajuda de uma pessoa, que foi a Vitória Pinheiro, uma pessoa excepcional, porque eu admirei-a muito, porque nós íamos ter com ela e dizíamos, mas eu não sei fazer isto. E ela dizia, não tu fazes e depois mostras-me se eu achar que precisa de ser corrigido então corrige-se. Mas ela obrigava-nos sempre a fazer. Mesmo as primeiras circulares que nós de modo nenhum sabíamos como começar. As primeiras circulares, comunicados, tudo desde a primeira hora fomos nós sempre que fizemos⁴⁶³.

As dirigentes sindicais iam aprendendo umas com as outras, sempre com a ajuda de militantes sindicais (como foi o caso da Vitória Pinheiro que entrevistamos no grupo de colaboradores, a convite da Conceição Ramos). Aprenderam a dirigir, administrar, representar a classe e a sonhar com voos mais altos. Era o abrir das portas de um mundo novo, que tentavam a todo o custo que não lhes escapasse. Um mundo construído com a força de vontade de se libertar de um passado aprisionado para um presente de derrube de muros e obstáculos, de construção de um futuro melhor e mais digno. Para isso tiveram de se esforçar por aprender - antes de mais a gerir os conflitos que sempre surgiam. Recorrerem aos amigos como mediadores e formadores, tentando não perder o leme, pois a preparação inicial de algumas das associadas era quase nula ou insuficiente.

⁴⁶³ Conceição Faria, Anexo A, nº3, p.2.

Lembra-me quando foram as eleições, eu de um momento para o outro abri os olhos. Não sabia nada, não havia funcionária no Sindicato, nós fazíamos a administração, nós escrevíamos, inclusive escrevíamos cartas para a Assembleia da Republica, nós íamos à Assembleia da Republica, uma simples empregada doméstica, eu cheguei a ir sozinha. A ser recebida pelos secretários de Estado do Trabalho e membros do Governo. Quem diz eu, diz outras também⁴⁶⁴.

Vencida a batalha da legalização do Sindicato e a eleição dos Corpos Sociais, assim como aprovado o Regulamento⁴⁶⁵, a Direcção do Sindicato do Serviço Doméstico convocou uma *Conferência de Imprensa* para 10 de Dez de 1976, em que distribuiu aos órgãos de informação um documento explicativo das iniciativas que iriam tomar. Nesse comunicado apresentaram as razões da urgência da saída de uma portaria, que garantisse os direitos das trabalhadoras.

Nessa data já tinham a funcionar refeitórios em Lisboa, Porto e Évora e também já tinham redigido os Estatutos da Coopserdo. Um dos objectivos apresentados no programa eleitoral era *a reconversão da classe*, trabalho em que as dirigentes da Sindicato/Coopserdo estavam apostadas, para a criação de postos de trabalho e a criação de outros serviços.

2. Da Coopserdo: Estatutos, Regulamento e eleições

Quase ao mesmo tempo que as colegas de Lisboa pensaram na elaboração dos Estatutos do Sindicato, as colegas da Comissão Pró Sindicato da delegação do Porto debruçaram-se na elaboração dos Estatutos da Cooperativa, recorrendo a militantes de Cooperativas já existentes, mas com outros objectivos. Tanto em Lisboa como no Porto aconteciam todos os dias despedimentos de colegas que residiam e trabalhavam na casa das patroas. A preocupação com o alojamento das colegas para poderem participar já estava presente mesmo antes do 25 de Abril de 1974, nas reuniões promovidas pela JOCF e LOCF, pois era condição para poderem frequentar os Cursos de alfabetização que o CCO promovia. Isso levou a Comissão pró-Sindicato, mesmo antes da aprovação dos Estatutos, a pensar na reconversão da classe, o que lhes exigia uma casa com um espaço de habitação e salas para funcionarem outros serviços domésticos alternativos. Logo que restauraram as casas ocupadas⁴⁶⁶ arranjaram camas em Instituições quer para as próprias líderes poderem estar mais tempo no espaço ocupado e

⁴⁶⁴ Helena Freitas, Anexo A, nº10, p.3/4.

⁴⁶⁵ Regulamento do Serviço Doméstico, Novembro de 1976. Anexo C, nº.2, p.1 e 2 (policopiada)

⁴⁶⁶ A Sede do SSD, na Rua de S. Bento, em Lisboa e a delegação do SSD, na Av.da Boavista, no Porto.

organizarem o trabalho quer para angariarem dinheiro com a confecção de refeições económicas e pensarem nas actividades sindicais.

A Delegação do Porto, liderada pela Angélica, ficaram de elaborar os Estatutos da Coopserdo, enquanto as colegas que viviam e trabalhavam em Lisboa pensavam na elaboração dos Estatutos do Sindicato. Tanto no Porto como em Lisboa recorreram a outros militantes exteriores ao Sindicato, empenhados e com conhecimentos, para lhes ensinarem o que fazer e como fazer. Assim, os Estatutos da Coopserdo foram elaborados no Porto, segundo a Angélica, com a ajuda de elementos da Federação das Cooperativas: *ajudaram a redigir os estatutos, mas foram alguns elementos da Federação. Estivemos a fazer os estatutos segundo uma norma que havia das organizações cooperativistas.*⁴⁶⁷

Os Estatutos da Coopserdo são compostos por seis capítulos com um total de 35 artigos, de que destacamos os objectivos:

- a) Prestar todos os serviços Domésticos*
 - b) Criar e administrar creches, refeitórios, jardins infantis e outras actividades que no seu âmbito delibere abarcar;*
 - c) Realizar iniciativas diversas, tendentes à formação cultural, social e humana das empregadas domésticas.*
- & A Coopserdo manterá total apartidarismo e independência religiosa e racial.*

Os Estatutos da Coopserdo para serem registados e reconhecidos no Notário tinham de ser aceites e assumidos pelo menos por 10 associadas. As empregadas domésticas tinham de ser sócias do SSD, o que não foi difícil e as iniciadoras imediatamente realizaram o capital estipulado de 10.000\$00.

Cap.II.artº4. O capital social, no valor de 10.000\$00, já realizado, é variável, ilimitado e representado por acções nominativas de 100\$00 cada uma.
& 1º. O capital máximo de cada sócio é de 1.000\$00.
Os sócios são admitidos pela assembleia-geral e podem exonerar-se mediante carta dirigida à mesma assembleia, e só esta poderá excluir

Realizaram a Assembleia-Geral, conforme estava definido nos Estatutos, para as associadas que tinham entregue o capital total ou parcial poderem ser admitidas e ser lavrada a acta, devidamente aprovada e assinada, que devia ser entregue no Notário. Os Estatutos foram

⁴⁶⁷ Angélica refere-se aos estatutos da Coopserdo, ver Estatutos anexos. Foram publicados no D. R. de 31 de Dezembro de 1976, 3ª.Série.O artigo primeiro do capítulo primeiro (constituição, duração e fins) diz o seguinte: "É constituída e rege-se-á por estes Estatutos a sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, sob a forma de sociedade anónima, denominada Coopserdo -Cooperativa Operária de Serviços Domésticos, S.C.A.R.L., com Sede na Av. da Boavista, 1003, no Porto, cuja duração é ilimitada, a partir desta data.

aprovados e registados por escritura no dia 5 de Novembro de 1976, exarada nas folhas 31 a 42 do livro nº13-D das notas do 2º Cartório Notarial do Porto.

Os Estatutos definiam: *total apartidarismo e independência religiosa e racial*, e que as *delegações rege-se-ão por regulamento próprio sancionado pela Direcção*.⁴⁶⁸ A primeira Assembleia de sócias da Cooperserdo, após a publicação no Diário da Republica dos Estatutos, foi no dia 20 de Janeiro de 1977.

Da ordem de trabalhos constava: 1º. Admissão de sócias⁴⁶⁹ e 2º. Nomeação dos Corpos Gerentes⁴⁷⁰; A assembleia realizou-se no Porto, delegação do Sindicato e Sede da Cooperativa⁴⁷¹ e foram eleitas os Corpos Sociais⁴⁷². A Direcção distribuiu entre si os cargos e recebeu voto de confiança das cooperadoras para abrir conta bancária, elaborar o regulamento interno e organizar a contabilidade. De acordo com os Estatutos da Cooperserdo a eleição era anual, para dar a possibilidade de admitir novas cooperadoras à medida que fossem necessários novos postos de trabalho ou aceitar o pedido de demissão de cooperadoras, por razões que seriam discutidas na Assembleia anual.

No livro de Actas constam todas as Assembleias-Gerais realizadas anualmente, as novas admissões e demissões efectuadas. A votação era feita por escrutínio secreto. Antecipadamente a direcção discutia os pontos da ordem de trabalhos que enviava às cooperadoras, para que cada uma se preparasse antecipadamente. As assembleias-gerais da Cooperserdo realizavam-se na sede, que era no Porto. O livro de actas descreve todas as presenças; sempre que eram convocadas e não podiam comparecer os membros justificavam o motivo da sua ausência, por meio de uma carta enviada à mesa da Assembleia-Geral. As decisões eram tomadas depois de devidamente discutidos os assuntos pelas presentes e a aprovação fazia-se por votação, sendo validada a decisão por maioria ou unanimidade. As Assembleias eram anuais e processavam-se

⁴⁶⁸ESTATUTOS DA COOPERSERDO, cap. I, art.º2, cap. II, art.º 4, cap. III, art.º 3 e 5 & único.

⁴⁶⁹ Foram admitidas as sócias da Cooperserdo presentes: *Angélica, Celeste, Gracinda, Conceição Ramos, Gracinda Parreira, Laura, Glória, Zulmira, Rosa, Maria Fernanda, Maria de Jesus, Joaquina, Deolinda, Helena Freitas, Maria Abreu e Dulce* e as restantes por pedido escrito, no total de 32 cooperadoras.

⁴⁷⁰ A eleição de novos Corpos Gerentes iriam substituir os que tinham sido registados na Conservatória notarial para registo da Cooperativa Operária de Serviços Domésticos.

⁴⁷¹ *Cit. in* Livro nº1 de Actas da Assembleia-Geral da Cooperserdo com termo de abertura a 20.01.1977, assinado pela Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Maria da Conceição Ramos, devidamente selado e rubricado, após a aprovação da acta e registado no 2º Cartório Notarial da cidade do Porto em 1.02.1977.

⁴⁷²Mesa da Assembleia-Geral: *Maria da Conceição Ramos* - Lisboa; *Gracinda Parreira Sobral* - Évora; *Rosa Ferreira Campos* - Porto;

Direcção: *Maria Angélica Teixeira* - Porto; *Antónia Celeste de Jesus Vieira* - Porto; *Gracinda da Silva Pereira dos Santos* - Porto; *Maria Fernanda Monteiro Moreira* - Porto; *Maria Jesus Marques da Silva* - Porto; Conselho Fiscal: *Glória da Silva Pereira* - Aveiro; *Maria Helena Freitas Pereira* - Lisboa; *Maria da Silva Abreu* - Lisboa;

ao fim de semana para que todas pudessem estar presentes no debate e na aprovação do que fosse necessário.

O regulamento interno foi estruturado localmente pelas cooperadoras, de acordo com as condições de cada casa e com os serviços que aí funcionavam. A capacidade de alojamento também dependia do espaço disponível, que tinham em cada casa para esse fim. A Cooperserdo em Évora foi o último edifício a ser ocupado e não criou esse espaço de alojamento. Os regulamentos foram mais do que uma vez reajustados pelas cooperadoras em Assembleia local, conforme a prática de gestão que iam adquirindo, as transgressões que aconteciam e a capacidade das próprias dirigentes que coordenavam. Os Regulamentos, tal como tinham sido os Estatutos, foram redigidos com as achegas das cooperadoras. Sem um regulamento em que as próprias cooperadoras se envolvessem dificilmente seria possível concretizar um programa. Apesar de muitas dificuldades e exigência, de cada uma, para levar para a frente o projecto sonhado, os Estatutos foram cumpridos com seriedade e os Regulamentos com algumas transgressões. A fundação da Cooperserdo contribuiu para a formação e organização das empregadas domésticas, que eram simultaneamente sindicalistas e membros dos Corpos Gerentes da Cooperativa, mas com pelouros diferentes: a presidente da Direcção do Sindicato era a Presidente da Assembleia-geral da Cooperserdo, Conceição Ramos; a Presidente da Direcção da Cooperserdo - a Angélica - era a Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Sindicato. A Sede da Cooperativa era no Porto. Lisboa e Évora eram delegações; ao contrário, a Sede do Sindicato era em Lisboa. Porto e Évora eram delegações. Em Lisboa funcionava o serviço administrativo do Sindicato a nível nacional, para onde eram enviadas todas as fichas de inscrição de sócias e onde se realizavam as Assembleias-gerais e no Porto estava centralizado o serviço administrativo da Cooperserdo a nível nacional.

Em 1978 trataram da abertura de uma mini creche no Porto, tendo sido preparadas as cooperadoras para assumirem essa tarefa: receberam alguma preparação pedagógica, com o apoio do Centro Regional de Segurança Social, com quem a Cooperserdo fez um Acordo de Cooperação. A formação foi dada pela Dra. Filomena - (Assistente Social a estagiar), que colaborava também na Alfabetização e ainda por um médico, Dr. Júlio Teixeira, que se deslocava gratuitamente todas as semanas às instalações da Cooperserdo. No Porto, devido ao espaço ser exíguo, apenas foi autorizado o funcionamento para dez crianças com idade entre os 3 meses e o ano. Se fosse instalado o Jardim-de-infância a legislação já exigia outra preparação pedagógica. Também em Lisboa e Évora como tinham mais espaço abriram

creches até aos 3 anos e mais tarde conseguiram o Jardim-de-infância. Durante alguns anos a argumentação da Coopserdo perante os Organismo que tutelavam localmente as Creches e Jardim de Infância era que se as empregadas domésticas podiam cuidar das crianças em casa dos patrões também o podiam fazer na Cooperativa, uma vez que tinham os Estatutos de acordo com a legislação em vigor.

As três creches (Porto, Lisboa e Évora) funcionaram até ser exigido a obrigatoriedade de profissionais Educadoras de Infância o que só veio a acontecer após as alterações introduzidas pelo novo Código Cooperativo. As creches eram apoiadas por elementos externos e voluntários que davam o seu contributo na formação das cooperantes, tanto na preparação de refeições como na aprendizagem de brincadeiras, para saberem brincar com as crianças. O apoio da Dr^a Virgínia de Sousa, da Segurança Social foi indispensável para a abertura de uma mini – creche [uma vez que o espaço na habitação era exíguo] na Sede da Coopserdo (Porto). Para se conseguir um acordo de Cooperação com a Segurança Social ou com a Misericórdia (em Lisboa) para abertura das creches eram exigidos recursos humanos o que aconteceu no Porto com a presença de uma estagiária enviada pela Segurança Social e com a presença voluntária do médico. Em Évora, uma das filhas das cooperantes que contactava com as crianças, enquanto estudante, acabou por tirar o bacharelato de Educadora de Infância e actualmente é a directora pedagógica e ainda cooperadora, em Évora, como pudemos conhecer quando nos deslocámos a Évora, numa conversa informal, no próprio local de trabalho.

Em substituição do trabalho individual em casas particulares, também foi organizado o serviço ao domicílio em escolas, escritórios, outras associações, Sindicatos, Cooperativas, através de um contracto entre a Coopserdo e as entidades patronais. Os trabalhos que a cooperadora destacada ia executar eram pagos à Coopserdo; esta assegurava o serviço e responsabilizava-se pelo pagamento às cooperadoras assim como pelos encargos sociais. A cooperadora era substituída por outra sempre que precisasse de faltar ou no período de férias, se a empresa não fechasse.

3. Sindicato Serviço Doméstico e Coopserdo: mulheres em luta

Após a eleição dos Corpos Sociais, quer do Sindicato do Serviço Doméstico quer da Coopserdo as dirigentes entraram numa fase de maior consolidação dos seus objectivos, mas

também de organização, como demonstram as fontes a que tivemos acesso, no sentido de manterem as sócias mobilizadas para lutarem pela Contratação Colectiva de Trabalho.

No final de 1976 tinha sido publicado pelo Ministério de Trabalho o projecto-lei nº 874/76 sobre o direito a férias e faltas dos trabalhadores mas excluía: as empregadas domésticas, os trabalhadores rurais e os portuários. As dirigentes do SSD reagiram e enviaram uma carta para o Ministério do Trabalho a protestar e informaram os órgãos de Comunicação Social que ‘o projecto elaborado no Ministério Trabalho sem a participação deste Sindicato foi duas vezes a Conselho de Ministros sem que tivesse sido aprovado’⁴⁷³, pelo que rejeitavam o projecto-lei que o Ministério lhes apresentara. Entre as razões aduzidas indicavam que não contemplava as mulheres-a-dias e determinava 12 horas de descanso dia e o restante tempo de trabalho, o que implicava 12 horas de trabalho diário para as internas. Aproveitaram para apresentar o projecto de “reconversão da profissão” ao Ministro do Trabalho em que afirmavam:

*Não pensamos parar uma vez satisfeitas as reivindicações por que agora lutamos, pois propomo-nos encetar a reconversão da profissão para que as trabalhadoras do serviço doméstico deixem de estar ao serviço de uma pessoa ou de uma família e passem a servir a colectividade, nomeadamente os trabalhadores, através da abertura de creches, refeitórios populares, lavandarias, etc. onde a sua experiência seja colocada ao serviço de todos.*⁴⁷⁴

A direcção do SSD convocou uma Assembleia-Geral, para o dia 16 de Janeiro de 1977 no Instituto Superior Politécnico de Lisboa, *para discutir e aprovar as formas de luta a adoptar na negociação da Regulamentação do Contrato de Trabalho.*⁴⁷⁵ A Presidente da Mesa nessa Assembleia-Geral apresentou para discussão com as associadas as seguintes propostas:

- 1. Dirigir-se ao Presidente da República para exigir a promulgação da lei, organizando uma manifestação junto à Assembleia da República.*
- 2. Apresentar aos grupos parlamentares do PS, MDM, Condição Feminina e aos órgãos de Comunicação Social a posição do Sindicato.*
- 3º Entregar um documento ao Provedor da Justiça; fazer entrega da petição à Assembleia da República, marcar audiências com grupos parlamentares, realizar Assembleias-gerais, curso para delegadas; insistir no Ministério de Trabalho para serem recebidas e envio de comunicados aos órgãos de informação.*⁴⁷⁶

⁴⁷³DIÁRIO DE NOTÍCIAS – *Empregadas Domésticas rejeitam «discriminação»*, 03.01.1977.

⁴⁷⁴Documento distribuído aos Órgãos da Comunicação Social, na Conferência de Imprensa promovida pelo Sindicato Serviço Doméstico – “Contra os Despedimentos/pela Reconversão da Profissão”, 10.12.1976, p.1 a 3.

⁴⁷⁵DIÁRIO DE LISBOA - *Serviço Doméstico exige Regulamentação*, 17.01.1977.

⁴⁷⁶Verificamos a existência de toda a documentação que se comprometeram entregar, devidamente arquivada na pasta de arquivo denominada *Arquivo com o Ministério do Trabalho ou outros Órgão Governamentais*.

A Direcção do SSD reunia normalmente de 15 em 15 dias. As propostas eram discutidas, votadas e aprovadas pela Assembleia e a Direcção do Sindicato encarregava-se da sua execução e mobilização. Na reunião da direcção apresentavam o resultado das tarefas realizadas e elaboravam novas listas de tarefas a realizar, decidindo quem as iria executar⁴⁷⁷.

Em Março de 1977 convocaram as sócias para uma Assembleia Extraordinária⁴⁷⁸ para discussão e aprovação do relatório de contas e orçamento de 1977. Aí decidem marcar uma audiência com o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, com o objectivo de formular o pedido de revisão de uma ordem de despejo das instalações onde funcionava a Sede do Sindicato e a delegação da Cooperserdo. Aproveitaram ainda a Assembleia anual do Conselho Fiscal para mobilizar as sócias para uma manifestação a realizar no dia em que os ministros reuniam e exigirem a saída do *Contracto Colectivo de Trabalho*, sem o qual teriam de continuar regidas pelo Código Civil de 1876

*Camaradas. Mais uma vez a hora é de luta e mobilização! Ao fim de dois anos de promessas sucessivas ainda não temos uma lei que regule o nosso serviço! Na Assembleia-geral do dia 20.03.77, ficou decidido virmos acompanhar a direcção do nosso Sindicato, esperar que sejam recebidas pelo Conselho de Ministros e exigir a nossa regulamentação colectiva de trabalho! A lei Cá para fora, já. Em frente com a regulamentação colectiva de trabalho. Unidas e organizadas, venceremos.*⁴⁷⁹



⁴⁷⁷ Ficamos a saber pelos cadernos pessoais de CR e HF de Janeiro de 1977.

⁴⁷⁸ JORNAL PÁGINA UM - *Sindicato das domésticas vai ficar ao relento*, 17.03.1977.

⁴⁷⁹ DIÁRIO NOTÍCIAS - *Quando reunir o Conselho de Ministros trabalhadoras domésticas promovem manifestação*, 21.03.1977.

Postal de divulgação. Desconhecemos o/a autora, fig.2

O SSD utilizou o slogan *Mulheres em Luta* que muitas vezes surgiu como título de notícia, uma vez que era uma das organizações sindicais emergentes cujos Corpos Sociais eram todos constituídos só por mulheres. Apresentavam-se como representantes das 100.000 trabalhadoras que anunciam os Jornais existirem no país. Apesar de terem como associados alguns homens (motoristas e jardineiros em casas particulares), o número era insignificante. O número de delegações aumentou em todo o país, na sua maioria a funcionarem em salas cedidas por outros Sindicatos ligados à Central Sindical dos Trabalhadores (CGTP), a que aderiram após a aprovação dos Estatutos pelo Ministério de Trabalho. Nas delegações funcionava um serviço de secretariado para apresentação de problemas surgidos no trabalho com as associadas empregadas domésticas e mulher-a-dias, como eram os despedimentos, quer para inscrições de sócias, quer de pedidos de trabalho. Este serviço era assegurado por uma ou mais colegas nomeadas em Assembleia-Geral regional ou local, com a presença de um elemento dos Corpos Sociais. As activistas eleitas tinham de indicar as horas e os dias ou parte do dia em que podiam disponibilizar-se para estarem presentes nas delegações, sendo afixado o horário de funcionamento, para conhecimento de quem se dirigisse à respectiva delegação. O trabalho oferecido gratuitamente, quer por empregadas domésticas, quer pelos funcionários dos Sindicatos que cediam o espaço, era acompanhado pela Presidente da direcção do SSD.

Outra das funções das delegadas sindicais era o trabalho *porta a porta* que realizavam organizadamente: cada delegada tinha a seu cargo ou um bairro ou uma determinada área de uma freguesia ou lugar. Era-lhe fornecida uma lista com as empregadas já inscritas e elas responsabilizavam-se por visitar as colegas, para as informar sobre as leis, as actividades que estavam a realizar e convidá-las para participar. Recebiam o dinheiro das cotas e inscrições de outras colegas. Este trabalho de consciencialização era importante e também uma fonte de receita, porque era com esse dinheiro que pagavam as despesas do Sindicato.

O Sindicato do Serviço Doméstico e a Cooperserdo eram duas organizações criadas pelo mesmo grupo de empregadas domésticas com o apoio das associadas. A sua actividade continuou a ser notícia nos órgãos de comunicação nacionais e também no estrangeiro. Alguns jornais estrangeiros arquivados apresentam reportagens sobre a Cooperserdo e o SSD. As notícias mais significativas estão traduzidas em folha anexa em Português, assim como a tradução da resposta. Na generalidade está em foco a novidade de ser uma Cooperativa e um Sindicato só de Mulheres e a criação de uma alternativa de trabalho para as empregadas

domésticas. Os jornais portugueses das diversas tendências políticas transmitem reportagens das duas Instituições porque a própria entrevistada não separava o trabalho do Sindicato e da Cooperserdo, porque além de serem as mesmas pessoas, que estavam nas duas organizações, a cooperativa era a concretização de algumas das finalidades do programa sindical a que se tinham proposto. A exigência junto do Ministério do Trabalho por justiça social, a preocupação com a analfabetismo e com a formação de quadros e a criação de postos de trabalho foram algumas das preocupações que acompanhou o seu percurso destas mulheres sindicalistas e cooperadoras.

As empregadas domésticas viveram um intercâmbio cultural, que lhes elevou a auto-estima enquanto pessoas e enquanto colectivo. Elas conheciam *pessoas importantes* que passavam por casa dos patrões a quem serviam, mas naquela altura tiveram a possibilidade de serem elas *as pessoas importantes* que acolhiam, recebiam e colaboravam com as visitantes *portuguesas ou estrangeiras* que as procuravam, fotografavam para que testemunhassem a sua luta pela libertação. A correspondência de vários países revela a importância que lhes era atribuída e a divulgação que conseguiram fazer no estrangeiro da sua actividade sindical e cooperativa. O país vivera a euforia da libertação no 25 de Abril de 1974. Os anos seguintes fizeram acorrer a Portugal numerosos/as estrangeiros/as: jornalistas, estudantes, professores, militantes das diversas áreas e tendências políticas, económicas e sociais. Também vários movimentos estrangeiros visitaram Portugal com o objectivo de conhecerem as iniciativas que surgiam. Visitavam sobretudo a Sede do Sindicato em Lisboa e Sede da Cooperserdo no Porto assim como outras instituições com os mais variados fins que surgiram e renasceram no país.

4. Troca de experiências: mulheres portuguesas e estrangeiras

A presença e a curiosidade de mulheres portuguesas ou estrangeiras na Cooperativa e Sindicato eram de vários tipos. Algumas mulheres oriundas dos países da Europa, sobretudo Bélgica e Holanda queriam apenas fazer uma reportagem para revistas e jornais estrangeiros, ou livros⁴⁸⁰. Um dos livros escrito em português é a transcrição de uma entrevista a uma dirigente que fala sobre as várias realizações efectuadas até aquele momento. Destacamos

⁴⁸⁰D'Árthuys, Beatrice et al. "As Mulheres Portuguesas e o 25 de Abril". *O Trabalho Doméstico. As Empregadas Domésticas*. Porto, Edições Afrontamento, 1977, pp.73-81.

como exemplo a pergunta: *como funciona concretamente um curso de alfabetização? São monitores exteriores que vêm aqui fazer cursos?* A dirigente responde:

*Somos nós, empregadas domésticas, que estamos com um curso de Alfabetização: nós tivemos uma pequena preparação através da Base - Frente Unitária de Trabalhadores, que tem também como objectivo atingir o sector de ensino; portanto fizemos uma pequena preparação sobre alfabetização*⁴⁸¹.

Outras perguntas foram colocadas sobre o método que seguiam e se havia participação ao que a dirigente respondeu ser: *o método de Paulo Freire adaptado à realidade de Portugal. As empregadas domésticas participam mas com imensas dificuldades, devido à falta de tempo*⁴⁸².

Para outras mulheres estrangeiras a deslocação a Portugal, ao Sindicato e à Cooperserdo tinha como objectivo fazer uma experiência, como foi o caso de um grupo de mulheres holandesas. Queriam aprender a língua portuguesa, conhecer o trabalho que estavam a desenvolver na Cooperativa como reconversão da classe, não queriam simplesmente ser observadoras mas trabalhadoras, apesar de terem um curso superior. No caso da Sede do Porto ofereceram-se para pintar as paredes no interior do edifício, que necessitava, em especial os compartimentos onde funcionaria a creche para 10 crianças, porque o espaço era pouco. A Cooperserdo comprou as tintas e os pincéis e fornecia o pequeno-almoço, almoço e lanche e a dormida ou na Sede ou em casa das cooperadoras. Esta troca mútua de serviços aconteceu com diferentes grupos de alguns países, nas três casa que tinham a funcionar. Foi uma possibilidade de intercâmbio cultural, de aprendizagens mútuas no aspecto político, social e cultural, que a acção das empregadas domésticas propiciou.

*Ajudaram muito a Cooperativa. Primeiro porque houve pessoas que vieram ver e trabalhar. Como por exemplo há nomes que se podem dizer. A Lieve trouxe uma série de pessoas para Lisboa. Para aqui não vieram tanto*⁴⁸³. *[Que] ajudaram nas paredes, nos telhados, que também [vieram] para o Alentejo, porque os estrangeiros acharam que o Cooperativismo em Portugal foi uma coisa de que elas gostaram. Eu própria tive ocasião de ver e de visitar, no estrangeiro. Eu fui lá a encontros marcados dos próprios governos, com os tais grupos de mulheres.*⁴⁸⁴.

Outra voz lembra:

⁴⁸¹Ibidem, p.75

⁴⁸² Ibidem

⁴⁸³ Refere-se ao Porto.

⁴⁸⁴ Entrevista a Gracinda Pereira. Aconteceu mais tarde quando a casa ocupada no Porto foi demolida e uma organização de Mulheres angariou fundos governamentais para a compra da Sede da Cooperserdo que passou a Cooperberço.

Apareceram estrangeiras. Ajudavam a pensar, o que acontecia a nível internacional. Nós gostávamos de saber: tinham outras regalias e outros direitos, havia diálogo e cultura. Deram-nos uma bicicleta. E então corríamos tudo de porta em porta daqui (Cacia) até Aveiro (centro da cidade) e outra freguesias⁴⁸⁵

Na entrevista a Angélica explica a importante ajuda de uma professora do Instituto Social do Porto nos primeiros anos que se tinham organizado após o 25 de Abril:

A Marie Cristine é uma pessoa que eu admirei muito naquela altura, se calhar hoje não admiro tanto. Naquela altura fiquei a admirá-la muito, porque era uma pessoa com uma formação superior, com uma visão que não era nada a minha visão, filha de uma família de bem francesa (...) ela trabalhava no Instituto Superior de Acção Social. No princípio contactou-me e fez-me uma entrevista que foi publicada num Jornal Francês, que ela depois me trouxe⁴⁸⁶.

Também o Boletim do Sindicato do Serviço Doméstico⁴⁸⁷ explicava, em cada número que publicavam, as acções realizadas e por vezes destacava as notícias *do Estrangeiro* e os contactos com outras organizações de empregadas domésticas e as suas lutas. No contacto que mantinham com as dinamarquesas tiveram conhecimento de que as empregadas domésticas e mulheres-a-dias da Dinamarca eram funcionárias do Estado. Na Bélgica estavam a lutar naquela data pelo direito ao Fundo de Desemprego, porque já tinham assegurado os restantes direitos. Do Brasil receberam uma carta, em resposta ao convite para participarem no Congresso Nacional, em Lisboa, em que narravam como se constituíram em Associação (1963) e os Estados em que tinham Associações Sindicais. Em 1972 conseguiram algumas regalias sociais como o direito à Carteira de Profissional, férias remuneradas e Previdência Social. Agradeceram o convite apesar de não poderem estar presentes. Também enviaram o convite para o IV Congresso das Empregadas Domésticas, em Olinda, Recife, mas também às portuguesas não foi possível participar. A Cooperserdo e o Sindicato mantiveram contacto com a Associação profissional dos Empregados Domésticos do Rio de Janeiro (1980). Das entrevistas realizadas às iniciadoras empregadas domésticas do Brasil retirámos o seu empenho durante muitos anos para a criação de Associações sindicais para defesa dos seus direitos e para a conquista da carteira profissional, até chegarem à constituição da Fenatrad - (Federação Nacional das trabalhadoras domésticas), que realizou um Congresso em Maio de 2006, em S. Salvador da Baía⁴⁸⁸.

⁴⁸⁵Glória Silva, anexo: A, n.º8, p.8.

⁴⁸⁶Angélica, Anexo A, n.º6, p.8.

⁴⁸⁷Boletim *Formativo e Informativo* do SSD, n.º17, Outubro 1979.

⁴⁸⁸No estágio que realizamos no Brasil, na USP, conseguimos localizar a Fenatrad e participar no Congresso da Baía, em 2006. Realizámos várias entrevistas às fundadoras dos diferentes Estados, quase todas já reformadas,

A Cooperserdo e o Sindicato mantiveram correspondência e participaram em muitas acções para que eram convidadas, apresentando comunicações: Encontros de Mulheres trabalhadoras promovidos pelo MDM, por alguns Sindicatos e pela Condição Feminina, a nível nacional. Também mantiveram muitos contactos com Instituições de mulheres trabalhadoras no estrangeiro, em Toronto (Canadá) a Instituição INTERCEDE: International Coalition to End Domestic's Exploitation (1980); Association du Personnel Domestique (1980); Bélgica- Centrale Chretienne des Travailleurs de l'Alimentation; da Dinamarca- CNV(Christelijk Nationaal Vakverbond-Ultrcht(1980);Peru-Boletin de La Coordinacion de los Sindicatos de Trabajadoras del Hogar de Lima Metropolitana(1977,1979); Holanda- Werksters in Amsterdam, 1978; França(Paris) Service Civil International (1981); Alemanha (Hamburgo) – Organisation for Playgrounds (1981); Brasil-Associação profissional dos Empregados Domésticos do Rio de Janeiro(1980).

5.A Organização da Cooperserdo: 'Reconversão da Classe'



Autocolante de divulgação Cooperativa, 1979, *fig.3*.

A Cooperserdo foi importante inicialmente no apoio à luta sindical, porque o trabalho produzido com o serviço de refeições, com o trabalho ao domicilio e os outros serviços que foram criando, como o serviço das creches e de lavandaria arrecadava fundos para a acção sindical, como explica a Conceição Faria na entrevista:

Eu acho que inicialmente a Cooperativa foi muito importante e as coisas estavam muito bem. Estavam as duas coisas muito unidas e funcionavam em

mas que estavam presentes e foram homenageadas pelas colegas. Ficámos também a saber o esforço que cada uma fez para adquirir formação, tendo algumas conseguido tirar um curso superior ou chegar a Funcionárias Públicas, sem nunca deixarem de colaborar com a luta sindical e outras lutas em que estão ainda envolvidas, como seja contra o racismo.

*paralelo, depois começou a haver uma luta de interesses, não sei se estou a ser correcta e a cooperativa começou a ter outras finalidades, que deixou de apoiar o Sindicato*⁴⁸⁹.

A Cooperativa pagava o salário da dirigente livre⁴⁹⁰, todas as cooperadoras recebiam o vencimento a tempo e horas, faziam os descontos para a Segurança Social como cooperadoras, seguindo a lei geral do trabalho, de que ainda estavam excluídas as empregadas domésticas. Ganhavam o salário mínimo nacional em vigor, reivindicado pelo Sindicato para toda a classe e ainda dedicavam o seu tempo livre ao desenvolvimento da acção sindical e à formação. As despesas do Sindicato eram muitas, a cotização muito baixa e não havia possibilidades de receber a quotização da mesma forma que faziam os trabalhadores/as de uma empresa ou fábrica. A esses era descontado no ordenado ao fim de cada mês a percentagem estipulada, o que assegurava aos sindicatos uma verba mais ao menos fixa. As empregadas domésticas tinham de se deslocar ao sindicato, enviar pelo correio ou esperar por uma reunião para pagarem ou que fossem bater-lhe à porta, o que não era fácil.

A Helena, simultaneamente dirigente sindical e cooperadora, exprime a importância da Cooperativa para a acção sindical, ainda que trabalhassem duplamente:

*Foi muito difícil aguentar, se não fosse a ajuda de quem trabalhava na Cooperativa e, ao mesmo tempo, ajudava no Sindicato. A Cooperativa nasceu do Sindicato, foram as mesmas pessoas, mas a Cooperativa é que apoiava o Sindicato. Quem suportou o ordenado delas foi o trabalho na Cooperativa, porque as cotas não davam para pagar o ordenado a essas pessoas*⁴⁹¹.

Um pequeno grupo de empregadas domésticas, em relação ao total das inscritas no Sindicato, dava corpo a uma tentativa de alternativa de que falam os estatutos e que elas designavam como a reconversão da classe.

⁴⁸⁹ Conceição Faria, Anexo A, nº3, p.5.

⁴⁹⁰ A dirigente livre era o membro da direcção que fora eleito internamente para estar disponível a tempo inteiro para a acção sindical e não apenas como os restantes membros, que quer fossem dirigentes do Sindicato ou da Cooperserdo trabalhavam a tempo inteiro na Cooperserdo e nos tempos livres é que faziam acção sindical, tal como as delegadas sindicais, algumas internas outras externas.

⁴⁹¹ Helena Freitas, Anexo: A, nº10, p.3.



Serviço de refeições da Cooperserdo na Fábrica Sobil, Porto, 1980, foto, II.

Para além dos refeitórios e das creches, que já funcionavam nas três casas, conseguiram pôr a funcionar duas lavandarias, uma no Porto e outra em Lisboa, unicamente para lavar e passar a ferro, roupa trivial.

*Em Lisboa éramos vinte e tal pessoas. Tínhamos na lavandaria duas, na creche também no início eram duas, no refeitório para aí umas quatro, nos serviços ao domicílio eram várias*⁴⁹².

Assumiam os serviços ao domicílio de limpeza em escritórios, escolas e casas particulares, assim como tinham cooperadoras a trabalhar em cantinas de escolas, de fábricas. Pensamos que este exemplo prático que realizaram pode ter inspirado, posteriormente, a criação de algumas pequenas empresas de serviços domésticos de limpeza e refeições, que executam esses trabalhos.

Os trabalhos eram assumidos localmente em qualquer uma das casas conforme os recursos humanos de que dispunham. Quando precisavam de responder a solicitações e os membros cooperadores eram insuficientes, eram admitidas cooperadoras (à responsabilidade Cooperserdo local) e na Assembleia da Cooperserdo seguinte era pedida a sua admissão. Os contractos de trabalho que faziam com entidades patronais, públicas ou privadas, eram feitos à medida que tinham capacidade para os assumir. Os problemas com os despedimentos continuavam a acontecer, porque continuavam sem legislação contratual para o Serviço Doméstico, o que levava muitas empregadas domésticas a quererem trabalhar na Cooperserdo, mas muitas delas acabavam por ser admitidas sem ter preparação cooperativista, o que fazia desencadear enormes problemas.

⁴⁹² Ibidem, p.2.

*Uma minoria de trabalhadoras domésticas tem consciência do papel que pode desempenhar esta classe na transformação duma sociedade «a caminho do socialismo». Algumas dessas trabalhadoras encontram-se à frente do Sindicato do Serviço Doméstico, que tem seis mil associadas em catorze delegações espalhadas pelo país. Calcula-se que sejam cem mil trabalhadoras domésticas em Portugal. A minoria que constitui a vanguarda tenta actualmente fazer o «levantamento» da classe com vista à sua futura consciencialização.*⁴⁹³



Lavandaria da Cooperserdo, na Rua de S. Bento, em Lisboa, 1978. Foto, III.

Insistem permanentemente na situação das internas, por não terem casa própria, impedidas de constituir família e ficando a servir muitas delas até à velhice. Comendo as sobras, sem um quarto para terem privacidade, não podendo dispor de tempo fosse para o que fosse: namorar, estudar, divertir-se, etc. Também apresentavam a dificuldade das que casavam sem condições e tinham de trabalhar em duplicado, quase não tendo tempo para dormir. Como alternativa as sindicalistas apelam à *'reconversão da profissão'*.

*Mas as forças opositoras dispõem ainda vários meios para criar obstáculos: desde a repressão exercida pelo patronato (neste se incluindo mulheres trabalhadoras também) até um prometido decreto do MT que o Governo tarda em fazer sair. "Reconversão da classe" é no entanto a grande meta do SSD. Nesse sentido, as trabalhadoras operaram já uma actualização de vocabulário: trabalhadora doméstica externa, trabalhadora doméstica interna e serviço ao domicílio*⁴⁹⁴.

⁴⁹³ DIÁRIO DE LISBOA, *Empregadas Domésticas o Preço da reconversão. Para todo o Serviço com poucos direitos*, 16.03.1977.

⁴⁹⁴ JORNAL de NOTÍCIAS - *De Criada de Servir a Empregada Doméstica*, 14.11.1976 e *Empregadas Domésticas - assunto que ainda mexe*, 21.11.1976.

A visibilidade do trabalho da Cooperserdo levanta o protesto de algumas patroas contra as empregadas domésticas, tentando denegrir a sua imagem, naquela altura insatisfeitos e saudosos das “criadas de servir”. Curiosamente vão usar a mesma linguagem que encontramos em 1921, quando as empregadas domésticas criaram a primeira Associação de classe de que falamos no 1º capítulo desta II parte.

5.1. Os conflitos entre as sindicalistas/cooperativistas

A Assembleia-Geral da Cooperserdo reunia anualmente. Os problemas que aconteciam no dia a dia do trabalho cooperativo eram discutidos profundamente em assembleia, como aconteceu no dia 25 /26.02. 1978. A questão colocada à discussão era a seguinte: *uma de nós [cooperadora] está a trabalhar no Sindicato é considerada cooperadora activa ou passiva?* Esta questão, levantada na Assembleia de sócias da Cooperserdo, tinha por trás alguns problemas levantados por algumas cooperadoras de Lisboa, quanto ao trabalho desenvolvido pelas dirigentes do SSD, que ocupavam a maior parte das horas na acção sindical. Estas atendiam sócias, representavam o Sindicato em Tribunal ou apresentavam aos advogados os problemas que iam surgindo de despedimentos e faziam todo o trabalho burocrático que o SSD exigia ou em reuniões ou no serviço porta a porta, para angariar associadas e receber cotas e que era considerado pelas colegas como não tendo um trabalho de esforço como elas tinham, nos serviços da Cooperserdo. Era um trabalho diferente, mais burocrático e também de gestão dos recursos humanos, que cresciam cada vez mais, e ainda o atendimento às mais diversas pessoas portuguesas e estrangeiras que comunicavam e pediam uma entrevista.

A essa questão várias foram as cooperantes que se inscreveram para se pronunciarem, tendo a maioria lembrado que: *A Cooperserdo existe fruto da iniciativa e esforço das colegas que a ela aderem, não é uma empresa capitalista, quem nela trabalha ou seja as empregadas domésticas devem estar com espírito de cooperar e não ocupar um posto de trabalho.* Foi um longo debate de consciencialização e estudo dos Estatutos (uma oportunidade de reflexão nacional sobre os Estatutos, uma vez que quando reuniam localmente tinham muitos assuntos externos a tratar e decidir) pois algumas das cooperadoras não tinham assimilado bem ainda os objectivos da Cooperserdo. De seguida a questão foi colocada à votação para que após o debate e o esclarecimento cada uma pudesse votar, tendo sido aprovado por maioria e apenas com um voto contra de uma cooperadora, que ainda não tinha sido admitida e estava ainda no

período experimental Foi reconhecido que essa cooperadora era um membro activo da Cooperativa mas destacado para a actividade sindical⁴⁹⁵. Nessa mesma assembleia foram eleitos os Corpos Sociais por mais um ano, por votação secreta, tendo ficado a mesma presidente da Direcção e também a mesma Presidente da Assembleia-Geral do mandato anterior. Houve algumas alterações em relação a outros membros ou por já terem pedido a demissão ou por não serem votados, uma vez que havia a proposta de nomes apresentada e discutida na própria Assembleia. Esse facto indicia quer a luta pelo poder quer a incompreensão dos objectivos do Sindicato e da Cooperativa.

Este foi o assunto mais relevante da Assembleia-Geral anual. Todos os outros assuntos da Ordem de Trabalhos eram os habituais, que tinham de ser tratados e constar da acta que oficializava o funcionamento da Cooperativa. Em regra aproveitava-se para apresentar o relatório de contas para evitar outra Assembleia, uma vez que as deslocações, de todas as associadas, eram dispendiosas, porque vinham de Lisboa e Évora ao Porto que era a Sede em que se centralizavam os serviços administrativos. As cooperadoras que não podiam comparecer justificavam a falta por escrito para constar na Acta.

Assinalamos ainda uma reunião extraordinária realizada em Setembro do mesmo ano devido ao pedido de suspensão apresentado pela Angélica, Presidente da Direcção. Nessa reunião, a Presidente da Direcção, Maria Angélica apresentou por escrito o pedido de demissão, apresentando os motivos porque o fazia. Ao mesmo tempo que pedia para ser aceite como membro passivo da Cooperativa ou seja ficar na mesma situação em que se encontravam outras cooperadoras, que tinham aderido à constituição da Cooperserdo e eram até elementos dos Corpos Sociais, mas continuavam a trabalhar na casa das patroas (como era o caso da Dulce e da Laura) ou simplesmente a habitar no Lar que funcionava no último andar da casa.

No Porto a Cooperserdo tinha já a funcionar dois refeitórios, primeiro na Sede na Av. da Boavista e estava a assumir o serviço de refeições na Junta de Freguesia do Bonfim. O Presidente da Junta tinha contactado a Cooperserdo e tinha sido feito um acordo para funcionar no Salão Nobre da Junta um refeitório aberto ao público. As refeições eram elaboradas num bufete que ficava ao lado e que sofreu algumas alterações por conta da Junta. O espaço era bastante grande e rapidamente começou a servir diariamente de 2ª a 6ª F mais de 100 refeições, aumentando sempre o número. Eram refeições económicas, não industriais,

⁴⁹⁵ Questão colocada pela Conceição Ramos, *in Acta nº2, da Cooperserdo*, 25.02.1978, pp.3-5.

com uma ementa constituída por sopa, um prato de carne ou peixe, sumo ou vinho e sobremesa, por um preço acessível. Estava bem situado perto dos Liceus e do comércio numa zona central da cidade, o que contribuía para a afluência de muitos trabalhadores.

A Cooperserdo teve de admitir mais cooperadoras e as mais responsáveis tiveram de se desdobrar, para liderar os serviços e preparar as refeições até que outras cooperadoras ficassem aptas para assumirem a responsabilidade. À medida que aumentava o serviço também aumentava o trabalho burocrático, as despesas com as compras para a execução das refeições e a gestão dos recursos humanos, cuja preparação a nível cooperativo e sindical era insuficiente. Havia empregadas domésticas que estavam ligadas ao Sindicato e à Cooperserdo, até davam o seu tempo livre, participavam nas reuniões, eram sócias também da Cooperativa, tinham ajudado à sua fundação, mas mesmo quando era necessário assumir o trabalho cooperativo a tempo inteiro não aceitavam, por razões diversas. O que contrariava o art.º 8.º do 3.º cap. dos Estatutos: *os sócios que exerçam a sua actividade no âmbito da cooperativa, não poderão trabalhar em regime livre, ou seja, por sua conta e iniciativa, ficando obrigados a realizar através desta todo o trabalho que possam angariar*⁴⁹⁶. Apareciam empregadas domésticas desempregadas, outras trabalhavam aos dias e estudavam à noite, e eram admitidas como cooperadoras. Algumas dispunham de menos tempo para a acção sindical, ou porque eram casadas e tinham filhos ou porque estudavam. Mas precisavam de adquirir o espírito cooperativista que as mais antigas possuíam quando iniciaram. A evolução da sociedade dava-se rapidamente e as novas cooperadoras tinham capacidade reivindicativa e colocavam questões nas Assembleias, segundo os princípios defendidos pelo Sindicato e pela Cooperserdo de “trabalho igual/salário igual”. Algumas estavam inscritas nos Cursos de Alfabetização outras frequentavam o ensino nocturno, o que as levava a um confronto directo com as mais antigas, quanto à forma de actuação de acordo com os Estatutos.

Em Setembro de 1978 a Angélica, presidente da Direcção, pediu uma reunião extraordinária, e apresentou a sua demissão. A questão fundamental do pedido de demissão apresentado por escrito prendia-se com duas opiniões diferentes sobre a aplicação a dar a uma quantia de mais valia produzida pelas Cooperadoras e cuja aplicação era preciso decidir. A proposta apresentada pela Angélica era a aplicação do dinheiro na compra de *uma carrinha e dávamos trabalho a mais gente só tínhamos à volta de 200 contos e comprávamos a carrinha, um furgão*. A segunda proposta, apresentada pela Celeste, que também fazia parte da Direcção,

⁴⁹⁶ESTATUTOS DA COOPERSERDO, p. 6.

era o pagamento igual a todas as cooperadoras do subsídio de férias. Gerou-se uma longa discussão, mediada por um elemento da mesa e no fim as duas propostas foram postas à votação. Segundo a Angélica, as mais novas influenciadas e porque lhes era favorável, apoiaram a segunda proposta e a carrinha ficou para outra ocasião, com muito desgosto segundo recorda na entrevista, porque tinha gasto dinheiro do seu bolso a tirar a carta de condução. Por outro lado entendia que as cooperadoras que estavam há pouco tempo não deviam beneficiar de imediato, porque ainda não tinha trabalhado para a “vaquinha”⁴⁹⁷, contrariamente ao seu caso e de algumas que tinham trabalhado muito e a ganhar muito pouco para construir a Cooperserdo. Pelo que defendia que as novas deviam trabalhar também para beneficiarem e não à custa do esforço das iniciadoras. As duas propostas foram votadas, tendo sido aprovado a nível nacional o pagamento do subsídio de férias a todas as cooperadoras de acordo com a Lei Geral de Trabalho. Esta terá sido uma das causas para a Presidente deixar a Cooperserdo e assumir de novo um convite que lhe fora dirigido para ser novamente dirigente livre da LOCF⁴⁹⁸. Confrontando o Livro de Actas e reflectindo sobre esta questão, que aconteceu nos finais de 1978, verificamos que a acta da assembleia foi rejeitada pela própria Presidente – a Angélica e que lhe foi pedido, para que ficassem registadas as suas palavras sem mal entendidos.

Consideramos este episódio importante pelo que assinala as dificuldades sentidas no interior do Sindicato e da Cooperativa, para o seu desenvolvimento. As escolhas então realizadas, guiadas por boas razões e intenções acabaram contudo por provocar cisões e fragilizar o grupo inicial. Estavam em causa diferentes percepções do que era mais importante e oportuno em cada momento assim como a necessidade de algumas iniciadoras de serem reconhecido o seu empenhamento. Seria mais adequado aumentar as possibilidades de criar novos postos de trabalho ou fazer a redistribuição dos lucros através do subsídio de férias? Como fazer compreender a importância do trabalho de organização com o trabalho braçal entre pessoas que davam os primeiros passos no cooperativismo?

O cooperativismo fora assumido pela Angélica como por outras sindicalizadas como um projecto de vida. A Cooperserdo estava em franco desenvolvimento, fruto do trabalho incessante das cooperadoras que eram simultaneamente dirigentes e delegadas sindicais. Todas trabalhavam com o objectivo da reconversão da classe e quem aderiu inicialmente conhecia bem os Estatutos quer tivesse participado na sua redacção ou aderido

⁴⁹⁷ Expressão usada na entrevista pa designar colectivo.

⁴⁹⁸ Angélica, anexo: A, nº6, p. 18.

posteriormente. Contudo, não se pode esquecer que a antiguidade tem sido considerada pelos trabalhadores e pela maior parte das empresas e instituições, um factor a pesar na ascensão profissional, que estabelece patamares diferentes de remuneração. Isso pode ter pesado na percepção da questão em debate. Todas defendiam o princípio de salário igual para trabalho igual para as empregadas domésticas e também para as cooperadoras. Independente das habilitações literárias e do serviço atribuído a cada cooperadora. As cooperadoras executavam múltiplas tarefas para as quais era necessário tempo e formação para se tornarem autónomas e sobretudo para fazerem trabalho de formação pessoal dentro dos princípios do cooperativismo, do sindicalismo e da solidariedade entre trabalhadores.

O regulamento interno não tinha alterado as condições de admissão e qualquer cooperadora que era admitida tinha um período experimental e só na próxima Assembleia era oficializado o pedido de admissão. Tempo que devia ser aproveitado para preparar as novas cooperantes a admitir. O desenvolvimento da Cooperserdo requeria formação. Se algumas a tinham adquirido antes do 25 de Abril, importava criar oportunidade às novas cooperantes. A defesa desse princípio terá pesado na reprovação da compra da carrinha e no pagamento do subsídio de férias às novas cooperadoras. Contudo, não é de excluir que algumas tenham votado somente para ter acesso ao subsídio, como parece ser a percepção que a Presidente tinha e guarda ainda na memória, passados 30 anos.

A propósito da Cooperativa e do Sindicato a Helena Freitas recorda que o *Sindicato coexistia ao mesmo tempo. Nós todas éramos patroas, pois era uma cooperativa não havia patrões, de qualquer forma tínhamos que reunir, o que fazíamos todas as semanas, todas as cooperadoras, porque não éramos empregadas, reuníamo-nos para distribuir os trabalhos.*

A expressão: *todas nós éramos patroas*, queria indicar que tinham de reunir semanalmente para organizar e distribuir o trabalho como cooperadoras, em que não havia uma patrão/patroa mas onde todas tinham de decidir e programar o trabalho, colaborar de acordo com o que era decidido colectivamente. Para além disso, a Cooperserdo contava com alguns apoios concretos, que foram benéficos para a manutenção do Sindicato, na resposta aos muitos problemas que tinham as empregadas domésticas. *A Cooperativa contribuiu para que o Sindicato pudesse ter um advogado, uma secretária a tempo inteiro, depois chegamos a ter duas funcionárias, isto na Sede, não falando nas Delegações, e chegamos a ter milhares de sócias.*⁴⁹⁹

⁴⁹⁹ Entrevista de Helena Freitas, Anexo: A, nº10, pp. 2 e 3

Do livro de Actas da Assembleia-Geral da Cooperserdo constam as cooperadoras presentes a nível nacional (as que faltavam apresentavam justificação escrita), as que eram admitidas ou demitidas anualmente. Era enviada uma convocatória como estipula a lei a cada sócia e era publicada em dois Jornais. No início da Assembleia, após a apresentação, era lida a acta anterior e assinada pelas cooperadoras que tinham estado presentes, tal como acontecia nas reuniões e Assembleias do Sindicato. Seguidamente era discutida a Ordem de trabalhos já em poder de cada Cooperante que podia sugerir a introdução de algum ponto que precisasse de ser discutido e não estivesse contemplado. Já os assuntos internos de cada uma das casas da Cooperserdo eram decididos pelas cooperadoras sempre que fosse necessário e as reuniões locais eram geralmente quinzenais, sendo no encontro geral tomadas as grandes decisões. Na Assembleia-Geral eram admitidas as sócias que já tinham pago o capital exigido ou parte e demitidas as que porventura tivessem pedido a demissão. A Assembleia-Geral era o órgão com poder deliberativo, quer em relação às cooperantes, quer de aprovação ou reprovação da aceitação de trabalhos de prestação de serviços e sua abertura dentro ou fora da Sede ou delegações. Depois de discutido cada assunto apresentado no início na ordem de trabalhos era feita a votação para decisão final.

Na Assembleia-Geral ordinária da Cooperserdo em 22 de Março de 1980 a metodologia utilizada foi a das Assembleias anteriores. Do Porto estavam presentes (6); de Lisboa (5) e de Évora (3), de Aveiro (1). Foram admitidas as sócias que já tinham ultrapassado o período experimental: 2 no Porto, 3 em Lisboa e 2 em Évora. Estiveram presentes no total 22 cooperadoras e mais 2 colaboradores convidados.

Após aprovação da ordem de trabalhos de imediato foi levantada novamente a questão sobre situação da dirigente livre do Sindicato, se era considerada em relação à votação uma sócia no activo ou no passivo. O assunto foi mais uma vez discutido e consultados os Estatutos concluiu-se que só na imaginação havia sócias no passivo e que tal não constava dos Estatutos. Por essa razão todas as sócias que tinham entregue o capital social e que não aceitaram entrar para o trabalho desenvolvido na Cooperativa tiveram de pedir a demissão e foram reembolsadas do capital entregue, porque não aceitaram deixar as patroas e integrar a cooperativa. A dirigente livre era uma sócia no activo, pelo que era aceite cooperadora ainda que o seu vencimento fosse pago pela Cooperserdo, o Sindicato comprometia-se a pagar o seu vencimento que era igual às restantes cooperadoras.

No 1º trimestre de cada ano eram realizadas Assembleias quer pelo Sindicato quer pela Cooperserdo para apresentar às sócias o balanço de contas do ano anterior e o orçamento para o ano seguinte. Nos primeiros anos, como o movimento era pequeno, eram as próprias associadas que conforme sabiam registavam as despesas e as entradas de dinheiro. Numa gaveta ou num caixa guardavam os comprovativos das despesas e em folhas A4 ou num caderno escreviam o *deve o haver*. Este procedimento era utilizado pelos donos das mercearias e outras actividades similares, ainda naquela época. A determinada altura sentiram necessidade de organizar a contabilidade e encontraram uma pessoa licenciada em economia, o Dr. António Seia, do Instituto António Sérgio, que, gratuitamente, ensinou a organizar a contabilidade como devia ser feita, para ser trabalhada depois por um Oficial de Contas. Dessa forma ficaria mais barato o pagamento ao contabilista que assinasse as contas. Numa pasta de arquivo encontrámos o documento final de cada ano com o *deve* e o *haver*.

Na Assembleia da Cooperserdo em 1980 foi apresentada oficialmente, pela primeira vez, a contabilidade referente ao ano 1976, 77, 78, 79. Os resultados no Porto eram 263.547\$50; Lisboa, 375.883\$80 e Évora, 106.558\$90 num total de 746.071\$20, declarou Manuela Guimarães, uma amiga que gratuitamente ofereceu esse serviço à Cooperserdo. Como o saldo era positivo aproveitou-se para decidir como seria feita a divisão dos lucros, sendo 50 % do capital para investimento e só o restante distribuído conforme os anos de trabalho de cada Cooperadora⁵⁰⁰. O problema do despejo levou a ter de se ponderar a aquisição de habitação própria no Porto o que não era fácil, por ser necessário mais espaço do que o que se tinha, que era muito exíguo, para o desenvolvimento da Cooperserdo e Sindicato. Acabaram por apenas decidir alterar o vencimento para 5.600\$00 e a refeição gratuita para todas as cooperadoras a nível nacional. Foi decidido entregar a Contabilidade foi entregue à Uninorte. Tendo havido um mútuo acordo de prestação de serviços, como foi a limpeza dos escritórios onde funcionavam e ajustado o pagamento da diferença. Ainda que o trabalho de caixa e de arquivo fosse executado por uma cooperadora, que tinha sido admitida, mas era doente cardíaca, a Lurdes, pelo que não podia fazer trabalhos pesados. A Celeste foi destacada para acção sindical como activista livre do Sindicato, porque tinha sido defenido que a *activista livre do Sindicato do Sindicato do Serviço Doméstico é cooperadora, tem de cumprir o regulamento interno da Cooperserdo e as cooperadoras têm que estar atentas ao trabalho*

⁵⁰⁰ O que não veio a acontecer por ser necessário adquirir casa própria ou pagar uma renda.

do SSD.⁵⁰¹ Nessa qualidade fez um projecto para a DGEP em nome do SSD, pelo que passou a receber uma bolsa mensal, que cobria o vencimento e a parte contributiva para a Segurança Social, porque todas ganhavam o ordenado mínimo nacional. O último ponto da Ordem de Trabalhos era a Formação Profissional. As cooperadoras pronunciaram-se sobre a impossibilidade de a médio prazo fazerem formação profissional por falta de tempo e dinheiro. E analisaram que *foi a falta de apoio financeiro e das pessoas capazes de estarem connosco desinteressadamente, que impediu o crescimento das cooperantes*. Concluíram que tinha sido importante a experiência adquirida, o terem-se libertado dos patrões, algumas iniciativas tidas como foi a peça de teatro, cursos de alfabetização, assembleias, as dificuldades de toda a ordem que tiveram de assumir em reuniões semanais, o Congresso e o diálogo umas com as outras.

Desde 1977, que a contratação de um advogado, umas horas por semana, para o serviço do contencioso de Lisboa e também a outro advogado o Dr. Agostinho Rafael, no Porto levou as dirigentes encarregues dos processos das colegas despedidas a compreenderem muito mais profundamente a lei geral do trabalho e a importância do Contracto Colectivo de Trabalho para o sector profissional das empregadas domésticas. Nas Assembleias-Gerais e nas reuniões quer de cooperadoras quer de delegadas sindicais, que se realizavam a nível regional ou local, os saberes aprendidos pela experiência, pelo contacto com os colaboradores (advogado do Sindicato, médico da Creche, estagiárias de várias áreas), eram transmitidos para que cada uma adquirisse mais conhecimentos e melhor pudesse desempenhar as suas funções dentro das duas Organizações: Sindicato e Cooperativa.

As sindicalistas e cooperadoras no início de cada ano planeavam actividades formativas para as dirigentes e delegadas sindicais que designavam de *Encontro Sindical a nível nacional ou Encontro de Dirigentes, Delegadas e Activistas Livres*⁵⁰². De três em três meses estava planeado um fim-de-semana em que as delegadas e dirigentes sindicais se reuniam a nível Nacional, para fazer avaliação ao trabalho realizado em cada delegação ou bairro. Antes era enviado a ordem de trabalhos para que cada uma se preparasse convenientemente e assim aproveitassem melhor o tempo do encontro. Realizava-se durante dois dias, num fim-de-semana, em regra na Sede em Lisboa quando eram promovidas pelas dirigentes do Sindicato; quando eram as dirigentes da Cooperativa a convocar era na Sede no Porto.

⁵⁰¹Do livro de Actas da Assembleia-Geral da Cooperserdo, p.33.

⁵⁰²Circular nº1, 6/7 de Janº1979.

6.A necessidade de Formação

A certa altura as dirigentes aperceberam-se que alguns dos problemas que começavam a surgir eram provocados pela falta de formação. Esta tornava-se imperiosa, porque de outra forma seria difícil prosseguir, uma vez que a maioria não tinha preparação para uma actividade de prestação de serviços, em que a responsabilidade era repartida e colectiva.

As empregadas domésticas ao aceitarem ser cooperadoras inicialmente ganhavam menos do que em casa dos patrões, mas regiam-se pela lei geral do trabalho, quer em relação aos descontos para a Segurança Social, quer a direito de folgas, feriados e férias. Acabavam por ter muito trabalho sobretudo para além do trabalho manual, pois tinham o trabalho intelectual para saberem gerir bem para conseguirem a mais valia para ser repartida por todas. O trabalho colectivo do Sindicato e da Cooperserdo não era um “mar de rosas”, os espinhos eram bastantes, sobretudo para as dirigentes. Nem todas aguentavam a pressão do trabalho e da responsabilidade, daí existirem muitos conflitos, como se verifica na leitura das actas da Cooperserdo, por falta de formação intelectual e profissional. Outra das razões dos conflitos era, como sempre acontece, o oportunismo de algumas que queriam beneficiar e não queriam cooperar. As decisões eram colectivas, o respeito tinha de ser mútuo tal como os sacrifícios, privações, os êxitos ou os lucros.

Mas o mais grave é que exigia o apoio do Sindicato. Inclusive com mão-de-obra. Lembro-me muitas vezes, que nós íamos a correr ajudar na cozinha. Quando as instalações começaram a ser pagas. Começou o Sindicato só mais tarde, é que ficou a Cooperativa a pagar metade e mais tarde ficou a pagar tudo, que era relativamente barato⁵⁰³.

Daí nas últimas Assembleias da Cooperserdo terem elaborado novo regulamento a partir da experiência e dos problemas enormes que surgiam e que acabaram por levar à demissão de alguns elementos iniciadores, que tinham revelado espírito de luta, solidariedade e não manifestavam interesses pessoais para além do desenvolvimento humano de libertação da opressão e sujeição, o que nem sempre foi bem compreendido. O trabalho sindical e cooperativista era bastante exigente, os meios eram escassos e a formação insuficiente para a responsabilidade que surgia no dia a dia e que exigia um desdobramento em actividade que começava a ser incontrolável. Por outro lado a situação política começava a entrar no período de normalização. A mudança social era rápida, o que obrigava a ter de rever constantemente o

⁵⁰³Conceição Faria, Anexo: A, nº3, p.5/6.

modo de funcionar e mesmo os conceitos que tinham sido interiorizados e idealizados. Os amigos colaboradores eram muitas vezes os mediadores dos conflitos, porque com mais preparação intelectual apercebiam-se e estando de fora avaliavam os problemas imparcialmente. A necessidade de parar para pensar fora do local de trabalho tornou-se urgente. Em 1978 através da JOCF na Bélgica a psicóloga Lieve M. veio para Portugal e começou a trabalhar na Sede do Sindicato, em Lisboa gratuitamente simplesmente pela alimentação. Juntamente com o Olegário Paz e a Vitória Pinheiro fizeram a proposta às dirigentes do Sindicato e da Cooperativa para um Curso de Férias, durante uma semana. A ideia foi bem aceite e foi transmitida às delegações. O local foi escolhido foi Celorico de Bastos, donde é natural a Helena Freitas e que estava a construir a sua casa, junto da casa dos pais.

Em Agosto de 1978, as dirigentes que puderam e quiseram passaram oito dias das suas férias a frequentar o Curso preparado pela Vitória e Olegário Paz, ainda que também houvesse o contributo de todas, quer no planeamento dos tempos, de passeios e da animação cultural e de lazer. A formação que adquiriram está escrita nos apontamentos dos cadernos pessoais da Helena Freitas e da Conceição Ramos a que tivemos acesso.



Formadores e algumas participantes do Curso de Férias, Celorico de Bastos, 1978, foto, IV.

Aprenderam a história das empregadas domésticas e a sua origem em alguns países como o Brasil assim como os principais acontecimentos da Europa do sec. XIX, como a industrialização, o movimento operário, a legislação no Código Civil e os principais factos que marcaram a organização das empregadas domésticas até ao 25 de Abril. Também ficaram a

conhecer a história do movimento sindical e cooperativo. No penúltimo e último dia falaram dos problemas que as afectavam concretamente e pensaram em dar continuidade à formação recebida, junto das colegas. Para as activistas que participaram aqueles dias foram muito importantes, de convívio saudável, com divisão de tarefas, em que mesmo os formadores participavam. Foi uma semana de férias diferente, em que se envolveram e aprenderam muitas coisas que desconheciam. Ficaram mais conscientes da responsabilidade que tinham e entusiasmadas programaram e marcaram uma reunião para Outubro de 1978. Nessa reunião com dirigentes e delegadas sindicais pensaram na realização de um Congresso.

6.1. A preparação e realização do 1º Congresso do Sindicato do Serviço Doméstico

Na Assembleia -Geral seguinte anunciaram a ideia de realizar o 1º Congresso do Sindicato do Serviço Doméstico. A Lieve M. entretanto foi admitida no início de 1979 como cooperadora. Ela também esteve presente e comprometeu-se a pedir apoio às instituições congéneres no estrangeiro. Nessa assembleia fizeram uma proposta de formar uma Comissão Organizadora do Congresso (COC) e apresentaram como temas para discussão: *a mobilização da classe; vida interna do Sindicato; lei para o Serviço doméstico*⁵⁰⁴.

Nomeada a Comissão Organizadora do Congresso (COC) elegeram três activistas para trabalharem a tempo inteiro: a Celeste ficou responsável pela Zona Norte até Coimbra, a Conceição Ramos para Lisboa e periferia e a Conceição Faria para a Zona Sul. Ficaram a seu cargo algumas iniciativas: organização de um curso de formação e desenvolvimento de actividades culturais de forma a mobilizar a classe e como meio de preparação para o Congresso, que começava com a nomeação da Comissão organizadora do Congresso de Outubro de 1978 e só terminaria no final de 1979. Cada activista ficou responsável pela promoção de excursões, reuniões, passagem de filmes, organizar actividades de forma a que o maior número de associadas despertassem. Reconhecendo a necessidade de formação para outras activistas, uma vez que preparar um Congresso exige muita preparação e mobilização, decidiram para o mês de Abril um curso de iniciação/formação para todas as empregadas domésticas que quisessem participar, em particular para as que tivessem menos formação.

⁵⁰⁴ACTA DO ENCONTRO DE DELEGADAS, 14/15 Outubro, 1978.

A direcção do Sindicato continuava a reunir todas as semanas para analisar a situação política e planear o trabalho que tinha de ser desenvolvido, assim como a participação nas actividades da Intersindical; produziam documentos para enviar às delegações a indicar os procedimentos que deviam ter para que o trabalho não estivesse só centrado na Sede, mas todas, fosse qual fosse o ponto do país, desenvolvessem acções de mobilização e consciencialização. O trabalho era discutido pela Direcção e sugerido às delegações para se organizarem. Por exemplo, para as comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio⁵⁰⁵ ou no caso do Congresso, com a distribuição de tarefas para conseguirem angariar fundos em ordem à sua realização, que exigia custos elevados.

O Boletim do Sindicato do Serviço Doméstico⁵⁰⁶ que era formativo e informativo dava a conhecer a situação política do país e apresentava as linhas estratégicas da acção social do Sindicato. Nesse mesmo boletim criticam a divisão do movimento sindical e daí a importância de *estarem esclarecidas para esclarecerem, informadas para informarem, trabalhar para exigir trabalho às outras sócias*. Por norma, sempre que se realizavam encontros sobre a situação política aprovavam uma moção sobre o assunto discutido e enviavam aos Órgãos de Informação e aos órgãos competentes, como foi o caso, quando reflectiram sobre a divisão do movimento sindical, que enviaram às duas Centrais Sindicais (UGT e CGTP) assinada pelas presentes nesses debates.

O tempo era totalmente aproveitado, porque reunir as dirigentes e cooperadoras durante um fim-de-semana não era fácil. Aproveitavam para discutirem assuntos de interesse, para ver um filme e dialogar sobre o mesmo. Os filmes eram sobre temas formativos e informativos, e era um meio de alfabetização e de aprendizagem colectiva. Nunca faltava a dança e as canções para animar, descontraír e recuperar as energias para continuar a luta. O trabalho da Cooperativa absorvia muito tempo o que dificultava a ajuda nas tarefas sindicais, que eram muitas: sobretudo andar de porta em porta a receber as cotas das sócias, que não tinham possibilidade de se deslocar à Sede ou às delegações. O que acabava por atrasar o pagamento e fazia falta para pagar ao advogado e todas as despesas que havia.

O ano de 1979 ficou assinalado pela preparação e mobilização a nível nacional das empregadas domésticas para a realização do 1º Congresso Nacional do Sindicato do Serviço

⁵⁰⁵DOCUMENTO DA REUNIÃO NACIONAL DE DELEGADAS DO SSD, 8 e 9 Abril 1978; COMUNICADO SOBRE A REUNIÃO DE DELEGADAS A NÍVEL NACIONAL a 17 e 18 de Junho 1978.

⁵⁰⁶SINDICATO DO SERVIÇO DOMÉSTICO, Boletim Formativo e Informativo, nº16, Março 1979.

Doméstico⁵⁰⁷. A eleita Comissão Organizadora do Congresso (COC) formada por dirigentes e delegadas sindicais formulou o compromisso pela realização do Congresso de 17 a 30 de Outubro 1979, contando com o apoio de organizações de trabalhadores como referem no comunicado emitido em Janeiro de 1979. Teve a seu cargo toda a responsabilidade de organização, elaboração de documentos e imensas iniciativas que culminariam numa Assembleia Pública, aberta a delegadas e convidadas/os⁵⁰⁸. O calendário de preparação do Congresso⁵⁰⁹ foi enviado às associadas e aos órgãos de Comunicação com as datas, contactos, convites, preparação do Congresso, apoios a conseguir para levar a efeito o *Congresso Nacional das Trabalhadoras do Serviço Doméstico*⁵¹⁰.

Conscientes que nem sempre terão disponibilidade sozinhas para organizar as múltiplas actividades preparatórias do Congresso, decidiram pedir ajuda a trabalhadores e Organizações, desde que estejam sinceramente disposta a ajudar sem qualquer sentido de recompensa: o Congresso é das trabalhadoras/es do Serviço Doméstico e não deve ser um meio de fazer passar outros interesses que não sejam unicamente os seus.

Estas palavras manifestavam a reflexão feita no Curso de Férias sobre a manipulação de alguns partidos sobre os Sindicatos, que só eram solidários se tivessem contrapartidas, o que tirava a autonomia às sindicalistas. Um dos documentos/ acta enunciava os nomes da Comissão Organizadora⁵¹¹ e informava onde era a realização do Congresso, o nome das várias Comissões, assim como o Calendário das Actividades preparatórias⁵¹². O primeiro documento informativo, com o cabeçalho *1º Congresso das Trabalhadoras do Serviço Doméstico* intitulava-se: *Quem somos?* e descreve sucintamente todo o percurso histórico desde que iniciaram a actividade sindical até aquele momento. O documento indicava 7.000 associadas inscritas, apesar de no País existirem 100.000 empregadas domésticas, jardineiros e mulheres-a-dias; lamentavam ainda estarem regidas pelo Código Civil de 1867 e apresentavam todos os

⁵⁰⁷ 1º CONGRESSO NACIONAL DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS, 27,28,29 e 30 de Outubro, 1979.

⁵⁰⁸ Folhas do caderno de apontamentos da Conceição Ramos e da Helena sobre o Congresso.

⁵⁰⁹ Resoluções tomadas na reunião de 12/13 de Maio 1979.

⁵¹⁰ No caderno de apontamentos de 1979, Conceição Ramos escreveu: reunião de Direcção e as datas sugeridas para o Congresso, assim como as primeiras sugestões da finalidade do Congresso, das questões a incluir como tema, da equipe a convidar e os fundos para realizar o Congresso da parte dos Holandeses e Belgas; sugestão de equipas de trabalho a formar e das pessoas que as irão preparar no Continente e Ilhas dos Açores e Madeira. s/data.

⁵¹¹ Do comunicado nº 1 (*Eram 4 delegadas de Lisboa, 3 do Porto, 1 de Torres Novas, 1 de Évora e 1 de Aveiro, sendo responsáveis pelo Congresso e como tal nenhuma decisão de carácter público deveria ser tomada sem a sua aprovação*).

⁵¹² Do calendário faziam parte: Em Maio preparação do lançamento público, com impressão de folhetos das reuniões de formação, convites para as reuniões e a realização de uma assembleia em Junho, e ainda visitas a diversas localidades para ajudar a preparar entrevistas e assembleias.

passos que tinham dado para a aprovação do Contracto Colectivo de Trabalho (CTT) entre Janeiro de 1977 e Julho de 1978⁵¹³. Recordavam, às colegas, o artigo 52 a), b) e c) sobre a segurança no emprego, que proibia os despedimentos sem justa causa ou por motivos políticos ou ideológicos. Fundamentavam assim as razões da realização do Congresso de 27 a 30 de Outubro 1979, mas com sessão pública no dia 28, no Pavilhão de Desportos

*Querem congregar todas as trabalhadoras do Serviço Doméstico visto viverem todas a mesma realidade; revelar a Portugal e ao Mundo os problemas das suas vidas e as suas aspirações; exigir condições de vida que as defendam dos problemas que mais as preocupam e dêem resposta às suas aspirações*⁵¹⁴

Aproveitaram para anunciar o curso de formação para empregadas domésticas e mulheres-a-dias: um curso com 8 reuniões de estudo e preparação para o Congresso a realizar em diferentes zonas das cidades e nas delegações. O objectivo era sentirem-se unidas e ser uma das formas de tomada de consciência da existência de milhares de colegas com as mesmas preocupações, uma vez que as trabalhadoras viviam e trabalhavam isoladas. Por outro lado dar formação às associadas que não tinham participado no curso de férias, para entenderem melhor o trabalho sindical, adquirirem mais conhecimentos a nível político e tornarem-se mais participativas.

No dia 5 de Junho de 1979 um documento intitulado: *Empregadas Domésticas Fazem Inquérito à Opinião Pública*⁵¹⁵ anunciava a data da iniciativa⁵¹⁶ e dava dicas para a preparação das entrevistas e o material que era importante possuir (gravador e cassete, três pessoas disponíveis para cada local escolhido, sugestão como deviam ir vestidas e os utensílios que deviam transportar, os folhetos de divulgação do Congresso para distribuir e o tipo de perguntas a fazer.

⁵¹³ O documento nº7, resume as principais acções desenvolvidas até àquele momento: *Janeiro, 1977: exposição, entregue na Presidência da República e dirigida ao Presidente da Republica, a solicitar a aprovação de legislação; Março concentração, em S.Bento, entrega de uma exposição aoPrimeiro-Ministro e pedido de audiência que, entretanto, não foi concedida; Outubro,1977 entrega na Assembleia da Republica, de uma petição subscrita com 1400 assinaturas, a pedir audiências com as Comissões Parlamentares dos Partidos Políticos representados na Assembleia da Republica; Março, 1978, o Provedor da Justiça pronuncia-se sobre o artigo da Lei que remete o Serviço Doméstico para o âmbito de uma legislação especial a aplicar e a aprovar mais tarde; Maio, 1978 legislação sobre o salário mínimo, que estipula 3.500\$00 de salário mensal para a trabalhadora interna, mas podendo a entidade patronal descontar a alimentação e o alojamento dessa quantia; Julho, 1978 integração no Regime Geral da Previdência, até aí estavam abrangidas apenas por um regime especial de 1973, de Marcelo Caetano’.*

⁵¹⁴ Ibidem.p.3

⁵¹⁵ Este documento é divulgado para os órgãos de Comunicação e ao lado, manuscrito, encontramos as seguintes palavras, *para entregar de mão própria, pela Helena’.*

⁵¹⁶ DIÁRIO DE LISBOA - *Empregadas Domésticas fazem inquérito*, 11.06.79. Caderno de Apontamentos da reunião de 23.04.1979, de Conceição Ramos e um comunicado da COC intitulado: *Porquê este inquérito? As localidades onde vai decorrer.*



Inquérito de Opinião à população pela C.O.C., Porto e Lisboa, 5 Julho 1979, fotos, V e VI.

A Comissão Organizadora do Congresso (COC) apresentou a todas a associadas a por escrito a Acta das - *Resoluções tomadas na 2ª Reunião da C.O.C., Lisboa 30 Junho 1 Julho 79* - em que descreve o calendário e os vários assuntos tratados na reunião de preparação para o Congresso⁵¹⁷. A acta da segunda reunião foi enviada também aos membros da Comissão organizadora do Congresso, com antecedência, e aí sugerem os pontos a discutir na 3ª reunião da Comissão Organizadora do Congresso. Propõem como exigências para discussão do Congresso:

- a) 1.º - Reforma aos 55 anos e fundo de desemprego; o aumento do salário da reforma; 2.º - Construção de casas económicas para as trabalhadoras do Serviço Doméstico; 3.º - Melhoria dos Serviços Médicos Sociais: casas de repouso para convalescença de doenças; 4.º - Contribuição permanente do Estado que garanta a formação integral dos Trabalhadores do Serviço Doméstico social; 5.º - Reconversão da profissão do trabalho; 6.º - a) Escolaridade possível para todas as crianças que nascem nas aldeias onde ainda faltam escolas em número suficiente; b) - Comissões de trabalho com vários itens, que cada delegada deve trazer preparado para informar na reunião o que está a fazer, as dificuldades que tem e o que lhe falta realizar, c) - Regulamento interno: sugestões que cada uma deve ter para a viagem de ida e volta; presenças no Pavilhão dos Desportos em Lisboa e participação no Curso de Preparação (que se realizava em várias localidades para atingir o maior número de empregadas domésticas).*

Estes pontos da Ordem de Trabalhos propostos foram discutidos nas delegações e nos grupos que as activistas destacadas promoviam. Foram apresentados na Conferência de

⁵¹⁷ No 1º ponto: revisão ao trabalho decidido na 1ª reunião da COC; Cursos preparatórios; trabalho realizado pelas Comissões já constituídas a nível nacional: comissão de propaganda; emblemas; autocolante; cartazes; b) Comissão do Jogo Cénico; Comissão de Finanças; Comissão Instaladora; Comissão Plano Regional; Ponto 2-Curso Quadros: como realizar o Curso; participantes na Curso; número de participantes; ponto 3: Como intensificar o programa do Congresso durante os meses de Julho e Agosto; exigência; e assuntos especiais. A próxima reunião ficou marcada para 4 e 5 de Agosto.

Imprensa em que foram convidados os jornais, rádio e TV e a União dos Sindicatos. A COC através das responsáveis pelos órgãos de comunicação, deram a conhecer os objectivos do Congresso e dirigiram um convite a todos para participarem⁵¹⁸. O inquérito realizado à população tinha como objectivo chamar a atenção do público para o Congresso e ao mesmo tempo mobilizar as delegadas e activistas para dialogarem com a população como forma de socialização, comunicação, formar opinião. Tinha também como objectivo despertar as colegas, que começavam a desmobilizar, ao fim de cinco anos após o 25 de Abril, por sentirem o desinteresse por parte dos sucessivos Governos pelas suas reivindicações.

Os apoios humanos e alguns financeiros que conseguiram, quer nacionais quer estrangeiros, possibilitaram a mobilização e a participação das trabalhadoras do Serviço Doméstico nas acções desencadeadas, que teria uma sessão pública no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, em 28.10.1979 [das 14 h as 19 h]⁵¹⁹.

A sessão pública encheu o Pavilhão dos Desportos, em Lisboa. Foram muitos os convidados: representantes dos Sindicatos e Cooperativas, Dra. Teresa de Vasconcelos, secretária de Estado do Trabalho em substituição da 1ª Ministra Maria de Lurdes Pintasilgo, órgãos de Comunicação, a Intersindical, os Sindicatos de Empregadas Domésticas de outros países (esteve presente uma representante do Sindicato das Empregadas Domésticas do Peru - o único Sindicato de Empregadas Domésticas que pode enviar uma representante) e foram lidas todas as mensagens enviadas pelas direcções dos Sindicatos das Empregadas Domésticas, que não puderam estar presentes, e que tinham sido convidadas. Foi o caso da Odete e Anaíze, do Rio de Janeiro e que aqui deixamos a foto quando as contactámos e entrevistámos, em 2006.



No 9.º Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas, em Salvador -Bahía, 2006. Anaíze e Odete (R.J.) respectivamente a 3ª e 4ª, à direita, foto, VII.

⁵¹⁸ Comunicação aos camaradas da União dos Sindicatos de Lisboa e dos Sindicatos presentes no Plenário 12/07/1979.

⁵¹⁹ Programa da Sessão Pública.

A Condição Feminina fez - se representar por um elemento da Comissão. Foi declamado por um elemento da Mesa um poema escrito pela poetisa Maria Teresa Horta intitulado “*Dia de uma “criada” de servir e seu lamento – calado*”, como mensagem do tipo de mulher trabalhadora que não podia existir, de acordo com o lema do Congresso -“*Dizemos não à servidão*”. Este poema revela a forte solidariedade da Organização da “Condição Feminina” com a luta das Empregadas Domésticas, quer em Lisboa quer no Porto.



Sessão pública do I Congresso do Serviço Doméstico, no Pavilhão dos Desportos Lisboa, 28.10.1979, foto, VIII.

O Congresso não terminou com a Sessão pública. O Congresso estava planeado em três tempos, para permitir que na Sessão Pública estivesse o maior número de empregadas Domésticas, que só tinham um dia de folga⁵²⁰.

Nos 2 dias a seguir à Sessão Pública realizou-se o *Curso de Quadros* para as dirigentes e activistas. Em pequenos grupos reflectiram “as conquistas alcançadas que justificavam a melhoria da situação profissional, familiar e social das trabalhadoras”. No final, em plenário, cada grupo anunciou as conclusões a que chegaram sobre “*as conquistas alcançadas pela luta das trabalhadoras organizadas no SSD.*” e ainda “*a promoção social das trabalhadoras do Serviço Doméstico: evolução e dificuldades*”. Na tarde do mesmo dia voltaram a reunir os grupos de trabalho, para reflectirem sobre “*a sociedade dividida em classes*” e em plenário

⁵²⁰1.º Preparação do Congresso em todo o País (9 de Junho lançamento das entrevistas; Cursos de preparação por Bairros (Junho a Outubro); entrega da matrafona em S.Bento; 2.º Sessão Pública, em Lisboa (27 de Out^o) recepção às Congressistas; 28 - (manhã visita de estudo e de tarde sessão pública); 3.º Curso de Quadros (29 e 30 de Outubro 1979).

comunicarem as conclusões a que chegaram. À noite fez-se uma sessão cultural com a participação de estrangeiros e colaboradores/as que foram convidados/as.

No dia 30 de Outubro, os trabalhos recomeçaram com o tema, *o movimento Sindical e a Organização dos Trabalhadores. Projecto de libertação que o SSD propõe a cada trabalhador/a e suas exigências*. Inicialmente houve algumas intervenções de elementos de organizações sindicais presentes. Os grupos reflectiram sobre o tema e os testemunhos escutados. Seguiu-se nova sessão plenária para que cada uma escutasse e falasse como continuarem *“unidas a todos os trabalhadores na conquista da sua libertação”*. Pelas 17 horas efectuou-se o encerramento do *“Curso de Quadros”* e foram proclamadas as decisões e os compromissos assumidos.

Aproximava-se novo acto eleitoral e era importante que outras sindicalistas estivessem preparadas para assumir responsabilidades.

7.O segundo Mandato Eleitoral (1980-1983)

No final de 1979 começaram a preparar novas eleições para o SSD. Os princípios definidos pelo programa eleitoral do triénio de 1980-1983 tinham por base a participação *por um sindicalismo revolucionário*. A burocracia que aprenderam a executar para as primeiras eleições foi aplicada nas eleições que se seguiram. Novamente apenas apareceu uma lista (A) a candidatar-se, mas que sofreu algumas alterações, devido à demissão de algumas dirigentes, o que levou a alteração de alguns pelouros e a participação na lista de novas associadas que se tinham revelado mais activas durante o primeiro mandato. O programa no essencial manteve-se na luta pelos objectivos traçados no mandato anterior, apenas com uma nova afirmação pública - *não aos Sindicatos paralelos sim à CGTP - Intersindical Nacional* e o reforço do 4º ponto: *Acção cultural que permita a valorização de cada uma de nós:a) Formação de quadros e Curso de Alfabetização*.

As eleições do SSD realizaram-se a 3.02. 1980⁵²¹, na sede em Lisboa e nas delegações de Aveiro, Porto, Coimbra, Setúbal, Beja, Évora, Portimão e Torres Novas. Regista-se que houve alterações em relação aos locais de votação, talvez por em algumas delegações as associadas terem desmobilizado e noutras ser mais significativo o número de votantes. Tomaram posse os

⁵²¹ Publicado no Boletim Trabalho e Emprego, nº15, vol.49-3ª.série de 14.08.1982, p.924.

Corpos Sociais da única lista concorrente⁵²²: Após as novas eleições a direcção reuniu e definiu os pelouros de cada um dos elementos eleitos.

7.1. Publicação do Dec - lei nº508/80: O Contracto do Serviço Doméstico

Vencida a legalização do Sindicato do Serviço Doméstico tornou-se urgente a saída do *Contrato Colectivo de Trabalho* que regulamentasse o serviço prestado pelas empregadas domésticas. Igualmente era preciso continuar a mobilizar, organizar e criar delegações em todos os distritos. Era necessário esclarecer as trabalhadoras, ouvi-las sobre as condições de trabalho, apresentar e dialogar com o Ministério de Trabalho para legalmente poder dar resposta às queixas apresentadas pelas trabalhadoras sobre os seus direitos e deveres, assim como dos patrões. Foi uma das situações com que tiveram de se ocupar para evitar despedimentos sem justa causa e garantirem os direitos já adquiridos pelos trabalhadores /as de outros ramos de actividades. A urgência em continuar a mobilizar, organizar e criar delegações em todos os distritos, para esclarecer as trabalhadoras, ouvi-las sobre as condições de trabalho para apresentar e dialogar com o Ministério de Trabalho.

Finalmente o Contrato Colectivo de Trabalho foi publicado a 13 de Junho de 1980. A legislação só foi promulgada⁵²³ e publicada no Diário da República, I.ª Série de 21.10 1980, decreto – Lei nº508/80. Passado 6 anos do 25 de Abril e depois de muita luta por parte do SSD o decreto, explica a sua aprovação: ‘ *por disposições insertas no Código Civil de 1867 e na lei nº1952, de 10 de Março de 1937; constituindo imperativo de justiça social contemplar com regulamentação actualizada e mais completa, embora necessariamente específica (...)*’. O decreto – Lei 508/80 contemplava 22 artigos, sendo o 23º a revogação do artº1370 e 1390 do Código Civil e o artº15 da lei n.º 1952 de 1937. Apesar de não satisfazer totalmente como esclarecia a Direcção do SSD, substituiu as normas Código Civil ao fim de 113 anos da sua publicação⁵²⁴

⁵²²Mesa da Assembleia-geral: *Maria da Conceição Ramos; Maria Isabel da Cunha Vilela; Antónia Celeste de Jesus Vieira; Laura Gonçalves Pereira; Direcção: Maria Emília Miranda; Maria da Conceição Lima Faria; Maria Dolores Costa Reis Lampreia; Maria Elvira Santos Saraiva; Emília Gracinda Prata R. Antunes; Conselho Fiscal: Maria Helena Freitas Pereira; Maria Albina Fonseca; Gracinda Silva Pereira dos Santos; Suplentes: Maria Inácia Quintas Fernandes; Deolinda Cardoso Fernandes;*

⁵²³No dia 10 de Setembro de 1980 foi aprovado por Francisco Sá Carneiro, Eusébio Marques de Carvalho do VI Governo Constitucional, promulgado em 8 de Outubro de 1980 e mandado publicar pelo Presidente da Republica António Ramalho Eanes.

⁵²⁴DIÁRIO REPÚBLICA, nº244, Ministério do Trabalho, p.3527.

O Sindicato do Serviço Doméstico não se conformou com o decreto-lei porque lhes retirava regalias já conquistadas e convocaram uma Assembleia-Geral com um único ponto: a discussão do dec. - lei nº.508/80⁵²⁵. Realizaram várias reuniões noticiadas⁵²⁶ sobre o mesmo tema e enviaram um comunicado a que anexaram as alterações e rectificações que entenderam não serem claras ou omissas e remeteram ao Parlamento para ratificação⁵²⁷.

Os grupos parlamentares com assento na Assembleia da Republica, PS/UEDS e o PCP debruçaram-se sobre *a duração do trabalho (artº8)* do Contracto do Serviço Doméstico⁵²⁸. Este artigo, com várias alíneas, levou o deputado do PCP a proferir o somatório das horas de trabalho a realizar pela empregada doméstica e concluir que “num diploma perfeitamente anacrónico, este artigo é, para além de tudo reaccionário”. As críticas foram também da UEDS, MDP e PS. O porta-voz do PS acrescentou “tratar-se de um diploma onde se sente, nítida, a concepção paternalista do passado, num texto cheio de ambiguidades”. O DN continua a descrever a crítica de toda a oposição à inconstitucionalidade do decreto e a denunciar que o Governo tinha legislado sem escutar as trabalhadoras do SSD, que se dirigiram ao Ministério do Trabalho a entregar um ante-projecto que elaboraram, quando tiveram conhecimento que o Governo ia emitir um diploma e nem sequer “*o senhor ministro se deu ao trabalho de as receber*”. Estas notícias revelam a continuação do trabalho sindical no segundo mandato eleitoral e as dificuldades das empregadas domésticas para conseguirem uma regulamentação justa.

A Comissão Organizadora do Congresso (COC) continuou a funcionar e participou no 1º Congresso da Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços⁵²⁹ dando o seu contributo para a discussão das Tese do Congresso. Um documento em que apresentaram três pontos, referentes aos projectos do Programa de Acção.- 1º. A situação económica do sector do serviço doméstico, segundo dados do Ministério do Trabalho com a existência de 100.000 trabalhadoras; - 2. A qualidade de Vida e Condições de Trabalho, apresentando algumas alíneas sobre: *1ª A legislação de trabalho; política salarial; horários de trabalho; contracto a*

⁵²⁵JORNAL NOTÍCIAS – *Em Assembleia-geral do seu Sindicato – Empregadas Domésticas recusam perder regalias conquistadas*, Outubro de 1980, no Porto; O DIÁRIO, *Governo desprezou propostas do serviço doméstico*, 29.10.1980.

⁵²⁶DIÁRIO POPULAR – “*Empregadas Domésticas. Exigir o que está na Lei e tentar ir mais Além*”, DIÁRIO DE LISBOA - *Serviço Doméstico descontente com o novo regime*” em 14.11.1980; O DIÁRIO – CGTP – *IN - Reclama Melhoria do Regime*, 15.11.80.

⁵²⁷DIÁRIO DE LISBOA – *Empregadas Domésticas reivindicam justiça*, 08.01.1981.

⁵²⁸DIÁRIO DE NOTÍCIAS – *Contracto do Serviço Doméstico a ratificação com reticências*, 31.11.1980; O DIÁRIO, *Empregadas Domésticas repudiam discriminações*, 3.11.80.

⁵²⁹Lisboa, 14 e 15 de Março, 1981.

prazo, inspecção de trabalho; tempos livres (cultura e desporto); 2º A organização: mulheres, jovens trabalhadores estudantes e formação sindical.

Os temas apresentados eram de interesse para movimento sindical e com alguma especificidade por parte do SSD: destacamos as ideias apresentadas sobre a preocupação com os tempos livres e o campo cultural: *temos organizado grupos e peças de teatro. Mas a que merece mais a nossa atenção é o analfabetismo que na nossa profissão atinge os 80%. Declaram ainda que cerca de 20% das trabalhadoras do Serviço Doméstico são jovens estudantes com menos de 30 anos, que anseiam por uma nova profissão, motivado pelo desprezo que é dado ao trabalho doméstico.*

Na planificação do trabalho para 1982, a direcção do Sindicato do Serviço Doméstico destaca um *Encontro Nacional das Trabalhadoras do Serviço Doméstico* para Outubro do mês ano⁵³⁰. No Porto a 28.02.82 realizou-se um curso para responsáveis em que participaram Trabalhadoras do Serviço Doméstico de Aveiro (8); Porto (13); S. João da Madeira (1) e Lisboa (1) na sequência do Curso realizado em Outubro de 1981. Cada uma das presentes ficou a compreender o que era a mais valia no caso da produção de serviços e também a importância que cada uma tinha no Sindicato e o que fazer para ajudar nas diversas tarefas necessárias para prossecução do Sindicato. Em Aveiro as responsáveis presentes mobilizaram outras colegas e no dia 28 de Março foi realizado também um curso com os mesmos objectivos.

Na Abertura do *Encontro Nacional das Trabalhadoras do Serviço Doméstico* que se realizou a 17.10.1982 foi feita uma retrospectiva do trabalho realizado desde o Congresso Nacional do SSD; as acções em que participaram, a conquista obtida com a aprovação do contracto de trabalho para o sector e também a contestação que apresentaram no Ministério de Trabalho pelas lacunas existentes. Lembraram também a adesão do SSD às greves gerais de 12 de Fevereiro e 11 de Maio de 1982. Ao terminarem o Encontro Nacional lembraram algumas datas históricas desde 1867 até 1980, supra referidas.

Ao fim de mais um triénio de actividade sindical e muitas dificuldades financeiras e humanas as empregadas domésticas realizaram eleições para o triénio de 1983/1986. Funcionaram mesas de voto: *na sede em Lisboa, nas delegações do Porto, Aveiro, Évora, Montemor-o-Novo, Beja, Portimão, Silves, Setúbal e Funchal.* Estavam inscritas nos cadernos eleitorais duas mil trezentas e oitenta e cinco (2.385) empregadas domésticas e

⁵³⁰ACTA DO PLENÁRIO DE DIRIGENTES, DELEGADAS SINDICAIS E ACTIVISTAS, em Lisboa, 16 /17 de Janeiro, 1982.

votaram 1243, não havendo votos em branco ou nulos⁵³¹ o que fez uma percentagem de 52,1% de votantes. Apenas havia 2.385 inscritas, o que revelava bem a desmobilização das sindicalistas após a saída do decreto-lei. Na apresentação do programa colocaram, na continuação do trabalho efectuado, três expressões: *Defender os direitos das trabalhadoras do Serviço Doméstico; Dignificar a profissão; Reforçar o Sindicato*. A finalidade era continuarem a pressionar a alteração do decreto-lei 508/80; continuar os cursos de formação e alfabetização, *num combate ao permanente analfabetismo, que existe em grande percentagem no nosso sector (...) a continuação do Centro de Cultura;* o reforço ao Sindicato na solidariedade com a CGTP, na participação nas zonas onde ainda não tinham chegado e reforço naquelas onde estão, com reuniões periódicas para dirigentes, delegadas e activistas. Foram eleitos os corpos Sociais⁵³², que aumentaram em número de elementos. No programa explicam: *O alargamento mínimo de 12 para 20 porque todas não são demais para levar a cabo. Os nomes foram escolhidos de entre aquelas que mais trabalho têm mostrado continuar uma luta que é de todas nós*⁵³³.

8. A separação do Sindicato do Serviço Doméstico da Cooperserdo

No livro de actas de 1980, 1981, e 1982 o assunto da formação era sempre tema e até foi feita a proposta que fosse obrigatória. Para isso foi proposta a diminuição do horário de trabalho para 45 h e 3 para formação por semana.

O trabalho continuava a ser imenso e na prática a proposta de formação não acontecia. A falta de formação levava algumas cooperadoras a verem o trabalho de gestão de um dos elementos da direcção como menos importante e a olhar para o serviço de gestão como se a cooperadora fosse igual às patroas que já tinham tido, o que revelava a deformação de um número de cooperadoras, que se pronunciavam com um tom depreciativo, quando eram propostas para serviços que gostavam menos, como era o trabalho ao domicílio. A direcção decidira já em 10 de Maio de 1980, que as dirigentes livres do Sindicato “*são consideradas*

⁵³¹ Acta manuscrita assinada e rubricada por Maria Isabel da Cunha Vilela

⁵³² Mesa da Assembleia: *Maria Isabel Cunha Vilela; Domicilia Santos Cabrita; Maria Amélia Conceição;* Suplentes -*Rosa Oliveira; Fernanda Rosa Pinto Tavares; Perpétua Inácia Hortense;* Direcção: *Maria da Conceição Lima Faria; Maria Dolores Costa Reis Lampreia; Ivone Maria Gonçalves; Maria Cândida Pires Nogueira; Josefa Almeida Sousa;* Suplentes: *Emília Gracinda Prata Antunes; Maria Emilia J. Miranda; Lurdes Alves;* Conselho Fiscal: *Rosa Sousa Pinto; Carminda Jesus Ribeiro Nunes; Manuel Prazeres Santos;* Suplentes: *Maria Visitação; Maria Helena Freitas Pereira.*

⁵³³ Programa eleitoral do triénio 1983/1986.

*sócias no activo, o Sindicato terá de pagar toda a despesa da sua dirigente livre*⁵³⁴, como se pode verificar no livro de actas da direcção.

O plano de Acção para o ano de 1981/82 da Cooperserdo era a descentralização da gestão e foi aprovada por 18 votos a favor e 1 abstenção. Ficou definido, no Regulamento Interno, as alterações votadas em Assembleia-Geral de que as delegações regionais teriam todos os poderes excepto: *de representação em Juízo; compra e venda de imóveis ou efectuar transacções comerciais superiores a 200 contos; a contabilidade e a divisão dos lucros e a fixação dos ordenados*⁵³⁵. Outros pontos foram alterados como seja em relação ao SSD, com quem se estavam a gerar muitos problemas devido às dificuldades que este tinha em manter o ordenado de activistas sindicais a tempo inteiro, porque com a saída do decreto-lei 508/80 as empregadas domésticas deixaram progressivamente de participar e pagar as cotas. No livro de actas ficou a seguinte decisão das cooperadoras: *a Cooperserdo apoia o sindicato no trabalho sindical: trabalho porta a porta ou qualquer outro trabalho do sindicato, definido para cada sócia da Cooperserdo tendo em conta as suas possibilidades*⁵³⁶.

Mas os conflitos e a separação entre as duas instituições continuaram por questões financeiras e devido aos conflitos entre as empregadas domésticas que lutavam pela unidade entre as duas organizações - SSD e Cooperserdo - e as que apenas queriam continuar a trabalhar na Cooperserdo, por esta lhe dar garantias de trabalho. Algumas das dirigentes que eram sindicalistas e cooperadoras e que tinham pensado na Cooperserdo como apoio ao Sindicato, já bastante cansadas de muitos anos com uma actividade muito intensa, quase sem horas de descanso, entraram num estado de esgotamento, decidindo dar espaço às mais novas. Pediram a demissão da Cooperserdo cujo mandato era anual e continuaram no Sindicato até ao fim do mandato.

*A certa altura a Cooperativa desenvolveu-se bastante e como era a maior fonte de rendimento e quase todas as dirigentes eram cooperadoras, a tendência era para a realização do trabalho na Cooperativa e o trabalho sindical ficava para trás. Também começaram a surgir conflitos internos sobretudo com aquelas que ocupavam as instalações para dormir e que não trabalhavam na Cooperativa nem no SSD e se aproveitavam do trabalho das colegas*⁵³⁷.

⁵³⁴ Livro de Actas da Direcção, acta nº27, 10.05.1980, p.23.

⁵³⁵ 1º.Livro de Actas da Assembleia - Geral da Cooperserdo, Acta nº6, p.31/ 37

⁵³⁶ Ibidem

⁵³⁷ Celeste Vieira, Anexo A, nº.7, p.3.

O primeiro livro de actas da Assembleia-Geral termina com a acta nº9 de 19 de Março de 1983 com as alterações introduzidas nos Estatutos, de acordo com o novo Código Cooperativo e com uma decisão de separação entre o trabalho Sindical e Cooperativo.

8.1. Adaptação dos Estatutos da Coopserdo ao Código Cooperativo

A Coopserdo, ainda no ano de 1982, iniciou o processo de alteração dos Estatutos de acordo com o novo Código Cooperativo. Para esta tarefa a Coopserdo contou com o apoio da Uninorte de que era associada.

Os Estatutos sofreram grandes alterações, passando a ter 7 capítulos e mais artigos em cada capítulo. O capital mínimo era de 10.000\$00 e foi aumentado para 50.000\$00 nos termos do artº4 dos novos Estatutos. Foi acrescentado aos objectivos *no artigo segundo* o seguinte:

- c) Organizar iniciativas e serviços culturais e educativos e, de uma forma geral, todos aqueles que se revistam de interesse para a formação de cooperadores e empregados domésticos, nos domínios cultural, educativo, social, humano, material e de qualidade de vida;*
- d) A divulgação e fomento dos princípios e práticas de cooperativismo e entreaajuda dos seus membros⁵³⁸.*

A alteração da c) revela a preocupação tida com as iniciativas culturais, que nos Estatutos iniciais não estavam expressas - os serviços educativos, de interesse para a formação, e a introdução da alínea d) os princípios cooperativos e entreaajuda que como referimos estava a originar grandes conflitos.

Aproveitando a obrigação de reformulação tentaram esclarecer alguns artigos que a experiência de funcionamento tinha revelado necessidade de ficarem mais precisos, também sobre o capital social que inicialmente era de 1.000\$00 por cooperadora e passou para 3.500\$00, a pagar a diferença em 5 prestações de 500\$00.

Verificamos que na alteração dos Estatutos orientada por um elemento da Uninorte, do género masculino, ficaram redigidas no masculino as alterações, sem que as próprias cooperadoras, que continuavam a ser só mulheres, reagissem mesmo quando os aprovaram em Assembleia e lavraram em Acta. Facto que não tinha acontecido na elaboração dos primeiros Estatutos em que o cooperador que ajudou na sua elaboração também era do género masculino.

⁵³⁸Fotocópia do Livro de Actas, fls.31 a 42. Averbamento nº 1, por escritura celebrada no dia 29/03/1983, no 2º Cartório Notarial da cidade do Porto, exarada nas fls do livro 333-B. Publicado no DR.11, Julho, 1984, III série, nº159, p. 7572.

O novo Código Civil obrigou à alteração dos Estatutos, o que era bastante importante, porque os conflitos que surgiram a partir de 1980 na Coopserdo eram provocados pela falta de formação cooperativa e sindical das cooperadoras, que precisavam de tempo para a formação quer internamente quer em Cursos que eram organizados pela Uninorte ou pelo Instituto António Sérgio.

O SSD separado da Coopserdo continuou a funcionar, com o apoio de outros Sindicatos, mas já sem o dinamismo inicial até à decisão da fusão com o Sindicato dos Trabalhadores de Portaria, Vigilância, Limpezas, Domésticas e Actividades Diversas (STAD), em 1989.

9.A solidariedade de outras organizações à Coopserdo

Em 1983 deu-se o encerramento no Porto, da Sede da Coopserdo. A notícia surge no Jornal de Notícias. A reportagem é um documento histórico de síntese do início da actividade da Coopserdo desde 1975 até 1982. O autor do texto relata o acontecimento desde a ocupação da casa, cujo o dono tinha falecido e estava abandonada, bastante degradada, tendo mais tarde aparecido um arquitecto como herdeiro, que informou estar a pensar vendê-la e que podia ser adquirida pela Cooperativa. Resolvido esse problema as obras de restauro ficaram a cargo da Coopserdo e Sindicato, sem pagamento de renda. Um prédio bem situado na Avenida da Boavista, no Porto. O jornal apresenta a facha da moradia. O edifício acabou por ser demolido. A notícia descreve todo o trabalho desenvolvido pelo Coopserdo e os esforços desenvolvidos para o prédio não ser demolido, com pedidos a todas as entidades que poderiam ajudar a resolver o caso. A longa reportagem termina da seguinte forma:

O tempo da Revolução vai longe e Portugal podia ter presentemente uma cooperativa de serviço doméstico a que a população recorresse para as suas necessidades de tratamento de roupa, limpeza, serviço de cozinha tal como acontece no estrangeiro. É preciso acreditar. E o movimento sindical tem enorme responsabilidade, ele mais do que ninguém, de ajudar a pôr de pé uma cooperativa de serviços domésticos capaz de servir de apoio à sindicalização das mais esquecidas trabalhadoras da Terra: as empregadas domésticas. É legítimo esperar isso dele. Foi, afinal, a forma encontrada pelas primeiras sindicalistas do sector, em Portugal, para conseguirem erguer uma consciência de classe entre as suas irmãs. E até seria um serviço útil para os casais trabalhadores. As contas são pedidas a todos nós”⁵³⁹.

⁵³⁹ JORNAL DE NOTÍCIA de 08.02.1982, texto de Alfredo Natal com a foto do prédio onde funcionou no Porto, desde 1974 a 1982 o SSD a Coopserdo com o Título *Cooperativa de Mulheres Alvo de Acção de*

Todas as organizações sindicais, cooperativas ou movimentos sociais como a Condição Feminina, elementos do Graal que já apoiavam a Cooperserdo e o SSD foram solidárias quando as cooperadoras do Porto tiveram de abandonar as instalações, mesmo no empréstimo de espaços para funcionar o Sindicato. O mais difícil era angariar fundos para a compra de uma casa. Algumas das iniciadoras, os cérebros da iniciativa e mobilização já se tinham esgotado e pedido a demissão umas por razões de cansaço, outras por conflitos ou desânimo⁵⁴⁰.

O trabalho desenvolvido pelas empregadas domésticas que apostaram na fundação da Cooperserdo, para além das vantagens colectivas também deu possibilidades individuais, sobretudo à Gracinda⁵⁴¹ que nela permaneceu mesmo depois de se reformar. A Gracinda, no contacto com individualidades e grupos de feministas e ainda com o grande apoio da Lieve, que era cooperadora em Lisboa e que tinha os contactos com organizações da Bélgica e Holanda e também com o apoio da Base-Fut, conseguiu uma quantia para o apetrechamento da nova casa, assim como subsídios da Segurança Social, Câmara Municipal do Porto, Governo Civil do Porto e Junta de Freguesia de Paranhos.

A Gracinda é considerada por algumas das entrevistadas como uma das que conseguiu superar todos os conflitos e continuar à frente da Cooperativa. Ela revelou as suas apetências para pedir e angariar dinheiro para adquirir um edifício no Porto, onde foi instalado simplesmente a creche e o Jardim-de-infância, o que veio a acontecer também em Lisboa e Évora. Os Estatutos foram alterados assim como a designação Cooperserdo – (Cooperativa Operária de prestação de Serviços Domésticos) para Coopberço (Cooperativa de Prestação de Serviços à Infância), com alteração parcial dos Estatutos nos arts.1.º, 2.º, n.º 1 do art.º4, art.º 37, 1.º e 2.º⁵⁴². Em Lisboa, ficou no mesmo edifício a Coopberço e o Sindicato, mas com independência financeira. Em Évora, apenas ficou a Coopberço. Na altura em que nos deslocamos a Lisboa para consultar o material abandonado do SSD, visitamos a Coopberço, no 2.º andar, e verificamos assim como em Évora, que apenas funcionava a creche e o infantário.

Despejo – Fez Obra mas foi Abandonada por todos. E ainda uma Caixa com um texto do Jornalista Manuel Resende com o título “*A História me Absorverá?*”.

⁵⁴⁰ Das iniciadoras restava a Gracinda no Porto, a Inácia em Évora e em Lisboa a Conceição Faria, a M^a Emília Miranda, Josefa e Elvira.

⁵⁴¹ Entrevistada já reformada mas a residir no edifício /sede da Cooperativa que com a mudança dos Estatutos passou a Coopberço.

⁵⁴² Livro de Actas da Assembleia-geral da Cooperserdo. Acta nº21 de 6 04.1991, fls.1 e 2.

Uma das aprendizagens da Gracinda na Obra de Sta.Zita era o contacto com organizações de cariz católico ou pessoas individuais, muito ricas, que davam avultados bens para a Obra de Sta. Zita. Ela conseguiu transpor esse jeito de angariar fundos, com o apoio da Lieve M., pedindo a organizações com um cariz revolucionário e político, de acordo com as características da Cooperserdo

Estive na Bélgica e tive muito acolhimento mesmo no Governo(...) nós éramos considerados país do 3.º mundo, daí que nos deram bastante apoio. A pessoa que veio chamava -(se)Chasquia era formada em Ciências Políticas.(...) E foi aí que eu fui à Bélgica. E fui à Holanda (...). Eram umas horas num departamento e ela só me dizia:olha Gracinda, esta é o género do PCP, em Portugal, mais ao menos, não é igual. Eu tinha de saber como me virar. Depois tinha outra, que já era por exemplo o PPD, em Portugal. Ela só me dava esta explicação porque depois eu tinha que me virar com eles. Eu falava em Português e ela traduzia. Fui tratada com muito chiquérismo (ri-se muito)⁵⁴³.

A capacidade que a Gracinda teve para dialogar com instituições estrangeiras e se moldar aos directores/as que lideravam Instituições politicamente opostas, da esquerda semelhantes ao PC ou da direita semelhantes ao PPD, em Portugal, segundo o seu relato, alerta-nos para a influência que exerceu a formação recebida quando era jovem na Obra de Sta. Zita e que ela soube aproveitar, para ela própria singrar e fazer prosseguir a Cooperativa, sob a sua direcção e ao seu jeito⁵⁴⁴.

Ao analisarmos este trecho da entrevista e dado o protagonismo que a entrevistada se atribuiu, fomos confrontá-lo com a correspondência existente entre as Organizações estrangeiras e a Presidente da Cooperberço. Conseguido o acesso à documentação, às actas e aos documentos comprovativos da oferta feita à Cooperberço, assim como os gastos efectuados na reparação do prédio e apetrechamento das salas com material didáctico, máquinas para a lavandaria, obras de adaptação posteriores para uma estrutura de acesso de emergência, exigida pela Segurança Social, para a creche e jardim-de-infância, e confirmámos a procedência desses donativos, que foram fruto da acção de busca de apoios feitos pela Gracinda. O que de facto lhe veio reforçar o poder e influência que exercia, ao mesmo tempo que as outras iniciadoras, por vários motivos se iam afastando.

Ana Maria Braga da Cruz, nas páginas do seu livro sobre as Cooperativas de mulheres, fala da Cooperserdo em 1985, já a funcionar noutra local, no Porto. A autora, que detinha

⁵⁴³ Entrevistada Gracinda, Anexo A: nº5, p.17.

⁵⁴⁴ Gracinda foi uma das fundadoras da Cooperserdo que no Porto, onde era a Sede, prosseguiu com a Cooperativa, mas já como Cooperberço.

algumas informações sobre o passado da Cooperserdo, porque também contribuiu para a sua formação como Presidente da Condição Feminina escreve, dizendo no último parágrafo do texto o seguinte:

A acção e os programas de actividades da Cooperativa eram sobretudo pensados e propostos por um elemento da Direcção. A implicação de todo o grupo relativo ao ideal cooperativo eram difíceis e não existiam muitas acções visando estes pontos. Reforça ao falar da Direcção (um elemento) assumia um papel maternal fortemente directivo⁵⁴⁵.

O que confirma a análise que fazemos do processo. Longos debates precediam a tomada de decisões pelas sindicalistas/cooperadoras até ao momento de se efectuar a votação e ficar decidido o que queria a maioria. Democraticamente era aceite a decisão, mas nem sempre permaneciam todas unidas. Surgiam pedidos de demissão e outros de admissão. O número de cooperadoras no activo atingiu mais de cinquenta a nível nacional, com o salário mínimo em vigor, os descontos para a Segurança Social em dia e acima de tudo com um grau de autonomia muito superior àquele que traziam das casas das patroas. As entrevistas, passados trinta anos, revelam a mais valia pessoal de cada uma. Uma mais valia não monetária, mas de competências cognitivas, administrativas e formativas. As emoções transbordam nas palavras, nos gestos e no rosto das entrevistadas. Em uma ou outra sobressai a mágoa, a crítica, o lamento por não levarem o projecto até ao fim; outras admitem alguns erros, impulsos descabidos, debilidade; e há as que cantam vitória por tudo o que fizeram, esquecendo às vezes o que não foram capazes de deixar fazer e caíram no erro que a todos e todas espreita da ambição, da prepotência e ter deixado que o sonho cooperativo desaparecesse, dando lugar, também aqui, a que surgisse o modelo que hoje temos, em que a democracia é difusa e o poder está nas mãos do capital. Quando realizámos as entrevistas elas recordaram com um sorriso e até com gargalhadas, a importância da sua luta e da realização de um sonho - a libertação da casa dos patrões. Recordaram também o contributo que cada uma deu para a fundação do Sindicato, de que muito beneficiaram e algumas ainda estão a beneficiar, assim como a geração que se lhes seguiu. Simultaneamente, algumas entrevistadas revelaram uma certa mágoa por não terem conseguido ultrapassar conflitos e continuarem mais tempo, para que a Cooperserdo conseguisse progredir, dar mais preparação às mais novas até conseguirem inovar, mas sem esquecer os objectivos iniciais: aguentar os postos de trabalho e dar apoio ao Sindicato. Algumas das entrevistadas referem a Gracinda como a única que foi perseverante.

⁵⁴⁵ BRAGA DA CRUZ, Ana M. - *Urdir a Teia, Tecer a Vida*. Cadernos Condição Feminina, nº32, Lisboa.C.I.D.M., 1991, p.44.

Não temos a mesma opinião. Acima de tudo, a Gracinda conseguiu a sua ascensão pessoal a directora, tendo exercido esse cargo e dele beneficiado sem procurar o desenvolvimento e a autonomia das novas cooperadoras. Viajou dessa forma pelo estrangeiro, para ultimar o contracto da oferta das novas instalações para Coopberço e dar a conhecer o projecto em que se tinham envolvido as empregadas domésticas, ao fundarem em Portugal uma Cooperativa de Prestação de Serviços, mas que na realidade já tinha perdido o espírito inicial para que tinha sido fundada. Continuou a existir mas ficou reduzida a um serviço de creche no Porto, com bastantes problemas, que viria a encerrar em 2007 com a venda do edifício no Porto. Desconhecemos a situação particular de Lisboa e de Évora.

Capítulo V

Caracterização social das empregadas domésticas Sindicalizadas (1974 a 1986)

1.Introdução

As empregadas domésticas a partir do 25 de Abril de 1974, como já mencionamos, começaram a ouvir falar em Sindicato, palavra que anteriormente não conheciam, e vão a pouco e pouco procurar encontrar as instalações onde este funcionava. Informavam-se e caso aceitassem a proposta, nas condições estabelecidas, faziam a inscrição para sócias. Nas reuniões que o Sindicato realizava entravam todas, quer fossem sócias ou não. Pelas razões já enunciadas (cf. Parte II, Cap. II) acabaram por se institucionalizar dois Sindicatos da mesma classe profissional, um ligado à Obra de Sta Zita, de carácter conservador, o SLED, e outro com raízes na JOCF e LOCF da Acção Católica, com pendor progressista - o SSD.

A partir dos ficheiros do SSD encontrados na antiga sede do Sindicato e aí deixados após a sua integração no Sindicato dos Trabalhadores de Serviço de Portaria, Vigilância, Limpezas, Domésticas e Actividades Diversas (STAD) após o 4º mandato do SSD que terminou em 1989. Construámos uma base com os elementos que cada ficha continha. Os objectivos ao construir a base de dados era, a partir dos dados recolhidos das fichas e sistematizados, conhecer qual a origem geográfica das jovens e raparigas que migraram para as cidades, quais os distritos do país com maior incidência neste movimento migratório, que grupos de idade se inscreveram no Sindicato, qual o grau de escolaridade, se possível, dessas sindicalizadas. Pretendia-se ainda recolher outras informações que as fichas pudessem conter e fossem eventualmente importantes para a caracterização social deste grupo profissional.

A ficha com 22,5 cm x 15 cm em cartão, impressa, estava preparada para registar o nome e nº de sócia, idade, naturalidade, n.º do Bilhete de Identidade, profissão, estado civil, morada, local de trabalho, habilitações, vencimento, 3 locais para colocação de foto e observações (obs). O ficheiro estava organizado por ordem alfabética e foi por essa ordem que recolhemos os dados, sem colocar o nome, mas apenas o nº. de sócia. A Base de Dados foi elaborada em Excel, em várias colunas a que atribuímos letras identificativas de cada item.

Não podemos garantir totalmente que o ficheiro estivesse completo. Notava-se a organização inicial na colocação das fichas, mas alterada quer por terem retirado as que iam desistindo ou por devolução de cartas com a mudança de residência ou outro motivo, por vezes registado a lápis nas observações. Surgem repetições de números: várias vezes não correspondendo ao mesmo nome, algumas com o mesmo nome, o mesmo B.I. e outro número. A data de inscrição pode corresponder a ter deixado de pagar as cotas e ter feito nova

inscrição, sendo-lhe atribuído outro número. Estes são alguns dos constrangimentos encontrados, que dificultam uma análise completamente isenta de erros. A Base de Dados ficou composta por 9.383 fichas encontradas até 1992. Entre 1989 e 1992 deu-se a fusão do SSD com o Sindicato dos Trabalhadores de Serviço de Portaria, Vigilância, Limpezas, Domésticas e Actividades Diversas (STAD), pelo que encontrámos ainda algumas fichas de inscrição mas não sabemos se correspondem ou não ao movimento de sindicalização. Não tivemos acesso às novas fichas de sindicalização e desconhecemos como foi o processo de passagem pelo que há uma margem de incerteza relativa a este último período do SSD.

Tendo em conta as limitações apontadas, com estes elementos recolhidos foi possível cruzar alguns dados e analisar os resultados, na procura de traços significativos da movimentação do SSD entre 1974 e 1986,⁵⁴⁶ período temporal desta investigação, ainda que os números recolhidos cheguem até 1992. Organizamos os dados por distritos para se constituírem séries mais homogêneas, evitar a dispersão e a falta de significado estatístico dos dados, uma vez que na naturalidade e local de trabalho ora aparece o concelho, a aldeia ou até o lugar. A data de nascimento por vezes não está completa por falta do Bilhete de Identidade, que a maior parte ainda não tinha. Colocamos todos os dados existentes em cada ficha, incluindo as anotações, fossem ou não completos. A análise será feita a partir a sistematização desses conteúdos existentes em cada uma, o que nos poderá informar sobre a abrangência do SSD: nacional, continente e Ilhas; a idade da sindicalização, ainda que também nesse caso não com rigor absoluto, porque algumas não indicam o ano de nascimento, outras vezes falta a data de inscrição. Em algumas fichas há indicação do salário, noutras indicam as habilitações académicas (3.^a, 4.^a classe ou mesmo ciclo) e são poucas as que indicam que não sabem ler e escrever. Há dados que constam de um pequeno número de fichas provisórias, que seriam muito importantes, porque continham a assinatura e as habilitações académicas, mas que devem ter sido destruídos sem terem sido transcritos para o ficheiro/base que consultamos.

⁵⁴⁶ Depois dessa data ainda se encontram algumas inscrições, mas em menor número, pelo que a nossa análise toma esta data como limite.

2.A caracterização social das empregadas domésticas do SSD (1974 a 1986)

2.1. A procura de trabalho: origem e migração interna das sindicalizadas

Tendo em conta os dados recolhidos e as limitações já indicadas, procuramos aferir a origem geográfica das sindicalizadas e confrontar com o local de trabalho, de modo a identificar a trajectória de migração. Como se pode verificar pelo Quadro n.º1, 12,76% do total das sindicalizadas não indica o distrito de trabalho e apenas 5,7% não indica o local de nascimento. Significa que uma percentagem significativa não quis indicar o local de trabalho, talvez por ser transitório, estarem desempregadas ou por algum motivo temerem dar essa informação.

Um dado que ressalta de imediato é a grande assimetria na sindicalização, com Lisboa a representar quase 2/3 das sindicalizadas, seguida pelo Porto com apenas 7,85%, e com alguma distância por Évora e Setúbal. Estes eram os distritos que continham a maior parte das sindicalizadas de que se conhece o distrito onde trabalhavam. Eram os distritos com maior presença de operariado e de maior consciência política, o que pode ajudar a explicar a maior sindicalização das empregadas domésticas. Já relativamente aos distritos de onde eram oriundas, Lisboa, Viseu, Porto, Évora, Beja, Vila Real, Santarém e Castelo Branco representavam os distritos de nascimento da maior parte das sindicalizadas. O que está de acordo com a origem rural e pobre das empregadas, pois alguns destes distritos constituíam as bolsas de maior pobreza do país. Contudo, considerando a origem das sindicalizadas os distritos de Lisboa e Porto contribuem com 20%, o que pode indiciar a presença de jovens oriundas de famílias operária também. Só Lisboa e Setúbal têm mais empregadas sindicalizadas que as nascidas nos respectivos distritos, demonstrando a sua capacidade de atracção de mão-de-obra. O que não significa que outros distritos na realidade não tenham sido locais de atracção para as empregadas domésticas procurarem trabalho. Estamos apenas a trabalhar com os dados das sindicalizadas do SSD.

Quadro nº1 - Empregadas Domésticas inscritas no SSD por Distritos onde trabalhavam e Distritos de nascimento e respectivas percentagens entre 1974 e 1992

Distritos	% em			
	Total de inscritas por distrito onde trabalhavam	% por distrito onde trabalhavam	Total de inscritas por distrito onde nasceram	% por distrito onde nasceram
Aveiro	83	0.88%	258	2.75%
Beja	88	0.93%	592	6.31%
Braga	29	0.30%	398	4.24%
Bragança	6	0.06%	170	1.81%
Castelo Branco	2	0.02%	322	3.43%
Coimbra	90	0.95%	220	2.34%
Évora	470	5.00%	704	7.50%
Faro	178	1.89%	248	2.64%
Guarda	2	0.02%	271	2.89%
Leiria	8	0.08%	207	2.21%
Lisboa	5 842	62.26%	1006	10.72%
Portalegre	2	0.02%	296	3.15%
Porto	737	7.85%	888	9.46%
Santarém	203	2.16%	553	5.89%
Setúbal	377	4.01%	368	3.92%
Viana do Cas	16	0.17%	262	2.79%
Vila Real			565	6.02%
Viseu			890	9.49%
Ilhas	50	0.53%	135	1.44%
Estrangeiro	2	0.02%	495	5.28%
Em Branco	1198	12.76%	535	5.70%
TOTAIS	9383	99,91%	9383	99,98%

Em geral os distritos de origem não absorvem a procura de emprego, com excepção de Lisboa e Setúbal. No distrito do Porto, as empregadas domésticas aí nascidas, que se inscreveram no SSD e declararam o local de nascimento eram 888, das quais apenas 737 trabalhavam aí, ou seja 83%, o que revelava que também no distrito do Porto muitas raparigas imigravam para outros distritos. A mesma realidade acontecia no distrito de Évora, onde apenas 67% das naturais trabalhavam, tendo uma percentagem significativa imigrado também.

Cumpre-nos referir ainda os distritos de Vila Real e Viseu, cuja percentagem de sócias aí nascidas era respectivamente 6,02% e 9,49% do total das trabalhadoras sindicalizadas, e que se encontravam a trabalhar noutros distritos, desconhecendo-se por estes dados se algumas das inscritas exerciam aí a profissão. O Quadro nº1 mostra-nos também a pouca inserção do SSD nos distritos da Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Bragança e Leiria, em que o número de sindicalizadas era inferior a uma dezena por distrito. Cruzando estes dados com os recolhidos de um pequeno ficheiro encontrado com ficha das delegações, podemos confirmar a pouca penetração do SSD nestes distritos em todos o do interior Norte e Beiras. (Ver Gráfico A, abaixo) Tendo-se concentrado no Norte interior do país a reacção conservadora ao Movimento Revolucionário, onde qualquer actuação de defesa de direitos era apelidada de “acção de comunistas”, explica em parte a pouca possibilidade de expansão do Sindicato nas localidades do interior Norte.

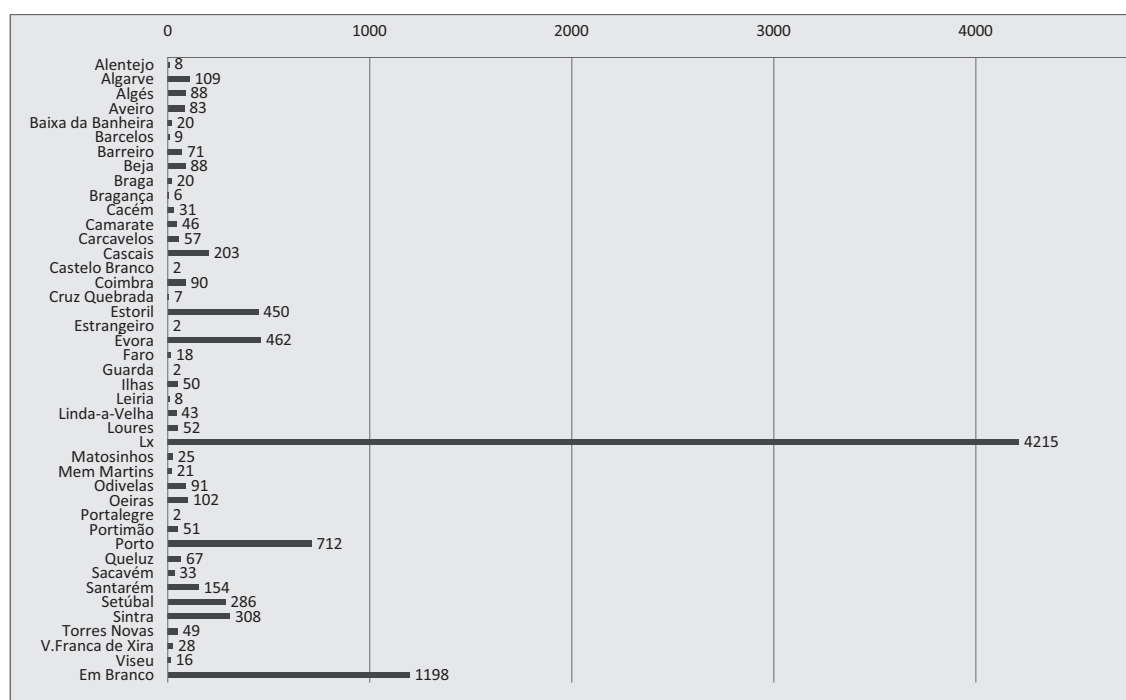


Gráfico A - N.º de inscritas por delegações ou secções.

O Gráfico A revela a distribuição do n.º de inscritas por delegações. Contudo é feito a partir de um ficheiro parcial. Não sabemos qual tenha sido a sua utilização no período final nem como estava a funcionar internamente o Sindicato para termos uma percepção segura da sua

proveniência⁵⁴⁷. Admitimos como hipótese que haja fichas retiradas devido a desistências comunicadas para a Sede, por mudança de trabalho, falecimento ou outra razão desconhecida. A correspondência existente na Sede do SSD apresenta a cópia das cartas enviadas às delegadas de algumas das localidades, a responder a questões, a confirmar reunião ou acusar a recepção do dinheiro recebido das cotas. Também encontramos correspondência de novas inscrições assim como de desistências ou mudança de direcção, que validam a nossa hipótese e reforçam estes dados.

Este ficheiro apresenta um universo de 9050 associadas, das quais 1198 são associadas dispersas, não indicam a delegação a que pertencem. Podem ter mudado de domicílio ou simplesmente ter desistido.

Como se pode observar o maior número de sócias encontrava-se em Lisboa e inscritas na Sede (4215), enquanto que a Grande Lisboa apresenta 19 delegações, representando 45% das 42 delegações presentes neste ficheiro. Estas 19 delegações somavam 1717 associadas que se adicionadas às 4251 da Sede perfaz 5.932 associadas. Este número da área da Grande Lisboa representava 65,5% do total das sindicalizadas, o que tornava o sindicato não apenas de implantação urbana e litoral, como sobretudo da região de Lisboa e Sul. Em 2º lugar a delegação do Porto apresenta 712 sócias com mais 25 de Matosinhos, números muito baixos para o número de pessoas deste sector a trabalhar no Grande Porto. Com valores acima das 100 associadas encontramos somente Évora (462), Setúbal (286), Santarém (154) e Algarve (109). De salientar que na região do Algarve existia ainda a delegação de Portimão com 50 associadas e a de Faro com 18, o que perfazia 117 associadas. Esta implantação do SSD não pode ser desligada do contexto sócio político das regiões.

⁵⁴⁷ Quando o encontramos já a pessoa que o organizava tinha falecido. Porém faltam delegações, como por exemplo a de Montemor-O-Novo, que sabemos que existia.

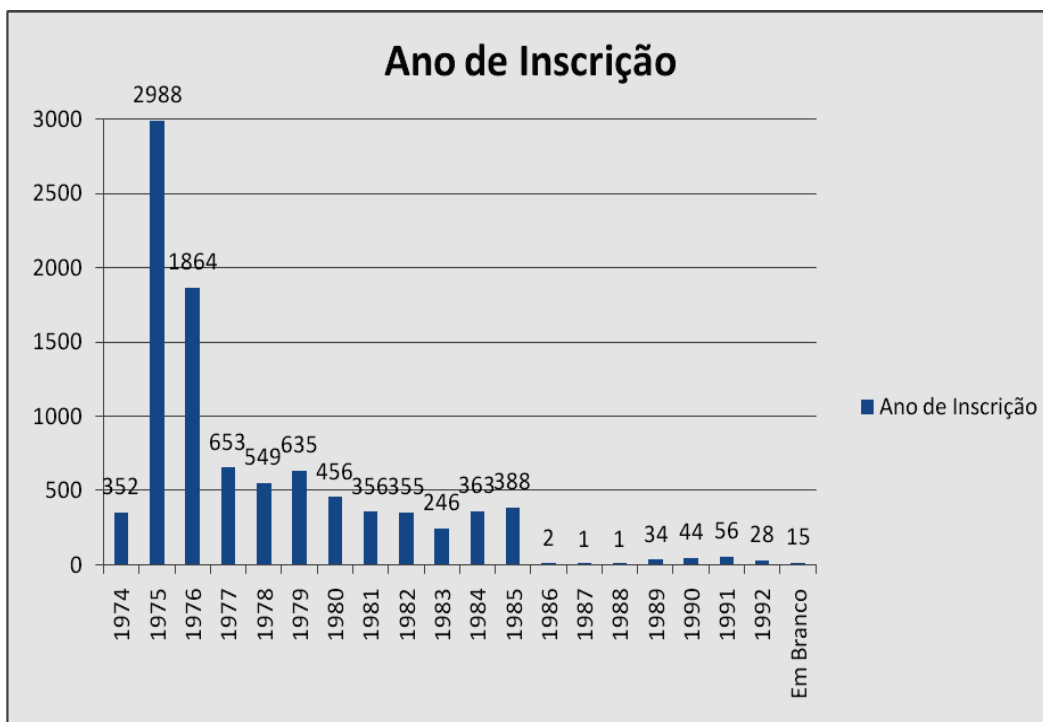


Gráfico B- Número de associadas por ano de inscrição (1974-1992)

Analisando o movimento de sindicalização, expresso pelo Gráfico A, verifica-se que o maior número de empregadas domésticas internas, externas e mulher-a-dias inscritas no SSD aconteceu nos primeiros anos da fundação (entre 1975 e 1976), assinalando-se uma forte quebra de inscrições em 1977 mas mantendo-se ainda elevadas até 1980, diminuindo drasticamente nos anos subsequentes.

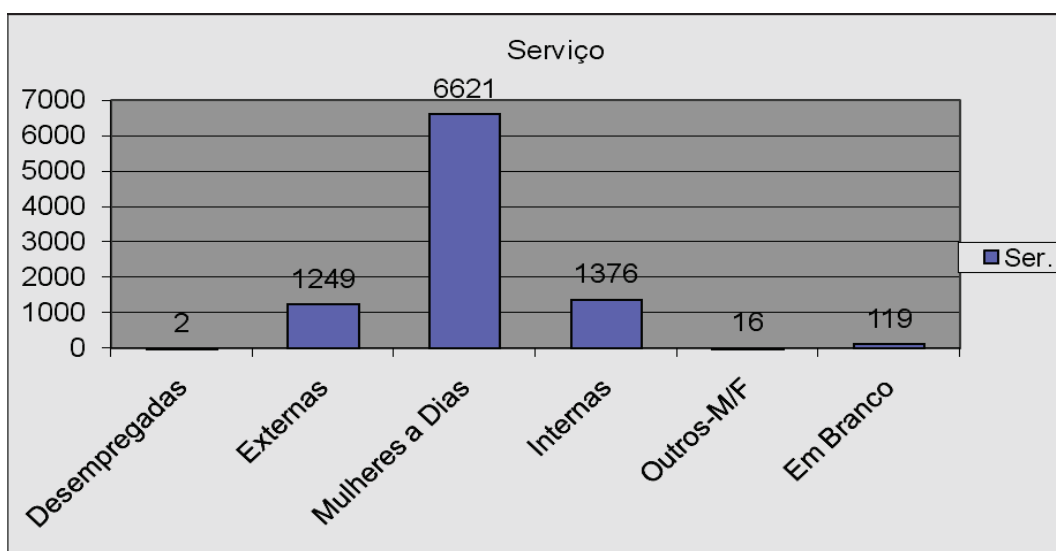


Gráfico C - das sindicalizadas por categoria profissional

Num universo de 9.383 associadas inscritas apenas 119 não indicaram a situação profissional. A distribuição por categoria profissional está representada no Gráfico C. Nele se distingue o contingente das mulheres-a-dias que representa 70,5% das sindicalizadas. A categoria de trabalhadoras externas designa as que trabalhavam diariamente, com a estabilidade de um contrato mensal mas não habitavam a casa dos patrões. Elas representam apenas 13,3% do universo das associadas, o que faz pensar que esta situação profissional era mais rara. O habitual era e ainda é uma situação completamente precária, de trabalho à hora, ao dia, a parte do dia ou a alguns dias por semana. O que implica o desenrolar do trabalho em mais do que uma patroa e local No período por nós considerado vão iniciar-se os descontos para a Segurança Social, o que vai contemplar de uma forma mínima também essas situações. Mas na generalidade, para a maioria destas mulheres configurava uma situação de trabalho sem direito e na completa precariedade dos vínculos de trabalho. As empregadas internas representam apenas 14,6% deste universo. Atendendo a que havia uma grande percentagem de empregadas domésticas internas, que eram associadas da OPFC ou Obra de Sta. Zita, e apesar de algumas terem participado no movimento pró-Sindicato, dada a divisão verificada não se inscreveram inicialmente, tendo provavelmente aderido ao SLED posteriormente, quando este se organizou. Não temos dados sobre o SLED mas é provável que apenas uma pequena parte do elevado o número de mulheres que trabalhavam e residiam em casa dos patrões antes e nos primeiros anos após o 25 de Abril, se tenham sindicalizado. O que justificaria o comentário de uma das irmãs da OPFC de que “agora já não há empregadas domésticas”.

Quadro nº3 – N.º e % das Empregadas Domésticas por Estado Civil (1974/1992)

	Nº	%
Divorciadas	314	3,35%
Casadas	4288	45,70%
Solteiras	3661	39,02%
Viúvas	453	4,83%
Em Branco	667	7,11%
Total	9.383	

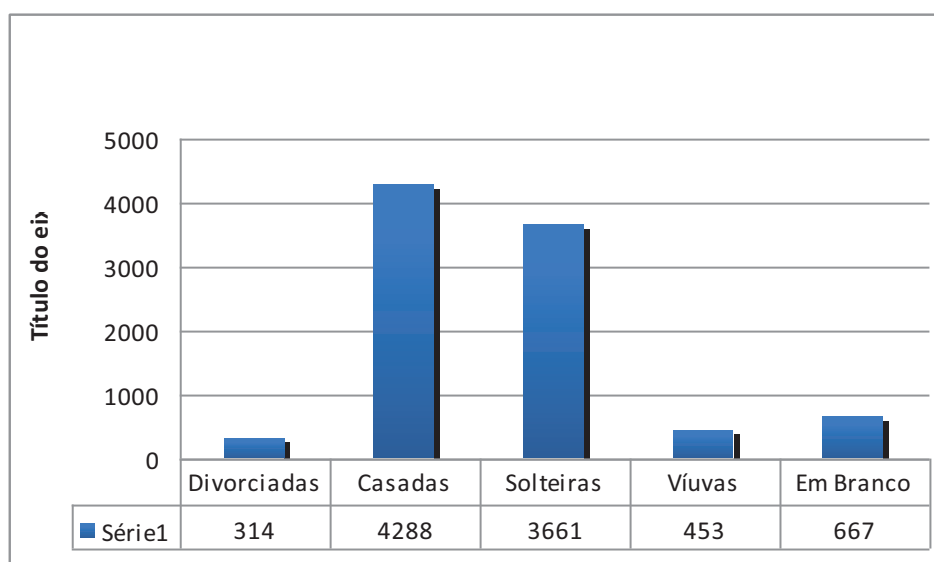


Gráfico D – Estado Civil das empregadas domésticas inscritas no SSD

O Quadro n.º 3 e o Gráfico D e mostram-nos a dispersão das empregadas domésticas sindicalizadas segundo a sua situação civil: casadas, divorciadas, solteiras e viúvas.

Contrariamente ao encontrado nos censos, para a população a trabalhar no serviço doméstico ou afins, 45,7 % destas sindicalizadas eram mulheres casadas enquanto só 39,02% eram solteiras.

O número das raparigas e mulheres que habitavam a casa dos/das patrões/patroas era bastante elevado, revelador de que muitas das empregadas domésticas ou ainda eram jovens ou não constituíam família por não terem condições para dispor do seu tempo e se relacionarem com pessoas da sua idade, por terem emigrado para os centros urbanos, além de não terem residência própria.

As fichas de inscrição mencionam a data de nascimento para 8.441 fichas do total de 9.383 associadas inscritas. Atendendo a que a grande percentagem de inscrições no SSD se verificou entre 1974 e 1976, ano em que foi aprovado o SSD, podemos ter uma ideia aproximada das idades das sindicalizadas.

Quadro nº4 – N.º de associadas inscritas por ano de nascimento

Década de Nascimento	Nº. Associadas	%
1900-1009 ≥ 65 Anos	98	1,1%
1910-1919 ≤65 Anos	640	7,6%
1920-1929 ≤55 A 45 Anos	1694	20,0%
1930-1939 ≤ 45 A 35 Anos	2119	25,1 %
1940-1949 ≤35 A 25 Anos	1599	18,9%
1950-1959 ≤25 a 15 Anos	1983	23,5
1960 – 1964 ≤14 a 10 Anos	308	0,15
Total	8441	99,9%

**Universo de 8441 inscritas com datas de nascimento situadas entre 1900 a 1964.*

No início encontravam-se no activo trabalhadoras com bastante idade, algumas delas com 70 anos e mais. Apesar de ser uma pequena percentagem (1,16 %) dá-nos conta da realidade social em que se encontrava o país e em particular as empregadas domésticas. Contudo é o grupo etário dos 35 aos 55 anos que representa 45% das associadas, logo seguido do grupo etário dos 15 aos 35 anos, com 42,4%. De salientar que ainda se encontram 0,15 % de crianças (308) entre os 10 e os 14 anos como empregadas domésticas. Estes dados corroboram os dos censos ao sublinhar a juventude das empregadas domésticas e mesmo a permanência de trabalho infantil. Porém a prevalência do grupo etário dos 35 aos 55 anos indica o viés da sindicalização, uma vez que as associadas são sobretudo mulheres-a-dias e não empregadas internas. Se houvesse mais internas esses dados tenderiam a aproximar-se dos valores encontrados nos censos.

A partir do 25 de Abril de 1974 até 1976 inscreveu-se a maioria das empregadas domésticas e também aconteceu a mudança de idade em que era permitido trabalhar

legalmente, que passou a ser com mais de 14 anos. A alteração das leis do trabalho e sua fiscalização, o alargamento da escolaridade obrigatória com a respectiva cobertura de escolas veio alterar significativamente a vida das crianças e das famílias, em particular a das meninas, que mais cedo eram enviadas para servir⁵⁴⁸.

Estes dados são apenas indicativos porque não nos foi possível cruzar a data exacta da inscrição com a data de nascimento, pois faltava um dos dados. Pela participação que tivemos nesse trabalho de inscrições, sobretudo na delegação do Porto, a razão prendia-se com o desconhecimento exacto da data de nascimento, por não possuírem nenhum documento identificativo e como não sabiam ler nem escrever, pediam para lhe preencherem a ficha provisória, ficando quase sempre incompleta, à espera do Bilhete de Identidade, que lhes exigia a cédula pessoal, que não possuíam. Mesmo assim, ainda se pode verificar alguns dados em bruto na Base de Dados, assim como um conjunto de anotações que constam nas fichas de inscrição e ajudam à compreensão dos dados.

Indagámos ainda as habilitações das sindicalizadas. Apenas um número reduzido, pelas razões já expostas declararam as habilitações literárias que possuíam, quando se inscreveram no Sindicato. Conseguimos apurar que 1.598(5,87%) das empregadas domésticas inscritas tinham frequentado a escola mas muito menos tinham obtido algum certificado da habilitações. Apenas 75 mulheres declararam ter a 3ª ou 4ª classe; com o Ciclo Preparatório do Ensino Básico (completo ou incompleto) apenas 20 mulheres e com o 3º Ciclo completo ou incompleto só 9 declararam. Podemos considerar que 99% das empregadas domésticas inscritas no SSD ou eram mesmo analfabetas ou não possuíam qualquer exame, ainda que uma parte pudesse ter frequentado a escola.

A situação de analfabetismo da grande massa das associadas colocava particulares problemas de organização às impulsionadoras do SSD, elas próprias possuidoras de baixíssimas habilitações literárias, o que torna ainda mais extraordinária a empresa a que meteram ombros. Para receber as cotas e esclarecer as colegas a Sede do SSD em Lisboa criou sub - delegações(ou secções), sendo nomeada uma associada ou dirigente para reunir com as restantes. Esta foi a forma encontrada pelas sindicalistas, seguindo o mesmo modelo que era usado na JOCF. As reuniões decorriam ou na casa de uma delas ou na comissão de moradores do bairro ou freguesia. Se existisse no local uma delegação da Intersindical era

⁵⁴⁸ Cf. VIEIRA, Antónia Celeste - : “serviçal: criada/o” como profissão de criança (1867 -1976). VII Congresso Luso – Brasileiro.FPCE-UP. 2008.

pedida uma sala para reunirem ou em qualquer sala de delegação ou sede local dos diversos sindicatos existentes. Este foi o pedido de solidariedade e um dos resultados do esforço de diálogo feito com o Movimento Sindical, concretizado a partir da participação como observadoras no 1º Congresso da União dos Sindicatos em 1975 e que permitiu a sua expansão. A maioria das empregadas domésticas, mesmo as que eram mulher-a-dias tinha dificuldade em participar nas actividades desenvolvidas na Sede, pelo que as reuniões nos bairros ou nas zonas facilitava a participação.

Parte III

Formação de Mulheres no contexto de movimentos sociais – SSD e Cooperserdo

CAPÍTULO I

Retomando a Formação: processos, conteúdos e competências

Primeiro período - até ao 25 de Abril 1974

1.Introdução

Tendo historiado o aparecimento de um sindicato dirigido por e para mulheres de um estrato social desfavorecido e na maioria analfabetas ou quase, o objectivo da pesquisa é compreender as dinâmicas formativas que a auto-organização proporcionou e exigiu ao colectivo de mulheres que deram início a esse movimento. Nesse sentido iniciaremos com uma breve reflexão sobre os processos de formação e suas modalidades, no sentido de constituir uma quadro de análise dos processos e competências desenvolvidos no contexto de criação do SSD e da Coopersedo.

A formação como processo de desenvolvimento e de estruturação da pessoa realiza-se ao longo da vida. Na senda de Paulo Freire é permanente e refaz-se constantemente na acção, como prática educativa vivida com a afectividade e alegria, sem prescindir da formação científica séria e da clareza política dos educadores/educadoras⁵⁴⁹.

Os processos de formação adoptados podem ser de auto formação quando se participa de uma forma independente e se é responsável pelos processos e finalização da formação. Dumazedier define a autoformação como um modo de auto desenvolvimento de conhecimentos e de competências pelo próprio sujeito social, segundo o seu ritmo e com o auxílio de dispositivos educativos e de mediações diversas⁵⁵⁰. Na senda de Gaston Pineau a autoformação é diferente de auto didactismo, uma vez que os conhecimentos são “incorporados nos actos, nos valores” e adquirem um sentido para a própria pessoa⁵⁵¹.

A hetero formação estrutura-se de modo exógeno por interferência de agentes normalmente especializados. É um processo pensado e dirigido para a pessoa em formação, que deve absorver e tende a reproduzir concepções e modelos. Supõe a aceitação, a adesão mais do que a participação. Quando há um processo partilhado em que formandos/as e formadores/as cooperam e se implicam na definição dos objectivos do grupo e simultaneamente de cada um/a pode-se afirmar que tem lugar uma co-formação. A co-formação acontece em contextos de cooperação, trabalho colectivo e enriquecimento mútuo, pelo que muitas vezes leva a um processo de eco formação, onde não importa apenas as

⁵⁴⁹FREIRE, Paulo - *A Pedagogia da Autonomia, : saberes necessários à prática educativa*. S.Paulo, Ed.Vozes, 1996, p. 161.

⁵⁵⁰ROSITO, Margarete – *A visão humanista da História tecida de retalhos*, UNICID - SP. Notandum, in Dumazedier, *Education Permanent*, 1995, p.256.

⁵⁵¹PINEAU, GASTON (1986 b) – « L’autoformation dans le cours de la vie: entre l’hétero et l’écoformation ». *Education Permanent*, nº78-79, Julho/Dezº, 2008, pp.25-39.

finalidades pessoais e de grupo, mas simultaneamente se toma consciência da necessidade de transformar o próprio contexto de vida e da formação.

Inscrevemos na dimensão “formal” a formação que ocorre num determinado espaço institucional reconhecido e certificado cuja entidade oficial planeia e incrementa as actividades de formação. A formação “não formal” diverge de acordo com as características das aprendizagens que o formando pretende adquirir e pode acontecer fora da área escolar, em organizações culturais, sociais, políticas e religiosas. Geralmente é planeada e desenvolvida em grupo e cada participante pode adquirir competências e saberes formacionais e específicos. Essencialmente o formando deve aprender a ser, a fazer, a comunicar e a estar com os outros. Num contexto “informal” não existe nenhum planeamento, nem nenhuma estrutura formada; a formação acontece ao longo da vida, no contacto com os outros, com a experiência, sempre que há interesse e vontade de aprender.

Para Paulo Freire, o fundamental nos diferentes contextos de formação é a mediação que se dá quando se passa da consciência ingénuo para uma consciência crítica, em que a pessoa se transforma e é capaz de transformar o outro e os contextos existenciais⁵⁵².

Um dos objectivos centrais desta pesquisa é compreender o processo de auto-formação desenvolvido por um conjunto de mulheres, pouco alfabetizadas ou mesmo analfabetas, que empreenderam a criação do S.S.D. e o dirigiram até finais dos anos oitenta do século XX, em Portugal.

Na realidade, a condução de um movimento social com a finalidade de instituir um sindicato de classe exige, além de motivação e qualidades pessoais de dedicação, um conjunto de apoios e de saberes técnicos, muitos deles relacionados com níveis de alfabetização médios, e destrezas cognitivas elevadas. Saber como se processou a aquisição de competências pessoais, intelectuais e técnicas em mulheres isoladas, quase analfabetas, é um desafio à compreensão de processos de formação em indivíduos adultos. Por sua vez, perceber o despertar da consciência ingénuo, para uma consciência crítica, mobilizadora e emancipatória é igualmente um iluminar das possibilidades de formação do ser humano. O conhecimento aprofundado que o traçar da história do SSD nos proporcionou e a riqueza das fontes encontradas abriu-nos a possibilidade de tentarmos entrar no processo de compreender a formação que se operou no caso concreto das mulheres que criaram o Sindicato. Objectivo

⁵⁵²Freire, P. - *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*, São Paulo, Ed. Cortez, 1997, pp.34 /35.

que se revela apaixonante por a formação se situar no âmbito de um movimento social e também pelo facto de serem mulheres as protagonistas.

Para objectivarmos o estudo seleccionamos do conjunto de fontes já descritas, as que nos proporcionaram dados mais pessoais e de primeira-mão. Assim, definimos como corpus documental em que iria assentar a análise dos processos de formação os cadernos de apontamentos de Maria Conceição Ramos entre 1962 e 1980⁵⁵³, cartas enviadas por empregadas domésticas emigrantes, os cadernos de apontamentos de Maria Helena Freitas, entre 1974 e 1985⁵⁵⁴, assim como os rascunhos das Actas das reuniões de direcção⁵⁵⁵ em que Maria Angélica também participava. Para além dos cadernos manuscritos, seleccionamos outros documentos para análise do conteúdo⁵⁵⁶: os Estatutos do SSD e da Coopserdo, Boletins⁵⁵⁷ do Sindicato, os livros de Actas oficiais da Coopserdo, documentos do Curso de férias, Curso de preparação para o I Congresso Nacional do SSD, o Curso de Quadros para Activistas e ainda dos Cursos de Alfabetização realizados pelo Sindicato.

Os documentos acima referidos contêm informação pertinente, para a constituição de categorias de aprendizagem classificada nos processos de auto, hetero e co-formação em contextos formais, não formais e informais, com a aquisição de competências de tipo cognitivo, organizativo, participativo, comunicativo, formativo e profissionais específicas. Principiaremos, assim, por uma análise global destes documentos, com o objectivo de compreender a organização interna das formas simbólicas, modelos, relações com uma visão crítica emancipatória, para que a dimensão e o processo ideológico, histórico e de prática libertadora, numa organização social e de classe, possa ser reconhecido na formação de uma consciência política, solidária e formativa. Destacamos dois períodos para a organização da

⁵⁵³ 1º Presidente do SSD no 1º e também no 2º mandato. Os nossos agradecimentos pelo acolhimento, disponibilidade em ceder documentação pessoal, pela partilha e confiança que nos deu.

⁵⁵⁴ Secretária da direcção do SSD, a quem agradeço pela abertura, confiança e disponibilidade em me ceder a documentação pessoal.

⁵⁵⁵ Inicialmente não sabíamos porque encontrávamos no caderno de apontamentos referência à reunião de direcção e em folhas A3, já utilizadas, que serviam de papel de rascunho e onde estava o conteúdo da reunião. Helena Freitas, em conversa informal, clarificou a razão dos rascunhos. Era a secretária e por esse motivo anotava no caderno o que se passava nas reuniões, em tópicos e através dos seus apontamentos redigia a acta que apresentava às colegas na próxima reunião de direcção. Na reunião seguinte lia o rascunho que tinha elaborado e caso algo não estivesse perceptível ou de acordo com o que se passara era corrigido e só depois passava para o livro oficial para ser assinado pelas presentes, conforme era obrigatório que se processasse.

⁵⁵⁶ Encontramos várias cópias dos Estatutos dactilografados e emendados até à versão final. Foi elaborado em brochura após a publicação no *Diário da República*, em 1976.

⁵⁵⁷ Inicialmente eram designados *Boletim das Empregadas Domésticas* (Informativo) e posteriormente *Boletim do Sindicato do Serviço Doméstico* (Informativo e Formativo).

análise: 1960 ao 25 de Abril de 1974; do 25 de Abril até 1985. Estes períodos têm a ver com a própria natureza dos documentos e com o contexto social em que as acções aconteceram.

2.Primeiro período - até ao 25 de Abril 1974

As aprendizagens formais, informais, não formais das empregadas domésticas são diversificadas, estando sujeitas ao extracto social em que viviam ou trabalhavam. A nossa análise reporta-se às iniciadoras e dão-nos uma amostra das competências que adquiriram antes da criação do Sindicato do Serviço Doméstico no final da Ditadura. O Sindicato só é criado após o 25 de Abril de 1974, época propícia à institucionalização de organizações sindicais, culturais e outras, uma vez que foram conquistadas as liberdades fundamentais de expressão e de associação. Para analisarmos as aprendizagens desse período organizamos um quadro considerando os diferentes contextos - formal, informal e não formal - no processo de auto/ hetero /e co /formação, dividindo a aquisição de competências em cognitivas e de organização: direcção/gestão e acção; participação - mobilizadoras e mobilizadas; comunicação - elaboração e uso da informação; formacionais – de concepção e execução e ainda em competências profissionais específicas, no aspecto pessoal, colectivo e societal.

2.1.1. Análise global das fontes: cadernos pessoais e entrevistas

Os cadernos pessoais deste período, de uma entrevistada acima referida, dão a conhecer o seu trajecto de militante na JOC e a sua formação. Apresentam as várias fases porque passou: a primeira de aprendizagem catequética; uma segunda fase de reflexão sobre os problemas colocados nas reuniões pelas animadoras ou pelo Assistente eclesial, a terceira fase em que começa a preocupar-se com as questões sociais, profissionais e sindicais. Nessa fase interpela-se sobre a sua condição profissional de empregada doméstica, em confronto com os problemas colocados nas reuniões pelas operárias, que trabalhavam nas fábricas. As operárias tinham o mesmo local de trabalho, que lhes permitia nos intervalos conversarem umas com as outras; tinham horário de trabalho, folga, férias, o que lhes dava possibilidades de participarem nas reuniões, nos encontros realizados ao Domingo todo o dia, podiam sair com os namorados, sem a preocupação de estarem em casa dos patrões a horas de fazerem o jantar. Ela e as colegas não tinham essa possibilidade: tinham de trabalhar, pelo menos até depois do almoço de domingo e só saíam entre as 15,30 e 19 horas, quando tinham de regressar para

preparar o jantar. O passo seguinte de Conceição Ramos foi mudar de patrões, que lhe dessem algum tempo livre. Mudou para outro local, começou a aglutinar as colegas e formou o primeiro grupo em Carcavelos, em 1962. Tal como aprendera, escreve a data das reuniões e a ordem de trabalhos que vai propor. Serve-se dos conhecimentos anteriormente adquiridos nas reuniões em que participa, a partir dos temas já escutados e dos apontamentos que tirava. Começa por escrever as palavras iniciais a dizer às colegas, uma oração, um cântico ou seja, o mesmo modelo de orientação que teve. Quando chega às reuniões da JOCF, no momento de Revisão de Vida Operária (RVO) já consegue falar dos problemas da sua classe, que são diferentes das das outras militantes. Ao fim de uns anos é nomeada Responsável das Empregadas domésticas aspirantes ou militantes da JOCF. No caderno pessoal escreve alguns nomes de rapazes que iam participar nas reuniões. A análise deste primeiro período é o resultado do cruzamento entre o que Conceição Ramos escreveu no primeiro e segundo caderno pessoal e a entrevista que realizámos, individual e em grupo. Na entrevista em grupo ela explica, juntamente com a Ana da Luz, porque encontravam os aprendizes de outras profissões que, tal como elas, deixaram o meio rural para aprender um ofício e ganhar dinheiro para ajudar os pais. Também eles habitavam nos anexos, garagens, barracas dos patrões: eram trolhas, marceneiros, carpinteiros, serventes. E diz que se os fosse levar só para participarem nas reuniões não iriam, mas a estratégia era ir ao cinema, a um baile, festejar o aniversário de todos/as daquele mês, assim todos juntos rapazes e raparigas já iam, conviviam, aprendiam a discutir o filme que tinham visto e aprendiam a partilhar os problemas do trabalho e da vida. A participação em reuniões é enorme e diferente na forma mais do que nos conteúdos. Tanto nos surgem reuniões do grupo de Carcavelos, onde trabalha e reside, como reuniões de Militante, de comemoração de datas assinaladas pela JOCF, como após ter ficado responsável pelo sector das Empregadas Domésticas, reúne com outras colegas, que noutras secções também formam um grupo, seguindo-lhe o exemplo. É dessa forma, com o apoio da JOCF, que o número de empregadas domésticas militantes da JOCF cresce e se organiza em várias Secções da JOCF da Diocese de Lisboa e se expande para Norte, Sul e Oeste do Rio Tejo.

O convite para participar no Encontro Europeu de Empregadas Domésticas juntamente com Ana da Luz, Presidente Livre da JOCF⁵⁵⁸, também empregada doméstica, com quem participava muitas vezes e com outros dirigentes, para pensarem e aprenderem como organizar

⁵⁵⁸Era a militante da JOCF convidada pelo Secretariado Diocesano da JOCF, para estar a tempo inteiro ao serviço da JOCF Diocesana, que lhes pagava o ordenado.

um Sindicato de Classe, vai mobilizá-las ainda mais para prosseguirem em acções concretas de organização e participação. Participam em Encontros alargados durante dois dias sobre Sindicalismo; no Curso organizado pelo Centro de Cultura Operária (CCO) sobre documentação e arquivo, e fazem visitas a um Jornal, à Rádio Renascença e também são entrevistadas.

2.2.Do 25 de Abril 74 até 1986

2.2.1. Dos documentos, brochuras, boletins, actas, cadernos pessoais, entrevistas

Quando falamos em documentos referimo-nos àqueles que foram produzidos no SSD pelas empregadas domésticas, logo que se constituíram em Comissão Pró Sindicato para entregarem no Ministério do Trabalho as assinaturas recolhidas a pedirem para formarem um Sindicato de classe. Como antes do 25 de Abril algumas já estavam sensibilizadas para a necessidade de avançarem nesse sentido, com os conhecimentos que a Conceição Ramos já tinha desde 1973, reuniu-se um grupo e lançaram-se no estudo e produção dos Estatutos, com a ajuda dos militantes da JOCF/LOCF, organizados na Base FUT. Não tinham ainda instalações próprias; ocupavam um espaço na Sede da JOCF na rua da Condensa, em Lisboa. Era um trabalho burocrático, que tiveram de fazer de imediato, ao mesmo tempo que realizavam Assembleias e mobilizavam as colegas para aderirem, inscrevendo-se e pagando uma quota, para ajudar aos gastos que tinham de efectuar em papéis de divulgação e deslocações a outros locais. Todas estas actividades iniciais eram assim produtoras de documentação. O mesmo aconteceu para a elaboração dos Estatutos da Cooperserdo no Porto, também com a ajuda de um militante da Cooperativa Portuense, já fundada antes do 25 de Abril.

Em simultâneo com os Estatutos e em etapas seguintes, tiveram de lidar com os processos de casos de despedimento, o que obrigou, sobretudo as dirigentes, a conhecer as leis então em vigor para as empregadas domésticas e a comunicar quer com o Ministério do Trabalho quer com a Caixa de Previdência, como se designava, e com os jornalistas, que faziam entrevistas constantemente. Outros documentos como brochuras e os boletins do SSD fizeram parte da aprendizagem da leitura nos Cursos de Alfabetização. A História da Alzira de que já falámos na parte II, cap.III também serviu para discussão em Alfabetização sobre o

planeamento familiar, gravidez e namoro. Estes documentos eram dactilografados no SSD e policopiados, depois a folha A3 era dobrada ao meio e agrafada, para ficar uma brochura. Era um trabalho novo, que como tantos outros tiveram de aprender.

Fazer as actas das reuniões foi outra das tarefas que não conheciam e que, sobretudo as secretárias da Direcção e as secretárias da Assembleia-Geral - Sindicato e Coopereserdo - tiveram de aprender as normas como eram feitas. Primeiro tinham de estar atentas ao que se passava na reunião e tirar os apontamentos. Fazer um rascunho para ser corrigido, lido, aprovado e passar ao livro Oficial. Estas actividades constituíram-se como produtoras de mensagens e de materiais de arquivo, que testemunham esse labor ao longo dos tempos e a sua tomada da palavra, na apresentação de si mesmas, dos seus objectivos e das suas memórias. Estamos perante material de arquivo de uma instituição de carácter laboral e cívico. O recorte deste material servirá a análise categorial temática, a partir do conteúdo exposto, para evidenciar os indicadores que nos permitam inferir sobre uma outra realidade, com o cruzamento de outras fontes de que falaremos seguidamente.

Como já referimos, os cadernos pessoais de Conceição Ramos e de Helena Freitas, neste período contêm apontamentos de reuniões, cursos, preparação de reuniões e comunicações que realizavam. Também alguns dos textos produzidos pelos alfabetizandos, nas sessões de alfabetização fazem parte do material que servirá para análise e apreensão das aprendizagens formais, não formais e informais que adquiriram.

As competências adquiridas ao longo da sua vida como empregadas domésticas, sobretudo como sindicalistas e cooperativistas, são o objectivo primordial desta pesquisa. Cruzámos também os conteúdos das entrevistas de cada uma das entrevistadas, a recordar uma parte substancial da sua vida e do seu trabalho sindical e cooperativo, vivido numa época de mudança social e política, que lhes abriu o caminho a uma mudança pessoal profunda. As entrevistas são reveladoras da sua capacidade de fazerem uma leitura sobre a experiência que tiveram, recordar momentos agradáveis e outros mais dolorosos, de terem recuperado a sua dignidade, da alegria de alguns reencontros e de terem contribuído para que outras colegas hoje tenham outras condições de trabalho, sejam consideradas

A progressiva estagnação no campo político, educativo e social, o efeito das próprias leis porque lutaram, as desavenças internas por discordância de métodos e finalidades, de luta pelo poder no seio do Sindicato e da Cooperativa conduziu a uma lenta derrocada de todo um processo que a pouco e pouco se foi desvanecendo, que lhes deixou uma enorme mágoa e

saudade. A entrevista deu-lhes oportunidade, a partir da recordação dos factos experienciados, de instituir uma memória sobre as suas lutas e vivências, ficando como testemunho de uma época que também ajudaram a mudar.

A análise interpretativa sobre este corpus documental revelará múltiplas e diferentes formas de aprendizagem, realizadas no âmbito deste movimento social encabeçado, todo ele, por mulheres.

3. Aprendizagens feitas em contexto formal:

3.1. As raparigas só precisavam fazer a 3^a.classe

As entrevistadas, nascidas entre meados dos anos 20 até meados dos anos 50, frequentaram a Escola Primária mas em condições diferentes umas das outras: umas concluíram o exame da 4^aclasse, outras a 3^a classe. Algumas só mais tarde concluíram a 4^aclasse ou mesmo o ciclo e uma não passou da 2^aclasse.

Naquela época havia exame na 3^aclasse⁵⁵⁹. No final do ano lectivo havia uma prova escrita e oral que era certificada se ficassem aprovados/as, caso contrário repetiam o ano.

A mentalidade dos sectores rurais entre as famílias mais pobres, caracterizava-se pela defesa de uma educação diferenciada entre meninas e meninos. As raparigas, mais do que as letras, deviam aprender a costura, fazer o enxoval e mais tarde confeccionar as roupas dos filhos, cuidar dos irmãos, aprender os trabalhos domésticos e agrícolas, essenciais à manutenção e cuidado da família. Para elas o exame da 3^a.classe era suficiente, enquanto para os rapazes era importante que aprendessem a ler e escrever e até concluírem a 4^a. Classe. As razões eram fundamentadas na natureza: aos homens a vida pública, o direito de cidadania e à mulher o recato, a procriação e o cuidado com os filhos, com a casa e os animais. O destino da maioria das raparigas era ir servir para os centros urbanos como internas ou nas grandes casas de lavoura.

A minha mãe só queria que eu aprendesse a costura (...) as raparigas era a 3^o.classe e acabou. Eu nunca me esqueço o dia em que fui fazer o exame da 3^a.classe (...) E depois, cheguei e fui carregar lenha, estrume e tudo⁵⁶⁰.

⁵⁵⁹ No período da República o ensino primário era composto de dois graus – elementar (3 anos) e, complementar (2). Só o elementar era obrigatório. Com a Ditadura só foi obrigatória a frequência da 3 Classe até 1957 (rapazes) e 1960 (raparigas).

⁵⁶⁰Cf. Entrevista da Dulce, anexo: A, nº14, p.1.

Muitas das crianças pobres trabalhavam na idade escolar e não frequentavam a escola, outras frequentavam a escola mas não passavam de classe e acabavam por abandoná-la sem nenhum certificado de habilitações, só sabendo assinar o nome e pouco mais.

A falta de incentivo dos pais, ao darem prioridade ao trabalho, levava muitas crianças a aproveitarem a ida à escola para brincar, porque em casa tinham de trabalhar na realização de pequenas tarefas domésticas e agrícolas ou cuidar dos irmãos mais novos. *Andei na escola até à 2ª ou 3ª classe. Olhávamos pelas vacas, pelas ovelhas, íamos à lenha (...) E depois íamos para a escola e o que queríamos era brincar. Quanto à escola [refere-se aos vizinhos que eram caseiros de uma senhora rica, com quem vivia por a madrasta a maltratar] não se importavam muito com isso. Primeiro estava o serviço e no campo havia muito que fazer*⁵⁶¹.

A escola não era para todos/as, mas para a classe média ou alta. No entanto mesmo nas famílias pobres havia exceções, porque algumas crianças conseguiam conciliar o trabalho que lhes era destinado, quer pelos pais quer pelos patrões com a escola primária. *Eu comecei a servir, tinha seis anos (...) fiz a escola a trabalhar*⁵⁶².

As raparigas internas, da Obra de Sta Zita, frequentavam a escola na instituição ao mesmo tempo que trabalhavam na Obra até estarem preparadas para ir servir fora. O exame era realizado na escola da área da residência em que se encontravam. *Entrei para as Zitas para ir servir. Havia professoras. Aprendíamos lá dentro e depois vínhamos cá fora fazer o exame (...) Cheguei, cheguei [a fazer exame] da 4ª classe*⁵⁶³.

Ao longo da vida, cada pessoa adquire competências que muitas vezes nem a própria as reconhece, porque não são realizadas em contextos formais e não são certificadas. A maior parte dos serviços eram aprendidos com as colegas que trabalhavam na mesma casa, no caso de famílias muito abastadas, outras vezes com as patroas, outras com os pais ou na instituição em que eram recolhidas. Muitas vezes aprendiam observando, tentando fazer e com a prática aprendiam uma multiplicidade de serviços. No caso da Obra de Previdência e Formação das Criadas, mais conhecida por Obra de Sta.Zita dedicavam-se à formação das criadas, com o fim de as preparar e estarem aptas para dar resposta aos diferentes pedidos de serviços, através do secretariado da Obra. Preparavam-nas para bem servir nas famílias saber executar todo o género de serviços domésticos, ao nível da moral católica e dos bons costumes.

⁵⁶¹Gracinda, anexo: A, nº4, p.1.

⁵⁶²Conceição Faria, Anexo: A, nº3, p.2.

⁵⁶³Gracinda, anexo: A, nº5, p.2.

Neste primeiro período analisaremos as aprendizagens que estas jovens obtiveram ao frequentar a Obra de Sta Zita e na JOCF e LOC, que tipo de formação lá lhes era dada quando se integravam nestes movimentos.

4. As aprendizagens realizadas no contexto não formal:

4. 1. Aprendíamos de tudo, a fazer tudo

Certeau reflecte a partir do que pensava Wolf já em 1740 sobre o saber fazer e dá como exemplo o *saber* que permanece, cuja maneira de *fazer* não tem legalidade como actividade produtiva (artes do dia-a-dia na cozinha, de limpeza e costura, etc). “Ao contrário, esse resto, abandonado pela colonização tecnológica, adquire valor de actividade *privada*, carrega-se com investimentos simbólicos relativos à vida quotidiana, torna-se a memória inscrita e ao mesmo tempo activa daquilo que se mantém à margem ou nas fendas das praxis científicas e culturais”⁵⁶⁴. São saberes/fazer tão importantes quanto socialmente invisíveis e desvalorizados, classificados como práticas femininas. As crianças e jovens iam servir em casas de família e algumas frequentavam a escola formal. Aprendiam diferentes serviços, dependendo do extracto social da família para onde iam trabalhar e rudimentos da formação escolar. Pela amostra verificamos que adquiriam competências de autodomínio, ritmo de trabalho, disciplina e uma diversidade de serviços domésticos: cozinhar, cuidar de crianças, limpar, esfregar, lavar à mão, brunir, cuidar dos cabelos ou da higiene pessoal quer das crianças, dos idosos e até adultos. Nos meios rurais aprendiam a cozer broa, a cuidar dos animais, do quintal, acarretar lenha.

À medida que iam adquirindo experiência, algumas assumiam outras responsabilidades que lhes exigiam falar bem, escrever ou ler um recado deixado para ou pelos patrões, atender o telefone, as visitas e executar serviços no interior, segundo as regras estabelecidas por cada família e a classe social: (serviço de sala, copa, quartos, cozinha) ou no exterior, como ecónomas, damas de companhia e governantas (o cargo máximo da classe profissional). O mesmo se passava na Obra de Sta Zita.

Então aprendíamos de tudo, a fazer tudo. Aprendi a cozinhar, e tinha muita queda para a cozinha (...) a passar a ferro, a pôr as mesas, pois se tínhamos

⁵⁶⁴Certeau, Michel - *A invenção do cotidiano.1.Artes de Fazer*, Editores Vozes, Petrópolis, 2000, p.141.

hóspedes, tínhamos doutores, arrumávamos os quartos, tínhamos de pôr farda para servir à mesa os senhores. Aprendemos a costurar, a bordar, essa não era a minha queda (...) Aprendiam a ser umas empregadas domésticas mais exemplares, que era isso que os patrões queriam para nos esfolar mais⁵⁶⁵.

Nas Zitas as jovens podiam abraçar a vida religiosa professando e fazendo votos de castidade, obediência e pobreza estando ao serviço da Instituição onde fosse necessário. Nesse caso ganhavam mobilidade e para além dos serviços que aprendiam, ficavam a saber lidar com as “prestigiadas” individualidades do país e do estrangeiro que recorriam aos serviços das casas das Zitas.

4.2. Participação: aprendizagens no âmbito religioso

As aprendizagens religiosas na Obra de Sta. Zita e na JOCF eram diferentes, apesar de serem movimentos da mesma igreja - a Católica. Ambas as instituições orientavam os seus membros, segundo as regras da Igreja, entre as quais participar na missa ao Domingo e frequentar os sacramentos.

As diferenças eram substanciais, porque no concreto têm opções distintas: o sentido religioso da OPFC estava impregnado de uma ideologia mais voltada para o culto, temor a Deus, adoração, obras de beneficência e uma pregação assente no anticomunismo. A segunda, a JOCF nos anos sessenta do séc. XX, inspirada no Padre Cardijn, vai seguir a linha da Doutrina Social da Igreja, sobretudo o Concílio Vaticano II. Sem deixar de celebrar datas comemorativas e a frequência dos sacramentos direcciona a sua acção para o meio operário. No meio operário as/ os militantes da JOCF aprendiam quais os direitos e os deveres dos trabalhadores/as. Aprendiam a agir colectivamente e a participar em colóquios e outras actividades de carácter formativo e doutrinal.

Depois de concluir a escola, Conceição Ramos trabalhou no campo até aos 17 anos e frequentou a JACF (Juventude Agrária Católica Feminina) na secção da paróquia da sua freguesia, no Concelho de Valpaços. A mãe faleceu e ela decidiu ir servir como empregada doméstica, para Lisboa. Integrou-se na JOCF da freguesia de S. João da Pedreira. E daí começou a frequentar a secção da JOCF da paróquia.

Quando entra para a JOCF conhece o percurso de Monsenhor Cardijn, que dialogava com os jovens à saída da fábrica, em França e que fora no diálogo com eles que pensara na

⁵⁶⁵ Entrevista Gracinda, Anexo A, nº5, p.4.

fundação de um movimento operário católico. As primeiras folhas do primeiro caderno de Conceição Ramos retratam os conhecimentos que recebia, numa metodologia semelhante à que aprendera durante os 4 anos que em criança frequentara a escola. Perguntas e respostas, em estilo catequético, escrita em letra redondinha no caderno com linhas, que apresenta alguns erros ortográficos. Escreve algumas orações e cânticos. Vai adquirindo prática de escrita.

Na JOCF ela aprende o método de Cardijn (*Ver, Julgar e Agir*)⁵⁶⁶ e interroga-se como o vai aplicar no seu meio de trabalho. Procura conhecer as que trabalham nas casas próximas e convida-as para as reuniões. Algumas não estão autorizadas a sair nem sequer as quatro horas, que a ela lhe são permitidas. Procura outra casa que lhe dê mais tempo livre para poder participar nas reuniões e acaba por ir trabalhar para Carcavelos, para uma casa onde há mais empregadas e um jardineiro.

As actividades da JOCF eram programadas anualmente no formato do calendário escolar, eram fixadas as datas a comemorar e planeadas as actividades a realizar. Conceição Ramos aprende a planificar acções, a programar e organizar actividades. Ficou responsável pela equipa de Aspirantes e anuncia-lhes o programa do Dia Internacional da JOCF: *Missa Campal e depois de almoço um desfile para um Festival terminando em apoteose com apresentação dos dirigentes Internacionais (...) jogo cénico final no Pavilhão dos Desportos*⁵⁶⁷.

A presença de figuras internacionais do movimento em Portugal é um acontecimento importante, um motivo para uma missa campal e um almoço em comum, assim como para o desenvolvimento de uma actividade cultural. Estes acontecimentos faziam parte do projecto da Acção Católica como meio de expansão e, ao mesmo tempo, de diálogo além fronteiras como apontava a doutrina social da Igreja. Era também através da Igreja e dos seus que durante a Ditadura as pessoas podiam participar em massa sem serem perseguidas pela PIDE (Polícia Interna da Defesa do Estado) e responder aos desafios sociais, despertando a consciência dos operários, que emergia em algumas secções das paróquias, nas Dioceses.

O projecto religioso da Obra das Zitas bem definido, deixava de fora imensas jovens que não se identificavam com os princípios religiosos estritos, sobretudo porque queriam namorar e constituir família. A novidade acontece quando a dinâmica vai atingir inicialmente

⁵⁶⁶1º.Caderno pessoal de Conceição Ramos, p. 4 [a numeração das páginas é nossa].

⁵⁶⁷1º Caderno pessoal de Conceição Ramos, p.13.

um pequeno grupo de empregadas domésticas, que trabalhavam isoladas e na solidão. Ao tomarem consciência da sua condição de grupo profissional, a participação foi o primeiro passo para o processo de libertação e formação. Uma formação inicialmente doutrinária mas que vai evoluir para novas aprendizagens e novas formas de trabalho, mais humanista, executado pelas mesmas pessoas mas com outra capacidade de diálogo. *Havia raparigas que não sabiam ler nem escrever, mas fizeram a 4ª classe lá no Centro de Cultura Operária (CCO) à noite, depois de terem as coisas arrumadas, uma delas foi a Joaquina a outra foi a Alice que me lembro*⁵⁶⁸.

Na Obra das Zitas eram preparadas e incentivadas para seguir a vida religiosa e muitas faziam o noviciado, uma etapa que lhes exigia muito sacrifício e cumprimento das regras estabelecidas

*E daí era sempre a preocupação ensinar para que elas servissem os grandes senhores. Ensinam a doutrina e os serviços. Mas há outras coisas, elas quando se apercebem que há umas raparigas jeitosinhas capazes de serem moldadas. Fazemos retiros, falamos do Inferno (...)*⁵⁶⁹

Na Obra de Sta Zita as empregadas domésticas recebiam uma formação religiosa, quer estivessem a servir na Obra ou no exterior. Quando eram aceites como noviças tinham uma preparação austera e disciplinada. O dia na Instituição para uma noviça era muito rígido e a formação tinha como finalidade servir a Deus e aos patrões. As religiosas eram monitoras a quem elas tinham de obedecer e cumprir os actos de culto que lhes eram impostos, antes do pequeno-almoço. Tinham de ir para a capela rezar “*as orações do dia e da missa e dessas coisas assim*”. Fazem uma meditação, em que cada dia é feita uma leitura e escutada pelas restantes, que se mantêm em profundo silêncio. *Têm de se habituar a fazer a oração quando Nosso Senhor está exposto todo o dia e toda a noite*. Têm de se revezar umas às outras. As que trabalhavam na casa dos patrões, de manhã muito cedo algumas tinham autorização para ir à missa e viviam o trabalho como se estivessem no convento.

A Obra tornava-as disciplinadas, aprendiam a rezar e a falar com bons modos para os patrões, aguentarem longas horas em jejum, a dormir pouco e trabalhar muito, a manterem-se em silêncio durante as horas de trabalho e, sobretudo, a obedecer aos superiores e aos patrões.

⁵⁶⁸ Angélica, Anexo: A, nº6, p. 7.

⁵⁶⁹ Gracinda, Anexo: A, nº5, p.3.

4.2.1. A linguagem aprendida transforma-se em linguagem experiencial

Conceição Ramos foi trabalhar para Carcavelos noutras condições, para ter tempo livre e organiza um grupo com outras colegas. Na primeira reunião elabora um pequeno texto sobre Maria e José que formaram uma família operária, humilde e termina com a interpelação, *mas quantas vezes nos sentimos tentadas a desejar ter nascido noutra família sem tantas privações*. Explica as razões da reunião, porque *tiveram um chamamento feito por Cristo e pertencer à Acção Católica é participar no Reino de Deus*. Assim, nem que seja a uma só pessoa deverão testemunhar para que compreendam *quanto se é feliz por se ser cristão*. Sugere uma reflexão *mais doutrinal* para o grupo recordar a missão que cada uma recebeu no dia em que foi baptizada e ficou a ser Igreja. É um incentivo para que cada uma com o seu exemplo e generosidade contribuam para um mundo melhor⁵⁷⁰.

Logo nas primeiras reuniões que realiza após a formação de um grupo, ela elabora como vai iniciar a reunião: com uma saudação, com uma oração e umas palavras introdutórias para que cada uma entenda, no início do ano Jocista, o convite que lhe foi feito pelas colegas como uma chamada de Deus.

Estas actividades demonstram como transporta para as reuniões no grupo, o que aprendeu no início da sua participação na JOCF. Ela apela à participação, ao esquecimento dos problemas individuais, para pensarem nos outros e justifica o que diz numa relação com a doutrina aprendida: *o Senhor não quer só que sejamos muito boas diferentes das outras, que não vão à missa que hoje namoram um e amanhã outro, tudo isto é bom (...) mas toda aquela que não se preocupa com os que a rodeiam não cumpre a missão completa*⁵⁷¹.

A experiência adquirida por Conceição Ramos ao participar em actividades da JOCF e a capacidade revelada ao mobilizar as empregadas domésticas traduziu-se em mais responsabilidade, após ser nomeada responsável pelas empregadas domésticas como referimos na Parte II.

Depois da organização do grupo em Carcavelos outras colegas de outras secções paroquiais vão fazer o mesmo e ela vai ajudar a organizar os grupos que se vão formando na Diocese de Lisboa, juntamente com a Ana da Luz. Prepara cuidadosamente os assuntos que

⁵⁷⁰1º Caderno pessoal, reunião realizada em Carcavelos, 24.01.1965, 7.02.1965, pp.19,20,21.

⁵⁷¹1º.Caderno CR. Começa com a *Oração Jocista* cantada, que era a divisa da JOCF, p. 26.

devem ser tratados e a palavra de abertura de cada reunião de grupo. Alerta para o cuidado que devem ter na casa onde trabalham, devendo fazer o serviço com amor e gosto, *vendo uma preparação para o futuro*. Dá apoio a cada uma das responsáveis dos grupos e de tempos a tempos reúnem todos os grupos com as dirigentes responsáveis e o Assistente eclesiástico, para aprofundar conjuntamente a sua acção.

Cada vez mais Conceição Ramos se afirma como líder natural, tal como a Ana da Luz, como revelava a Vitória Pinheiro na entrevista que realizámos. A preparação e elaboração dos textos revelam a sua capacidade organizativa, comunicativa, formativa e as aquisições que foi fazendo com a experiência.

O trabalho em grupo são competências que as militantes da JOCF aprendiam nas reuniões, como era o caso do *Dia do Chefe*.⁵⁷² Era um dia dedicado às líderes do movimento, àquelas que já tinham responsabilidades que lhes tinham sido atribuídas por revelarem competências para funções específicas de organização. O plano de trabalho era de orientação para que cada “chefe” entendesse bem o seu lugar no grupo. A representação que se tem do chefe é aquele que manda e a quem os/as outros/as obedecem; como acontecia na OPFC. A JOCF apresenta a *chefe* como *o servidor do diálogo*. Sem ser prepotente devia lançar a *discussão com objectividade*, para perceber em que estado o grupo se encontrava. Os sinais que lhe eram enunciados de atenção e acção eram psico-pedagógicos. As responsáveis aprendiam a interrogar-se sobre o que pretendiam das reuniões que realizavam com o grupo. Depois de identificar a problemática, tinham de orientar a discussão em diálogo umas com as outras. Com a advertência que só é possível conhecer as outras quando a Chefe tem conhecimento de si própria, ou seja da sua identidade, e da sua missão, que *é evitar tensões no interior do grupo*⁵⁷³.

A formação recebida nas reuniões ou outras actividades promovidas pela JOCF davam-lhe uma preparação diferente, mais voltada para fora, para os outros. Aprendiam que os actos de culto só têm sentido quando conduzem a uma prática a favor dos outros, porque *é neste*

⁵⁷²1º. Caderno de CR, 1965. *O Dia de Chefes* 10.01.1965, iniciado com a Oração da manhã e a apresentação da ordem de trabalhos: 1ª fase- o que nós pretendemos com a reunião; 2º. definição do problema; 3º. análise do problema; 4º. ordenar a solução; 5º plano de acção CCO e SP (será Sindicatos Portugueses?); *Investigação. O que é? Onde? Como? Quem? Quando? Porque?* p. 27.

⁵⁷³ Ibidem, p. 16/17.

mundo que se constrói o Reino de Deus. Nesta linha vai toda a dinâmica revelada por Conceição Ramos nos seus cadernos⁵⁷⁴.

A formação evolui conforme o contexto social. Esta está sempre ligada à prática, que recorre a modelos perceptíveis para lidar com a heterogeneidade e irromper abanando as fronteiras estabelecidas e dando um sentido novo à linguagem através de outra linguagem - da experiência e da prática que interpela. Linguagem compreendida e assimilada mais facilmente pelos formandos.

4.3. Comunicar, pedir/ver, julgar, agir

Conceição Ramos participava em variadas reuniões: umas, era ela própria que orientava, outras eram orientadas por outros elementos da JOCF, o que por vezes torna difícil saber as que eram da sua competência e iniciativa e as que tinham outros responsáveis a orientá-la, uma vez que condensa tudo no mesmo caderno. Sabemos da sua participação em todas como responsável eleita para as empregadas domésticas. Sabemos a preparação prévia que elaborava e as questões tratadas. O nome das presenças, aquele porque eram mais conhecidas não distinguem ninguém, o que dificulta saber quando, por exemplo, escreve os objectivos a atingir conjuntamente ou só, uma vez que ela faz parte e nunca aparece a dizer algo em que ela própria não se incluíse: 1º *Atingir todas as empregadas e ajudá-las a tomar consciência dos seus problemas*; 2º *Dialogar com os Patrões e exigir o cumprimento dos nossos direitos*; 3º *Fazer chegar cartas ao Ministro para a existência duma lei*⁵⁷⁵.

Após as férias de Agosto, quer tenham férias ou não geralmente estão ausentes com os patrões, reinicia as reuniões em Carcavelos e falam sobre o ser Jocista que ela define ‘não custar nada’ *apenas viver o dia a dia reflectindo em tudo o que se passa à nossa volta, porque é que as coisas acontecem assim, se lhes podemos dar alguma ajuda para as modificar*. Muito activa e participativa, preocupada com as colegas, prepara um *Encontro de empregadas domésticas* em que questiona o grupo sobre *as condições na doença, invalidez, folga, férias, horário de trabalho e caixa de Previdência*⁵⁷⁶.

⁵⁷⁴ Como por exemplo a que se segue: “*Vinde Espírito Santo e Eluminai-me. O Católico deve ser o melhor cidadão qualquer que seja o seu cargo ou ofício. Hoje começa para nós um novo ano jocista. Todas quantas aqui estamos fomos chamadas embora pelas nossas colegas houve alguém que nos chamou (...)*”. Ibidem, p.14

⁵⁷⁵ Cf. 2º Caderno pessoal de CR, Carcavelos a 17.05.1970, p. 67.

⁵⁷⁶ Idem, 25.03.1973, p. 19.

As questões que preparou para debate são as mesmas que a preocupavam há mais de dez anos quando entrou para a JOCF e conheceu a luta dos operários, a posição social da Igreja comunicada por algumas Encíclicas papais e percebeu qual era a sua missão no meio das empregadas domésticas. É na JOCF que Conceição Ramos faz a sua formação no campo sindical. Ela vai pondo em comum o que aprendeu, reflectiu e não se limitava a transmitir a informação recebida. Promovia espaços dialogantes para que as empregadas ganhassem consciência de classe. Ao fazê-lo desenvolvia as suas capacidades cognitivas de comunicação, que ela própria continuamente praticava no elaborar e presidir das actividades.

Em síntese, quer as empregadas domésticas associadas da OPFC quer as empregadas domésticas que aderem à JOCF adquirem competências formadoras ao participarem colectivamente nas actividades programadas pelas duas Instituições católicas, ainda que o conteúdo doutrinal que possa ser divulgado tenha interpretações diferentes, o que origina uma assimilação também diferente por parte daquelas que o recebem e praticam, tanto no presente como no futuro.

Segundo a Gracinda, as monitoras e as psicólogas acompanhavam as noviças para observar as suas aptidões de forma a orientá-las para o tipo de trabalho mais adequado. Quando as noviças revelavam aptidão para o exterior deslocavam-se às aldeias duas a duas, para comunicarem com a população e comunicarem a palavra de Deus como aprendiam.

O domínio das competências de comunicação resultava em autonomia num processo de autoformação, porque elas interiorizam que tinham aptidão pelo reconhecimento que era feito por uma pessoa designada por “psicóloga”. Essa interiorização dava-lhes auto-estima e autonomia para integrar as equipas de venda dos almanaques, actividade que exigia o uso da informação que aprenderam. *Então a psicóloga apercebeu-se que eu tinha muita aptidão para ir para o exterior. E isso realmente teve uma grande influência em mim, porque eram os almanaques, eram os livros, eu batia o recorde porque toda a gente me comprava nas aldeias para onde a gente ia*⁵⁷⁷.

A Gracinda adquiriu na Obra de Sta. Zita, na prática de muitos anos a vender almanaques e livros, o reconhecimento dela própria e da capacidade para pedir, que vai usar ao longo da vida. *Isso teve influência na minha formação, na minha maneira desprendida de*

⁵⁷⁷ Gracinda, Anexo A: nº 4, p.6.

*pedir, era para os outros e não para mim. Tu sabes que se eu pedir para mim sinto-me acanhada e para os outros nunca me senti*⁵⁷⁸.

Era o que mais gostava e a Obra rentabilizava a prestação de serviço, conforme o gosto e a capacidade demonstrada pelas raparigas, que se preparavam para membros efectivos da Obra. Caso não prosseguissem ficavam também preparadas para a sua profissão, como empregadas domésticas.

A Gracinda acabou por sair da OPFC e ir servir mas recorda que a sua aptidão para pedir se manteve, tendo feito parte do grupo que pedia para a construção da Igreja de Cedofeita no Porto, ainda antes do 25 de Abril de 1974. *Sabia, mas esses alicerces já vinham de trás. Com trabalho, esforço e sacrifício a igreja de Cedofeita está lá nova. Passei dias inteiros a fazer peditório, é queda...*

A participação em Instituições católicas cujo objectivo era o desenvolvimento global dos seus membros levou algumas jovens a dedicarem-se e a adquirirem formações diferentes, mas que tiveram reflexo na forma de ser e de construir o futuro, conforme o sentido das aprendizagens. A Obra de Sta Zita direccionava mais a formação para o ensino dos serviços domésticos e religiosos e para o desenvolvimento da Obra. A JOCF tinha mais a preocupação de formar para a organização e acção social junto dos outros: amigas/os, colegas e família. A primeira, formava para ficarem aptas a servir dentro da estrutura, quer fosse na Obra ou na casa para onde iam servir. A segunda, tinha o objectivo de prepará-las para o mundo e para uma escolha livre, desalienada, com competências para enfrentar situações de marginalidade, repressão ou de injustiça, sobretudo no meio de trabalho.

Na esteira de Guy Berger consideramos a história individual, de cada pessoa como ela se considera a si mesma. O seu futuro e o seu desenvolvimento constrói-se nas práticas institucionais por interrogações sobre o sentido e o valor do seu percurso, através da consciência que cada um/a tem si⁵⁷⁹. A formação prática nas duas instituições, sendo muito diferente, vai conduzir no futuro as empregadas domésticas a acções e a um desenvolvimento, enquanto colectivo e mesmo individual, que se confrontarão no momento de fazer opções no movimento sindical.

⁵⁷⁸ Ibidem, p.4

⁵⁷⁹ BERGER, Guy - "A experiência pessoal e profissional na certificação dos saberes: a pessoa ou a emergência de uma sociedade global". In *Actas da Conferência Nacional Novos Rumos para o Ensino Tecnológico e Profissional*, Porto, GETAP, 1991, p.243.

5. Participar na dinâmica de organização gera capacidade para organizar

As responsáveis das empregadas domésticas dos cinco grupos organizados em Lisboa, pelas militantes da JOCF, também elas empregadas domésticas, planeiam o trabalho para as reuniões de cada grupo que estavam a liderar. Ao fazer a revisão aos grupos, chegam à conclusão que devem *preparar os encontros de acordo com as necessidades dos grupos e estar atentas aos grandes acontecimentos que digam respeito à classe operária e dentro do possível informar as pessoas*. Como forma de unir os grupos constituídos, pensaram organizar passeios, festas e excursões⁵⁸⁰.

Em 1970 reúnem com assiduidade os cinco grupos⁵⁸¹ na cidade de Lisboa e pensam na organização de grupos de empregadas domésticas na periferia da cidade. Elaboram um esquema de organização a partir de Lisboa⁵⁸², em quatro zonas. A dinâmica de organização inicia-se em Lisboa, estendendo-se às zonas periféricas da cidade. Posteriormente, através das notícias do Jornal Republica e do Jornal “Vida e Alegria” da JOCF, vai atingir secções de outras Dioceses, como é o caso de Aveiro e Porto. Em Aveiro, a Glória, no Porto, a Angélica revelam ter tido conhecimento da acção empreendida pela Conceição Ramos, no sentido da mobilização das empregadas domésticas para a luta pelos seus direitos laborais. As notícias divulgadas chamam a atenção destas duas militantes da JOCF, para as estratégias de consciencialização dos direitos da classe profissional, que estavam a decorrer em Lisboa, despertando-as para a realidade social e para a necessidade de uma intervenção mais activa na defesa dos seus direitos. No caso do grupo de Aveiro, surge a iniciativa de escrever uma carta ao Ministro das Corporações a apelar ao direito à Caixa de Previdência para as empregadas domésticas.

Conceição Ramos, já bastante comprometida na JOCF tornou-se conhecida através dos meios de comunicação social, juntamente com outras colegas que tinham frequentado um Curso promovido pelo CCO em Lisboa sobre “*Documentação, Arquivo*”, orientado pelos Jornalistas João Gomes e Afonso Praça. O plano do curso previa uma visita a um jornal e à rádio para conhecerem como se fazem e são divulgadas as notícias quer nos jornais, quer na

⁵⁸⁰ Do 2º caderno intitulado *Equipa - cidade* de CR é iniciado em 3.01.1972 já é num formato normal, em espiral, identifica-o como Equipa na cidade porque se inicia com uma reunião de Militantes, empregadas domésticas da JOCF, em que cada uma é confiada a responsabilidade de liderar um ou mais grupos na cidade.

⁵⁸¹ *Carcavelos, Alcântara, Carnaxide, Estoril, Estrela.*

⁵⁸² Quadro manuscrito no 2º caderno de CR, 1970.

rádio. A visita, para além de proporcionar conhecimentos, também serviu de trampolim para planearem uma entrevista, que viria a ser usada como uma estratégia de contestação aos moldes em que foi legislado o desconto para a Caixa de Previdência das Empregadas Domésticas, em 1973, no governo de Marcelo Caetano.

A notícia falava sobre a lei e o jornalista aproveitou para as entrevistar sobre as condições de trabalho. O *Jornal República* publicou fotos e fez uma reportagem com extractos das suas palavras. Também na Rádio Renascença, conduzida pelo Padre Rego, é organizada uma mesa redonda em que respondem às perguntas do entrevistador e dão a voz, sem tremer, a manifestarem o seu desagrado pelas condições de trabalho e falta de direitos que eram negados à sua classe, mas que outros trabalhadores já usufruíam. Segundo elas, apesar de ter sido legislada a integração na Segurança Social para todos os/as trabalhadores/as, a Lei geral do trabalho impunha restrições para a sua classe, que à data era composta por mais de 100 mil trabalhadoras.

As notícias difundidas pelos meios de comunicação social vão ter eco em alguns grupos que integravam a JOCF e nas empregadas domésticas que frequentavam os *Cursos de Alfabetização de Adultos*, promovidos pelo CCO. O testemunho das colegas que falaram na Rádio Renascença e a coragem que mostraram ao se identificar na entrevista dada no *República*, encorajou alguns grupos de colegas de outras localidades a reflectirem e a tomarem iniciativas de manifestarem o seu descontentamento sobre a legislação. A Glória, de Aveiro, conta na sua entrevista como despertou e tomou a decisão de ler os jornais. Foi a leitura dos jornais que a fez descobrir *um sentido para a sua vida*. Para além do trabalho, começou a dedicar tempo à leitura. A leitura do *Jornal Vida e Alegria* faz com que se aperceba de que havia pelo menos uma empregada doméstica militante da JOCF que se preocupava com a sua classe profissional, o que contribuiu para também ela começar a pensar nas colegas de profissão. “*Através da JOC, comecei a comprar o Jornal, no qual vinha na parte proibida pela PIDE com uma faixa preta, trazia a Conceição Ramos com a farda de empregada doméstica e dizia lá coisas sobre as empregadas domésticas, isto antes do 25 de Abril*”⁵⁸³.

As informações das acções dos grupos de Lisboa de empregadas domésticas eram tema de discussão nos grupos em outros locais do país, o que reforçava a sua tomada de posição contra a legislação aprovada e a exigência de que elas fossem contempladas como era o caso

⁵⁸³ Glória, Anexo: A, nº8, p. 1.

da Segurança Social, como afirma Maria Angélica: “*porque eu estava ligada ao Centro de Cultura Operária e era aí que a gente compreendia essas coisas e íamos transmitindo umas às outras*”⁵⁸⁴.

A JOCF /LOCF e CCO foram *uma escola* formativa para as muitas empregadas domésticas. Elas adquiriram competências mobilizadoras ao participarem e ao aprenderem a divulgar ao país e às colegas a consciência de classe que iam adquirindo sobre os temas que lhes eram fundamentais à sua vida. Começaram a participar e mudar o rumo da sua história.

*Naquela altura eram proibidas reuniões a não ser a coberto da Igreja, não sei se tu sabes, os movimentos da Igreja criaram o Centro de Cultura (CCO) que era a forma de fazer Formação Operária e aí falávamos de: Ensino, Cooperativismo, Política, um bocado à socapa para entendermos o que era isso.*⁵⁸⁵

Como expõe Paulo Freire, é necessário a participação para que haja transformação. *As respostas do homem [mulher] aos desafios do mundo, (...) capta e compreende a realidade e a transforma com a sua acção/reflexa, o homem [mulher] é um/a ser da praxis*⁵⁸⁶.

Na JOCF as empregadas domésticas vão adquirindo a noção de pertencerem a um movimento, a necessidade de se expandirem e a importância da organização de saberes que irão reutilizar no futuro.

6. Organização do raciocínio para pensar e discutir democraticamente

A formação feita pela Conceição Ramos identifica-se no caderno pessoal. Começa por lembrar o que discutiram no mês anterior e os compromissos que assumiram, pergunta o que conseguiram, quais as dificuldades que tiveram que ultrapassar para pôr em prática o que decidiram. Recorda que pensaram reunir-se todos os meses e dá a sua opinião quanto ao aproveitamento do tempo de reunião, que deveria ser dividido em duas partes: a primeira para rever os compromissos assumidos, e a segunda para discutir um tema *que um grupo ache necessidade para reflectir*.

As suas propostas de trabalho revelam a capacidade de preparar uma reunião, usando a informação e os temas já reflectidos na sua formação inicial de militante da JOCF; de comunicar e de implementar estratégias para melhor rentabilizarem o tempo de reunião, sem

⁵⁸⁴ Angélica, Anexo: A, nº6, p. 7.

⁵⁸⁵ Angélica, Anexo: A, nº6, p.6.

⁵⁸⁶ FREIRE, Paulo – *Educação como prática da Liberdade*. Porto. Textos Marginais, 1973, p.8/9.

se dispersarem. A expressão “*ser arrumadas*”, usada normalmente para o trabalho doméstico, é utilizada no plano cognitivo. Incita as colegas a organizar o raciocínio, para exporem o que pensaram durante *um mês no trabalho*, sobre o que se tinham comprometido na última reunião, para depois concluírem e passarem para a abordagem de novos temas, que pudessem ser do interesse dos grupos, como por exemplo *educação, namoro, férias ou tempos livres*.

*Que é que entendemos por Educação? É que Educação parte só dos livros? Seremos educados só para os padrões só para os adultos. Mas isto foi um caso ou tema que ocorreu a mim, eu achava que para o próximo encontro, um grupo ficava responsável por o tema e que todas iriam pensar isto até ser discutido (...) e aqui juntámos, àquilo a que tínhamos chegado e seria para nós bastante rico a troca de impressões, depois se ainda sobrasse tempo podíamos pensar em dar um pouco de juventude aos encontros (...)*⁵⁸⁷

Neste texto Conceição Ramos revela como entende o papel de um “chefe”⁵⁸⁸. *O chefe é o servidor*, não o que impõe mas o que propõe. Não dá respostas, interroga, pensa em tudo mas não faz tudo, distribui tarefas, mobiliza os conhecimentos que já aprendeu e reflecte sobre eles, para que as colegas aprendam também a reflectir, pensar a prepararem-se para discutirem democraticamente.

Compreende que não é fácil no início o grupo aguentar muitas horas num trabalho intelectual, quando não foram formatadas para isso. Daí a sugestão para se criarem momentos para *dar um pouco de juventude aos encontros*. Uma expressão feliz, que normalmente nos meios académicos não existia, naquela época, e geralmente conduz a juventude a abandonar as aulas, neste caso os encontros não formais. Cantar, dançar, rir são actividades físicas necessárias para a mente e um contributo fundamental para viver e trabalhar no dia-a-dia, com alegria e coragem para vencer as adversidades.

6.1. Aprender a ser, para aprender

Temas culturais e sociais começaram a fazer parte das reuniões de militantes sobre salários muito baixos e a falta de poder de compra dos trabalhadores, habitação e arrendamento. Relacionado com essas questões surgiu o problema do casamento por falta de um espaço para viver e constituir família, o que levou a analisar a problemática dos bairros camarários, que ficavam em pouco tempo degradados, porque as Câmaras Municipais atribuíam as casas às pessoas, sem as prepararem para a utilização e conservação desses

⁵⁸⁷2º Caderno pessoal, CR, pp.89 a 91.

⁵⁸⁸A expressão é de Conceição Ramos. O sentido que lhe atribuí é adquirido nas reuniões de militantes da JOCF, posteriormente é desenvolvido nos encontros de grupos de empregadas domésticas.

espaços. *A necessidade de se educarem e ajudar a educar para se saber aproveitar o que de bom existe ou nos foi proporcionado (...). Não censurar quem não sabe economizar mas ver as causas porque assim procede*⁵⁸⁹. A constatação da necessidade de educar em vez de condenar as pessoas que assim procedem remete-nos para a falta de cultura de um povo, como fala Edgar Faure que é preciso aprender a ser para aprender a fazer.

Estes temas eram recorrentes nas reuniões da JOCF e passaram também a fazer parte das reuniões de grupos de empregadas domésticas. Conceição Ramos, no primeiro caderno, escreve o que aprendia nas reuniões sobre os temas e mais tarde vai servir-se dos assuntos discutidos para transmitir às colegas, porque só era possível deixar de ser empregada doméstica interna se tivessem um espaço de habitação. Era necessário ter consciência de como conservar e manter limpo esse espaço, que podia ser alugado mas devia ser estimado.

As empregadas domésticas quando deixavam a aldeia, nos anos 60, tinham como objectivo ganhar dinheiro, namorar e casar. O assunto sobre o namoro é um tema sério e é com seriedade tratado na JOCF e nos grupos. Nos encontros de empregadas domésticas procurava-se esclarecer, levando a perceber a realidade que muitas vezes ignoravam ou não reflectiam convenientemente, por não terem crescido no seu meio familiar e viverem a adolescência isoladas, sonhando com o *príncipe encantado*, que as libertasse da vida aprisionada de trabalho e falta de convívio sadio e esclarecido.

Conceição Ramos atenta às frases e termos que as colegas utilizavam nas conversas sobre os rapazes, percebe a necessidade de desencadear acções formativas orientadas para a reflexão sobre objectivos de vida inerentes ao casamento e à construção de um projecto de futuro. Serve-se das frases escutadas para ilustrar as suas intervenções e para provocar o diálogo com o grupo: *ele é um homem, mas falamos porque ele é um leviano tem certos defeitos, etc.* A noção de homem macho, homem galante e conquistador é apreciada pelas jovens raparigas, que se sentem fascinadas com os galanteios que estes lhes dirigem. Daí o alerta para que pensem o que querem para seu futuro marido e companheiro.

Usa exemplos práticos para chamar a atenção das colegas para o facto do casamento nem sempre ser uma solução para fugir ao trabalho servil na casa dos patrões. É importante o conhecimento do outro e essencialmente o conhecimento de si própria. É a aquisição deste conhecimento que provoca a insistência em abordar a questão nas reuniões, com pormenores e sem pressa.

⁵⁸⁹ 1º Caderno pessoal de Conceição Ramos, p.88.

Os grupos reflectiam sobre o comportamento que tinham e como cada uma procedia na sua relação com os rapazes. Falavam do deixar-se levar só pelo desejo e pelo sonho, discutiam sobre o modelo institucionalizado de que ao rapaz tudo é lícito e permitido e da passividade da mulher em relação a estes conceitos sociais, muito em vigor na época.

Para isso, Conceição Ramos insistia com as colegas que participavam nos grupos que eram umas privilegiadas⁵⁹⁰, pois tinham acesso a um espaço onde podiam debater assuntos do seu interesse pessoal e profissional, para além de ampliarem os seus conhecimentos. Tais elementos eram fundamentais para as ajudarem a construir-se como agentes de intervenção junto de outras colegas e para a actuação correcta junto dos patrões.

Respeitar e ser respeitada é palavra de ordem pertinente, que tinha como objectivo que as empregadas domésticas não se deixassem instrumentalizar e colectivamente descobrissem a acção a desenvolver *como pessoas úteis à sociedade*, para que sejam consideradas e tratadas respeitando os seus direitos, *”porque nem sempre nos consideram (...) mas se estamos aqui é porque nos sentimos pessoas e por isso queremos ser tratadas como tal, por isso basta que respeitem os nossos direitos”*⁵⁹¹.

Aprender não é um acto simples de apreensão de conhecimentos, mas também de transmissão e diálogo dos saberes adquiridos e das competências que se desenvolve ao comunicar. A introdução aos temas seguida de reflexão em pequenos grupos era importante para mais facilmente haver diálogo e todas terem possibilidade de intervir e aprender a dar a sua opinião, ou seja, desenvolver-se criticamente.

Vários autores⁵⁹² definem como sendo auto-formação as aprendizagens em que é a própria pessoa o principal actor na construção do conhecimento. Aprende-se pela experiência e acção permanente, na interacção de uns com os outros, quer sejam instituições educativas, culturais ou políticas. Há sempre a possibilidade dum auto-desenvolvimento emancipado, formal, informal ou não formal.

⁵⁹⁰ Nem todas as empregadas domésticas tinham autorização para sair e dessa forma poderem participar nas reuniões de grupo.

⁵⁹¹2º. Caderno Conceição Ramos, *namoro e casamento*, Carcavelos, 14.03.1965, p.83.

⁵⁹²Cf. NÓVOA, A.; CORREIA, J.; CANÁRIO, R.; MELO, A., FREIRE, P.

7. Descobriram o sentido das suas aprendizagens

No período entre 1960 e 1974, as iniciadoras do Sindicato do Serviço Doméstico desenvolveram os seus conhecimentos integradas em organismos ligados à Igreja Católica. No entanto, os organismos já referidos na Parte II têm concepções diferentes no que concerne à forma como instituíram o seu funcionamento e conduziram a sua acção, que se reflecte nos contextos de aprendizagem e nas competências desenvolvidas a partir da integração nas instituições católicas.

Na Obra de Sta Zita havia a preocupação de formar as noviças que poderiam vir a ser as futuras religiosas da Obra. Em regime de internato, a formação tinha objectivos de serviço não às colegas, mas aos patrões, aos hóspedes, às superiores e ajudar nos actos de culto no interior da comunidade, na venda do almanaque e catequização no exterior. A partir dessa formação elas ficavam aptas para servir e algumas até para ensinar: *Eu tinha aulas de culinária (...) tinha muita queda para a cozinha e gostava de fazer, daí que também passei a dar cursos de cozinha e de culinária às raparigas que estavam em casa dos patrões*⁵⁹³.

Os depoimentos da Gracinda evidenciam uma análise crítica às suas aprendizagens no interior da instituição:

*Aprendi de tudo o que sei fazer, porque nós éramos as empregadas das freiras e além do mais tínhamos que servir os Núncios Apostólicos, os Padres, etc. Umhas tinham mais especialização em cozinha do que outras, porque nós é que tínhamos de fazer as coisas, não pagavam a ninguém*⁵⁹⁴.

Os conhecimentos adquiridos vão acompanhar a sua vida nos projectos e acções que vai desenvolver depois da saída da Obra. Também a vão acompanhar as experiências vividas anteriormente, sobre as quais passa a reflectir criticamente. Por exemplo, viver e trabalhar numa Obra durante perto de 15 anos e pensar que rezava por uma “senhora Russa” que precisava de se converter; rir-se do seu pensar e de quando se libertou da Obra e foi servir para casa de uma família muito rica do Porto; procurar, às escondidas, livros da estante dos patrões que a esclarecessem sobre diversos assuntos e situações que tinha vivido e para os quais não encontrava resposta; catequizar não era falar de Jesus, era conversar, acarinhar, ouvir as pessoas, abraçar as crianças e sorrir.

⁵⁹³Entrevista da Gracinda, Anexo: A, nº.5, p.8.

⁵⁹⁴Ibidem, Anexo: A, nº5, p. 7.

Ter percebido e afirmar peremptoriamente o que aprendeu, quando ia de aldeia em aldeia a vender o Almanaque.

Aprendi a ver muita miséria e não ensinava nada de doutrina porque dizia que enquanto não se trata do corpo não se trata da alma. Lembrava-me do sofrimento porque tinha passado ao ver tanto sofrimento, via tantas crianças com fome e a falar de Nosso Senhor Jesus Cristo. Isso não, isso não dá. Eu catequizava adultos e crianças, por todas essas terras por onde andávamos⁵⁹⁵.

Ser capaz de olhar para o passado com uma consciência crítica revela o cultivar de um novo olhar para ler o mundo, a partir da experiência colectiva. A facilidade e a forma como exprime as suas vivências são indicadores do ultrapassar dos ensinamentos alienantes de que foi alvo. Na Obra de Sta Zita, para além dos serviços domésticos, tinham apenas possibilidade de aprender a parte doutrinal tenebrosa, do medo, do pecado, do inferno, do anti-comunismo, a pedir de porta em porta com a venda do almanaque. Aprendia-se a ser astuta para sobreviver nas Casas da Obra, por onde passavam a servir e onde eram castigadas. Lá, adquiriam apenas um desenvolvimento intelectual mínimo, o suficiente para cumprirem as tarefas mas nenhum de análise social da realidade. Eram apenas impregnadas de ideologia anti-comunista para aceitarem com resignação as condições de trabalho a que estavam sujeitas.

Já na JOCF, as aprendizagens eram de cariz operário e social, a partir dos ensinamentos da doutrina social da Igreja da encíclica “Mater et Magistra” e “Pacem in Terris”, de João XXIII e da Constituição Pastoral “Gaudium et Spes”.

Como militante da JOCF, Conceição Ramos vai desenvolver as suas capacidades na comunicação e na interacção com outros militantes. No segundo caderno pessoal⁵⁹⁶, ela apresenta a preparação que faz para participar, organizar, comunicar e desenvolver as colegas a vários níveis: pessoal, social e sindical. À medida que pensa no que aprende nas reuniões, questiona-se sobre a sua intervenção: *Qual tem sido a minha acção junto delas perante as realidades que elas puseram; qual o apoio que têm sentido da direcção?*⁵⁹⁷ Como conseguir contactar as colegas para reunirem... Ser operária não é o mesmo que ser empregada doméstica. Por que luta a operária? E as empregadas domésticas? Estas e outras questões inquietam-na e é no desassossego que tomava decisões...

A mudança de padrões foi o primeiro passo para conseguir tempo livre, que era a sua maior preocupação em relação às colegas. Podia ter pensado em mudar de profissão, mas

⁵⁹⁵Idem, Anexo: A, nº5, p 4.

⁵⁹⁶Denominamos pessoal porque não se pode considerar um simples caderno de anotações escutadas na JOCF.

⁵⁹⁷Conceição Ramos, 2ºcaderno pessoal, 29.03.73, p.62.

pensou na libertação das colegas e na sua. A formação adquirida criou-lhe um sentido de que a realização pessoal se faz colectivamente, mudando as estruturas e não é meramente individual.

As competências cognitivas que obteve eram fruto do seu trabalho pessoal, mas também por recorrer a ajuda de pessoas já preparadas. Para ter conhecimentos sobre sindicalismo e legislação, ela e Ana da Luz reúnem em casa de um dirigente sindical - o Manuel Lopes - para analisarem a legislação publicada sobre o direito à Segurança Social para as Empregadas Domésticas e aprenderem como se elaboram os Estatutos de um Sindicato⁵⁹⁸. No seguimento disso redigem uma carta que foi lida nos grupos de empregadas domésticas que elas lideravam e enviaram ao Presidente do Conselho de Ministros, Marcelo Caetano. A aprendizagem visava a acção, para resolver questões concretas. Este exemplo, que encontramos nestas duas empregadas domésticas remete para a educação do oprimido como uma praxis, ou seja, reflexão/acção. Elas vão participar no *Encontro Europeu de Empregadas Domésticas*, em Paris, 1973, de onde regressam fortalecidas para fazer com que a sua voz e acção contagie cada uma das colegas para lutarem em conjunto pelos seus direitos, para se sentirem pessoas e dar um sentido ao seu trabalho e à sua vida.

Já tomamos consciência que temos direito a ser respeitadas e consideradas e é para descobrirmos a acção que nos encontramos em grupo, porque necessitamos de não só nos debruçarmos numa acção junto dos patrões, mas também junto de todas as E. D. e até das outras pessoas eu acho que podíamos agora ir ver em grupos como fazer⁵⁹⁹.

A interpelação é uma constante manifestada em todas as acções que as militantes da JOCF desenvolvem e transmitem às colegas. Não encontramos nenhum queixume sobre os patrões, sobre as colegas...Conceição Ramos quando critica fá-lo em nome dos direitos de cidadania, do trabalho e não apresenta lamentações. Apresenta alternativas para as situações. Procura aproveitar o tempo das reuniões para pensar no que dizem aos rapazes com quem namoram, no trabalho que executam para fazê-lo com perfeição, dialogarem com os patrões para que aceitem as suas reivindicações. Ela faz um percurso em que adquire formação e dá formação. É este trajecto de militante empregada doméstica que vai levá-la e às colegas a enfrentar o poder, a buscar uma formação permanente, que só se consegue realmente quando a prática acompanha a teoria e vice-versa.

⁵⁹⁸Entrevista em grupo, na Amadora em casa de Conceição Ramos, a seu convite.

⁵⁹⁹1º caderno pessoal de CR, 6.12.1970, p.81.

O mesmo aconteceu a outras militantes da LOCF, que participavam nas actividades promovidas pelo CCO (Centro de Cultura Operária). Neste caso, a descoberta da utilidade do serviço doméstico leva-as a uma atitude de diálogo para que entendessem a importância do seu trabalho e se empenhassem na consciencialização das colegas. *As empregadas domésticas ganham pouco, porque as pessoas têm um conceito de que o nosso serviço não é rentável, é um serviço desvalorizado, mas isso é puro engano*⁶⁰⁰.

Falaram pela primeira vez ao público, numa mesa redonda, na Rádio Renascença, na expectativa que as colegas nas casas em que trabalhavam escutassem. As empregadas domésticas, caso tivessem possibilidades de escutar a rádio enquanto trabalhavam, podiam ouvir o testemunho das colegas de profissão e começarem a sair ao encontro do grupo, engrossando o número das empregadas domésticas que saíam da letargia em que viviam. Seria o começo para se abrir a uma mudança, a começar pela sua consciência de mulher e de profissional. As empregadas domésticas militantes da JOC e LOC que tiveram oportunidade de participar nos Cursos do CCO, que se realizaram nos anos 70, receberam uma formação a vários níveis: conhecimento de legislação laboral, aprender a interpretar as notícias dos jornais e da rádio, a organizarem documentos, a arquivar, a discutirem em grupo, tirarem anotações e mobilizarem as colegas nos grupos com que habitualmente reuniam para falarem sobre os temas, o que lhes desenvolvia cada vez mais as suas aptidões e capacidades cognitivas. Esta formação de base e a autonomia responsável foram importantes para abraçarem com tenacidade e audácia o projecto que idealizaram para o seu futuro, como trabalhadoras do Serviço Doméstico.

O Encontro Europeu de Empregadas Domésticas deu-lhes uma visão mais clara sobre o trabalho sindical que foi reinvestida na formação das colegas. Cada vez, elas iam adquirindo mais conhecimentos, que se esforçavam por transmitir umas às outras.

As companheiras, mesmo aquelas que tinham frequentado a escola e concluído a 3.^a ou 4.^a classe e não tiveram oportunidade ou coragem de se desenvolverem a nível intelectual, continuaram a *'fazer o que tinham aprendido a fazer'*: trabalhos domésticos, onde se incluía o tratamento das crianças. Muitas delas faziam-no sem entusiasmo e algumas até muito revoltadas. Os trabalhos domésticos que executavam eram manuais e seriam mais tarde

⁶⁰⁰ Angélica, Anexo: A, nº6, p.8.

substituídas por electrodomésticos. As empregadas domésticas eram máquinas humanas a qualquer hora do dia ou da noite.

As que pertenceram à JACF e se integraram na JOCF ou na LOCF adquiriram competências na esteira de Minet⁶⁰¹, que foram para além das adquiridas pelas outras colegas, e se revelaram uma mais valia para o seu desenvolvimento cognitivo como militantes e como pessoas.

Através do cruzamento das fontes documentais e do conteúdo das entrevistas em articulação com o quadro teórico, que traçámos, fica-nos a percepção de que as militantes da JOCF, Conceição Ramos e Ana da Luz atravessaram três fases de formação: - A primeira, caquética e doutrinal de formação pessoal e religiosa; a segunda, a partir da aplicação do método de Cardijn nas reuniões com as colegas da mesma profissão, formaram-se como militantes activas, participativas; numa terceira fase, assumem responsabilidades de dirigentes e adquiriram uma consciência da dimensão internacional dos problemas. Na participação em cursos promovidos pelo CCO, seguindo o apelo do Concílio Vaticano II, adquiriram conhecimento para liderar e mobilizar as colegas, para se constituírem em Comissão pró-Sindicato que, com o 25 de Abril de 1974, as tornou protagonistas, como mulheres portuguesas, na fundação de um Sindicato de classe.

⁶⁰¹MINET, F. – « Une Etape dans la Réflexion » in MINET, F., PARLIER, Michel et WITE, Serge, - *La Compétence, Mythe, Construction ou Réalité ?* Paris, Editions l'Harmattan, 1994, pp.223/225

Capítulo II

As competências adquiridas: Sindicalistas/Cooperadoras

**Segundo Período - Do 25 de Abril de
1974 a 1986**

1. Introdução

O contexto social após o 25 de Abril de 1974 mudou quase de um dia para o outro. Os partidos e organizações culturais que trabalhavam na consciencialização das populações e na dos seus membros foram os primeiros a aparecer publicamente e a surpreender com a manifesta organização que já tinham na clandestinidade. O país tinha então uma percentagem avassaladora de analfabetos e ainda um analfabetismo funcional, em que mesmo os que sabiam ler, contar e escrever não o praticavam e tinham dificuldade em descodificar as mensagens escritas ou mesmo orais, da televisão.

A ignorância política era geral. Os mais politizados e menos alienados recebiam manifestar-se porque a repressão era sistemática. Ao medo e ao obscurantismo em que se vivia, o regime acrescentava como signos culturais o que se designou pelos três Fs: *Fado, Futebol e Fátima*⁶⁰². Após o 25 de Abril estas siglas foram utilizadas com a ironia e humor utilizando para esta condição de alienação, piadas e canticos em que a substituição dos três Fs, era feita pelas sindicalistas, em palavras de ordem em cartazes e panfletos, contrapondo aos três Fs anteriores em: *Folgas, Feriados e Férias*. O slogan era consciencializador para as empregadas domésticas e para todos/todas que trabalhavam sem esses direitos fundamentais. E eram muitos os trabalhadores/as que ainda não tinham adquirido esses direitos! Era necessário reabilitar os Sindicatos que estavam extintos ou adormecidos, pela situação política que o povo português viveu durante meio século.

As empregadas domésticas uniram-se rapidamente a nível Nacional, tirando partido da estrutura da JOCF e dos contactos já existentes. Animadas pela líder Conceição Ramos e outras, deram visibilidade ao projecto já em marcha, a coberto da JOCF, da criação de um Sindicato.

*Realizamos uma grande Assembleia no S. Luís a 20 de Maio de 1974. O teatro S. Luís encheu-se de empregadas domésticas. Aquilo foi uma coisa tão grandiosa, que encheu de tal maneira, que nós, organizadoras ficamos pasmadas, porque as pessoas iam ao palco e falavam com bastante facilidade. Aquilo estava de tal forma tão “fechado lá dentro” que as pessoas sentiam necessidade de deitar cá para fora: nós precisamos disto, precisamos daquilo*⁶⁰³.

⁶⁰² *Que mais queres tu que mais queres tu, (bis) no país do Sol podes andar nú; podes fazer filhos que o abono é chorudo, pois dão-te cem paus por cada miúdo...* Não resistimos a transcrever o refrão que recordamos, da autoria de Manuel Salvador Campos.

⁶⁰³ Entrevista da Conceição Faria, anexo: A, nº 3, p.1.

A necessidade do povo se manifestar, exprimir os seus sentimentos era o resultado do fechamento em que vivera e trabalhara, da repressão em que o país estivera mergulhado durante a Ditadura presidida por Salazar. A palavra era o grito que espontaneamente saía da boca de todos/todas. Para a maior parte, como era o caso das empregadas domésticas, era a primeira oportunidade de erguerem a voz e de se manifestarem publicamente como pessoas e como grupo social. A revolução dos cravos fez-lhes mudar a vida e abriu-lhes o trajecto para aprender e perceber por onde caminhar como classe profissional⁶⁰⁴.

O espaço comum de encontro de algumas empregadas domésticas começou por ser a Sede da JOCF, em Lisboa e a Sede da LOCF no Porto, mas em pouco tempo tornou-se insuficiente para os seus projectos. Apareciam de todo o lado empregadas domésticas e mulher-a-dias para pedir informações e inscreverem-se no Sindicato. Ao verificarem tanto trabalho queriam ajudar, mas muitas não sabiam sequer assinar o seu nome, não tinham Bilhete de Identidade e nenhum documento identificativo. Sabiam a aldeia onde tinham nascido, mas muitas não sabiam a que Concelho pertencia, outras não sabiam a data exacta do nascimento. Restava uma única forma de ajudar: divulgar às colegas, distribuir panfletos e algumas aceitavam prontamente. Muitas nunca tinham ouvido falar em Sindicatos, outras tinham pensado mas sentiam-se aprisionadas num espaço que não era seu.

O 25 de Abril fez sair para a rua uma multidão a manifestar-se por liberdade, mas muitos milhares ficaram à espera do que iria acontecer. As empregadas domésticas, como residiam na esfera privada, receavam ser despedidas e não saber para onde ir. Não tinham o seu espaço próprio. Esse foi o pensamento que assolou Conceição Ramos, quando começou a ser contactada para ir orientar reuniões a diversas partes do País. Assim, entusiasmou as colegas a mobilizar outras colegas. Reunia em qualquer espaço, até num jardim público como nos relatou o que aconteceu em Faro. A grande preocupação era sem dúvida os despedimentos, que surgiram logo após o 25 de Abril, por parte dos mais endinheirados, que estavam ligados ao sistema, e que são os primeiros a fugir e a despedirem as “criadas”. Que fazer e como fazer? Era preciso alojamento e era preciso pensar como alfabetizar as colegas. Nem todas conheciam a JOCF e o CCO. Muitas já tendo ouvido falar do Sindicato, não se arriscavam a ficar sem trabalho e na rua. Era preciso recolher assinaturas para registar o Sindicato, era preciso redigir os Estatutos. Mas para realizar tudo isso era necessário um espaço comum de aprendizagens mútuas e de colaboração. É esse processo de auto-

⁶⁰⁴Entrevista da Inácia: anexo A, n.º.11, p. 1.

organização e a sua constituição que nos compete analisar após o 25 de Abril de 1974 e verificar em que medida foi formativo.

A formação é imprescindível ao desenvolvimento humano e social. Em democracia, a formação deve ser livre e responsável, para que haja crescimento pessoal e de cidadania. Ela não pode ficar dependente de estruturas de subordinação e adaptação ao mercado de trabalho, à competitividade, ainda que possa contribuir para a empregabilidade. Uma educação domesticada, como expõe Paulo Freire⁶⁰⁵, com objectivos simplesmente instrumentais ou no jogo de interesses deixa de ser uma formação crítica, democrática e libertadora. A nossa problemática, definida na primeira parte deste trabalho, consiste em conhecer os processos que tornaram possível mulheres, que tendo por base uma formação inicial formal mínima ou até quase nula, formarem-se/educarem-se e desencadearem elas próprias mecanismos de formação no contexto do movimento social para a democracia. Quais foram os instrumentos de que se serviram as empregadas domésticas para a construção da *cidade educativa* com valores, criatividade, numa lógica de mobilização e sem racionalismo e tecnocracia?

No primeiro período, de 1960 até 1974, analisamos o campo da formação ao nível formal, não formal e informal no contexto auto, hetero e de co-formação. Servindo-nos dos mesmos parâmetros analisaremos a formação no âmbito do movimento social em que participaram e as competências adquiridas durante o percurso, em que abraçaram dois projectos: a instituição do Sindicato do Serviço Doméstico e da Cooperserdo.

2.A auto-organização das empregadas domésticas

Um Sindicato precisa de um espaço físico para funcionar com autonomia. Em regra, duas salas poderiam ser suficiente como espaço burocrático para instalar a recepção com uma secretária ou balcão de atendimento, um ficheiro, uma estante e algumas pastas de arquivo e, a outra, para reuniões das dirigentes e o serviço de contencioso. As iniciadoras, empregadas domésticas ainda a habitar e a trabalhar em casa dos patrões, não idealizavam o trabalho sindical como simples técnica burocrática. Os princípios sindicalistas, que tinham aprendido ao participar em actividades formativas promovidas pela LOCF/JOCP e nas discussões que faziam nos grupos, já lhes tinham aberto a mente para um projecto mais amplo de desenvolvimento cognitivo e de mobilização da classe. Não havia competição pela liderança,

⁶⁰⁵Cf.obras de Paulo Freire, *Pedagogia do Oprimido*, 1972; *Educação como prática de Liberdade*, 1973.

porque todas eram iniciadoras e aprendizes de política social. As prioridades obedeciam à realidade enfrentada perante os casos de mulheres idosas que conheciam, das que ocorriam às instalações provisórias na Sede da JOCF, ou enviavam cartas escritas por alguém, por não saberem escrever, a lamentarem-se da fuga dos patrões ou do despedimento.

2.1. A construção dos espaços passou a ser o primeiro acto formativo visível

Uma organização é educativa quando há objectivos definidos do que se pretende e para que fim. A partir do momento em que conseguiram organizar o espaço em Lisboa, também no Porto e em Évora puseram a funcionar os seus projectos. A construção dos espaços passou a ser o primeiro acto formativo visível, porque o desenvolvimento cognitivo avançava paralelamente com a organização, participação e comunicação. A organização do espaço constitui ela própria um discurso, uma proposta de organização e de relação⁶⁰⁶. Foram tempos gloriosos que o tempo não apaga da memória ... Para as empregadas domésticas, o 25 de Abril de 1974 foi um vendaval que virou muitas delas do avesso. Helena Freitas, na entrevista, explica o estado de desenvolvimento em que se encontrava quando conheceu as primeiras colegas, que já tinham adquirido formação na JOCF, em Lisboa.

Eu quando fui para lá era uma autêntica tapada. Não sabia nada, não sabia nada de nada. Embora antes do 25 de Abril, já havia algumas que eu conheci e, que já estavam organizadas a lutar pelo direito à Segurança Social e, eu aí já percebia alguma coisa. Mas muito relativo. Eu fui muito às escuras. Quando se deu a Revolução, há que abrir os olhos e eu abri. E foi a partir daí, que eu comecei a abrir os olhos e comecei a lutar⁶⁰⁷.

A expressão *abrir os olhos* elucida bem o despertar da capacidade crítica, que hoje tem para ler o estado de ignorância em que se encontrava, quando decidiu passar do simplesmente conhecer o que as colegas já faziam, para começar também a fazer, integrando o colectivo que já reunia. Daí poder desenvolver-se e contribuir para a construção do Sindicato. Ela até já sabia da existência de colegas organizadas a lutar pelo direito à Segurança Social, mas isso não fora suficiente para a mobilizar, apesar de vir a usufruir da sua luta. Quando se deu a

⁶⁰⁶Felgueiras, Margarida - *Para uma História Social do Professorado Primário em Portugal no Século XX. Uma nova família: o Instituto do Professorado Primário Oficial Português*. Porto, Campo das Letras, Ed., 2008, IV Parte, cap. I, p. 317.

⁶⁰⁷Entrevistada Helena Freitas, Anexo A: n°8, p.3.

Revolução ela foi atingida por todo o processo de explosão social. A partir daí vai aprender, vai começar a caminhar e ainda mais quando assumiu um cargo directivo - secretária da direcção - teve de aprender a escrever as actas, a tirar apontamentos do que ocorria nas reuniões. O testemunho da Helena impele-nos a pensar a importância da participação para a aprendizagem e de pequenas acções concretizáveis, para o desenvolvimento pessoal e sua transformação. Helena ao rotular-se de *tapada* quando sabia ler, escrever e contar, porque tinha feito a 3ª classe em criança, mas já a servir na sua aldeia e mais tarde a 4ª classe, depois o curso de dactilografia, está a afirmar a importância da organização colectiva, da tomada de consciência como chave para o conhecimento e interpretação da sociedade e efectivação de uma acção concertada.

Como menciona Licínio Lima⁶⁰⁸ “a cultura democrática construída no interior das organizações populares é indispensável enquanto *cultura da resistência* entendida como instrumento de ‘luta’, uma via de construção social e modo de configuração da identidade das pessoas”. A leitura do mundo não pode ser feita através de manuais construídos formalmente para que os formandos aprendam. A leitura do mundo é análise interpretativa da realidade dos contextos de vida que cada um/uma realiza/sintetiza. Ao comunicar aos outros/as não só verbalmente, mas também através da acção transformadora, o esforço individual desenvolvido individualmente ou em pequeno grupo é ampliado com o contributo dado por cada um/uma e tem como resultado final um olhar e uma postura crítica, não demolidora mas construtora de cidadãos e cidadãs, cujos nomes geralmente não constam dos anais da História mas participam e fazem a história.

Percorrer o processo formativo destas mulheres é entrar no espaço temporal das suas vidas e escutar o passado, olhado do presente. Um passado cheio de juventude, de entusiasmo e surpreendente, como exclama a Angélica, ao lembrar e ao folhear os seus apontamentos guardados. *Olha como nós éramos organizadinhas!...* Não seria possível desenvolver nenhuma acção e gerir a nível nacional uma instituição sem organização.

As empregadas domésticas tinham de ser organizadas para cumprirem todas as tarefas domésticas que lhe eram destinadas pelas suas patroas ou pelas governantas. Habitaram-se às rotinas e ao cumprimento de horários. Tinham uma vida de trabalho disciplinado e vigiado. Quer para o serviço dos refeitórios, lavandaria, creches e domicílios, o cumprimento de horários era essencial, assim como a rapidez e perfeição na execução dos mesmos. Umas com

⁶⁰⁸LIMA, LICÍNIO – “Educação de adultos em Portugal (1974-2004)” in CABRITO, B. e CANÁRIO, R. - *Educação e Formação de Adultos . Mutações e Convergências*. Lisboa, Educa 2005, p.55.

as outras e com a ajuda dos amigos colaboradores aprenderam também a organizar o arquivo, como explicava a Conceição Faria⁶⁰⁹.

Estou a pensar, primeiro, nós amontoávamos os jornais todos. Num envelope grande, nós metíamos tudo. Depois passou para um caixote, lembro-me disso tudo. Um caixote de cartão grande. Passados uns tempo nós precisávamos de coisas que estavam no fundo caixote e aquilo já era muito confuso escolher o que havia dentro do caixote. Mais uma vez sentimos necessidade de nos organizar, pedimos alguém que sabia mais. Mas o trabalho era sempre feito por nós.

2.2. A “cidade” que queriam construir umas com as outras

A capacidade de organizar e planear o que fazer e como fazer, era desenvolvida à medida que os problemas iam surgindo: reuniam e elaboravam a ordem de trabalhos para analisar minuciosamente cada caso, cada apelo, como e quem devia realizar ou dar resposta. A experiência de liderança na JOCF era o modelo adoptado, um modelo de organização de que nos debruçamos na 2ª Parte da Tese e no capítulo anterior. Na JOCF as reuniões eram iniciadas com orações ou canções ou hino da JOCF. Após o 25 de Abril apenas substituíram os cânticos habituais por canções revolucionárias, o que era estimulante para pensar, tomar decisões e acima de tudo para lhes dar força para se debruçarem durante várias horas do único tempo livre que tinham para descansar ou se divertir, a produzirem um trabalho intelectual em que quase todas não sabiam e tinham de aprender em conjunto. O simples gesto de iniciar uma reunião/ assembleia, por exemplo com Zeca Afonso, era um princípio para ganhar força e acreditar que eram capazes - “o povo é quem mais ordena/ dentro de ti ó cidade”. A cidade que queriam construir umas com as outras, porque fartas de servir patrões que lhes matavam o pensamento e não lhes davam oportunidade de serem “livres como o vento”⁶¹⁰.

Conheci o Sindicato porque conheci alguém que se estava a organizar, pois eu não pertencia a nenhum organismo católico. Ouvei dizer na rádio, o «cantito» onde estava a funcionar provisoriamente e fui lá ter⁶¹¹.

Paulo Freire denomina pedagogia do oprimido “aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens na sua luta incessante por humanidade”⁶¹². A Helena foi à

⁶⁰⁹Conceição Faria, anexo A: nº3, p.3.

Alberto Correia apresenta a *cidade* como o *actor(a)*, paradigma dominante a partir da década de 80. *A cidade é uma construção social e discursiva*, que enfatiza o trabalho de simplificação da complexidade do educativo.

⁶¹¹Entrevistada Helena Freitas, Anexo: A, nº8, p.1.

⁶¹²FREIRE, Paulo - *Pedagogia do Oprimido*. Porto, Afrontamento, 1972, p.43.

procura das colegas e nesse acto deu um passo para a sua libertação. Ela já conhecia *alguém que se estava a organizar*. O oprimido, diz Paulo Freire, é o “hospedeiro” que transporta o opressor dentro de si e só quando descobre que o deve desalojar de si próprio é capaz de colaborar para “a sua pedagogia libertadora”. Um dos factores que por vezes contribui para a falta de interesse de alguns jovens pela educação formal é o carácter impositivo desta a que não se querem sujeitar, o que nos interpela sobre o modelo organizativo da própria escola, fechado, que marginaliza, sem questionar o processo, as razões que motivam o comportamento agressivo, não desenvolvendo instrumentos específicos de participação dialógica, com pequenos grupos, jogos pedagógicos e psicológicos e sem assumir uma intervenção simultânea no meio familiar e local. , No planeamento e no projecto formativo que é organizado para os/as jovens, mas sem eles e elas, é construído nos bastidores, uniforme, desvaloriza os interesses do grupo, o que causa mal estar para ambas as partes e a maior parte das vezes resulta em insucesso escolar.

A organização das empregadas domésticas Pró - Sindicato do Serviço Doméstico, ainda antes de redigirem os Estatutos, já se afirmava aconfessional e apartidária. Elas quiseram organizar-se com o seu esforço, com o apoio mas sem permitir a interferência/dependência de nenhum partido ou movimento católico. Todas as empregadas domésticas eram admitidas e bem-vindas, sem nenhuma objecção, sem querer saber qual a sua ideologia política ou religiosa.

Foi nessa Assembleia que apareceu pela 1ª vez a palavra Sindicato, apareceu também a televisão. Até aí não havia Sindicato, não havia a obra de Sta.Zita, estava tudo naquela Assembleia e foi aí que fiquei a saber da existência de Sindicatos livres e não livres⁶¹³.

As primeiras Assembleias organizadas pela Comissão Pró-Sindicato congregavam todas as empregadas domésticas, mulher-a-dias, costureiras, jardineiros, mordomos, porteiros e motoristas desde que trabalhassem em casas particulares. Era um espaço colectivo onde adquiriram consciência de classe. Um espaço de conhecimento mútuo em que cada uma se podia exprimir livremente e aprender umas com as outras. *Nós não sabíamos nada de nada, fomos aprendendo umas com as outras, falando umas com as outras⁶¹⁴.*

Aprender é também auto-formar-se, é conhecer os outros/as e conhecer-se. Conhecer os seus limites e o dos outros/as. A dialéctica entre a formação na teoria e na prática articulam-se

⁶¹³Conceição Faria, Anexo, A, nº3, p.1.

⁶¹⁴Ibidem, nº3, p.1.

entre a formação inicial e a formação continuada. No movimento de constituição do Sindicato estas mulheres ultrapassaram a oposição entre formação teórica inicial e formação prática – *o nosso crescimento foi assim passo a passo, dia a dia. Era nas reuniões à noite, em que nós íamos*⁶¹⁵. Uma aprendizagem formativa continuada visa a transformação, *mas não existe mudança sem participação dos agentes transformadores e transformados*⁶¹⁶. A mudança alcança formas imprevistas que acarretam conflitos, que são simultaneamente consequência e factores geradores de mudança, que suportam a incerteza e marginalidade que percorre a sua produção.

O empenhamento em mudar o determinismo de ter de viver e trabalhar na casa da entidade patronal e o querer participar no projecto da construção de um Sindicato, exigiu às trabalhadoras coragem para dialogar e negociar com os patrões. Tiveram de iniciar uma aprendizagem colectiva para aprender a conhecer as organizações políticas, aprender a reunir democraticamente, a dar o seu parecer e escutar a opinião das outras, identificar as omissões, os erros e aceitar a ajuda mais adequada de quem tinha conhecimentos, não para as substituir mas para as obrigar a pensar, a executar livremente e sem pressão. Era necessário arrumar o sótão do seu pensamento preconceituoso, formado e formatado para servir e obedecer cegamente, sem saber porquê nem para quê. *Os patrões perguntavam onde é que tu vais? Tenho de ir a uma reunião e nós íamos. Nós discutíamos, barafustávamos e juntas fomos aprendendo o que era a palavra Sindicato*⁶¹⁷.

As empregadas domésticas que não aderiram e não aceitaram participar perderam a oportunidade de se prepararem para se organizar como classe social, com autonomia, independentes da ideologia política ou católica reinante até então. Pelo contrário, contribuíram para que o conflito estalasse no seio do grupo, constituído por muitas mulheres católicas. O momento exigia acção e o tempo era escasso para se formarem convenientemente e optarem livremente. Era necessário aprender rápido no movimento social. O medo da ideologia comunista que tinham assimilado, ao longo dos anos, na Obra de Sta Zita, leva-as a abandonar as Assembleias e reuniões com provocações de que as outras eram comunistas. O espectro com que cresceram e que as mantinha alienadas e submissas manifestava-se então nas reuniões, de tal forma que era aproveitado por alguns jornalistas para manchete ou título de notícia.

⁶¹⁵Idem, p.1.

⁶¹⁶CORREIA, J. A. - *Inovação Pedagógica e Formação de Professores*, Porto. Edições Asa, 1989.p.115.

⁶¹⁷Conceição Faria, Anexo: A, nº3, p.1.

Em contrapartida, o grupo primitivo da JOCF, com capacidade de argumentação crítica decidiram avançar na formação da Comissão pró-Sindicato. O grande obstáculo, inusitadamente, foram as colegas da Obra de Sta Zita, que mantinham dentro de si alojado o ‘opressor’ e tinham medo de assumir libertar-se da estrutura a que estavam amarradas desde há muito. “Muitos dos oprimidos que estavam ligados directa ou indirectamente, participavam da revolução, marcados pelos mitos da estrutura anterior, pretendiam fazer da revolução a sua estrutura privada”⁶¹⁸. Foi de facto o que aconteceu. As empregadas de servir ligadas à Obra de Sta.Zita retiraram-se, reduziram-se ao silêncio durante alguns meses enquanto as directoras da Obra se movimentaram para impedir a aprovação do Sindicato do Serviço Doméstico, com o pretexto de que todas as associadas da Obra, quer fossem consagradas ou não, eram as legítimas representantes livres das empregadas domésticas. Ao mesmo tempo organizaram e conseguiram entregar a documentação exigida para a constituição de um outro Sindicato, tentando inviabilizar a que tinha sido entregue inicialmente, que algumas dessas empregadas domésticas até tinham subscrito. *Éramos todas empregadas de servir internas nessa altura. E foi uma caminhada muito dura para conseguirmos a fundação do Sindicato*⁶¹⁹.

A posição das iniciadoras de fundarem um Sindicato, apesar das dificuldades económicas, foi o bilhete de identidade das empregadas do Serviço Doméstico perante o Movimento Sindical, que tentou a sua integração. Elas resistiram à integração pela idealização do modelo autogestionário, que seguiam enquanto militantes da LOCF e JOCF, como escutamos⁶²⁰.

*Eu dizia o Sindicato é independente...Eu também andava lá com a CGTP. Eu participei no Encontro de Trabalhadores, foi em Setúbal. Os dirigentes sindicais foram todos comer ao Hotel e eu fiquei, não me sentia bem a comer à custa dos mais pobres. Eu levei o meu farnel, comi e toda a gente tirou o seu farnel e comemos todas. Toda a gente pode achar que está certo, mas eu não concordo. Há muita gente que diz o que se faz agora vem dos subsídios da União Europeia. Mas o dinheiro vem dos trabalhadores*⁶²¹.

O factor económico é fundamental para a gestão de uma organização. A competência para coordenar um Sindicato ou qualquer empresa mede-se pela autonomia de gestão, a partir dos meios de que se dispõe. Os meios financeiros de que dispunham as empregadas domésticas, iniciadoras do SSD, eram nulos. Toda a organização começou do zero, em sala

⁶¹⁸Freire, Paulo - *cit*,1972, p.45.

⁶¹⁹Conceição Faria, Anexo A: n°3, p.1.

⁶²⁰Cf. Entrevistas da Conceição Ramos e Angélica.

⁶²¹Conceição Ramos, Anexo: A, n° 2, p.3.

emprestada, com o pagamento de uma cota das associadas de 10\$00 mensais. As iniciadoras pagavam do seu bolso as deslocações e levavam umas sandes para comer. Eram pobres como as restantes colegas e tinham adquirido uma consciência activa contra a exploração, que algumas conservam até aos dias de hoje. Mesmo com uma vida mais estável, continuam com uma capacidade crítica de atenção ao momento presente, politizadas e a valorizarem a importância do trabalho para o desenvolvimento, estabilidade social e política, quer de uma instituição, quer dum país.

Os valores adquiridos, que regeram a vida de militantes da JOCF, como no caso de Conceição Ramos, encontram-se na entrevista e nos cadernos pessoais onde escreve até 1982. Esses valores preservaram-nos sempre em todos os actos que efectuaram e que exigiram enquanto líderes das colegas. Lado a lado, erigiram não um edifício para nele funcionar um sindicato, mas edificaram e personalizaram um sindicalismo e um cooperativismo de luta, resistência, crítico, de formação/educação a nível interpessoal, de práticas educativas assentes nos valores de solidariedade, desenvolvimento crítico, responsável e autónomo.

A democratização passa pela educação para o trabalho em comum, valorizando a construção colectiva, em que cada um/uma tem opinião, corrige e escuta os outros e se constitui numa base segura, com as suas experiências, para uma democracia participativa e educativa. que se manifesta nos mais ínfimos gestos do quotidiano. *Quanto mais andávamos, mais queríamos ir para a frente e, quando nos «encravavam» a gente ia à Intersindical, mas nós éramos umas simples empregadas domésticas, éramos uma «criaditas» e, para eles não íamos muito aquém*⁶²².

A formação das empregadas domésticas durante a instituição do SSD aconteceu não a determinadas horas e em determinados dias, mas no dia a dia em que colectivamente pensavam e se organizavam, assumindo tarefas e cargos nunca antes sonhados.

As questões de género ainda estavam muito longe do espírito dos “revolucionários de então”. A organização de mulheres de elite podia ser tolerada, mas umas simples criadas de servir quer aprender a fazer e não aceitar o controlo político de nenhuma organização, quer à esquerda quer à direita, ainda que se manifestassem radicais na sua força reivindicativa, foi outra questão com que tiveram de se debater

⁶²² Helena Freitas, Anexo: A, nº10, p.4.

2.3.Valeu a pena...não foi em vão que nos organizámos

O segredo para o seu progresso, no contexto social daquela época, residiu na capacidade das líderes de gerir e executar o empreendimento de fundar um Sindicato da sua classe. Como não tinham meios financeiros e não queriam depender de subsídios ou de outros meios que lhes tirassem a autonomia, saltaram da casa dos patrões para as instalações que tinham ocupado, legalizaram a situação e assim, mais disponíveis, auto-organizaram-se em cooperativa como meio de subsistência do Sindicato, criando para elas próprias e para as desempregadas postos de trabalho.

A falta de conhecimentos para tamanho projecto obrigou-as a uma formação contínua, recorrendo aos amigos organizados em comissões de trabalhadores, associações culturais ou outras, para as ajudarem nas carências que tinham. Escutámos as entrevistadas e cada uma, ao seu estilo, recorda esse tempo passado / presente como um tempo especial em tudo. Era novo mas exigente, porque as obrigava a uma profunda reflexão e acção, que as transformava sem elas próprias saberem explicar como acontecia e como eram capazes.

Para nós era tudo novo, muitas de nós não sabíamos o que era um Sindicato, o que era preciso fazer para formar um Sindicato. Tivemos de ir aprendendo e perguntando a outros que eram mais velhos do que nós o que tínhamos de fazer, que nos ensinassem, nos explicassem⁶²³.

Elas adquiriram um status social que se sobrepunha a si próprias. A criada de ontem tinha outro corpo e vestia-se não com as roupas das patroas, mas com uma postura crítica bem argumentada e elaborada, capaz de ir representar a sua classe quer no Ministério de Trabalho, quer no Congresso da CGTP ou no Dia Internacional da Mulher. *Há coisas que deviam voltar para trás, foram tempos muito especiais⁶²⁴.*

Na esteira de Le Goff⁶²⁵ compreendemos as memórias do passado reconstituído em função do momento que cada uma experimenta, como uma explicação para o momento presente. Na sua memória está a recordação de um período da sociedade de que beneficiaram de uma maneira muito especial as organizadoras. Trazer para o presente as suas memórias

⁶²³ Conceição Faria, anexo A, nº 3, p.7.

⁶²⁴ Ibidem, p.8.

⁶²⁵ Le Goff, Jacques – *História e Memória*. I volume, Lisboa, Edições 70, p.187.

colectivas, dos processos que as transformaram nas mulheres de hoje, politizadas, comprometidas e, como dizem, *nunca mais fomos o que éramos dantes* e contribuimos para os benefícios e para uma vida melhor das empregadas domésticas, é em parte um dos resultados desta tese. *Valeu a pena...não foi em vão que nos organizamos. Se fosse hoje fazia tudo da mesma forma, só corrigia os erros.* A consciência da importância da organização sindical e cooperativa, mas também o reconhecimento de que nem tudo foi perfeito, é repetido à medida que deixam que se soltem as suas emoções e recordam as fricções que aconteceram e provocaram a desmobilização e o enfraquecimento na luta que tinham iniciado. Mas não se sente a ruptura no coração e na mente de todas as que viveram com intensidade o empreendimento de fundar um Sindicato e uma Cooperativa, para cada uma e para as colegas de profissão.

2.4. A formação tem de ir ao encontro das motivações dos formandos

As líderes, para além da capacidade de organização, adquiriram outras competências diferentes daquelas que faziam parte da sua profissão. Aprenderam a servir refeições, porque nem todas tinham prática de cozinhar para confeccionarem refeições económicas para trabalhadores; aprenderam a organizar uma creche e infantário, cuidando das crianças como cuidavam dos filhos dos patrões, mas a tempo inteiro, desde a recepção das crianças até à entrega dos filhos novamente aos pais; a gerir uma lavandaria, fazer preços, passar a ferro todo o tipo de roupa, a organizar o trabalho ao domicílio para o ramo do comércio, estabelecimentos públicos ou privados. Inicialmente, com alguns erros, até conseguirem prática suficiente e executarem melhor. O erro faz parte da aprendizagem e é a partir da correcção que se progride. Aos formadores/as pode ser difícil essa postura, mas a função de quem ensina deve ser incentivar a aprender, a experimentar e colocar-se na posição de apoio, nunca se substituindo ao esforço da pessoa que aprende. Quando se vê o fruto do esforço há uma sensação de felicidade indescritível, de realização. Seja em que idade for, para aprender é preciso esforço e querer. A tarefa das pessoas amigas que se dispuseram a ajudar⁶²⁶ foi um trabalho árduo: ensinaram a redigir cartas “modelo comercial” à máquina de escrever,

⁶²⁶É referido o nome de Vitória Pinheiro como uma das grandes formadoras, com quem muito aprenderam. Nunca lhe fez o trabalho, apenas as ensinou e motivou a aprender, o que não sabiam e tinham necessidade de aprender: serviço administrativo e secretariado.

arquivar documentos por assuntos e ordem alfabética, ler os jornais e recortar artigos, arquivar os mesmos por assuntos. Esta aprendizagem era feita nos primeiros tempos à noite, depois do trabalho nas casas das patroas, em grupo, para arrumar os caixotes em que tinham acumulado tudo até adquirirem espaço próprio para funcionar a Sede do Sindicato, ainda não legalizado.

*Nenhuma tinha prática de nada, nem de fazer documentos, nem fichas, nem de atender pessoas. Aprendemos tudo (...) mas o trabalho era sempre feito por nós. Noites perdidas, mas horas e horas a fazer e a habituarmo-nos a fazer*⁶²⁷.

As vantagens da aprendizagem em grupo são muitas. Para além de se aprender a fazer, cada uma aprende a corrigir-se ao ver as outras e aperfeiçoar o que teoricamente lhe foi transmitido. Aprende a respeitar o espaço, a controlar o tempo, a estar em interacção umas com as outras, a organizar-se em grupo e tornarem-se todas capazes não só de no futuro fazerem como ensinarem outras a fazer o mesmo. Elas tinham essa preocupação porque apareciam colegas prontas a colaborar, quando conquistavam a possibilidade de sair à noite, e então podiam aprender umas com as outras. A documentação, mesmo no meio de tanta deterioração, estava perfeitamente organizada desde de 1974 até depois de 1985, o que revela a transmissão de saberes que elas próprias fizeram e a forma como foram capazes de transferirem os conhecimentos adquiridos às futuras dirigentes.

*Nós aprendíamos umas com as outras (...) nós íamos à Assembleia da Republica, uma simples empregada doméstica, eu cheguei a ir sozinha. A ser recebida pelos secretários de Estado do Trabalho e membros do Governo. Quem diz eu, diz outras também*⁶²⁸.

Aprender a fazer as actas das reuniões de direcção é também um trabalho executado em qualquer organização ou empresa. É tarefa prevista no Contrato Colectivo de Trabalho dos empregados de escritório. O exercício desse cargo foi executado durante pelo menos seis anos pela mesma pessoa, que não sabia nada, mas que aprendeu a executar essa função de registar o que se passava na reunião para posteriormente fazer o rascunho⁶²⁹, ler às colegas e, após a aprovação, lavrar no livro de actas oficial. Ao mesmo tempo tinham de definir os assuntos da ordem de trabalhos que discutiam na noite que marcavam para reunir a direcção do Sindicato. O mesmo acontecia na Cooperativa⁶³⁰.

Ninguém me ensinou a fazer isso, inclusive, nós não tivemos ninguém que nos sugerisse. Eu não sei se fui eleita secretária, por ter jeito para a escrita. Eu

⁶²⁷ Conceição Faria, Anexo: A, nº3, p.2.

⁶²⁸ Helena Freitas, Anexo: A, nº10, p.4.

⁶²⁹ Consultamos alguns rascunhos de actas manuscritos pela Helena Freitas.

⁶³⁰ Consultamos todas as actas manuscritas nos livros oficiais da Cooperserdo.

*achava que não sabia nada, foi aí que eu cresci muito, foi quando me foi dito tu tens de fazer as actas das reuniões*⁶³¹.

O incentivo a executar a tarefa de secretária por parte das próprias colegas, era aceite de uma forma diferente do que se fosse pedido por um formador na escola formal. Ela tinha tomado livre e democraticamente o cargo de secretária, o que lhe exigia ter de redigir as actas com o conteúdo do que se passava em cada sessão da direcção. Só tinha uma única saída - esforçar-se por aprender e ganhar confiança em si própria de que era capaz.

A formação tem de ir ao encontro das motivações dos formandos. O formador/a não pode despejar o que sabe. Na senda de Mathias Finger entendemos que a educação de adultos, “antes de ser uma disciplina, uma teoria, é uma prática”⁶³². Poder-se-á enumerar um número enorme de práticas diversificadas, que foram aprendidas porque houve uma mudança de situação, sobretudo para as que se lançaram na linha da frente do Sindicato e Coopersdo. Elas quiseram aprender porque queriam justiça, queriam ter mais competências para desempenhar bem as responsabilidades que as colegas lhes confiavam, porque ganharam consciência que era preciso construir um país democrático e a sua participação era fundamental.

A mudança política em Portugal foi acompanhada por uma forte transformação social. O domínio das competências que os sujeitos alcançam ao mergulhar no oceano da vida democrática é profundamente exigente, porque obriga a uma preparação contínua e a formas diferentes de aprendizagem. É o caso de alguns serviços que se tornaram rotinas diárias. Obriga, para além de persistência e concentração, a um esforço intelectual criativo e adaptado a cada contexto, a cada pessoa e a cada acontecimento. Exige um forte querer vencer, enfrentar a oposição, o desapontamento e ganhar auto-estima. O *eu* na vida quotidiana de cada pessoa é vulnerável, é fácil cair no desânimo, mas cada um/uma ao reconhecer as suas limitações, tem de acreditar em si e libertar-se de preconceitos e dos medos, que povoam a mente de cada criatura.

*Eu passava ao livro oficial e era assinado. Isso foi uma coisa que me exigiu bastante, porque algumas pessoas foram ver esse livro, e ficaram admiradas; Mas fostes tu que escreveste este livro, estas actas? Mas fostes tu que resumiste isto? Realmente, uma simples empregada doméstica, coitada, andou na escola, mas valha-me Deus...*⁶³³

⁶³¹Helena Freitas, Anexo: A, nº10, p.4.

⁶³²FINGER, M. – “A Educação de Adultos e o Futuro da Sociedade”. In CANÁRIO, R. e CABRITO, B. – *Educação e Formação de Adultos - Mutações e Convergências*, Lisboa, Educa, 2005, p.17.

⁶³³Helena Freitas, anexo: A, nº10, p.10.

3. Aprender na escola da vida/ Educação Informal

Frequentar a escola não é sinónimo de saber. O analfabetismo funcional atingia e ainda atinge hoje muitas pessoas. Mesmo nas classes muito abastadas a cultura é nula ou quase...No Sindicato do Serviço Doméstico as dirigentes debatiam-se com situações clamorosas, relatadas pelas colegas, e que obrigavam à deslocação da delegada sindical, que muitas vezes era um elemento dos corpos sociais, a uma conversa com os/as patrões/patroas e na presença do advogado. Era sobretudo nessas ocasiões que aqueles revelavam a sua ignorância. Em muitas dessas casas as/os jovens e as crianças eram maltratadas, exploradas e olhadas como seres menores, em contraste com o ambiente de luxo, vaidade e futilidade. Em muitas famílias das grandes cidades, as empregadas de então, quando não tinham ou não podiam ter contacto com outras pessoas com mais formação e cultura acabavam por esquecer o pouco que tinham aprendido e em vez de receberem formação ganhavam deformação, vícios, sonhos de vingança, afronta e desejo de imitar o que viam e lhes era dado como exemplo de vida: ambição de possuir e ignorar os outros, como acontecia com elas.

Outras encontravam patrões compreensivos, cultos, próximos, que lhes davam até possibilidade de prosseguir um pouco mais culturalmente. Algumas, como foi o caso de duas das nossas entrevistadas, já na casa dos patrões concluíram a 4ª classe e tinham possibilidade de ler bons livros, que eram autorizadas a retirar das estantes da casa onde trabalhavam. O que as alimentava intelectualmente e lhes foi muito útil na compreensão e desenvolvimento de novas competências. *Eu aprendi na escola da vida. Eu sempre li muito. Não “historinhas”. Livros que lia uma ou mais vezes até entender. Sempre dei muitos erros, mas como dava as coisas a corrigir, eu ia aprendendo e finalmente já fazia sozinha*⁶³⁴.

Ao longo da vida qualquer pessoa se lhe for dada oportunidade pode adquirir informalmente competências, quer seja através do contacto com os outros/as, quer através da leitura e escrita. Esta expressão é por vezes apenas um slogan que pretende chamar a atenção para a necessidade de formação. Consideramos que deve ser uma atitude de todos e o/a educadora que deve ter antes de mais para si próprio/a, para se interpelar e pensar como se posiciona face ao que acontece na sociedade. *Aprender a ser*, de que fala Edgar Faure, é importante para se tornar criativa/o e praticar outras formas de ensinar, numa lógica semelhante à protagonizada pelos movimentos sociais na alfabetização. Assim pode-se

⁶³⁴Conceição Faria, Anexo: A, nº3, p.6.

contribuir para as dinâmicas associativas. A experiência e o testemunho aqui fica, de uma época da nossa História em que os Bolseiros de Alfabetização também eram chamados à participação no Plano Nacional.

Em nome do SSD concorri a Bolseira da DGEP e apresentava anualmente o projecto de trabalho de Alfabetização. Quando foi elaborado o PNAEBA (Plano Nacional Alfabetização, Educação de Base de Adultos), em 1978 e que foi aprovado em 1979, fui convidada pela DGEP (Direcção Geral de Educação Permanente), para uma entrevista para dar o meu parecer sobre o método adaptado de Paulo Freire à realidade Portuguesa, que estava a desenvolver e a realizar naquela altura com grupos de mulheres empregadas domésticas.⁶³⁵

O nosso testemunho na entrevista que realizámos por escrito, retrata a importância que teve a leitura para o seu cargo de dirigente sindical e a interpretação que dava à mentalidade de muitas patroas ou qualquer outra pessoa, que em vez de incentivar se espanta perante o entusiasmo da sua empregada em ler Eça de Queirós. Uma leitura considerada difícil por muitos jovens, no final do ensino secundário.

Uma vez eu estava no meu quarto a ler o livro de Eça de Queirós e ela entrou no quarto e ficou escandalizada, e «onde é que se viu uma criada de servir a ler Eça de Queirós!». Eu disse que estava a ler e que estava a gostar e que ia ler os outros e li todos⁶³⁶.

Esse hábito de ler e reler até entender, deu-lhe facilidade para comunicar, para falar numa grande Assembleia, mesmo que não fosse de empregadas domésticas, como recordou. Era preciso representar a classe, não deixar passar uma oportunidade de manifestar aos outros Sindicatos, representativos de outras classes profissionais, que as empregadas domésticas estavam a organizar-se e quais eram os seus objectivos.

Eu sou muito tímida, mas recordo a 1ª vez fui quase empurrada. Agora vais ali e lê. Mas também foi a necessidade de corresponder às solicitações que nos faziam. Estávamos com pessoas que tinham razão, e isso dava-me força, mas não foi fácil. A primeira vez que falei num Grande Plenário a nível nacional de Sindicatos, lembro-me que me enganei. É que os patrões, também nos ajudaram a diminuir-nos⁶³⁷.

As competências de falar em público foram desenvolvidas pela necessidade das circunstâncias, pelo encorajamento das colegas, algumas com menos competências ainda, pela

⁶³⁵Celeste Vieira, anexo: A, nº7, p. 3.

⁶³⁶Conceição Faria, anexo: A, nº3, p.7.

⁶³⁷Conceição Faria, anexo: A, nº3, p.6.

convicção da razão da sua luta, que lhe dava força interior para vencer o medo, a timidez e as próprias falhas.

O erro faz parte da aprendizagem e não deve constituir motivo de reparo, deve antes ser o estímulo para progredir. A tomada de consciência de que só não erra quem não arrisca foi encorajadora para perder medos, vergonha e acreditar que quando nos elevamos o mundo também se eleva e o contrário também é verdadeiro. O domínio da leitura, da compreensão dos textos, adquirida de modo informal, nos períodos de lazer permitiu-lhe facilidade de domínio de expressão oral que o ambiente de cooperação desenvolvia. A dedicação à causa das empregadas domésticas e as circunstâncias de participação em actos públicos desenvolvem essa competência.

3.1. Aprender uma nova linguagem: os Estatutos do SSD e o trabalho solidário

Elaborar uns Estatutos de uma organização sindical não é tarefa fácil, sobretudo para uma classe profissional sem conhecimentos e sem experiência no plano intelectual de escrita, a não ser as cartas para os pais a dar notícias e enviar dinheiro para os ajudar nas carências com que viviam.

Verificamos nos rascunhos dos Estatutos, que apresentam correcções, emendas de palavras e outras acrescentadas, o empenho das pessoas da Comissão Pró -Sindicato num exercício intelectual sério e exigente, feito em grupo. Tiveram de aprender em conjunto como fazer os Estatutos, para depois serem lidos e assumidos numa Assembleia-Geral. Foi um trabalho duro. Exigiu - lhes muito estudo sobre a forma e o conteúdo de um documento, que desconheciam por completo. O grupo de responsáveis da JOCF já tinha alguns conhecimentos porque, já antes do 25 de Abril de 1974, tinha frequentado um curso de sindicalismo e, posteriormente, pedido ajuda para conhecer o Estatuto de outros Sindicatos, mas era preciso aplicar e adaptar ao seu contexto, que era bastante diferente das outras classes profissionais. Alguns elementos da Comissão Pró-Sindicato assumiram essa tarefa.

A linguagem usual numa Organização Sindical é diferente da linguagem utilizada pelas empregadas domésticas no seu dia a dia, a trabalharem na casa dos patrões. Estatutos, circulares, convocatórias, actas, moções, fichas de inscrição, comunicados, etc. eram termos novos que tiveram de aprender a dizer e a fazer.

A primeira vez que ouvi falar em Estatutos eu pensei que era um trabalho. Nós elaboramos uns rascunhos do que nós queríamos, depois foram lidos e emendamos e depois foram submetidos a um advogado para apreciação. Houve uma pessoa que nos ajudou muito, que foi o marido da Conceição Ramos, o Olegário⁶³⁸.

O valor legal do Estatuto só advém após o registo oficial, acompanhado de uma acta comprovativa, da realização de uma Assembleia-Geral de sócias com os votos de aprovação, nulos ou contra e assinaturas das presentes devidamente identificadas. O Ministério do Trabalho tem de aprovar e mandar publicar no Diário da República. No caso dos Estatutos da Cooperativa é igualmente necessário a acta e as assinaturas irem à Conservatória do Registo Civil, para serem reconhecidas notarialmente, com as assinaturas dos proponentes, a identificação das mesmas e uma série de requisitos, exigidos de acordo com o tipo de associação ou sociedade que se pretenda constituir e, seguidamente, publicada no DR. Uma tarefa que as empregadas domésticas fizeram recorrendo a outros/as militantes sindicais e cooperativistas que sabiam e lhes ensinaram.

Estes dois Estatutos do Sindicato do Serviço Doméstico (SSD) e da Cooperativa de prestação de Serviços Domésticos (Cooperserdo), garantia o suporte legal, exigiram estudo e esforço intelectual, muitas reuniões durante várias horas, para pensar e elaborar cada artigo antes de chegar à redacção final. Serviram de textos de leitura para aquelas que sabiam ler mal, como pretexto para treinar a leitura em voz alta para as colegas e discussão do grupo.

A participação estava aberta a todas as pessoas que queriam e podiam dispor de tempo livre à noite. Reuniam-se com as dirigentes e todas participavam e aprendiam a comunicar, a opinar e elaborar os documentos. O tempo de reunião não era tempo perdido, era a oportunidade de aprender, de conviver e partilhar. As horas que gastavam no exercício de uma actividade diferente da que exerciam durante o dia era para a maioria um tempo de descanso e de libertação, como testemunhavam. Era tempo de educação /formação, que as humanizava e lhes desenvolvia as suas capacidades ocultas.

O trabalho solidário, quer a ajuda a milhares de empregadas domésticas, quer o desenvolvimento que adquiriam a nível intelectual ao gerirem as duas instituições foi muito importante. *A gente aprende, aprende sempre. Eu já era cozinheira. Aprendi a falar com as pessoas de outra forma, como se faz uma reunião, como se faz uma acta.*⁶³⁹

⁶³⁸Conceição Faria, anexo: A, nº3, p. 8.

⁶³⁹Entrevista Inácia Quintas, Évora, anexo: A, nº.11, p.3.

Não é possível gerir uma cooperativa sem conhecimentos, sem aprender a gerir, administrar os bens produzidos, ter iniciativas para desenvolver trabalho, ganhar credibilidade para ter sucesso.

A Inácia mantém-se a trabalhar na Coopberço em Évora, e fala dos cursos que tem frequentado actualmente. *Mas agora tenho feito [participado] alguns cursos de formação. Eu gosto de participar, uma vez é com estatísticas, outras vez slides, a nível de saúde. Eu sinto-me uma outra pessoa, desde que avancei por este caminho.*⁶⁴⁰

Reconhece que podia ganhar mais dinheiro como cozinheira no ramo da Hotelaria: *Eu já tive boas propostas de emprego (...) Mas eu estava dentro de uma luta que eu não queria deixar, nesse momento não era o dinheiro que contava, ainda que eu precisasse, o que contava era a minha luta e hoje as pessoas não sentem o que a gente passou, eu e a Adriana*

A vertente solidária, a teimosia na reconversão da classe, para as que queriam sair do serviço interno era a justificação plausível, porque acima do dinheiro colocavam o empenhamento, ainda que lhe (s) exigisse muito trabalho, mas também lhes possibilitou muitas aprendizagens em liberdade.

*Fizemos alguns serviços ao domicílio. As empresas, que hoje se criam, foram com certeza inspiradas na nossa experiência. O problema era ter alguém à altura de gerir, criar uma boa cooperativa. Tivemos muitos problemas porque algumas tinham falta de vontade. Durante algum tempo chamavam a casa das Domésticas*⁶⁴¹.

A Cooperserdo e o Sindicato proporcionaram mudanças, conhecimentos, uma atitude responsável, muito maior do que tinham em casa dos patrões. À sua responsabilidade tinham a organização e o desenvolvimento de duas instituições que se completavam, mas com funções definidas e diferentes. O trabalho redobrou e obrigou-as a aprender a gerir, a criar regulamentos internos, a distribuir funções, decidir compras, pedir orçamentos, aprender contabilidade, aprender a fazer contractos de serviços.

⁶⁴⁰ Ibidem.

⁶⁴¹ A Adriana foi uma das empregadas domésticas fundadoras também da delegação do Sindicato e Cooperserdo. Cf. entrevista da Inácia, anexo: nº11.

4. Formação: das Sindicalizadas e Cooperadoras

4.1. Alfabetização

Tanto os Boletins do próprio Sindicato como as entrevistas realizadas pelos órgãos de Informação, revelam a preocupação das responsáveis pelo elevado número de colegas analfabetas. Aos fins-de-semana, as empregadas domésticas e mulheres-a-dias deslocavam-se ao Sindicato a pedir informações, apresentar queixa contra os patrões ou a pedir trabalho. Quando são convidadas a preencherem a ficha de inscrição, para se tornarem associadas, eram muitíssimas as que não sabiam preencher o requerimento e declaravam não saberem ler nem escrever. Algumas conseguem assinar o seu nome. A alfabetização tornou-se prioritária para o Sindicato do Serviço Doméstico⁶⁴² porque sem conhecimentos básicos, essas mulheres sentiam-se impotentes para ajudar nas pequenas tarefas do Sindicato. Ao inscrevê-las começaram a pensar em pôr a funcionar um Curso de alfabetização logo que conseguissem espaço próprio⁶⁴³.

Conceição Ramos foi entrevistada pelo jornal “Notícias da Amadora”, a quem explicou ser necessário adquirir consciência de classe e alfabetizar, “*Organizar campanhas de alfabetização e esclarecimento das empregadas domésticas, consciencializando-as dos seus direitos e dos problemas da classe*”⁶⁴⁴. O primeiro passo fora iniciado pelas Jocistas empregadas domésticas já antes do 25 de Abril, para poderem pensar na constituição dum Sindicato.

Também lançaram um inquérito em 1974, antes do 25 de Abril a que só responderam 88 empregadas domésticas mas que *demonstrou bem as condições de trabalho, aspirações, salários, ocupação de tempos livres, etc.* Por isso, ao ocuparem um prédio devoluto para Sede, preocuparam-se de imediato em pôr a funcionar um Curso de Alfabetização assim como um dormitório para as empregadas Domésticas despedidas.

Os Cursos de Alfabetização, para gáudio das empregadas domésticas cuja auto estima se elevava quando os jornais escreviam sobre o seu trabalho colectivo, era um sinal da sua

⁶⁴²JORNAL NOVO – *Empregadas Domésticas a intenção de trabalhar para a colectividade*, 14.10.1975; O DIÁRIO - *Empregadas Domésticas ao Serviço da colectividade*, 11.12.1976; DIÁRIO DE NOTÍCIAS, *Reconversão da Profissão de trabalhadora Doméstica*, 11.12.1976.

⁶⁴³Anúncio de *Cursos de Alfabetização promovido pelo SSD*, Diário NOTÍCIAS - 5.03.1979 e DIÁRIO - Exame 4ª Classe, 5.03.1979.

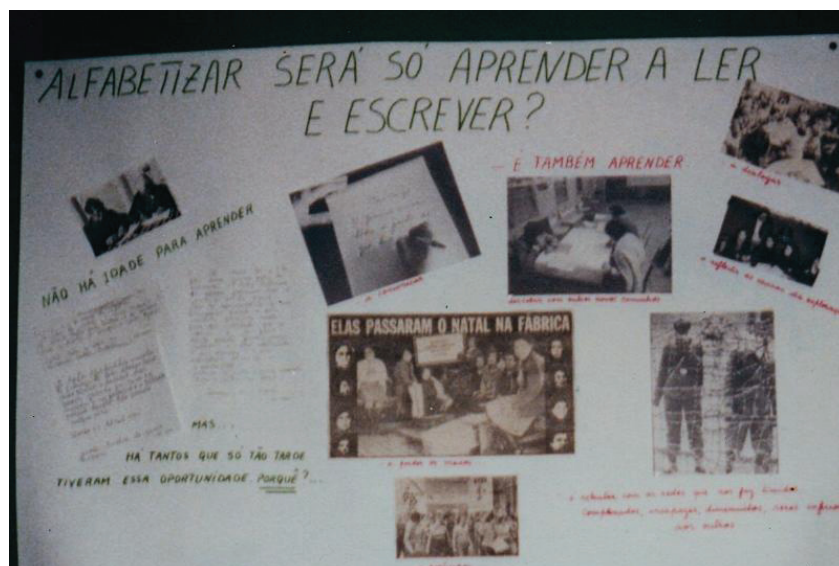
⁶⁴⁴NOTÍCIAS DA AMADORA - *Empregadas domésticas – Um horário de trabalho é o que mais desejamos*, 16.11.74, páginas centrais.

intervenção política e social e desenvolvimento cultural, que nunca sonharam que viesse a acontecer, em Portugal. Promoveram, nos locais onde funcionavam delegações, Cursos de Alfabetização e preparação para o exame da 4ª classe.

O Boletim *Empregadas Domésticas* logo nos primeiros números dedica uma página à formação com assuntos do senso comum, até então desconhecidos pela maioria do povo português: o que é a *Assembleia Constituinte*, *Assembleia da República*, *eleições*, *partidos* e outras notícias saídas nos órgãos de informação. O objectivo era que as sócias percebessem o sentido, se tornassem críticas e atentas a quem escreve e quais as intenções ao escrever. O país emergia com vozes em oposição e muitas vezes, quem não tivesse formação tinha dificuldade em compreender e escolher por exemplo em quem votar. Daí o boletim procurar informar e formar para que as trabalhadoras votassem no ‘*mais capaz de defender os teus direitos como pessoa, como cidadão, como trabalhador*’.

Apresenta num Boletim uma explicação em relação ao CDS (Centro Democrático Social), um partido considerado de extrema-direita e dos patrões e que *incluiu três empregadas domésticas como candidatas, lança uma isca a ver se pesca alguns votos dos trabalhadores menos esclarecidos*.⁶⁴⁵ A finalidade do Boletim era partilhar pequenos factos, que muitas vezes até tinham conhecimento pelos jornais diários, e transmitir as notícias às colegas, depois de serem analisadas criticamente pelo grupo. A execução do boletim era uma forma de comunicar e de elaborar os próprios artigos. Assim, as colegas ficavam com outra visão, o que nem sempre tinham, porque muitas delas encontravam-se mergulhadas em ambientes de ideologia adversa à democracia. Estes boletins eram instrumento de trabalho nos grupos de alfabetização. A alfabetização visava que as alfabetizadas aprendessem a *ler a sociedade* e a partir do diálogo é que aprendiam a ler e a escrever e contar, segundo o método de Paulo Freire.

⁶⁴⁵BOLETIM EMPREGADAS DOMÉSTICAS, nº 7, Abril, 1975, p.1.



Cartaz para diálogo no início de um Curso de Alfabetização, na delegação do SSD e Sede da Coopserdo, no Porto, foto, XIX.

A Alfabetização era promovida pelas duas instituições nas instalações existentes, assim como outro tipo de formação, que decorria em simultâneo ou em noites alternadas ou fins-de-semana. *Uma campanha de esclarecimento de alfabetização, reuniões de convívio onde as associadas discutem os problemas da classe e têm em projecto utilizar o teatro amador como veículo de divulgação cultural e de debate dos seus problemas*⁶⁴⁶.

Na Revista *Crónica Feminina*⁶⁴⁷ surge nova entrevista a Conceição Ramos e a outra sindicalista sobre a insistência com que ela fala da *reconversão da profissão*. A profissão de empregada doméstica deveria acabar nos moldes como existia e insistia nas alternativas. Conceição Ramos partia sempre da necessidade de esclarecimento, formação, desenvolvimento cultural, uma vez que mais de 50% eram analfabetas. Por outro lado, a luta colectiva em que se envolveram queria retirar a imagem negativa sobre as empregadas domésticas, representadas socialmente como analfabetas, iletradas e outras imagens depreciativas e pouco honrosas, que a literatura e os romances retratavam como mulheres atrevidas, tontas, ignorantes. Como em qualquer outra profissão sempre há desvios, mas a generalização não era verdadeira. Estas mulheres, no processo de alfabetização desenvolvido vão revelar capacidades ocultas, de que fala Paulo Freire e que podem espantar qualquer pessoa quando o/a oprimido/a é colocado/a numa situação de libertação. A formação, nesta perspectiva, quer seja formal, não formal ou informal humaniza, socializa e fornece

⁶⁴⁶JORNAL NOTÍCIAS - *Empregadas Domésticas reivindicam o Salário Mínimo Nacional*, 12.12.1976.

⁶⁴⁷REVISTA CRÓNICA FEMININA - *Sindicato do Serviço Doméstico*, 28.10.1976.

competências indispensáveis para o bom desempenho dos serviços à comunidade. Considera-se que o processo é formador quando os/as formandos/as adquirirem uma cultura humanizante e socializante, que os torne próximos, que vença as barreiras do racismo e da xenofobia.



Um momento de concentração na escrita. Porto, 1982, foto, X.



Parte do grupo de alfabetização, no Porto, em 1982, foto, XI.

Os Cursos de Alfabetização funcionaram desde o início da fundação do SSD, e durante muitos anos sobretudo na Sede em Lisboa e no Porto. A partir de 1978, com a aprovação do PNAEBA (Plano Nacional de Alfabetização Educação Básica de Adultos) a DGEP aceitou o projecto apresentado pelo SSD (Delegação do Porto) e apoiou os Cursos de Alfabetização com o pagamento de uma Bolsa. A Bolsa da DGEP ajudava a pagar o salário da dirigente que trabalhava durante todo o dia, quer no Sindicato ou na Cooperserdo e à noite coordenava e estava num dos Curso de Alfabetização. Formou-se um grupo para as que não sabiam ler e escrever e outro para as que desejavam concluir a 4^a.classe. Não conseguimos identificar quantas empregadas domésticas foram abrangidas no total, pelos Cursos. Pelo conhecimento

directo que tivemos consideramos que deve ter abrangido umas centenas de empregadas domésticas a nível nacional⁶⁴⁸.

Alfabetização no Porto aconteceu durante vários anos. As empregadas domésticas inscreviam-se na Delegação do Porto ou nas Assembleias que se realizavam mensalmente. Umam eram analfabetas outras já sabiam ler e escrever mas queriam concluir a 4^a.classe. Para além de realizarmos esse trabalho à noite, havia outras pessoas que voluntariamente também se disponibilizavam para ajudar⁶⁴⁹. Deslocávamo-nos aos bairros sociais, para evitar a deslocação à Sede de todas as que estavam interessadas. Mesmo assim, no Porto, para conseguir dar resposta a tantas necessidades de alfabetização, recorria-se à colaboração das delegadas ou dirigentes que tinham terminado o exame da 4^a.classe. Elas continuavam a deslocar-se para apoiar as colegas que tinham mais dificuldade em manusear o lápis. Os cursos iniciavam-se com um diálogo colectivo, em que todas participavam sobre os temas introduzidos através de um cartaz, ou da leitura de acontecimentos dos jornais. Daí resultavam as palavras geradoras ou outros dispositivos desenvolvidos e pensados para que os cursos fossem dialógicos e transformadores. Em seguida os grupos eram divididos conforme as aptidões que já tinham adquirido, para que a todas fosse dada a devida atenção e possibilidade de desenvolvimento.

A partir dos Cursos outras actividades culturais e formativas eram desenvolvidas para ocupar os fins-de-semana e as noites, daquelas que tinham já conseguido o horário de trabalho, apesar de estarem ainda a habitar a casa dos patrões ou a viverem na Cooperativa. Foram pensadas, escritas e organizadas peças de teatro⁶⁵⁰. A iniciativa de organizar peças de teatro amador, jograis ou jogos cénicos era uma das actividades de alfabetização organizada pelas monitoras, tanto em Lisboa, como no Porto e faziam parte do projecto dos Cursos de Alfabetização. As monitoras e dirigentes para que as alfabetizadas que concluíam o exame da 4^a.classe continuassem mobilizadas atribuíam responsabilidades não só de se tornarem delegadas sindicais nos tempos livres, mas também de recriarem em teatro, o seu passado ou o presente que estavam a ter. Pensando e escrevendo em diálogo o seu trajecto de vida e de mudança e unidade, ensaiando umas com as outras, para despertar nas colegas

⁶⁴⁸Não encontramos nenhum documento comprovativo do nº de empregadas domésticas e mulher a dias que foram alfabetizadas e concluíram a 4^a.classe no SSD.

⁶⁴⁹Recordamos a Dra. Filomena (que estava a estagiar no SSD, do Curso do Serviço Social), a Delia (que era uma jovem universitária de Engenharia e que pertencia ao GRAAL), e a Manuela Guimarães (contabilista) e militante das Comunidades de Base.

⁶⁵⁰Brochura da peça teatro, Anexo: C, 1e2.

desmobilizadas, entusiasmo e partilha de projectos futuros. Os trajes para a representação eram arranjadas pelas próprias e a representação da peça de teatro era um pretexto para a mobilização de outras colegas. O mesmo grupo pensava na organização de excursões, bancas de artesanato, convívios, passagem de filmes ou slides. Os grupos de alfabetizadas tornaram-se trabalhadoras da Cooperserdo ou delegadas e mesmo dirigentes sindicais. Um forma encontrada para motivar as colegas a manterem-se actualizadas, dinâmicas e militantes sindicais. Estas tornavam-se críticas e colaboravam na actividade sindical e cooperativa.



Uma das cenas da representação da peça de teatro “Mulheres em Luta (2)”, 1981, no Porto, foto, XII.

4.2. Organização/participação no Curso de Férias

Oficialmente, só a partir dos finais de 1976, com as eleições dos corpos gerentes (ver supra Parte II cap. IV,), as dirigentes do SSD que eram, simultaneamente, ainda que com pelouros diferentes também dirigentes da Cooperserdo, conseguiram desenvolver as organizações instituídas e criar postos de trabalho.

Ao fim de dois anos já tinham a funcionar refeitórios em Lisboa, Évora e Porto e ainda tinham assumido a exploração de cantinas numa fábrica, numa Junta de Freguesia, supermercado, escola e universidade. Também já tinham a funcionar três creches e dois jardins-de-infância, duas lavandarias e os serviços ao domicílio, o que envolvia muitas

cooperadoras e exigia uma capacidade de gestão e de direcção enorme. Para além da oportunidade de emprego para muitas empregadas domésticas, foi muito importante a organização do trabalho, nos diferentes sectores, um investimento no restauro interior dos três edifícios e no apetrechamento dos diferentes sectores. Para isso as dirigentes contaram com o apoio de sindicalistas de diferentes Sindicatos conforme a especialização, trabalhadores voluntários ou a pagar, militantes da Base Fut, elementos de organizações políticas, militantes das Comunidades de Base e da LOC, colegas e amigos de longa data e até com mulheres feministas que se deslocaram a Portugal para conhecer a dinâmica das empregadas domésticas, como foi o caso de um grupo de feministas da Holanda.

Como em quaisquer instituições ou empresas que crescem é fundamental pensar na formação específica, para cada um dos sectores e nas diferentes localidades. Os conflitos laborais também começaram a surgir e a coordenação do trabalho tornou-se mais difícil.

À medida que o tempo passava a situação política experimentava já uma notória instabilidade de rumo e as organizações populares de base começaram a perder força e poder reivindicativo. O trabalho voluntário diminuía e era preciso preparar sindicalistas que aceitassem trabalhar como cooperadoras. Mas isso exigia uma preparação mais intensa das iniciadoras, para estarem aptas a preparar e a lidar com os problemas que surgiam, formar e gerir novas cooperantes. Nesse sentido decidiram organizar um Curso durante as férias, na segunda semana de Agosto de 1978.

O Curso de férias realizou-se em Celorico de Bastos, no Lugar de Crespos, a terra natal de Helena Freitas, entre 12 a 20 de Agosto de 1978. A Helena estava a construir uma casa no terreno ao lado da casa dos pais. Ainda não estava concluída pelo que exigiu uma adaptação das participantes e dos formadores às condições que sabiam existir. Mas era uma oportunidade de se afastarem do centro urbano, para um ambiente rural, sem poluição e aproveitar para descansar do trabalho, conviver e aprender.

As participantes foram algumas das dirigentes do Sindicato e da Cooperativa, assim como três Formadores: o professor de História, Olegário Paz e a Vitória Pinheiro, dirigente da Base-Fut e a psicóloga belga, Lieve M., militante da JOCF na Bélgica e que viera para Portugal para realizar um trabalho militante e tinha sido aceite inicialmente apenas como colaboradora e mais tarde foi admitida pela direcção da Cooperserdo como cooperadora.

Os três formadores prepararam os temas e no primeiro dia em Celorico de Bastos elaboraram o plano de trabalho para os oito dias: organizaram a divisão de tarefas que cada

um/uma teria a seu cargo desde limpeza, carregar água, cozinhar, estando todos envolvidos como indicia os cadernos pessoais quer da Conceição Ramos quer da Helena.

Os formadores sugeriram o tempo de exposição e participação para os temas a aprofundar. A ordem de trabalhos contemplava tempos teóricos de formação e outros para as tarefas diárias da casa e ainda outras actividades formativas como a visita a um monumento, a passagem de um filme ou de lazer, um passeio no rio ou o convívio com a população.

Todas as informações que apresentamos encontram-se nos cadernos pessoais quer da Conceição Ramos quer da Helena Freitas, para além dos temas que trataram e o que cada uma registou de mais significativo. Não conseguimos ter acesso aos textos utilizados, mas os apontamentos revelam as aprendizagens históricas em que participaram e o que aprenderam. Deixamos a seguir os assuntos abordados e algumas das anotações registadas, portadoras do conteúdo formativo.

1º Tema: *A História do Serviço Doméstico: Qual a origem da nossa profissão?*

2º.Tema: *A Revolução Industrial, o aparecimento do Capitalismo; passagem e análise do filme: “Os Camaradas”*

4º.Tema:*O Sindicalismo*

5º Tema: *O Cooperativismo - Organização dos Trabalhadores.*

6º.Tema:*A diferença entre socialismo, capitalismo e sindicalismo. O surgimento da Intersindical e do CCO.*

7º Tema: *Revisão ao trabalho realizado desde o 25 de Abril 74; sobre:a)Os objectivos do Sindicato; b)O reconhecimento da profissão que era marginalizada; c). A preocupação com a saída do Decreto - Lei que regule o seu trabalho; d) A organização das trabalhadoras; 5. A reconversão da classe – Cooperserdo.*

8º.Tema:*O Movimento Cooperativo: como surgiram as cooperativas; como se afirmaram. O princípio indispensável para a sua formação: amizade, consciência colectiva das necessidades, um querer sincero de querer resolver essa necessidade, coragem e perseverança que tem de existir para alcançar o que se propõe.*

O curso de formação habilitou-as e reforçou-as para um novo ano de trabalho, com mais conhecimentos e análise colectiva dos problemas com que se deparavam nos três sectores onde a Cooperativa funcionava: Porto, Lisboa e Évora.

Aprenderam a *História do Movimento Operário*, como escreveram nos cadernos pessoais, Conceição Ramos e Helena Freitas:

“Desde o aparecimento da escravatura no Império Grego 408 anos a.c. até ao início da organização das serviçais no séc. XIX com o Código Civil de 1876; O aparecimento do movimento Operário; da industrialização, do proletariado e do liberalismo económico.

Todo o percurso histórico na Europa dos operários com foco nos acontecimentos mais marcantes desde os idealistas Almeida Garrett e Alexandre Herculano, José Fontana e Antero de Quental até 1958 Humberto Delgado, candidato à Presidência;”

Do filme que viram Conceição Ramos realça, a importância de “*aproveitar o tempo livre; o valor da juventude no avanço do mundo e o sentido da luta, que não deveria ser só por melhores salários, mas também por melhores condições de trabalho.*”

A análise colectiva ao filme levou-as a reflectir sobre os problemas das chefias, que na sua óptica continuam a fazer o jogo do patronato; “*as relações de produção, reprodução e transformação social; a mais - valia como fruto do trabalho; a participação do trabalho doméstico na produção e na organização da sociedade; o socialismo utópico, em que os trabalhadores pensavam conseguir negociar com o patronato e mudar as condições da sociedade através da conciliação, sem prejudicar os trabalhadores nem os patrões*”. Aprenderam ainda: “*a História do Sindicalismo e a organização dos trabalhadores desde 1903 a 1909, com Manuel Joaquim de Sousa e a sua luta. A organização das empregadas domésticas até ao 25 de Abril e a fundação do SSD*”⁶⁵¹.

Avaliaram o percurso realizado até àquele momento, a partir dos objectivos traçados e dos Estatutos e concluíram que ainda tinham de planificar melhor o trabalho sindical, o aproveitamento dos tempos livres e que precisavam de mais formação. O 5.º tema era sobre: *O cooperativismo – Organização dos trabalhadores*. Também fez parte da sua formação *a História do Movimento cooperativo e os valores humanos que ele se propõe desenvolver*. Examinaram os objectivos contidos nos Estatutos da Cooperserdo e reflectiram sobre as questões que estavam a surgir naquela ocasião e que lhes revelou alguma indefinição numa das cláusulas dos Estatutos.

Estes eram os valores humanos apontados por António Sérgio, necessários para o poder de decisão e de gestão. Escreve Conceição Ramos:

*Só se pode chamar verdadeiramente cooperativa a que dá oportunidade de desenvolver as qualidades de cada um; a iniciativa de uma não pode matar as iniciativas das outras; o espírito de serviço colectivo, que se recusa conscientemente a explorar seja quem for, muito menos as cooperantes*⁶⁵².

Destacamos a frase escrita pela CR e HF nos seus cadernos pessoais. *As ideologias políticas aproveitaram a organização dos trabalhadores nos sindicatos para fazer passar o que lhes convinha*. Esta frase, que anotam, vai de encontro ao relato proferido por algumas das entrevistadas e também escrito no Boletim do Sindicato sobre a acção de diferentes

⁶⁵¹Caderno pessoal do “Curso de Férias”, de CR e HF.

⁶⁵²Do caderno de apontamentos da Conceição Ramos intitulado Curso de Férias da Helena Freitas.

partidos, que tentavam penetrar no Sindicato e impor a sua ideologia ou fazê-la passar através de convites, que lhes dirigiam. Escrevem o elenco das dificuldades que enfrentavam como responsáveis:

- a) A infiltração dos partidos, que retardaram a saída da lei e a oficialização do sindicato;*
- b) As infiltrações de delegadas que nada fizeram avançar com o trabalho;*
- c) O próprio problema da classe que está individualizada e despolitizada;*
- d) A vergonha de ser empregada doméstica: condições de trabalho - falta de tempos livres, etc., estando toda a vida das trabalhadoras condicionada pelo trabalho e dependente dos patrões; a necessidade de divertimentos; a reprodução da burguesia, a falta de oportunidade, de criatividade quer a nível sindical quer na planificação de tempos livres para realizarem trabalho sindical e por último a falta de formação.*

As dificuldades espelham o contexto político da época, o receio destas dirigentes, de formação católica de serem instrumentalizadas por alguns partidos políticos, sendo que algumas tinham opções políticas bem definidas. Contudo, revela-se a preocupação de manter o carácter apartidário do Sindicato. De acordo com a Plano do Curso fizeram uma planificação do trabalho sindical, dividido em três pontos: *1.º. Planear a parte burocrática interna do Sindicato; 2.º. Planear a acção sindical; 3.º. Formação Sindical.*

Os apontamentos recolhidos nos seus cadernos pessoais dão-nos uma amostra da importância do Curso de Férias para as dirigentes que nele participaram. O grupo era pequeno e já tinha trabalhado na construção do SSD e da Cooperserdo. Tinha necessidade de parar, para pensar e corrigir estratégias. Tinha necessidade de fortalecer a sua auto-estima e de se preparar para os desafios futuros, com energia e conhecimento, para não agir precipitadamente e tomarem decisões erradas. Elas com a sua força de trabalho, capacidade de análise e a ajuda dos amigos com formação, tinham aprendido e actuado no terreno, mas tinham consciência da necessidade de começar a preparar mais colegas, de consciencializá-las, de desenvolver nelas o espírito cooperativo e a importância do sindicato, da cultura e formação. Esse espírito era necessário ser desenvolvido, não surgia do nada. A situação de classe não deriva “naturalmente” da consciência de classe. Além disso, os desafios que tinham pela frente exigiam competências, que a profissão não dava. Havia uma consciência profunda, por parte do grupo dirigente da necessidade de formação da nova geração.

Economicamente a Cooperserdo entrara num período de estabilidade e os resultados eram positivos o que beneficiava todo o colectivo. Mas a pouca preparação de algumas das empregadas domésticas, que pediam para entrar para cooperadoras e que não tinham

formação básica para adesão ao espírito do cooperativismo, apenas queriam um posto de trabalho e não queriam participar nas reuniões, promovidas pela direcção, criou alguma instabilidade na Cooperserdo. Também a ocupação do espaço destinado às que não tinham alojamento foi apoderado por algumas como definitivo e não se esforçavam para alterar a sua situação e dar lugar a outras, que necessitavam daquele espaço de imediato, como acontecera com elas. As dirigentes, ao reflectir sobre estas questões e outras, organizaram fins de - semana de formação quer para as sindicalistas, quer para as cooperantes. Por outro lado, cada uma tinha de aprender a ser tolerante com cada uma, para aprenderem e ficarem aptas e consciencializadas. Todo este processo de formação foi-se mostrando difícil, à medida que a Cooperserdo se ia desenvolvendo e assumindo a gestão de refeitórios em cantinas de fábricas ou escolas e também o serviço de limpeza domiciliário. Era necessário incorporar rapidamente pessoas e a falta de formação social, a urgência e a falta de tempo de preparação tornou-se um problema. Os interesses individuais tendiam a sobrepor-se aos colectivos. Na senda de Licínio Lima entendemos que a educação /formação é indispensável para o desenvolvimento humano/social na modernização económica e disso tiveram consciências as fundadoras. Exige ser livre e democrático/a sem se prender por esquemas de subordinação e acomodação aos *“imperativos da modernização económica, da competitividade e da empregabilidade”*⁶⁵³. Uma formação movida por interesses individuais deixaria de ser uma educação solidária, crítica, e democrática, o que negaria os objectivos determinados pelas próprias fundadoras do SSD e da Cooperserdo.

As dirigentes decidiram ainda a elaboração de um projecto de formação, que preparasse as novas Cooperantes, no período experimental.

5. Preparação do Congresso Nacional do SSD: um momento alto de participação colectiva

A preparação do Congresso de que falamos na Parte II, cap. III impôs às activistas multiplicar os esforços, que já faziam, para cumprir o programa delineado e apresentado às associadas. Na sua aparente fragilidade, com poucos recursos económicos e com mais de 9.000 associadas no país, tinham-se de se deslocar ou esperar que fossem procuradas pelas

⁶⁵³LIMA, L. -“A Educação de Adultos em Portugal (1974- 2004)” in CANÁRIO, R. e CABRITO, B. - *Educação e Formação de Adultos - Mutações e Convergências*. 2005.p.56.

sócias para receberem a cota, que era baixa, pelo que decidiram partir para o diálogo porta a porta. Elas apostaram que a convivência delas com as colegas, ao darem a cara, levaria a que elas acreditassem na sua luta e contribuíssem para a transformação da classe.

A educação protagonizada pelas activistas estava associada à lógica de intervenção, que era típica da educação popular. Baseava-se na dinâmica de participação e de inúmeras iniciativas de auto-organização local, com autonomia e uma grande dose de criatividade. Estas iniciativas eram formativas e partiam da unidade da acção conjunta das sindicalistas e da cooperativa. Esta suportava o custo de duas ou três sindicalistas nomeadas a tempo inteiro para a mobilização na rua, em locais mais longínquos ou em zonas residenciais luxuosas, onde a empregada doméstica ainda permanecia à espera que a legislação as contemplasse sem contribuírem para tal. Pode-se considerar *numa perspectiva política e organizacional* um processo *de tipo*



Acima -Reunião da COC, na sede do SSD, em Lisboa e em baixo na delegação do Porto, fotos, XII, XIII.

*descentralizado e autónomo*⁶⁵⁴, que apostava num trabalho aparentemente secundário, invisível, descentralizado, realizado de forma completamente livre. A responsabilidade individual da activista, quer fosse dirigente ou simples delegada sindical, era considerado por todas como fundamental para a consciencialização de muitas empregadas domésticas, que num primeiro momento até se tinham inscrito no SSD, mas que depressa deixaram de comunicar e participar na luta colectiva.

Este trabalho era ainda desvalorizado pelas estruturas políticas formais, por incapacidade de articulação com a lógica da educação popular de base por parecer despropositada. No nosso ponto de vista, é um princípio formacional e operante para congregar e identificar as necessidades de formação, não na base estatística do quantitativo que busca o Estado, mas na base humanista, democrática, de cidadania. Desencadeava ao mesmo tempo uma dinâmica de interculturalidade, porque englobava mulheres originárias de Cabo Verde, Guiné, Angola, Moçambique e de diferentes aldeias do nosso país, numa educação que não era contemplada formalmente. Apesar de todos os programas pensados nos gabinetes ministeriais que ignoravam as mulheres e raparigas que permaneciam silenciadas, amedrontadas e a resistir à mudança⁶⁵⁵, este era um trabalho de conscientização, que designamos de porta a porta. A medo as colegas abriam a porta, algumas inicialmente até se tinham inscrito no SSD, mas não voltaram a aparecer. Várias razões apresentavam:

os patrões não deixam e se sabem somos despedidas. Não vale a pena pagar as cotas porque está tudo na mesma. Não tenho tempo para participar. O trabalho que faço não preciso de aprender...Vá-se embora que a minha patroa não me deixa falar com estranhos, etc. E também precisava mesmo de quem me escutasse e me ajudasse a sair desta situação.

Contribuí para consciencializar algumas, ajudá-las a sair da vergonha, do medo e a partir dos contactos dialogantes cada uma tomasse a decisão que assim entendesse. E foi o que aconteceu.

⁶⁵⁴Idem, p.37.

⁶⁵⁵Fomos nomeada activista da zona Norte, daí guardarmos na memória a importância que teve o tempo de preparação para a realização quer do Curso de Formação para empregadas domésticas e mulheres-a-dias quer o trabalho porta a porta.

5.1. Curso de formação para empregadas domésticas e mulheres-a-dias

Os temas foram preparados para oito sessões pela Lieve M., de que já falamos, durante quatro semanas, para que pudesse participar o maior número possível de trabalhadoras e em mais do que uma delegação, durante quatro fins-de-semana, em várias regiões⁶⁵⁶. A cada participante era distribuído o tema em folhas A5 dobradas, de forma a que no final das sessões cada uma tivesse uma brochura completa do Curso. O texto escrito era muito pequeno à base de perguntas e respostas, integrado com desenhos elucidativos, modelo de banda desenhada, para ilustrar o conteúdo. Os temas foram abordados sempre em diálogo, como se segue:

1. *A nossa vida é história* (cada uma na primeira sessão, podia relatar a sua história de vida);

2. *Os problemas de trabalho do Serviço Doméstico*, (nesta sessão o objectivo era dar oportunidade de falarem das dificuldades do trabalho);

3. *O nosso trabalho e o resto da nossa vida* (era uma forma de fomentar a compreensão de que há mais vida para além do trabalho, como era o caso da formação);

4. *A importância do nosso trabalho na sociedade* (suscitar a reflexão sobre a importância do seu trabalho integrado na sociedade e não só como forma de sustento);

5. *Porque se continua a viver numa sociedade que não é justa* (introduzir a linguagem recorrente nos discursos políticos, mas que tarda em se transformar em prática, onde as enormes desigualdades sociais contrariam a apregoada igualdade na sociedade);

6. *O desconhecimento do nosso próprio valor* (habitadas a conhecer o valor pelo ter e não pelo ser, pretendia-se que aprendessem a conhecer-se, a descobrir a sua identidade e a importância da própria pessoa, para não deixarem que delas abusassem e maltratassem quer patrões, quer maridos);

7. *O que temos a fazer para mudar o nosso trabalho e a nossa vida*: os valores do trabalho em cooperativa, passar da lamentação à acção, exigindo horário de trabalho e direitos sociais e na própria vida privada, quando não dispunham de tempo livre por ter de assumir, depois do trabalho fora, o trabalho doméstico e dos filhos).

⁶⁵⁶A data da Assembleia para inscrição nos cursos, que serão realizados em oito sessões, a marcar em cada zona, bairro ou delegação, 9.06.1979.

8: *No caminho para uma Sociedade mais justa* (nesta última sessão o objectivo era fazer uma síntese do percurso formativo durante as oito sessões, num esforço de transformação da mentalidade que as empregadas domésticas traziam impressa desde criança e que o próprio sistema social mantinha).

O caderno de apontamentos da CR descreve todas as reuniões realizadas, o local e o nº de presenças em cada reunião do curso. As visitas que realizou de 23 a 27 de Maio, no Sul do País, as sucessivas reuniões realizadas, numa agenda apertadíssima, com uma diversidade de acções que desencadeia e o incentivo que deu a outras colegas para assumirem o seus compromissos.

Os temas foram preparados pela Lieve M. que era da JOCF na Bélgica e que foi admitida em Assembleia-Geral de sócias da Cooperserdo como cooperadora. Uma colaboração militante muito importante para a compreensão dos problemas da classe profissional das empregadas do serviço doméstico e que algumas dirigentes recordam nas entrevistas.

Tendo como referência Correia, consideramos que o curso de formação realizado com as empregadas domésticas, não foi planeado nos gabinetes por pessoas estranhas ao próprio processo de desenvolvimento e com o objectivo de que cada uma das participantes ascendesse a outro lugar ou a outra posição social. Esta formação foi construída com trabalhadoras do Serviço Doméstico e para as trabalhadoras do Serviço Doméstico. À medida que cada tema era dialogado, num contexto de interpelação colectiva, assim cada uma era autora e produtora de formação. Parafraseando Correia, podemos afirmar que esta experiência de formação colectiva, organizada a partir da direcção do Sindicato, serviu para formar as mulheres empregadas domésticas a partir da experiência, na medida em que elas analisavam os seus contextos de vida e os estruturavam como uma realidade sociológica comum.



Comissão organizadora do Congresso (COC), Lisboa, 1979, foto, XIV.

O curso de formação é lembrado por algumas das entrevistadas como um tempo de interpelação, em que se sentiram envolvidas e que ao longo dos anos foi melhor compreendido, assimilado, quando confrontadas com obstáculos, quer no seio familiar, na educação dos filhos, quer no trabalho profissional.

O trabalho pedagógico, tal como o sindical, deve ter a preocupação de contribuir para uma funcionalidade diversificada e não somente específica. Mais do que transmitir e querer dar aos formandos uma oportunidade de utilizar os saberes proporcionados na formação, deve contribuir para se servirem da acção e da prática como uma ocasião para valorizar as suas experiências. Esta formação das empregadas domésticas deu visibilidade a um trabalho profissional exercido por mulheres.

5.2. A “matrafona” para a 1ª. Ministra Maria de Lourdes Pintasilgo

Antes da realização pública do Congresso a direcção decidiu pedir uma audiência à Primeira-Ministra Maria de Lourdes Pintasilgo, em S. Bento, e resolveram fazer uma boneca de trapos, a que deram o nome de *matrafona*, com mais de 1 metro de altura, fardada a rigor como era usual antes do 25 de Abril e no avental escreveram Código Civil 1867. Várias militantes sindicais acompanharam as dirigentes que foram recebidas, em S. Bento, pela Secretária da Ministra, Dr.ª Teresa Santa Clara Gomes, a quem simbolicamente apresentaram a *matrafona*. Segundo noticiam os Jornais,⁶⁵⁷ a Secretária do Gabinete da Primeira Ministra

⁶⁵⁷Cf. Parte II, cap. IV.

Maria de Lurdes Pintasilgo, Dr^a Teresa Santa Clara salientou: *A criatividade subjacente à escolha do símbolo que lhe foi entregue. Um meio não habitual, não burocrático, classificou antes de iniciar o diálogo a sós com a delegação, sem os jornalistas presentes. Após diálogo prolongado, prometeu falar com a Ministra Maria de Lurdes Pintasilgo para providenciar no sentido de que a legislação, tão esperada pelas empregadas domésticas fosse aprovada.*



Dirigentes e delegadas de Lisboa com a “matrafona”, foto, XV.

Esta notícia e a foto da ‘matrafona’ surgiram em destaque em todos os jornais⁶⁵⁸. Ficou em S. Bento mas depois foi devolvida à Sede do Sindicato e correu algumas delegações, para que saísse à rua em sinal de protesto. Organizaram-se, como foi o caso do Porto. Um acto público assumido pelas C.O.C., oito dias antes da Sessão pública do Congresso, que acelerou a aprovação do decreto-lei, a substituir definitivamente o Código Civil de 1867, como veio a acontecer no ano seguinte. Esta acção, tal como os inquéritos à opinião pública, que tinham realizado, foi mais um passo dado pela organização e que exigiu o desenvolvimento de tarefas que levasse a mobilização de todos os órgãos de comunicação, e dessa forma pressionar o Governo a tomar uma decisão sobre a legislação para o sector do Serviço Doméstico.

⁶⁵⁸ A CAPITAL - *Empregadas Domésticas Recebidas em São Bento - Boneca de Trapos e Farda à moda antiga foi símbolo de humilhação e submissão*, 20.10.1979; O DIÁRIO, *Criada à antiga em S. Bento*, 18.10.1979; O DIA - *Empregadas Domésticas ofereceram boneca de trapos ao Primeiro - Ministro*, 18.10.1979.

Consideramos acções formativas todas as actividades realizadas colectivamente, que exijam a opinião, o trabalho e reflexão do grupo e conduziam à mobilização e envolvimento de uma localidade, de uma classe e mais ainda a possibilidade de que todo o país e até outros países, como foi o caso, tivessem conhecimento, se solidarizassem e até aprendessem a tomar iniciativas criativas, que abalasse as estruturas poderosas insensíveis aos clamores justos do povo. Na esteira de Certeau, a tática organizada pelos que não têm espaço na sociedade são a única forma de conseguir penetrar nas estruturas dominadoras, de conseguir realizar os seus objectivos, porque surpreendem com a sua criatividade e simplicidade os espaços vigiados e reservados ao exercício institucional estabelecido⁶⁵⁹.

5.3. Sessão pública do Congresso Nacional das Trabalhadoras do Serviço Doméstico

As 16 folhas entregues na sessão pública aos participantes apresentavam todas as intervenções que iriam ser proferidas, desde as palavras de abertura até terminar, para que as delegadas ao Congresso pudessem seguir do seu lugar o que era dito e apoiar as colegas que estavam indigitadas para intervir.

No início da sessão, após as boas vindas a todas as participantes: mulheres-a-dias e empregadas domésticas e aos convidados do país e estrangeiro (todos os sindicatos filiados na CGTP ou independentes, militantes de organizações políticas e partidárias, movimentos sociais, cooperativas, o movimento da Condição Feminina, M.D.M., militantes das comunidades de base e órgãos de comunicação) foi dada uma explicação nos seguintes termos:

O nosso Congresso não começa hoje, como também não vai acabar hoje. Começou no dia 9 de Junho aquando do seu lançamento em entrevistas que realizámos em todo o país e terminará quando tivermos esgotado todas as formas de aprofundamento dos problemas que vivemos e daí sermos capazes de lhe dar solução⁶⁶⁰.

Fizeram uma retrospectiva ao que aconteceu no período entre o 25 de Abril e 25 de Novembro de 1975, a perda de terreno que lentamente, a partir dessa data, se fez sentir na acção dos trabalhadores. Consideraram o Governo da Primeira-Ministra Maria de Lourdes

⁶⁵⁹Certeau, M. - *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis, Edição Vozes, 2004, pp. 45-53.

⁶⁶⁰Cartaz do Congresso sob a sigla “*dizemos não à servidão*”.

Pintasilgo *uma espécie de luz verde*, mas em que ela própria reconheceu que o seu poder era muito limitado. Afirmaram não serem conhecidas antes do 25 de Abril de 74, daí a sua alegria por serem naquele momento *uma parcela organizada dentro do Movimento Sindical Unitário e poderem desfrutar da solidariedade de todos os trabalhadores, tanto a nível nacional como internacional*. A Comissão Organizadora do Congresso era constituída por várias comissões de: propaganda; jogo cénico; instaladora; alojamento e transportes; finanças. O Congresso foi pensado em três partes, a primeira iniciou-se com o lançamento de um inquérito de opinião pública e divulgação da luta das Empregadas Domésticas, com a realização de entrevistas à população em Julho, a segunda foi a Sessão Pública⁶⁶¹, e nos dias seguintes 29 e 30 as activistas participaram no Curso de Quadros⁶⁶².

O regulamento da Sessão Pública explicava quem eram as Congressistas, quem eram os convidados de honra e ainda quais as intervenções no Congresso. Foi dado a conhecer a finalidade do Curso e quais as intervenções a realizar nas mesmas sessões, que apenas eram abertas aos trabalhadores filiados no SSD. Referimos algumas das intervenções proferidas por elementos da Comissão Organizadora do Congresso (COC) para: *Trabalhadoras do Serviço Doméstico: sua luta ontem e hoje*⁶⁶³. Esta comunicação apresentava sucintamente a luta travada pelas activistas sindicais até àquele momento para conseguirem a adesão e mobilização das colegas, assim como o registo e aprovação dos Estatutos. Seguiu-se um *Jogo Cénico*⁶⁶⁴, dividido em três partes: a primeira com a intenção de trazer à memória ‘os momentos altos de libertação colectiva, conteúdos reivindicativos e humanos, dos trabalhadores em geral e das empregadas domésticas em particular foi intitulado: “O Dia Livre após a Noite de Pedra”’. Este jogo convidava os/as participantes para a utopia da Revolução, concebida como transformação da vida, do homem e das estruturas. Em linguagem gestual, o grupo encenava *o país que éramos após o 25 de Abril*, tendo por trás a voz de uma das participantes a proferir o texto que estava a ser representado. Na segunda parte apresentaram um diálogo numa Mesa Redonda, a falarem das pequenas/grandes conquistas que conseguiram, de como eram conhecidas e tratadas, e como se tornaram trabalhadoras do Serviço Doméstico. Utilizaram o diálogo com uma linguagem incisiva e

⁶⁶¹Sessão Pública, Lisboa, Pavilhão os Desportos. Domingo, 14 horas, 28.10.1979.

⁶⁶²Curso de Quadros, 29 e 30 Outubro de 1979. Em acta realizada a 5.11.79, a direcção propõe 24/25 de Novembro para a COC reunir para preparar o Encontro Nacional de Empregadas Domésticas a 8 e 9 de Dezembro 79.

⁶⁶³Texto proferido por Celeste Vieira.

⁶⁶⁴O Jogo Cénico foi concebido pela C.O.C. e representado por delegadas sindicais.

sentida, tipo jogral, para apresentarem o trabalho Sindical e como o realizaram, para que se desse a mudança pessoal e profissional. Por último, com o título *Rumo ao Futuro*⁶⁶⁵, falaram das lutas que tinham ainda de realizar, não só dentro da sua classe, mas também o contributo que lhes era exigido, ao constatarem o que ainda acontecia no país e no mundo. Chamavam a atenção para algumas alternativas, necessárias para repensar a mudança e para reabilitar as palavras que consideraram inflacionadas. Para solidificar a democracia, o discurso político tinha de ser traduzido numa luta dinâmica e num acto de amor. *Hoje e aqui, amanhã e neste país, na Europa, América, África e Ásia, no mundo inteiro e em cada um de nós.*

Outra das intervenções apresentadas aos Congressistas com o título *A reconversão da classe*, explicava a razão porque constituíram a Coopserdo como alternativa ao trabalho doméstico e o modo como se organizaram. Falaram da experiência dos últimos meses, que antecederam o Congresso, e a capacidade que demonstraram com abertura de creche, refeitórios, lavandarias e serviço ao domicílio. Dessa forma explicaram o que entendiam por *reconversão da classe*.

A última intervenção intitulada *Aprovação da Lei de Base para o Serviço Doméstico*⁶⁶⁶, foi a descrição sintetizada da legislação, desde o Código de 1867 até aquele momento, em que exigiam a aprovação da portaria, que lhes garantisse os mesmos direitos dos restantes trabalhadores.

Estas foram algumas das intervenções programadas, que conseguimos recolher, seguindo-se várias intervenções livres, das congressistas devidamente inscritas, que animaram o Congresso, pela sua espontaneidade, como refere uma das dirigentes que entrevistámos⁶⁶⁷. No Congresso participaram mais de três mil pessoas entre associadas e convidados, foi noticiado em vários jornais, tendo estado presente a Doutora Teresa Vasconcelos, membro do Gabinete da Primeira Ministra do V. Governo Constitucional a quem foi dirigida uma saudação especial pela Presidente em nome da COC e de todas as trabalhadoras do Serviço Doméstico. Destacamos na saudação a congratulação das congressistas com a sua presença pelo “*significado do interesse do actual Governo em nos ouvir em tudo o que constitui as nossas lutas e aspirações*”. *Estamos certas que o Governo não ficará em gestos simbólicos mas tudo fará para que as reivindicações deste Congresso sejam em breve uma realidade.* Pedem para que transmita à senhora Primeiro Ministro “*o nosso voto de confiança de que não*

⁶⁶⁵ Apresentada por um elemento da mesa da C.O.C.

⁶⁶⁶ Proferida por um outro elemento da mesa da C.O.C.

⁶⁶⁷ Entrevista da Glória Pereira, de Aveiro. Anexo A, nº 8, p.3.

deixará passar os cem dias de Governo sem fazer publicar uma legislação que enterrando de uma vez para sempre a vergonhosa legislação de 1867 garanta a defesa das empregadas domésticas e mulher-a-dias”.

Os meios de comunicação que tinham anunciado anteriormente o Congresso estiveram presentes fazendo grandes reportagens do acontecimento⁶⁶⁸. As resoluções tomadas no Congresso surgiram em diversos jornais nacionais e estrangeiros. As associadas que participaram ganharam novo ânimo. A preocupação com a aprovação do CCT, que continuava nas gavetas do Ministério do Trabalho, levou as sindicalistas a pensarem numa forma original de chamarem a atenção dos órgãos de informação e consequentemente dos órgãos governamentais. A sessão pública do Congresso deu possibilidade a todas as associadas, em especial às que nele se envolveram a tempo inteiro, de confirmarem a sua capacidade para organizar um evento como é um Congresso, para comunicar com o público e levarem muitas colegas, pela primeira vez, a envolverem-se e conhecerem a acção do Sindicato e como funcionava a Cooperserdo.

A Sessão Pública e a ida ao Palácio de S. Bento foram dois actos decisivos na luta das sindicalistas. Como verificamos não foi de um dia para o outro que elas conseguiram as regalias sociais, já adquiridas pelos restantes trabalhadores após o 25 de Abril. Foi passado mais de cinco anos! Um tempo longo de persistência e acção, feito por mulheres de que a História não fala, mas que deixaram a sua marca, pela capacidade de resistência, sinal essencial para mudar o rumo da sua história.



Dirigentes e delegadas do Porto, foto, XV.

⁶⁶⁸O JORNAL - *Serviço Doméstico em Congresso - Igualdade com os outros Trabalhadores do País*, Albertino Antunes, 31.10.79; JORNAL AVANTE - *I Congresso do Serviço Doméstico. Um amplo sector do trabalho em luta por direitos de todos os trabalhadores*, 31.10.79; BOLETIN FLASH - FLASH - *Considération mondiale du travail*, n°118, 15 Novembre, 1979, Belgique.

O fundamental de toda esta acção sindical, para além dos resultados alcançados, foi neste processo o papel desempenhado pelos formadores/formadoras, militantes que colaboraram com o Sindicato nesta experiência formativa. Mais do que as competências adquiridas pelas sindicalistas destacamos o papel desempenhado pelos formadores/formadoras em todas as experiências formativas das sindicalistas e cooperadoras, em que funcionaram como “parteira” que ajuda a nascer, a formar. Não substituíram em nenhum momento o trabalho individual e colectivo, de que as empregadas domésticas eram as protagonistas, respeitando que só a elas competia fazer nascer e desenvolver. O seu trabalho ajudou à tomada de consciência de que não era suficiente ter pensado em ter um Sindicato que as defendesse. Era preciso mais do que isso. As dirigentes tinham que conceber, preparar, idealizar, sonhar e transportar dentro de si não uma ideia, mas uma realidade que crescia. E para crescer precisavam de trabalho, estudo, preparação, acção, organização e formação para si e para as outras. *Depois deram-me uma oportunidade de crescer, de pôr as minhas ideias, não só crescer mas ajudar as outras pessoas a crescer*⁶⁶⁹.

*Para nós trabalhadores estar ao serviço dos trabalhadores, é uma coisa muito linda, que nos tornou muito felizes e muito realizadas. Foi uma coisa maravilhosa, nós trabalhadoras domésticas ter a capacidade de ver mais longe, a organização estava acima da nossa cultura, uma outra relação entre os trabalhadores. Isto foi uma consciencialização*⁶⁷⁰.

Esta experiência de formação veio revelar, de uma outra forma vários factos importantes neste processo de formação não formal: o papel do formador, a definição do projecto político e dos objectivos a atingir, a força da convicção. O formador aparece como fundamental ao apontar para as finalidades – a construção de uma sociedade mais justa, cooperante e participativa e não apenas em ajustar respostas funcionais a problemas pontuais. Os formadores aparecem como elementos que estruturam esquemas de participação e criam o desejo de formação, deixando aos formandos as tomadas de decisão, as soluções concretas para a realizarem. Estão em segundo plano mas o seu papel é decisivo para a qualidade dos processos. A definição do projecto (neste caso sindical) e seus objectivos não é um dado à priori mas os resultados de um crescimento colectivo, na interacção com as transformações

⁶⁶⁹Entrevista a Helena Freitas, Anexo: A, nº10, p.4.

⁶⁷⁰Entrevista a Glória, Anexo: A, nº. 8, p.4.

gerais da sociedade. De acordo com Felgueiras⁶⁷¹, a convicção que animava estas dirigentes fundadoras do SSD era a força que as levava a superar todas as dificuldades, limitações pessoais e sociais. Convicção que provocava adesão alicerçada numa experiência de vida espinhosa, num conjunto de crenças religiosas e políticas, que consubstanciavam uma utopia social e iluminava o projecto sindical. Neste contexto, a formação que não conduzisse ao crescimento pessoal do grupo ou da comunidade era uma formação nublada, que não reforçava a luta nem caminhava em direcção à felicidade social almejada. Esta formação em contexto não formal foi capaz de consciencializar e tornar autónomas tantas mulheres, contribuindo para uma mudança radical de muitas delas.

Neste sentido, a formação produzida questiona as concepções de formação profissional e de educação de adultos, do passado e do presente. No pós 2ª Guerra Mundial e mesmo nos finais dos anos 70, a crise económica, segundo Correia, não trouxe grandes mudanças ao modelo de formação em relação ao trabalho. Só era considerado problemático se quando aplicado não assegurava na prática a rentabilidade esperada dos recursos preexistentes. Daí considerava-se que a experiência profissional era uma *aplicação cognitiva e instrumental da formação profissional em que o autor da prática é uma entidade difusa que raramente coincide com aquele que pratica*⁶⁷². Ora neste momento, do ponto de vista do paradigma de rentabilidade, a participação do formando e o investimento da sua experiência pessoal parecem ser elementos importantes para a tomada de consciência da necessidade da formação.

5.4. Curso de Quadros

O Curso de Quadros foi o último acto definido pela Comissão Organizadora do Congresso (COC) para activistas e realizou-se a 8 e 9 de Dezembro de 1979. A partir da participação no Curso, as associadas mais activas designadas *activistas* mantiveram-se unidas às dirigentes, para prosseguir a acção sindical.

Algumas das dirigentes estavam muito sobrecarregadas e sentiam-se mesmo demasiado exaustas. O desenvolvimento cognitivo que obtiveram era fruto de muito estudo,

⁶⁷¹ Felgueiras, Margarida Louro. “O poder da crença em Educação”, in Jorge, Vítor Oliveira ; Macedo, Costa Crenças, religiões e poderes: dos indivíduos às sociabilidades. Porto, Afrontamento, 2008, pp. 101-108.

⁶⁷² CORREIA, J. A. – “ A Formação da Experiência e a Experiência da Formação”. in CANÁRIO, R. e CABRITO, B.(org.) - *Educação e Formação de Adultos - Mutações e Convergências*. Lisboa, Educa, 2005, p. 63.

responsabilidade. Era preciso não deixar morrer a criança que tinham gerado. Baseadas no artº74 dos Estatutos, que já tinham aprofundado no Curso de Férias, queriam discutir e clarificar qual era o *papel da activista livre como elemento adjunto da direcção, para dinamizar a vida sindical no país*⁶⁷³. Foi à volta desta questão que sintetizaram, em jeito de conclusão, seis pontos que ficaram redigidos em acta para conhecimento das associadas, como balanço final do Congresso:

1º. Após o 25 de Abril sentirem-se livres para reivindicarem; 2º. Mesmo quando exigem os seus direitos sentiram-se mais respeitadas pelos patrões; 3º. Mesmo sem ainda estar regulamentado o Serviço Doméstico conseguem que muitos patrões já paguem o subsídio de férias e de Natal; 4º. Reconhecem não serem tão exploradas, apesar de ainda não receberem o salário mínimo igual aos outros trabalhadores; 5º. A acção do Sindicato tem conseguido que os patrões indemnizem as trabalhadoras quando são despedidas sem justa causa; 6º. Reconhecem a importância da criação da Cooperserdo, por descobrirem a sua capacidade de organização, de direcção e controlo o que lhes permitirá a reconversão da sua profissão.

A grande questão continuava a ser a falta de legislação, já apreciada por sucessivos governos, mas não promulgada. Na acta reconheceram a debilidade da classe e apontaram algumas razões: *1. A situação económica, social e cultural em que vivem muitas mulheres sobrecarregadas com tarefas duplas; 2. Ser uma profissão estigmatizada; muitas trabalhavam esgotadas e algumas até doentes.*

Identificaram ainda o estigma de muitas em aceitar a profissão por o verem como um trabalho de segunda classe, *A falta de informação devido ao analfabetismo; A opressão das ideias da classe burguesa onde trabalham; Sem horário de trabalho, com fracos recursos.*

O isolamento quer na casa dos patrões quer nos bairros pobres onde habitavam era o resultado da sua origem rural. E também, a convivência com as patroas burguesas influenciavam a sua leitura de vida e do mundo o que as impossibilitava de compreender a causa da sua situação. Pelos motivos atrás apontados fazem um alerta mútuo contra: *O perigo da imitação dos costumes burgueses, opressão, exploração, porque a imitação que não liberta, não conduz à sociedade nova por que aspiram.*

⁶⁷³ *Folha da Delegada*, (em papel-A4, dobrado), nº1, Nov. e nº2 Dez., 1978.



Plenário do Curso de quadros, Lisboa, Novembro de 1979, foto, XVII.

Para que tal não acontecesse voltaram a lembrar que era preciso destruir as barreiras que as separavam umas das outras e dos restantes trabalhadores, para encontrarem saídas que conduzissem ao desaparecimento do trabalho doméstico, tal como ainda o era naquela época. A terceira parte do documento apresenta as decisões que encaravam para saírem vitoriosas da luta porque enveredaram. Salientavam ser indispensável *Organização* para desenvolver uma acção entre as colegas e todas conseguirem a libertação, porque a luta não deve ser só das dirigentes mas de todas as trabalhadoras. A *Formação de acordo com os valores da nossa classe, sem imitação dos falsos valores da burguesia* é outro compromisso que tomam, dando atenção aos tempos livres com actividades *de leituras, cursos, teatro e filmes que eduquem*. Comprometeram-se a organizar cursos para formação de responsáveis sindicais delegadas e dirigentes; destacaram ainda a informação através de reuniões, do boletim, outras publicações como folhas, programas de rádio e TV, que tratassem assuntos que lhes dissessem respeito. Aludiram à *solidariedade* com outros Sindicatos, quer nacionais quer estrangeiros, sobretudo os da mesma actividade profissional. *Será favorecida a luta da libertação em que estamos empenhadas e contribuirá para a libertação dos restantes trabalhadores.*

Decidiram dialogar com outros Sindicatos, para que mandassem cartas para o Ministério do Trabalho para forçar a aprovação da Lei, para regularizar a sua prestação de trabalho. Lembraram, finalmente, a importância de participarem em Cursos de Formação cooperativos para melhor estarem preparadas para corresponder às exigências da Cooperserdo⁶⁷⁴.

⁶⁷⁴Acta das Conclusões do *Curso de Quadros Sindicais das Trabalhadoras do Serviço Doméstico*, 8 / 9 Dezembro 1979.

Este documento de arquivo reforça a preocupação que as sindicalistas e cooperadoras davam à sua formação e das colegas. Confirma o que Florentino Fernandez considera que “o público que participa é o sector da população adulta que mais sabe (...) a satisfação da aprendizagem não só não paralisa a necessidade de aprender como a acelera”⁶⁷⁵. A diferença entre a maioria das empregadas domésticas e as que lideraram o processo da construção do Sindicato e da Cooperserdo foi que estas últimas sentiram necessidade de mais formação à medida que iam aprendendo, apercebendo-se do quanto ainda tinham para aprender. O objectivo destas sindicalistas não era ascender profissionalmente, como acontece no campo profissional em que os trabalhadores querem competir e subir de escalão. Esse é também o modelo do Estado, que mesmo quando oferece formação é uma formação mercantil, um modelo de formação economicista a que é dada imensa visibilidade. No plano estatístico interessa a quantidade e geralmente é nessa base que acontece a educação formal. As mulheres que inicialmente geriram o SSD e a Cooperserdo, adquiriram uma formação de transformação, de identificação pessoal e colectiva, com características interculturais. A sua formação permaneceu invisível socialmente. O modelo formativo adoptado assentou na *informalidade* e no *não formal* e pretendia ser transformador.

O discurso do “bem comum”, valor universal de que falava João XXIII nos anos 60 e que apontava para o “bem-estar” colectivo, foi assumido por estas mulheres católicas ou não. Nesse sentido, a formação no SSD afasta-se da lógica da educação de adultos subordinada à realização individual no mercado competitivo. Se em termos evolutivos poderemos afirmar que a Educação de Adultos que foi positiva pela importância que teve na vida pessoal e social, conquistando com isso um estatuto formal, ao mesmo tempo não adquiriu o estatuto de instituição social autónoma. Assim ficou submetida a uma lógica competitiva, mercantil, em que a aprendizagem se integra não como um fim para conseguir um emprego ou ascensão social, como uma ocupação para desempregados e desadaptados. Ao analisar os processos formativos desencadeados no SSD sentimos que eles questionam a Educação de Adultos formal, pela radicalidade que coloca na participação, na iniciativa individual, na conscientização.

⁶⁷⁵FERNANDEZ, Florentino – “Modelos Actuais de Educação de pessoas Adultas” in CANÁRIO, R. e CABRITO, B. – *Educação e Formação de Adultos -Mutações e Convergências*, Lisboa. Educa, 2005, p. 90.



Encontro de activistas sindicais, na sala emprestada pelo Sindicato do Comércio, no Porto, após a separação do SSD da Cooperserdo à (esquerda) e na sala do Sindicato dos Gráficos, em Aveiro (à direita), em 1981, fotos, XVIII, XIX.

Como participante activa que fomos no processo de Educação de Adultos no SSD procuramos ter presente estas características. Como a História não se repete tal como a história de vida de cada pessoa e de cada colectividade, dela devemos compreender os processos, as razões e as decisões que se materializaram em actos, de que guardamos a memória. O tempo de guardamos a memória não é o tempo de hoje. Recordá-lo e analisá-lo é aprender a olhar e a escutar o mundo para não repetir erros do passado, nem cair na imitação de outras épocas. O conhecimento do passado pode ajudar-nos a ultrapassar as fronteiras do narrado e aprendido, para aprender de novo a organizar não de fora para dentro, mas de dentro para fora, numa articulação entre a dimensão individual e colectiva. A avaliação feita pelo colectivo das protagonistas envolvidas é reconhecida pelos efeitos qualitativos produzidos. É uma educação de adultos, que contribuiu e contribui para a ecologia universal em que tínhamos e temos obrigação de participar como humanidade.

6. A importância de formação permanente: o 1º Encontro Nacional de Empregadas Domésticas

As novas dirigentes e as activistas realizaram o primeiro Encontro Nacional de Empregadas Domésticas, em Outubro de 1982. Formar quadros sindicais foi uma tarefa que tinha como objectivo a consolidação do Sindicato e a preparação de novas dirigentes e delegadas sindicais, para substituir as que já estavam a assumir responsabilidades há bastantes anos e se sentiam esgotadas. Era preciso dar oportunidade a outras colegas e para isso era importante promover um Encontro Nacional de Empregadas Domésticas para ganharem ânimo, aceitarem assumir responsabilidades e continuarem unidas como força mobilizadora comprometida.



Encontro Nacional de Empregadas Domésticas, em Lisboa, 1981, foto, XX.

Segundo escreve o Jornal “Luta do Povo”, um dos aspectos mais importante do Encontro Nacional das Trabalhadoras Domésticas *era o avanço das pessoas (...) uma tomada de consciência da sua situação e a capacidade de intervenção que tiveram.*

O Encontro aprovou uma resolução com cerca de 16 pontos, referentes ao Decreto –Lei de 508/80 que entenderam ter de ser alterado. Segundo indica o mesmo jornal eram cerca de 70 mil as empregadas domésticas naquela data. Reconhecem que a situação melhorou substancialmente, sentindo que a “imagem da criada para todo o serviço levou uma forte machadada com o 25 de Abril, (...) apesar das diferenças sensíveis verificadas, não são ainda consideradas como trabalhadoras de corpo inteiro”⁶⁷⁶.

6.1. Sem formação/educação não há desenvolvimento sustentável

A profissão de empregadas domésticas não foi extinta, mas as condições de exercício mudaram, em consequência das transformações da sociedade portuguesa, como já tinha acontecido em outros países na Europa. De facto desapareceu a criada de servir e também desapareceu a senhora patroa, que dedicava o seu tempo a lamentar-se das suas criadas no cabeleireiro, na hora do chá, assim como em festas que realizavam e participavam. Uma e outra desapareceram, porque novas condições de vida impuseram a mudança de mentalidade.

⁶⁷⁶ JORNAL “LUTA DO POVO”- *Encontro Nacional de Empregadas Domésticas. Mulheres dizem não à servidão*”, 20.10.1982.

Poderemos também dizer que a necessidade de escolas para a formação de empregadas domésticas e a sua formação contínua era e ainda hoje seriam importantes, como o é para qualquer outra profissão. Também o seria para empregadores, que por vezes possuíam muitos bens, mas também não possuíam cultura nem sequer competências humanas básicas para dialogar com as empregadas. A visão sobre a empregada doméstica e o modo como eram tratadas também pode ser analisado pelo grau de cultura que possuíam as pessoas que contratavam as criadas. Poderemos lamentar o passado, a perda de regalias, de valores, mas também temos de admitir que Portugal mudou e ainda que as assimetrias entre ricos e pobres, entre governantes e governados, entre patrões e empregadas se mantenham, não são comparáveis nem na forma nem no conteúdo ao que eram no passado. Sobretudo a mulher ganhou reconhecimento no espaço público e a nível intelectual, o que alterou também a compreensão para com outras mulheres, de estatutos sociais diferentes e a relação com os homens, que passou da subalternidade à competitividade.

Pelas várias entrevistas concedidas já em 1973 e nos anos seguintes ao 25 de Abril, já citados na Parte II, é notória a grande preocupação do Sindicato do Serviço Doméstico pela formação profissional, cultural como meio para a emancipação das empregadas domésticas⁶⁷⁷. Para tal mudança começaram por exigir serem reconhecidas como “empregadas domésticas”, deixando de ser apelidadas e tratadas por criadas, sopeiras, serviçais. O desenvolvimento cultural de muitas mulheres gerou também respeito mútuo entre patroas e empregadas. As patroas, encerradas em grandes palacetes, tinham ao seu serviço a “*criadagem*” mas eram, simultaneamente, consideradas pelos os seus maridos seres inferiores como mencionam DUBY e Perrot.

⁶⁷⁷ Texto enviado por “TELEX” - *Empregadas domésticas lutam pela sua emancipação*, 12.1.77. Neste Jornal surgem as fotos de três dirigentes, numa longa reportagem donde extraímos as seguintes frases, da Presidente, Conceição Ramos, que diz “*a dada altura entendeu a direcção do Sindicato que se tornava necessário reverter a classe, abrindo novos postos de trabalho, dentro de uma perspectiva de trabalho colectivo e dirigido para quem precise, colocando estes trabalhadores ao serviço de outros trabalhadores e não ao serviço de uma classe privilegiada e exploradora*”; A secretária, Helena Pereira declara: *lutamos pela Regulamentação de Trabalho para que as empregadas domésticas não possam, nunca mais, vir a ser despedidas estando grávidas de 7 meses*. E Conceição Faria, Vice-Presidente acrescenta: *não podemos tolerar que ainda nos digam: tenho uma criada há 28 anos; e agora com o 25 de Abril é que me vem pedir férias*.



Participantes do Curso de Formação de Dirigentes e Delegadas sindicais na Delegação do Porto em 1981, foto, XXI.

A mudança social, em Portugal com o 25 de Abril, contribuiu para a mudança das empregadas domésticas, não em relação ao tipo de trabalho, mas quanto às condições de trabalho e à sua mentalidade. É na intersecção das medidas subjectivas com as objectivas que se gera a noção de competência⁶⁷⁸.

Formadores/as prepararam o conteúdo dos cursos que realizaram especificamente para as empregadas domésticas, atendendo às lacunas de conhecimentos que manifestavam à medida que iam enfrentando as exigências da constituição de um Sindicato e de uma Cooperativa. Foi uma formação preparada e intensa, feita na continuação da formação que iam adquirindo durante a trajectória que realizavam dia a dia, momento a momento, com as dificuldades com que se deparavam. Elas tinham de recorrer a pessoas preparadas cultural e sindicalmente para as orientar e explicar temas para que produzissem os textos de intervenções públicas e documentos oficiais para os respectivos órgãos governamentais, de acordo com os assuntos a tratar. Este processo formativo das empregadas domésticas foi um modelo educativo constituído por argumentação, comunicação e percurso formativo colectivo, segundo a sugestão de Correia quando aponta como alternativa o paradigma da complexificação. Educar para a democracia, de que falam alguns autores, na esteira de Paulo Freire, tem de ser uma teoria acompanhada de uma praxis, em que todas/todos participam, têm voz e opinião. É encontrar um novo olhar sobre a educação, um olhar global, uma nova maneira de ser e estar no mundo, um modo de pensar a partir da vida quotidiana, que procura sentido em cada momento, em cada acção, que pensa a prática em cada momento evitando a *burocratização do olhar e do comportamento*⁶⁷⁹.

⁶⁷⁸ MINET, F. et al. – «Les compétences au Cœur de la gestion des ressources humaines» in *La compétence, Mythe, Construction ou réalité*, Paris, Editions l'Harmattan, 1994, p. 16.

⁶⁷⁹ GADOTTI, Moacir e ROMÃO (org.) – *Educação de Jovens e Adultos – teoria, prática e proposta*. IPF. Cortez, 1997, p.65.

As várias actas aprovadas e assinadas pelas sindicalistas, ao elaborarem o plano anual de actividades, a realização de cursos formativos ou eventos culturais, revelam que era uma tarefa em que a maior parte das vezes, após a discussão, havia opiniões divergentes sobre o mesmo assunto, mas todas tinham oportunidade de argumentar e defender o seu ponto de vista. A decisão final era encontrada após a votação de cada cooperadora e da contagem dos votos.

A parte cultural era fundamental. Convidavam frequentemente as colegas a participarem em actividades culturais, como por exemplo a passagem e discussão de filmes: sobre: “*o povo Chileno, Greve e Ocupação*”, o “*Camarada*” e muitos outros que a Direcção Geral de Educação Permanente (DGEP) emprestava. Estes eram exibidos nas instalações do Sindicato e debatidos por todas, para além das que frequentavam os Cursos de Alfabetização. Uma aprendizagem importante, porque ao ver, escutar e debater as experiências de outros/as trabalhadores/as e povos, compreendiam melhor o que fazer e como fazer no contexto português daquela época, segundo a capacidade e possibilidade de cada uma.

A nossa experiência de vida e de trabalho no terreno, as entrevistas que realizámos juntamente com as conversas informais com algumas das entrevistadas, que já conhecíamos e com quem tínhamos trabalhado deu-nos uma compreensão sobre a diferença que se operou entre a Cooperserdo inicial e a Coopberço a partir de 1983.

A análise aos livros de actas dos últimos anos da Coopberço mostra uma alteração profunda no funcionamento da mesma. O que confirma o referido por Ana M. Braga da Cruz, ao tentar entrevistar a direcção da Coopberço, sem sucesso, por lhe ter sido dificultado. Os objectivos definidos nos Estatutos foram limitados ao funcionamento de um serviço educativo⁶⁸⁰ (Creche - Jardim de Infância), sem mobilidade social, sem formação contínua dos membros da Cooperativa, a funcionar sem equipa, sem diálogo, sem divisão de tarefas, sem participação de todas as “cooperadoras”. Estas tornaram-se funcionárias como em qualquer empresa ou IPSS, em que um dos elementos iniciadores se manteve não como coordenadora, mas como a entidade matriarcal, abandonando os princípios que orientavam o Sindicato e a Cooperativa inicial⁶⁸¹.

As acções e programas de actividade da Cooperativa eram sobretudo pensados e propostas por um elemento da Direcção. A motivação e implicação de todo o grupo

⁶⁸⁰Referimo-nos à Coopberço na Sede, no Porto.

⁶⁸¹BRAGA DA CRUZ, ANA M. – *Urdir a Teia, Tecer a Vida*. Cadernos da Condição Feminina, Lisboa, 1991, p. 44.

relativamente ao ideal cooperativo eram difíceis e não existiam muitas acções visando estes pontos. A direcção (sobretudo um dos elementos) assumia um papel fortemente directivo. Em todo o processo formativo inicial e todas as aprendizagens feitas durante os anos em que foram redigidos os Estatutos e seguintes, as responsabilidades de gestão, organização e funcionamento eram partilhadas (1974/1983) realizavam-se campanhas as de Alfabetização, assim como encontros formativos e a participação em actividades culturais promovidas por outras organizações. Pelo menos no Porto que continuava a ser Sede não continuaram, ao contrário por exemplo do que aconteceu em Évora, como relata na entrevista a Inácia. O desenvolvimento educativo contribuí para o sucesso de uma Instituição de carácter social e político, quando todos os elementos têm acesso à formação, têm oportunidade de serem criativos, quando os/as eleitos/as aprendem e praticam o cargo que lhe foi atribuído na Cooperativa, garantindo e promovendo essa participação. Não se pode confundir os objectivos do trabalho cooperativo com o trabalho de uma empresa. A gestão da Cooperativa deve ser exercida para que todos/as cooperadores/as trabalhem afincadamente para dela tirar a mais valia a distribuir equitativamente por todos os elementos. Este é um dos princípios do Cooperativismo, definido por António Sérgio. Uma Cooperativa não pode funcionar se todos os elementos não conhecerem muito bem os Estatutos e lhe não for dada uma formação adequada e permanente. Há que haver consciência que o/a Presidente desempenha uma determinada função, mas as decisões têm de ser aceites por todas as cooperadoras. Infelizmente, acontece muitas vezes no seio das cooperativas, sindicatos, associações, tal como surge nos órgãos governamentais, ainda que eleitos democraticamente, funcionarem segundo o modelo de uma empresa. A Coopserdo aproximadamente até 1983 funcionou num apoio ao Sindicato e todos/as cooperadoras eram empregadas domésticas sindicalizadas. Esta era a razão porque era uma cooperativa exclusivamente de mulheres; se houvesse homens sindicalizados a exercerem serviços em casas particulares, podiam ser admitidos. A partir da 1983 só temos como fonte a entrevista feita à presidente Direcção, já reformada. Ela relatou como foi adquirida a casa onde ficou a funcionar a Coopberço, no Porto, por ter sido demolido o prédio emprestado pelo proprietário entre 1975 e 1983⁶⁸². Tivemos acesso às alterações dos Estatutos, segundo o Código Cooperativo (em 1982) em que verificamos que a formação das cooperadoras está consignada. Do mesmo modo aquando da alteração dos Estatutos de Coopserdo para Coopberço a cláusula manteve-se. Tivemos conhecimento que

⁶⁸²Imprecisão na data, pela entrevistada, que parece não ter uma ideia clara do processo.

as cooperadoras em Évora participavam em acções formativas para as “Instituições Privadas de Solidariedade Social”(IPSS). Não tivemos possibilidade de conhecer a participação em qualquer actividade formativa das cooperadoras da Coopberço, no Porto. Verificamos imensos convites para participação, ainda no envelope em que foi enviado pelo correio. Ainda tentamos saber a razão, da não participação em acções formativas, mas apenas foi-nos indicado pela Presidente da Direcção, a Gracinda, que “*elas não queriam*”. Pelo que observamos tudo indica que nem sequer chegavam a ter conhecimento. Em formação se não há preparação e participação efectiva não há crescimento sustentável⁶⁸³. Sem uma relação dialógica entre as cooperadoras e uma aprendizagem colectiva, corre-se o risco de transformar-se uma cooperativa numa empresa com fins lucrativos. Um único corpo que decide, sem escutar os outros membros, que quer protagonismo e não valoriza o trabalho e a palavra dos outros membros cooperadores. A educação/formação permanente é fulcral para assegurar a continuidade de qualquer empreendimento democrático. É no espaço formativo que um grupo, colectividade aprende a gerir, avançar, analisar e ganha força para prosseguir a luta por uma sociedade diferente e inclusiva.

7.O bem comum para todas

O “bem comum” de que falava o Papa João XXIII, na Encíclica *Mater et Magistra* nos anos 60 do séc. XX e que foi reforçado no Concílio Vaticano II estava interiorizado nas empregadas domésticas, que eram militantes da JOCF e LOCF e em algumas daquelas que com elas iniciaram o processo de fundarem o SSD e a Coopserdo. Progressivamente trabalharam no sentido de manterem esse valor intacto. Todo o trabalho e formação em que participaram e promoveram tinha como objectivo melhorar a qualidade e condições de vida de cada uma e de todas as empregadas domésticas.

Na base de dados das associadas do SSD que organizamos aferimos a diminuição da inscrição de empregadas domésticas internas a partir de 1978. Atribuímos a diminuição das empregadas domésticas que viviam em casa dos patrões, à consciencialização adquirida pelas mesmas de que não podiam continuar a admitir trabalhar e viverem nas casas das patroas, sem ter vida própria. A exigência para continuar a exercer a mesma profissão, de um contracto de

⁶⁸³O tema sustentabilidade iniciou-se na economia. Foi inserido no campo da educação e na ecopedagogia (uma pedagogia que se dirige a todos os habitantes do planeta).

trabalho, a exemplo de outros trabalhadores/as, veio alterar os hábitos sociais e deu aso a muitos despedimentos. Este foi o grande passo dado na profissão das empregadas domésticas, cujo percurso de luta se iniciou muito antes do 25 de Abril de 1974, mas que se prolongou por mais de uma década de luta e deixou raízes. A situação política do país, a emigração, melhoria das condições de vida dos camponeses e a diminuição das famílias mais numerosas, devido aos conhecimentos informais adquiridos com o acesso aos médias, aos métodos contraceptivos e ao Serviço Nacional de Saúde e a todo o desenvolvimento que o país teve nos anos seguintes ao 25 de Abril também contribuiu para a mudança do estilo de vida das famílias portuguesas de todas as classes sociais. Por outro lado, a falta de raparigas que aceitassem essa situação de trabalho contribuiu para as famílias ricas, que tinham várias empregadas domésticas internas, se adaptarem a não terem ao seu serviço a conhecida “*criadagem*”, não só em Portugal como noutros países, como é o caso do Brasil⁶⁸⁴, e admitirem trabalhadoras externas para os serviços domésticos indispensáveis.

O trabalho desenvolvido para a instituição do SSD contribuiu, de certa forma, para a constituição do SLED. Se considerarmos que as empregadas domésticas formadas na OPFC estavam formatadas para servir, para viverem na casa dos patrões com os princípios religiosos que tinham na própria instituição da Obra de Sta.Zita, cuja opção de entrega a Deus passava pela sujeição aos/as patrões/patroas, o confronto com o trabalho do SSD levou também a uma mudança do seu pensamento e beneficiaram do estatuto profissional de empregada doméstica, com legislação própria.

A mentalidade muito pouco esclarecida, com muito pouca ou nenhuma escolaridade e de total submissão, nem sempre era favorável às patroas que as contratavam, pois muitas acabavam por prevaricar como reacção e fuga à falta de liberdade e de preparação para enfrentar os obstáculos humanos, que viviam no dia a dia e a falta de conhecimentos básicos de si próprias. O atrofamento das muitas empregadas domésticas internas era provocado pela falta de preparação formal, ou outra, pelo que a instituição dos Sindicatos contribuiu para uma aproximação das trabalhadoras. O que levou à realização de encontros de discussão política e social, de escuta dos noticiários, do desejo de aprenderem a ler e escrever, de convívio. Nessa medida manifestavam-se, quer fossem lideradas por colegas esclarecidas e motivadas para aprenderem, quer mesmo continuando ligadas à Obra, mas com perspectivas reivindicativas. Recordamos as palavras de uma religiosa, recepcionista na Casa Mãe da Obra de Sta Zita, em

⁶⁸⁴ Entrevistas que realizamos a empregadas domésticas de vários Estados do Brasil, presentes no IX Congresso das Empregadas Domésticas, em 2006.

Lisboa: “*hoje não há criadas elas não querem, preferem outros trabalhos*”. A profissão de empregada doméstica não foi extinta como previam e como acontece cada vez mais no mundo operário. Mas tal como as operárias, as empregadas domésticas precisam e precisaram de adquirir mais formação, tanto a nível humano, social e político. O SSD não terminou, uma vez que foi integrado no Sindicato dos Trabalhadores da Vigilância, Porteiros, Domésticas e Serviços Diversos (STAD). O que deve ter terminado foi a possibilidade de adquirir formação, como aconteceu no SSD. Não basta conhecer e defender os direitos de trabalhadores/as assalariados/as. É necessário corresponder às exigências da época actual e as profissionais do serviço doméstico devem adquirir novas competências para o exercício da sua profissão, porque no século XXI continua a ser importante a prestação de serviços domésticos.

Algumas das associadas⁶⁸⁵ continuaram a estudar, concluíram o nono de escolaridade e frequentaram cursos de cozinha, de geriatria ou auxiliar de educação, conseguindo trabalhar em creches e jardins-de-infância ou Lares de Idosos. Outras cuidam, em casas particulares de idosos ou exercem outros serviços domésticos, como uma oportunidade de trabalho alternativo ao trabalho nas fábricas, muitas delas encerradas. Terminou uma experiência de direcção exclusivamente feminina no seio do sindicalismo radical. Com esta tese pretendemos recuperar a memória dessa experiência, também ela ainda hoje plena de sentido formativo para todas as mulheres, pela afirmação e empoderamento que atingiram, ao serviço do bem comum.

⁶⁸⁵ Informação recolhida no diálogo com algumas das entrevistadas em conversas informais.

Parte IV

Conclusões

No desembocar desta estrada que nos conduziu de 1876 até à fusão do Sindicato do Serviço Doméstico em 1990, torna-se necessário rever o trajecto, recordar as questões de partida, avaliar o que alcançamos e delinear novos percursos.

Ao facto social da existência de “criados e criadas” aliava-se nas véspera da Revolução de 1974 o despertar da consciência sobre a situação destas pessoas, a trabalhar sem qualquer protecção legal. Para o público em geral eram vistas como criaturas pobres, ignorantes, que vinham servir para as cidades, livrando-se de morrer à míngua nos povoados, em que o único meio de subsistência da família era o trabalho na agricultura e na pastorícia, por conta dos grandes proprietários ou em pequenas courelas de onde era impossível garantir a subsistência de famílias numerosas. Do seu passado profissional e regulação legal as informações eram escassas. Através de obras de alguns autores clássicos conheciam-se referências a criados/as pelos serviços, confidências ou maldades praticadas. Foi essa imagem que atravessou o século XIX até aos anos 80 do século XX, em que foi regulamentado o trabalho das empregadas domésticas, as conhecidas “criadas de servir”, pela publicação do Dec.Lei 508/80, 3ª série, de 13.06.1980.

Aprofundar a legislação que vigorou para os criados/criadas durante mais de um século, desde o Código Civil de 1876 e no Código Administrativo de 1878, perscrutar assim dados quantitativos através dos Censos desde os anos 30 do séc. XX e as condições de trabalho em que viviam foi o objectivo do I capítulo da Parte II da Tese. No capítulo seguinte penetramos nas estruturas que as empregadas domésticas tentaram organizar na defesa da sua reputação ou que foram instituídas por “benfeitores/as” para proteger e formar as criadas de servir: em 1934, a Obra de Protecção e Formação das Criadas (OPFC); nos anos 60 do séc. XX, o apoio formativo dado a um grupo de empregadas domésticas pela Acção Católica – Juventude Operária Católica Feminina (JOCF). Nos capítulos III e IV acompanhamos a luta das empregadas domésticas pela sua emancipação, pela fundação de um Sindicato de classe e de uma Cooperativa de serviços domésticos. No capítulo V, a partir da construção de uma base de dados das sindicalizadas no Sindicato do Serviço Doméstico, procurámos fazer uma caracterização, ainda que sumária das 9.383 empregadas domésticas e mulher a dias inscritas na Sede do Sindicato e nas diversas delegações que foram sendo criadas em Portugal

Continental e nas Ilhas. Tomámos em conta o distrito de origem, de trabalho, a idade de sindicalização, o género e estado civil das associadas.

Na Parte III procurámos deslindar a organização dos processos de formação individual e das dinâmicas formativas colectivas e sociais, desenvolvidos nos contextos formal, não formal e informal, tornando visíveis as dinâmicas organizativas que desencadearam processos formativos. Todo este percurso foi iluminado pelo quadro teórico presente na Parte I e que fundamenta as opções metodológicas assumidas.

1.A História das Empregadas Domésticas com histórias

A investigação desenvolvida permite-nos afirmar que a empregada doméstica (idosa, jovem, adulta ou criança) pertence desde o século XIX a uma classe profissional de prestação de serviços domésticos. No séc. XIX era classificada como “*criada ou serviçal*” (Código Civil 1867). No séc. XX, os censos da população apresentam a profissão de “*criada*”, termo que se mantém até ao fim dos anos 60, incluído na categoria “ramo de actividade económica”. A partir dos anos 70 passa a ser classificada por “*empregada doméstica*” na categoria de “*serviços domésticos*” No percurso até esta designação a profissão era constituída por jovens, crianças ou mulheres pobres, que procuravam trabalho e aprendizagem profissional em casa de outrem, para sobrevivência da própria a troco de comida, vestuário e alojamento. Quando já tinham mais experiência e recebiam remuneração contratada, o salário era enviado aos pais, que viviam geralmente em condições miseráveis. A maioria das empregadas domésticas de então era analfabeta reforçando negativamente o padrão geral de população feminina portuguesa. Actualmente é uma profissão com grande empregabilidade, a que recorrem muitas trabalhadoras quando ficam desempregadas. Hoje as empregadas domésticas sabem ler e escrever, frequentaram a escola e conseguiram as principais regalias sociais pelo decreto – lei 508/80 de 13 de Junho 1980. Actualmente as empregadas internas são em número residual. Hoje são tratadas, consideradas como os outros trabalhadores, apesar da precariedade dos vínculos laborais e do âmbito limitado das regalias sociais. Permanece um trabalho individual, disperso, assente em contrato de trabalho oral cujo vínculo legal é sobretudo firmado através dos descontos para a Segurança Social.

Respigamos a legislação para indagar a construção social de uma profissão de mulheres na prestação de trabalho doméstico. Partimos do Código Civil de 1876, que englobava outros trabalhadores/as na mesma categoria dos/das serviçais. Verificamos que as alterações se fizeram pelo abandono do trabalho ao domicílio e conquista de um espaço próprio para o exercício da actividade profissional, como foi o caso das costureiras, aliado à aquisição de um estatuto próprio, baseado numa progressiva afirmação de competências técnicas e ou de saber científico, como foi o caso dos professores/as e preceptoras e também pelo aumento da idade mínima para o exercício de uma profissão. A primeira alteração substancial aconteceu em 1973, com a publicação do decreto lei 81/73 em que as empregadas domésticas passaram a usufruir da Segurança Social. Este decreto insere-se no movimento de alargar a Segurança Social a toda a população, ainda que a base de descontos fosse fixada pelo próprio Ministério das Corporações, no Governo de Marcelo Caetano. Os descontos eram muito baixos e em caso de doença tinham direito a um subsídio insignificante. A lei não atendia às condições em que as empregadas domésticas trabalhavam. O facto de viverem como internas era contabilizado como a cedência de alojamento e alimentação pela entidade empregadora, para a composição do salário abaixo do mínimo considerado. Neste como em muitos casos ficavam dependentes da caridade das patroas a quem serviam, nomeadamente na velhice e na doença (cf. parte II).

Analisamos os censos desde o início do séc. XX até ao fim dos anos 70 e verificamos que a percentagem de “*criados*” é inferior à de “*criadas*”. Os criados e as camponesas habitavam, em geral, nos terrenos dos grandes proprietários. A maior parte das filhas dos caseiros vinham servir para os centros urbanos, para as casas senhoriais dos patrões dos pais ou dos amigos deles. Cuidavam dos filhos pequenos e realizavam todo o tipo de trabalho doméstico. Havia muitas crianças que eram “*criadas de servir*”, como os censos demonstram. Uma minoria frequentou a escola a servir na casa dos patrões e aprendeu ou com a patroa ou com a governante todo o género de trabalhos domésticos. Outras nem sequer tiveram oportunidade de aprender a escrever o seu nome. O número de criadas analfabetas a trabalhar nos Distritos de Lisboa e do Porto era enorme, segundo os dados estatísticos recolhidos. Apesar da obrigatoriedade escolar e seu alargamento a partir de 1960, a situação manteve-se até ao 25 de Abril de 1974.

A partir dos anos 20 do século passado encontramos a primeira organização de empregadas domésticas, em Lisboa, com a fundação de uma Associação que organizaram e

registaram, para lutar contra os vexames que lhes eram atribuídos de “serem ladras e com má reputação”, por queixas apresentadas na Polícia pelos patrões. Como medida preventiva foi publicado um editorial pelo Governador Civil de Lisboa, extensivo a outras comarcas, em que exigia que as/os criados/ criadas adquirissem uma carteira passada pelos serviços judiciais, que abonasse a sua seriedade e bom comportamento. As empregadas domésticas associadas reagiram e as mais activas foram presas e impedidas de reunir. O conceito da sua má reputação generalizou-se. A literatura e revistas falam das criadas e era o tema preferencial das conversas, nos salões de chá das senhoras abastadas, muitas delas com várias criadas. Nas colunas das revistas femininas aparecem senhoras a pedir conselhos sobre as “criadas”. Este clima de prevenção contra as criadas fazia que muitas ainda adolescentes e muito jovens, fossem despedidas ou fugissem das patroas, muitas delas assediadas pelos patrões, como nos testemunhou uma das nossas entrevistadas. A Obra de Protecção e Formação das Criadas (OPFC) inaugurada pelo Padre Brás em 1934 e por um grupo de senhoras benfeitoras, tinha como objectivo proteger as “criadas” que eram despedidas e que não queriam regressar à aldeia donde tinham saído para trabalhar e ajudar a família. Através do Jornal “Voz das Criadas”, editado na mesma altura, escutamos não a voz das criadas, mas a voz das patroas beneméritas da Obra de Sta. Zita (nome porque ficou conhecida). Escutamos a Gracinda, que nos finais dos anos 40, com 17 anos, entrou para a Obra onde permaneceu 20 anos. Ela descreve a formação religiosa disciplinada, de temor, de sacrifício, submissão e expiação e, simultaneamente, a formação profissional que recebeu para executar todo o serviço doméstico na perfeição, para servir quer dentro quer fora da Obra. Acompanhamos o trajecto de Conceição Ramos, desde 1960 até 1982, através dos seus cadernos pessoais em que escreveu as reflexões, participação em reuniões na JOCF e como ganhou consciência de classe e conhecimento sobre os graves problemas dos/das trabalhadores/as. Ela e a Ana da Luz, que também entrevistamos, conseguiram mobilizar outras colegas para militarem e lutarem na consciencialização da sua classe. O conhecimento do movimento operário e a repressão, que sofriam os trabalhadores/as, levou Conceição Ramos a pensar na sua profissão e na dificuldade que tinham em participar numa reunião, de ir à missa, de conviver, ter folgas e férias. Fez com que pensassem em pedir apoio às militantes responsáveis para reflectir como ajudar as colegas a perderem medos, a participarem e avançarem, unidas, na instituição de um Sindicato. Os cadernos pessoais e os documentos retratam as preocupações, as sugestões, as reflexões que faziam, assim como todo o trabalho mobilizador para arrancar as colegas da

apatia, do conformismo e do lamento. A reportagem do Jornal República, em 1973 em que um grupo de empregadas domésticas donde de destacava a Conceição Ramos, desperta na Angélica, militante da LOCF e operária, no Porto, a mobilização para escutar os problemas das empregadas domésticas. Ela inicia também no Porto um trabalho militante de consciencialização das jovens raparigas, que apareciam no CCO para alfabetização ou conclusão do exame da 4^a.classe.

O 25 de Abril foi um marco histórico na vida dos portugueses e dos trabalhadores/as em geral. Permitiu a estas militantes a concretização de um sonho construído dia a dia, com muito trabalho, muita abnegação e também Alegria e Esperança. Para o grupo de empregadas domésticas Jocistas, foi um projecto de vida pessoal, que se tornou num projecto colectivo, que atingiu cerca de 10.000 empregadas domésticas. Percorremos os anos que se seguiram ao 25 de Abril e partilhamos, no dia a dia, o trabalho incessante de mobilização a nível nacional das empregadas domésticas. Carregadas de preconceitos, fechadas no seu mundo de trabalho e nas suas convicções apolíticas, não era fácil aceitarem o convite para participarem nos encontros, que desde bem cedo as líderes organizavam, nas paróquias em que os párocos eram mais abertos, nas associações, sindicatos e cooperativas.

A dinâmica de auto – organização exigiu muito das iniciadoras. Trabalhavam para sobreviver e ocupavam os poucos tempos livres na acção sindical. As empregadas domésticas que trabalhavam no Patriarcado de Lisboa entenderam pagar o salário, entre elas, para a Conceição Ramos ficar a tempo inteiro na organização do Sindicato. Os padres que habitavam a casa das Palhacinhas, na diocese do Porto, também dispensaram duas horas à Angélica, para estar na Sede da LOCF a receber as empregadas domésticas e a consciencializá-las (Cf.anexo A, nº1 e nº 6). Quando conseguiram casa no Porto, a Gracinda solidarizou-se com a Angélica e durante algum tempo partilhou o seu vencimento para que esta pudesse ficar a tempo inteiro para a acção sindical. Estes e outros gestos são reveladores da fundação de uma organização sindical conduzida pela solidariedade, pelo trabalho militante participativo, gratuito, de um punhado de mulheres com pouca instrução, mas generosas e audaciosas.

Dois pontos de partida nortearam esta investigação: conhecer a organização e se ela contribuiu para a formação destas mulheres. Consideramos a organização um ponto fulcral. A organização é o motor que liga todas as peças para que a engrenagem funcione. Podemos não o ver, não o conhecer, mas facilmente detectamos a sua existência pelos efeitos produzidos. O primeiro desses efeitos é a dinâmica de organização, demonstrada pelo arquivo das notícias

dos jornais nacionais e estrangeiros. As restantes pastas mostraram a organização do arquivo, a documentação produzida, correspondência enviada e recebida, os relatórios de contas, os dois ficheiros, um por ordem alfabética, que nos serviu para encontrar o número de inscritas no SSD e caracterizar socialmente as empregadas domésticas que se inscreveram no Sindicato do Serviço Doméstico; outro ficheiro por delegações, que nos permitiu compreender como funcionava o recebimento de cotas e o trabalho porta a porta, por bairros, zonas, lugares ou ruas. Isto prova a capacidade organizativa, de planeamento e condução de uma instituição de mulheres, que foram aprendendo à medida que planeavam, arquitectavam e executavam. Indicia também os diversos apoios que tiveram para se organizar e a experiência de algumas delas, como militantes e dirigentes da JOCF.

O espólio consultado encerra em si a história de perto de 10.000 empregadas domésticas entre internas, externas e mulher-a-dias, o que representava talvez 9% da estimativa nacional de 111.260 empregadas domésticas, em Portugal continental e Ilhas, após o 24 de Abril de 1974⁶⁸⁶. Para a construção da organização sindical contaram com a sua tenacidade e com apoios muito variados de orientação de serviços e de formação (de militantes da JOCF e LOCF, BASE-FUT, Comunidades de Base, MES, Movimentos Sindicais e Intersindical, Movimentos Cooperativos e Uninorte, de Movimentos de Mulheres (M.D.M.), (antiga UMAR ligada á UDP), GRAAL, a Condição Feminina e o MMTC (Movimento Mundial dos Trabalhadores Católicos) e muitos/as voluntários/as sem se conhecer qualquer ligação partidária ou cristã. Apesar de numerosas limitações, estes apoios diversificados permitiu-lhes não depender de nenhuma organização (religiosa ou partidária) específica, que foi um dos aspectos que desde do primeiro momento que iniciamos a investigação foi focado nas entrevistas, como fazendo a diferença do Sindicato Serviço Doméstico.

O modelo organizacional protagonizado afastava-se do modelo mais comum nos países europeus. Em regra, os quadros e as direcções dos sindicatos existentes eram maioritariamente constituídos por homens, ainda que a maioria das associadas fossem mulheres, como era o caso do Sindicato dos Professores, da Indústria Química, Calçado, etc. O modelo de sociedade machista herdado era aquele em que nos movíamos. A luta iniciada pelo movimento feminista para a igualdade de género continua a ter significado, ainda que já sejam visíveis no contexto social, algumas das suas reivindicações. As líderes do Sindicato do

⁶⁸⁶Cf. Parte II, cap. II, verificamos pelos Censos de 1970, Vol.II, pp.48-65.

Serviço Doméstico tiveram de enfrentar muitos obstáculos, entre eles o serem todas mulheres. Inicialmente, até a Intersindical teve dificuldade em acreditar na capacidade de organização das empregadas domésticas. Eram mulheres, e as próprias mulheres dos sindicalistas ficavam em casa a cuidar dos filhos, enquanto os homens participavam e dirigiam os Sindicatos. O mesmo exemplo refere Michelle Perrot sobre a situação das operárias francesas, quando tentaram integrar-se no mundo do trabalho e assumir cargos sindicais ou simplesmente manifestarem-se publicamente sobre as condições de trabalho⁶⁸⁷.

As empregadas domésticas resistiram fortemente e procuraram participar como observadoras no primeiro Congresso da Intersindical, para intervirem e reforçarem publicamente a exigência de aprovação dos Estatutos do SSD. Após a participação das dirigentes Sindicais do Serviço Doméstico no Congresso da Intersindical, o Jornal Nortada, órgão de Comunicação dos Sindicato dos Bancários do Norte escrevia um artigo, já citado, em que evidenciava a acção e o projecto sindical das empregadas domésticas, já muito antes do 25 de Abril e a luta que estavam a desenvolver para a sua legalização.

2.A Formação na dinâmica organizativa do SSD.

A importância da JOCF e LOCF

O segundo ponto da pesquisa era saber se houve preocupação com a formação das sócias, que formações adquiriram e como o conseguiram.

As primeiras iniciadoras facilmente se aperceberam da importância da formação para o projecto que queriam construir. As militantes da JOCF e LOCF já há anos que adquiriam formação social e política, ao participarem nos Cursos promovidos pelo Centro de Cultura Operária (CCO). As empregadas domésticas, assim como os operários e operárias frequentavam os Cursos de Alfabetização e da 4.^a classe, no CCO. Para além desses Cursos organizavam Cursos de Formação sobre áreas essenciais para manipulação e arquivamento de documentos, leitura interpretativa e crítica de leis laborais; curso sobre sindicalismo e cooperativismo e História do movimento operário.

Quando iniciaram a organização do Sindicato deram prioridade à alfabetização porque eram imensas as empregadas domésticas que não sabiam ler nem escrever o seu nome. Elas queriam ajudar nos serviços burocráticos, no trabalho de recebimento de cotas ou de

⁶⁸⁷ PERROT, MICHELLE. – “Da Caridade ao Trabalho Social” *op., cit.* cap.12, p.287.

inscrições, mas como não sabiam ler nem escrever não o podiam fazer. A Comissão pró-Sindicato de imediato organizou Cursos de Alfabetização com a ajuda de professores voluntários. Durante os primeiros mandatos as dirigentes eleitas mantiveram no seu programa a aposta na formação (com cursos de alfabetização, cursos de formação para dirigentes, delegadas e de quadros). Para o percurso formativo as dirigentes candidatavam anualmente um projecto e indicavam o nome da formadora. Estes eram aprovados pela Direcção Geral de Educação Permanente (DGEP). Para além da bolseira davam apoio nessa actividade voluntárias/os, sindicalistas, professoras, uma estagiária do Serviço Social, psicóloga e estudantes universitários que muito contribuíram para o desenvolvimento intelectual, psíquico e de competências de grupos das empregadas domésticas, sobretudo em Lisboa, Porto e Aveiro.

O modelo pedagógico inspirado em Paulo Freire e adaptado ao contexto português, privilegiou o diálogo entre formador/a e formanda, o que obrigava a um intenso trabalho de procura de metodologias formativas alternativas, exigindo o conhecimento individual de cada uma das participantes. Embora a maioria dos grupos fossem constituídos por empregadas domésticas (por vezes participavam homens ou mulheres de outras profissões, pois os cursos eram abertos) o desenvolvimento pessoal e social de cada pessoa é diferente. Ignorar esse factor excluiria à partida a dinâmica participativa essencial para a escuta individual e para que cada uma se descobrisse a si mesma e investisse na sua progressão individual e colectiva.

A gestão de duas Instituições e a criação de muito mais de meia centena de postos de trabalho para empregadas domésticas, com as regalias sociais já defendidas para as empregadas domésticas e ainda não aprovadas para a classe profissional, só aconteceu pela revelação e desenvolvimento de aptidões, que cada uma das sindicalistas foi capaz de aprender e executar. Entre elas estavam a criatividade para conceber e elaborar cartazes, brochuras, feitura do boletim, folha de delegada, escrita de cartas e de actas; desenvolver competências para realizar conferências de imprensa e fazer comunicações a jornalistas e aos órgãos governamentais; representar o Sindicato quer em Portugal, em negociações com o Ministério do Trabalho no estrangeiro, em resposta a convites dirigidos à organização. Dar entrevistas e organizar a mobilização de perto de 10.000 empregadas domésticas exigiu adquirir múltiplas competências, conseguidas através da ajuda de colaboradores gratuitos, não só para explicar e formar, mas acima de tudo para dar apoio psicológico e auto-estima, como referem as entrevistadas, no relato que fazem das dificuldades que tinham de vencer. A

competência para criar, executar e coordenar refeitórios, cantinas com muitas centenas de refeições, fazer cursos de culinária e proporcionar aprendizagens a muitas colegas menos aptas eram também algumas das tarefas que tiveram a seu cargo. Conceber e concretizar a abertura de berçários e infantários, com toda a burocracia que acarretava e responsabilidade, pensar no equipamento didáctico, proporcionar às crianças cuidados não de um ou dois filhos das patroas, mas de muitas crianças com características e hábitos diferentes, porque de diferentes famílias, era um trabalho gratificante mas também exigente ao nível dos saberes técnicos e de administração. Elas tornaram-se pioneiras em Portugal do serviço ao domicílio em casas particulares, em empresas públicas e privadas, assim como no serviço de refeições, quer nas próprias instalações, quer noutros espaços como fábricas, escolas, juntas de freguesia. O funcionamento do serviço de lavandaria e de engomar tentava resolver problemas de muitas mulheres que trabalhavam e não tinham máquina de lavar. Encaminhar os processos para o Tribunal de Trabalho com o apoio de advogado e representar as trabalhadoras nas negociações com a entidade patronal foi também um serviço que as dirigentes sindicais tiveram de assumir. A organização de Cursos de Formação e Alfabetização, representação teatral, oficinas de artesanato e gastronomia, de excursões para convívio e obtenção de conhecimentos ecológicos e históricos das localidades visitadas, era a forma encontrada para mobilizar as trabalhadoras e as tirar da solidão e do queixume de que não tinham tempo livre. Estas foram algumas das competências que adquiriram e que contribuíram para a transformação da vida de cada uma em pessoas mais cultas, mais críticas, mais cidadãs. Tinham consciência de que o direito de cidadania não se consegue simplesmente por protesto. É preciso que essa reclamação seja manifesta através de actos concretos. Não se pode querer uma sociedade diferente e ficar de braços cruzados à espera que os outros/as a realizem. Como canta o poeta “esperar não é saber”⁶⁸⁸, as protagonistas não esperaram, elas realizaram. Mesmo às escuras, como afinal era a situação da maioria do povo português nos anos que antecederam o 25 de Abril em Portugal lançaram-se de olhos semi-cerrados à aventura de um caminho desconhecido, apostando no colectivo, na força mobilizadora de quem acreditava e também cantava, “tu sozinha não és nada, juntos temos o mundo nas mãos”⁶⁸⁹. A época foi propícia à divulgação das actividades em que participaram, realizaram e se movimentaram. Não se pode compreender todo este processo sem ter em conta o contexto social criado com a Revolução de Abril.

⁶⁸⁸“*Caminhando*” letra e música” de Geraldo Vandré (1968).

⁶⁸⁹“*Canta Amigo Canta*” letra e música de António Macedo.

Esta complexidade de competências é considerada por algumas entrevistadas como uma necessidade: tiveram de aprender para realizarem o projecto em que apostaram. Alguns formadores/as encontram dificuldade em adaptar-se a um modelo diferente do que foram as suas aprendizagens pedagógicas iniciais. O processo de formação aconteceu em parceria Sindicato e Cooperativa, em que formandas e formadoras eram co-autoras. A aprendizagem mútua teórica/prática realizada naquela época contribuiu para a justiça social e para o bem comum de todos os intervenientes, o que exigiu resistir à vulgaridade, a pressões estatísticas governamentais, e actuar segundo uma necessidade prioritária de querer aprender para agir. As impulsionadoras da organização sindical e cooperativa eram ex-militantes da JOCF e LOCF, que tinham assimilado e treinado a metodologia de Monsieur Cardign, -ver-julgar-agir - o que lhes dava uma postura de escuta e simultaneamente crítica e ajudava a gerir os conflitos, que surgiam no dia a dia do crescimento pessoal e colectivo em grupo.

Paulo Freire, em 1970, apresentou um modelo alfabetização, na obra '*Pedagogia do Oprimido*', através de palavras geradoras. Estas surgidas dos conhecimentos triviais ou profissionais, estimulavam o diálogo de aprendizagem da leitura, escrita e matemática e, simultaneamente, a transformação dos envolvidos alfabetizador/a e alfabetizados/as, pela experiência e modos de ver. Nem sempre o método de Paulo Freire foi bem orientado e compreendido, o que conduziu a uma formalização da formação dada a grupos de analfabetos. O objectivo era diminuir os índices de analfabetismo existente no país, só que o método de Paulo Freire, explícito nas suas obras, é um instrumento de trabalho complexo, que tem de ser utilizado com sabedoria, sem pré-conceitos, sem linhas orientadoras predefinidas por manuais, figuras ilustrativas, textos pré-construídos nos gabinetes dos Ministérios para serem reproduzidos pelos alfabetizadores aos alfabetizados. Os/as jovens e adultos a alfabetizar através da acção do SSD tinham desenvolvido o seu raciocínio prático, pelo que para adquirir competências para ler, escrever era necessário partir das suas experiências de vida, do seu quotidiano, do seu desenvolvimento pessoal e social e das necessidades em que se encontravam naquele momento. Entendemos "oprimido" como aquele/a que se encontra desapossado/a do mundo, carente de algo (nem sempre é monetário, ou de trabalho remunerado, como geralmente se avaliava e avalia alguns grupos sociais)⁶⁹⁰. O papel do/a formador/a é e era possuir um outro olhar e uma outra atitude perante as pessoas, porque o

⁶⁹⁰Ver obras de Paulo Freire - *Pedagogia do Oprimido*(1972), *Uma educação para a liberdade* (1973), *Pedagogia da Esperança (Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido)*, 1994; *Pedagogia da Autonomia* (1997).

êxito ou o fracasso do seu trabalho depende muito da sua capacidade de adaptação. A construção do plano global de trabalho, o horário mais conveniente de acordo com a disponibilidade de todos, a disponibilidade interior para se ajustar ao percurso formativo, que terá de construir a curto, médio e longo prazo são condições fundamentais para o sucesso. Como numa escalada à montanha, em que apenas se transporta o essencial e se reinventa e se aprende como atingir cada etapa, cada um/uma dos formandos tem de ser autónomo/a, tem de querer fazer esforço e tem de contar com o grupo e o grupo tem de contar com cada um/uma. Só assim não há monotonia, não há solidão, mas alegria e um ganho substancial para todos/as. Os resultados são avaliados pelos intervenientes e é da sua responsabilidade aceitarem ou não submeter-se ao exame final, que avalie as suas competências.

Esta é, em síntese, a metodologia de Paulo Freire, por vezes maltratada nos Cursos de Alfabetização e nas campanhas promovidas para eliminar o analfabetismo. Esta foi a metodologia porque se pautou os cursos de alfabetização no SSD. Uma alfabetização que não teve por objectivo de premiar a melhor. A qualquer momento ou ao fim de cada etapa, cada participante era livre para terminar. O respeito pelas pessoas deve levar-nos a pensar não em derrotas, mas em mudanças, em outras escolhas tão ou mais importantes para progredir e valorizar o **saber ser** e **fazer**. As entrevistas, os cadernos pessoais e os documentos produzidos, escritos ou orais, dão-nos a conhecer o modelo formativo que algumas empregadas domésticas tiveram, sem que este fosse reconhecido oficialmente. Em todos os modelos há dificuldades na aprendizagem, há conflitos, há oportunismo, há quem se esqueça do plano que construiu, se auto-promova e tente dominar. E às vezes até consegue e destrói o que também construiu, a sua própria dignidade e o saber que adquiriu.

As aprendizagens e as competências que adquiriram com a experiência, com a rede de contactos que tiveram, dentro e fora das instalações do SSD e da Coopserdo, ficaram gravadas na memória destas mulheres lutadoras. A formação das empregadas domésticas foi a chave do protagonismo que obtiveram e da curiosidade que despertaram noutros movimentos nacionais e estrangeiros. A formação não lhes diminuía o trabalho que tinham, pelo contrário diminuiriam muito mais as horas de descanso. Não lhes foi proporcionado melhores quartos para dormirem, nem mais possibilidades financeiras. Deu-lhes mais sabedoria, mais espaço colectivo de liberdade, de responsabilidade e de confiança nas suas capacidades, que até àquela altura desconheciam.

As competências de cada uma eram avaliadas pelas mudanças que se operavam no trabalho, nos projectos que criavam e na gestão que faziam das duas instituições, que fundaram. O processo de formação tornou-se produtivo ao consolidarem benefícios para muitas/os trabalhadoras/es, como refeições de melhor qualidade e a um preço económico, a criação de espaços para que as mães deixassem as suas crianças seguras e bem cuidadas, a possibilidade de utilizarem os serviços das lavandarias e de brunir a roupa e o serviço de limpeza ou de refeições. Os serviços que desenvolveram foi uma amostra da possibilidade de uma nova qualidade de vida, de uma alternativa contemporânea de trabalho. Constituiu uma resposta à população, que não prescindia dos serviços privados da criada interna, situação que as tinha impedido de saber argumentar, raciocinar, organizar, crescer como pessoas e integrar-se na sociedade e no mundo, como cidadãos responsáveis. Era uma aposta para o futuro, numa sociedade desprovida de estruturas de apoio à infância e às mulheres que trabalhavam quer fossem operárias quer de outras camadas sociais.

3. O sentido do Sindicato do Serviço Doméstico e da Cooperserdo: ascensão social de uma profissão

A denominação do Sindicato foi votada pelas empregadas domésticas em Assembleia-Geral⁶⁹¹ para aprovação dos Estatutos do Sindicato do Serviço Doméstico. Designamos trabalho doméstico todo o serviço de manutenção e de cuidar que as mulheres em regra (hoje também alguns homens) executam no seu local de residência. A preocupação das mulheres ao instituir o Sindicato era abarcar as pessoas que prestavam serviços domésticos nas casas particulares, quer fosse do género feminino ou masculino, independente das funções que exerciam nessa casa. Algumas das iniciadoras trabalhavam e habitavam em moradias com outras colegas, em que cada um/uma tinha de desempenhar funções diferentes, que lhes eram atribuídas/os pela patroa da casa. O que as unia era a prestação de serviços domésticos que realizavam a outrem. Verificamos que 99,9% eram mulheres⁶⁹².

A ascensão social da profissão que verificamos adveio da capacidade que elas tiveram de lutar pela aprovação do Sindicato e seus Estatutos, que lhes garantiu a possibilidade de lutar pela alteração da legislação existente, que vinha do séc. XIX, resultado que deixaram

⁶⁹¹JORNAL NOTÍCIAS - *Empregadas Doméstica*, no Pavilhão Infante Sagres no Porto, 26.05.1974. EMPREGADAS DOMÉSTICAS (Boletim Informativo), nº2/3, Lisboa, Agosto/Setembro 1974.

⁶⁹²Base de dados, que construímos a partir das fichas das associadas inscritas no SSD.

como legado às gerações vindouras. Lutas estas que granjearam o apoio e o respeito dos outros trabalhadores e, com as alterações sociais, ajudaram a mudar a mentalidade portuguesa e a forma como as empregadas domésticas eram vistas e tratadas.

Iniciaram e experimentaram o modelo de trabalho cooperativo de prestação de Serviços Domésticos, com a diversidade de serviços que sabiam efectuar, tendo de aprender a administrar e organizar uma estrutura complexa de actividades, como meio de subsistência e de criação de postos de trabalho.

A trajectória percorrida entre 1974 e 1986 foi uma oportunidade excepcional de aprendizagens, que as transformou em “intelectuais orgânicas”, portadoras de competências diversificadas. Percurso que lhes imprimiu no seu consciente inolvidáveis recordações, sobre factos, muitos deles mal compreendidos na época em que aconteceram, mas que transportam consigo, como cada uma das entrevistadas mostrou estar ainda capaz de o fazer.

4.A oportunidade que souberam aproveitar ou um sonho que se desmoronou.

A investigação que realizámos constituiu um novo olhar sobre o passado do Sindicato do Serviço Doméstico, da vida das Empregadas Domésticas, da formação desenvolvida e do quotidiano da direcção sindical. Novo, porque o conhecemos por dentro, implicada que estivemos no quotidiano de trabalho, durante seis anos, a colaborar na estruturação da cidade fecunda e educativa, e procuramos fazer uma análise histórica distanciada e crítica. Cada uma das protagonistas era uma pessoa diferente, de qualquer uma das outras. Cada uma tinha um passado, uma cultura, hábitos, posses e interesses diversos. As entrevistas são reveladoras das preocupações ou motivações que levou cada uma a integrar-se, a trabalhar, a sonhar e a contribuir para a edificação de um trabalho colectivo, dinâmico, novo e formativo.

No interior dos edifícios, primeiro ocupados e depois legalizados estiveram albergadas pessoas que precisavam mas casos houve de aproveitamento das condições criadas para aquelas que mais necessitassem. A inexperiência, idealismo ou mesmo ingenuidade das mais lutadoras, e o desejo de continuar a sua “missão”, inspiradas nos valores que tinham aprendido nas comunidades em que militavam, não as armou para enfrentar tais situações. A doutrina social da Igreja, sobretudo o Concílio Vaticano II e proclamação “do bem comum” do Papa João XXIII, assim como os ensinamentos de Cardijn impulsionaram as militantes a ir

mais longe, a pensarem o que fazer e como fazer. Após um Inverno prolongado surgira a Primavera de Abril de 74 em Portugal e um punhado de mulheres tornaram-se “intelectuais orgânicas”, com a ajuda de várias outras pessoas, intelectuais e igualmente militantes. O seu quotidiano foi uma escola formativa de acção, estudo e reflexão. Um quotidiano cheio de bons e maus momentos, com dificuldades de toda a ordem, económicas, de conhecimentos políticos, sociais e outros, de alojamento, emprego, meios financeiros para progredir, mas com um sonho: lutar para vencer.

A pergunta que se impõe é a seguinte: será que venceram ou o sonho desmoronou-se como um baralho de cartas?

A análise ao quotidiano quer da Cooperserdo quer do Sindicato a partir dos documentos produzidos, dos cadernos pessoais e das entrevistas, assim como todos os passos dados para encontrar o início do Sindicato e a realidade de vida das Empregadas Domésticas, leva-nos a concluir pela mudança de paradigma na profissão das empregadas domésticas. O Sindicato, além dos grandes benefícios que trouxe para as condições de trabalho, deu o exemplo de uma experiência alternativa e democrática para a construção do socialismo, com que muitos sonharam. Neste sentido venceram. Deixaram um Sindicato que se veio a integrar noutro Sindicato de trabalhadores equiparados e uma herdeira, a Cooperserdo, mais tarde Coopberço, que não fez parte desta investigação. Mas a experiência cooperativa ficou como um carreiro por onde era importante ir para encontrar o sentido, contrário ou em frente. Mas, de certa forma, houve também um desmoronar de sonhos, que levou ao afastamento de várias intervenientes e ao declínio progressivo do Sindicato e da Cooperativa. A estratégia de participação e de formação não foi consolidada e ruiu. O que fez emergir perspectivas de carácter dirigista e de aproveitamento pessoal. A noção de “bem comum” dissipou-se.

5. Desbravamos o terreno: perspectivam-se novos desafios

Durante estes anos que passamos a deambular por veredas não andadas, caminhos esburacados, fontes estagnadas, sentimos o desaparecimento de uma protagonista deste processo, como já acontecera a mais duas, todas ainda pujantes e cheias de sonhos. Aproximámo-nos de outras lutadoras com novos laços de fraternidade, que nos aconchegaram e tudo fizeram para salvar os vestígios que repousavam ou no sótão da sua memória ou dos arrumos.

A investigação atingiu os objectivos a que nos propusemos: conhecer a história do SSD enquanto contexto de desenvolvimento de dinâmicas de formação. O terreno foi mondado, o

que facilita novos desafios para conhecer o que fizeram as cooperadoras, que alteraram os Estatutos de Cooperserdo para Coopberço e qual a vantagem do Sindicato do Serviço Doméstico (SSD) se ter unificado com o Sindicato dos Trabalhadores de Serviço de Portaria, Vigilância, Limpezas, Domésticas e Actividades Diversas (STAD). A investigação realizada deixa assim vários aspectos que podem ser continuados. Queremos porém salientar o contributo para a compreensão dos processos de formação, que estiveram na origem e que foram desenvolvidos na dinâmica sindical. A formação foi a pedra angular deste Sindicato em conexão estreita com um modelo cristão de agir e intervir no mundo. Interessante seria poder comparar com outros modelos de acção sindical.

BIBLIOGRAFIA

1.Fontes manuscritas

- Livro de Actas do Sindicato do Serviço Doméstico, Porto, 03.07.1975 a 17.05.1976.
Livro de Actas nº1, da Assembleia-geral da Cooperserdo (Cooperativa de Prestação de Serviços Doméstico), Porto, 20.01.1977 a 19.03.1983.pp.1-50.
Livro de Actas nº2, da Assembleia-geral da Cooperserdo (Cooperativa de Prestação de Serviços Doméstico), Porto, 19.03.83 (cont.) a 06.04.1991.pp.1-30.
Livro de Actas, da Assembleia-geral da Coopberço (Cooperativa de Prestação de Serviços à Infância), Porto, 30.03.1989 a 1997, pp.1-14.
Livro de Actas da Direcção da Cooperserdo, Porto, 20.01.1977 a 24.04.1993, pp.1-50.
Livro de Actas das Cooperadoras, Porto, 2.03.1978 a 6.01.1984.
Cadernos Pessoais de M.Conceição Ramos, 1962 a 1980.
Cadernos Pessoais de M.Helena Freitas, 1976 a 1980.

2.Arquivo do Sindicato do Serviço Doméstico

- Pasta de Arquivo do Ministério do Trabalho.
Pasta de Arquivo de outros Ministérios.
Pasta de Arquivo de Eleições, 1976 a 1986.
Pasta de Arquivo de Assembleias - Gerais e outras reuniões: comunicados, moções, actas avulsos e outros.
Pasta de Arquivo de recortes de Jornais

3.Documentos oficiais:

3.1.Fontes Impressas

- A ACÇÃO CATÓLICA PORTUGUESA E AS OBRAS AUXILIARES, Portugal, 1933.
BASES ORGÂNICAS *da Acção Católica Portuguesa*, Manuel, Bispo de Helenópolis, Lisboa, 1946.
BOLETIM CONTRIBUINTE, *Revista de Informação Fiscal*, Ano nº56, nº8.Agosto 1988.
BOLETIM TRABALHO E EMPREGO, *Sindicato do Serviço Doméstico*, 3ªsérie, nº.15, vol.49, Lisboa, 14.08.1982.
BOLETIM OFICIAL DA ACÇÃO CATÓLICA PORTUGUESA (ACP) “*Recristianizar*”, Janeiro, 1935, p.314.
BOLETIM COOPERATIVA - *Como Constituir Uma Cooperativa - Constituição, Acta, Estatutos*. Instituto A. Sérgio, Delegação do Porto, s/data.
ESTATUTO DO JOVEM TRABALHADOR DA EUROPA. (António COSTA), M. Lisboa, Gráfica Santelmo, 1965.

- BOLETIM DE FORMAÇÃO JOCISMO *Empregados/as Domésticos/as, Jovens em situações especiais*, (António COSTA) JOC, 1965.
- ESTATUTO DO JOVEM TRABALHADOR DA EUROPA. Boletim de Formação, Lisboa, Gráfica Santelmo, N°59-60,Jan°. - Abril, 1965.
- ESTATUTOS DA COOPERATIVA OPERÁRIA DE PRESTAÇÃO SERVIÇO DOMÉSTICOS - COOPERSERDO. [Escritura em 5 de Novembro de 1976].
- ESTATUTOS DA COOPBERÇO- COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À INFÂNCIA, 9.03.1983.
- ESTATUTOS DA LIGA CATÓLICA FEMININO (LOCF). *Boletim Oficial da ACP*, nº1, Maio, 1934.
- ESTATUTOS DO SINDICATO DO SERVIÇO DOMÉSTICO, 1976.
- ESTATUTOS e REGULAMENTO da Obra de Previdência e Formação das Criadas, Oficinas de S. Miguel, 1946.
- ENCÍCLICA MATER ET MAGISTRA, JOÃO XXIII (Sobre o progresso social), 1961. www.vatican.va/.../hf_j-xxiii_enc_15051961_mater_po.html
- ENCÍCLICA PACEM IN TERRIS JOÃO XXIII (Sobre a paz de todos os povos), 1963. www.vatican.va/.../hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem_po.html
- ENCÍCLICA RERUM NOVARUM LEÃO XIII (Sobre a condição dos operários), 1891. www.vatican.va/.../hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html
- CARTA APOSTÓLICA OCTOGÉSIMA ADVENIENS PAULO VI (Um apelo à acção),1971.www.vatican.va/.../hf_p-vi_apl_19710514_octogesimadveniens_po.html
- CARTA PASTORAL GAUDIUM ET SPES, PAULO VI (sobre a Igreja no mundo contemporâneo), 1965. www.va/.../vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html
- ENCÍCLICA POPULORUM PROGRESSIO PAULO VI (Sobre o desenvolvimento dos povos),1967.www.vatican.va/.../hf_p-vi_enc_26031967_populorum_sp.html
- ENCÍCLICA QUADRAGÉSIMO ANNO PIO XI (Sobre a restauração da ordem social), 1931. www.vatican.va/.../hf_p-xi_enc_19310515_quadagesimo-anno_po.htm
- ENCÍCLICA UBI ARCANO DEI CONSILIO PIO XI (Sobre a paz), 1922. www.vatican.va/.../hf_p-xi_bio_20070330_biography_it.htm
- EXORTAÇÃO APOSTÓLICA PÓS-SINODAL ECCLESIA IN AFRICA, PIO XI 1995. www.vatican.va/news.../sinodo_indice_po.html
- EXORTAÇÃO APOSTÓLICA PÓS-SINODAL ECCLESIA IN AMÉRICA PIO XI, 1999.www.vatican.va/.../hf_jp-ii_exh_22011999_ecclesia-in-america_po.html
- EXORTAÇÃO APOSTÓLICA PÓS-SINODAL ECCLESIA IN ÁSIA PIO XI, 1999. www.vatican.va/.../hf_jp-ii_exh_06111999_ecclesia-in-asia_po.html
- GUIA DA ACÇÃO CATÓLICA PORTUGUESA – Bases, Estatuto e Regulamento, Lisboa, Tip.União Gráfica, 1954.

3.2.LEGISLAÇÃO

- REGIME JURÍDICO do Contrato de Serviço Doméstico [Projecto de Diploma], Junho, 1979.
- CÓDIGO CIVIL 1867 - Editado em 1874, 4ªedição, Cap. IV, pp.198-205.

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA DA REPUBLICA – Petição nº95/1- apresentada pelo S.S.D. de Lisboa, 1ª.série, n.º3, 29.10.1977.

DIÁRIO DA REPUBLICA – Dec- Lei nº508/80, 13 Junho 1980.Ministério do Trabalho de 21Outubro 1980.

DIÁRIO DA REPUBLICA - *Recondução de directores. Cooperserdo* -III série, nº97-27-04, 1985.

DIÁRIO DA REPÚBLICA - *Rectificação dos Estatutos da Cooperserdo*. III série, nº159, 11.07.1984.

DIÁRIO DA REPUBLICA - Decreto - Lei nº143-III série, de 21/6/76.

DIÁRIO DA REPUBLICA – Decreto-Lei nº323/81 de 16/11/81 [regulamenta as Cooperativas de Prestção de Serviços].

DIÁRIO DE GOVERNO - *Regulamento dos Corpos de Polícia civil*, nº295, 30 Dez.,1876.

DIÁRIO DO GOVERNO - 20 Fevereiro 1885,*cit in* Edital do Governo Civil de Lisboa.

DIÁRIO DE GOVERNO - 21 de Setembro de 1903.

DIÁRIO DE GOVERNO - 2ª.série, nº58, de 12 de Março, pp.1026 /1027.

DIÁRIO DO GOVERNO - Decreto - Lei nº81/73, 2 de Março de 1973.

DIPLOMAS COMPLEMENTARES ao Código Cooperativo. Instituto António Sérgio.

3.2.LEGISLAÇÃO

CÓDIGO CIVIL 1867 - Editado em 1874, 4ªedição, Cap. IV, pp.198-205.

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA DA REPUBLICA – Petição nº95/1- apresentada pelo S.S.D. de Lisboa, 1ª.série, n.º3, 29.10.1977.

DIÁRIO DA REPUBLICA – Dec- Lei nº508/80, 13 Junho 1980.Ministério do Trabalho de 21Outubro 1980.

DIÁRIO DA REPUBLICA - *Recondução de directores. Cooperserdo* -III série, nº97-27-04, 1985.

DIÁRIO DA REPÚBLICA - *Rectificação dos Estatutos da Cooperserdo*. III série, nº159, 11.07.1984.

DIÁRIO DA REPUBLICA - Decreto - Lei nº143-III série, de 21/6/76.

DIÁRIO DA REPUBLICA – Decreto-Lei nº323/81 de 16/11/81 [regulamenta as Cooperativas de Prestção de Serviços].

DIÁRIO DE GOVERNO - *Regulamento dos Corpos de Polícia civil*, nº295, 30 Dez.,1876.

DIÁRIO DO GOVERNO - 20 Fevereiro 1885,*cit in* Edital do Governo Civil de Lisboa.

DIÁRIO DE GOVERNO - 21 de Setembro de 1903.

DIÁRIO DE GOVERNO - 2ª.série, nº58, de 12 de Março, pp.1026 /1027.

DIÁRIO DO GOVERNO - Decreto - Lei nº81/73, 2 de Março de 1973.

DIPLOMAS COMPLEMENTARES ao Código Cooperativo. Instituto António Sérgio,

4. Imprensa Diária e Periódica

A CAPITAL - Assembleia do SSD, 27.12.1975.

A CAPITAL - *Comunicado do CM*, 06.04.1978.

A CAPITAL - *Empregadas D. recebidas em S.Bento. Boneca de trapos e farda «à moda antiga» foi símbolo de “humilhação e submissão”*, 20.10.1979, p.3

A CAPITAL - *Empregadas Domésticas efectuam Inquérito à Opinião Pública*, 11.06.79.

A CAPITAL - *Empregadas Domésticas repudiam Fixação de Salário Mínimo*. 10.03.1976.

A CAPITAL - *Empregadas Domésticas Têm Direitos Diferentes*, 24.01.1975.

A CAPITAL - *Solidariedade contra 14 anos de prisão*, 15.11.75.

A CAPITAL - *H. T. S*, Coimbra, 1974.

A CAPITAL - *SSD convida secretário do Estado do Trabalho*, 5.03.1976, 6.03.1976.

A CAPITAL - *Comunicado do CM*, 06.04.1978.

A CAPITAL - Segundo regulamentação agora publicada - Menores de 16 anos não podem exercer actividades de Serviço Doméstico, 21.10.1980.

A CAPITAL - *Bombeiros Acorrem a Creche com Barrotes*, 15.11.1990.

A CRUZADA DE BEM-FAZER - nº1, 1954.

A GAZETA - *Empregadas Domésticas: um sindicato que luta por «modificar as coisas»*, 16.06.1976.

A GAZETA da Semana - *SSD- Reconverter a profissão até à extinção dos seus moldes actuais*, 04.11.1976.

A LUTA - *Serviço Doméstico exige homologação*, 14.10.1975.

A TARDE - *Santa Clara Gomes recebe “matrafona” para Pintassilgo*, 19.10.1979.

AVANTE - *I Congresso do Serviço Doméstico. Um amplo sector do trabalho em luta por direitos de todos os trabalhadores*. 31.10.79; p.5.

BEM - FAZER - *Peregrinação das Empregadas Domésticas a Lucca e Roma*, nº492, Fevº1975.

CORREIO DA MANHÃ - *Empregadas domésticas querem mudar de vida*, 28.10.1979.
(fotos Eduardo Neves e texto Mauela Tereza).

CORREIO DA MANHÃ - *Original forma de luta... Uma Boneca para Pintasilgo*, 20.10.79.

CORREIO DA MANHÃ - *Serviço Doméstico contra «servidão»*, 29.10.79, p.7.

CORREIO DA MANHÃ - *Um Inquérito original - Empregadas domésticas querem saber o que os patrões pensam do seu trabalho*, 10.06.1979.

CORREIO DE COIMBRA - *SSD entregou uma boneca em S.Bento*, 25.10.1979, p.5.

CRÓNICA FEMININA - *Empregada Doméstica (a sério) cuidado!* 26.05.1977

CRÓNICA FEMININA - *Sindicato Serviço Doméstico*, 28.10.1976.

DIÁRIO de LISBOA - *Empregadas Domésticas no Ministério do Trabalho*, 22.06.1977.

DIÁRIO - *Criada à antiga em S. Bento*. 18.10.1979.

DIÁRIO - *CGTP-IN reclama melhoria do regime do S.D.*, 15.11.1980.

DIÁRIO - *Governo Desprezou propostas do S.D.*, 29.10.1980.

DIÁRIO - *Empregada Domésticas repudiam discriminações*, 3.11.1981

DIÁRIO de LISBOA - *Empregadas Domésticas aderiram à Intersindical*, 15.01.1975.

DIÁRIO LISBOA - *Empregadas Domésticas*, 24.01.75.

DIÁRIO LISBOA - *Empregadas Domésticas. Salário Mínimo Não É Nacional, Problema Das Empregadas Domésticas*, 24.10.1975.

DIÁRIO LISBOA - *29 Fevereiro, 1976*

DIÁRIO LISBOA - *Banqueiro despede “criadas” com uma ajudinha da polícia*, 9.03.1976.

DIÁRIO LISBOA – *SSD - Convocatória*, 21.07.1976.

DIÁRIO LISBOA – *Empregadas Domésticas vão eleger dirigentes*, 04.11.1976.

DIÁRIO LISBOA - *Amanhã. Empregadas Domésticas debatem problemas. Espectáculo antecede Conferência*. 28.10.1978.

DIÁRIO LISBOA - *Convocatória*, 03.03.1978.

DIÁRIO LISBOA - *Empregadas Domésticas fazem inquérito*, 11.06.79.

DIÁRIO LISBOA - *Empregadas Domésticas precursoras da reivindicação*,

DIÁRIO LISBOA - *Empregadas Domésticas: o preço da reconversão da classe. (1) Para todo o Serviço Com Poucos Direitos.*, 16.03.1977. (Manuela Alves), pag.centrais.

DIÁRIO LISBOA - *Empregadas Domésticas: o preço da reconversão da classe. (fim). Enterrar o código, publicar a lei*, 17.03,1977. (Manuela Alves), pag.centrais.

DIÁRIO LISBOA - *Serviço Doméstico contra a discriminação*, 3.01.1977.

DIÁRIO LISBOA - *Serviço Doméstico exige regulamentação*, 17.01.1977.

DIÁRIO LISBOA - *Serviço Doméstico Sindicato recorre ao provedor de Justiça*, 26.10.1977.

DIÁRIO LISBOA – *Sindicato Serviço Doméstico*, 17.04.1978.

DIÁRIO LISBOA - *Publicado o Regime Jurídico para o Trabalho Doméstico*, 21.10.1978.

DIÁRIO LISBOA - *Empregada Doméstica fazem inquérito*, 11.06.1979.

DIÁRIO LISBOA - *Criada à Antiga em S.Bento*, 19 Outº, 1979,1ªpág.

DIÁRIO LISBOA - *SSD- Convocatória*, 1.02.80.

DIÁRIO LISBOA – *Serviço Doméstico descontente com o Novo regime*, 14.11.1980.

DIÁRIO LISBOA – *Sindicato das Domésticas contra a “miséria dos salários”*, 12.10.1981.

DIÁRIO NOTÍCIAS - *Empregadas Domésticas aprovaram os Estatutos de um Sindicato que englobará todo o Pessoal do Sector*, 25.1.1974.

DIÁRIO NOTÍCIAS - *Reconhecimento da Comissão pró-Sindicato*, 11.06.74.

DIÁRIO NOTÍCIAS - *Reivindicações das Empregadas Domésticas*,19.07.74.

DIÁRIO NOTÍCIAS – *Reivindicações das Empregadas Domésticas*, 19.09.1974.

DIÁRIO NOTÍCIAS – *Sindicato das Empregadas Domésticas*, 27.09.1974.

DIÁRIO NOTÍCIAS – *Reconhecimento da Comissão pró-Sindicato - pretendem as empregadas Domésticas de Lisboa*, 11.10.1974.

DIÁRIO NOTÍCIAS – *O SSD não reconhece legitimidade ao SLED*, 13.02.1975.

DIÁRIO NOTÍCIAS – *O SSD contesta o SLED*, 18.03.1975.

DIÁRIO NOTÍCIAS - *As Empregadas Domésticas pretendem nova legislação*, 19.03.1975.

DIÁRIO NOTÍCIAS – *Empregadas domésticas contra a formação de um segundo Sindicato*, 1.09.1975.

DIÁRIO NOTÍCIAS – *Sindicato dos Trabalhadores Domésticos em conflito*, 13.03.1976.

DIÁRIO NOTÍCIAS – *SSD Convocação*, 20.08.1976.

DIÁRIO NOTÍCIAS – *Empregadas Domésticas Lutam pelo seu Sindicato*, 4.10.1976.

DIÁRIO NOTÍCIAS – *Lista única no Sindicato do Serviço Doméstico*, 4.11.1976.

DIÁRIO NOTÍCIAS – *Sindicato reivindica: Reversão da profissão de trabalhadora doméstica*, 11.12.1976.

DIÁRIO NOTÍCIAS – *Reverter a profissão é objectivo prioritário*, 13.12.1976.

DIÁRIO NOTÍCIAS – *Empregadas Domésticas rejeitam “discriminação”*, 03.01.1977

DIÁRIO NOTÍCIAS – *Quando reunir o Conselho de Ministros. Trabalhadoras Domésticas promovem manifestação*, 21.03.1977.

DIÁRIO NOTÍCIAS - *Amanhã Empregadas Domésticas debatem problemas*, 28.10.1978

DIÁRIO NOTÍCIAS - *Exame 4ª.Classe*, 5.03.1979.

DIÁRIO NOTÍCIAS - *Convocatória Assembleia Geral Extraordinária*, 16.03.1979.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS – *Empregada Doméstica em S. Bento*, Foto: Sousa Dias), 20.10.1979.

DIÁRIO NOTÍCIAS – *Convocatória. Assembleia Ordinária*, 17. 12.1979.

DIÁRIO NOTÍCIAS – *Convocatória. Assembleia Ordinária*, 4.02.1980.

DIÁRIO NOTÍCIAS - *Empregadas Domésticas reivindicam justiça*, 08.01.1981.

DIÁRIO NOTÍCIAS – *Contrato do SD a ratificação com reticências. Assembleia congratulou-se com a libertação dos reféns de Teerão*, 31.01.1981.

DIÁRIO NOTÍCIAS – *Convocatória. Assembleia Ordinária*, 21.3.81

DIÁRIO NOTÍCIAS – *Empregadas Domésticas recebidas por Marcelo Curto*,

DIÁRIO POPULAR – *Sindicato das Empregadas Domésticas*, 21.09.1974.

DIÁRIO POPULAR – *Aprovado o Estatuto do Sindicato das Empregadas Domésticas*, 26.11.1974.

DIÁRIO POPULAR - *Assembleia do SSD*, 25.01.1975.

DIÁRIO POPULAR - *Assembleia do SSD*, 27.12.1975.

DIÁRIO POPULAR - *Empregadas Domésticas. Contrato sim salário mínimo, não*, 12.03.1976.

DIÁRIO POPULAR – *Hoje em Lisboa e no Porto – Manifestação de Empregadas Domésticas*, 07.07.1976.

DIÁRIO POPULAR – *As primeiras Eleições do SSD*, 4.11.1976.

DIÁRIO POPULAR – *Vagas de Despedimentos entre as E.D.- denuncia o Sindicato*, 14.12.1976

DIÁRIO POPULAR - *Empregadas Domésticas: Sindicato protesta contra «Discriminação Legal»*, 3.01.1977.

DIÁRIO POPULAR – *A Regulamentação do Serviço Doméstico discutida em Assembleia-geral*, 17.01.1977.

DIÁRIO POPULAR – *Convocatória*, 03.03.78.

DIÁRIO POPULAR - *Sindicato do Serviço Doméstico contra 3.500\$00 de salário mínimo*, 17.04.1978

DIÁRIO POPULAR - *Os Direitos dos trabalhadores do Serviço Doméstico*, 18.04.1978.

DIÁRIO POPULAR – *Por proposta do PSD e CDS À Câmara serão desalojados de alguns prédios partidos de esquerda e organizações Populares*, 26.04.1979.

DIÁRIO POPULAR - *Empregadas Domésticas abrangidas pela Previdência*, 28.04.1978.

DIÁRIO POPULAR - *Núcleo de Dinamização Cultural do SSD – Exame da 4ª.Classe*, 5.03.1979

DIÁRIO POPULAR – *Convocatória - Assembleia Geral Extraordinária*, 16.03.1979.

DIÁRIO POPULAR – *Empregadas Domésticas interrogam o público sobre a sua profissão*, 6.06.79.

DIÁRIO POPULAR – *SSD- Convocatória*, 18.12.1979

DIÁRIO POPULAR – *SSD - Convocatória*, 1.02.80.

DIÁRIO POPULAR – *Trabalho Doméstico Já tem Lei*, 21.10.1980.

DIÁRIO POPULAR – *Empregadas Domésticas – Poucas Críticas à Lei*, 23.10.1980.

DIÁRIO POPULAR – *Sindicato (CGTP) do SSD - Governo desprezou aspirações do Sector*, 27.10.1980.

DIÁRIO POPULAR - *Empregada Domésticas –Exigir o que está na Lei e tentar ir mais além...*, 14.11.1980.

DIÁRIO POPULAR – SSD- Convocatória, 21.3. 1981.

DIÁRIO POPULAR – *Considerando-se mais uma vez discriminados - Domésticos e Rurais contra novos salários mínimos*, 9.10.1981.

EXPRESSO – *Código Cooperativo ratificado na AR*, 18.12.1982.

EXPRESSO – *Maria Conceição Ramos*, 4.05.1974.

JORNAL AVANTE – *I Congresso do Serviço Doméstico -Um amplo sector do trabalho em luta por direitos de todos os trabalhadores*; 31.10.1979, p.9.

JORNAL DE FELGUEIRAS – *Empregadas Domésticas*, 22.02.1975.

JORNAL NORTADA – *SSD reconhecido finalmente pelos trabalhadores*, Set.1975, p.5.

JORNAL NOTÍCIAS – *Serviços*, 19.05.1921.

JORNAL NOTÍCIAS - *Tribuna Livre: Empregadas Domésticas*, (Rosa Marques), 1973.

JORNAL NOTÍCIAS - *Empregadas domésticas e a Previdência. Um passo importante mas nem tudo está feito.*(Reportagem: César Príncipe, fotos, Viseu Caldeira), 11.3.1973.

JORNAL NOTÍCIAS - *Empregadas Domésticas põem sociedade em causa*,02.07.1974.

JORNAL NOTÍCIAS - *Empregadas Doméstica*, no Pavilhão Infante Sagres no Porto, 1974.

JORNAL NOTÍCIAS - *Empregadas Domésticas não querem ser« Sopeiras»*, 25.10.1975.

JORNAL NOTÍCIAS – *Matou o filho à nascença - condenada a 14 anos*, 20.10.1975.

JORNAL NOTÍCIAS - *Serviçal Filicida recorre da sentença .Iniciativa do SSD*, 2.11.1975.

JORNAL NOTÍCIAS – *O caso da Serviçal Filicida – Movimento de Apoio a Novo Julgamento*, 3.11.1975.

JORNAL NOTÍCIAS – *A Exagerada Condenação de Alzira*. 07.11.1975.(Fina de Armada).

JORNAL NOTÍCIAS – *E.D. contra o Ministério do Trabalho*, 19.12.1975.

JORNAL NOTÍCIAS - *Empregadas Domésticas contra o Ministério de Trabalho*, 29.12.1975.

JORNAL NOTÍCIAS - *Empregadas Domésticas - A Mulher em Luta*, (Fina de Armada), 15.01.1976.

JORNAL NOTÍCIAS -*Decreto - lei foi(só ontem)publicado! Mulheres já têm 90 dias por parto (beneficia quem estiver com licença de maternidade*. 8.02.1976.

JORNAL NOTÍCIAS – *Proibido o Trabalho Nocturno a Mulheres nos períodos pré e pós Natal*, 12.02.1976.

JORNAL NOTÍCIAS - *Da Criada de Servir à Empregada Doméstica*, 14.11.1976.

JORNAL NOTÍCIAS - *Empregadas Domésticas assunto que ainda mexe*, 11.12.1976

JORNAL NOTÍCIAS - *Empregadas Domésticas reivindicam o salário mínimo nacional*, 12.12.1976.

JORNAL NOTÍCIAS – *Petição do SSD*, 01.11.1977.

JORNAL NOTÍCIAS - *Reunião da Câmara de Lisboa. CDS Propõe o Despejo de Organizações Políticas. Instalaram-se ilegalmente em prédios municipais*, 28.02.1978.

JORNAL NOTÍCIAS - *Inquérito na Rua - Empregadas Domésticas. Uma Profissão como Qualquer Outra*, 10.06.1979.

JORNAL NOTÍCIAS - *Trabalhadoras Domésticas preparam Congresso*, 5.07.79.

JORNAL NOTÍCIAS - *Despejo ameaça Cooperativa de Empregadas Domésticas (texto:Manuel Resende)*, 29.05.1980.

JORNAL NOTÍCIAS - *Empregadas domésticas Recusam perder Regalias conquistadas*, 21.10.1980

JORNAL NOTÍCIAS - *Serviço Doméstico no SHOW Nico*, texto: (Fina d'Armada e desenho Claro Fângio), 1 Março 1981.

JORNAL NOTÍCIAS - *Sector Cooperativo está numa encruzilhada-* afirmou Bento Gonçalves, 20.12.1981.

JORNAL NOTÍCIAS - *Serviço Doméstico não é trabalho válido?! Cooperativa de Mulheres alvo de acção de despejo*, (texto Alfredo Natal, c/fotos), 8.04.1982, p.9.

JORNAL NOTÍCIAS - *Leilão – Festa das Domésticas*. (Fina d'Armada), 27.07.1980.última pag.

JORNAL NOTÍCIAS – *Intervir numa mudança*, (texto:Fina d'Armada e desenho Claro Fângio), 27.06.1982.

JORNAL NOTÍCIAS - *Vítima de uma acção de despejo.Cooperativa de Mulheres em risco de desaparecer*. 16.10.1982.

JORNAL NOTÍCIAS - *Festa de Apoio à Cooperserdo*, 19.02.1983.

JORNAL NOTÍCIAS - *Experiência Única no Mundo. Depois de dez anos de luta "Coopereserdo" já tem casa*. (Fernando Seixas), 1.11.1983.

JORNAL NOVO - *Empregadas Domésticas – A intenção de trabalhar para a Colectividade*, 14.10.1975.

JORNAL NOVO - *Empregadas domésticas analisaram a situação politica*, 10.01.1979

JORNAL TEMPO - *Empregadas Domésticas –Dois Sindicatos para reconhecer a Profissão*, 25.03.1976.

LIBERTAÇÃO - *Empregadas Domésticas no M.D. Aveiro*, 08.07.1974.

LITORAL - *Reunião de Empregadas Domésticas*, 10.07.1974.

LUTA DO POVO - *Encontro Nacional de Empregadas Domésticas.Mulheres dizem não à servidão*, 20.10.1982, p. 4.

NOTÍCIAS AMADORA - *Empregadas Domésticas: um horário de Trabalho é o que mais desejamos*, 16.11.1974.

NOTÍCIAS DE ÉVORA - *Sindicato Serviço Doméstico*, 18.12.76.

NOTÍCIAS DE ÉVORA - *SSD esclarecimento*, 16.11.1978.

NOTÍCIAS DE FELGUEIRAS - *Às empregadas Domésticas e às Mulheres-a-dias*, 22.02.1975.

NOVA TERRA - *Empregadas Domésticas*.30,10,1975.

O COMÉRCIO DA PÓVOA DE VARZIM, 23.11.1919.

O COMÉRCIO DO PORTO - *Empregadas Domésticas.Salários e Férias*.21.02.1980, C/foto.

O COMÉRCIO DO PORTO - *Trabalhadoras Domésticas vão ter sede Própria*, 28.07.1980.

O DIA - *Serviços Domésticos vão ser Regulamentados*, 08.06.1976.

O DIA - *SSD promove hoje manifestação em Lisboa, O Sindicato Livre não apoia a manifestação*, 6.07.76, p.9.

O DIA - *Empregadas Domésticas oferecem boneca de trapos ao primeiro-ministro*, 20.10.1979.

O DIA - *Prestes a desabar o edificio da creche*.13.11.1990.

O DIÁRIO - *Legalizado o Sindicato do Serviço Doméstico*, 3.06.1976.

O DIÁRIO - *Serviços Domésticos vão ser Regulamentados*, 08.06.1976.

O DIÁRIO - *Serviços Domésticos vão ser regulamentados*, 8.07.1976.

O DIÁRIO - *Candidatos às Eleições afirmam. Empregadas Domésticas são trabalhadoras por conta de outrem*, 4.11.1976.

O DIÁRIO - *Empregadas Domésticas ao serviço da colectividade*, 11.12.1976.

O DIÁRIO - *Criadas para todo o Serviço são mulheres em Luta*, 17.10.1977, páginas centrais.

O DIÁRIO - *Convocatória Assembleia Geral Extraordinária*, 03.03.78.

O DIÁRIO - *Pessoal do Serviço Doméstico Reivindica Fim da Exploração*, 18.06.1978.

O DIÁRIO - *Núcleo de Dinamização Cultural do SSD – Exames da 4ª Classe*, 5.03.1979

O DIÁRIO - *Convocatória Assembleia Geral Extraordinária*, 16.03.1979.

O DIÁRIO - *Empregadas Domésticas fazem inquérito de rua*, 11.10.1979.

O DIÁRIO - *Uma criada de servir para alertar o Governo*, 19.10.1979.

O DIÁRIO - *Empregada Doméstica levaram a S.Bento o símbolo da humilhação*.20.10.1979.

O DIÁRIO - *Compra de sede sindical mobiliza trabalhadoras do Serviço Doméstico*, 29.07.1980.

O DIÁRIO - *Salário Mínimo Nacional*, 2.10.1980; *Domésticas não se deixam enganar*, 4.10.1980,p.10.

O DIÁRIO - *Serviço Doméstico tem nova legislação*, 22.10.80, p.13.

O DIÁRIO - *Congresso contra a servidão*, 29.10.1979.

O DIÁRIO - *Associativismo - Cooperserdo. Projecto para transformar o Serviço Doméstico*, 08.01.1981.

O DIÁRIO - *Convocatória Assembleia Geral Extraordinária*, 21.3.81.

O DIÁRIO - *Convocatória SSD - Assembleia Geral Ordinária*, 18.03.82.

O JORNAL - *O Sindicato do Serviço Doméstico*, 26.10.1977.

O JORNAL - *Serviço Doméstico em Congresso – Igualdade com os outros Trabalhadores do País*,31.10.79.(Albertino Antunes).

O PONTO - *Simplemente Maria,(Guiomar B.Marques)* 21.10.1982, p.12.

O PRIMEIRO DE JANEIRO - *Empregadas Domésticas querem salário Mínimo e Direitos Sociais como os outros trabalhadores (Concentração defronte do Ministério do Trabalho (Lisboa)*, 8.06.1976.

O PRIMEIRO JANEIRO - *Trabalhadoras Domésticas Fazem Inquérito Público*, 10.06.1979.

O PRIMEIRO DE JANEIRO - *Para melhor se fazerem ouvir - Empregadas Domésticas levam boneco a S.Bento*, 20.10.79.

O PRIMEIRO DE JANEIRO - *Reunidas em Conferência Nacional. Empregadas domésticas reivindicam igualdade*, 28.10.1980.

O SÉCULO - *As Criadas de servir e o Livrete*. 16.06, 1921.

O SÉCULO - *Domésticas discutem problemas da profissão*, 18.08.1975.

O SÉCULO - *Com o apoio da Intersindical - O Sindical do SSD quer ser homologado*, 14.10.1975.

O SÉCULO - *E.D. aprovaram os Estatutos de um Sindicato que englobará todo o pessoal do sector, - Entretanto as filiadas da obra de Sta.Zita pretendem a formação de uma organismo separado*, 25.11.1975.

O TEMPO - *SSD prepara 1º Congresso*, 21.06.79.

O TRABALHADOR - *As Empregadas Domésticas dos Americanos esperam uma resposta oficial às suas reivindicações*, A. Heroísmo. Açores, 09.11.1974.

PÁGINA UM – *COOPERSERDO - Multada por dar refeições baratas*, 13.09.1976.

PÁGINA UM – *Empregadas Domésticas vão às urnas*, 06.11.1976.

PÁGINA UM – *Cooperserdo vai a tribunal*, 20.11.1976.

PÁGINA UM – *Duas cabo-verdianas libertadas da escravatura*, 11.12.1976.

PÁGINA UM - *SSD – Convocatória - Assembleia Geral Extraordinária*, 17.03.1977.

PÁGINA UM - *Empregadas Domésticas reagem às injustiças do Governo*, 7.06.1977.

PÁGINA UM – *Cooperserdo: Mulheres que pensam...*, 10.07.1981, p.6.

POVO EM LUTA - *SSD. A Assembleia Constituinte*, Junho 1975.

REPÚBLICA - *Domésticas – Impõe-se aprovar uma lei que regule o contrato do Serviço Doméstico – Importa rever aspectos das condições de Previdência das Empregadas Domésticas*, 11.09.1973.

- REPÚBLICA - *Pretendemos que nos respeitem e tenham em conta a nossa dignidade pessoal, insistente pedido de E.D. numa entrevista concedida ao nosso Jornal*, 16.11.1973
- REPÚBLICA - *Empregadas Domésticas lutam por um Sindicato*, 13.06.1974.
- REPÚBLICA - *Empregadas Domésticas querem salário mínimo*, 28.05.1974.
- REPUBLICA - *Empregadas Domésticas em Assembleia-geral: Construir um Sindicato, negociar um acordo colectivo, preparar formação profissional*, 21.09.1974.
- REPÚBLICA - *Empregadas Domésticas em Assembleia Geral*, 21.11.1974.
- REPÚBLICA - *AS Empregadas Domésticas estão em situação de completa dependência-declarou-nos a dirigente do SSD*, 11.04.1975.
- REPUBLICA - *De Évora – As Empregadas Domésticas tomam a palavra*, 17.10.1975.
- REPÚBLICA - *O Sindicato em marcha*, 27.09.1975.
- SEMANÁRIO POPULAR - *A Mulher na Sociedade. Mais de metade da População ganha consciência*.nº866, 08.03.1980.
- SEMPRE FIXE – *Empregadas Domésticas em Reunião*, 13.07.1974.
- TELEX nº4 - *Empregadas Domésticas lutam pela sua emancipação*, 12.01.1977.
- VOZ das CRIADAS - Ano, I nº1, Março, 1934.
- VOZ das CRIADAS - *Virtudes e qualidades de uma criada de servir*, ano I, nº5, Junho, 1934.
- VOZ das CRIADAS - Ano III, nº34, Dezº1936.
- VOZ das CRIADAS - Ano, IV, nº47, Jan.1938.
- VOZ das CRIADAS, Ano IV, nº51, Maio, 1938.
- VOZ das CRIADAS - Ano XIII, nº151, Setembro, 1946.
- VOZ das CRIADAS - Ano XIII, nº152 Out.1946.
- VOZ das CRIADAS - Ano XIV, nº164, Out.1947.
- VOZ das CRIADAS - Ano XX, nº229, Março, 1953
- VOZ das CRIADAS - Ano XX, nº237, Nov.1953.
- VOZ das CRIADAS - Ano XX, nº238, DEZº.1953
- VOZ do POVO - *Por um Sindicato de Classe.As Católicas querem um Sindicato*, 17.12.1974.
- VOZ DO POVO – *Para que a nossa Luta vá para a Frente não pode ser Obra de meia dúzia - diz-nos a camarada Conceição Ramos do Sindicato do Serviço Doméstico*, (José Manuel Fernandes), 31.08.1976.(foto da Creche da Coopreserdo em Lisboa),p.22.
- VOZ DO POVO - *Lei do Serviço doméstico tem 110 anos. “Um classe sem lei nem roque”*, 19.09.78.
- VOZ DO TRABALHO - *«Não conhecemos empregadas domésticas que tenham vindo servir por gostar»...*, Dezº de 1975.
- VOZ DO TRABALHO - *O «Caso da Alzira». Empregada Doméstica*.Janº1976.
- VOZ DO TRABALHO - *Trabalhadoras do Serviço Doméstico vão ter Congresso Nacional*, Junho 1979. p. 7.
- VOZ PORTUGALENSE - *Serviço Doméstico em Congresso, Criada Não: Mulher! (...e trabalhadora numa profissão como qualquer outra*, 3.11.1979.

5. BOLETINS, BROCHURAS e REVISTAS

- ANTEPROJECTO DE PROPOSTA SINDICAL sobre regime jurídico de Serviço Doméstico, s/data.
- ACTOS - *Que Pensa dos meios de Comunicação Social*, 2.05.76. (entrevista a Conceição Ramos).
- ÁRVORE - *Alzira, pão da Vida*, nº3, janº.76. (António Jacinto Rodrigues)

BOLETIM DO MILITANTE, ED. DIRECÇÃO GERAL DA JOC, JANº1978.

BOLETIM DE INFORMAÇÃO E DINAMIZAÇÃO - *O Pavilhão dos Desportos cheio de Empregadas Domésticas*,. Lisboa, Edição C.O.C. Agosto, 1979.

BOLETIM DE INFORMAÇÃO E DINAMIZAÇÃO - *Os Cursos de Formação estão em marcha*(experiência n Porto), Porto , Edição, C.O.C., Setº.1979.

CADERNOS NOVA TERRA - *O Direito De Educar* (Ensino Livre Ameaçado)? - (1), [compilação vários autores], s/data.

CRÓNICA FEMININA - *Carta Aberta às Empregadas Domésticas*, 29.08.1974.

CRÓNICA FEMININA - *Cooperativa das Trabalhadoras do Serviço Doméstico -iniciativa para a promoção da classe*, 01.01.1981.

CURSO de FORMAÇÃO e de *Preparação 1º Congresso das Trabalhadoras*, Outº.1979.

CURSO de FORMAÇÃO - *Cooperserdo, creche*, Lisboa. (1980-1981).

CURSO *das Mulheres-a-dias e Empregadas Domésticas do SSD*, Porto, Outubro 1981.

CURSO *de Responsáveis Sindicato Serviço Doméstico*, Porto, Janeiro 1982.

CURSO *para responsáveis do Sindicato do Serviço Doméstico* (Porto e Aveiro), Fevº1982.

CURSO *das Trabalhadoras do Serviço Doméstico*, Aveiro, 28.03.1982.

CURSO *das Trabalhadoras do Serviço Doméstico*, Lisboa, 1982.

ELEIÇÕES Sindicato do Serviço Doméstico - *Por um Sindicalismo Revolucionário*, (triénio, 1976-1979), Lista Única, 7 Novembro 1976.

ELEIÇÕES Sindicato do Serviço Doméstico - *Por um Sindicalismo Revolucionário*, (triénio, 1980-1983), Lista A, 3 Fevereiro, 1980.

EMPREGADAS DOMÉSTICAS - (*Número da Fundação*), 1974.

EMPREGADAS DOMÉSTICAS, (*boletim informativo*), nº1, Julho 1974.

EMPREGADAS DOMÉSTICAS - (*Boletim Informativo*), nº2/3, Ag./Set., 1974.

EMPREGADAS DOMÉSTICAS - (*Boletim Informativo*), nº4/5, Out./Nov., 1974.

EMPREGADAS DOMÉSTICAS - (*Boletim Informativo*) nº6, Dezembro, 1974.

FOLHA *da Delegada*, nº1 e 2 Nov. e Dez. 1978.

LUTAR pelo Socialismo, Setembro 1973.

MANUAL - *Alfabetização para quem quer aprender com o povo*. Edições Base.1977.

MULHER E TRABALHO – *Publicação Especial da pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre*.PED - RMPA,V.2,2002.

MULHER - MODAS E BORDADOS - *Empregadas Domésticas. Trabalhadoras em Casa de Famílias*, 15.10.1975.

NÓS (Revista do MDM) - *Mulheres em Luta Empregadas Domésticas*, 8 Março 1977.

NOVOS HORIZONTE - *Formação e Informação*.S.L.E.D, nº5, Fevereiro, 1976.

O A B C DA POLÍTICA - *Conhecimentos políticos elementares*. Moscovo, Edições Agência de Imprensa Novósti, 1975

O CASO DE ALZIRA, Ed.S. S. D., 1967.

PEÇA DE TEATRO - *Mulheres em Luta(1)*. Curso de Alfabetização, Porto, S.S.D., Abril 1980.

PEÇA DE TEATRO - *Mulheres em Luta(2)*. Curso de Alfabetização, Porto, S.S.D., 1981.

REGULAMENTO *Interno da Cooperserdo*, 1976. [fotocópia].

SINDICATO DO SERVIÇO DOMÉSTICO, (*Boletim Informativo*) nº7, Abril, 1975.

SINDICATO DO SERVIÇO DOMÉSTICO, (*Boletim Informativo*) nº8, Julho 1975

SINDICATO DO SERVIÇO DOMÉSTICO, (*Boletim Informativo*) nº9, Março 1976.

SINDICATO DO SERVIÇO DOMÉSTICO, (*Boletim Informativo*) nº10, Julho 1976

SINDICATO DO SERVIÇO DOMÉSTICO, (*Boletim Informativo*), nº11, Outubro 1976
 SINDICATO DO SERVIÇO DOMÉSTICO, (*Boletim Informativo*), nº12, Fevereiro 1977.
 SINDICATO DO SERVIÇO DOMÉSTICO, (*Boletim Informativo*) nº 13, Setembro, 1977.
 SINDICATO DO SERVIÇO DOMÉSTICO, (*Boletim Informativo*), nº14, 1978.
 SINDICATO DO SERVIÇO DOMÉSTICO, (*Boletim Informativo*), nº15, Outubro 1978.
 SINDICATO DO SERVIÇO DOMÉSTICO, (*Boletim Informativo*), nº16, Março 1979.
 SINDICATO DO SERVIÇO DOMÉSTICO, (*Boletim Informativo*), nº17, Outubro, 1979.
 SINDICATO DO SERVIÇO DOMÉSTICO, (*Boletim Formativo e Informativo*), nº18, Maio 1980.
 SINDICATO DO SERVIÇO DOMÉSTICO, (*Boletim Formativo e Informativo*), nº19, 1980.
 SINDICATO DO SERVIÇO DOMÉSTICO, (*Boletim Formativo e Informativo*) s/nº e s/d.
 SINDICATO DO SERVIÇO DOMÉSTICO, (*Boletim Formativo e Informativo*), s/nº, s/d.
 SINDICATO DO SERVIÇO DOMÉSTICO, (*Boletim Formativo e Informativo*), nº20, Setembro 1983.
 SINDICATO DO SERVIÇO DOMÉSTICO, (*Boletim Formativo e Informativo*), nº21, Março 1986.
 SINDICATO DO SERVIÇO DOMÉSTICO, (*Boletim Formativo e Informativo*), nº22, Junho 1986.
 TESTEMUNHO – *Mulher Portuguesa em Emigração. Que Vida?* nº54, Fevereiro 1980.

5.1. JORNAIS, REVISTAS E BOLETINS DO ESTRANGEIRO

DAGENS NYHETER - (PORTUGAL). *Revolutions pa mannens vilkor*, janº1976
 QUOTIDIEN DES FEMMES - *au Portugal...* 18.11.1975 (Marielle Christine Gros)
 FLASH-FLASH- FLASH- *Confédération mondiale du travail*. nº118, 15 Novembre, 1979, Belgique. *AREAME - Facklig Kvinnokamp*. Nº5, 1978, Holanda, p.4 (c/ fotos)
 VIJOBARI ETT OVERRFLOODIGT YRKE, nr.44, 1.11.1979. (fotos)
 SOCIALISTIK POLITIK – *Kvinder I Portugal* (Signe Arnfred), Mars, 1977.
 DE STANDUAN - *Vlaamse werft steum voor bedrelgde Kooperatieve. Portuguese dienstmeiden in verweer tegen uitbuiting*, 22.12.1981.
 VENCEREMOS – Boletim de la Coordinacion de los Sindicatos de Trabajadoras del Hogar de LIMA Metropolitana, nº9, Unho 1979.
 VOCABULÁRIO TEMÁTICO COOPERATIVO. ESTUDOS. CONTRIBUIÇÕES - *Terminologia. Específica e Genérica. Ministério do Planeamento e da Administração do Território. Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo, Lisboa, 1988.*

6. Fontes Orais

Entrevistas realizadas por Antónia Celeste de Jesus Vieira a:

FARIA, Maria da Conceição, 2005, Corroios, (Anexo A, nº3).

FREITAS, Maria Helena, 2005, Celorico de Bastos, (Anexo A, nº 10).
MACHADO, Maria Rosa, Porto, 2005, (Anexo A, n.º 13).
PEREIRA, Laura Gonçalves. Porto, 2005, (Anexo A, nº9).
PEREIRA, Maria da Glória. 2005, Cacia-Aveiro, (Anexo A, nº 8).
QUINTAS, Maria Inácia Félix, Évora, (Anexo A, nº11)
RAMOS, Maria da Conceição, em 2004, Amadora. (Anexo A, nº1).
RAMOS, Maria da Conceição, em 2005, Amadora (Anexo A, nº2).
SILVA, Gracinda dos Santos, 2005, Porto, (Anexo A, nº4 e 5).
SILVA, Natália Henriques, V.N. Gaia, 2007, (Anexo A, n.º 12).
TEIXEIRA, Dulce da Conceição, 2004, Porto, (Anexo A, nº14).
TEIXEIRA, Maria Angélica, 2005, Macedo Cavaleiros (Anexo A, nº6).
VIEIRA, A.Celeste Jesus, 2008, Porto, (Anexo A, nº7).

Entrevista em Grupo focalizada a:

RAMOS, Maria Conceição, Ana da Luz, Alexandre, Isabel, Jerónimo e Vitória Pinheiro. Amadora, 2005, (Anexo, nº15).

6.1.Fontes Oraís (não gravadas)

Maria (Obra de Sta.Zita)

Miranda, Maria Emília, 2004, Lisboa, dirigente sindical (já faleceu)

Erminda (Cacia - Aveiro)

7. Bibliografia Geral

AFONSO, A. – *Sociologia da Educação não - escolar : reactualizar um objecto ou constituir uma nova problemática?* 1989, p.78 [fotocópia].
AFONSO, A. J. – *Os Lugares da Educação*, in SIMSSON, Olga, PARK, Margareth, FERNANDES, Renata (orgs). - *Educação Não Formal. Cenários da Criação* Editora Unicamp, Brazil. 2001, p.29-36.
AFONSO, J. A. - *Vale a pena pensar nisto...Fórum sobre o desemprego do docente*, 30, Janeiro 2008.[http://www. Feneprof., pt](http://www.Feneprof.pt).
AGUIAR, Neuma - *A Mulher na Força de Trabalho: Um balanço de Perspectivas*. Mensário de Pesquisa do RJ – IURJ, 1979, pp.2-7.
ALMEIDA, A. D; CRUZ, Arlete; TAGUIL, Fernanda; BARROS, I.F; Sales, J.C. - *Dicionário breve da História*. Lisboa, Editorial Presença, 1996.
ALMEIDA, Carlos - *Sindicalismo*. Porto, IFST, 1977.
ALMEIDA, Inês Barros - *Da conversa cricri*. Repartição Internacional do Trabalho. Brasil, RJ., 1969.

- ALVES, J. Felicidade - *Católicos e Política, de Humberto Delgado a Marcelo Caetano*. Lisboa, Tipografia Leandro, 1969.
- AMIGUINHO, A. e CANÁRIO, R. - *Escolas e Mudança: O Papel dos Centros de Formação*. Lisboa, Educa, 1994.
- AMORÓS, Célia - *Crítica de la razon patriarcal*. Barcelona, Anthropos, 1985.
- ANDERFUHREN, Marie - *Le Syndicat des Employées de maison de Recife*. Cadernos de Pesquisa da FCC, Editores autores associados, nº110, Brasil, S.P., 2000.
- ANDERFUHREN, Marie et CISTE, Mamourrata - *Egalité pour les femmes en matière d'emploi (document de travail)*. Genève Bureau International du Travail, Mars, 1993, pp.3-19.
- ANTÓNIO de Moraes Silva - *Dicionário de Língua Portuguesa*, R.J. Empresa Fluminense, 1890.
- APPLE, Michael e NÓVOA, A.(orgs.) - *Paulo Freire: Política e Pedagogia*. Porto, Porto Editora, 1998.
- ARAÚJO, Helena e MAGALHÃES, Maria José - *Des-fiar Perspectivas Biográficas, Mulheres e Cidadania, Lisboa, C.I.C.M., 2000*.
- ARAÚJO, Helena (orgs.) - *Ex aequo*. Revista nº7, APEM, Oeiras, Celta Ed., 2003.
- ARIÉS, P. E DUBY - *História da Vida Privada. Da 1ª Grande Guerra Mundial aos nossos dias*. Porto, Afrontamento, Vol. V, 1991.
- ARIÉS, Philippe - *Essais de Mémoire (1943-1983)*. Paris, Sevil, U'univers Historique, 1993.
- ARIÉS, P; DUBY, G; LE GOFF. - *História e Nova História*. Lisboa, Editorial Teorema, 1994.
- ARTHUYS, Beatrice - *As Mulheres Portuguesas e o 25 de Abril*. Porto, Afrontamento, 1977.
- AUGÉ, MARC - *Para que Vivemos?* Lisboa, Graus Editora, 2006.
- ÁVILA, P. Fernando. (SJ) - *A Doutrina Social da Igreja*. (Em linha), Brasil, actual.21.04.2005. (consult.11.NOV.2005). Disponível na www: <<http://www.presbíteros.com.br>>.
- BALLALAI, Roberto - *Educação Formal e não Formal: momentos de Síntese*. Revista Em Aberto, Brasília, ano 2, nº18, Agosto/Novembro, 1983, pp. 1-9.
- BAPTISTA, Virgínia do Rosário - *As Mulheres no Mercado de Trabalho em Portugal. Representações e Quotidianos. (1890-1940)*. Lisboa, Gráfica 2000, 1999.
- BARBIER, Jean-Marie - *Savoirs Théoriques et Savoirs d'Action*. Paris, P.U.F., 1996.
- BARBOUR, Rosaline & KITZINGER - *Developing Focus Group Research, Politics, Theory and Practice*. London, Sage Publications, 1999.
- BARDIN, Laurence - *Análise de Conteúdos*. Lisboa, Edições 70,1997.
- BARRETO, José - *Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar*. Revista Análise Social, vol. XXIX, 1994, pp.287-317.
- BARROS, Mari Nilza Ferrari - *Análise Psicossocial das representações de empregadas domésticas (estudo exploratório)*. Dissertação do Mestrado do Curso de Pós Graduação em Psicologia Social, São Paulo, Universidade Católica, 1985.
- BECKER, Edward S. - *Uma teoria de acção colectiva*. Rio Janeiro, Zahar, 1977.
- BELCHIOR, F.H. - *Educação de Adultos e Educação Permanente*. Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- BELTRAIN, Elena. Maquieira, Virginia. (eds). Genealogia de la Vindicación, in Álvarez, Silvina e Sanchez Cristina - *Feminismo. Debates Teóricos Contemporâneos*, Madrid, Ciências Sociais, (texto policopiado), Cap.1, 2001, pp.17-73.
- BENAVENTE, A. - *Escola, Professoras e Processos de Mudança*. Lisboa. Horizonte. 1990.

- BERGER, Guy- “A experiência pessoal e profissional na certificação dos saberes: a pessoa ou a emergência de uma sociedade global”. In *Actas da Conferência Nacional Novos Rumos para o Ensino Tecnológico e Profissional*. Porto, GETAP, 1991.
- BETTENCOURT, Ana; Campos, Joana; Fragateiro, Lourdes – *Educação para a Cidadania*. Lisboa, C.I.D.M., 1999.
- BOLLI, Michèlle et (al) -*Femmes et Formation*. Cahier nº38, Université Genève, 1985.
- BOOK, A. Sven - *Valores Cooperativos num Mundo de Mudança*. Lisboa, INSCOOP, 1993.
- BOURDIEU, Pierre - *La Misère du Monde*. Ed. du Seuil, 1993, p. 925.
- BRAGA da CRUZ, M. - *Monarquia e Republicanos no Estado Novo*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1986.
- BRAGA da CRUZ, M. - *O Movimento dos Círculos Católicos de Operários: primeira expressão em Portugal do Sindicalismo Católico*. Lisboa, IDL., 1987.
- BRAGA DA CRUZ, Ana M. - “Cooperserdo - Cooperativa de Serviços Domésticos”. In *Urdir a Teia, Tecer a Vida*. Cadernos da Condição Feminina, Nº32, Lisboa, Comissão Para a Igualdade e para o Direitos das Mulheres, 1991.
- BRAGA da CRUZ, M. - *Instituições Políticas e Processos Sociais*. Venda Nova, Bertrand Editora, 1995.
- BRAGA da Cruz, M. - *O Estado Novo e a Igreja Católica*. Lisboa, Editorial Bizâncio, 1999.
- BRANDÃO, C. R. - *Educação Popular*. 3ª Ed. S.P, Brasiliense, 1986.
- BRANDÃO, Carlos R. - *O Ardil da Ordem: Caminhos e Armadilhas da Educação Popular*. Campinas, Papirus, 1983.
- BRUNEAU, Thomas - *A História da Igreja Católica no Brasil*. fotocopiado e encadernado.(Tese de doutoramento)
- BRUSCHINI, Cristina e ROSEMBERG, Fúlvia. - *Trabalhadoras do Brasil*, Editora Brasiliense, F.C.C.1982.
- BRUSCHINI, C. - *Tendência da Força Feminina no Brasil nos anos 70 e 80:algumas comparações regionais*, Fundação Carlos Chagas, Brasil, São Paulo, 1994.
- BRUSCHINI, C. & Lombardi, M. R. - “A Bipolaridade do Trabalho Feminino no Brasil Contemporâneo”. *Cadernos de Pesquisa, F.C.C.*, Brasil, Editores Associados, nº110, Junho, 2000, 67-104.
- BURDEAU, Georges - *A Democracia*. Lisboa, Publicações Europa América, 1969.
- BURKE, Peter (org.) - *A Escrita da História – Novas Perspectivas*, São Paulo, Editora UNESP, 1992.
- CABRAL, João - *As Mulheres, a maternidade e a posse da Terra no Alto Minho*. Análise Social, Vol. XX, 1984, pp. 97-112.
- CABRAL, M. Vilaverde - *O Operariado nas vésperas da Republica (1909-1910)*, Lisboa. Ed. Presença, 1977.
- CANÁRIO, Rui - *Educação de Adultos. Um campo e uma problemática*. Lisboa, Educa, 1999.
- CANÁRIO, Rui, CABRITO, B.(orgs.) - *Educação e Formação de Adultos. Mutações e Convergências*. Lisboa, Educa, 2005.
- CANDEIAS, A. - *Educar de outra forma. A escola Oficina nº1. 1905-1930*. Lisboa, I.I.E., 1994.

- CARRILHO, Maria - *População Activa: conceito e extensão através dos censos*. <http://www.ine.pt/ngt-server/attachfileu.jsp.look-parentiBoni=106989/&actdisplay=n&alt-download=y>, 13/12/2007.
- CARVALHO, Adalberto Dias de; Baptista, Isabel; Pereira, Paula Cristina (orgs.) – “A solidão: uma ou muitas?” in “Filosofia e Pedagogia Social - *A Filosofia e a Cidade*, Porto, Campo das Letras, 2008.
- CARVALHO, Carolina; VIEIRA, Celeste; SANTOS, Esmeralda e MELO, Laura. “Conceito polémico. Perspectiva histórica” in MARQUES, Carmo et al. (org). - *Um Olhar sobre os Feminismos. Pensar a democracia no mundo da vida*. Porto, Edições UMAR, 2003, pp.31-45.
- CARVALHO, Lenira - *A luta que me fez crescer*. Recife, Edições Bagaço, 2000.
- CARVALHO, R. - *História do ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
- ÇAMI, Foto - *A Classe Operária e a Sua Missão Histórica Mundial*. Lisboa, Publicações Nova Aurora, 1975.
- CERRONI, Umberto - *O Pensamento Político*, Vol. VII, Editorial Estampa, 1976.
- CERTEAU, M. - *Fazer História*, Vol. I, Bertrand, Lisboa, 1977.
- CERTEAU, M. – *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis, Edição Vozes, 2004
- CHAIA, Miguel - “Trabalho entre a Política e o Conceito”. In *Questões Urbanas Espaço Global e Regional Interiorização*. S.Paulo, Revista S. Paulo Em Perspectiva, Vol.9, nº.13, 1995, pp.127-134.
- CHIS, BEASLEY - *What is Feminism? Na introduction to Feminist Sthory*. London, Sage Publications, 1999.
- COELHO, M. Dias - *O Problema das Criadas*, OPFC, 1958.
- COLIN, Armand - *O Inquérito. Teorias e Práticas*. Oeiras, Celta Editora, 1995.
- COLIN, Madeleine - *Femmes, Syndicats, luttés de classe ce n'est pas d'aujourd'hui*. Paris, Editions Sociales, 1975, pp.197-243.
- CONTRERAS, Rolando - *Os Programas de Educação Não Formal como parte integrante do processo de Educação e de Organização Popular*. Brasília, Revista Em Aberto, ano 2, nº18, ago/novº, 1983, pp.25-40.
- CORREIA, J. A. - *Para uma Teoria Crítica em Educação*. Porto, Porto Editora, 1998.
- CORREIA, J. A. - *Inovação Pedagógica e Formação de Professores*. Porto, Edições Asa, 1989.
- CORREIA, J. A. - *As Ideologias Educativas em Portugal nos últimos 25 anos*, Porto, Asa Editores, 2000.
- CORREIA, J. A. - *A Construção Científica do Político em Educação*. Revista Educação, Sociedade & Cultura, nº15, 2001, Porto, Afrontamento, 2001, pp.19-43.
- CORREIA, J e MATOS, M. - “ Contributos para a Produção de uma Epistemologia das Práticas Formativas: Análise de uma Intervenção no Domínio da Saúde Comunitária” in *Actas das Jornadas sobre Educação de Adultos*, 1994, pp.333-346. (fotocópia).
- COSTA, F. F. -. *Breviário Cooperativo. O pensamento de António Sérgio*. Porto, Cooperativa Operária de Produção de Tipografia, 1979.
- COSTA, Ramiro - *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal. (1820/1975)*. Lisboa, Assírio & Alvim, Vol. II, 1979.

- COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina (orgs.) - *Uma questão de Género*. R.J., Ed. Rosados-Ventos, (F.C.C.), 1992.
- COVA, Anne - *Movimento Feminista em Portugal*. Lisboa, Seminário da UMAR, (texto policopiado), 1998, pp. 8-15.
- DUBY, George. - *Para uma História das Mentalidades*. Lisboa, Ed. Terramar, 1999.
- DUBY, George et PERROT, Michelle - *História da Vida Privada. Da Primeira Guerra Mundial aos nossos dias*. Porto, Edições Afrontamento, Vol.5,1991.
- DUBY, George e PERROT, Michelle - *As Mulheres e a História*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995.
- DUSSUET, Annie. - *Travaux de Femmes enquêtes sur les services à domicile*. Paris, L'Harmattan, 2005.
- EDMA - Enciclopédia do Mundo Actual - *O Sindicalismo. Instituições. Movimentos personalidades. Histórias: tendências. Perspectivas*. Lisboa, Publicações D. Quixote, pp.128/129.
- ENRIQUE y SCHULZE, Trudy - *Educar Animar*. Lisboa, PEB, 1976.
- ESCOBAR, LUCÍLIA - *Género e Identidade socioprofissional em Enfermagem*. Porto, Ed.Afrontamento, 2004.
- ESTANQUE, Elísio e (al.) - *Sindicalismo e Relações Laborais*. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº62, Coimbra, CES, Junho, 2002.
- ESTEVES, A. & AZEVEDO, J.(Eds.) - *Metodologias Qualitativas. Para as Ciências Sociais*. Porto, ISFL -UP, 1998.
- ESTUDO DE CASO - “*Criada de Servir integrado nas Jornadas Internacionais*.” Por uma Sociedade Superando as Dominações do Secretariado Nacional. Lisboa, CRC.1978.
- FLUC – “*As Primeiras Deputadas Portuguesas*”, in Actas, vol. II, do Colóquio. *A Mulher na Sociedade Portuguesa, visão histórica e perspectivas actuais*. Coimbra, FLUC, 1986, pp.427/428.
- FÁVERO, Osmar - “*Lições da História: os avanços de sessenta anos e a relação com as políticas de negação de direitos que alimentam as condições do analfabetismo no Brasil*” in OLIVEIRA, Inês B. e Paiva, Jane (orgs) - *Educação de Jovens e Adultos*. R.J., Ed. Nilda A. e Regina L.G. DP & A. CIP - 2004.pp.13-28.
- FELGUEIRAS, Margarida e Menezes, Cristina (orgs.) - *Rogério Fernandes. Questionar a Sociedade, interrogar a História, (re)pensar a Educação*. Porto, Ed.Afrontamento, 2004.
- FELGUEIRAS, Margarida - *Para uma História Social do Professorado Primário em Portugal no século XX. Uma nova família: O Instituto do Professorado Primário Oficial Português*. Porto, Campo das Letras, Editores, 2008.
- FELGUEIRAS, Margarida Louro. “*O poder da crença em Educação*”, in **Jorge, Vítor Oliveira; Macedo, Costa** - *Crenças, religiões e poderes: dos indivíduos às sociabilidades*. Porto, Afrontamento, 2008, pp. 101-108.
- FERNANDES, A - *Social-democracia e Doutrina Social da Igreja. Incompatíveis ou convergentes?* Lisboa, publicações D. Quixote, 1979.
- FERNANDES, J. António - *O Sindicalismo*, Lisboa, Ed. Conhecer, 1981.
- FERNANDES, R. - *A História da educação e o Saber Histórico*. Lisboa, APH, 1998.
- FERNANDES, Rebeca - “*Construção da informação qualitativa uma tarefa complexa*” in ETD - Educação Temática Digital, Campinas, v.10, nº1, pp.240-247,dezº2008.

- FERNANDES, Rogério e Vidigal, Luís (Coord.) - *Infantia et Pueritia. Introdução à História da Infância em Portugal*. Santarém. Escola Sup. Educação, 2005.
- FERNANDEZ, G. Carlos - “Capacidades dos Dirigentes Cooperativos eleitos e a Formação dos Representantes das Cooperativas”, in *A Economia e os Seus Dirigentes. O problema da formação*, Lisboa, Incoop, 1997, pp. 41-72.
- FERRAROTTI, F. - *Sobre a Autonomia do Método Biográfico*, in Nóvoa, A. de Finger, M.(orgs). *O Método (auto) Biográfico e a Formação*. Lisboa, M.S, 1989, pp.17-34.
- FERREIRA, Virgínia. - *O efeito de Salieri*. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº62, Junho, Coimbra, 2002.
- FERREIRA, Virgínia - “O papel de algumas organizações internacionais no crescente reconhecimento dos direitos mulheres”, in Teresa Tavares e Virgínia Ferreira, (org.), *Políticas de Igualdade*, Revista Ex Aequo nº2/3, Oeiras, Celta, 2000, pp.207-208.
- FERRY, G. - *Le Trajet de la Formation*. Paris, Dumon, 1983.
- FINA, d’ Armada - *O Sufrágio Feminino em Portugal*. 2000. [Texto policopiado].
- FINA, d’ Armada – *Mulheres Navegantes. No tempo de Vasco da Gama*. Ésquilo Edições, 2006.
- FLEURI, REINALDO - *Educação Popular e Universidade*. UESC, NUP, 2001.
- FONSECA, Carlos - *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal III*. Lisboa, Publicações Europa América, 1976.
- FONSECA, Laura – *Vozes, Silêncios e Ruídos*. F.P.C.E-UP, 2006. [tese de doutoramento]
- FONSECA, Ronaldo - *A Questão do Estado na Revolução Portuguesa*. Lisboa, Livros Horizonte, 1983.
- FOUCAULT, Michel - *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Editora Vozes, 2004.
- FREIRE, Paulo - *Educação como prática da Liberdade*. R. J., Ed. Paz e Terra, 1969.
- FREIRE, Paulo - *Pedagogia do Oprimido*. Porto, Afrontamento, 1972.
- FREIRE, Paulo - *Uma Educação para a Liberdade*. Porto, Textos Marginais, 1973.
- FREIRE, Paulo - *Acção cultural para a libertação e outros escritos*. Lisboa, Moraes Editores, 1977.
- FREIRE, Paulo e MACEDO, Donaldo - *Alfabetização leitura do mundo, leitura da palavra*. R.J., Ed. Paz e Terra, 1990.
- FREIRE, Paulo - *Pedagogia da Esperança (Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido)*. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1994.
- FREIRE, Paulo - *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1997.
- FRIGOTTO, G. ; CIAVATTA, M., RAMOS. M. - “A Política de Educação Profissional no Governo Lula: Um Percorso Histórico controvertido”. Revista de Ciências da Educação, nº92, vol.26, in *Políticas Públicas de Regulação: Problemas e Perspectivas da Educação Básica*. Editorial CEDES. SP, Unicamp, 2005, pp.1087-1139.
- GADOTTI, M. e Romão (org.) *Educação de Jovens e Adultos –Teoria, prática e proposta*, 2ª.ed.IPF.Cortez, 1997.
- GALLEGO, Andrés - *História da Gente Pouco Importante*. Lisboa, Ed.Estampa, 1993.
- GALVANI, P. - *Autoformation y Fonction de Formateur*. Lyon, Chronique Sociale, 1991.
- GALVÃO, Walnice e GOTLIB, Nádía B. - *Prezado senhor, Prezada senhora - Estudos sobre Carta (Orgs)*. Companhia das Letras, S. Paulo BR, 2000, p.22.
- GARANDERIE, Antoine - *Crítica da Razão Pedagógica*. Lisboa, Instituto Piaget, 2000.

- GODINHO, Tatau e SILVEIRA, M. Lúcia (orgs) - *Políticas públicas e igualdade de género*. Prefeitura de São Paulo, Coordenadora Especial da Mulher, 2004.
- GOFFMAN, Erving - *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*. Sta. Maria da Feira, Editora Relógio d' Água, 1993.
- GONÇALVES, P. Jardim e (orgs). - *A Igreja no Mundo Operário. Contributo para a História da Liga Operária Católica Feminina (1936-1974)*. Coimbra, Gráfica Coimbra, 2002.
- GONZALEZ, L. - "A Mulher negra na Sociedade Brasileira". In MADEL, L.(ed), *O lugar da Mulher: Estudo sobre a Condição feminina na Sociedade Actual*. Edições Graal, Rio Janeiro, 1982.
- GOULDNER, Alvim - *La Sociologie actual: renovacion y Crític*. Madrid, Alianza Univ., 1973, (fotocópia).
- GREEN, J. & HART, L. - *Developing Focus Group Researcrh. Politics, Theory and Practice*. London, Sage Publications, 1999.
- GOMBRICH, E.H. - *Para uma História Cultural. Trajectos*. Lisboa, Grádiva, 1994.
- HABERMAS, J. - *Técnica e Ciência como Ideologia*". Lisboa, Edições 70, 1993.
- HADDAD, Sérgio - "A Educação continuada e as Políticas Públicas no Brasil"- RIBEIRO, in Vera M.(org.) *Educação de Jovens e Adultos» - Novos leitores, novas leituras*. Acção Educativa, Brasil, Mercado das Letras, 1999, pp.191-195.
- HARNECKER, Marta - *Les Concepts Elementaires du Materialisme Historique*, Ed.Contradictions, Bruxelles, 1974.
- HARNECKER, Marta e URIBE, Gabriela - *Luta de Classes(4-1)*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1975.
- HARNECKER, Marta e URIBE, Gabriela- *Socialismo e Capitalismo(6)*,), Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976.
- HARNECKER, Marta e URIBE, Gabriela - *Socialismo e Comunismo (7)*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976.
- HENRIQUES, Fernanda - "Rousseau e a exclusão das mulheres de uam cidadania efectiva" in Ferreira, Maria Luísa (org). *O que os filósofos pensam das Mulheres*, Lisboa, CFUL, 1998, pp. 171-190.
- HENRIQUES, Fernanda (orgs.) - "Movimento Feminista e Educação: Portugal, décadas de 70 e 80". *Estudos sobre as Mulheres em Portugal*.In Revista Ex aequo, nº.1 Oeiras, Celta Editora, 1999, p.143-144.
- HENRIQUES, Mendo e AMARAL, A., - *D. António Ferreira Gomes e o Pensamento Social*. Simpósio Profecia e Liberdade em D. António Ferreira Gomes.Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1998.
- IMAGINÁRIO, Luís - *Um Ensino de Balanço de Competências em Portugal*.Lisboa, Artes Gráficas, 1998.
- INFANTE, Isabel (org.) – *Analfabetismo Funcional*. Revista Ciências Sociais e Educação, Ano IV, nº 5, Jul.1999.
- JACQUET, Christine. - *Urbanização e emprego doméstico*, Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.18, nº52, Associação Nacional de Pós - Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2003, p.163-183.
- JOAQUIM, Teresa - *Menina e Moça. A Construção Social da Feminilidade*. Lisboa, Fim do Século, 1997.
- JOSSO, Marie Christine - *Experiências de Vida e Formação*. Lisboa, Educa, 2002.

- KADDOURI, M. - *Place du Project dans les Dynamiques Identitaires*. In *Education Permanente*, nº.128, 1996.
- KAUFMAM; Tania. - *A Aventura de ser dona de casa e empregada. Um assunto sério visto com humor*. S. Paulo, F.C.C., 1979.
- KERGOAT, DANIELÉ, (coord) - *Travail des hommes travail des femmes. Le mur invisible*. Cahiers du Genre nº.32, L. Harmattan, Paris, 2002, pp.138-160.
- KIRSCHNER, Ana Maria e MONTEIRO, Cristiano F.(orgs). -*Trabalho e Globalização*. Revista semestral temática de Ciências Sociais e Educação, Ano VI, nº9, 2001.
- KOFES, Suely - *Experiências Sociais, Interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites*. Cadernos Pagu (3), FCC, 1994, pp.117-141.
- KOLLONTAI, Alexandra - *A Oposição Operária, 1990-1991*. Porto, Afrontamento, 1973.
- LAMAS, Rosmarie W.N. - *Mulheres para além do seu Tempo*. Lisboa, Bertrand Ed., 1995.
- LARA, Sara -« Genre, ethnicité et violence dans les migrations rurales au Mexique »- KERGOAT, DANIELÉ, (coord).*Travail des hommes travail des femmes. Le mur invisible*. Cahiers du Genre nº.32.L'Harmattan, Paris, 2002, pp.161-180.
- LAUTIER, Bruno - *Por uma Sociologia de heterogeneidade do trabalho*. Revista Latinoamericana dos Estudos del Trajalho, Vol.5, nº9, 1999, pp.7-32.
- LAUTIER, Bruno - *Les employées domestiques latino-américaines et la sociologie: tentative d'interprétation d'une bévue*. http://cahiers_du_genre.iresco.fr.numero_32.htm pp.137-160.
- LENINE - *A Questão dos Sindicatos(1921)*. Vila da Feira, Gráfica Feirense, 1971.
- LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre - *Fazer História*, Vol., I e II, Lisboa, Livraria Bertrand, 1977.
- LE GOFF, Jacques - *História e Memória*. História, I vol., Lisboa, Edições 70, 1982.
- LE GOFF, Jacques - *História e Memória*. Memória, IIº vol., Lisboa, Edições 70, 1982.
- LE VEN, MICHEL M. - *Dirigentes Sindicais produtores da história e contadores de histórias*. Revista São Paulo em Perspectiva, Vol., 12., nº 1, Jan./Março, 1998, pp.96-103 (fotocópia).
- LEWIN, Helena - “Reflexões sobre a educação de adultos como uma prática social do Estado”. VII Encontro Associação Nacional de Pós – de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Vol. II, *Trabalho Feminino e Programa Governamental (1973-1976)*, Revista Brasileira Estudos Pedagógicos, Brasília, 65,1984, pp. 5-20.
- LIMA, Jacob - *O Trabalho Autogestionário em Cooperativas de Produção: o paradigma revisitado*. Revista Brasileira Ciências Sociais, vol.19, nº56, São Paulo, EDUCSC, Out.º, 2004, pp. 45-62.
- LIMA, Licínio - *Do aprender a ser à aquisição de competências para competir*. In KINGS, Ivana et Kehl, António (al). Revista Margem Esquerda. Ensaios Marxistas nº5, Boitempo Editorial, pp.176-189 (fotocópia).
- LIMA, Licínio (Org.) - *Educação de Adultos*. Forum II. Braga, Univ. do Minho, 2000.
- LOPES, Albino - “Atitudes dos Dirigentes Cooperativos eleitos face ao problema do Poder”. In *A Economia e os Seus Dirigentes. O problema da formação*, Lisboa, Incoop, 1994, pp. 9-21.
- LOPES, A; RETO, L. - *Cooperativismo e Sindicalismo: a experiência das Cooperativas de produção*. Lisboa, I. Cooperativo António Sérgio, 1992.
- LOURENÇO, Joaquim - *A organização Cooperativa em Portugal, in O Regime legal da Cooperativa (Seminário Internacional)*, Lisboa, Incoop, 1994,p.72-92.

- LUCCI, Elian Alabi - *A globalização e a doutrina Social da Igreja*. (Em linha). Brasil. U.S.P. (Disponível:<http://www.midiaindependente.org.pt/blue/2004/0s/281643.shtml>. Consult.Nov.2005).
- MACEDO, Eunice & Koning, Marijke (coords.) – *Reinventando Lideranças.Género, Educação e Poder*.Fundação Cuidar o Futuro &Livpsic, 2009.
- MACEDO, Gabriela e AMARAL, Luísa - “A palavra, a identidade e a cultura translativa. Para uma introdução ao Dicionário terminológico da crítica feminista”, *in* Maria Irene Ramalho e António Sousa Ribeiro (orgs), - *Entre ser e estar: Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*, Porto, Afrontamento, 2002, pp.383-408.
- MACHADO, S. V. - *Sindicalismo Cristão hoje, Lisboa, I. D. L. 1987*.
- MACPHERSON, Ian – *Princípios Cooperativos para o Século XXI*. Lisboa, Incoop, 1996.
- MAGALHÃES, Maria José - *Movimento Feminista e Educação*. Portugal, Décadas de70 e 80.Oeiras,Celta Editora, 1998.
- MAGALHÃES, Maria José – *Mulheres, Espaços e mudanças: o pensar e o fazer na educação das novas gerações*. 2005. [Tese de Doutoramento]
- .
- MARQUES, Fernanda (coord) - *O Balanço de Competências.Nas Oficinas de Projectos. Reflexões sobre um percurso*.P.Brandão, ANOP, 2000.
- MARQUES, Oliveira - *História de Portugal*. Lisboa, Palas Editores, 1976.
- MARTINS, Maria Conceição - *Boletim Militante*.Lisboa, JOC,1978.
- MARTINS, Moisés - *O Olho de Deus no discurso Salazarista*. Porto, Edições Afrontamento, 1990.
- MATOS, M. - *Teorias e Práticas da Formação - Contributo para a Reabilitação do Trabalho Pedagógico*. Porto, Editorial Asa, 1999.
- MEDINA, M.Teresa G. – *Experiências e Memórias de trabalhadores do Porto.A dimensão educativa dos movimentos dos trabalhadores e das Lutas Sociais*. Dissertação de Doutoramento em Ciências da Educação.FPCE/UP., 2008.
- MEERSSCHAERT, Lieve - “Alguns contributos para o estudo da identidade das empregadas domésticas em Portugal”. *In Análise Social*, Vol. XXII, N°92/93, 1986, pp.633-642.
- MEIHY, J.C. - *Manual História Oral*. S. Paulo, Ed. Loyola, 5.ª Edição, 2005.
- MELO, A. AFONSO, A; et (al). - *Educação de Adultos (Fórum I)*. Braga, Universidade do Minho, UEA, 1994.
- MELO, Hildete - *De criadas a trabalhadoras*, Revista Estudos Feministas, nº2, MICT.DIPES/IPEA, 1998, pp.323-357.
- MELLO, M.F. - *De Análise de Participação Feminina no Mercado de Trabalho no Brasil* . RJ, PUC, 1982. (Dissertação Mestrado).
- MANEGHEL, F. - *Realidade pseudo-escrita: a doméstica Lena, a dona de casa Alice e a intelectual Gertrudes têm uma só compreensão do valor*. Estudos Femininos, Florianópolis, vol.12, nº2, 2004, CFII/CCE/UFSC, pp.116-134.
- MENDES, José M. Amado - *A História como Ciência. Fontes, Metodologia e Teorização*. Coimbra. Coimbra Editora. 1987.
- MIGNOT, A. Chrystina, BASTOS, Helena, CUNHA, Teresa (org.ªs) - *Refúgios do eu. educação, história, escrita autobiográfica*. Florianópolis, Mulheres, 2000.
- MILKMAN, Ruth e ELLEN, Reese e ROTH, Benita. - *A macrossociologia do trabalho doméstico remunerado*. Género, Tecnologia e trabalho. Revista Latinoamericana de Estudios del trabajo, Año 4, nº7, 1998.pp.143-167 (fotocópia).

- MINET, F., PARLIER, Michel et WITE, Serge, - *La Compétence, Mythe, Construction ou Réalité?* Paris, Editions l'Harmattan, 1994.
- MOACIR, Gadotti e TORRES, A. - *Estado e Educação Popular na A. Latina.* São Paulo.Papirius. 1992.
- MONTES, A.; MATTOSO,J.; PINTO, M. - *Perspectivas sobre a História da Igreja.* Lisboa, CRC. /4, 1982.
- MONTENEGRO, Antonio - *História Oral e Memória. A cultura popular revisitada.* S. Paulo, Editora Contexto, 2003.
- MORAES, Carmem Sylvia e NETO, Sebastião – “Educação, Formação Profissional e Certificação de Conhecimentos: considerações sobre uma política pública de certificação profissional”. in *Entre Deleuze e a educação.* Rev.Ciências da Educação, n°93, Vol. 26, SP. Unicamp.Campinas, 2005, pp.1435-1469.
- MORAES, Cármen Sylvia. V. - *A Socialização da Força do Trabalho: instrução Popular e Qualificação Profissional. (1873-1934),* Editora Universidade São Francisco, CDAPA, 2003.
- MORAES, Vera Regina Pires - *Educação Não Formal: Um estudo pela Análise de Projectos desenvolvidos em diferentes grupos.* Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, 4 (1): 135/148, Jan/Jun., 1979, pp.134-147.
- MOREIRA, Montes e al.-*Perspectivas sobre a História da Igreja.*Cascais,CRC,1982.
- MOREIRA, Adriano - *Os Cristãos e a Política.*Braga, Imprimatur, 1979.
- MORGAN, David L. - *Focus Groups as Qualitative Research,* London, Sage, 1997.
- MORROW, RAYMOND e TORRES, C.A. – *Teoria Social e Educação.Uma crítica das Teorias da Reprodução Social e Cultural.* Porto, Ed.Afrontamento, 1997.
- MOZZICAFREDO, Juan - *Estado, Providência e Cidadania em Portugal.*Oeiras, Celta, 1997.
- MOURA, Manuel - *O Pensamento de Paulo Freire. Uma Revolução na Educação.* Lisboa, Multinova, 1978.
- MUNÓZ, Cristina S; Pereira, Elena B. e Alvarez, Silvina - Feminismo liberal, radical Y socialista, in, Elens Beltran, Virgínia Maquirira, Silvina Alvarez e Cristina Sanchez (eds), *Feminismos. Debates Teóricos Contemporâneos.* Madrid, Alianza Editorial, 2001.
- NAMORADO, Rui - *Lenine a questão dos Sindicatos(1921).*V.Feira, Gráfica Feirense, 1971.
- NAMORADO, Rui - *Horizonte Cooperativo: política e projecto.* Coimbra, Almedina, 2001.
- NASCIMENTO, Amábil S. - *Doméstica: Atavismo social (paternalismo e manha).* S. Paulo, Brasil, F.C.C., 1978.
- NETO, Regina. - *Cidades da Mineração. Memória e práticas culturais. Mato Grosso na primeira metade do século XX.* Mato Grosso, EDUFMT, 2006.
- NOGUEIRA, Conceição - *Um novo olhar sobre as relações de género: Feminismo e perspectivas críticas na Psicologia Social,* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e F. C. T., 2001.
- NORONHA, M. - *Sindicalismo: que futuro.* Lisboa, Clássica, 1993.
- NÓVOA, A - *A República e a Escola: das intenções generosas ao desengano das realidades,* in Ministério da Educação, Reforma de 1911, MEC, Lisboa, separata da Revista Portuguesa de Educação, Vol. 1, n.º 3, pp. 29-60. [Http://www.primeirarepublica.org/portal/index.php?option=com_customproperties&task=show&Itemid=21&bind_to_section=bibliografias&cp_bibliografia_pesquisa_tematica=28](http://www.primeirarepublica.org/portal/index.php?option=com_customproperties&task=show&Itemid=21&bind_to_section=bibliografias&cp_bibliografia_pesquisa_tematica=28).
- NÓVOA, A. - O Método (auto) biográfico na Encruzilhada dos Caminhos e Descaminhos da Formação de Adultos in *Revista Portuguesa de Educação,* 1 (2), 1988, pp.7-20.

- NÓVOA, A; FINGER, Mathias (coord.) - *O Método (Auto) biográfico e a Formação*. Lisboa, M.S, 1988.
- NÓVOA, A et (al) - *Formação para o desenvolvimento*. Lisboa, Fim do Século, 1992.
- NÓVOA, A - *História da Educação*, Lisboa, FPCE – UL, 1994.
- NOUCHI, A. - *Iniciação às Ciências Históricas*, Coimbra, Livraria Almedina, 1977.
- NOUROUDINE, Abdallah - *L'expérience: creuset de rencontres et de transformations in Education Permanente*.160/2004-3
- OSÓRIO, J. (ed) - *Educacion de Adultos Y Democracia*. Madrid, Editorial Popular, O. E. I., 1990.
- PAIVA, P. T. - *A Mulher no Mercado de Trabalho Urbano*. Encontro Nacional de Estudos Populacionais II, Água de São Pedro, Brasil, 1980.
- PANNEKOEK, Anton - *Controlo Operário e Socialismo*. Textos Exemplares, Porto, 1976.
- PATRIARCA, Fátima - *A Questão Social no Salazarismo.1930-1947*. Porto, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Vol. I e II, 1995
- PAZ, Olegário - *Empregadas Domésticas, Mulheres em Luta. Para a História do Serviço Doméstico em Portugal*. Lisboa, Edições Base - Fut, 1979.
- PAZ, Olegário - *Subsídios para a História do Serviço Doméstico - das Origens até 1921*. [não publicado].
- PEREIRA, A e POUPA, C. - *Como Escrever uma Tese - monografia ou livro científico usando o Word*. Lisboa, Ed.Sílabo, 2004.
- PEREIRA, J. Pacheco - *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal*. Porto, Ed.Nova Crítica, 1975.
- PEREIRA, J. Pacheco - *A Sombra. Estudo sobre a clandestinidade comunista*. Lisboa, Grádiva Publicações, 1993.
- PEREIRA, J. Pacheco - *O Nome e a Coisa. Textos dos anos 80 e 90*. Lisboa, Editorial Notícias, 1997.
- PERRENOUD, P. - *Pedagogia Diferenciada*. Porto Alegre, ARTEMED Editora, 2000.
- PERROT, Michelle - *As Mulheres ou os Silêncios da História*, S. Paulo, EDUSC, 2005.
- PETRUCCI, A. - *Alfabetismo, escritura, sociedad*. Barcelona, Gedisa Editorial, 1999.
- PESAVENTO, SANDRA J. - *História & História Cultural*. Belo Horizonte, MG, Autêntica, 2008.
- PIAZZI, Ugo - *Acção Sindical*. Lisboa, Difusora de Publicações BASE-FUT, 1974.
- PIERRARD, Pierre - *História da Igreja Católica*. Lisboa, Bertrand, 1996.
- PIMENTEL, Irene – *A História das Organizações Femininas no Estado Novo*, Lisboa, Actividades Editoriais, 2000.
- PINTASSILGO, J; ALVES, L; GROSSO, L; FELGUEIRAS, Margarida (orgs.) - *A História da Educação em Portugal - Balanço e perspectivas*, Porto, Ed. Asa, 2007.
- PINTO, Ana Lúcia e Park, Margaret –“ Ética e História Oral: Subsídios para um trabalho com populações em Situação de Risco” in SIMSON, Olga, PARK, Margareth, FERNANDES, Renata (orgs) *Educação Não Formal. Cenários da Criação*. Editora Unicamp, Brazil, 2001, p.112-113.
- PINTO, Teresa e Henriques, Fernanda e (al) – *Coeducação e Igualdade de Oportunidades*. Lisboa, C.I.D.M., 2.000

- PROST, Antoine – “*Fronteiras e Espaços do privado*”, In Ariès e Duby (org), *História da Vida Privada*. Porto, Afrontamento, Vol. V, 1991.
- PRUNES; J. L. Ferreira – *Manual do Empregador e do Empregado Doméstico*. São Paulo, Sugestões literárias, 1973, p.118, (fotocópia).
- QUIVY, R. et CAMPENHOUDT, L.- *Manual de Investigação em Ciências Sociais*.(1ª.ed.Paris,1988). Trad., Lisboa, ed. Grádiva, 1992.
- REMY, Jean et RUQUOY, D. - *Méthodes d'analyse de contenu et sociologie*. Bruxelles, Publications des Facultés Universitaires Saint-Louis, 1990.
- REY, P. - *Les alliances des Classes*. Editora Gráfica Barbero, RJ., 1979.
- REZOLA, Maria Inácia - *O Sindicalismo Católico no Estado Novo, 1931-1948*. Lisboa, Editorial Estampa, 1999.
- RIBEIRO, Luísa e Henriques, Fernanda. (org.) *Representações sobre o Feminino*. Revista Exaequo, nº0, Oeiras, Celta, 1998, pp.17-28.
- RIBEIRO, Maria - *A luta das Mulheres. O Movimento Operário e Sindical*. Revista Debate, Porto, Livraria Leitura, nº20, Nov., 1975. [Textos compilados].
- ROCHA, Cristina e FERREIRA, Manuela – *As Mulheres e a Cidadania.As Mulheres e o Trabalho na esfera pública e na Esfera doméstica*. Lisboa, Livros Horizonte, 2006.
- ROCHA, Francisco - *Das associações de socorros mútuos à CGTP-IN (1838-1971)*. Revista Vértice, II Série, nº31,Outº., 1990, pp.21-31.
- ROGERS, Carl - *Tornar-se pessoa*. Lisboa, Moraes Ed., 1977.
- ROEGIERS, Xavier - *Analyser une action d'éducation ou de formation*. Comité Scientifique International, 1997.
- RODRIGUES, Fernanda; STOER, S. - *Ação Local e Mudança Social em Portugal*.Lisboa, Fim de Século, 1993.
- RODRIGUES, Domingos - *Abel Varzim. Apóstolo Português da Justiça Social*. Viseu, Ed. Rei dos Livros, 1990.
- RODRIGUES, Jacinto - *Frente Cultural.Estudos para a revolução cultural em Portugal*. Porto, Ed.Afrontamento, 1976.
- ROLLINS, Judith - *Entre Femmes. Les Domestiques et leurs Patronnes tradução- Between Women Domestic and their Employers*. Philadelphie, Pensyl, Temple University Press, 1985.
- ROSA, M. Teresa - *Relações Sociais de trabalho e Sindicalismo Operário em Setúbal*. Porto, Edições Afrontamento, 1997.
- ROSAS, Fernando - *O Estado Novo nos anos trinta (1928 -1938)*. Lisboa, Editorial Estampa, 1996.
- ROSISKA, Darcy et BARSTED, Leila - *Os direitos da Mulher. A Empregada Doméstica*. IDAC, Pirajá, Brasil, 1981.
- ROTHES, L. - *Escola para adultos ou Educação de Adultos? Um estudo da política pública e da participação em educação de adultos*. Tese de Mestrado em Ciências da Educação - Desenvolvimento e Mudança Social, Porto, FPCE - UP., 1995
- RUBIO, J. L. - *Las internacionales obreras en América*. Madrid, Gráfica Reunidas, 1971.
- SAFFIOTTI, H.I.B. - *Mulher Brasileira: opressão e subordinação*. Ed. Achimmé, RJ., 1984.
- SAFIOTTI, Heleith e Bongiovani - *Emprego Doméstico e Capitalismo*. Coleção Depoimentos, Avenir Editora, RJ., vol.14, 1979.
- SALOMON, Marlon - *A propósito da história das mulheres e do género: entrevista com Gabrielle Houbre*. Estudos Femininos, vol.12, nº2-2004, Florianópolis, CFH/CCE/UFSC, pp.135/150 (fotocópia).

- SANCHEZ, M. Teresa - *El Hogar, Trabajo Profesional*. Madrid, S.A.R.P.E, 1969.
- SANTANA, Marco Aurélio - *Entre a Ruptura e a Continuidade: visões da história do Movimento sindical Brasileiro*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.14, nº41, S. Paulo, ANPOCS, Outubro 1999, pp. 103-120.
- SANTO, J., R., PORCARD, R. - *As Mudanças no Perfil de Trabalho e Rendimento*. IBGE, RJ., 1993.
- SANTOS, Boaventura - *A Crítica da Razão Indolente. Contra o desperdício da experiência*. Vol.I, Porto, Ed.Afrontamento, 2000.
- SANTOS, LAURA – *Noiva, Esposa e Mãe.Conselho às Noivas, Governo o Lar e Enfermagem, Puericultura, Educação dos Filhos, Culinária*.Lisboa Editorial Lavoires.s/data.
- SCHIEFELBEIN, Ernesto e FERNANDEZ, Mary Ann - *Temática de las investigaciones, ensayos y artículos de periódico en seis países de América Latina*. Revista Latinoamericana de Estudios Educativos (México), Vol. XIV, nº 3,1984, pp.85-105.
- SCHULZE, T. y ENRIQUE - *Métodos e Técnicas para a Educação Popular*. Lisboa, PEB, 1976.
- SCOTT, Joan Wallach - *Prefaces a Gender and Politics of History*. Cadernos Pagu (3), F.C.C., São Paulo, 1994, pp.11-27.
- SÉRGIO, António - *Obras Completas, Clássicos Sá da Costa*, 1934.
- SÉRGIO, António – *O Cooperativismo: objectivos e modalidades*.Lisboa, s.n., 1958.
- SILVA, A.S. - *Educação de Adultos. Educação para o desenvolvimento*. Porto, Ed. Asa, 1990.
- SILVA, Carvalho - *A Centralidade do Trabalho e Acção Colectiva*.2007.[Tese Doutoramento].
- SILVA, Luís António Machado (org.) - *Qualificação e Informalidade*. Revista de Ciências Sociais e Educação, Ano II Maio/97, nº1.
- SILVA, M. Regina - “Estudos sobre as Mulheres em Portugal: um olhar sobre o passado”. FERREIRA, Virgínia e HENRIQUES, Fernanda *in Políticas da Igualdade*, Revista Ex aequo, nº1. Oeiras, Edições Celta, 1999, pp.17-28.
- SINSON, Olga. R. M; PARK, Margareth, B; FERNANDES, Renata, S.(orgs) - *Educação Não Formal. Cenários da Criação*. Campinas, Editora Unicamp, Brazil, 2001.
- SOUSA, M. Joaquim - *O Sindicalismo em Portugal*. Porto, Afrontamento, 1974.
- SOUSA, António F. - *Voz das Criadas*. Revista Faces de Eva, Nº4, Edições Colibri - Universidade Nova de Lisboa, 2000, pp.55-69.
- SOUZA, João F. - *Atualidade de Paulo Freire*. IPF, S.Paulo, Cortez Editora, 2002.
- STOER, Stephen - *Educação e Mudança Social em Portugal. 1970-1980.Uma Década de Transição*.Porto, Ed.Afrontamento, 1986.
- STOLEROFF, A. - “ *Sobre o declínio relativo da Sindicalização*”. Revista Vértice, 1995, pp.68-79. in html.editorial_caminho.pt.revista_vertice.
- STRECK, Danilo (et. al.) - *Paulo Freire: Ética, Utopia e Educação*. Petrópolis, Editora Vozes, 2004.
- TAVARES, Manuela - *Movimentos das Mulheres em Portugal - Décadas de 70 e 80*, Lisboa, Livros Horizontes, 2000.
- TEODORO, A. - *Política Educativa em Portugal. Educação, desenvolvimento e participação política dos professores*.Lisboa, Bertrand Editora,1994.

- TEODORO, A. - *A Construção da Política Educativa. Estado, mudança social e políticas educativas no Portugal contemporâneo*. Porto, Ed.Afrontamento, 2001.
- THÂT François, SIRICO, Robert; Zieva, Maciej (et.al) - *A doutrina Social da Igreja*. (Em linha) Vaticano, actual 2000. (Consul.2005). I.S.B.N.8888-209-2954-62.Disponível:<http://www.thesocialagenda.org/português.artigo1.htm>
- THOMPSON, E.P. - *Costumes em Comum - disciplina de trabalho e capitalismo industrial*. S. Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- TILLY, Louise - *Género, História das Mulheres e História Social*. Cadernos Pagu (3), FCC, São Paulo, 1994, pp.29-62.
- TORRES, C.A; CADIZ, M. Pilar; Wong, Pia - *Educação e Democracia. Paulo Freire movimentos social e reforma educativa*. Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2002.
- TRINDADE, Manuel - *O Padre Joaquim Alves Brás. Uma vida. Uma obra*. Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1991.
- TRUPIER, Pierre - *Du Travail à l'Emploi. Paradigmes, Ideologies et Intenctions, Bruxelles*, Editions da La Université de Bruxelles, 1991.
- VALCÁRCEL, Amelia - *La Política de las Mujeres*. Madrid, Gráficas Rógar, 1998.
- VAN DER MAREN, Jean-Marie - *Méthodes de Recherche pour l'Éducation*. Paris, De Boeck Université, PUM, 1996.
- VEYNE, Paul - *Como se escreve a história*. Lisboa, Edições70, 1971.
- VEYNE, Paul - *O Inventário das Diferenças. História e Sociologia*. São Paulo, Edições Brasileira, 1983.
- VIANNA, Marise Rauen - *Determinantes Psicossociais da Consciência Social das Empregadas Domésticas de São Paulo: Um estudo de caso*. (apresentado no grupo de trabalho) *Mulher na Força de Trabalho*. Água São Pedro, 1983.VII Encontro Associação Nacional de Pós – de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.Vol. II - Trabalho Feminino e Programa Governamental (1973-1976), pp. 1-24.
- VIEIRA, Alexandre - *Para a História do Sindicalismo em Portugal*. Lisboa, Seara Nova, 1970.
- VIEIRA, Antónia Celeste - *A dinâmica organizativa das empregadas domésticas e os processos de educação/formação no Sindicato do Serviço Doméstico em Portugal*. Coimbra, CEIS 20,U.C., 2004.
- VIEIRA, Antónia Celeste - *Práticas Educativas Não Formais no Movimento de Construção do Sindicato do Serviço Doméstico em Portugal (1965-1980)*.VI Congresso Luso Brasileiro da História da Educação. Uberlândia.Minas Gerais, Brasil.2006.
- VIEIRA, Antónia Celeste - *“serviçal: criada/o” como profissão de criança. (1867 -1976)*. Congresso Luso-Brasileiro da História da Educação, Porto, FPCE-UP, 2008.
- VIDAL, Marciano (org.) - *Conceptos fundamentales de ética Teológica*. Madrid, Ed. Trotta, 1992.
- VIDIGAL, Luís - *Os testemunhos Oraís na Escola. História Oral e Projectos Pedagógicos*. Porto, Edições Asa, 1996.
- VILA NOVA, João - *Sindicalismo em Portugal: perspectivas futuras facto Social*. Lisboa, Assírio & Alvim, 1977.

Anexos

Anexo A

Guião para a Realização de entrevistas: Grupo Inicial do S.S.D.

1. Como surgiu a ideia de formar um Sindicato

1.1. Como conheceste as colegas que vieram a formar o Sindicato do Serviço Doméstico?

1.2. Do ponto de vista religioso qual era a tua formação? Pertencias a algum grupo? E do ponto de vista político o que pensavas na época?

1.3. Qual a importância das organizações religiosas e políticas na organização do sindicato? E as organizações estrangeiras? Foi só no início, ou existiu alguma organização sindical, cooperativa, política, religiosa ou de mulheres que influenciou positiva ou negativamente a caminhada do Sindicato?

2. Qual a tua participação na organização sindical?

2.1. Pertenceste aos Órgãos Sociais? Foste delegada sindical aonde? Que funções desempenhavas nos Órgãos Sociais?

2.2. Durante o período em que estiveste ligada à organização sindical, qual foi o período que mais recordas? Porquê? Participaste na organização do 1º Congresso Nacional do Sindicato do Serviço Doméstico? E nos cursos de preparação? Que outras iniciativas recordas que achaste importantes?

2.3. Em que altura deixaste o Sindicato? Como foste vendo à distância a continuação da vida sindical?

Como foi o teu percurso de vida a partir da tua passagem pelo sindicato? O que fizeste em consequência da tua passagem pelo sindicato?

3. A que atribuis a perda de dinamismo e de influência social do Sindicato?

3.1. Que factos internos podem estar relacionados com isso?

3.2. Porque razão o Sindicato se funde com o Sindicato dos Contínuos e Porteiros?

Cooperserdo - Cooperativa Operária de prestação de serviços domésticos.

4. Como surgiu a ideia de formar uma Cooperativa?

4.1. Com que objectivos? Que actividades desenvolveu? Quais as mais importantes?

4.2. Já estavas sindicalizada e activa no Sindicato? Que funções desempenhavas no sindicato? Fazias parte dos Corpos Sociais do Sindicato? Ou estavas apenas sindicalizada? Isto pertence ao ponto 2

5. Qual foi a tua participação na Cooperativa?

- 5.1. Pertenceste aos Corpos Sociais? Desde quando até quando?
- 5.2. Só fizeste parte dos Órgãos Sociais ou fizeste parte do quadro das trabalhadoras da Cooperativa, com ordenado e descontos para a Segurança Social? Durante quanto tempo? Qual o teu trabalho? Participavas nas reuniões da Cooperativa e nas Assembleias?
- 5.3. Era o Sindicato que apoiava a Cooperativa ou vice-versa. E a presença de organizações estrangeiras e outras organizações teve alguma importância no desenvolvimento da Cooperativa. A que nível? Monetário, cultural ou outro?
- 5.4. Quando deixaste de ser sócia da Cooperativa continuaste a ser sócia do Sindicato ou não? Se sim, como foste vendo o trabalho da Cooperativa? O que achaste melhor e pior?
6. Porque perdeu força e não se desenvolveu mais a Cooperativa, se tinha como objectivo a reconversão da classe das empregadas domésticas?
- 6.1. Porque passou de Coopserdo a Coopberço? E não conseguiu passar do Porto, Lisboa e Évora?

2ª. Parte (Formação)

Sindicato

«Como muito bem sabes as empregadas domésticas eram designadas «criadas de servir».

1. Quando vieste servir e até conheceres a organização sindical, como é que te vias e sentias em relação aos teus patrões e às outras pessoas?
- 1.1. E em relação a outros trabalhadores ou trabalhadoras de outras profissões? Começaste a trabalhar nesta profissão ou tiveste outra? Se tivesses tido possibilidades naquela época terias escolhido esta profissão?
- 1.2. Depois de teres conhecido outras colegas e de teres entrado para o Sindicato continuaste a sentires-te na mesma? Ou mudaste de opinião ou de atitude relativamente aos patrões e a pessoas desse nível ? Mudaste de opinião ou de atitude relativamente a outras pessoas? Que atitudes passaste a ter que até aí não tinhas? Qual a diferença de sentir, se é que havia, quando tinhas de intervir junto de um patrão ou de um governante como dirigente sindical ?
- 1.3. Porque saíste da profissão? Ou porque continuaste? Ou porque deixaste os patrões onde trabalhavas?

2. A partir do momento em que te sindicalizaste, passaste a ser um membro activo ou apenas pagavas as cotas, para te resolver algum problema que tivesses?

2.1. Ao fazeres parte da organização sindical por exemplo como dirigente ou delegada o que achas que aprendeste que até aí não sabias? Por outras palavras o que é o trabalho sindical te obrigou aprender que até aí não tinhas sentido necessidade de saber?

Por exemplo: já estavas habituada a lidar com fichas, actas, a presidir a uma reunião, a dar uma entrevista, a redigir uma carta, ou outras coisas que tiveram de ser feitas?

Como aprendeste a fazer? Quem pensava e escrevia os imensos documentos produzidos pelo Sindicato? Explica como é que fazias e de que é que te socorrias para o fazeres? Que dificuldades experimentavas e como as superavas ao intervir numa Assembleia? Ou no Congresso?

3. Limitastes as tuas aprendizagens (se é que as tiveste) às realizadas no sindicato, ou procuraste outros sítios ou organizações, escolares, sindicais, partidos ou organizações para aprenderes?

3.1. O que é que aprendeste? (Descrever) Como foi que conseguiste? (Descrever) E porque decidiste fazê-lo?

4. Porque fizeste parte da Cooperativa?

4.1. Foi por estares desempregada? Ou qual foi a razão?

5. Quando foste admitida na Cooperativa que diferenças sentiste em relação ao serviço que fazias antes de teres sido admitida?

5.1. Já tinhas experiência de cozinhar, ou de tratar de crianças, ou de fazer limpezas, fazer compras? Então o que é que fazia a diferença.

5.2. Como era a tua relação com as outras cooperantes? E com os utentes (pais das crianças, pessoas que almoçavam nos refeitórios, patrões onde iam fazer as limpezas?

6. Qual a diferença entre cooperadora e sindicalista?

6.1. Tiveste contacto com outras cooperativas? O que foi que aprendeste na Cooperserdo e fora da Cooperserdo?

6.2. Já alguma vez tinhas ouvido falar em estatutos, regulamento interno? Quem os elaborou? Como foram aprovados? Eram de facto seguidos? mas o que é que para ti foi diferente, melhor ou pior ao trabalhares na Cooperativa. Exigiu mais ou menos? Se sim em que aspecto?

Anexo A: Nº1

Entrevistada: Conceição Ramos

Amadora

2004

P: Fala-nos como começou a funcionar o Sindicato.

CR: *A casa que ocupamos na Rua de S. Bento em Lisboa, estava fechada há cinco anos. Então era preciso fazer limpeza, estava cheio de teias de aranha. Estava tudo a cair era preciso fazer obras.*

Com o dinheiro que íamos juntando, dos almoços que fazíamos para alguns amigos, a gente lá conseguiu fazer umas obrinhas. Sempre com o dinheiro dos almoços. Depois quando os operários da carris iam, nós fazíamos uma grande panela de sopa e púnhamos lá ao topo da sala e tínhamos outros pratos, que as pessoas podiam escolher, tinha um prato de carne e outro de peixe e muito pão. E aquilo começou a dar...mas depois começamos a dar senhas, mas apareceram umas oportunistas que comiam, comiam e não pagavam. E então apareceu lá uma rapariga que era muito doente, muito doente, de que já não me lembro do nome e a gente para lhe dar animo, disse-lhe vamos te arranjar emprego, vais para ali e ela dizia: “mas eu não posso trabalhar”. Olha vais para ali sentaste numa cadeira e vais entregar uma senha a cada trabalhador. A rapariga foi e foi vê-la a florir a florir era só ver. Então ela dava uma senha. Vinha uma enxurrada de gente e nós não conseguíamos controlar, que comiam a sopa dois ou três pratos e pão e vinham-se embora sem pagar. Aquilo caiu-nos tão mal, nós tão pobrezinhas sem nada e as pessoas aproveitar-se, isso caiu-nos muito mal...

P: Mas tu já não trabalhavas nessa altura, em casa das patroas e antes como foi?

CR: *Quem me pôs livre para o Sindicato foram as empregadas do Patriarcado, eu fui ganhar 3.000\$00 desde o início, elas disseram: Conceição vais para ali e nós pagamos-te o ordenado. Eu nunca ganhei menos de 3.000\$00. Depois comecei a receber com o dinheiro das quotas do Sindicato, cada uma pagava 10\$00 por mês.*

Nós tínhamos de nos levantar às 5 da manhã para irmos ao Mercado da Ribeira fazer as compras, para comprar mais barato e para levar refeições baratas. O Olegário (autor do livro “Mulheres em Luta”) ainda nos chegou a dar algumas boleias. A gente ia fazer as compras e ele ficava a olhar para as peixeiras que diziam muitos palavrões. O certo é que chegávamos ao fim do mês e tínhamos dinheiro. Então depois voltamo-nos para as crianças. A gente tinha de fazer obras na Creche. E fomos falar à Misericórdia e então elas não ligaram nenhuma. Um dia juntei-as todas e disse: o que é preciso para abrir uma creche. Aquilo foi Celeste, uma autêntica democracia. Uma dizia é preciso colchões, talheres, etc. fizemos uma lista. Depois apareceu a Misericórdia. Ah! Vocês já estão muito adiantadas, comigo era assim não tinha paciência para estar à espera e depois apoiou-nos. O que era preciso era que as crianças fossem bem tratadinhas. Era eu que muitas vezes ia à Praça e dizia ao homem do talho que tudo fosse muito bom, porque era para as crianças...não sei se as outras faziam o mesmo. Depois o dinheiro começou a sobrar voltamo-nos para a lavandaria. A ideia era: o refeitório era para as mulheres não terem que fazer as marmitas para os homens levarem e terem mais tempo para a política. O tomar conta da gente mais pobre era a mesma coisa.

A lavandaria também era para as mulheres não estarem tão sobrecarregadas. O que acontecia é que as mães iam lá levar os filhos com muita pressa muita pressa e,

depois iam para o café para a conversa, ou ficavam na rua e ajudar lá em cima e na lavanderia não ajudavam. E foi assim que as coisas foram crescendo.

P: Gostava de perceber para além deste início da Cooperativa para angariar dinheiro, como é que tu começaste a pensar nisto tudo antes do 25 de Abril.

Lendo alguns documentos fiquei com a ideia de que o teu início foi na JOCF. Estarei certa ou errada. E a ideia foi do Sindicato ou da Cooperativa?

CR: *Sem dúvida a JOCF foi uma grande escola. A Coopserdo eu ainda me lembro ia daqui (Lisboa) para a Figueira fazer uma reunião do Sindicato e via os trabalhadores e pensava e qual a resposta que lhes podia dar...O Sindicato começava a exigir e as patroas punham-nas na rua e qual a nossa responsabilidade. Daí o criar a alternativa.*

P: Isto foi depois do 25 de Abril. Mas antes do 25 de Abril?

CR: *Sim, antes do 25 de Abril eu vou contar. Eu vim da terra e não gostei de sair da minha terra. Fui trabalhar para a Rua Rodrigues Fonseca como empregada doméstica e era muito explorada. Só saía das 16 H às 20 H aos domingos. De 15 em 15 dias. As pessoas que eu tinha mais perto era no Alto de S. João. Eu apanhava o eléctrico e tinha medo de me perder. E eu na terra já pertencia à JACF, mas nem sabia o que era isso...Mas tinha um emblema com a flor de liz. Eu ia à missa a S. João da Pedreira e vi uma rapariga com um emblema como eu tinha e disse-lhe, eu também queria pertencer a isso. Porque eu lá minha terra também pertencia. A rapariga disse: isto é assim: aos primeiros domingos de cada mês há uma reunião e não me disse mais nada. Eu é que tomei a iniciativa e comecei a ir. E então todas as empregadas domésticas que eu encontrava, eu levava-as comigo. Às vezes até as tinha de ir buscar. Mas eu não podia ir sem deixar a cozinha e a casa de banho arrumada e às vezes já eram 4 horas e ainda estava em casa e ainda tinha de ir buscar outra. Eu arranhava-me toda. Foi assim enquanto estive nessa casa. Depois mudei-me para Carcavelos e aí tinha uma casa muito grande e as colegas iam lá todas visitarem-me. Aí tinha uma colega e um jardineiro. E então fazíamos uma grande festa. Depois convidaram-me da Direcção Diocesana da JOCF como responsável do grupo das empregadas domésticas. E então aí eu comecei a responsabilizar-me pelas empregadas domésticas. Eu fazia grupos com a maior das facilidades. Então nessa altura era eu e a Ana da Luz e então começamos a pensar em juntar as empregadas domésticas e também os rapazinhos que vinham para as obras e para caixeiros das mercearias. Gente que andava como nós sem família e sem ninguém. Então todos os domingos juntávamo-nos e íamos para a Rua da Condessa que era a sede da JOCF e pedíamos o salão que havia. Era um salão muito grande e todos os meses fazíamos a festa de anos dos que faziam anos naquele mês...Se a gente os fosse levar só pela reflexão não conseguíamos nada. Nós pensávamos se íamos só para a reflexão não apareciam, mas para se divertirem apareciam. E depois íamos ao cinema e sentávamo-nos na relva a reflectir o filme no domingo seguinte: qual era o enredo, quem era o autor, quem eram as personagens. Isto para habituar as pessoas a pensarem e a reflectirem. Chegávamos a ser 120 pessoas. De tal forma que até os da bilheteira se admiravam. Eu chegava a receber 10 telefonemas por dia a perguntarem-me: Conceição para onde vamos no*

Domingo. Eu dizia vocês também têm de pensar, não posso ser só eu a decidir. A malta andava tão feliz, a gente foi ver como se fazia o jornal a “Capital” fomos à Rádio Renascença, foi lá que nos fizeram a primeira mesa redonda acerca do trabalho do Serviço Doméstico. Foi com o Padre Rego (...) a entrevista foi interrompida porque a Conceição Ramos pensou que era melhor convidar a Ana Luz...irá ser feita uma entrevista em grupo.

Anexo: A, nº2

Entrevistada: Conceição Ramos.

Amadora. Em 2005

Natural de Valpaços

Conceição Ramos mostra os seus cadernos pessoais em que tinha marcado todas as reuniões antes do 25 de Abril 1974 e escritos os apontamentos e reflexões sobre as reuniões na Jocf, Sede Coopserdo.

CR: Eu dizia o Sindicato é independente. Ela (refere-se à CF) ficou responsável pelo Boletim e saíram coisas do P.C. Ela fazia o que queria. Eu andei sempre às turras e eu devia cativar as pessoas. Uma vez foram lá duas da União dos Sindicatos. Elas falavam, uma linguagem que ninguém entendia. Quando elas foram embora eu perguntei: vocês perceberam alguma coisa? Não. Eu também andava lá com a C.G.T.P. Eu participei no Encontro de Trabalhadores, foi em Setúbal. Os dirigentes sindicais foram todos comer ao Hotel e eu fiquei, não me sentia bem a comer à custa dos mais pobres. Eu levei o meu farnel e comi e toda a gente tirou o seu farnel e comemos todos e os Senhores dirigentes foram para o Hotel. Foram para o Restaurante. Toda a gente pode achar que está certo, mas eu não concordo. Há muita gente que diz o que se faz agora vem dos subsídios da União Europeia. Mas o dinheiro vem dos trabalhadores.

P: Quantos mandatos, fizeste?

CR: Eu fiz dois mandatos.

Apenas gravamos o início da entrevista neste dia, porque para ser mais espontânea e precisa, a Conceição Ramos folheava os cadernos para se recordar e como lhe pedimos o favor de nos emprestar, entendemos continuar a conversa informal.

Anexo A: N°3

Entrevistada: Conceição Faria

Corroios.

Em 2005

P: Queria escutar-te sobre a tua vida de empregada doméstica no SSD e na Cooperserdo.

CF: *Antes do 25 de Abril, em Lisboa, havia um pequeno grupo, éramos cinco, que se reunia em Lisboa à “sucapa” (escondidas) e falávamos dos problemas que viviam as empregadas domésticas: condições de alojamento, salário, segurança social, etc.*

Tudo isto, já era debatido. A seguir a estas reuniões deu-se o 25 de Abril e tal como os outros trabalhadores nós também começamos a sonhar. Realizamos uma grande Assembleia no S. Luís a 20 de Maio de 1974. O teatro S. Luís encheu-se de empregadas domésticas. Aquilo foi uma coisa tão grandiosa, que encheu de tal maneira, que nós, organizadoras ficamos pasmadas, porque as pessoas, iam ao palco e falavam com bastante facilidade. Aquilo estava de tal forma tão fechado lá dentro, que as pessoas sentiam necessidade de deitar cá para fora: nós precisamos disto, precisamos daquilo. Foi nessa Assembleia que apareceu pela 1ª vez a palavra Sindicato, apareceu também a televisão. Até aí não havia Sindicato, não havia a obra de Sta. Zita, estava tudo naquela Assembleia e foi aí que fiquei a saber da existência de Sindicatos livres e não livres. É pena não haver gravações dessa assembleia porque foi uma assembleia tão bonita. Aí decidiu-se a formação de um Sindicato, e foi nessa Assembleia que se resolveu formar uma comissão Pró-sindicato: fui eu CF e a CR, não me lembro do nome de quem fazia parte dessa comissão pró sindicato. Nós não sabíamos nada de nada, fomos aprendendo umas com as outras, falando umas com as outras.

Para nós era tudo novo, nós próprias não sabíamos o que era um Sindicato, o que era preciso fazer para formar um Sindicato. Tivemos de ir aprendendo e perguntando a outros que eram mais velhos do que nós o que tínhamos de fazer, que nos ensinassem, nos explicassem. O nosso crescimento foi assim passo a passo dia a dia. Era nas reuniões à noite, em que nós íamos e os patrões perguntavam onde é que tu vais? Tenho de ir a uma reunião e nós íamos. Nós discutíamos, barafustávamos e juntas fomos aprendendo o que era a palavra Sindicato.

P: Vocês eram todas “criadas de servir” e estavam todas internas?

CF: *Éramos todas empregadas de servir internas nessa altura. E foi uma caminhada muito dura para conseguirmos a fundação do Sindicato.*

Eu fui um bocado privilegiada, porque estava nuns patrões, que tinham poucos mais anos do que eu. Mas tinham três crianças. E ela ajudava-me e revezava-nos para eu poder participar. Hoje vou eu, amanhã vais tu.

Há coisas que deviam voltar para trás, foram tempos muito especiais. Então começou-se a pensar-se no Sindicato, lembro-me perfeitamente das primeiras pessoas que se inscreveram, nome morada da pessoa. Mais tarde é que fomos organizando as coisas. Fomos pedindo a outros sindicatos que estavam mais organizados que nos fizessem umas fichas.

A parte humana, vai surgindo também, as pessoas que querem participar, perguntam, mas o que é que eu venho fazer, se nem sei ler nem escrever? E então nós começamos todo o outro trabalho paralelo ao Sindicato que tinha de ser feito, ou seja alfabetização, o trabalho de problematizar as pessoas, as pessoas tinham de ganhar consciência de eu o seu trabalho era um trabalho como qualquer outro eram “as Marias”, quem era a criada de servir, era

considerada como fazendo um trabalho desonesto e entretanto nós éramos milhares a executar esse trabalho e o trabalho paralelo entre o trabalho sindical e o trabalho cultural tinha de ser feito. Não era possível uma coisa sem a outra. E pronto desenvolveram-se antes. Surgiu logo a ideia da alfabetização de adultos. Quem é que a ia dar fim dum ano, ainda com a comissão pró-sindical começamos a Alfabetização de adultos, porque encontrávamos muitas dificuldades, porque nós entregávamos, um comunicado e elas respondiam, para que é que eu quero este papel, se eu não sei ler e não vou dar à minha patroa para ler. Nós tivemos a ajuda de uma pessoa, que foi a VP, uma pessoa excepcional, porque eu admirei-a muito, porque nós íamos ter com ela e dizíamos, mas eu não sei fazer isto. E ela dizia, não tu fazes e depois mostras-me se eu achar que precisa de ser corrigido então corrige-se. Mas ela obrigava-nos sempre a fazer. Mesmo as primeiras circulares que nós de modo nenhum sabíamos como começar. As primeiras circulares, comunicados, tudo desde a primeira hora fomos nós sempre que fizemos. É preciso recordar que nós e era só algumas, o mais que tínhamos era a 4ª.classe. E algumas nem a 4ª.classe. Algumas nunca tinham escrito uma carta, quanto muito só se fosse para os namorados. Nenhuma tinha prática de nada, nem de fazer documentos, nem fichas, nem de atender pessoas. Aprendemos tudo.

P: Estou a pensar na pasta dos recortes dos Jornais? Quem pensou no arquivo?

CF: *Estou a pensar, primeiro, nós amontoávamos os jornais todos. Num envelope grande, nós metíamos tudo. Depois passou para um caixote, lembro-me disso tudo. Um caixote de cartão grande. Passados uns tempo nós precisávamos de coisas que estavam no fundo caixote e aquilo já era muito confuso escolher o que havia dentro do caixote. Mais uma vez sentimos necessidade de nos organizar, pedimos alguém que sabia mais. Mas o trabalho era sempre feito por nós. Noites perdidas, mas horas e horas, a fazer e a habituarmo-nos a fazer, tudo começamos do nada. A necessidade nos obrigou a aprender.*

P: Vós tínheis aprendido coisas de serviço, cozinhar, etc.

CF: *Eu comecei a servir tinha seis anos. Saí de casa com 6 anos, fiz a escola a trabalhar. Lembro-me que ia para casa para almoçar e não almoçava tinha tarefas que tinham de ser feitas e a partir daí, foi sempre a servir, ou a ser mulher-a-dias. Aprendi a cozinhar, a tratar de crianças, aprendi na casa das patroas. Eu sou de Ponte de Lima, de uma aldeia que se chama Rebordães, Souto e fui trabalhar para uma aldeia que se chamava S. Martinho da Granja. Aquilo na altura era muito longe, porque davas a volta à vila e era no outro extremo, hoje é perto. Naquela altura, não havia dinheiro nem transportes para vir ver os pais, e estava meses e meses sem os ver, e isso foi muito duro. A separação da família.*

P: Tinhas muitos irmãos?

CF: *Tinha sete.*

P: E como é que foste para a Lisboa?

CF: *Os meus pais vieram para o Sul trabalhar e trouxeram os meus irmãos. Mas como eu estava arrumada, estava na casa de uma senhora, onde davam de comer e de vestir e não me davam mais nada. E vestir era as roupas que sobravam das sobrinhas. Como estava arrumada eu não vim. Fiquei no Norte. Só depois de fazer a 4ª.classe. Eu estive 4 anos sem ver os meus pais e isso marcou-me muito. Só depois, passado um ano, é que os meus pais me*

foram buscar e eu vim trabalhar para Sul. Tinha doze anos e fui trabalhar com a minha mãe para o campo. Trabalhei um ano no campo, na apanha do tomate de que tenho muitas recordações e ainda tenho amizades desde essa época. Chegou o Inverno não havia trabalho no campo e eu fui fazer o que sabia fazer – trabalho doméstico. Arranjei então uma casa em Lisboa a trabalhar no serviço doméstico, tinha 13 anos.

Eu não pertencia a nenhum grupo mas já lia os jornais e reunia com esse grupo

P: Tu achas, uma vez que falaste na (VP), que as organizações políticas ou religiosas, ajudaram positivamente este grupo?

CF: *Não sei se se pode chamar organizações, mas acho que sim que houve organizações que nos ajudaram positivamente e católicas também. Não de manipulação, quando nos diziam fazes tu, acho que nos estavam a ajudar e não a substituir. Ajudaram-nos a crescer, porque as pessoas não nos faziam, o que seria mais fácil para elas, mas obrigavam-nos a fazer e isso ajudava-nos a crescer. Caso contrário, ficávamos dependente das pessoas. E aqui cabe o ditado chinês, se deres o peixe ele come uma vez, se o ensinares a pescar, ele pesca mais uma vez. As pessoas que nos rodearam, ajudaram-nos e nos substituíram e isso foi muito importante.*

P: Foi sempre assim, ou mais tarde houve influências, doutros partidos ou sindicatos? Quantos anos tu foste dirigente Sindical?

CF: *Fui 14 anos, desde as primeiras eleições até à fusão em 1988. Até ao último mandato.*

P: Militaste em alguma organização política?

CF: *Fui militante de um partido de esquerda, que não me deixou boas recordações, porque a certa altura eu não concordava com certas coisa, que queriam que eu fizesse e não fazia porque não estava de acordo. Fui militante do PCP.*

P: Participaste no nosso Congresso? De que te lembras?

CF: *Lembro-me de tudo, eu trabalhei afincadamente naquele evento. Entreguei-me de corpo e alma. Eu era uma pessoa que quando me entregava de corpo e alma, trabalhava mesmo, trabalhei muito. Fui eu que ajudei a elaborar o jogo cénico com P. A.R. e a V.P., as vozes do jogo cénico são minhas do P.A R. e da V.P. Acho que foi uma coisa muito boa em si, não pelo que se passou dentro do Pavilhão naqueles dois dias, mas por todo o tempo, por todo o trabalho que foi feito antes. Acho que consciencializou muita gente.*

Os inquéritos foram feitos na rua, acho que foi uma coisa giríssima e todas as reuniões. Eu devo dizer-te que em algumas reuniões eu tive que fazer pequenos skets para as pessoas perceberem o que se ia passar, eu às vezes em Montemor-o-Novo, estava sozinha e elas começaram a adormecer. E eu pensei estou aqui a falar para pessoas e elas não estão a perceber o que estou para aqui a dizer. Então chamei uma pessoa com quem eu tinha mais confiança e disse-lhe: vamos fazer teatro. Ela disse-me vamos fazer um teatro?

Então armamos as duas, uma discussão e começamos num diálogo entre as duas, ao jeito de teatro. As pessoas acordaram e perceberam a mensagem que lhes queríamos transmitir. Começaram a intervir e participar e foi muito interessante.

P: Isso é animação cultural.

CF: *Lá está a tal coisa, não se podia entregar um papel era preciso fazer mais alguma coisa para que elas percebessem?*

P: Outra coisa que me preocupa, o sindicato desenvolveu-se e havia um ficheiro com mais de 10.000 fichas. O que pensas do Sindicato não ter tido continuidade, bastar-se a si mesmo?

CF: *É um sector muito disperso, cada patrão, cada empregada. Acho que é a forma de sindicalismo mais complicada. E a forma mais difícil de trabalhar é a nossa, enquanto tu vais a uma empresa e encontras dois ou três ou mais trabalhadores para fazeres uma reunião, põe-se inclusivamente esse problema, cada trabalhador, cada patrão. E era muito, muito difícil. As pessoas também mudavam de casa frequentemente, o que nos levava a perder o rasto da pessoa. E então começou o nosso trabalho tão árduo de porta a porta. Que era um trabalho muito duro, mas muito gratificante, nós pegávamos numa lista de nomes e moradas e, íamos porta a porta, contactar as pessoas, era esse o caso, e não só íamos esclarecê-las, receber as quotas, alterar a morada, caso já não estivesse, angariar a nova que lá estivesse. Entregávamos um comunicado e davas todas as informações que tínhamos.*

P: Havia muitas que faziam esse trabalho?

CF: *Havia poucas e as que aceitavam fazê-lo ainda eram criticadas pelas que não queriam fazer. Porque era pouco rentável. Porque não estava em casa, ou já tinha mudado de residência. Era pouco rentável, mas no fundo ajudava-nos a actualizar muitas coisas. O dinheiro que entrava era pouco, porque não era uma receita certa. E havia um ou dois meses em que era diminuída e nós tínhamos compromissos certos. Tínhamos advogado, contabilista, uma funcionária, uma dirigente e os dinheiros começaram a ser poucos, a quotização era baixa, porque os salários também eram pequenos e nós não podíamos exigir uma grande quotização. A verdade é que o dinheiro não chegava.*

A certa altura nós começamos a receber dinheiro inclusivamente eu, que era dirigente, para o meu vencimento da intersindical onde nós estávamos filiadas. A certa altura começou a haver reuniões para que se juntassem no Sindicato de escritórios, Comércio e Serviços. Nós começamos a reivindicar, porque não queríamos estar filiadas no mesmo Sindicato onde estavam os nossos patrões. A nossa luta era essa. Não nos cabia na cabeça, ainda hoje não entendo muito bem. A própria Intersindical fez chantagem connosco, tipo não há mais dinheiro, não podemos ajudar. Era o Sindicato do Comércio que nos fazia as circulares no duplicador, mas nós dávamos o papel. Inclusivamente cortaram-nos essa possibilidade. A luta foi muito grande e não nos entendemos. Eu fui convidada para fazer parte da Federação do Sindicatos do Comércio e Serviços. A uma certa altura, então entendemos que então poderíamos fazer parte do Sindicato dos Contínuos e Porteiros e Serviços por nos parecer um sector mais próximo do nosso. Eu pessoalmente lutei com unhas e dentes e até foi esse motivo porque saí. Eu dizia, ponham os técnicos a trabalhar connosco, ajudem-nos, mas não façam a fusão do Sindicato com outro. Acabei de deixar e, passados poucos meses foi feita a fusão.

P: Mas foi dentro do teu mandato?

CF: *Não sei, eu pedi a demissão de todas as minhas funções. A vice-presidente era a ME que faleceu não sei. A JF, a MR, a DL eram a direcção. Eu não tenho a certeza se a vice-presidente era a DL ou a ME. Foi uma decisão muito difícil. Eu fui contactada pelo Sindicato dos Contínuos e Porteiros há quatro anos para fazer parte dos Corpos Gerentes.*

P: Os livros de Actas onde é que estão?

CF: *Devem estar no Sindicato da Portaria. Eu saí em 88 ou 89 e depois faz-se a fusão, porque senti a falta de apoio da parte dos Sindicatos para nos ajudar a chegar à fusão.*

P: Se pudesses falar da Cooperativa?

CF: *Muitas das empregadas domésticas começaram a pensar que se reivindicassem os seus direitos ou viessem às reuniões sujeitavam-se a ser despedidas e nós tentamos encontrar uma forma de se as pessoas ficassem desempregadas tivéssemos forma de as ajudar. E então formamos um grupo que mais ao menos organizado pudesse fazer, aquilo que nós já sabíamos fazer. Que era limpar, cozinhar, tomar conta de crianças e daí é que surgiu a ideia da Cooperativa.*

P: Para o Sindicato achas que foi importante a Cooperativa.

CF: *Eu acho que inicialmente a Cooperativa foi muito importante e as coisas estavam muito bem. Estavam as duas coisas muito unidas e funcionavam em paralelo, depois começou a haver uma luta de interesses, não sei se estou a ser correcta e a cooperativa começou a ter outras finalidades, que deixou de apoiar o Sindicato. Mas o mais grave é que exigia o apoio do Sindicato. Inclusivamente com mão-de-obra. Lembro-me muitas vezes, que nós íamos a correr ajudar na cozinha. Quando as instalações começaram a ser pagas. Começou o Sindicato só mais tarde, é que ficou a Cooperativa a pagar metade e mais tarde ficou a pagar tudo, que era relativamente barato.*

P: Tu eras sócia do Sindicato e da Cooperativa?

CF: *Eu tentei sempre apoiar o Sindicato e a Cooperativa. Porque as duas coisas me diziam muito respeito. Quando deixei uma deixei a outra. A creche da Cooperativa foi eu que a iniciei e ainda hoje funciona.*

P: Sabes de alguma coisa da passagem da Cooperserdo a Cooperberço. Estás de acordo.

CF: *Não tem nada a ver.*

P: Quando vieste servir tinhas a 4ª classe e depois estudantes mais?

CF: *Eu aprendi na escola da vida. Eu sempre li muito. Não historinhas. Livros que lia uma ou mais vezes até entender. Sempre dei muitos erros, mas como dava as coisas a corrigir, eu ia aprendendo e finalmente já fazia sozinha.*

P: Como aprendeste a falar em público?

CF: *Eu sou muito tímida, mas recordo a 1ª vez fui quase empurrada. Agora vais ali e lês. Mas também foi a necessidade de corresponder às solicitações que nos faziam. Estávamos com pessoas que tinham razão, e isso dava-me força, mas não foi fácil. A primeira vez que falei num Grande Plenário a nível nacional de Sindicatos, lembro-me que me enganei. É que os patrões, também nos ajudaram diminuir-nos. Uma vez eu estava no meu quarto a ler o livro de Eça de Queirós e ela entrou no quarto e ficou escandalizada, e «onde é que se viu uma criada de servir a ler Eça de Queirós». Eu disse que estava a ler e que estava a gostar e que ia ler os outros e li todos.*

P: Hoje continuas, a trabalhar como empregada doméstica: qual é a diferença, entre o que eras, aquilo que foste e o que és?

CF: *O 1º passo de interna para externa é uma experiência de libertação. Se eu queria dar mais uma hora ou duas, era eu que queria, não estava subjugada e obrigada. A partir daí nunca mais pensei ser interna.*

P: E a sensação de teres patrão?

CF: *O patrão quando éramos internas, eram pessoas completamente estranhas, eu passei a minha adolescência como criada de servir e eu não conseguia falar com a minha patroa, eram estranhos. Eu comia na cozinha, eles comiam na sala, às vezes a mesma comida outras vezes não. Não havia comunicação. Nós não éramos iguais. Eu trabalhei numa casa onde trabalhavam cinco empregadas, eu era bibelô, tinha de 14 para 15 anos, eu só servia à mesa, ajudava a arrumar os quartos da senhora. Não limpava as casas de banho, porque eu tinha de manter as mãos sempre impecáveis e a farda. Sobretudo as mãos, porque tinha de servir à mesa. Limpava os fatos dos senhores e as camisas de seda natural. Atendia à porta, o telefone e as visitas. Estava ali na sala, fardada, em sentido para qualquer coisa que as visitas precisassem. O patrão era administrador da Sacor, era gente com muito dinheiro.*

P: Quando foi o 25 de Abril já não estavas nessa casa?

CF: *Não. Já estava há três anos na minha patroa e era uma vida totalmente diferente. Já comíamos todos à mesa. Eu ainda hoje tenho uma relação muito boa com os filhos. Quando havia espectáculos em que iam os patrões e as crianças podiam ir, eu ia sempre. Eram outro tipo de pessoas, eram trabalhadores de espectáculo os dois.*

Eu saí desse casal com três crianças que também me ajudou muito a desenvolver a minha consciência para o Sindicato. Depois quando saí do Sindicato, fui trabalhar a dias e fui fazer as limpezas para uma escola profissional da C.G.T.P. e tirava os cafés.

Eu estive numa casa onde tinha três crianças, eu era muito jovem e os patrões chegaram a ir para fora e, eu fiquei com os três, uma ainda de colo. E estive um mês com eles para a minha aldeia, para o Minho.

Então na Cooperativa começamos a pensar tomar conta de crianças, uma vez que nos apareciam muitas mães com muitos filhos e que não podiam ir trabalhar porque não tinham onde deixar os filhos. Pensamos então, começamos a procurar ajuda, fomos à Santa casa da Misericórdia, eles disseram que só nos ajudavam depois de começarmos, eu arranjei dois caixotes e numa porta e fiz uma mesa. Depois fui a uma fábrica pedir colchões e forramos os

bancos com a esponja. Dissemos às pessoas que íamos iniciar sem ter muita coisa, mas que garantíamos todo o carinho às crianças. Então houve três mães, que disseram amanhã tem cá os meus filhos. Eu telefonei para a Assistente Social e ela veio e disse agora já vai ter apoio e foi assim que a creche rapidamente cresceu, chegaram a ter 20, depois 30, 40 e 50.

P: Qual a diferença entre estar com três crianças, e estar numa creche. Quem diz creche diz nos outros sectores?

CF: *Eu sentia-me liberta, tínhamos de pensar em tudo, até aí eram os pais que pensavam, no que se tinha de lhe dar a comer. E, como disse, isso foi o nosso crescer. Houve problemas, exigências de parte a parte, muitas lágrimas que foram choradas, mesmo assim eu pensava: vale a pena, vale a pena. Era sempre gratificante enquanto que na casa de uma patroa estava a trabalhar para ma pessoa, que até nos pagava bem, ali estávamos a trabalhar para iguais a nós.*

P: Mas a última patroa até era boa?

CF: *Mas era uma pessoa diferente. Eu então ou eu que sou especial. Mas nos outros patrões eu senti-me uma escrava. Muitas vezes já estávamos no quarto e chamavam-me para lhe chegar um simples copo de água. A fim de um dia de trabalho, chamam-nos.*

P: O que é para ti libertação: Libertação também é trabalho, mas em condições dignas e não desumanas?

CF: *Nos meus patrões sentia-me aquela pessoa mesquinha, que olhava pelas crianças, fazia o serviço da casa, depois senti-me uma pessoa mais realizada. Mesmo cada coisa que eu aprendia, eu sentia-me que fazia coisas que nunca pensei que era capaz de as fazer. Se há uns anos atrás me tivessem dito eu dizia que não era capaz de as fazer. A importância era o meu crescimento, são sentimentos que não se sabe descrever. Talvez este último exemplo dos meus patrões não seja um bom exemplo, mas se for buscar os 14 e 15 anos, em que eu tinha de estar em sentido, à espera que me pedissem um copo de água. Horas ali de pé.*

P: Como cooperadora Não te sentiste igual à tua patroa?

CF: *Não. Nunca senti. Eu nunca deixei de ser uma trabalhadora. Nunca me senti em momento algum patroa de ninguém. Mesmo quando havia conflitos. Houve muito choques de ideia. Mas se voltasse ao princípio fazia o mesmo só emendava os erros. O excesso de zelo. O criamos aquele mundo e não o queríamos perder e tudo o que punha em risco o continuar assustava-me. Eu voltava ao mesmo.*

P: Algumas vezes te passou pela cabeça essas palavras: circulares, comunicados, etc.

CF: *A primeira vez que ouvi falar em «Estatutos» eu pensei que era um trabalho. Nós elaboramos uns rascunhos do que nós queríamos, depois foram emendamos e depois foram*

submetidos a um advogado para apreciação. Houve uma pessoa que nos ajudou muito, que foi o marido da CR o OP.

P: Aparecem muitos documentos de estrangeiros

CF: *Havia muitos estrangeiros que nos apareciam no Sindicato e eu nunca cheguei a perceber muito bem, qual era o papel deles. Acho que ainda hoje. Não sei. Eu sou uma pessoa confiante, mas às vezes desconfiava, porque quando a esmola é grande o pobre desconfia.*

P: No aspecto cultural?

CF: *Nós tínhamos de encontrar formas das pessoas participar e as pessoas sentiam-se felizes por participar. Lembro de uma vez, cada uma confeccionar um prato típico da sua terra. Fiz uma entrevista para os Institutos Sociais de Lisboa e de Haia. Sei que nessa altura estava a M. Lurdes Pintassilgo e outras mulheres que já não me lembro.*

Anexo A: nº4

Entrevistada: Gracinda Silva (1ª vez)

Porto (2005)

P: Tinhas um namorado? Ai é?

GR: *Tive foi logo após o 25 de Abril.*

P: Quando é que tiveste o namorado?

GR: *Era dos Têxteis, era Dirigente Sindical. E depois queríamos casar. Mas eu era assim quando havia alguma coisa que eu estava a gostar na vida havia alguma coisa que me tirasse a ideia. Tinha um cancro, mas eu achava que ele era doente mas não sabia de quê. Também como eu estava dirigente sindical e ele dirigente sindical, estávamos bem, ele tinha um temperamento espectacular e eu gostava muito, muito, dele. Ele tinha um apartamento em Gaia e eu cheguei a viver com ele. Gostei imenso. Estava feliz, íamos pensar em casar, quando ele se sente assim, chegou de trabalhar e sentiu-se muito cansado, muito cansado. Eu fui levá-lo ao Hospital, e ele ficou internado começaram-lhe a fazer muitos exames, exames. O que é que ele tinha? Um cancro nos pulmões fumava que nem um desgraçado, eu vinha com os olhos vermelhos daquela fumaça, era aquele tempo era chique fumar.*

P: Mas tu também chegaste a fumar?

GR: *Era aquela fase, mas fazia-me mal e o médico proibiu-me. Quando o médico me proibiu, disse-me assim, mete isso que na tua cabeça, que tu és muito inteligente. «Em qualquer altura, qualquer idade tu podes morrer cancerosa, porque isso é da tua família. E tens que ter sempre muito cuidado. Depois eu comecei a sentir falta de ar e é que me lembrei do que ele me tinha avisado.*

P: É por isso que ainda estas vivinha...E depois continua.

GR: *Eu estava a tomar o café e o senhor do Totta disse-me assim. É que eu conheço uma senhora que tem um correr de casas em Arca d'Água, se a senhora quiser ir lá ter com ela até pode ser que tenha casas que agrade à senhora. Quer dizer, fui directamente à Ourivesaria, estava lá uma senhora muito pequenina, que ainda hoje me conhece pela voz. E disse eu venho aqui do mando do senhor do Café, que me disse que a senhora tem umas casas para vender. E ela perguntou e para que efeito é? Eu disse, olhe minha senhora, é para uma creche e para serviços, temos serviços ao domicílio, lá, lá, temos isto...aquilo. Lavámos roupa para fora. Ah, eu tenho, se a senhora quiser eu e o meu marido até a levámos a ver, fica aqui o empregado e nós vamos-lhe mostrar. Eu agradeço, porque eu ando à procura e agora mesmo ia ver uma com um senhor que me anda a procurar. Telefonei e disse-lhe que não podia porque ia ver outra com uns senhores que são os proprietários. São os verdadeiros donos e trouxeram-me aqui a Arca d'Água, mostraram-me a casa ao lado, mas era pequenina, porque em baixo tinha um inquilino. E eu disse eu também não vou comprar casa onde haja inquilinos. O que acontece é que eu tenho mais vazias e tinha.*

Esta (é a geminada, que já foi vendida para escola de formação que era a que estava mis deteriorada)e mostrou-me esta que era a que estava menos deteriorada . Eu vi, e disse assim eu agora vou pensar vou ver. Nós tínhamos 4 mil contos e eu não sabia quanto é eu a casa valia. Eu chamei um arquitecto para vir comigo o ponto da situação, dos canos e de tudo. Era um arquitecto amigo do homem da Marina (Marina era a irmã da Assistente Social que estagiou na Cooperserdo, quando terminou a licenciatura de Assistente Social). O arquitecto veio e depois falou comigo, ma não foi muito esperto. Mas eu já a tinha fígada. É que os esgotos eram comuns, na fossa. A rua nem saneamento tinha. Eu depois pedi para fazerem o custo da casa., que estava interessada. Mas depois de me informarem os vizinhos que estavam naquela casa, a empregada disse-me: «olhe minha senhora, essa senhora pede um dinheirão bruto, mas esquece-se que nem tem saneamento na rua, nem esgotos. Os esgotos daqui vai para aí e daí vai para aqui, para a outra e para todas as casas. Está tudo sempre entupido gastamos um dinheirão e está tudo sempre entupido. O que acontece, eu pedi o orçamento, quanto é que ela queria, pede 5.500 contos mas aceitavam oferta, quer dizer a oferta que a gente pudesse ou quisesse. Então o que é que eu fiz, consultei o Dr. Agostinho Rafael e ele disse faça-lhe uma proposta, uma vez que a rua não tem saneamento, não tem esgotos, não tem nada isso desvaloriza muito. No meio disto tudo o Dr. Agostinho Rafael ainda percebeu mais do que o Arquitecto. Foi assim eu fiz a minha proposta só podia dar eram 3 mil contos. O máximo que poderia dar eram 4 mil centos, mas só tinha 3 mil contos ainda estava à espera de mil contos, se aceitaram muito bem, por este motivo assim, assim. Ela ficou muito admirada porque eu não era aqui da Zona. Não era da zona, mas era aqui do Porto e ainda bem que me disse uma empregada doméstica que me explicou e ela então aceitaram os 4 mil contos. Elas não é que tratava o Dr. Agostinho Rafael é que tinha de tratar com o advogado dele. Depois ela entregou ao advogado dela e eu entreguei ao meu e era tudo acordado entre eles. E ela aceitou, tinha meio ano, eu tinha 3 mil contos que vieram da Holanda e tinha mais mil da Confederação Mundial dos Trabalhadores. Isso foi a Bélgica que tratou. Esses mil contos. No mesmo dia em que fui fazer a escritura é que conheci a sogra que era a dona, fui eu o Dr. Agostinho Rafael e o advogado dela. Eu disse que dava a entrada, três mil contos e em meio ano já tinha o restante. Sim senhor. E o Dr. Agostinho pôs uma cláusula, no caso de chegar antes do meio ano a Cooperserdo, não paga os juros. Eram cento e tal contos. Mas eu andei sempre atrás da Base-Fut, não lhes dei sossego e demorou para aí dois meses. No outro dia telefonei ao Doutor, que já tinha os mil contos e não cheguei a pagar nem 100 contos de juros. A senhora deu-me os parabéns e deu-me logo as chaves. E disse: «eu fiquei muito contente vender a casa para esses fins. Não é que nós não precisássemos, pois não tínhamos A. T. Ls. Mas afinal ainda vieram fechar o que nos fazia falta...Esse governo desgraçado do Barroso. Eu perguntei para a Segurança Social, se por acaso não havia nenhuma verba, porque a senhora vendia outra, já era por 20 mil, mas estava muito deteriorada porque estiveram lá drogados a viver. Os pais foram para um prédio novo e o filho, metia lá drogados e a cãs estava muito deteriorada. Eu disse que era muito caro. E a Segurança Social também disse que não tinham verbas.

P: E depois? Como é que estava a casa?

GR: *A casa estava deteriorada, mas não tanto. Eu pedi umas latas de tintas às fábricas e depois um trabalhador pintou a casa toda. Aos sábados e domingos vínhamos fazer limpeza, porque à semana elas tinham os domicílios. Só que no 1º dia que viemos, o chão ruiu e eu caí lá dentro rasguei uma perna. Eu tive de ir para o*

Hospital, naquele sítio passaram todas Celeste, passaram todas. Nenhuma caiu. Quando passei aquilo aluiu. Depois elas, ao tirarem-me para cima, tinha lá um prego e rasgou-me a perna. Tive de levar uma injeção contra o tétano, tinha lá aquela Maria José que era de Angeiras, estava a tremer. O rapariga tu estás a tremer ainda cais por cima de mim (ri-se) a criatura tremia tanto que não sabia o que fazer. Então depois estive com pontos e agora o médico disse, vai descansar. Descansei sábado e domingo, 2^afeira lá vim, xiclamanca, para começar a distribuir o serviço. Rebentei um ponto, deixa para lá, voltaram a cozer. Foi uma coisa, mas elas eram umas poucas no domicílio. Era a Maria José, duas Marias Josés, a Alcina, a Antónia, a Céu.

P: Então já não tinham a Sobil¹?

GR: *Não eles queriam tudo de borla.*

P: Depois a partir daí ficaram só com os domicílios?

GR: *Entregamos a Junta² mas isso ainda tu lá estavas e depois Sobil. Ficamos com o Gama³ estava lá a Maria José. A Maria enquanto viveu com a filha era muito limpa e arranjada, depois quando foi viver com o homem, roubava, o dinheiro que se recebia, não dava para pagar as bebidas. O patrão chegou a chamar-me ao escritório...*

P: Isso é pena, a Cooperativa deixa de ter prestígio.

GR: *Pois deixa...Mas eu digo-te uma coisa, a educação seja de quem for tem muito a ver. E depois a outra foi a mesma coisa.*

P: É grave a falta de confiança

GR: *É a falta de confiança.*

P: Mas da outra vez já me deste a entender, ela interrompe

GR: *Ah, mas eu tenho de te explicar.*

P: Só um esclarecimento, tu quando entras aqui já não é o Núcleo inicial.

GR: *Eu comecei uma coisa nova.*

P: O que sentiste de diferente em relação ao início. Estas pessoas que ficaram eram empregadas domésticas?

GR: *Eram.*

P: Mas tu comesas a sentir problemas, porquê?

GR: *Eu sei, os problemas são de falta de confiança.*

P: Mas as empregadas domésticas não são de confiança?

GR *Há de tudo. É como antigamente, até vestiam as roupas das patroas para ir para.*

P: Pensa o mesmo do grupo inicial?

GR. *O grupo inicial era aquelas que eu conhecia, trabalhavam na Rua de Guerra Junqueiro (Porto).*

¹ Fábrica de Vidros na Via Rápida -Porto

² Na Junta de freguesia do Bonfim fizemos um contracto como o Presidente da Junta e servíamos no salão nobre, refeições à hora do almoço, mais de cem refeições, ao mesmo preço que se servia na Sede na Av. da Boavista.

³ Empresa de supermercados que servia refeições no Shopping Brasília, na Rotunda da Boavista no Porto

P: Eu refiro-me ao grupo inicial da Cooperserdo? Porque tu depois ficas a presidente da Cooperberço a nível Nacional. Não está ninguém das iniciadoras?

GR *Estão, a Inácia está, a Ana Júlia em Évora. A Maria de Jesus em Lisboa e a Elvira que escorraçaram, que esse é o grande mal. É falta de educação. Porque a rapariga trabalhou que nem uma desgraçada e, no fim também foi muito mal tratada.*

P: E a que atribuis estes maus-tratos?

GR *È que as pessoas pensam que ao não terem patrões, que podem fazer tudo e mais alguma coisa. Estas estavam em fábricas e quem mandava era os patrões, a Cooperativa para elas não há patrões, é um anarquismo. Acabou-se.*

P: Então é por isso que as Cooperativas vão ao charco?

GR *Vão.*

P: Não havia formação como quando estávamos na Av. da Boavista?

GR *Havia. Mas há uma coisa eu sou apartidária, e não quer dizer que eu não tenha tendência para aqui ou para ali, mas eu estive a gerir a piscina da Granja, que era frequentada pelo Freitas do Amaral, e já por conta da Cooperativa. Fui gerir um restaurante Junho, Julho e Agosto. Vinha um e dizia, ah, hoje vem o Professor Freitas do Amaral tem que pôr uma coisinha. Eu dizia, ai, eu ponho. Vinha outro e eu voltava a dizer: «eu ponho».*

P: E o que estás a dizer é para explicar o quê?

GR: *É para explicar que as pessoas que ou são apartidárias, ou estão a marrar para ali. Na minha maneira de pensar, política, religião e futebol, nunca dá certo a discussão. Não podes defender este ou aquele ou aquele. Eu sou apartidária.*

P: Porque deixou de haver o espírito da Cooperserdo -prestação de serviços domésticos?

GR: *Eu explico, pelo seguinte. A Segurança Social propôs-nos que déssemos a outros pais, operários que também eram carenciados.*

P: Pergunto outras idades?

GR: *Não outros pais que não fosse só o serviço doméstico, operários, outras famílias que não fosse do serviço doméstico.*

P: Mas nós estávamos, servíamos refeições a todos os que queriam ir lá almoçar?

GR: *Mas oh, Celeste mas as pessoas que estavam aqui tinham de ter um mini curso de tratamento de crianças. Isto aqui e também em Lisboa. E as pessoas que andavam ao domicílio não entendiam que as que estavam na creche e no Jardim-de-infância que estavam à boa vida e que elas estavam a trabalhar para elas.*

P: Então a Cooperativa nasce para apoiar o Sindicato e como alternativa de serviços e depois não quer trabalhar nos serviços? Não será falta de formação?

GR:- *Houve sempre uma gralha.*

P: Eu não digo aqui, digo a nível Nacional

GR: *No geral, Évora nunca quis fazer domicílios, depois eu consegui com a Filomena Ribeiro que também foi uma amiga, que foi dar comigo doente numa tarimba. Foi sempre assim, já tínhamos um acordo em Lisboa, era no tempo a directora era eu, a EL e a IQ de Évora. A Misericórdia, em Lisboa, entrou por lá dentro e viu que tínhamos crianças, mas também tínhamos refeitórios e domicílios e a lavandaria. Olha abriu lá uma lavandaria e ainda está a trabalhar e a nossa?!*

P: Explica-me esse fenómeno?

GR: *Elas não faziam nada, só queriam estar junto das crianças.*

P: Mas isto podia ser uma grande empresa. Fomos pioneiras?

GR: *Eu já lhes disse. Quem destruiu isto tudo foi a Lurdes de Évora com estas aqui. Tinham uma carrinha e não queriam e não querem. Lisboa também não queria. Em Évora a Adriana adoeceu, que trabalhou como uma burra, e pediu-nos para meter lá a sobrinha, foi como aqui no Porto, tu mandaste a Céu para a Boavista e no outro dia já lá estava a mãe dela e eu sou muito mole, nunca fui capaz de mandar ninguém embora. E ainda a gozar a minha própria cara. Ai a Gracinda pode ter muitos defeitos mas não consegue mandar ninguém embora. Tanto que não consegue que tenham aqui uma educadora que se meteu na baixa e foi abrir um infantário e o pai deu-lhe três mil contos. Elas não querem fazer mais nada, mesmo agora tinha essa carrinha tu não sabes o que eu me consumi para a carrinha. Depois contrataram um motorista. Mas havia aqui mulher dos bairros, a comer e a beber bem, não querem.*

P: Agora vamos falar de outro assunto tu lembras-te de fazeres teatro?

GR: *Eu lembro-me de fazer teatro. Já fazia nas Zitas. Eu sou muito palhaço. Já o meu pai era assim e a mocidade na terra gostava de o ouvir.*

P: Porque é que se fazia teatro?

GR: *Nós fizemos para angariar fundos.*

P: E o tema que era escolhido?

GR: *Eram dois teatros. Até foi feito nas paróquias.*

P: Nas paróquias?

GR: *Ai, aí foi nas Zitas.*

P: Qual era o tema?

GR: *O tema era o Serviço Doméstico. Era o uso e o abuso da exploração das raparigas que além de explorar os pais também exploravam a elas. Mesmo novinha, eles consentiam. Conheci uma família assim. A rapariga fugiu com o filho do patrão, foram buscá-los e ela levou uma coça.*

P: A última pergunta é esta já me falaste do que aprendeste nas Zitas, mas falta o que aprendeste no Sindicato. E o que é que aprendeste neste trinta aos que estiveste na Cooperativa e no Sindicato?

GR: *O que eu aprendi foi a viver em comunidade, porque na obra das Zitas era o que estava na minha mente. E foi o que eu aprendi e na Cooperativa. Estou desanimada, não aprendi nada, pelo contrário ainda ensinei.*

P: Mas todos nós quando ensinamos também aprendemos?

GR: *Eh...pode até ser...assim nada de especial.*

P: Alguma vez pensaste em saber comprar uma casa?

GR: *Sabia, mas esses alicerces já vinha de traz.Com trabalho, esforço e sacrifício A igreja de Cedofeita está lá nova. Passei dias inteiros a fazer peditório, é queda. O exército de Salvação, também é na mesma e eu dei-lhe com os pés.*

P: E não aprendeste mesmo nada nesta comunidade de trabalho?

GR: *Com estas pessoas, reuniões, contactos. Nunca me deram nada.*

P: Sentiste-te muito só?

GR - Senti. *Aquelas pessoas que só olham para o seu umbigo, não olham para os outros. Não posso dizer que as pessoas não eram amigas, mas eram sempre mais interesseiras. Tu sabes isso muito bem, porque tu já tens uma rodagem e uma vida de trabalho...sabes muito bem e depois há um ditado que se diz: «não peças a quem pediu, nem servias a quem serviu».*

Anexo: A, N.º 5

Entrevistada: Gracinda Silva (2ª.vez)

Porto

Em 2005

P: A pergunta inicial que eu te quero fazer é a seguinte:

Como surgiu a ideia de formar um Sindicato? Como conhecestes as colegas que vieram a formar o Sindicato? Se a ideia surgiu de ti ou como foi?

GR: *A ideia já surgiu de mim, eu trabalhava numa casa onde tinha muitas colegas. Eu era cozinheira. E depois que o Salazar morreu eu comecei a exigir os meus direitos como outra operária qualquer. Não fazia sentido, eu trabalhar dias inteiros e ter mais meia dúzia de colegas a trabalhar até às «quinhentas», quando eu exigi e me foi dado o sábado e o domingo que eu já não trabalhava.*

P: Quando trabalhaste como cozinheira eram muitas empregadas domésticas?

GR - *Eram muitas empregadas domésticas: era a de quarto, a de sala, a da limpeza, a costureira, o motorista e eu a cozinheira. Eles recebiam às vezes mais de trezentas e tal pessoas. E eu, sozinha fazia os banquetes todos. Eu já era uma privilegiada, porque pedi os meus direitos, simplesmente não deram às minhas colegas.*

P: Em que altura foi isso?

GR: *Isto foi após a morte do Salazar, no tempo das conversas em família, do outro como é que ele se chamava?*

P: O Marcelo Caetano?

GR: *Sim, o Marcelo Caetano, eu, e, as minhas colegas escrevemos uma carta. Eu penso na minha cabeça, que após a morte do Salazar que as coisas iam mudar e que as empregadas domésticas que eram as pessoas mais exploradas como os nossos pais nas aldeias deveriam ter alguns direitos. Como seres humanos. Daí eu própria ter feito a carta para o Marcelo Caetano, assinada por todas as minhas colegas.*

P: Não tens essa carta?

GR: *Essa carta, eu devo ter lá para minha casa num canto. Mas eu tive. Ele respondeu-me. Eu escrevi a pôr a situação das empregadas do serviço doméstico. Porque o meu patrão. O Campos Costa pôs-me na Previdência. Ele fez-me o que fez às empregadas dos consultórios todas. Daí eu ter todos estes anos de Caixa. Então eu já estava a ter um benefício que as raparigas, as minhas colegas todas não tinham. Porque eu era uma cozinheira que eles diziam que não encontravam assim.*

P: Agora vais-me responder a outras perguntas que é assim? Estavas a defender os direitos das tuas colegas. Mas do ponto de vista religioso ou político, qual era a tua formação? Pertencias a algum grupo? Fala-me disso?

GR: *Fui da obra das Zitas. Porque a gente chegava a uma cidade e não tínhamos nada. Só tínhamos problemas e havia muita desgraceira. E então a obra de Santa Zita que era a favor das empregadas domésticas, mas que infelizmente também me desiludiu porque depois também vivia à custa das empregadas domésticas. E dos próprios patrões. Mas pelo menos quando nos mandavam para o olho da rua fosse a que horas, fosse a gente tinha para onde ir. E foi assim que eu conheci a obra das Zitas, mas também isso é uma história que vem para trás. Eu vim a conhecer depois de curada de uma tuberculose. Tinha 15 anos.*

P: Foi quando foste para a obra de Santa Zita?

GR: *Tinha 18 anos foi quando acabei de me curar. Com um médico da minha aldeia, que me disse que eu não podia trabalhar no campo, porque não podia fazer trabalhos pesados e tinha conhecimento daquela obra que existia no país inteiro. E mandou-me uma carta, para eu entregar para elas a dizer que eu era uma pessoa muito sensível. Sem mãe sem ninguém, ele foi um pai, (refere-se ao médico) para mim. O meu pai nunca fez aquilo que ele fez. Morria muita juventude tuberculosa e ele apostou com uma vizinha minha a dizer: «Não vamos deixar morrer esta jovem». Não vamos. E não deixou.*

P: Estiveste na obra de Santa Zita como religiosa?

GR: *Primeiro estive lá para aprender como tu sabes embora aqui perto do Porto, na aldeia nós não tínhamos conhecimento das coisas, a não ser os pais e as mães a trabalhar no campo de sol a sol. E ganhavam uma miséria e além do mais não tinham dinheiro para nos pôr a estudar, nem a fazermos nada e iam para «criadas de servir» com nove anos e por aí. Eu não pude vir, porque não tinha saúde com nove anos e daí porque tive esses problemas e só fui a partir dos 18 anos. A Obra de Santa Zita acolheu-me muito bem, achou que eu podia participar nos retiros, onde a gente está cinco dias só a meditar, e falavam-nos do Inferno, que a gente fica com tanto medo do mundo, que até se entrega a Jesus Cristo. Foi o que aconteceu comigo e com várias colegas minhas e a partir daí, eu fui servir a Jesus Cristo [ri-se] e continuei na obra de Santa Zita. Porque daí para trás eu tive muitas peripécias. A partir daí eu fui para religiosa. A minha madrasta era o cúmulo, o meu pai não queria saber, não tinha mãe, meus irmãos tinham morrido quatro. Um que existia, o meu pai nem sabia aonde, apareceu um dia mais tarde lá na terra. O que acontece, isto foi tudo uma espécie, uma infância tão infeliz, tão infeliz, que foi o que me levou a fugir do mundo. Se o mundo não tem nada para me dar, eu tinha uma amiguinha com 15 anos foi martirizada, porque um fulano abusou dela e ela foi para a Tutoria e o gajo ficou impune. E isso meteu-se na*

minha cabeça. Porque os pais deram volta para castigar o fulano e isso marcou-me e eu pensei: «ora se isso se dava comigo o que me acontecia»?

(Interrompemos).

P: Nas Zitas sentiste-te feliz? (Depois hás-de contar mais pormenores da tua infância).

GR: *Olha, foi uma coisa que eu senti pela experiência que tinha visto das empregadas domésticas e das outras pessoas em geral, porque elas ficavam lá, como numa agência para se empregar como empregadas domésticas. Ficavam lá, faziam o serviço, mas ficam lá, mas pronto só que ainda pagavam xis. Mas aprendiam a cozinhar, aprendiam a limpar, a costurar, aprendiam a ser umas empregadas domésticas mais exemplares, que era isso que os patrões queriam para nos esfolar mais. E daí era sempre a preocupação, ensinar para que elas servissem os grandes senhores. Isso como religiosa, eu pensava: «quando eu entrar para dentro», isto é quase como entrar para as Carmelitas, a gente vê pelas grades, mas depois do lado de lá, depois é que vem a decepção.*

P: Então tu chegaste a entrar?

GR: *Entrei. Fiz os votos de ano a ano. Quando queriam que eu fizesse os votos perpétuos, eu não me achei em condições. Porque vi muito maus exemplos. Parece que de repente qualquer coisa se abriu no cérebro. E fiquei assim decepcionada, e falava com Jesus: «Oh, meu Jesus, então isto é assim? É desumanidade? E penso que Deus me deu um dom era ser humana. Eu ia valer a uma velhinha que elas tinham lares. As irmãs ficam velhas e depois ficam lá arrumadas. Sabes? Quando eu ia deitar a mão a alguém eu levava sempre um raspanete e um castigo. Achei que aquilo. Depois eu, e outra irmã ficamos como vigilantes durante a noite. Por exemplo: batia à porta uma mãe solteira com uma criança ao colo e eu abria a porta, recolhi e dei de comer ao bebé e dei de comer à mãe e arranjei um canto para ela dormir e fui castigada. Estávamos sempre nisto. Era castigada. Celeste, eu estava no PBX, na Estrela que é a Casa Mãe. A minha irmã de religião adormecia, eu não, tinha assim mais sentido de responsabilidade. Achava que não nos devíamos desleixar. Eu fui sempre assim, quando nos chamavam a atenção, já não chamavam à segunda.*

Um dia, mas eu ouvia do lado de fora, uma mãe, uma rapariga e um homem e ele queria que ela abandonasse ali uma criança e eu não pude abrir. Eu chamo a polícia pelo PBX. Lá dentro eu ouvia: «ou largas a criança dentro de uma escada qualquer ou nunca mais te falo e desprezo-te por completo. Se calhar até era alguma empregada doméstica. Eu assim. E quando eu chamo a polícia e digo onde era o sítio, fui abrir a porta e a irmã que estava comigo não deu por nada. A polícia veio e prendeu. Sabes Celeste quem era? Era um polícia, ela era uma empregada doméstica, ela tinha de abandonar o filho, mas não abandonou. Ela levou o filho e a polícia levou-os com eles e foram tratar dos assuntos. Ao outro dia, a outra ou porque se apercebeu, ou porque acordou, foi fazer queixa à minha superiora e eu fui castigada outra vez. Isso é alguma coisa?!.

P: Então estiveste lá, quantos anos?

GR: *Bastantes. Até perto dos trinta, trinta e tais ano, mas levei uma vida de muito sacrifício. Aquilo custava. Há uma única coisa que eu gostava. Nós temos uma coisa, temos as monitoras e as psicólogas que estudam aquilo que cada uma de nós pode render mais e fazer. Quer seja no apostolado, quer seja então nos serviços internos. Então a psicóloga apercebeu-se que eu tinha muita aptidão para ir para o exterior. E isso realmente teve uma grande influência em mim, porque eram os almanaques, eram os livros, eu batia o recorde porque toda a gente me comprava nas aldeias para onde a gente ia. Isso teve influência na minha formação, na minha maneira desprendida de pedir, era para os outros e não para mim. Tu sabes que se eu pedir para mim sinto-me acanhada e para os outros nunca me senti.*

P: Foi um exercício que fizeste?

GR: *Exactamente, foi sempre uma coisa que eu notei que havia muita desumanidade. As pessoas religiosas minhas irmãs. De religião claro, eram muito desumanas, não havia carinho para as pessoas que já não podiam. Eu tive sempre muitos problemas, até a comer. Sabes eu fui sempre muito frágil e não podia andar horas e horas sem comer e fazer jejum. Depois não podia comer. Eu já nasci frágil, como dizia o meu irmão, eu já não devia ter nascido. Porque a minha mãe já ficou a morrer e depois morreu ao ter outro bebé, que já não nasceu. Também não viveu. Eu estava sempre a transgredir o regulamento da Instituição. Porque se havia algumas senhoras que nos davam alguma coisa para comer naquele frio, outras não. Eu caminhei este país todo. Eu, e as outras.*

Nós éramos mudadas de ano a ano. Depois de um retiro de cinco dias. Nós éramos mudadas, daqui para ali, para acolá e assim. Nós tínhamos uma expansão muito grande quer a nível do país, quer do estrangeiro. Já havia, no Brasil, Espanha e França. E nós quando nos juntávamos todas a nível do país, para apresentar o trabalho, todo o trabalho que nós fazíamos, daí depois era enviado para os superiores gerais, para ver o que é que nós rendemos durante um ano no sítio em que estivemos, como por exemplo eu gostava imenso, porque andava km (s) e km(s) e vinham as crianças ao meu encontro, isso já era uma vocação, que eu tenho, que eu nasci com ela. E as crianças até parece que tinham um sexto sentido, que eu já ia lá e eu não media esforços. Nós estivemos no Alentejo e íamos só duas pessoas, ou tínhamos que ficar em casa do padre, mas os padres também não tinham a vida fácil e também tinham fome, porque tu andaste por lá e bem o sabes. Nós até uma vez estávamos a tomar o pequeno-almoço ao pé de uma manjedoura dum burro e o padre que era o médico, o professor, e tudo na terra. Nós ficávamos uma na casa do padre, outra no professor e nós andávamos assim na preparação das pessoas, mas que preparação filha, para mim, uma vez cheguei ao pé do Bispo de Portalegre e Castelo Branco e disse: «Oh Sr. Bispo, não vou mais!», porque isso é o que os protestantes fazem, chegam lá para consolar as pessoas dão-lhe um dinheiro, mas nós infelizmente nem isso temos para dar nada. E falar em nome de Jesus Cristo, quando estão pessoas cheias de doença, cheias de fome, cheias de frio, eu pergunto o que é que vou dizer de Nosso Senhor Jesus Cristo, enquanto não se tratar do corpo e das coisas e da saúde deste país. Eu já era revolucionária., porque aquilo metia-se. Dá-me uma volta, mexia comigo. Quer dizer, eu cheguei a dizer ao Sr. Bispo, isto não é nada, eu não vou dizer às pessoas que vivem neste estado assim, assim, que nada têm, sem primeiro tratar do corpo. Se o corpo não está bem tratado como deve ser sem uma casa para viver, se não tem nada para poderem sobreviver até filhos e tudo a passar fome, como vão acreditar em Jesus Cristo. Então vale mais fazer a cena que

fazem os protestantes., passaram por lá, deixaram dinheiro e, eles ficaram todos contentes, porque é isso que se tem de mudar na vida das pessoas. E isto o Bispo pensou duas vezes, porque era ao fim de semana, que ele nos ia buscar à Instituição, porque eles gostavam de pessoas seculares, não trazíamos farda. As freiras não podiam entrar no Alentejo, por exemplo, eu era uma freira, nós entrávamos em tudo quanto é sítio e ninguém nos fazia mal, pelo contrário, quando viam que iam fazer alguma coisa pelo bem-estar deles, éramos bem tratadas. Agora que o Bispo pensou nesse assunto, pensou e põe os pés a caminho e segue para a América. Um bairro de barracas que nem sequer a Junta sabia que existia lá essa gente, que nós éramos capazes de descobrir e ir ver essa gente, que nem sequer os padres sabiam que existiam lá.

P: Resultado tu gostavas da acção, não gostavas nos que mandavam na Instituição?

GR: *(Interrompe) sim. Como não tinha «pés nem cabeça». Quem diz, eu, dizem várias, eram muitas. Sabes que havia muita gente que ia tuberculosa para os sanatórios. Eu também tive depois de dizer: «então eu tive um médico que se preocupou tanto para que eu não morresse, para mais uma jovem, tuberculosa e daqui a pouco eu estou a tuberculizar». Como é que se compreende? Eu tinha de fazer jejuns, abstinências, num trabalho cansativo no exterior, porque era aquilo que eu mais gostava de fazer e fazia. Tu fazes ideia o que era um grupo de crianças atrás de mim, eram capaz de me apresentar à família, eu ficava emocionada.*

P: (Interrompo e pergunto): isto era a nível religioso. E a nível político?

GR: *Politicamente poucos. Espera a primeira coisa que eu pensei é que tínhamos de rezar pela conversão da Rússia e eu nem sequer sabia quem era a Rússia. Uma vez chamaram-me comunista e eu nem sabia o que era. Mas daí talvez, talvez, porque sempre «que eu metia a pata na poça» era castigada. Uma vez às tantas da noite, tem muitas peripécias, que a ti nem te passa pela cabeça, um fulano telefona para lá para falar para o nosso director espiritual, que era o fundador da obra das Zitas.*

P: Como se chamava?

GR: *Era o Padre Brás, era o fundador. E depois vou-te contar como é que ele fundou a Obra das Zitas. Porque isto é muito útil eu ligo muito porque no fundo é o mesmo que está a acontecer aqui. As fundadoras têm um espírito que depois os outros levam para caminhos completamente errados que não tem nada a ver. Mas não é só este. O Exército de Salvação que eu conheço bem, que também veio aqui uma doutora da Holanda para ver a obra, se era verdade, para me dar o dinheiro a fundo perdido. O fundador tem um espírito diferente, que depois as pessoas também são completamente diferentes.*

Eu na Obra das Zitas só me sentia bem quando chegava a hora de ir para o exterior, aí é que me sentia bem. Mas quando me mandaram ligar para o quarto dele, eu também era assim muito manhosa, já e chamavam em pequenina esperta da Silva. Recados era comigo, corria...acontece que estes telefonemas andavam-me a meter uma confusão, eram sempre para o mesmo e à mesma hora e sempre para o mesmo. Eu deixei a alavanca ligada para o quarto dele, liguei para ele e estava a ouvir as duas conversas. Conversa do exterior para ele. Então era um fulano da PIDE a dizer que já tinham apanhado mais um comunista e o meu director espiritual, que era ele, dava ordens para

que o fossem apanhar fosse a que horas fossem. Mas que liquidasse aquele gajo fosse como fosse.

P: Interrompo e tu sabias o que era a PIDE?

GR: *Eu não sabia mas fiquei a saber o que era a Rússia e os comunistas da Rússia através desses telefonemas, vê bem? E tanto que rezávamos pela conversão da Rússia. Eu pensava, «raios nos parta» tanto que se reza por esta Rússia e [ri], quem será esta Rússia que nunca mais se converte, [gargalhada].*

P: Digo, pensavas que era uma pessoa?

GR: *Imagina a primeira coisa que se ouve nas Igrejas. Uma coisa é ir à missa, estou quase como uma empregada doméstica que eu uma vez levei à missa no Alentejo que nunca tinha ido à missa e diz-me ela assim: «olhe gostei da missa», e perguntei-lhe eu. Olha gostaste da missa? Sabe do que eu gostei foi do padre a falar, porque não entendi nada do que ele disse [gargalhada].*

No meio disto tudo quem preparava a gente adulta para baptizar-se, gente adulta para aprender e depois no fundo, no fundo quando se ia a fazer um exame geral as pessoas não percebiam mesmo nada.

E na obra das Zitas ou em qualquer outra religião, o que a gente aprende mais são estudos religiosos (comento não política), não política só sei que política os votos iam para lá, eram os superiores que assinavam tudo e mandavam.

P: Vamos avançando. Vamos entrar propriamente no Sindicato (sugiro).

Qual a importância que achas que teve, neste caso em que estiveste metida, e as políticas do Sindicato. Chega-se a um momento em que tu saíste das Zitas e foste trabalhar para empregada doméstica. Deixaste de ser religiosa?

GR: *Deixei de ser religiosa. Isto antes do 25 Abril.*

P: Quando o Sindicato se iniciou (é o passado antes do 25 de Abril), que te influencia?

As Zitas estiveram ou não estiveram na formação do Sindicato em que tu te meteste?

GR: *Politicamente elas não influenciaram só que eu tenho sempre uma curiosidade, é que eu fui trabalhar para uma casa que tinha uma Biblioteca muito grande. E tinha televisão e rádio. Eu no meu serviço na cozinha e sempre a ouvir as notícias todas. E eu já tinha conhecimentos pelas operárias, que afinal encontrava nas romarias e, que falavam do custo de vida, da maneira da exploração dos trabalhadores e, que eu também me sentia explorada nesse ramo ou ainda pior.*

P: Então na Formação do Sindicato teve influencia ou não as Zitas? A tua saída para empregada doméstica, com o fim-de-semana livre interrompe (sim, sim, exacto), operários que falavam da organização sindical?

GR: *Uma coisa que me impressionava era o 1º de Maio na Covilhã. O 1º de Maio celebrado no tempo do Salazar. Os trabalhadores tinham de andar às escondidas, mas não pegavam ao trabalho. Já com faixas, reclames que diziam «ai de ti se não pegas ao serviço». Ameaçá-los com a PIDE. Isto no dia do operário.*

P: Ainda estavas nas Zitas?

GR: *E ainda estava nas Zitas e mandavam-nos para a rua, onde havia muitos trabalhadores, se a gente ia aos quartéis às despedidas levar almanaques. Pessoas que iam para a guerra. A mim já me revoltava a guerra mesmo quando estava nas Zitas. Nós íamos e via aqueles rapazes cheios de vida, de vigor, as famílias a ficarem numa tristeza, numa amargura, isso mexeu. Eu é que não podia falar nessas coisas.*

P: Mas isso foi antes do Sindicato, ainda nas Zitas. Mas como é que tu encontraste o Sindicato do Serviço Doméstico?

GR: *Encontrei o Sindicato do Serviço Doméstico naquela base. Após o 25 de Abril. Eu ouvi tudo.*

P: Como descobriste as tuas colegas?

GR: *Como descobri as minhas colegas? Ouvi na rádio que havia uma pessoas da LOC Operária, que eu já tinha conhecimento o que era a LOC Operária, porque também era católica. E vou eu chamar as pessoas da Rua Guerra Junqueiro. Já viste? E a convidar todas porque ia haver um encontro na Rua (pergunta como é que se chamava aquela rua?) Respondo: Rua Entreparedes (Sede da LOC). Eu peguei numa serapilheira e fiz lá: «Nós empregadas domésticas queremos os nossos direitos». E pegamos e levamos e entramos por lá dentro. Mas há uma coisa, quando na minha fé, as pessoas deviam ser da Obra de Santa Zita. Quando foi o meu espanto que no fim, entramos várias empregadas domésticas. Andei toda a manhã a avisar esta e aquela. Oh raparigas «nós vamos ao encontro». Nós vamos ter os nossos direitos. E foi assim que eu chamei as pessoas da GJ daqueles Bairros por lá. E entramos por lá dentro com o nosso letreiro e encontramos várias empregadas domésticas. E a MA. Foi aquela que se apresentou como sendo dirigente da Loc operária. Nós éramos as únicas que levávamos um letreiro feito em serapilheira.*

P: E essas ainda eram das Zitas? Eram muitas, ainda iam às Zitas?

GR: *E o que é que eu pensei? A MA estava dentro daquela expectativa que eu esperava. Mas quando ouvi uma a chamar tudo quanto há aos patrões. Era a CR, eu já não achei muita piada.*

P: Interrompo, então a CR também estava presente?

GR: *Estava, eu não achei graça, «burgueses, isto e aquilo». Depois também nós começamos a chamar esses nomes aos nossos patrões (e ri-se, ri-se, olha os nomes que nós chamávamos aos patrões). Mas vou contar-te o que me desagradou nas Zitas. O mesmo grupo que foi comigo de GJ foi comigo à Rua F.à Casa das Zitas, a pensar na nossa boa fé, e que elas tiveram sempre dignidade e bom senso no trabalho do Serviço Doméstico e por isso tinha de mudar, não era como elas faziam? Elas trataram -me muito mal, abaixo de cão.*

P: Foste aos dois sítios?

GR: *Fui aos dois sítios e é uma coisa, que elas me trataram muito mal, abaixo de cão. Oh filha, tinha a ver com a Organização, porque eram empregadas domésticas, mas aos domingos também iam às reuniões e aos cursos de aprendizagem e de cozinha. Eu cheguei a dar cursos de cozinha e de culinária e ficamos assim decepcionadas.*

P: Ficaram todas, ou foste só tu?

GR: *Não elas também ficaram. Ficaram, mas depois eu fiquei com a direcção da (MA) com o número de telefone. Ela disse que trabalhava nuns padres. Eu conhecia muito bem a situação. Eu era muito desenrascada e era a empregada doméstica mais bem arranjada lá da zona. Porque também já fui a ganhar muito bom dinheiro. Já não fui tão discriminada assim, porque tinha outros conhecimentos e outras bases e nós éramos escolhidas a dedo para esses grandes senhores do Porto. Essa gente pertencia à família de RA. Uma gente rica, metade de FM é delas. As fábricas de M. Quando uma religiosa saía, aí pagavam-nos bom dinheiro, era quase como a prostituição, como dizia a IC, “as prostitutas de Rua tem um preço e as de luxo tem outro”. Porque também foi uma coisa que eu gostei muito de ouvir, como foi o estágio dela numa cadeia, aquilo também me levou a sair e a ouvir e até comprei o livro dela.*

P: Entretanto, tu entendes que o SSD que é do que estamos a falar, os seus antecedentes são inspirados na JOC e LOC.

GR: *É a CR da JOC e a MA da LOC. São dois ramos que já eram diferentes. Era a acção católica. Eu tinha mais conhecimento das coisas.*

P: Achas que as organizações estrangeiras tiveram influência?

GR: *Ai, muita .*

P: Insistimos, nessa altura?

GR: *Já tinham. Quando fizemos a nossa 1.ª reunião no Infante Sagres no Porto, já havia jornalistas estrangeiros e nenhum português.*

P: Mas não sabes de que países eram?

GR: *Mas também eram de JOC e LOC e coisas no género e Organizações de Mulheres Feministas. No Pavilhão Infante Sagres. A 1.ª assembleia Geral com muito puxões de cabelos. Aí é que as Zitas mandaram representantes.*

P: Então no Pavilhão Infante Sagres onde estavam as Zitas?

GR: *Disfarçadas no meio das empregadas domésticas gerais*

P: Quem fez a mobilização?

GR: *Aí foi a CR e a MA e eu. Eu até andei de noite a distribuir circulares, até levava o cão comigo, era um cão polícia, eu tinha liberdade dos meus patrões.*

P: Foram muitas empregadas Domésticas?

GR: *Foram muitas, muitas, enchemos o Pavilhão Infante Sagres. Aconteceu uma coisa impressionante.*

P: Mas foram todas e aí entenderam-se ou não?

GR: *Entendemo-nos. Eu dei uma explicação. Atenção colegas, as senhoras das Zitas que estão disfarçadas não têm nada a ver com o Sindicato. Eu disse ao microfone. Que haja aí pessoas disfarçadas. Até me chamaram comunista. Eu disse eu até andei a rezar pela conversão deles, eu era assim um bocado engraçada e tudo.*

P: Elas eram empregadas domésticas, mandatadas pela Obra das Zitas? E porque não continuaram todas a pensar no Sindicato e aparece outro?

GR: *O outro Sindicato não foi feito pelas empregadas domésticas.*

P: Então quem é que o fez?

GR: *Os patrões com as obras das Zitas. Porque além do mais eu era muito conhecida. As mais fanáticas, que tinham a ideia que o comunismo era um papão. Eu já me tinha instruído. Tinha comprado aquele livro, do Spínola, que ia haver uma revolução.*

P: Qual?

GR: *Aquele do Spínola? Foi antes do 25 de Abril, que deu uma polémica desgraçada.*

P: Depois formou-se o Sindicato? Quem fez os Estatutos?

GR: *Foi a LOC Operária com a Base FUT.¹*

P: Então não foram as Empregadas Domésticas?

GR: *Bem sabes que não.*

P: Não sei, não?

GR: *Os Estatutos foi a MA da LOC e a CR da Base Fut, que eram os esquerdistas que estavam a aparecer depois da Revolução.*

P: Então foi a LOC e a Base Fut com a presença das duas?

GR: *Sim, das empregadas domésticas com a presença por exemplo, em Lisboa, a CR com outras e aqui no Porto a MA e outras. Eu fui a todas as reuniões que elas fizeram. Eu fui a primeira sócia cá do Porto.*

P: Então fizeram várias reuniões com a ajuda da LOC e da Base FUT, mas vocês também estavam presentes?

GR: *Estávamos.*

P: Mas na verdade, então não foram eles que fizeram e vos entregaram?

GR: *Não, não, nós estávamos presentes nas reuniões. Nós também tivemos cursos sindicais.*

P: Depois vais-me falar disso? Mas explica-me para terminar esta 1ª parte. Para fazer os estatutos. Foste a sócia nº1, no Porto. Ainda estavas nos teus patrões? Quais eram as tuas funções?

GR: *Estava e estive. Era isso. Era uma ajuda para a Angélica que também era empregada nos padres. Eu fiquei nos outros órgãos. A CR ficou presidente da Direcção, a MA presidente da Assembleia e a seguir era eu, era vogal. A Sede do Sindicato era em Lisboa. Nós ficamos com trabalho a nível da delegação do Norte. Eu fiquei delegada sindical do Norte.*

P: Qual o período que tu recordas?

GR: *O melhor momento foi aquela em que a nossa lei foi aprovada. Os 1ºs estatutos aprovados foram os das Zitas, porque foram feitos pelas patroas. Mas o melhor momento foi quando a lei foi aprovada, fiquei assim como com um alívio a pensar que ninguém ia ser mais espezinhada as empregadas domésticas.*

P: Lembras-te do 1º Congresso Nacional?

GR: *Recordo-me de tudo. Daquela multidão de gente.*

¹ BASE- FUT(Frente Unitária de Trabalhadores)

P: Antes houve alguma preparação?

GR: *Antes houve mini-cursos de sindicalismo. Aprendemos a participar. Nós sabíamos os nossos direitos mas como alcançá-los. Eu principalmente que não estava presa, por namorados, por esta coisa, uma pessoa livre, eu trabalhava todo o tempo para o Sindicato. Nem que desse as voltas de preparação, eu reunia os grupos de rua em rua.*

P: Mas tu ainda estavas na tua patroa quando foi o Congresso do Sindicato?

GR: Não já não estava? Já estava na Sede na Boavista.

P: Então conta como foi a história da Sede no Porto?

GR: *Depois de já termos muitas empregadas domésticas, que não tinham regalias, precisávamos de uma casa para não termos de ir sempre à Rua Entreparedes². Então nós conversamos com a Associação de Moradores da Av. da Boavista, porque eu trabalhava há muitos anos naquela zona e também conhecia aquelas pessoas. A Associação de Moradores da Av. da Boavista tinham conhecimento que havia lá aquelas casas vazias há não sei quantos anos, porque dizem que nós ocupamos, ocupamos. Nós não ocupamos A Associação de Moradores é que nos disse numa altura. Há ali x casas, vocês precisam de uma casa para o Sindicato. Porque também eu ia a encontros onde havia outros trabalhadores, a trabalhar em sindicalismo como nós, éramos uns aprendizes. E então eles ofereceram aquela casa na Av. da Boavista. Fingimos, juntamos um grupo de gente, chamamos os jornalistas, pintamos o diabo a quatro, uma faixa «o Sindicato do Serviço Doméstico já tem casa». Sede não, casa porque a sede era em Lisboa. E daí estava uma pessoa por dentro e nós entramos. Daí começou a ser a casa do Porto.*

P: E depois o que é que fizeram?

GR: *Começamos por fazer. A MA passou a estar metade do tempo com as pessoas do Serviço Doméstico, com as pessoas que queriam saber, vinha nos jornais e isso foi uma guerra para mim, com as Zitas, todas contra mim, a chamarem-me comunista e o diabo a quatro. Ora eu nem sabia o que eram comunistas. Se eles eram. Eram trabalhadores e nós também. Nós do Serviço Doméstico também tínhamos direitos. E assim foi, ficou a MA. A partir daí eu dei um mês aos meus patrões para arranjam cozinha porque eu ia sair, e ficar disponível para o Sindicato do Serviço Doméstico. A MA a meio tempo que estava em casa dos padres de manhã a fazer o serviço e de tarde ia para lá. E depois quando eu saí dos meus patrões, e com a ajuda da ML que também trabalhava na R. GJ. Depois apareceu a DC que trabalhava na Confeitaria, mas também era empregada doméstica e começaram a aparecer muitas pessoas.*

P: Muitas empregadas domésticas, para quê?

Nome da Rua da Sede da LOCF (Liga Operária Católica Feminina).

GR: *Porque tinham problemas, milhentos problemas, desde os patrões abusarem delas, tudo, tudo...E grandes senhores, Celeste. Que foi preciso meter um advogado do trabalho em defesa do Serviço Doméstico. O Ministério do Trabalho era lá na Av. da Boavista e depois os patrões eram lá chamados.Com as queixas que as próprias empregadas domésticas faziam queixa. O Champalimaud e o diabo a quatro. Como aquela de RA, que eu conhecia e ela fazia de conta que não me conhecia. Mas depois, oh Gracinda tu estás aqui? Estou agora é que a senhora Dona C. vai saber como é. Agora não vai chegar de manhã e espancar as suas empregadas. A tirar com o motorista à piscina. Ai oh, Gracinda, eu quero que me arranje uma boa empregada doméstica como a Gracinda era, que até a minha cunhada tinha inveja. Mansinha, ainda nos deixou algum dinheiro, para a ajuda das despesas. E pagou tudo às empregadas domésticas que ela maltratou e o homem disse-lhe. Não tu agora tens de te ver com elas são o Sindicato do Serviço Doméstico. E ele era engenheiro, tinha fábricas e os motoristas tinham de ir aturar a mulher e as empregadas domésticas. Ela levantava-se com uma neura desgraçada e começava a dar chapos³ aqui e ali como se aquilo fosse não sei o quê. A mulher aprendeu a ter uma empregada por dar cá aquela palha também. Ora o Engenheiro até nos deu uma resma de sarja de lençóis para os meninos da creche.)*

P: Mas vamos continuar a falar do Sindicato depois falas da Cooperativa?

GR: *Mas eu ainda tenho a dizer do Sindicato. Depois apareceram-nos muitas mães solteiras. E nós já tínhamos as instalações, mas não tínhamos mobília e quem nos deu as primeiras camas foi a Cruz Vermelha para recebermos a mães solteiras e as crianças. Deram camas e cobertores e comida se fosse preciso, mandaram lá pôr tudo. Muitas mães retornadas, mães negras com filhos e sem terem nada de nada. Os patrões brancos que vieram para Portugal e depois as largaram.*

P: E onde é que vós as metíeis?

GR: *Recebíamos na parte de cima do Sindicato, claro. Já era Sindicato e depois continuou na Cooperativa. Comiam lá e depois iam trabalhar a dias.*

P: As pessoas ficavam desempregadas e ficavam lá a dormir?

GR: *Claro. Como por exemplo a Maria José Pina que tinha uma menina. Ficou lá. Espera ainda é Sindicato. Os empregados do Pão de Açúcar da Av. da Boavista começaram a pedir lá e deram-nos tudo.*

P: E serviam lá refeições?

GR: *Isso foi mais tarde.*

P: Estiveste no Sindicato sempre? Até quando?

³ Bofetadas

GR: *Ui. Eu estive no Sindicato sempre até que o Sindicato se tornou independente, porque trabalhávamos no Sindicato e no que fosse preciso. Eu desde o 1º dia que se formou o Sindicato no Porto eu fiquei sempre ligada ao Sindicato. O Sindicato tornou-se independente. Passou a estar com os Contínuos e Porteiros. E era a IB.*

P: Passou para a Rua do Bonjardim. Porque deixaram a Av. da Boavista?

GR: *Deixamos a Av. da Boavista porque tivemos uma ordem de despejo. E o Sindicato teve de sair assim como a Cooperativa.*

P: Vais já falar da Cooperativa.

GR: *A certa altura o Sindicato perdeu o dinamismo que tinha. E quais foram as razões. Tu entendes, foram razões externas ou internas.*

P: Depois que se criou a Cooperativa começou a haver umas questões internas.

GR: *Eu nunca me importei que se pagasse às pessoas que tinham trabalho sindical.*

P: Então deixa que te pergunte, antes que me contes a história da Cooperativa.

Tu achas que o Sindicato não tinha meios para sobreviver sem a Cooperativa?

GR: *Não tinha. Porque desde que se fez o Congresso que tinha uma lei, acho que as pessoas acalmaram mais e não continuaram a dar o devido valor que deviam continuar a dar ao Serviço Doméstico. Depois houve aquela divisão de estar melhor assim ou melhor assado. Então nós estamos aqui a sustentar as empregadas domésticas a trabalhar nisto e a trabalhar naquilo e aí começou a haver no Sindicato em geral, não foi só no Porto, foi a nível geral.*

P: Mas porquê havia falta de sócias?

GR: *Havia falta de sócias. As sócias não pagavam. As sócias diziam então que façam, quando vier vem para nós. O Sindicato deixou de ter dinheiro a ponto das pessoas que estavam no Sindicato terem de ser pagas pela Cooperativa.*

P: Mas qual foi a finalidade para que nasceu a Cooperativa?

GR: *A Cooperativa nasceu para o serviço doméstico, mas havia pessoas que não achavam bem. E criar postos de trabalho. E tu sabes bem disso que havia pessoas que não concordavam estarem a trabalhar para o Sindicato.*

Depois havia pessoas que desmotivaram porque havia um Sindicato contra o nosso o que as Zitas fizeram. Os patrões que o fizeram, que o criaram e o pagavam. E as Zitas mandavam. Infelizmente nós não somos pessoas de ter grandes estudos, também antigamente nem para nos sustentar tinham quanto mais para estudar. Havia também

muita ignorância, depois também parece ter havido um aproveitamento do próprio Serviço Doméstico de quererem que a classe fosse diferente. Mas depois também houve uma certa leviandade do próprio Sindicato do Serviço Doméstico. Quando os problemas eram muito graves...aí é que pagavam. Mas nós tínhamos de pagar todos os meses ao advogado, porque não era de borla. Porque eu fui dar com duas empregadas. Patrões brancos que trouxeram negras e estavam sequestradas. Tivemos de chamar a polícia, foi num bairro em Gaia. Foi uma delas que soube do Sindicato e passou um bilhete e eu fui à polícia. E disse: o Senhor tem de me acompanhar porque há duas pessoas assim, assim. Ah, minha senhora não há disso. Fomos as duas. Fomos dar com as mulheres ou não fomos?. Estavam a fazer de prostitutas, tinham-lhe tirado a documentação toda. Foi para tribunal e resolveu-se tudo. O Sindicato do Serviço Doméstico nunca deixou nada por resolver.

P: Então depois deu-se a fusão com os Contínuos e Porteiros?

GR: *Isso já foi com a CF que deixou o Sindicato, foi a última Presidente do Sindicato. Lembras-te do ano? Já me passou os papéis mas já não sei. O Sindicato das Zitas era na Rua do Bolhão. O Sindicato passou para a Rua do Bonjardim contigo e com a IV e a fusão foi no tempo da CF.*

P: Vamos passar para a Cooperativa. A ideia de formar a Cooperativa surgiu porquê?

GR: *Porque muitas empregadas não queriam ser mais empregadas internas. Estás a compreender e daí...*

P: Mas podiam ficar a trabalhar a dias?

GR: *Podiam mas onde é que estavam os lares? A Cooperativa (a Cooperserdo).*

P: Quem fez os Estatutos?

GR: *Foi a Cooperativa Portuense (Eu emendo, isso foi imprimidos).*

P: Quem os redigiu? Quem pensou nos Estatutos?

GR: *Ora pensamos todas. Tu também já lá estavas? (Ri-se).*

P: Quais os objectivos?

GR: *O objectivo era criar postos de trabalho*

P: Quais os postos de trabalho que foram criados?

GR: *Olha tudo o que elas sabiam fazer. Tratar de crianças. Abriu-se creches.*

P: A nível nacional?

GR: *Sim a nível nacional. A Sede da Cooperativa ficou no Porto porque foi aqui fundada. A Sede do Sindicato ficou em Lisboa.*

P: O que criaram?

GR: *Era aquilo que elas estavam habituadas a fazer. Estavam habituadas a olhar pelos filhos dos patrões. Tratar de roupas, tratar de refeições para todos os trabalhadores em geral. Em especial um lar para elas poderem estar, vir dormir e ficar ao fim de semana que não tinham onde ficar.*

P: E serviços de limpeza?

GR: (repete) *e serviços de limpeza que era uma coisa que elas sabiam fazer.*

P: Isto a nível Nacional?

GR: *Espera...No Porto e em Lisboa. (tratavam das crianças, refeitórios, domicílios e lavandaria, assim como no Porto. Em Évora, não quiseram os domicílios, nem lavandaria. Só refeitório e creche.*

P: Tu pertenceste sempre aos órgãos Sociais?

GR: *Sempre. Acho que desde que ela foi fundada. O pelouro era muito giro. Eu tinha um pelouro que era a organização do trabalho. Porque eu estava habituada a organizar trabalho.*

P: Organização como?

GR: *Eu fiquei nos órgãos da direcção. A direcção era no Porto. Eras tu, era eu, a Angélica depois a Laura. Eu sei que éramos essas pessoas porque a Laura até chegou a ajudar nas limpezas da casa. E a organizar também. Eu fiquei como a organizadora de trabalhos. Criação de trabalhos. Ver as cantinas, os refeitórios, isso tudo. As limpezas, como eram tratadas.*

P: Também ficaste a cozinhar?

GR: *A MA também cozinhou. Nos primeiros tempos toda a gente trabalhava, filha. Éramos polivalentes. E ajudamos muitas pessoas que saíram dum ciclo vicioso, os patrões tremeram.*

P: A Cooperativa pagava ordenado a toda a gente?

GR: *Pagava na medida do que íamos tendo. Nós não tínhamos donativos do Estado.*

P: Pagava a toda a gente, ou às que estavam no activo?

GR: *As que se encontravam no passivo, resolvemos que não valia a pena, porque quando precisávamos de alguém para trabalhar no activo essas pessoas, quando havia necessidade dum posto de trabalho, essas não deixavam os patrões e por isso só havia sócias no activo. Deixámos de ter no passivo.*

P: No princípio tinham?

GR: *Sim, mas por exemplo criava-se uma cantina, era preciso pessoal e quando nós íamos convidar A ou B, não queriam e então para que valia uma sócia pagar 1.000\$00 que era a cota e depois ir dar ordens a quem trabalhava.. Isso não tinha piada. E na próxima assembleia acabámos com isso.*

P: Havia só um refeitório a funcionar?

GR: *Na Sede havia um. Havia outro na Junta do Bonfim; havia outro na Sobil,. havia outro no supermercado Gama Esse era eu que orientava, havia muitos pedidos. Muitas vezes as empregadas domésticas tinham medo de se lançar. Eu ia e dizia: com duas pessoas chega. Eu fui orientar o refeitório daquela Fábrica Oliveira e Ferreirinhas que eram 2.500 trabalhadores. Pagavam-me bem caro. Eu chegava.*

P: O dinheiro era para ti?

GR: *Não, não era para a Cooperativa.*

P: E as limpezas? Como é que as pessoas faziam se queriam uma pessoa para a limpeza?

GR: *Faziam os pedidos para a Cooperativa. Era um contracto por escrito.*

P: Quem fazia os contractos?

GR: *Era a Cooperativa. Era desde escadarias, escritórios, casas particulares. É que ficava mais barato para as patroas, estas não tinham de fazer descontos era Cooperativa que fazia os descontos, dava a alimentação era isso tudo. Não tinham trabalho mais nenhum era só chegar ao fim do mês e pagar e estavam contentes com o serviço feito.*

P: Então quem é que tinha mais possibilidades era a Cooperativa ou o Sindicato?

GR: *Era a Cooperativa. Depois que a Cooperativa começou a existir tinha mais possibilidades de apoiar o Sindicato?*

P: Também apareceram organizações estrangeiras a apoiar a Cooperativa?

GR: *Apareceram na Cooperativa mais estrangeiras do que portuguesas, porque infelizmente no nosso país é assim.*

P: E qual era a ajuda que davam?

GR: *Elas 1º vinham ver o que é que as empregadas domésticas sendo uma classe de pessoas tão discriminadas neste país, o que é que elas eram capazes de fazer. Ficaram pasmadas as estrangeiras...quando viram, assim esta mulher o que é que ela é capaz de fazer? Mas quando elas estudaram. Elas vinham ficavam um tempo e depois quando conheciam qual era o papel do serviço numa classe tão traumatizado como era o nosso. A classe conhecida por andar com os 28, que eram os trolhas. As empregadas domésticas diziam agora namoro um 28 que eram os trolhas. Eram a classe mais amachucada, mais martirizada, e também os magalas. Era as criadas e os magalas.*

P: Estás a fugir à questão estávamos a falar dos estrangeiros?

GR: *Não estou, os estrangeiros tinham esta noção, filha. Já tinham esta noção e os portugueses também.*

P: Então a que nível é que os estrangeiros a ajudaram a Cooperativa?

GR: *Ajudaram muito a Cooperativa. Primeiro porque houve pessoas que vieram ver e trabalhar. Como por exemplo há nomes que se podem dizer. A Lieve trouxe uma série de pessoas para Lisboa. Para aqui não vieram tanto. Que ajudaram nas paredes, nos telhados, que também vieram para o Alentejo, porque os estrangeiros acharam que o Cooperativismo em Portugal foi uma coisa de que elas gostaram. Eu própria tive ocasião de ver e de visitar, no estrangeiro. Eu fui lá a encontros marcados dos próprios governos, com os tais grupos de mulheres.*

P: Onde estiveste?

GR: *Estive na Bélgica e tive muito acolhimento mesmo no Governo, só que elas não param, andam sempre de um lado para outro nestes países do 3º.mundo, nós éramos considerados países do 3ºmundo daí que nos deram bastante apoio.*

A pessoa que veio que chamava Chasquia era formada em Ciências Políticas. E logo após uma revolução qualquer que fosse, muito mais atenção ela deu a Portugal. E ela veio aqui. Andou a fazer estudos com as pessoas do serviço doméstico que tinham capacidade de explicar. E foi aí que eu fui à Bélgica.

P: E foste a mais algum país?

GR: *E fui à Holanda. E ela tinha uma coisa. Primeiro conversava com as pessoas e depois tinha de chegar à conclusão se era capaz. Ela foi a minha guia tanto na Bélgica como na Holanda. Ela coordenou e achou que devíamos ser apoiadas, mas como o Estado não apoiava, elas prontificaram-se a apoiar. Era um serviço importante. Era uma sociedade que ia mudando na ideia, não é?*

Elas tinham tudo pronto. Eram uma horas num departamento e ela só me dizia olha Gracinda esta é o género do PCP em Portugal, mais ao menos, não é igual. Eu tinha de saber como me virar. Depois tinha outra, que já era por exemplo o PPD em Portugal. Ela só me dava esta explicação porque depois eu tinha que me virar com eles. Ela traduzia. Eu falava em Português e ela traduzia. Fui tratada com muito chiquérismo. Ri-se muito...

P: Na 2ª.parte vais me falar das tuas aprendizagens?

Uma última pergunta. A certa altura estava em grande a Cooperativa no Porto, Lisboa e Évora. Chegaste a saber quantos postos de trabalho chegou a criar a nível Nacional?

GR: *Muitas, para aí umas quarenta e tal.*

P: A mesma pergunta que te fiz para o Sindicato. Tu disseste que o objectivo era a reconversão da classe das empregadas domésticas. Mas a certa altura deixa de ser Cooperserdo e passa a ser COOPERBERÇO. Porquê?

GR: *Olha uma coisa. A Cooperberço porque os estatutos tiveram de ser alterados. Continuou a ser Cooperserdo. As Cooperadoras foram mudando e eu fiquei sempre. Depois da ordem de despejo, eu fui a única que fiquei.*

P: Das iniciadoras quem é que ainda está?

GR: *Em Évora a IQ ainda está. Em Lisboa não. Porque a CF deixou o Sindicato e ficou com a creche, porque também houve uma certa divisão, as pessoas, não queriam a limpeza. Ficou COOPERBERÇO, porque a maioria das que estão a trabalhar. As Cooperadoras achavam que já não fazia sentido. E em Assembleia decidiram que fosse Cooperativa de apoio à Infância.*

P: Mas não tendes outras funções?

GR: *Não porque elas negaram-se a fazer.*

P: Há quantos anos?

GR: *A Cooperativa tem vários serviços nos Estatutos, mas não estão a ser feitos.*

P: Mas no art.5 diz Serviços Culturais e Formativos e isso está-se a fazer?

GR: *Não.*

P: Mas antigamente fazia-se o que estava nos Estatutos?

GR: *Fazia-se tudo. Tudo era cumprido, quando eram os Estatutos da Cooperserdo. Eu ainda fui a muitos Cursos, fazia-se Alfabetização. Eu mandei outras pessoas para terem mais conhecimento. Mas a partir de determinado tempo as raparigas não queriam ir ao domicílio. Mesmo aqui quando já estávamos nesta casa. Está aqui o panfleto que fui eu que andei a distribuir.*

Não se percebe na gravação a última intervenção em que a Gracinda declara que na Cooperberço está a acontecer que já não há o espírito inicial e por isso as finalidades e os objectivos não estão a ser cumpridos. Na próxima entrevista aprofundarei mais esta parte

Anexo: A, nº6 (MA)
Entrevistada Maria Angélica
Macedo Cavaleiros
Em 2005

Nós já conversamos bastante, tu já me apresentaste os teus documentos, os teus rascunhos pessoais, as tuas pequeninas coisas com a tua letra.

P: Mas a pergunta que gostaria de te fazer era a seguinte. Como surgiu a ideia de formar um Sindicato? Como é que conheceste as colegas que vieram a formar o Sindicato a nível nacional? Esta é uma das questões que me preocupa, porque se fosse numa fábrica os trabalhadores estavam perto era mais fácil, assim cada uma na casa dos patrões? E a nível nacional, tu estavas no Porto, a CR em Lisboa, como foi possível?

MA: *Eu não era do Porto, morava no Porto, mas era por acaso. Sou transmontana de Macedo Cavaleiros, distrito de Bragança. E nos anos 60, os mais velhos lembram-se muito bem, foram uns anos difíceis para todos nós. Havia muita miséria em Trás -os -Montes, não havia onde ganhar dinheiro, e, então nós fomos obrigados a sair cada um para seu lado. Muitos tiveram a coragem de ir para o estrangeiro, iam a salto, iam para a França, para onde podiam saber da vida. Eu era mais tímida, não fui para esses lados. Alguns eram apanhados porque havia os carabineiros que não deixavam atravessar para o outro lado; outros morriam afogados porque atravessavam em barcos carregados de gente. Eu através de conhecimentos com pessoas da Acção Católica, porque eu fiz parte da JACF e naquela altura eu, já era viúva, portanto estava mais ligada à LACF. Então essas pessoas conheciam-me e fui trabalhar para o Stella Maris para Leixões. Trabalhei lá três anos, depois disso, vim outra vez para a terra. Quando vim para a aldeia, comprei lá uma casinha pequena, naquela altura custou-me 12.500\$00, e eu não tinha dinheiro para a pagar. Vendi uma máquina de costura, porque eu costurava lá na aldeia, vendi um bocadinho de uma terra que lá tinha, que me tinha calhado da parte do meu marido e um bocadinho de uma casa. Tirei 3.000\$00 a juros, para juntar o dinheiro todo e pagar a casa. Então tive urgência em sair para trabalhar. Através ainda das que me tinham indicado para a Stella Maris, que foi o meu 1º. emprego, fui para Coimbra, para ir trabalhar como vigilante no Colégio de Sta. Cruz, na altura existia hoje já não existe. Ia substituir uma senhora de Corujas, que era uma aldeia próxima, o pároco era o mesmo. Fui para Coimbra. Eu tinha lá também a minha irmã, que foi para a Escola Brotero para o 1º ano à noite, ela trabalhava de dia no Colégio e estudava à noite. Eu era para ir para o Colégio, mas não cheguei a ir, porque entretanto a mãe da Directora do Colégio teve uma trombose e fiquei na casa daquela senhora dois anos a tratar dela. Eu tinha muito jeito, vi uma freira nos 1ºs dias a tratar da senhora, vi como faziam, e, então, sabia dar-lhe banho na cama, mudar-lhe as roupas e fazer-lhe aquilo tudo e, ainda lhe dava massagens. Levantava - a depois de ter passado algum tempo, porque ela não conhecia as filhas, nem ninguém só me conhecia a mim, que não me conhecia de lado nenhum. Chamava-me Chica, não me chamava MA, não sei lá porquê, talvez alguma empregada que ela tinha tido noutros tempos. Passados 2 anos, a senhora doente pensava que não melhorava mais, porque eu não queria. Ela acreditava muito nas minhas capacidades e não queria deixar-me ir à missa e mais a filha dizia-lhe: Oh mamã, eu fico aqui contigo, ela vem num instante, mas ela não queria deixar-me ir à missa, nem nada e começava assim a «peguilhar»*

comigo. Entretanto a minha irmã tinha feito o 1º ano à noite e um dia chegou assim ao pé de mim, ela tinha e tem menos 12 anos que eu. Ela era assim toda despachada e diz-me: Oh. Angélica: «nós não podemos continuar aqui, eu aqui não consigo fazer o 2ºano, tenho muito trabalho e assim o tempo não me dá. Nós temos que sair daqui, vamos para o Porto, trazemos a nossa mãe para ao pé de nós». A minha mãe vivia na aldeia, e ela foi sempre muito doente. Ela tinha uma bronquite asmática, que nos preocupava muito. Ela estava lá com a minha irmã mais nova que tinha menos 14 anos do que eu. Então a M deu-me essa sugestão: «arranjamos uma casinha, e vamos as três trabalhar e a mãe está connosco». Eu achei a ideia dela muito interessante e meti pés ao caminho. Vim ter com umas pessoas conhecidas que me ajudaram a alugar uma casinha. Pronto, isto era só para eu dizer como é que eu entrei na fábrica, sendo de Trás-os-Montes, onde trabalhei 3 anos. Mas a Fábrica era uma fabriqueta, não era assim uma coisa muito importante, e o senhor pôs-me a trabalhar numa máquina. O dono da fábrica, era ele faz de conta que dizia agora vais para aquela máquina, agora vais para outra. Os rolos para os cortar ele tinha uma maquineta eléctrica, disco eléctrico, mas tinha de ter uma pessoa a segurar-lhe na malha e depois ele é que cortava aquilo tudo. Quando ele começou a passar-me de máquina em máquina, passou-me para o armazém que era onde se riscava a obra, cortava e se fazia os rolos que se distribuía às trabalhadoras, tinha duas ou três máquinas, uma que cortava, outra de corte e coze, outra pespontava. Um dia, ele também era vendedor, foi a Lisboa fazer lá o trabalho dele. E quando regressou eu não tinha feito os moldes que ele me tinha deixado marcado. Íamos para distribuir o trabalho e eu não tinha rolos feitos. Ele perguntou-me porquê? E eu disse: «porque eu não tinha malha só veio no sábado, para cortar os rolos». Não estivemos paradas, mas estivemos a fazer saldo, que era cortar bocadinhos e depois unir os bocadinhos, que eram roupinhas que se vendiam mais baratas, era roupa interior, de criança. Então começou-me a gritar: «que esteve a fazer? e eu disse assim (eleva a voz).«Ora essa, eu estive a trabalhar, eu quando vim para aqui foi para trabalhar, Foi isso que fiz durante todo o tempo. Ele como me tinha falado daquela maneira, eu só lá trabalhava há três anos. Depois trabalhei mais um ou dois dias e apareci lá um dia de manhã e disse que me vinha despedir. Venho receber. Tiveram de me fazer as contas e não trabalhei lá mais. Fui à procura de outro trabalho. Eu ali ganhava tanto como uma costureira de 1ª. Depois davam-me mais 40\$00, por fora por semana, para além do ordenado de costureira de 1ª.e fui trabalhar para outra fábrica de confecções, como costureira de 3ª, a ganhar mais do que ganhava ali como costureira de primeira, com tudo junto. Nessa outra fábrica começaram a explorar aquilo que eu era capaz de fazer, e era a responsável pelo armazém de matérias-primas, mas havia ali um problema que eu não gostaria de entrar por ele, que era com a encarregada mais o patrão. Ela, a encarregada, não gostava de mim, porque sabia que eu via aquilo que ela não queria que eu visse ou que eu entendesse. Trabalhei lá 5 anos, no fim desses 5 anos, eu durante esse tempo todo dizia... (interrompe o que estava a relatar e diz: «Ah espera lá eu acho que tenho de voltar para trás». Digo: está à vontade. Estou a falar só a nível de trabalho falta-me falar que vim de Coimbra morar para o Porto com a minha irmã, mas ela já tinha estado na Jocf em Coimbra. E nós quando chegamos cá imediatamente, como tínhamos vizinhos que a contactaram para ver se ela queria ir às reuniões, ela como já tinha sido da JOCF foi. Um dia apareceu-me a mãe da que na altura era presidente da Jocf a convidar-me para eu ir a uma reunião de LOCF ou seja de senhoras. E ela muito tímida dizia-me assim: «a senhora vá e se não gostar não volta, mas eu já tinha a experiência da LACF, havia coisas que não eram assim tão novas como isso e fui. No mesmo ano, tive de preencher ficha, para ficar a coordenar o grupo, porque tinha de vir sempre a coordenadora diocesana, coordenar o grupo mensalmente.

P: Que idade tinhas nesta altura. Ainda não tinha sido o 25 de Abril?

MA: Não, foi entre 60 e 74. Eu podia dizer: foram 3 anos no Stella Mar, 2 anos em Coimbra, 3 na fábrica e 5 noutra fábrica. Mas quando eu estava na primeira fábrica já coordenava o grupo da LOCF. Quando estava na 2ª fábrica, as minhas colegas davam à LOCF, entre todas um dia de salário e eu dava um dia, mais o que elas davam, que era outro tanto. Vendia os jornais a Voz do Trabalho, que se chamava ainda «Lar e Trabalho», era o jornal da LOC (masculina) e LOCF (feminina), porque havia os quatro movimentos, JOC e LOC, masculino e feminina. Eu entrei na LOCF e coordenava um grupo, a presidente diocesana que era a (M.A.C.), convidou-me para participar numas reuniões que se chamavam de profissionais, era na Rua D. Manuel II, lá era o Secretariado Diocesano, depois o meu grupo da LOCF morreu, desapareceu.

P: Explica-me que eu não sei.

MA: Era assim, a JOC era um bocadinho mais atrevida, faziam já várias coisas. A LOCF não, como é que eu hei-de dizer, era mais espiritual, faziam assim umas coisas bonitas. Também havia as campanhas, mas as campanhas. Eu lembro-me de uma campanha em que era para mentalizar as mulheres para dormirem de camisa de noite. Já não era do meu tempo, mas era a isso que elas vinham habituadas. Mas quando se criaram os movimentos, como deves saber foi o Cardeal Cardijn, ainda padre que criou os movimentos operários da JOC. Esse Cardeal Cardijn, deu-lhe um carisma muito diferente daquele que estava a ser seguido pelas paróquias. Os padres queriam que esse movimento fosse o prolongamento do braço deles, mas era para fazerem as coisas que eles não faziam, eram os ajudantes dos padres, estavam em todos os lugares, em todas as coisas, quando havia muita gente nos movimentos quer na JOC quer na LOC. Só que houve necessidade de rever aquilo que era o espírito de Cardijn. Então Cardijn tinha um método, que era o Ver, Julgar e Agir e nessa altura que eu entrei para a LOCF estava a ser aplicada essa história da revisão de vida operária: ver, julgar e agir. Essa foi uma época muito importante, mas também muito difícil dos militantes assumirem. É muito fácil a gente ir à Igreja, era muito fácil a gente pagar uma cota, mas não é muito fácil a gente expor-se em defesa da justiça, da verdade e do amor. Estávamos no tempo do Salazar. Estávamos no tempo do Salazarismo e ainda mais difícil era. Mesmo na clandestinidade os movimentos fizeram muita coisa encaminhados por essa ideia de Cardijn.

P: Conheceste o pensamento do P. Abel Varzim?

MA: Mas isso é um bocadinho mais tarde, porque o Cardijn é que foi o mentor. O padre Abel Varzim regulava-se por aquilo que Cardijn dizia e queria. Não foi fácil e nem para o Cardijn foi fácil implantar os movimentos, ele teve de lutar muito e fazer um esforço muito grande para que o Santo Padre aceitasse e deixasse que avançassem esses movimentos.

P: Tens alguns escritos desse tempo?

MA: Li um livro de Cardijn aliás foi aí que encontrei a explicação para o que era a inserção na vida. É que eu na minha aldeia tinha sido da JACF e da LACF, mas não íamos tão longe, porque também ninguém nos indicava o caminho para irmos tão longe. A gente fazia umas reuniões, tínhamos de estar atentas, não sermos más raparigas, não nos comportarmos mal

também, mas eu lembra-me de uma vez que estive num retiro e a Presidente da LAC dizia assim: «Bom, esta história da gente ir à igreja, à comunhão e não sei que mais, alto aí, a gente tem de ter em conta, que o nosso comportamento seja tido em conta. Então contava que uma vez tinha ido à feira à Torre, era lá para cima mais perto de Mirandela. E lá nessa feira estavam castanhas a vender e ela chegou ao pé da senhora e disse - lhe : «Olhe a como é que são as castanhas»? Olhe são a tanto, (não me lembra o preço)». E ela perguntou: «mas isso tem uma arroba»? E ela disse: «tem sim senhor, mas ela disse: de qualquer forma eu quero que me pese». E a vendedora disse: «não é preciso confie em mim, que ainda hoje fui à missa e fui comungar». Só que ela fê-la pôr o saco na balança e tinha menos 2 kilos (isto foi um à parte), mas a história do ver, julgar e agir, vai muito mais além. Ver obriga a gente estar atenta à vida, de quem está à nossa beira dentro do trabalho e fora. E depois o julgar a gente tem de julgar à luz do Evangelho e da doutrina social da Igreja, para isso temos de conhecer, aquilo que nos diz a Bíblia e o que diz a Igreja, porque os tempos também mudam e a gente. A vida não é sempre igual, é preciso ler os sinais dos tempos, ter isso em conta. Eu estava a dizer (a Angélica revela um certo cansaço e eu lembro-lhe o que estava a dizer). Tu estavas a falar do grupo. Então essas senhoras do meu grupo eram de uma ou outra organização das filhas de Maria¹ uma outra organização mais voltada para as rezas e isso tudo, do que as Locistas, porque o mundo de trabalho é diferente, obriga a dar atenção às coisas que passam à nossa volta, a ser capaz de fazer, ter uma dimensão diferente. Afinal não é só comigo que isto se passa, passou-se com aquela, passou-se com outra, afinal somos muitos. Porque é que isto nos acontece? Isto ainda não é o agir? É o julgar até que ponto aquilo é a vontade de Deus ou é alguma coisa que vai contra os desígnios de Deus. Se vai contra os desígnios de Deus é contra o homem. E eu se sou cristã e se sou, como é que se diz? Se sou cidadã, desta cidade eu tenho a responsabilidade a estes dois níveis, porque a alma nunca pode estar separada do corpo. O homem é alma e corpo. Então agora, que mais, eu fiquei sem revisão de vida porque fiquei sem grupo. Eu posso falar.

Numa coisa que acontecia naquele grupo, era tudo a senhora fulana de tal, a senhora sicrana e eu era a Angélica. Éramos aí umas seis pessoas. Isto já mostra alguma coisa, aquelas senhoras donas, não eram capazes, porque elas não faziam parte do mundo operário, uma delas era modista e tinha a ajudá-la duas raparigas a quem pagava pouquíssimo. A gente dantes não ganhava nada, mas trabalhava para essas senhoras, mas na altura já lhes pagavam qualquer coisa. Mas quando liam a Voz do Trabalho na altura Lar e Trabalho e se falava que tinha que pagar os direitos, ela achava que aquilo era contra ela e que não tinha possibilidades de pagar mais aquelas raparigas. Ela vivia numa casa enorme, e tinha de pagar aluguer, o que ela ganhava não lhe dava. Porque já estávamos a entrar na era do pronto-a-vestir. Percebeste? Outra era mulher de um alfaiate, outra era mulher de um senhor que era dono de uma fábrica, e ela via era o defeito dos trabalhadores, e ela nem era trabalhadora. Mas fazia a marmita, para outra senhora, levar ao marido, por isso não eram assim muito ricos. Isto é só se entender que elas não entendiam, que faziam parte desses que eram também explorados, de uma maneira ou de outra. Então eu arranjei um outro grupo. O Ribeiro, o Tomé que tinha sido dirigente livre da LOC noutra altura, a Julieta, o Maia, a Maria Augusta, assim um outro grupo, que faziam revisão de vida. E ao mesmo tempo como a Maria Alice me tinha chamado para aquela equipe, a LOCF aprovou os estatutos em que as presidentes não podiam estar mais do que x anos, só podiam fazer 2 mandatos, três mais três, porque algumas ficavam eternamente e isso a LOCF considerava que era negativo. A Maria Alice queria arranjar uma substituta, mas não tinha uma substituta, lembraram-se de mim, eu tinha acabado de chegar e nem sequer estava preparada para isso. O senhor padre Santos, que era o nosso Assistente diocesano e a Maria Alice chamaram-me a Entreparedes²,

¹ Refere-se à Legião de Maria, movimento católico da mesma época.

² Entreparedes é o nome de uma Rua da cidade do Porto, onde funcionava a sede da LOCF

que era onde ele tinha um gabinete, para me dizer: «A Angélica vai ser a Presidente Diocesana». Eu? Diz a Angélica.

«Eu não. Nem sequer estou preparada para uma coisa dessas». Ele disse: «mas não precisa porque a Angélica entende muito bem isto, porque fica com o meu apoio». A Maria Alice dizia que me continuava a apoiar, mas isso é tudo muito bonito, nas primeiras impressões só que depois a gente carrega com tudo. Pronto mas não é para me queixar dessas coisas, mas para explicar como é que eu passei para o centro do movimento e a aperceber-me das coisas que iam aparecendo.

Então apareciam muitas empregadas domésticas, de idade, daquela zona da Vila da Feira, naquela altura dizíamos Santa Maria de Lamas -Vila da Feira, Nogueira. Havia assim umas casa ricas e que tinham umas empregadas doméstica. Vinham empregadas domésticas e era de muito bom gosto estarem nos movimentos católicos. Uma delas até já tinha tirado a carta, naquele tempo, parecia uma trambelasana³ e lá vinha ela no carro com as outras. Mas elas queixavam-se que não havia leis para elas. Ora a gente pensou sempre que são os trabalhadores a organizarem-se para defenderem os seus direitos e os anos iam-se passando e as coisas estavam sempre na mesma. Só que a certa altura, como eu disse, naquela fábrica onde estive cinco anos, eu ia fazendo uma militância conforme podia. Eu dizia «mas vocês aceitam este castigo, porquê? Eu não fiz mal nenhum, eu não tinha os rolos cortados porque não tinha rolos, não tinham chegado. Porque se tivessem chegado, você tinha-o cortado. Mas mandou-a de castigo, você aceita esse castigo? E ela dizia-me assim: «sabe menina Angélica, (na fábrica trata-se tudo por meninas) é que a minha mãe sem um dia por semana passa, lá se governa, mas se fico desempregada e me mandam embora, a minha mãe não pode viver sem o meu salário. E eu compreendia perfeitamente a posição delas, só que. Só que uma vez, Ah, nós tínhamos lá um canto com umas mesitas, o telhado era daquele plástico transparente que sol passa de um fora para dentro, as pessoas traziam o almoço de casa para aquecer, quem queria aquecer. Eu levava sempre num marmitita, e não queria aquecer. Mas as outras aqueciam numa lamparinas com um álcool azul, que cheirava muito mal. Acendiam as lamparinas e aqueciam. Ora no tempo de Verão com aquele cheiro era muito horrível, custava mesmo a aguentar. E uma rapariga levantou-se um dia e disse, «eu vou-me mesmo embora eu não aguento mais». E eu chamei a moça e disse assim: «oh amiga venha cá. Onde é que vai?!....Se a menina vai para aí, vai já para a rua e as suas colegas estão a sofrer tanto como a menina, sente-se aqui. Se tiver que ser Têm de ser todas, não é a menina ir pela porta fora e ficar sem trabalho, a menina precisa do dinheiro». Ela sentou-se. E depois ela cochichou com as outras. E quando íamos a sair estavam duas à entrada da porta e iam perguntando a cada uma: «Olhe se está connosco, traga coisa que possa comer fria e que não precise de aquecer». Então qual era a ideia ou eles autorizavam a abrir as janelas para nos entrar um bocado de ar, ou nós ficávamos a comer na rua, que era a vergonha para o patrão. Então, eu pensava que não era capaz de realizar uma acção quando vi todas, fomos buscar as marmitas e ficamos todas no corredor e elas mandaram chamar por duas miuditas o patrão, para vir ali. Ele veio e perguntou: «então, o que é. E elas disseram: «só vamos para lá para dentro comer se nos deixarem abrir as janelas, se não vamos comer para o meio da rua». E ele autorizou.

Eu entendo que foi a primeira acção mais concreta em que não foi preciso eu ir na frente sem bandeira nenhuma mas que resultou. Portanto foi um conjunto de pessoas, éramos para aí umas quarenta à volta disso. Fizemos isso.

Esta atitude era uma atitude na defesa da pessoa, porque os gostos, seja de quem for não pode estar em primeiro. Esta senhora que era a encarregada nunca gostou de mim e eu penso que era por eu ajudar as pessoas para se consciencializar, não terem medo, disto, daquilo.

³ Quer dizer mal arranjada

Um dia, estávamos nos acabamentos, porque a malha quando chega é preciso duas pessoas para desenrolá-la para ela ficar fofo e encolher quanto precisa, porque senão vai-se cortar, e fica mais pequena do que os tamanhos previstos.

Eu estava também a desenrolar e tinha lá duas raparigas para irem fazer esses trabalhos ao pé de mim., mas nesse dia como havia muito trabalho eu estava também a desenrolar peças e as meninas do corte, foram lá buscar malha. Nos chamávamos malha sessentão, uma malha que tinha aí 20 ou 25 metros e elas pegavam nelas, na peça e pousavam em cima da balança. A malha saía por peso para a confecção e depois quando voltava, tornávamos a pesar para ver quanto tinham gasto, era um bocado isto. Também para sabermos quanto tinham no armazém e lá por causa das contas deles. Pronto. Mas claro, a gente ria, porque elas punham em cima da balança e a malha caía abaixo (faz os gestos). Continuávamos a trabalhar, mas no fim lá conseguíamos mais ao menos o peso e lá iam levar. Mas quando estavam ainda elas com a peça, chega a encarregada, lá ao fundo. Eu estava no armazém e havia assim um balcão. Ela chega lá ao fundo e diz «menina MA essas quatro já para a rua», mas assim como quem enxota cães. Eu estava a trabalhar e pergunto: «já para a rua porquê»? Nós estávamos-nos a rir mas estávamos a trabalhar. Não, não, isto era para aí numa 5ª.feira e só na 2ª.feira é que íamos trabalhar, eu pensei, eu não posso aceitar o castigo. Então, fui falar com o patrão, que não tinha tempo e ia a partir para Lisboa, para eu lhe falar na 2ª.feira. Eu na 2ª.feira telefonei-lhe, ele disse: «então a menina Angélica já acabou o castigo, pode vir trabalhar». Eu disse: «mas eu não aceito o castigo, porque eu não fiz mal nenhum, só se me pagarem». Ele disse-me: «se não se não aceita, passe por aqui e fazem-lhe as contas». E assim foi, eu fui ao escritório e pagaram tudo, o subsídio, o que tinham de me pagar, pagaram-me e eu fui saber de emprego. Foi então que eu fui trabalhar para os padres.

Eu estava à procura de emprego e disse ao padre Manuel Gonçalves, se calhar vou trabalhar para uma senhora, que era para tratar da mãe. E o padre Manuel Gonçalves disse-me: «mas se a Angélica quer trabalhar assim, porque não vai para a nossa casa trabalhar?». Estamos lá cinco padres, precisamos lá de uma pessoa. Venha para lá, acho que lhe faz bem a si e também é bom para nós. Eu respondi: «acho que vou e fui para lá. E então resolvemos fazer um grupo de empregadas dos padres, eu, a Alice, a Maria Rosa, e uma que era empregada do padre Afonso, a Júlia. O assistente era o Padre Manuel e as reuniões faziam-se lá na Casa das Palhacinhas. Começamos, a Alice tinha muito jeito para se meter à conversa com as raparigas que eram empregadas domésticas. E começar a conhecê-las, o que é que tu fazes, quanto ganhavas, tens folga? Tens algum dia de descanso, tens férias? Mas ela também nunca fez, nem ela nem a Júlia. Nós começamos arranjar esses conhecimentos e começamos a ter umas reuniões mais alargadas. Mas não lhe chamávamos reuniões da LOCF porque da LOCF éramos as quatro, com o Padre Manuel nosso assistente. Começamos a saber que não faziam descontos para a Previdência, que não tinham direitos nenhuns, mas o problema é que tinha saído uma lei que as integrava na Previdência, mas nenhuma fazia descontos para a Previdência, porque elas não queriam ser empregadas domésticas. Era vergonha. Então elas não queriam, aspiravam sair dessa situação. Nós falávamos ora com umas ora com outras. Estávamos assim a falar, uma vez organizamos um magusto lá no pátio das Palhacinhas, fizemos um magusto muito giro, assamos castanhas, tínhamos música, mas ao mesmo tempo eu tinha feito um documento que tinha tirado de um jornal de uma entrevista que a Conceição Ramos e mais não sei quem, tinham feito lá em baixo (refere-se a Lisboa) com o João Gomes, não sei qual era o jornal onde ele trabalhava. Penso que era o Republica.

Como eu estava na LOCF, já tinha feito mandato dos três anos, era delegada da LOCF, mas estava também no CCO que era o Centro de Cultura Operária. Naquela altura era proibido reuniões a não ser a coberto da Igreja, não sei se tu sabes, os movimentos da Igreja criaram o Centro de Cultura que era a forma de fazer Formação Operária e aí falávamos de: Ensino, Cooperativismo, Política, um bocado à socapa para entendermos o que era isso. Mais tarde.

P: Era um centro de Formação?

MA: *Era um Centro de Formação dos Movimentos Operários Cristãos, eu a certa altura, já era delegada da LOC, mas no Centro de Cultura Operária (C.C.O.) assim se chamava, é que havia as máquinas para escrever para se fazer um caderninho A5, eram as folhas A4, que se dobrava e ficava A5 e distribuir pelas pessoas, aquela «lengalenga» toda sobre as empregadas domésticas. Fazia assim uma conversa entre todas, mas achávamos que tínhamos de ir devagar, porque senão, não nos entendiam. Numa altura fizemos um encontro na LOC, em que perguntamos: «A senhora costuma dar-te alguma coisa pelo Natal? Elas respondiam:*

«Ah, ela deu-me uma carteira velha, deu-me isto, deu-me aquilo». E ela não recebeu nada? É que pelo Natal as pessoas recebem todas dinheiro que recebem dos patrões, chama-se o subsídio de Natal, explica (não se chamava 13º mês), mas isto com o tempo tu vais compreender, porque isso equivale a uma pequena parte do lucro que é dos trabalhadores. Porque eu estava ligada ao Centro de Cultura Operária e era aí que a gente compreendia essas coisas e íamos transmitindo umas às outras. As empregadas domésticas ganham pouco, porque as pessoas têm um conceito de que o nosso serviço não é rentável, é um serviço desvalorizado, mas isso é puro engano. Tu estás em casa da tua senhora, ainda lhe levas a correspondência à senhora e íamos descobrindo muitas coisas. Eu trabalhava lá nos padres e vinha de tarde 2 horas a Entreparedes para atender as pessoas e foi aí que eu comecei a ter conversas sérias com elas.

P: Para eu perceber melhor, vinhas duas horas atender, porque já se tinha dado o 25 de Abril?

MA: *Não, não.*

P: Nem conhecias a Conceição?

MA: *Eu vinha para conversar com elas. Como, por exemplo ia a Joaquina. A Joaquina era muito pessimista, toda revoltada e a irmã dela a Isabel era uma garota extraordinária, eu gostava muito dela, porque foi quem deu mais depressa a entender o que é que se passava, quando estavam isoladas na casa dos patrões. Eu estou a passar depressa de mais, uma coisa que para mim foi muito importante. (Logo na 1ª fábrica onde eu trabalhei. Nós saímos e eu até ia a pé para casa, não morava longe. E havia umas moças que moravam aqui para os lados da Maia e que tinham de atravessar boiças para chegar a casa, mas essas garotas ficavam lá a limpar a fábrica e não ganhavam nem mais um tostão. E eu ia sempre a olhar para trás porque achava que elas ficam a trabalhar e não lhe pagam nada, elas é que são as mais pequenas e é que têm de ficar, eu não achava piada, só que a partir das reuniões que eu tive na Loc é que fui percebendo a responsabilidade que eu tinha como cristã. Foi assim que eu fui compreendendo essas coisas. Depois lá no C.C.O. já havia formação em função daquilo que eu precisava) Havia empregadas domésticas que não sabiam ler nem escrever, então o C.C.O. tinha organizado uns cursos de alfabetização. Havia raparigas que não sabiam ler nem escrever, mas fizeram a 4ª classe lá no C.C.O. à noite, depois de terem as coisas arrumadas, uma delas foi a Joaquina a outra foi a Alice que me lembro.*

P: E tu?

MA: *(ri-se) e diz: «eu já tinha de pequenina, uma 4ª classe muita boa, mas fi-la em pequena naquela altura, entrei para a escola com 7 anos, foram os 4 anos que andei na escola». Mas eu participava em tudo, quando era de direitos, a nível de cooperativas, havia umas pessoas que vinham lá, mesmo profissionais, mesmo formados no assunto para nos explicarem as coisas. Mas havia uma coisa que se fazia lá no C.C.O. Naquela altura era proibido, eu nunca*

fui de ler muitos jornais, mas fazíamos os recortes dos jornais, havia o Notícias do Fundão, o Republica, e esses jornais publicavam uns discursos como era o de Sá Carneiro, um que até vinha fazer discursos à Torre da Marca, que foi a LOC que o convidou que era economista, não me lembro o nome. Quando demos conta estava a PIDE à escuta, não te diz nada qualquer coisa Moura. Procurava-se pessoas com visão cristã, mas esclarecidas sobre os assuntos e a gente ia procurando entender as coisas. O CCO e a LOC foi uma escola. Eu ainda hoje sou militante da LOCF, pago as minhas cotas e também estou ligada à Base, porque depois do 25 de Abril achamos que não era preciso, porque se podia aprender cá fora. Não era preciso a LOCF substituir porque o sindicalismo é dos trabalhadores, as organizações sindicais é que devem dar formação aos trabalhadores.

P: E achas que dá?

MA: *Acho, que não dão tanta como deviam, mas não vou falar contra eles porque acho que ainda fazem falta.*

P: Achas que enquanto estiveste no movimento sindical, havia formação?

MA: *Eu estive no movimento sindical numa hora em que era exigido tudo, e que não dava tempo se eles faziam ou não, dava tempo, era preciso fazer isto fazia-se e, quando às vezes éramos convidadas para fazer algumas coisas, nós tínhamos de estar atentas para ver se estava alguém a pôr-nos alguma casca de banana debaixo dos pés para ver se a gente escorregava a torto e a direito. Havia muito mania de chamar a si coisas que outros estavam a fazer e punham a aí, e às vezes só estorvavam. Havia coisas que me faltava o tempo para as fazer. Daí as minhas dificuldades no meio daquela barafunda toda.*

P: Há uma coisa que eu não entendi e gostava de entender. Foste clara a dizer que foi a LOC, foi também o C.C.O. e depois Base - FUT. (Base - Frente Unitária de Trabalhadores). E os estrangeiros tiveram alguma influência também nesta formação do Sindicato? Digo no Sindicato, mesmo antes de legalizado, que continuou a reunir na Rua Entreparedes, após o 25 de Abril?

MA: *Nessa altura os estrangeiros não tiveram qualquer influência, tiveram influência mais tarde. Os estrangeiros, até parece, era um ou outro, e até foram muito bem vindos no apoio que nos foi dado. Foi assim: a Marie Cristine é uma pessoa que eu admirei muito naquela altura, se calhar hoje não admiro tanto. Naquela altura fiquei a admirá-la muito, porque era uma pessoa com uma formação superior, com uma visão que não era nada a minha visão, filha de uma família de bem francesa e que ela era professora do Instituto Social, ela trabalhava no Instituto Superior de Acção Social, era assim que se chamava. No princípio contactou-me e fez-me uma entrevista que foi publicada num Jornal Francês, que ela depois me trouxe.*

P: E tu não tens esse Jornal?

MA: *Não. Tenho pena de não o ter, agora mas não o tenho.*

P: Não terá ficado no Sindicato?

MA: *Não sei. Se calhar guardei lá, mas agora já não tenho certeza nenhuma. Já lá vão tantos anos. Então ela fez-me uma entrevista que me fazia perguntas bem directas e eu penso que lhe dei respostas, eu não estava a dar-lhe para lhe agradar, mas ela gostou muito da entrevista que eu lhe dei.*

P: E que ajuda é que ela deu?

MA: *Como é que eu hei-de dizer?*

P: Era uma ajuda cultural ou monetária?

MA: *Era uma ajuda cultural, não era monetária. Nós ajudas monetárias não tivemos. Tivemos as ajudas da Marie Cristine era assim que se chamava. Foi a nível de organizarmos o primeiro Teatro que fizemos. Uma ajuda cultural, porque ela dizia que era muito importante, nós sabermos. Porque é que a todas nós vínhamos da Província para a cidade, como é nós tínhamos sido integradas na cidade, como é que nos comportávamos aqui. E então cada uma ia respondendo e então ela arranhou a fazer uns slides, no meio do campo, e fizemos uma montagem em que se ouvia a voz de umas e outras, quando estavam a ser entrevistadas e apareciam imagens projectadas. Foi muito linda, era uma espécie de teatro mas que era feita desta maneira. Tivemos ajuda dela. Como é que eu ia arranjar aqueles slides nós já tínhamos as coisas mais ou menos contadas, depois foi só preciso organizá-las e, cada uma contar as suas. Fizemos uns papéizinhos com o que cada uma tinha dito, nós íamos contando nas reuniões que íamos fazendo.*

P: Então ela reunia convosco?

MA *Mas foi quando já estávamos na Boavista. Eu estava a falar das duas horas que trabalhava na Rua Entreparedes e estava a falar na Isabel. A Isabel, um dia chegou a Entreparedes, era uma reunião que tínhamos à noite e ela ia com um ar muito feliz, e dizia assim: «Ah, menina Angélica eu hoje venho tão contente, tão contente, com uma ar expansivo. Então conta lá o que é que te aconteceu? «Eu hoje comi bife». Comeste bife? «Comi» E como é que hoje comeste e nos outros dias não comes? Não!...nos outros dias não como (fala mais baixo, a imitar a Isabel a responder).A senhora disse-me que ia lá outra pessoa comer e tinha lá as coisas para fazer de comer. Tinha um bocadinho de carne e então eu disse à senhora: «podíamos fazer uns bifinhos. Eu cortava aquela carninha e fazíamos uns bifinhos. Cortei e ainda arranhei um bifinho para eu comer». Fiquei tão triste, tão triste que eu pensava assim realmente na nossa aldeia não comiam bifes, comíamos caldo e batatas e coisas assim, mas também à nossa beira também ninguém comia bife, nós comíamos todos da mesma comida. Estas coisas sensibilizavam-me muito. Esta foi uma das primeiras coisas que me chocou imenso. Depois havia ali uma empregada perto da Igreja das Antas, rua Naulila ou coisa parecida. Ela trabalhava ali e dizia que nunca comia fruta à refeição. Eu perguntava mas ninguém comia sobremesa. Ah, comia, mas para mim não. Ora essa. Mandava arranjar o tabuleirinho para o chá, mas ela também não tomava chá. Essa também foi uma outra, que também lá andou a estudar e fez a 4ª.classe.Essa vinha-nos dizer assim. Oh, Angélica temos de ter cuidado, «o meu irmão é chauffer e ele disse que tivéssemos muito cuidado porque podíamos ser presas» (ri-se) e diz essa mulher era espantosa.*

P: Não sabes o nome dela?

MA: *Ela depois foi para empregada do Padre Torres Maia, para S. Martinho do Campo.*

P: Chamava-se Alice?

MA: *Era isso*

P: Tens uma experiência ainda antes de aparecer o Sindicato e depois?

MA: *Espera aí, foi ainda com a ajuda do C.C.O. que eu promovi a primeira Assembleia pró Sindicato, foi realizada na Rua Duque de Loulé. Como é que se chama aquilo? Circulo Católico Operário do Porto. E então? A gente tinha que pôr nos jornais para a Assembleia. Eu acho, que foi no Jornal de Notícias. Penso, que até não os levaram dinheiro, porque naquela altura era muito giro colaborar com estas coisas. Nós não tínhamos para pagar e, eu não me lembra de ter pago. E então quando estávamos a começar a entrar, apareceram três pessoas que vinham de Lisboa, que era a São Ramos, como se chamavam as duas que estavam perto dela, era a Ivone e era uma outra, no princípio era uma outra, que se falares a São ela deve-se lembrar. Tinha um microfone, o Baptista era o responsável do C.C.O. e lembra-me de ter aparecido uma militante da LOC de ao pé de Guimarães, que eu achava, para mim foi uma descoberta grande como as pessoas, com poucos conhecimentos, sem serem grandes doutoras, era Josefina, é dum lugar donde é o Padre Avelino, sabes quem é o padre Avelino? Um senhor moreno, alto (tentamos ambas recordar a terra, mas não fomos capazes e passamos à frente) essa tal senhora ela ficou muito admirada, mas eu já fazia parte da equipe diocesana da LOCF, há bocado eu disse muito depressa, mas eu preenchi a ficha em 68 e em 69 fui Presidente Diocesana da LOCF. Já fui antes de ser presidente diocesana fui com a Maria Alice Campos, do Conselho Nacional, aquilo a que agora se chama Congressos, mas agora faz-se de outra maneira. Mas naquela altura era à base dos Presidentes, era só para dizer que aquela militante da LOCF, veio lá só para ver como é que aquilo decorria e só para me apoiar. Correu muito bem, as pessoas disseram sim senhora, sim senhora, porque é importante fazer um sindicato, falar dos problemas das pessoas, daquilo que dizia a lei constitucional, eu acho, que nessa altura não estava aprovada. Estávamos em 75, aquilo não foi aprovado logo após o 25 de Abril? (tentamos recordar a data, mas falamos ao mesmo tempo e não se entende bem a que conclusão chegamos). Nós ficamos muito contentes, porque também lá estava um grupo das Zitas. Ninguém disse que não fosse a ninguém.*

(Interrompemos)

P: Era o grupo onde estava a Gracinda com as da Rua Guerra Junqueiro?».

MA: *A Gracinda já estava do nosso lado, foi às primeiras coisas e depois nunca mais abandonou. Dizia «Oh! Maria Angélica!».*

P: Mas ela foi a essa assembleia!

MA: *Foi a essa a assembleia a Gracinda era um dos apoios que eu tinha também.*

P: A Gracinda foi com um cartaz, feito em serapilheira.

MA: *É capaz...olha é verdade nem me lembrava disso. É verdade sim senhor.*

P: E essas da Rua Guerra Junqueiro eram militantes da JOCF?

MA: *Não, não, não eram militantes da JOCF. Eram mocinhas dali. A Gracinda também já não era das Zitas? A Gracinda é que me deu a conhecer as Zitas e falou-me dos métodos que elas utilizavam, que faziam aquela, eu não gosto de entrar por esse caminho, mas ela também*

recebeu muita ajuda das Zitas segundo ela contava, basta ter sido quem a apoiou, porque ela teve sempre desde de pequenina dificuldades, ela contava-me que tinha 6 aninhos quando foi servir para uma casa. Ora era quase impossível chamar-se servir...uma criança com 6 anos o que quer é brincar, ela contava-me que uma senhora de idade que havia lá em casa, não sei se era a mãe da patroa, se quem era, às vezes queria-lhe bater e ela ia a correr para o jardim e faz de conta que andavam as duas a brincar à volta do jardim a senhora a correr para lhe bater e ela a fugir. E era assim que se safava.

P: O que te queria perguntar não era sobre a Gracinda. Era se essa reunião correu bem porque é que depois houve tanto desentendimento entre as empregadas domésticas da Obra das Zitas e as da JOCF e LOCF?

MA: *Sei. Ali o que estavam eram empregadas domésticas que achavam bem que existisse o Sindicato das Empregadas Domésticas. Só que depois a nível da organização, foram elas que contaram o que se passou e, então elas passaram a copiar o Sindicato, ligadas a outras pessoas de uma linha diferente da nossa. Porque nós achávamos que os trabalhadores deviam estar unidos e que não era uns num sindicato e outras noutra. E nessa altura já se começava a falar na Carta Aberta. Os Sindicatos da Carta Aberta e os da C.G.T.P.*

P: Divisões no Movimento Sindical, os que estavam mais à direita e mais à esquerda?

MA: *Exactamente. Já se começava a sentir. A nível de empregadas domésticas as Zitas são inclinadas. Mais para a direita. Tinham os protectores de maneira a que o Sindicato fosse aprovado primeiro e o nosso já não fosse e não vingasse. Porque elas achavam que o nosso Sindicato era um Sindicato Comunista.*

P: E vocês não eram comunistas?

MA: *Nós fomos conotadas como comunistas.*

P: No Jornal de Notícias fala de uma Assembleia no Infante Sagres, em que vós não vos entendestes, ouve uma grande discussão?

MA: *Aí apareceu uma moça que contestava tudo quanto nós fazíamos e dizíamos, mas contestava sem fundamentos, era só dizer mal e já está, eu lembro-me daquela moça parece que se a visse agora a conhecia. É que depois ela esteve a trabalhar na Foz e entrou no Movimento da LOCF mas foi pouco tempo. Um dia encontrou-me, ela devia ter estado no outro sindicato, mas já se vê o tipo de pessoa que era.*

P: Mas tu tomas posição nessa Assembleia?

MA: *Sim, prontos a gente às vezes tem de reagir (acrescento tu dizias que não eras comunista). E é verdade, se tu não falavas eu não dizia, mas foi verdade, o que nos levou a tomar posição era não haver nada organizado que defendesse as trabalhadoras, e segundo o que eu sabia através da Gracinda as Zitas também não defendiam as empregadas domésticas, antes pelo contrário continuavam a explorá-las. Eu agora até tenho uma ideia contrária, um sentimento em relação a essa Congregação um bocadinho diferente, mas foi no contacto com*

outras pessoas que não as que a Gracinda conheceu. Eu conheci a nível nacional, estive com elas em vários trabalhos e dalgumas até fiquei quase amiga.

P: Precisava de ouvir outra voz que não fosse só a da Gracinda. Tu conheces?

MA: *Foi em Lisboa que elas tinham uma casa, lá para a Estrela que fizemos lá um trabalho da LOCF. Não, não foi da LOCF, foi dum movimento de Apostolado que elas tinham.*

P: Já mais tarde?

MA: *Sim, quando eu já não era do Sindicato, era dirigente da LOCF, já não era sindicalista.*

P: Que funções, é que desempenhaste no Sindicato, depois falamos da Cooperativa.

MA: *A questão é esta, eu comecei a ficar duas tardes, na Rua Entreparedes, na sala que se chamava do C.C.O. era a que estava mais à disposição. A certa altura, achávamos que era preciso mais tempo para o Sindicato e que precisávamos de uma sede. Naquela altura parece que estava tudo com uma consciência pura, clara, éramos todos iguais, todos filhos de Deus e as coisas tinham de estar ao serviço das pessoas.*

P: Uma época especial.

MA: *Replica realmente uma época especial. Havia uma casa devoluta na Boavista, alguém nos indicou essa casa e achamos oportuno tomar conta da casa para a nossa Sede.*

P: parece que foi a Gracinda que morava lá próximo em Guerra Junqueiro

MA: *Não, não foi. Foi um senhor que fazia parte da Federação das Cooperativas. Então nós podíamos fazer isto. Nós começamos a pensar que precisávamos de dinheiro, porque não podíamos cotizar e o dinheiro dar para tudo. Mas não foi a Comissão de Moradores e o senhor estava na Sede da Federação das Cooperativas que era para ali para o lado da Rua de Camões, eu lembro-me de estarmos lá em casa e ele nos apontar essa casas, nem foi Comissão de Moradores, nem Gracinda. Atenção é preciso pôr os pontos nos iis, foi aquele senhor que nos indicou tudo. Aliás que estive connosco para agente poder entrar lá dentro. Porque nós organizamos e fomos ao teatro, fizemos também um sorteio de um rádio, não sei se foi a Seiva Trupe que nos ofereceu o Teatro, só sei que sorteamos o rádio e a quem saiu ofereceu-nos outra vez. Era um rádio pequenito. Esse teatro foi realizado na Rua Gonçalves Cristóvão, em frente ao Jornal de Notícias sabes?*

R: Eram os Comediantes?

MA: *Sim. Tínhamos tudo combinado e quando saímos daí fomos tomar a casa. Nessa altura eu saí definitivamente dos padres e não voltei para lá para casa dos padres. Fiquei o tempo todo para o Sindicato e para criar a tal Cooperativa. Começamos a sonhá-la.*

P: Então o Sindicato é que já estava a funcionar?

MA: *O Sindicato estava a funcionar mas tudo de uma forma provisória, estávamos a tentar fazer os estatutos, era uma comissão pró-sindicato. Eu fazia parte dessa organização. Isto depois teve de começar a caminhar, fizemos a tal reunião, depois fizemos em Lisboa. Também faziam para lá Assembleias.*

P: Tu ias a Lisboa?

MA: *Eu fui algumas vezes, mas já foi mais para diante, ao princípio elas trabalhavam lá e nós trabalhávamos cá. Eu encontrava-me com a São e com as outras mas era quando eram reuniões da Base. Eu ia lá elas vinham cá. Porque a Base sobretudo em Lisboa apoiou muito o Sindicato. Aliás na altura a Conceição não tinha capacidade para redigir documento nenhum, os da Base redigiam tudo segundo as ideias que ela lhes dava. Aqui nunca pedimos tanto. Ajudaram a redigir os estatutos, mas foram alguns elementos da Federação e eu. Estivemos a fazer os estatutos segundo uma norma que havia das organizações cooperativistas.*

P: Quanto tempo participaste nos Órgãos sociais?

MA: *Ah, eu tenho aqui a 1ª lista em que fui eleita; (Procura a lista, que foi lista única. Mostra vários documentos que possuía. Lista A - sou Presidente da Mesa da Assembleia Geral).*

P: És tu que presides às Assembleias? Onde se faziam?

MA: *Fazíamos lá, depois quando nós já tínhamos a casa, fazíamos cá. Elas lá também fizeram a mesma coisa, tomaram casa. Então cá, tomamos essa casa que estava cheia de lixo, de teias de aranha que se agarravam à nossa cara, não tínhamos água, nem luz, não tínhamos nada. Entramos por uma janela e depois é que o senhor nos abriu a porta. Quem estava lá era o Zé Manel, que até depois viveu lá algum tempo connosco. Muito educado e respeitador.*

P: Interrompo, e pergunto? Mas tu nunca moraste lá. Tinhas casa?

MA: *(Altera a voz) e diz: Morei sim senhora, tinha a minha casa, mas morei lá, Não podia deixar lá um grupo de raparigas e meter-me na minha casa. Eu era uma mulher com responsabilidades, não era uma empregada doméstica vulgar, mas era uma mulher que tinha optado por ajudar a construir uma coisa e assumia as minhas responsabilidades.*

P: Como é que dormiam lá? Tinham lá camas?

MA: *A JOCF desfez-se dos lares e deu-nos algumas coisas. Mas, claro, já tínhamos feito limpeza aquilo tudo. Já tínhamos arranjado isso tudo, As primeiras a ficar lá foi eu, e penso que a Gracinda ficou comigo. E a Conceição que veio de Lisboa. Havia uma rapariga que era muito conhecida de todas, mas que agora não me lembro o nome dela que morava ali para baixo também. Que vinha lá todas as manhãs, trazer-nos uma bacia com água para lavarmos a cara, um sabonetezinho, uma garrafinha com água para a gente beber, com uns copinhos plásticos.*

P: Então havia uma enorme solidariedade?

MA: *Eu acho que isto assim é que foi lindo para mim, ver como as pessoas compreendiam o que a gente queria atingir. Só que foi pena, porque isto foi tudo de embrulhão e não dava tempo para mais nada.*

P: Isso foi próprio da época.

MA: Pronto, uma vez fomos a Lisboa e tínhamos aí nessa Assembleia votado a adesão à Intersindical. A gente pensou fazer isso na busca de apoios. Só que isso destruiu-nos o nosso projecto, Porque naquela altura dizia-se assim a Intersindical é Comunista. Não é? Os comunistas eram em maioria. Tinham mais capacidade de organização, estavam em todo o lado. Depois apareceu a Carta Aberta, se estávamos com a Intersindical não estávamos com os outros. Estas coisas são más de explicar, mas a ideia foi de dar mais força e vermos o nosso Sindicato ir para a frente e aprovado o mais rapidamente.

P: Mas as empregadas domésticas eram filiadas em algum partido?

MA: Não, não. Eu tive conhecimento de duas raparigas filiadas no Partido, uma era a Joaquina, só mais tarde é que eu descobri, é que ela me revelou que estava filiado no Partido Comunista. Outra não sei se chamava Fernanda que era filiado na UDP, nem uma nem outra deram grande ajuda. A Fernanda, eu arranjei umas capas para os processos e ela pegava neles e levava para o quartito, quando eu dava conta e perguntava. Ela dizia: «ai fui eu ».Eu vou trazer, eu ficava pior que estragada. Claro que a certa altura começamos a fechar a porta e a não deixar nada aberto, porque as empregadas domésticas não podiam entrar e sair quando lhes apeteciam e de facto eram um bocado inconsciente.⁴

P: Então tu achas, que sempre houve tentativas de monopolizar o Sindicato?

MA: Sim, isso é verdade. Não posso dizer que é toda a gente mesmo dos partidos que funciona da mesma maneira, eu nunca me posso esquecer.

P: (Eu interrompo e, reponho a pergunta, que te parece as empregadas domésticas não precisaram de ajuda, ou a grande ajuda veio da LOCF E JOCF? Ou houve outras interferências? Parece-me importante perceber? Por exemplo na tua vida?

MA: A princípio eram as reuniões que fazíamos e depois quando havia assembleias a gente tentava conversar com as pessoas, falamos mesmo sobre os partidos. Perguntávamos? Quem é que defende os trabalhadores. E havia uma delas que dizia: Olhe lá em casa os meus patrões são do C.D.S. os filhos são do P.C.P., são os patrões que dão dinheiro aos filhos para pagarem as cotas, portanto eu não me posso fiar muito nos outros. Elas diziam isso. Eu não posso fazer parte dos partidos deles porque são eles que me estão a explorar. As pessoas começavam a raciocinar. Mas nunca dissemos a ninguém vota aqui ou vota ali.

P: Ainda outra questão: tu disseste que começaste a dormir lá, porque te sentias responsável e muito bem. Mas porque é que as pessoas dormiam lá?

MA: A razão era para elas terem tempo livre, porque enquanto estavam a dormir em casa dos patrões estavam ao serviço o tempo todo. Também havia muitas situações que eram absolutamente inaceitáveis, dormirem numa garagem, ou num vão de uma escada, ou terem não sei onde. Problemas enormes, havia uma que o patrão tinha abusado dela e depois encontraram-se, mas depois a senhora quando

4

soube pô-la na rua, se não tivéssemos sido nós, que ela não nos confessou logo que era por isso, mas se não tivesse confessado, nós abríamos a porta na mesma e portanto depois ela lá foi estudar porque o senhor era professor. Um dia a sogra foi lá disparatar a fazer queixa dela e eu fiquei embasbacada sem saber o que havia de dizer, mas deixei-a falar, mas depois deu-me uma volta na cabeça e disse: Olhe se o seu filho põe o carro aí e me aparece à minha frente, eu pego num calhau que lhe atiro ao carro que o desfaço todo.

P: (Ouve uma interrupção e eu disse se for necessário terminamos e continuamos noutra altura).

MA: *Eu ainda não acabei, ainda tenho que dizer umas coisas de ti.*

P: Respondi, não há problema diz tudo o que entenderes que deves dizer, não problema nenhum.

MA: *O que é que eu estava a dizer? Eu recorro -lhe. Nós nunca dissemos que tinham de votar num partido ou noutra mas dávamos-lhes os dados para elas depois poderem escolher e portanto elas iam-se preparando para escolher. A primeira direcção foi escolhida pelas mais conhecidas e ficou a lista A Esta foi a primeira lista oficial, porque dantes já havia a Comissão pró-sindical de que eu fazia parte. Os Estatutos do Sindicato foram feitos em Lisboa com a ajuda de elementos da Base FUT, porque há normas para fazer Estatutos e nós não conhecíamos essas normas tinha de ser alguém a ajudar-nos a entender as coisas e depois pô-las adaptadas ao nosso sector, porque é um sector especial.*

P: E tu estiveste no Sindicato até que altura? Tens alguma recordação dessa época, boa ou má?

MA: *Eu estive até 79. Eu parece-me que foi muito bom, todo esse trabalho que se fez. Foi uma arrancada muito forte, se calhar encontrei-me em situações em que eu achei que estavam para além de mim, em que eu não era a pessoa exacta para aquela função. Uma vez em Lisboa fomos para a Ponte 25 de Abril do lado de lá a receber portagens, sei que em vez de pagar portagens, o dinheiro era para uma causa justa. Eu pensava assim, mas o que é que eu estou aqui a fazer? Eu acho que isto não tem nada a ver comigo. Eu sei que era para uma causa justa, sei que não era para gastar em foguetes ou coisa assim O Abreu e assim e outras pessoas estavam connosco e estava lá um grupo delas. Nessas situações é que eu me sentia mais fora, como eu hei-de dizer mais, não tenho a palavra própria. Não era para mim, era para quem já tinha vivido mais tempo em Lisboa, eu era um bocadinho mais introvertida, não era para estar tão exposta.*

P: E depois deixaste o Sindicato?

MA: *Eu deixei o Sindicato porque me faltou a saúde, eu enquanto estive no Sindicato e na Cooperativa dei tudo por tudo. Eu lembro-me que quando era preciso subir uma panela para o refeitório, onde estava a servir as refeições. Chamavam: Oh. Angélica... e a Angélica pegava nas duas asas da panela e lá vai ela pelas escadas acima, tuca, tuca. Foi assim que eu dei cabo da minha coluna. Porque eu fazia isso com a panela da sopa, com um tacho de arroz e com várias coisas. Às vezes tinha quem me ajudasse outras vezes não. Foram esses serviços os que estoiraram a minha coluna.*

P: Como é que tu foste vendo à distancia, aquilo que se foi passando naquele Sindicato onde tu deste tudo o que tinhas?

MA: *Com tristeza. Porque achei que a partir e certa altura as coisas não foram conduzidas segundo o espírito com que tinha sido iniciado. Porque nós criamos a cooperativa para apoio do Sindicato, porque o Sindicato não tinha dinheiro onde se apoiar e então tivemos de criar a Cooperativa que se chamava Cooperativa Operária de serviços domésticos. E então o tal senhor que nos arranjou a casa ajudou-nos a fazer a sigla – Coopserdo. Nós pensamos que se na casa das senhoras sabíamos fazer a comida ali também sabíamos fazer nas senhoras sabíamos lavar e passar a ferro ali também éramos capazes de o fazer e quer podíamos ganhar dinheiro, para mantermos a casa, como tu viste e te li naqueles papéis, não tinha água. Não tinha luz, estava tudo velho, foi preciso comprar tomadas, fios eléctricos e depois para fazer a instalação, nós pensamos que uma empregada de escritório já tinha uma empregada em casa mas que lhe pagava uma ninharia porque não tinha para lhe pagar muito, um salário mínimo nacional. Eu não estava nas casa das senhoras, mas assim no conjunto poderia ser mais válido para criar riqueza, assim os trabalhadores não tinham de levar uma marmitta e conseguimos começar a fazer estes trabalhos, desde trabalho ao domicilio, tomar conta de crianças, quando começamos a juntar dinheiro compramos uma máquina de lavar roupa semi - industrial. Isto depois, porque primeiro começamos por comprar uns tachos e uns pratos e por fazer e servir as refeições. E as refeições tinham um prato, sopa, pão, vinho (um copo ou garrafa) e uma peça de fruta. E isto tudo por 30\$00. Naquela altura já se seriam refeições a 150\$00, já era uma diferença muito grande. Com o dinheiro que fomos juntando e compramos uma máquina de lavar roupa semi industrial de lavar roupa para começarmos a tomar conta das crianças, chegamos a ter 10 crianças. Mas quando chegamos a ter essas crianças todas, pagávamos um salário mínimo nacional, a uma das nossas colegas que estava a tomar conta de crianças e os pais pagavam muito menos do que pagariam numa outra creche. Era um pagamento simbólico.*

P: E a que estava no Sindicato?

MA: *Nós ganhávamos todas o ordenado igual. Era o salário mínimo nacional o que nenhuma delas ganhava em casa das senhoras. Portanto todas queriam ir para lá, mas nós não podíamos meter lá toda a gente, só quando era preciso, só entrava as que eram sócias da Cooperativa. Essas é que eram, as verdadeiras cooperantes.*

P: Mas havia algumas sócias no passivo?

MA: *Mas as que estavam no passivo não tinham direito a voto.*

P: Mas podiam colaborar?

MA: *Podiam porque elas viam a necessidade que havia delas.*

P: Algumas nunca chegaram a ir para lá?

MA: *Não chegaram mas mantiveram sempre a ligação à cooperativa. Desde darem para lá coisas. Pagarem uma cotazinha.*

P: A Cooperativa é que apoiava o Sindicato, até pagava o ordenado da que estava disponível para o Sindicato.

MA: *Pagava o ordenado a quem estivesse ao serviço do Sindicato. Porque de resto nós não juntávamos dinheiro para nada disso.*

P: Então segundo o teu pensar a que atribuis a perda de dinamismo desta acção toda.

MA: *O grande desgosto já o tinha ainda estava lá. O meu desgosto começou por isto, quando mais tarde nos foi exigido uma contabilidade, que foi o Dr. Seia e a Manuela Guimarães que estiveram a montar a contabilidade, baseado nas minhas indicações, porque depois a montagem de uma contabilidade já não era comigo, eu não tinha conhecimentos para isso. Eu não era contabilista. Eu tinha as minhas contas de maneira a apresentar às pessoas, eu recebi isto, gastei isto e nisto, nisto e nisto. Gastei, não tenho o que há é este.*

P: Mas aprendestes alguma coisa com os que nos foram ajudar?

MA: *Os que nos foram ajudar eu nunca entrei, já não aprendi nada.*

P: Insisti aprendeu-se pequenas coisas que nos diziam como se deviam fazer.

MA: *Não a partir dali, nós púnhamos em determinadas pastas e depois eles é que faziam. Mas isso já foi nos meus últimos tempos.*

Mas o que eu queria dizer que me tinha desgostado. As pessoas entravam e nós dávamos logo um salário igual para todas. Um tinham mais responsabilidade do que as outras, mas ganhávamos todas iguais Isto é uma coisa empírica, mas nós fazíamos isso. Nós juntamos algum dinheiro. Eu dizia, isto ou vai ser uma coisa muito grande ou acaba depressa. Nós estávamos a prepararmo-nos para assumir a Tegope(?) Eu paguei 12.500\$00 pela carta de condução, podia ter pago menos se a tivesse tirado à primeira. Tive de dar mais umas lições. Comprávamos uma carrinha e dávamos trabalho a mais gente só que tínhamos à volta de 200 contos e comprávamos a carrinha, um furgão Só que quando tu começaste a dar ordens disseste: não senhor: nós vamos receber o subsídio de férias e as que entraram em Março e Abril têm de receber igual. Ora esta? Eu disse «não pode ser, porque elas não ajudaram a criar a «vaquinha». Se querem tirar o leite sem ajudar a criar a vaquinha, não vamos longe. E o dinheiro foi para pagar os subsídios. Elas ganharam força, uma vez que tu disseste e era o que elas queriam e a Helena em Lisboa também fazia a mesma coisa, mas nós não éramos uma empresa vulgar, não tínhamos a ambição do lucro, mas nós trabalhamos de noite e de dia sem ninguém nos pagar nem mais uma hora, nem coisa nenhuma. Custou-me muito.

P: E depois?

MA: *Depois de teres convencido aquelas mocinhas que andavam a estudar, que era a elas que pertencia. Eu não estava ali para fazer frente a ninguém, mas estava ali porque tinha agarrado um trabalho bem difícil. Não era para o largar nas mãos de alguém que chegou sem estar convencida de coisa nenhuma. São estas as coisas que eu tinha de dizer contra a Celeste que me desagradaram totalmente. Houve uma coisa que eu sou assim, na altura própria eu digo. Naquela altura eu fiquei doente da coluna, fiquei com baixa e a certa altura eu levantei a baixa e fui trabalhar. Vou pró refeitório. Pusestes-me noutra refeitório, para me afastar do escritório e não estar por ali Mandastes-me para a Sobil. Eu vou para a Sobil, mas o que não posso é levar as sacadas para lá. E tu disseste se não estavas curada deixavas-te*

estar com baixa. Tu que nunca pegaste num saco de batatas, nem numa caixa de fruta. Diz-me uma coisa destas. Ora essa, «Ela que sempre se queixou que não, não pode e não faz esforço porque não pode e diz-me isto, que dei cabo da minha saúde. São estas coisas que eu um dia tinha de te dizer». Desculpa lá.

P: Ficou gravado. Não faz mal. Fizeste bem. Então foi isso que te desgostou?

MA: *Foi isso e ver que todas as pessoas davam leis, mesmo sem perceber do assunto. Quando uma pessoa desacredita e se começa a malhar numa pessoa. E eu nunca fui capaz de viver em conflito permanente. Eu quando fui para a LOC. Eu fazia parte da equipa diocesana, a Natividade Cardoso foi eleita secretária geral num movimento nacional de trabalhadores Cristãos, mas como ela era a coordenadora diocesana da LOC punha-se um problema, como é que íamos fazer. Havia um coordenador e uma coordenadora, só que se chamava a um presidente e a outro secretário, então em vez de se fazer um Congresso Nacional, arranjou-se uma pessoa que fosse trabalhar para permanente trabalhar com o Emídio e a equipe nacional achou que eu tinha condições para ir, mas disse que eu estava no Sindicato e na Cooperativa, tinha lá problemas e algumas pessoas até os conheciam, estavam dentro das coisas. Mas eu não deixava ir para permanente para resolver o meu problema. Então a Camila, um dia chamou-me lá a casa dela que ela morava lá perto da Boavista. E disse assim: Olha, eu sei que tu estás lá com problemas e no Sindicato do Vestuário precisamos de uma empregada assim como tu, era ainda na Rua Formosa, queres ir para lá. Eu olhei para ela e disse assim: Tenho muita pena que não me tenhas convidado antes, mas agora eu digo-te já que não. Se não me pusesse o problema eu não aceitaria, o convite da Nacional, como tu propões ir para trabalhar lá, já não vou para coordenadora nacional para resolver o meu problema. Já vou para lá porque a LOCF precisa do meu trabalho, então aceitei ir para permanente nacional da LOCF e isso foi. Depois cá fora.*

P: Isso foi quando ainda estavas lá dentro.

MA: *Cá fora ...mas não era só contigo eram todos os problemas. Então lá em Baixo (refere-se a Lisboa), a CR estava muito zangada comigo, eu nunca senti muito o apoio dela, mas ainda era ela que estava zangada comigo, já estava lá em baixo em Lisboa, quando fui presidir a esta Assembleia, eu já estava no secretariado da LOCF.*

P: Pergunto aquela fotografia que me deste agora?

MA: *Sim. Passei uma ou duas vezes pela São e ela falava-me assim, eu sentia-me mas de qualquer forma, eu de vez em quando ia perguntando. Ai ela, assim, assim. Eu ficava triste, e sentia-me, o meu gosto é que tivesse ido por diante, quando soube que estava tudo reduzido à Cooperberço fiquei muito triste, um trabalho que ...Mas por outro lado, eu penso que as coisas estão totalmente diferentes, não foi tempo perdido. As mulheres-a-dias ganham muito bem, se elas quiserem têm muito onde trabalhar. Ganhar mil escudos à hora. Valeu a pena ...porque conseguiu-se muita coisa. Conseguiu-se que elas deixassem de ser escravas de senhoras que não tinham nada que fazer, hoje não há ninguém que tenha 5 criadas para fazer tudo, porque elas pagavam pouco. Andavam a trabalhar quase pelo caldo para comer.*

P: Dentro deste aspecto, falaste que tiveste desgosto quando soubeste que a Cooperserdo terminou em Cooperberço e o Sindicato deixa de ser Sindicato do Serviço Doméstico?

MA: *Pois uma vez que se resume tudo à Cooperberço, é porque o resto não tinha funcionado, caso contrário, não estava resumido àquilo.*

P: Os ficheiros apresentam mais de dez mil associadas, ora se havia 10.000 a nível nacional? Será que isso representa que nós não tivemos capacidade. Eu acrescento mas dez mil associadas representa dinheiro que entra?

MA: *Mas como é que nós fazíamos a quotização? É que nos tempos do corporativismo, os patrões já lhe descontavam no ordenado nas fábricas. Mas a nível de empregadas domésticas nunca tivemos organização para receber as cotas. Eram as que andavam mais próximas e quando tinham problemas, que pagavam as cotas em atraso. Eu ainda me lembro já eu estava lá em baixo, já era a São Faria a Presidente, de ela me dizer, eu encontrava-me com ela e conversávamos. E a São Faria dizia assim: «olha há um advogado no Porto no Ministério Público, que ainda hoje fala em ti. As indemnizações que ela conseguiu que se pagassem às empregadas domésticas. Naquela altura havia possibilidade de mandar um cartãozinho lá do ministério, e hoje não há. Depois eu falava com as patroas, sem haver lei laboral, mas naquela altura já havia, a lei constitucional, e era baseada na lei constitucional que eu defendia as empregadas domésticas e eu dizia assim, está aqui escrito: Oh, senhor doutor, não é assim? E ele dizia: quem trabalha tem direito a um salário e ele ficava parvo, a empregada não estava, estava era a patroa e conseguíamos as indemnizações para elas.*

P: Tu dizes sem a Cooperativa o Sindicato não tinha possibilidades de sobreviver, mas não seria também as questões internas da Cooperativa? Também teriam ajudado a chegarem ao ponto que chegou?

MA: *Enquanto lá estivemos, tivemos muitos problemas passaram por lá..Mas que me parece que foram de uma grande ajuda para as pessoas. Algumas queriam aproveitar-se da Cooperativa, queriam um quarto de graça ou uma meia de tostões, criaram-se imensos problemas, aliás tu foste minha testemunha, eu fui responder, mas quem melhor me defendeu foi a Joaquina, a Maria José, eu lembro-me também, coitadinha ela aflita, que o juiz não me condenasse...O Juiz perguntou: A senhora não entrou no quarto de fulana de tal? Perguntou à Maria José? E ela voltou-se para mim e disse-me: não entraste pois não Angélica? Tu não te lembras? Fomos duas vezes. Da primeira vez o advogado dela não apareceu, da segunda vez apareceu e o advogado que estava a defender a Joaquina era do PPD. Tu lembraste desta história? E o nosso advogado...a Joaquina já devia ter levado uma ensaboadela, eu ao bocado era para falar do sr. Ambrósio que era um Comunista ferrenho mas ele tinha qualidades e quando me via por ali já sem paciência. Dizia: então Angélica você não se lembra quando ele andava lá, os pescadores todos aflitos no meio do mar, ondas e aquilo tudo. E o que é que Ele disse para os pescadores? Porque temeis homens de pouca fé...E era Comunista ferrenho como é que ele falava desta maneira para mim. Nunca, nunca me disse. No início quis fazer qual era a minha origem e eu disse eu sou militante da LOC, que também está empenhada em ajudar a desenvolver este sector a lutar pelos seus direitos. Também tem direitos como os outros trabalhadores.*

P: Entretanto também toda a situação política se alterou. E sobretudo a nível de Lisboa o Sindicato era muito mais forte?

MA: *No meu ponto de vista, as trabalhadoras do Sindicato Serviço Doméstico tinham uma luta muito recente, por isso não estavam muito politizados, naquelas coisas que na altura ouviam. Porque depois foi aprovado uma lei, que onde já há um salário que é atribuído, há leis que as defende e já têm outras regalias. Para além disso aprenderam que se ganhassem um salário razoável, já podiam alugar um quarto e não precisavam de estar dependentes das patroas.*

P: Também deixaram de se preocupar em pagar as cotas?

MA: *Deixaram, mas muitas também pensavam porque tenho de pagar uma cota se o Sindicato tem de existir para mim e para os outros. Nem toda a gente tem consciência e a nossa cabeça muitas vezes só funciona segundo os nossos interesses, não é? E os outros trabalhadores como é que fazem, eu tenho pessoas que eu conheço, que já têm uma mentalidade mais esclarecida, que sabem que os trabalhadores têm de se defender em conjunto, mas não participam numa assembleia geral, não pagam cotas, essas coisas assim.*

P: Sendo assim tu consideras que as empregadas domésticas são como os outros?

MA: *Não fugiram à regra, nesta coisa tem de haver muita carolice nestes tempos há pouca gente que se dedique a uma causa de alma e coração.*

P: Mas não foi positivo?

MA: *Quer dizer, eu se fosse hoje que estivesse no princípio, e tivesse a saúde que tinha naquela altura, não me recusava a iniciar o trabalho.*

(eu comento que também me custou a Cooperserdo que passou a Cooperberço, e vejo a Gracinda desanimada, porque não haver um Lar). Mas ela diz que salvaguardou nos Estatutos. Esta é 1ª parte. Depois falaremos numa segunda parte. Depois apresenta vários documentos, que me entrega e rascunhos, de actividades que se desenvolvia e recorda pequenos acontecimentos que se recorda ao ler os seus papéis que me entregou, escritos com a sua letra. O gravador continuou ligado e ambas recordamos acontecimentos e nomes de pessoas que estão escritos nos papéis.

Ficamos de nos voltar a encontrar porque a hora já ia muito avançada. Ela estava muito emocionada, ao recordar todo o seu passado. Eu também. O documento que lê revela as diferenças entre o Sindicato do S.S.D. e o S.L.E.D. que lê pensa ser o que disse num programa da rádio ou na Intersindical no Congresso, mas o rascunho não identifica, só confrontando com documentos dactilografados se poderá concluir. Já não sabe, nem se recorda. No meio dos papéis aparece o rascunho do regulamento interno da permanência na casa. E comenta afinal nós éramos muito organizadinhas? à medida que ela vai lendo vou comentando e fazendo perguntas...para tentar recordar os acontecimentos.

Anexo: A, n°7.

Entrevista realizada a Celeste Vieira

Porto

P: 1. Como surgiu a ideia de formar um Sindicato

1.1. Como conheceste as colegas que vieram a formar o Sindicato do Serviço Doméstico?

CV: *Eu conheci o Sindicato pouco tempo após o 25 de Abril. Eu trabalhava uns dias, na Baixa da Banheira e no Barreiro e outros em Lisboa como mulher-a-dias. Conversava com outras mulheres que também trabalhavam como eu e a certa altura falamos do Sindicato. Ela então trouxe-me um folheto de propaganda, em que vinha a direcção da JOCF onde funcionava o Sindicato.*

Escrevi uma carta para o endereço a pedir que me informassem o que deveria fazer para me tornar sócia do Sindicato. De imediato recebi uma carta manuscrita e assinada pela Conceição Ramos. com a resposta do que era necessário para ser sócia. E juntamente uma palavras de incentivo para que angariasse outras sócias.

Enviei pelo correio os meus dados e o pagamento da inscrição e das primeiras cotas. A partir daí sempre que havia alguma actividade ou manifestação em Lisboa eu era contactada. Foi-me atribuído o n°259 de associada.

P: 2. Qual a tua participação na organização sindical?

2.1 Pertenceste aos Órgãos Sociais? Foste delegada sindical aonde? Que funções desempenhavas nos Órgãos Sociais?

CV: *Consegui angariar outras associadas e ainda antes do SSD ter a sua Sede na Rua de S. Bento já era considerada delegada sindical. Uma vez que para se ser delegada sindical bastava exercer a profissão, participar nas reuniões que a comissão pró-sindical que tinha sido eleita realizava, mobilizar as colegas a participar, reunir localmente para discutir as questões que afectavam a classe e receber as cotas das mesmas. O que não era difícil pois eu já tinha um grupo de alfabetização em que havia muitas mulheres-a-dias e externas.*

Em 1975 trabalhava num part-time em Lisboa 3 dias por semana e então como era perto da Rua de S. Bento, ia ajudar o SSD no que fosse preciso, sempre orientada pela Conceição Ramos e as que tinham iniciado o SSD. Queria aprender e ajudar a construir o Sindicato, mas não queria impor a minha ideologia. As iniciadoras e protagonistas eram aquelas que estavam a servir desde de crianças ou jovens. Era preciso não as substituir, mas estar a seu lado e contribuir para as imensas tarefas e responsabilidades que tinham.

P: 2.2. Durante o período em que estiveste ligada à organização sindical, qual foi o período que mais recordas? Porquê? Participaste na organização do 1º Congresso Nacional do Sindicato do Serviço Doméstico? E nos cursos de preparação? Que outras iniciativas recordas que achaste importantes?

CV: *Em 1976 vim trabalhar para a cidade do Porto, onde tinha vivido até aos 21 anos. Um contracto de seis meses. Mas deslocava-me muitas vezes a Lisboa em serviço e ia sempre ao SSD. Também ia à Delegação do Porto que era na Av. da Boavista. E como mantinha casa na Baixa da Banheira era a Conceição Ramos que ia lá fazer as reuniões com o grupo de associadas. Depois dos seis meses de contracto decidi ficar na minha cidade e como procurava trabalho ia ajudar na delegação do Porto. Até que fui convidada para associada da Cooperserdo que já tinha aprovado os Estatutos. Entrei em Outubro do mesmo ano, nas mesmas condições das outras colegas que lá trabalhavam, pois já serviam refeições, a Gracinda e a Angélica. E já estavam registados os Estatutos.*

Particpei como delegada sindical na mesa de votos para as primeiras eleições do Sindicato. E fui admitida como cooperadora na 1ª Assembleia oficial em Janeiro de 1977, que já ajudei a preparar e fui proposta para fazer parte dos Corpos Sociais. Foi-me atribuído o pelouro de secretária da Direcção. O mandato era por um ano. Fui eleita por vários anos para a direcção e em 1981 para o Conselho Fiscal. Em 1982 pedi a demissão da Cooperserdo.

P: 2.3. Em que altura deixaste o Sindicato? Como foste vendo à distância a continuação da vida sindical?

CV: *No Sindicato continuei delegada sindical no Porto e no segundo mandato do SSD, em 1980, fui eleita secretária da Assembleia - Geral. Cargo que desempenhei até 1983 em que deixei o SSD definitivamente.*

P: 2.4. Como foi o teu percurso de vida a partir da tua passagem pelo sindicato? O que fizeste em consequência da tua passagem pelo sindicato?

CV: *Tanto no Sindicato como na Cooperativa, uma vez que as duas organizações eram de apoio mútuo, trabalhei em todos os sectores, quer na parte burocrática, quer da Cooperserdo, quer do Sindicato. Desde a organização do serviço, compras, organização de contabilidade, atendimento às sócias do SSD, realização de reuniões e Assembleias, participação em Manifestações. Fui eleita responsável da preparação do 1º Congresso do SSD, em toda a Zona até Coimbra. Organizei e participei nos Cursos de preparação para o C.O.C. e após o Congresso. Como delegada sindical fiz muito trabalho porta a porta a contactar as associadas que desmobilizavam. E à noite durante todos os anos que me mantive no SSD e Cooperserdo a trabalhar continuei a fazer alfabetização, tal como já fazia antes do 25 de Abril na Baixa da Banheira. Preparei muitas empregadas domésticas para o exame da 4ª classe. Após ter feito a 4ª classe a Laura que também era delegada sindical, esteve comigo a ajudar as empregadas domésticas que participavam na alfabetização e tinham dificuldade em manusear o lápis. Eu preparava o que ela tinha de fazer e com outras voluntárias que faziam também alfabetização (a Filomena assistente social e a Délia estudante de engenharia) elas faziam o debate inicial e depois dividiam-se com os grupos conforme as necessidades de aprendizagem de escrita, leitura ou matemática. Desta forma cada uma podia ser mais ajudada, uma vez que não estavam todas no mesmo patamar de*

aprendizagem. Assim eu podia deslocar-me ao Bairro do Lagarteiro, bastante distante, em Azevedo de Campanhã para orientar um grupo de mulher-a-dias para estas não terem de se deslocar à Sede da Cooperserdo e delegação do SSD, na Av. da Boavista.

Em nome do SSD concorri a Bolseira da DGEP e apresentava anualmente o projecto de trabalho de Alfabetização. Quando foi elaborado o PNAEBA (Plano Nacional Alfabetização, Educação de Base de Adultos), em 1978 e que foi aprovado em 1979, fui convidada pela DGEP (Direcção Geral de Educação Permanente), para uma entrevista para dar o meu parecer sobre o método adaptado de Paulo Freire à realidade Portuguesa, que estava a desenvolver e a realizar naquela altura com grupos de mulheres empregadas domésticas.

P: 3.A que atribuis a perda de dinamismo e de influência social do Sindicato?

3.1. Que factos internos podem estar relacionados com isso?

CV: *Encontro duas razões para a perda de dinamismo do SSD. O primeiro facto mais evidente foi a diminuição de empregadas domésticas internas. Algumas deixaram a profissão, porque arranjam outro trabalho, ou porque casaram e só trabalhavam algumas horas e deixaram de participar nas actividades sindicais. O CCT só foi aprovado em 1980, o que fez com que as empregadas domésticas também desmobilizassem. Por outro lado a situação do país entrou numa fase de estabilidade, mas menos reivindicativa e mais acomodada.*

Por outro lado o SSD sempre teve dificuldade com o pagamento das cotas das associadas que era a única fonte de receita. A cota era fixa e pequena, inicialmente 10\$00 e depois passou para 20\$00 mensais, mas a maioria acumulava muito tempo sem pagar e acabava por desistir. A cobrança feita porta a porta era feita pelas dirigentes e delegadas sindicais e estas tinham tanto trabalho que só nos poucos tempos livres é que o faziam e isso fazia que gradualmente a receita fosse diminuindo. O fim da criação da Cooperserdo foi criar postos de trabalho e também apoiar o Sindicato. Durante alguns anos isso aconteceu e as duas organizações aguentaram-se. A certa altura a Cooperativa desenvolveu-se bastante e como era a maior fonte de rendimento e quase todas as dirigentes eram cooperadoras, a tendência era para a realização do trabalho na Cooperativa e o trabalho sindical ficava para trás. Também começaram a surgir conflitos internos sobretudo com aquelas que ocupavam as instalações para dormir e que não trabalhavam na Cooperativa nem no SSD e se aproveitavam do trabalho das colegas. Esses problemas causaram bastante desgaste às dirigentes quer no Porto, quer em Lisboa, uma vez que em Évora, não criaram espaço para dormitório e também não era muito necessário, porque o número de empregadas internas era menor.

P: 3.2. Porque razão o Sindicato se funde com o Sindicato dos Contínuos e Porteiros?

CV: *Quando o SSD se fundiu com o Sindicato dos Contínuos eu já tinha saído há bastante tempo do Sindicato. Mas a situação era propícia a que viesse a acontecer, porque a razão que me fez sair da Cooperserdo foi a decisão tomada em Assembleia-geral da Cooperserdo de se separar economicamente do SSD. Optei por ficar só no Sindicato numa dependência emprestada pelo Sindicato do Comercio, na Rua do Bonjardim. O meu ordenado era pago pelo Sindicato que recebia uma bolsa da DGEP desde 1978 pela realização de Alfabetização e que eu realizava à noite. Em 1983 passei o testemunho à Isabel Vilela que também deixara a Cooperserdo e ficara nos Corpos*

Sociais do Sindicato, mas esta adoeceu gravemente e veio a falecer. A partir dessa data deixei de acompanhar quer o Sindicato quer a Cooperserdo por me ter integrado numa Associação Mutualista onde trabalhei mais de 20 anos.

Cooperserdo - Cooperativa Operária de prestação de serviços domésticos.

P: 4. Como surgiu a ideia de formar uma Cooperativa?

4.1. Com que objectivos? Que actividades desenvolveu? Quais as mais importantes?

4.2. Já estavas sindicalizada e activa no Sindicato?

CV: Desde que conheci o SSD e a Conceição Ramos sempre a ouvi falar na reconversão da classe. A ideia que ela tinha era a promoção da sua classe. Quando contactei mais de perto com ela na Rua de S. Bento percebi os seus objectivos e entusiasmei-me pelo projecto de uma alternativa ao Serviço Doméstico. O conhecimento que tinha ao escutar os desabafos das empregadas domésticas internas tinha-me levado a optar por trabalhar como mulher-a-dias para melhor conhecer e experimentar os problemas que tinham. Por isso conhecia bem o que se passava e as humilhações que se sofria, em algumas casas em que as patroas eram desconfiadas. Outras patroas burlavam as empregadas domésticas. Faziam um contracto oral e depois não cumpriam. Se se chamasse a atenção era-se despedida sem nada. Queriam pagar com roupas que já não usavam. Quando éramos contratadas com alimentação, davam-nos os restos. Se por qualquer motivo tivéssemos de faltar éramos imediatamente substituídas. E no caso das mulheres-a-dias, que foi a situação que experimentei, esperavam-nos os piores trabalhos, alguns até com bastante risco. Limpar os vidros das janelas exteriores, marquises e varandas, encerar, esfregar, lavar roupa à mão, limpar as paredes e tectos, candeeiros, etc. Muitas patroas queriam que numa manhã ou tarde se fizesse o trabalho de um dia inteiro ou mais. Muitas não tinham ainda máquina de loiça e algumas nem de roupa e deixavam tudo para a mulher-a-dias. Claro que havia excepções mas eram muito poucas.

P: 5. Qual foi a tua participação na Cooperativa?

5.1. Pertenceste aos Corpos Sociais? Desde quando até quando?

CV: Como já disse pertenci aos Corpos Sociais da Cooperativas desde a sua oficialização. No Porto era a Sede da Cooperserdo e onde funcionava a Direcção.

P: 5.2. Só fizeste parte dos Órgãos Sociais ou fizeste parte do quadro das trabalhadoras da Cooperativa, com ordenado e descontos para a Segurança Social? Durante quanto tempo? Qual o teu trabalho? Participavas nas reuniões da Cooperativa e nas Assembleias?

CV: Fui todos os anos eleita para a Direcção. Eu ganhava como qualquer outra cooperadora o ordenado mínimo nacional. Fazia parte do quadro da Cooperserdo e fazíamos os descontos para a Caixa de Previdência como cooperadoras. Como dirigente fazia parte das reuniões de direcção e das Assembleias-gerais. Era eu que redigia as actas da Assembleia-geral da Cooperserdo nos primeiros anos.

P: 5.3. Como era a tua relação com as outras cooperantes? E com os utentes (pais das crianças, pessoas que almoçavam nos refeitórios, patrões onde iam fazer as limpezas?)

CV: *A minha relação foi sempre muito boa, quer com as cooperadoras, quer com os utentes. Não tive dificuldade de relacionamento, quer com as cooperadoras a nível nacional quer com todas as sócias, que participavam nas assembleias ou que visitava quando ia porta a porta visitá-las, esclarecê-las e receber as cotas. Claro que no dia a dia, a trabalhar, houve alguns problemas. Como em qualquer outro trabalho há sempre conflitos. Na Cooperserdo éramos exclusivamente mulheres as cooperadoras. Apenas o advogado, o médico e um outro colaborador não o era. Nós trabalhávamos muitas horas juntas. E tínhamos de tomar muitas decisões. Uma das decisões mais difícil, que teve a direcção no Porto e teve também a Cooperserdo em Lisboa, foi resolver o problema da ocupação dos quartos por parte das empregadas domésticas. Eu quando fui trabalhar para o Porto já a Angélica se debatia com esse problema. Havia um regulamento interno, mas não previa o tempo que podiam habitar na casa, para dar lugar a outras que precisassem. Inclusivamente estava lá uma mãe solteira com o filho. Queríamos pôr a funcionar a mini-creche e o espaço em que tinha ficado acordado entre a direcção e Segurança Social para as crianças dormirem, estava ocupado. Foi preciso tomar decisões em Assembleia-geral e redigir outro regulamento interno. A própria Gracinda, que fazia parte da Direcção, também ficava toda a semana nas instalações, a pretexto de manter o respeito, mas como tinha um feitio muito de gozo e piadas acabava por criar uma certa guerrilha entre as que habitavam, ora porque estava a favor das que habitavam ora porque falava contra elas, o que tornava às vezes mau o ambiente e uma tomada de força da parte das que estavam instaladas.*

Pessoalmente, a maior dificuldade foi o entendimento com a Gracinda, porque jogava conforme lhe convinha, sobretudo comigo e com a Angélica. Fazendo tudo, não sei se consciente ou inconsciente, para nos pôr uma contra a outra.

Da minha parte e, também, penso eu, da parte da Angélica havia um sentimento de compaixão em relação a ela, devido ao seu passado, de que ela falava bastante.

Esse sentimento de compaixão não ajudou nada, porque acabámos sempre por aguentar as suas provocações e os conflitos que nos criava e donde acabava por sair a rir-se e “vencedora”.

A Angélica acabou por sair, segundo ela diz, por minha causa, por numa Assembleia eu não estar de acordo com a sua proposta da compra de uma carrinha, em vez de se pagar às cooperadoras, que tinham entrado no ano anterior. Penso que foi mau para a Cooperserdo. Eu continuei a fazer parte da direcção, mas nunca aceitei ser presidente, por preconceitos que tinha pessoalmente e perceber que a função de presidir ainda dificultava mais as relações com a Gracinda.

Talvez na cabeça da Angélica estivesse o pensamento de que eu queria liderar a Cooperserdo, mas nunca foi minha intenção, não, por não ser capaz, mas por questões pessoais ideológicas, em que valorizava as acções colectivas. Uma ideologia bastante utópica, de valorizar e dar oportunidade ao outro/a de crescer e sobressair. Claro que também na Cooperserdo como ao longo da minha vida paguei sempre caro esta minha forma de ser e estar. Porque a humanização é um processo em curso que está iniciado em cada um/uma mas não concluído. Há retrocessos constantes. A prática não acompanha a teorização, quer seja nos ambientes mais cultos ou menos, quer seja com mais ou menos ética, com uma ideologia mais revolucionária ou anti-revolucionária, há sempre em cada um/uma de nós uma parte irracional e desumanizada, que de uma forma consciente ou inconsciente nos atraiçoa.

Ficou a presidir a Isabel com quem eu me entendia maravilhosamente bem, o que fez com que os conflitos suavizassem bastante.

Mesmo assim, tal como aconteceu à Isabel, acabámos por sair da Cooperserdo passado alguns anos, precisamente por defendermos a solidariedade da Cooperserdo com o Sindicato, não só na participação das acções, como foi o caso do 1º Congresso do SSD, mas também a nível financeiro, uma vez que o SSD, não tinha meios para se aguentar com uma pessoa a tempo inteiro para acção sindical. A realização do Congresso foi possível porque a Lieve conseguiu uns subsídios no estrangeiro.

P: 5.4 Era o Sindicato que apoiava a Cooperativa ou vice-versa. E a presença de organizações estrangeiras e outras organizações teve alguma importância no desenvolvimento da Cooperativa. A que nível? Monetário, cultural ou outro?

CV: *O apoio (Cooperserdo e Sindicato) era mútuo. As duas organizações coexistiam no mesmo espaço. E cada uma das cooperadoras, antes de mais tinha de estar sindicalizada. Daí não poder descuidar o trabalho sindical e a participação nas actividades desenvolvidas pelo SSD. Mas no caso do Porto o Sindicato não tinha um número muito elevado de sócias. As empregadas domésticas só procuravam o SSD quando tinham problemas com os patrões ou patroas. Era preciso andar de porta em porta para receber as cotas e muitas já não estavam no endereço com que se tinham inscrito e não informavam o Sindicato donde se encontravam. Era preciso estar sempre a pensar em novas formas para mobilizar as associadas. As campanhas de Alfabetização é que mobilizavam mais trabalhadoras, sobretudo as que trabalhavam aos dias, que queriam aprender a ler e escrever ou fazerem o exame da 4ª classe.*

No Porto como também aconteceu em Lisboa, fomos sempre apoiadas por pessoas individualmente ou que pertenciam a organizações sociais e políticas. As e os militantes da Base-Fut apoiaram sempre todas as iniciativas, assim como elementos do Graal, da Condição Feminina e das Comunidade Cristãs de Base, a Uninorte e o Instituto António Sérgio e o Instituto Social. Um apoio não monetário mas de serviço, quer na Contabilidade, na Alfabetização, na divulgação, quer escolhendo a prestação que dávamos de serviços. Frequentavam os refeitórios, contratavam o serviço de lavandaria e ao domicílio. A mini-creche era muito pequena mas teve sempre o apoio gratuito de um médico e de uma assistente social, no Porto.

Para além da Cristine Gros que apoiou inicialmente as trabalhadoras com actividades culturais, mas que residia no Porto, passaram algumas mulheres Holandesas pela Cooperserdo e também o apoio foi de pintarem as instalações. Não pagavam a estadia, nem as refeições e nós compramos as tintas e elas pintaram as paredes exteriores. Depois mandaram da Holanda muitos brinquedos para mini-creche.

P: 5.5. Quando deixaste de ser sócia da Cooperativa continuaste a ser sócia do Sindicato ou não? Se sim, como foste vendo o trabalho da Cooperativa? O que achaste melhor e pior?

CV: *Eu deixei o trabalho da Cooperserdo uma ano antes de deixar o trabalho sindical, como já referi. Pelas razões que já expus pensei que dificilmente as duas organizações se iriam aguentar por muito tempo*

Em Novembro de 1982 pedi a demissão da Cooperserdo e continuei como activistas do Sindicato na zona Norte e secretária da Assembleia-geral, mandato que terminou em 1983. Continuei com um grupo de Alfabetização de empregadas domésticas no Porto e a delegação do SSD passou para a Rua do Bonjardim numa sala emprestada pelo Sindicato do Comércio onde atendia as sócias. Em Lisboa a Conceição Ramos era a Presidente da Assembleia geral do SSD, no 2º mandato e também pediu a demissão da Cooperserdo.

Os elementos mais activos e mesmo das que tinham iniciado quer o Sindicato quer a Cooperativa, como foi o caso da Dulce e da Laura no Porto foi exigido por numa Assembleia da Cooperserdo ter ganho a proposta de que não podia haver sócias no passivo, isto é, que não estivesse a trabalhar, apenas tivesse pago o capital social. Considero uma das principais razões teve origem no sentimento que cada uma vivia, uma vez que não foram todas o mesmo tempo a sair, de que se tinha perdido o espírito inicial do cooperativismo e sem essa entajada o Sindicato não tinha força, nem meios financeiros para se aguentar.

Para mim como para algumas das que trabalharam intensamente quer no SSD, quer na Cooperserdo, que insistiram na formação, como necessidade para o segredo do progresso, foi muito doloroso. Senti-me impotente para prosseguir, continuei a apoiar no Porto a Isabel que me substituiu, mas ela acabou por adoecer e falecer, tendo sentido tal como eu que já nada era como dantes.

P: 6. Porque perdeu força e não se desenvolveu mais a Cooperativa, se tinha como objectivo a reconversão da classe das empregadas domésticas?

CV: *Alguns dos cérebros dinâmicos e influentes que faziam a coesão do grupo não aguentaram a pressão, a responsabilidade de continuar a preparar outras para assumirem os cargos directivos e começou a perder-se o espírito inicial que disponibilidade total, muita militância gratuita e muita formação. As que se aguentaram algumas apenas se preocuparam com a produção e sem actualização e inovação sem continuar a formação não me parecia que fosse possível sobreviver. Mas as que pensavam assim começaram a ter problemas porque as cooperadoras viam nisso uma perda de tempo e transpunham o seu passado para o presente, ou considerando que as dirigentes eram “patroas”. O caso mais flagrante foi o da Gracinda que conseguiu excluir de uma maneira táctica, servindo-se de algumas que estavam no início e que nas assembleias e mesmo no dia a dia a consideravam a “patroa” o que levou mesmo ela a assumir essa função que acabou por levar a que se perdesse os objectivos iniciais.*

P: 6.1. Porque passou de Cooperserdo a Cooperberço? E não conseguiu passar do Porto, Lisboa e Évora?

CV: *Eu não acompanhei o trabalho da Cooperberço.*

2ª. Parte

Sindicato

«Como muito bem sabes as empregadas domésticas eram designadas «criadas de servir».

P: 1.Quando vieste servir e até conheceres a organização sindical, como é que te vias e sentias em relação aos teus patrões e às outras pessoas?

1.1.E em relação a outros trabalhadores ou trabalhadoras de outras profissões? Começaste a trabalhar nesta profissão ou tiveste outra? Se tivesses tido possibilidades naquela época terias escolhido esta profissão?

CV: *Eu a determinada altura é que optei por experimentar o trabalho de empregada doméstica, mas sempre a trabalhar aos dias. Desde 1967 a 1983.*

P: 1.2.Depois de teres conhecido outras colegas e de teres entrado para o Sindicato continuaste a sentires-te na mesma? Ou mudaste de opinião ou de atitude relativamente aos patrões e a pessoas desse nível?_Que atitudes passaste a ter que até aí não tinhas? Qual a diferença de sentir, se é que havia, quando tinhas de intervir junto de um patrão ou de um governante como dirigente sindical?

CV: *Como experimentei o trabalho como meio de sobrevivência senti na carne as dificuldades de qualquer outra mulher. Daí não ter qualquer dificuldade em representar o Sindicato, em negociar no Ministério de Trabalho com os patrões, dar entrevistas ou representar o Sindicato onde fosse preciso.*

P: 1.3.Porque saíste da profissão? Ou porque continuaste? Ou porque deixaste os patrões onde trabalhavas?

CV: *Eu fui 7 anos sindicalista e cooperadora 1976 a 1983 e mulher a dias 8 anos, desde 1967 a 1975.*

P: 2. A partir do momento em que te sindicalizaste, passaste a ser um membro activo ou apenas pagavas as cotas, para te resolver algum problema que tivesses?

2.1.Ao fazeres parte da organização sindical por exemplo como dirigente ou delegada o que achas que aprendeste que até aí não sabias? Por outras palavras o que é o trabalho sindical te obrigou aprender que até aí não tinhas sentido necessidade de saber?

Por exemplo: já estavas habituada a lidar com fichas, actas, a presidir a uma reunião, a dar uma entrevista, a redigir uma carta, ou outras coisas que tiveram de ser feitas? Como aprendeste a fazer? Quem pensava e escrevia os imensos documentos produzidos

pelo Sindicato? Explica como é que fazias e de que é que te socorrias para o fazeres?
Que dificuldades experimentavas e como as superavas ao intervir numa Assembleia?
Ou no Congresso?

CV: *Apesar de ter alguma formação de base académica. Tinha o 5^a ano liceal e fui empregada de escritório, só em 1972 já a trabalhar aos dias fiz o ensino complementar à noite no Liceu do Barreiro. O trabalho de mulher a dias era um trabalho duro fisicamente, mas não o era intelectualmente. Daí eu ter tido disponibilidade mental para me desenvolver intelectualmente. Aproveitava o tempo das deslocações para estudar e preparar as aulas de alfabetização. Ao alfabetizar aprendi muito no contacto que tinha com os grupos que formava. Eram grupos mistos. Havia casais em que ambos não sabiam ler, outros ela sabia alguma coisa e ele não sabia nada e vice-versa. Mas tinham já uma grande escola política, a maior parte era Alentejano que tinham imigrado para a margem sul do Tejo. Os alentejanos contribuíram muito para o meu despertar político.*

No trabalho sindical e cooperativo foi muito fácil a minha integração, como tinha sido alguns anos atrás empregada de escritório, tinha noções gerais de trabalho burocrático e então fazia e partilhava o que sabia sempre com muita descrição para não ferir susceptibilidades, porque a maioria das empregadas domésticas viam os intelectuais como pessoas que não fazem nada, só sabem mandar.

P: 3. Limitastes as tuas aprendizagens (se é que as tiveste) às realizadas no sindicato, ou procuraste outros sítios ou organizações, escolares, sindicais, partidos ou organizações para aprenderes?

CV: *Fui sempre uma insatisfeita e até hoje ainda continuo a aprender.*

P: 3.1. O que é que aprendeste? (Descrever) Como foi que conseguiste? (Descrever) E porque decidiste fazê-lo?

CV: *Quer a nível político, quer sindical e cooperativo aprendi sempre muito. A nível humano muito mais ainda. Sempre gostei e gosto de participar activamente. A época era propícia e eu não tinha nenhuns conhecimentos práticos a nível sindical e cooperativo. Tive de aprender como qualquer uma das que trabalhavam no Sindicato. Aprofundei alguns dos conhecimentos que já tinha e desenvolvi outros sobretudo com a experiência: como foi a gestão, a cozinhar grandes quantidades, a organizar o serviço do contencioso, a negociar no tribunal de trabalho os processos das sócias que tinham problemas com os patrões, a adquirir competências para andar de porta em porta a consciencializar e mobilizar as empregadas domésticas, ter mais à vontade para falar em público, a pensar graficamente nas questões para o Boletim, a assumir em público e perante a família a minha opção como empregada doméstica contrariando o percurso sonhado pelos meus pais e irmãos.*

Cooperativa

P: 4. Porque fizeste parte da Cooperativa?

4.1 Foi por estares desempregada? Ou qual foi a razão?

CV: *Não.*

P: 5. Quando foste admitida na Cooperativa que diferenças sentiste em relação ao serviço que fazias antes de teres sido admitida?

CV: *Quando fiz parte da Cooperativa não senti nenhuma diferença. Já estava habituada a trabalhar física e intelectualmente.*

P: 5.1. Já tinhas experiência de cozinhar, ou de tratar de crianças, ou de fazer limpezas, fazer compras? Então o que é que fazia a diferença.

CV: *Era melhor o espírito de trabalhar em cooperação, mas também já tinha experiência do Alentejo. O mais difícil foi sempre a relação com as pessoas no dia a dia porque exigia muita compreensão e pouca imposição. O que não era fácil para quem tinha espírito de líder.*

P: 5.2. Como era a tua relação com as outras cooperantes? E com os utentes (pais das crianças, pessoas que almoçavam nos refeitórios, patrões onde iam fazer as limpezas)?

CV: *A minha relação foi sempre muito boa, quer com as cooperadoras, quer com os utentes. Nunca tive dificuldade de relacionamento.*

P: 6. Qual a diferença entre cooperadora e sindicalista?

CV: *A sindicalista activa está mais com as massas. Pequeno ou grande público. É trabalho de mobilização, dinamização e participação mais global. O trabalho de cooperadora é um trabalho, físico e intelectual, mais exigente, porque abrange a vertente económica que em regra é disputada pelas cooperadoras e mais geradora de conflitos internos.*

P: 6.1 Tiveste contacto com outras cooperativas? O que foi que aprendeste na Cooperserdo e fora da Cooperserdo?

CV: *Tive muito contacto com muitas cooperativas. A maioria já conhecia de um trabalho que tinha realizado no Norte do país, subsidiado pelo governo Sueco e que fui convidada pela DGEP. Quando de se participa e se é solidário aprende-se sempre. Aprende-se o que não se sabe e corrige-se erros que se cometem.*

P: 6.2 Já alguma vez tinhas ouvido falar em estatutos, regulamento interno? Quem os elaborou? Como foram aprovados? Eram de facto seguidos? Mas o que é que para ti foi diferente, melhor ou pior ao trabalhares na Cooperativa. Exigiu mais ou menos? Se sim em que aspecto?

CV: *Por acaso já conhecia e já tinha participado e feito parte do pelouro cultural e da educação, na instituição da Associação de Moradores da Baixa da Banheira. Quando entrei para a Cooperserdo os Estatutos já tinham sido aprovados. Totalmente talvez não fossem cumpridos os Estatutos, mas havia um esforço grande para o fazer. Senti mais pressão na Comissão de Moradores da Baixa da Banheira porque havia*

influências de um partido que dominava no Concelho, o que não aconteceu na Cooperserdo nem no Sindicato.

Anexo A: N°8

Entrevistada: Glória Pereira

Cacia - Aveiro.

Em 2005. Com 64 anos.

P: Na tua vida o que é que foste?

GA: *Trabalhadora rural e empregada doméstica e mulher-a-dias.*

P: Aonde?

GA: *Em Cacia e Aveiro.*

P: Nunca estiveste interna?

GA: *Estive na minha patroa, quarenta anos.*

P: Então conta-me lá, como foram os anos na tua patroa até conheceres o Sindicato do Serviço Doméstico?

GA: *Fui a trabalhar como empregada doméstica. A patroa chamava-se Glória Saúde. E depois através da JOC, comecei a comprar o Jornal, no qual vinha na parte proibida pela PIDE com uma faixa preta, trazia a CR com a farda de empregada doméstica e dizia lá coisas sobre as empregadas domésticas, isto antes do 25 de Abril. Um dia comecei a ler um e outro jornal e, comecei a pensar que a minha vida não podia ser só trabalhar e andar por ali a sofrer, descobri que havia um sentido mais forte, um ideal, para a minha vida ter sentido e foi por aí... Até que depois, mas antes do 25 de Abril ainda escrevemos para a Segurança Social, que era a Caixa de Previdência a exigir ao governo, que publicasse uma lei para as empregadas domésticas internas terem direito à Segurança Social que até aí não tínhamos. Aqui em Cacia escrevemos uma carta, depois juntamo-nos a outras a fazer mais força e depois mandamos para o Ministério da Corporações e mandaram-me uma carta para mim, e de facto em 1973 saiu essa lei.*

P: Tens essa carta?

GA: *Devia ter. Há coisas muito engraçadas.*

P: E eram empregadas domésticas?

GA: *Eram da JOC - Juventude Operária Católica, com rapazes e raparigas que era proibido. Começamos por aí a fazer coisas. A falar sobre namoro, casamento, da vida, tal e tal. Essa carta, ninguém quis endereçar e tinha de vir para uma e depois eu não sei porquê assinei essa carta e assumi a responsabilidade.*

P: E depois?

GA: *Depois continuei a trabalhar em casa da minha patroa e deu-se o 25 de Abril que foi uma grande alegria, que não há explicação para isso, foi a coisa mais linda da minha vida, estava em Lisboa, ainda vi parte daquilo tudo.*

P: Estavas lá a fazer o quê?

GA: *Tinha ido ao médico, estava em tratamento no Instituto de Reumatologia e calhou. Foi uma alegria, sem explicação o 25 de Abril e o 1º de Maio. Foi uma revolução, a liberdade, a nossa libertação, de um povo que queria uma cultura diferente, que queria ser alguém. A gente era desprezada, éramos as «sopeiras», éramos uma classe desprezada. Eu gostei que a gente tomasse consciência da nossa condição de trabalhadores, da nossa dignidade, porque a gente trabalhava e éramos honestas e essa visão não existia. E então, fomos por aí fora um grupo, até que apareceu uma comissão pró-sindical e prontos com essa CR que estava nos Jornais e depois com outra que estava no Porto a MA, depois aparece a GA, mais a (AL) que estão em Aveiro, depois com as outras faz-se uma Assembleia onde estava uma casa cheia. Depois todas disseram aquilo que queriam. Não há lei nenhuma, não temos férias, nem subsídios de férias, nem horário de trabalho, não tínhamos nada, nada, só trabalhar, trabalhar sem dignidade.*

P: E ganhavam pouco? Ainda te lembras quanto ganhavas?

GA: *Sim, sim. Desde que fui servir para uma velha ganhava 80\$00. Depois fui servir para a minha patroa e fui por 100\$00 por mês.*

P: Tu tinhas a 4ª classe?

GA: *Não, tinha a 3ª classe e depois tirei a 4ª classe já na minha patroa, mas antes do 25 de Abril.*

P: Então foi assim que conheceste as outras colegas, também faziam parte da JOCF?

GA: *Elas já tinham mais consciência de classe.*

P: E aqui em Cacia e Aveiro, aquelas que tu juntaste como é que foi?

GA: *Eram pessoas que a gente convidava, íamos às missas e pedíamos ao padre, para avisar que havia uma Assembleia ou uma reunião. Nós íamos por todas as aldeias e lá vinham. Poucas ou muitas nós lá íamos consciencializando, fazendo trabalho porta a porta, fazíamos reuniões nas localidades, até que fomos, fomos até que...*

P: Onde é que vos reuníeis.

GA: *Na casa das trabalhadoras ou na rua.*

P: Não tinham sede?

GA: *Não, mais tarde é que tivemos. Na Rua José Estêvão nº5, tivemos uma salinha que era no Secretariado Nacional, era da Igreja. Pedimos à JOC e JOCF e eles deixaram-nos lá estar. Isto foi em Aveiro.*

P: E as empregadas domésticas, sobretudo mulher-a-dias, politicamente ou religiosamente o que é que elas eram? Iam à Igreja?

GA: *Era.*

P: Quer dizer que tanto íam as da Jocf, como as da Obra de Sta.Zita.

GA: *Na primeira Assembleia, como era publicitado nas igrejas e por aí apareceram todas. Nós também mandamos para a rádio. Apareceram as Zitas e houve discussão entre todas, mas nós ficamos logo a conhecer as Zitas, porque começaram a entrar namorados, e elas disseram: Homens lá para fora. E dissemos então vamos votar, foi a primeira vez que votamos e (ri-se) ...Quem é a favor dos homens, maridos e dos namorados, que também estão a sofrer a exploração do patronato. As nossas trabalhadoras, que não eram nossas, pois era a 1.ª Assembleia, votaram a favor e as Zitas disseram não e saíram pela porta fora., eram poucas. Foi bonito.*

P: E depois, elas não apareceram mais?

GA: *Depois ainda apareceram uma vez ou outra, mas começavam a falar e as outras trabalhadoras não deixavam que elas levassem por diante as suas ideias.*

P: Alguma vez percebeste essa rivalidade entre dois grupos, ambos católicos?

GA: *Sim. As trabalhadoras têm um sentido verdadeiro da exploração, que sentiram na carne, mulheres que tinham tantas dificuldades, com muitos filhos, que não têm casa, não têm nada, enquanto as Zitas, segundo rezava, eram as freiras quem vinha, não tinha nada a ver com a exploração que a gente sentia na pele. Notava-se.*

P: Estavas a dizer, que iam os maridos e namorados?

GA: *As freiras, é que não queriam lá homens. Aquilo era para mulheres.*

P: Tu estiveste ligada ao Sindicato desde essa altura até quando?

GA: *Estive até 20 anos atrás, mais ao menos. Depois a minha patroa piorou, e eu tomei uma opção de vir, de vez para casa, ela estava na cama, para eu ir para o Sindicato ainda arranjei a Rosinha, mas eu desliguei-me muito, por causa da minha patroa. Tratei dela. Depois no Sindicato, a (R) também namorou e casou e então havia muitas dificuldades, porque a gente não tinha treino de luta como os outros trabalhadores que já lá andavam há muitos anos: tivemos muitas dificuldades e depois o Sindicato não tinha dinheiro para pagar a uma trabalhadora para estar ali. Ela ganhava mas era muito pouquinho e isso não a compensava. Era boa, queria ir á sua vida, era nova. Então a União dos Sindicatos ficou. Houve uma junção entre o Sindicato dos Contínuos e Porteiros e Serviços. Para que o nosso Sindicato não acabasse, ficou ligado a esse Sindicato a nível nacional.*

P: então estiveste até ao fim?

GA: *Sim senhora, eu estive até ao acordo final. Não havia dinheiro era um Sindicato pobre.*

P: Mas foi criado uma Copererativa.Com que fim?

GA: *Para não se estar ao serviço dos patrões mas dos trabalhadores, criaram-se refeitórios, creches, lavandarias, para nós trabalhadores estarmos ao serviço dos trabalhadores, é uma coisa muito linda, que nos tornou muito felizes e muito realizadas. Aqui em Cacia e Aveiro, não tivemos possibilidade, não tivemos gente, e não era fácil.*

P: Estiveste sempre nos Corpos Sociais da Cooperativa? E do Sindicato?

GA: *Sim, não estava a trabalhar profissionalmente, mas estava, foi uma coisa maravilhosa, nós trabalhadoras domésticas ter a capacidade de ver mais longe, a organização estava acima da nossa cultura, uma outra relação entre os trabalhadores. Isto foi uma consciencialização.*

P: Mas mesmo assim não sobreviveu? Porque seria?

GA: *Não é fácil.*

P: O que é que seria? Se era apoio, se foi bonito, porque é que depois perdeu a força? Conseguiram a aprovação da lei, ficaram com os direitos, mas depois?

GA: *A consciência não. As pessoas que estavam à frente estoiraram, rebentaram, com muito trabalho, as pessoas fizeram coisas, revelaram uma capacidade, que depois não conseguiram.*

P: Podias dizer o que foi que fizeram?

GA: *A gente andava em reuniões, e corríamos o país inteiro de Norte a Sul, Porto, Aveiro, Coimbra, Algarve, Viseu. Isto é criavam-se coisas mas depois era preciso dar resposta. E depois de alguns anos as pessoas partiram todas.*

P: E não houve quem as substituísse?

GA: *Havia. Mas a consciência, não era muita e o Sindicato não tinha dinheiro para pagar, tinham de governar a sua vida, essa foi uma das razões e a outra é difícil, elas queriam alguém sempre à frente. Quando eu fiz uma reunião para ficar uma responsável. Eu disse (R) a senhora é muito capaz, mais aí meu Deus, ficaram atrapalhadas, uma coisa é vir às reuniões outra coisa é tomar uma responsabilidade directa, isso afligias, depois tinham os maridos. As mulheres tem um problema ao casarem (...) os maridos acham que as mulheres não devem andar nestas coisas. Muitos eram evoluídos, mas não é fácil.*

P: Como é era, quando ias fazer as reuniões? Preparavas? Conta-me como fazias? Aparecem moções, actas, comunicados quem escrevia como é que se escrevia?

GA: *Então nós começamos por aí. Eu escrevia à mão e foi assim quase até ao fim. Eu escrevia as cartas à mão e depois tirava fotocópias. Fazia um rascunho. Primeiro nas reuniões, fazíamos um apanhado do que todas queriam dizer. Para convidar para uma*

reunião, vamos dizer isto ou aquilo e todas davam achegas, no dia tal às tantas horas, se devemos debater isto ou aquilo.

P: E quem te ensinou a fazer isso?

GA: *Era umas com as outras, nós não tínhamos muito gente a ensinar. Às vezes os Gráficos, davam-nos uma ajuda, mas era a gente. Nós gostávamos muito de escrever. Nós se fosse outros trabalhadores de outros sindicatos, não saía bem. Saía uma linguagem diferente da nossa. E então às vezes dizíamos-lhe, a gente escreve como sabe e vós passais tal e qual à máquina, porque as nossas trabalhadoras gostam como nós escrevemos, porque entendiam a nossa linguagem. Eu escrevia, escrevia, até me doer os dedos. Escrevia, escrevia, depois passava a limpo e íamos tirar fotocópias, depois dobrávamos as circulares, metíamos num envelope com o endereço e lá ia. Depois elas apareciam e nas próprias reuniões elas exigiam, nós não temos nada, não temos direitos, nós não acreditamos que o governo vá ter em conta mulheres-a-dias, empregadas domésticas e eu sempre dizia: a lei há-de sair, temos de nos mobilizar, temos de ser teimosas. E as pessoas lá continuavam e até que vencemos. Depois vinham os despedimentos, vinham férias que não eram dadas. Eu dizia, vamos exigir aos nossos patrões, nós somos trabalhadores como os outros. Eu dizia: a senhora recebe o 13º mês recebe as suas férias, nós também temos direito porque trabalhamos e também somos trabalhadoras como a senhora. Algumas pagavam e outras diziam, não, só pagamos quando a lei sair. E então fazíamos outra coisa: a senhora não paga, mas nós vamos pôr nos jornais, porque após o 25 de Abril punha-se tudo nos jornais e elas com vergonha algumas pagavam (dá uma gargalhada) e despedimentos era a mesma coisa.*

P: E quando havia despedimentos iam para tribunal?

GA: *Nunca chegamos a ir para tribunal, mas íamos ter com os advogados por exemplo que tinham empregadas, como foi o caso. Em Anadia havia sete empregadas domésticas e despediram uma empregada que não tinha um braço. Era de Castelo Branco, eles foram buscá-la à Serra e ela trabalhava tudo dentro da casa da senhora. E então ela foi para um advogado particular e eu fui ter com ele, era o Sr. Dr. G., todas as 4. feiras eu ia ter com ele. Sr. Dr. esta mulher esteve a trabalhar, ela tem direito, a isto e a isto. Mas ele respondia-me, vocês não têm direito, porque não há lei. Mas eu dizia: senhor doutor se não pagar a indemnização, era uma continha que eu fazia, tantos anos de trabalho, tal e tal... Ele dizia ela não tem direito, os patrões mataram-lhe a fome. Mas senhor doutor, mataram-lhe a fome, mas gostaram dela e ela servia para trabalhar e não lhe pagaram e mandaram-na embora. Andei assim um ano. Até que cheguei lá e ele disse-me: já passou o prazo. Se passou o prazo o senhor é que é o culpado porque eu todas as 4. Feira estou aqui. Se os patrões não pagarem, vai para o Jornal e publicamente eles são desmascarados. Deu mais uma volta na cadeira e pagou, se não ia para o Jornal. E isso era uma arma que a gente tinha, porque nessa altura a trabalhadora tinha muita força, era a coisa mais linda que eu já vivi. Mais revolucionário. Mais, mais... (E fica calada a recordar).*

P: tens saudades desse tempo. Tu eras doente mas até ganhavas saúde.

GA: *Jesus, eu não sei como!*

P: Depois da formação do Sindicato, como é que as trabalhadoras se sentiam em relação aos patrões, antes e depois da Revolução. Tu própria? Que visão tinha antes e como o ficaste a ver? E quem diz isso, diz em relação às outras pessoas.

GA: *O 25 de Abril, abriu-nos as portas, abriu-nos a justiça, tudo, tudo e nós ganhamos uma força que eu não sei explicar. Nós tínhamos razão e com o 25 de Abril foi uma explosão. Com as nossas dificuldades, com a nossa mente, mulheres sem saberem ler nem escrever, mas tinham consciência, de que eram trabalhadoras sérias com valor.*

P: E quem lhes deu essa consciência.

GA: *Elas, próprias, tinham essa consciência.*

P: Insistimos: tinham ou não tinham?

GA: *Elas tinham, tinham. Foi uma explosão. Nós fizemos entrevistas na rua e perguntamos: Acha que a trabalhadora do serviço doméstico tem direitos, assim, assim. E respondiam: sim, acho que sim, são trabalhadoras, têm direito como os outros trabalhadores.*

P: Onde é que fizeram as entrevistas?

GA: *Fizemos em todos os sítios. Foi nas praças, às portas das fábricas, por todo o lado. É pena não se saber onde está essa gravação. As pessoas falavam, falavam com os outros trabalhadores, até então estava tudo calado. Eu devo ter lá em casa a gravação. E na prática, umas falavam e falavam com os patrões, outras eram mais tímidas e tinha de ser o Sindicato a intervir. Mas nas reuniões ninguém se calava.*

P: E se tivessem de falar em público?

GA: *Era mais difícil, mas falávamos. Vamos ao Congresso e vê-se como falaram.*

P: As pessoas não sabiam falar e depois conseguem?

GA: *Foi muito bonito, no Congresso as mulheres que foram falar não sabiam ler nem escrever, era um grupo de mulheres, que foram falar. Eu não sabia que elas o iam fazer. Elas diziam nós limpamos o que as patroas não querem limpar, fazemos a limpeza, cuidamos da casa delas.*

P: A Lei já tinha saído quando foi o Congresso?

GA: *Acho que sim.*

P: O Congresso foi em 79 e a lei foi antes?

GA: *Eu descobri com estas mulheres a reviver a nossa profissão, os nossos valores, a nossa cultura, aquilo que queríamos ser. Mas não fazíamos só isso, passávamos filmes, passávamos slides, sobre cooperativa cesteira, outro que veio do Canadá, que era uma greve em que as mulheres foram para se manifestar e os maridos foram para casa, tratar dos filhos, do comer e lavar a roupa, aquilo foi muito engraçado, como é que os homens e as mulheres se organizaram para conseguir aquele direito à greve para ter os seus direitos. Porque nós não sabíamos nada.*

P: Tu estava habituada a tratar da casa da tua patroa, como é que te habituaste a fazer fichas e outros trabalhos de escritório?

GA: *A gente ia a Lisboa e umas com as outras, púnhamos as nossas dificuldades. As de Lisboa estavam mais adiantadas como sempre e nós perguntávamos como é que havíamos de fazer, uma coisa e outra. Umaz vezes trazíamos feito e depois começamos também a fazer.*

P: As aprendizagens que vós fizestes ficaram por aí ou depois continuando a ser empregada doméstica ou não, à distância, como ficaram as pessoas, na mesma ou diferentes?

GA: *Essas mesmas do nosso tempo de luta, muitas delas morreram ou se reformaram. As de agora, têm outra consciência, elas sabem que há lei. Mas algumas têm medo, isto voltou para trás um pedaço e hoje não é, como era até ao 25 de Abril.*

P: Antigamente as raparigas vinham das aldeias para as cidades e agora como é aqui nesta região?

GA: *Vêm mulheres de todos os lados de outros sectores das fábricas, cada vez há mais mulheres a trabalhar a dias.*

P: Mas já não há internas?

GA: *Há, outra vez. Não com tanta força. Há menos trabalho, menos escravidão, começam outra vez os trabalhadores, as pessoas tem que comer e viver e sujeitam-se. É triste dizer isto.*

P: Isso levanta uma questão! Onde está a luta, uma tentativa de melhorar, consciencializar e a semente?

GA: *Eu acho que não vai morrer aquilo que se fez, não se pode perder, a luta que se fez, após os direitos que se conseguiu, isto fica na história, mesmo que haja retrocessos, que está a haver, não só no nosso sector, mas fica, eu acredito que fica. Não há nada, que pague, isto fica de geração em geração. Agora como é que isso se pode transmitir não sei. Mas isto fica eternamente. Nunca mais vai acabar. Eu acho que devia haver livros sobre o nosso sector.*

P: Não conheço. Tens alguma entrevista que te fizeram.

GA: *Não. Devia-se fazer alguma coisa para que esta experiência ficasse na História, como este trabalho que estamos a fazer nesta entrevista. Que ficasse, o passado, o presente e o futuro.*

P: Notaste alguma diferença entre este Sindicato e os outros Sindicatos que conheceste? Neste Sindicato muitas não sabiam ler nem escrever e não houve nenhuma influência de nenhum partido?

GA: *Houve após o 25 de Abril, fez-se sentir, os partidos de esquerda. PCP, UDP. Eu até fui convidada. Mas eu estava preocupada com a situação concreta das trabalhadoras. Então tive uma reunião e eles propuseram esse pacto. Eu tenho o apoio da União do Sindicatos de Aveiro e dos Gráficos que nos passam os papéis de graça. Agora vou-me inscrever na U.D.P? Nos Sindicatos a maior força é do Partido Comunista, o que é que eles vão fazer às trabalhadoras do SDD, inclusive eu. Eu acho que não me devo filiar nem neste nem noutro. Eu não tenho problema nenhum, mas isso vai ter influência na luta. Mas algumas filiavam-se.*

P: Ai sim?

GA: *Mas quem queria ia, em primeiro lugar estavam as trabalhadoras, e se eu fosse para o partido, depois queriam as da U.D.P. e depois as do P.C. Não podia ser, ainda que naquela altura tudo era possível.*

P: E os grupos de mulheres tiveram alguma influência aqui nesta zona?

GA: *Apareceram estrangeiras. Ajudavam a pensar, nos nossos pensamentos, o que acontecia a nível internacional. Nós gostávamos de saber. Outras regalias e outros direitos, diálogo, cultura. Deram-nos uma bicicleta. E corríamos tudo de porta em porta daqui até Aveiro e outra freguesias.*

P: Tiveram Cursos de Alfabetização?

GA: *Fizemos alfabetização*

P: A quem?

GA: *Às mulheres-a-dias e aos outros trabalhadores, na sala da JOCF e JACF. Enchemos duas salas. Tivemos duas professoras. A SU, a MB e o MT. Aprenderam a ler e a escrever. Depois houve uma história porque nós estávamos pelo Sindicato e as Zitas puseram lá um letreiro fora já. Nós fomos falar com o Sr. Bispo. E disse-lhe então sois contra a cultura? Vocês podem ficar na JOC e na JAC, mas não como Sindicato, não acaba a Alfabetização. Ficou na casa da diocese a Alfabetização e o Sindicato foi para uma casa que nos emprestou uma senhora, na Rua das Províncias. Porque a Igreja diz que estava ao lado dos pobres, mas é mentira, esteve sempre ao lado dos ricos, dos patrões, das Zitas.*

P: Vi numa circular que tu organizavas excursões. Que sentido davas a essas excursões?

GA: *Era muito, para que as trabalhadoras convivessem, elas estavam ansiosas por cantar, ver monumentos e ir até à praia.*

P: E Cursos de Formação?

GA: *Fizemos nos Gráficos em Aveiro, no Porto e em Celorico de Bastos estava o Olegário, a Angélica, a Conceição, a Lieve, a Vitória e mais.*

P: Nunca estiveste ligada à Base-Fut?

GA: *Um pouco, estava longe, mas apesar de ter os seus defeitos era uma organização de trabalhadores, pessoas muito abertas, muito puras.*

P: Já falamos da mudança do S.S.D. para o Sindicato dos Contínuos e Porteiros, mas também há uma mudança da Cooperserdo para a Cooperberço. Tens conhecimento disso?

GA: *Já me disseram. Com certeza fizeram bem, para não se perder tudo. Fizeram bem, as pessoas cansaram-se, mas os trabalhadores têm o seu desenvolvimento, a sua cultura e também o seu tempo. Mas depois aparece o dinheiro e então começa a luta, que se gera por aí. O mais importante é ter isto e aquilo e nós também queremos ter essas coisas e isso é importante para os trabalhadores. E às tantas pesa, entre a família e a nossa organização.*

Pois não há capacidade para resistir a tudo, depois este interesse pelo dinheiro de ser eu que já estou aqui a trabalhar...até que os trabalhadores não vêm onde vai parar e é o fim.

P: Disseste que tens pena que estas coisas se percam, tens algumas ideias, alguma sugestão. A certa altura o Sindicato separa-se da Cooperativa. Porquê?

GA: - *A ideia era uma coisa estar ligada à outra, porque uma nasceu para ajudar a outra e ambas tinham sentido unidas. Todas as trabalhadoras unidas e não uma contra a outra. Para mim é muito triste que termine assim, e que a história fique por aí.*

P: Deves saber que havia um grupo que sentiu que devia agora fundar um lar, parece que não vai avante?

GA: *Um centro de cultura onde pudesse ficar, toda esta luta que nós fizemos, pôr tudo o que ficou. Era bom, guardar todo o material que produzimos, fotografias então eu ainda ia a Aveiro ver se há por lá alguma coisa. Do Sindicato ainda deve haver, eu mandava tudo para Lisboa. Gostava de ver uma casa de cultura ainda antes de morrer.*

P: Estamos a fazer esta entrevista em casa da ER. Eu não a vou entrevistar, mas qual a tua relação com ela. Onde veio?

GA: *Foi de Aveiro, ela era empregada doméstica interna, que estava a olhar por uma criança e a estudar e eu ia todas as 4^{as} feiras para ver se ela podia ir às reuniões, fazer várias coisas, e ela tinha dificuldade porque estava a estudar de noite, ela já queria sair da classe. Estudar e sair. Está nas telecomunicações. E depois passou para o Sindicato das telecomunicações e é muito activa. Não sei se foi por ali que começou a dar passos. É uma mulher engraçada, pensei que ela não avançava, mas ela abraçou no seu ramo a luta dos trabalhadores.*

Anexo A: nº9

Entrevistada: Laura Gonçalves Pereira (LP)

Porto

Em 2005

Vamos começar, já falamos bastante tempo, mas ainda não iniciamos a gravação e talvez seja bom que a conversa que estamos a ter fique gravada.

P: Já estavas a dizer aquilo que aprendeste em casa das patroas, mas que às vezes havia empregadas que até sabiam mais do que as patroas sabiam. Como foi a tua vida para ires para empregada doméstica e depois como conheceste o Sindicato?

LP: *Eu, (LR) hoje tenho 64 anos. Vim para o Porto com 17 anos, para a Rua Guerra Junqueiro. Antes de vir para o Porto trabalhava no Hospital de St.º Tirso. Vim com um casal amigo para ir trabalhar para o Hospital de S. João, na ideia de não ser empregada doméstica. Vim com uns senhores que eram da minha terra Vila das Aves, eles gostaram muito de mim e eu dediquei-me a eles e ali fiquei, já não fui trabalhar para o Hospital. Quando conheci o Sindicato, já devia estar a trabalhar lá há 17 anos, onde vim a conhecer uma colega que era a GR.*

Foi através da GR que fui para o Sindicato. Trabalhávamos as duas na mesma rua. Eu fui, gostei, aprendi muito, e assim me tornei sócia do Sindicato e fundadora da Cooperserdo quando ela apareceu.

P: E qual era as tuas funções no Sindicato?

LP: *Eu fui delegada sindical, fiz lá a 4.ª classe, depois com os conhecimentos que adquiri lá, dei Alfabetização. Eu ia receber as cotas às casas das colegas, participava nas reuniões cá no Porto. Estive na ocupação da casa na Av. da Boavista, porque enquanto não conseguimos casa, o Sindicato funcionava na Rua Entreparedes. Ajudei no que pude e daí nasceu a Cooperativa de que eu fui uma das fundadoras.*

P: Tu antes de pertenceres ao Sindicato não pertencias a nenhum movimento da Igreja?

LP: *Não, nem da Igreja, nem da política. Nunca tinha participado em nada cá.*

P: Mas tu continuaste na tua patroa. A maior parte das empregadas deixaram de ser internas. Tu continuaste interna?

LP: *Eu continuei, porque gostei, vim muito novinha, foram uns patrões que aparentemente me trataram bem e também havia o problema do alojamento e talvez tenha sido o maior problema. Mas de qualquer maneira eu gostei muito de trabalhar, na casa onde trabalhei durante 32 anos.*

P: Mas, por exemplo, no caso da GR e da MA deixaram os patrões e foram dormir para o Sindicato.

LP: *Não fui, talvez pelo apego que eu tinha à casa, quando eu fui para lá era uma casa de família e depois cada um foi para as suas casas e eu fiquei sozinha com o patrão e a patroa, ao todo 32 anos. Depois eles faleceram. E então depois fui para a minha casa.*

P: Como interna, tinhas dificuldade em saíres e participares nas actividades do Sindicato?

LP: *Em princípio sim, mas depois só tinha a patroa, o patrão faleceu em 72. Ao princípio, ela custou a habituar-se, mas depois chegou a pontos, de não precisar de sair à noite e ela dizia-me: hoje não precisas de sair? Eu a pouco e pouco, fui conquistando esse estatuto de mais liberdade. E talvez ela também tivesse colaborado, porque também não me queria perder e também as filhas lhe tivessem abertos os olhos. E assim não tive assim muita, muita dificuldade, quando entendi parar um bocado, parei. Quando a senhora adoeceu, não saía, só saía quando podia.*

P: Umas das tuas preocupações, já me falaste nisso, é o teu brio profissional.

LP: *Qualquer trabalhadora, não é só a empregada doméstica deve-se pôr em cheque. Qualquer trabalhador, trabalhadora, nós para ganharmos o nosso dinheiro, temos os nossos direitos, temos as nossas obrigações, eu acho que em profissão nenhuma nós devemos querer ser as «coitadinhas», para nós ganharmos, devemos exigir os nossos direitos, mas também temos as nossas responsabilidades e é isso que nós devemos fazer. E é isso que eu insisto em dizer.*

P: E à tua volta, o que é que tu sentes que acontece ou que acontecia? Podes ter hoje uma experiência e não teres a mesma do passado?

LP: *Eu acho que fui sempre muito viva, nunca deixei que me calcassem. Mas aqui há muitos anos, ou por medo, o serviço doméstico era totalmente diferente do que é hoje. Porque hoje não há empregadas domésticas internas, não se vêem aquelas rapariguinhas lá de cima como vinham antigamente. Vem uma ou outra, mas não é nada como antigamente. Porque eu vim em 1958. Nessa altura, eu vim não era porque não houvesse trabalho, eu sou de Vila das Aves, Concelho de St.º Tirso, e nessa altura os Têxteis eram muito fortes, agora não é assim. Eu vim, como disse no início da entrevista para ir trabalhar para o Hospital de S. João, e aqui fiquei, depois aquilo ainda estava muito atrasado, eu vinha para as limpezas, não vim por muita necessidade, vim muito recomendada, foram os donos de uma fábrica que me trouxeram cá para o Porto.*

P: Tinhas que estudos?

LP: *Tinha a 3ª classe. Já fiz a 4ª classe no Sindicato. Depois como estava muito ligada, ainda fiz alfabetização. Ali havia um grupo que nos preparava e depois fomos fazer exame à Escola da Torrinha, penso eu? A minha professora foi a FL e Mn. Tu estavas com as outras, as que não sabiam ler nem escrever. E depois estive contigo e com a DL. No grupo de alfabetização eras tu que me preparavas, o trabalho para eu fazer.*

P: Lembras-te das peças de teatro?

LP: *Eu participei em algumas. Algumas vezes. Mas eu não tinha muito jeito, mas participava e ajudava. Fui eu que fiz a bandeira do Sindicato. Fui eu que fui com a MA comprar o pano. Ela pagou o pano, comprei as linhas e foi eu que a bordei à mão. E sou franca gostava de saber onde é que ela está...E ainda uma das coisas que eu recordo muito era uma parte da peça de teatro em que aparecia uma empregada vestida a rigor, e, então essa farda, era a farda que eu vestia para servir à mesa antes do 25 de Abril. Mas guardei essa farda muito bonita e depois levei-a para o teatro e também fiquei sem ela. Também não sei o que é feito dela.¹*

P: também chegaste a participar no 1º.Congresso e único das Empregadas do Serviço Doméstico que se fez, a nível nacional, no Pavilhão dos Desportos.

LP: *Participei mas não fiz nenhuma intervenção. Nunca entrevi, em público. Participei no Curso de preparação para o Congresso, mas nunca fiz nenhum acto público. Só uma vez que fizemos greve, foi à televisão ao Sindicato, [fica a pensar] não sei se foi quando se fez greve. Eu fiz uma intervenção para a televisão pequenina, porque eu sou um bocado envergonhada.*

P: Participavas nas reuniões do Sindicato. Os estatutos foram feitos pelas de Lisboa. E os da Cooperativa?

LP: *Nos estatutos da Cooperativa participei, foi cá no Porto, e participei do princípio ao fim.*

P: Vós reuníeis para decidir o que havia de ficar nos Estatutos ou como era?

LP: *Sim, tanto que quando eram essas reuniões, vinham de Aveiro, vinham de Lisboa, vinham de Évora e era aqui no Porto que se decidia tudo.*

P: Tu foste fundadora e depois pertencias aos órgãos sociais?

LP: *Fui fundadora e depois fiz parte uma vez do Conselho Fiscal. E participava nas reuniões. Aqui no Porto havia reuniões do Sindicato ou da Cooperativa quase todos os meses.*

P: Qual era a intenção dessas reuniões?

LP: *Da Cooperativa era ver como se havia de fazer. A Cooperativa formou-se para libertar as empregadas domésticas, com intenção de em vez de cada uma estar em sua casa, assim cada uma podia ajudar várias famílias, em limpezas, em fazer refeições, em tomar conta de crianças, foi nesse âmbito que se formou a Cooperativa e deixar a casa dos patrões para não estar uma em cada casa. Foi uma das coisas que eu não fiz, mas ajudei a que outras o fizessem. Nesse caso nós fomos as pioneiras.*

P: Tu nunca chegaste a ir trabalhar, apesar de vários convites?

LP: *Quando eu me libertei, o sindicato já estava separado uma coisa da outra. Não foi porque eu apoiasse, nem sei dizer bem, porque eu sempre defendi as duas coisas juntas, porque se uma se criou foi pela outra. Talvez o Sindicato não tenha tido força bastante, como é que hei-de dizer, eu acho que a Cooperativa cresceu mais do que o Sindicato e não houve*

aquela força de vontade de apoiar. Nasceu para apoiar o Sindicato e depois isso não se deu, eu acho que não houve cumplicidade e ao fim ao cabo era tudo um. Foi assim que as coisas se

P: A casa acabou por ser entregue, para ser demolida?

LP: *Não sei, eu no meu entender penso que devia haver. Mas houve ali uns mal entendidos, a cooperativa já não queria apoiar o Sindicato, mas eu por minha vontade, houvesse maus entendidos ou não o Sindicato não devia sair dali.*

P: O Sindicato, se as sócias não pagassem as quotas, não tinha dinheiro.

LP: *Mas o combinado não foi esse. Fundou-se a Cooperativa para ajudar o Sindicato.*

P: Mas foi só no Porto?

LP: *Eu acho que foi no Porto e em Lisboa. Em Évora não estou a ver muito bem.*

P: Que razões levariam a isso. Falta de sócias?

LP: *É tudo um bocado da pessoa se acomodar. No princípio foi uma nuvem de fumo. Mas eu tenho de dizer, a lei não foi muito boa, mas saiu e foi porque o Sindicato lutou. Porque quando formamos o Sindicato nem sequer havia uma lei do Serviço Doméstico, nós é que lutamos e nós é que conquistamos isto tudo, com greves, com manifestações, com tudo, íamos para a porta do Ministério, para a Assembleia da República, mas depois como se começaram a resolver os problemas, as pessoas acomodaram-se.*

P: Mas tu também não foste capaz de vir para a Cooperativa?

LP: *Como digo, eu estava onde estava, e trabalhei muito para o Sindicato e para a Cooperativa e, nunca ganhei um tostão, não sei de que cor é o dinheiro, no entanto trabalhei muito, não estou arrependida. Mas tem de se respeitar cada um é como é, mas se tivesse continuado, quando ficasse livre, como fiquei, talvez fosse trabalhar para lá, mas enquanto eu estava onde estava eu não queria sair de lá.*

P: Mas quando ficaste livre, já se tinha dado a separação?

LP: *Fiquei livre em 1986, depois daí já fiz tudo e mais alguma coisa. E já não havia a Cooperativa na Av. da Boavista. Havia o Sindicato na Rua do Bonjardim, ainda participei até a IS ainda fui, estava lá RT porque a IS estava doente e faleceu. Depois o grupo dispersou e eu também fiz a minha vida.*

P: Voltando atrás, o que é que foi importante daquele tempo. Que mudanças houve em ti?

LP: *Importância teve, eu ao participar na Cooperativa, eu aprendi muito. Eu nunca tinha pensado que a Cooperativa, que aquelas empregadas domésticas pudessem formar uma empresa. Aprendi isso. Eu hoje já tenho vários trabalhos, faço coisas diferentes e nessa altura eu na minha maneira de pensar pensava que só podia fazer aquilo. Abriu-se refeitórios, tinha-se um infantário, uma lavandaria, refeitórios, por mim nunca tinha saído daí e hoje, podia ser uma grande empresa e dar trabalho a muita empregada doméstica.*

P: Tu achas que as empregadas domésticas tinham capacidade para serem empresárias?

LP: *Tinham, não ganharam.*

P: Porquê?

LP: *Primeiro era natural delas, nós não somos tapadinhas e, depois são os conhecimentos, que se vão adquirir com o grupo.*

P: Deves te lembrar de estrangeiras que passaram por lá?

LP: *Lembro-me que até fizeram filmes, que a gente às vezes passava à noite. Reuníamo-nos assim em festa.*

P: Alguma vez te viste a ser professora?

LP: *Eu tive sempre o bichinho dos estudos. Mas não estudei. Foi mais uma aprendizagem. Também outra coisa. Eu até jornalista fui, porque escrevia textos para o nosso jornal. Eu lembro-me que tu me preparavas os textos e depois eu a partir da tua preparação, preparava-me para estar com o grupo das que não sabiam ler. Eu tenho ainda para lá esses papezinhos assim como os jornais. Tu tens?*

P: ainda dentro disso. Tu sabias o que era um Estatuto, um Regulamento interno?

LP: *Eu tive sempre o bichinho de ler e escrever. Eu desde muito novinha, que fazia o diário, eu ia a um passeio e depois vinha e escrevia tudo, mas isto antes de ter estes conhecimentos. Eu gostava de escrever, mas de estatutos, regulamentos, etc. eu não sabia nada. Reuniões, eu na minha aldeia fazia parte da JOCF e então nós fazíamos parte das reuniões todos os meses e quer se dizer e era dessas reuniões que eu tinha conhecimento, também tínhamos o nosso cadernozinho, tirávamos os nossos apontamentos e era disso que tinha conhecimento e dessa coisas de responsabilidade não tinha nada.*

E uma vez antes do 25 de Abril, ouvi falar em Comunismo e não sabia o que era. E aquilo meteu-me confusão e eu como estava naquela família, uma vez perguntei ao meu patrão o que era o comunismo. Ele virou-se para mim, elevou a voz: «Cala-te rapariga. Fecha essa boca., põe um «clair» na boca». E eu, ainda mais confusa fiquei. A quem ouvi dizer perguntei: e ele disse-me, cala-te que isso é proibido são os alentejanos, «baixa a voz». São, são e eu perguntei, mas o quê, são más pessoas? Não! são pessoas diferentes e eu fiquei a perceber o mesmo. Mas daí já tive uma luzinha. Passado uns anos, os meus patrões compraram bilhetes para irmos à noite ver a uma peça de teatro, eram as únicas vezes que saíamos.

P: Vós, quantas éreis?

LP: *Nós éramos quatro, mas uma já não ia já era muito velhinha. Nós íamos as três. Uma já era mais crescida, trinta e tal e nós íamos. E, uma ocasião, deram-nos uns bilhetes para irmos a uma festa de estudantes no Cinema Nuno Alvares. Eu não percebia nada de revolucionário. Mas eu vi que aquela peça era diferente e foi ali pela primeira vez que eu ouvi cantar esta canção assim: «canta, canta, amigo canta, vem cantar esta canção, tu para mim sozinho não és nada, juntos temos o mundo na mão». E eu vim para casa toda contente. Ao outro dia, ouvi um burburinho o que é que aconteceu tinha vindo a polícia ali e prendeu...Foram 15 mas eu não vi nada, e se não fosse o burburinho do dia seguinte, eu não tinha dado por nada, achei um teatro diferente, mas eu não tinha ligado nada. Mas ficou-me na cabeça. Como é que nós fomos parar ali? Nós não sabíamos o que é que eles eram se da esquerda se da direita, não sabíamos, nem ouvíamos nada. Sabendo eles o que era, como é que nos compraram bilhetes para irmos? E nós fomos. E viemos são e salvas. Mas eu nem sabia qual era o nosso regime, que era fascista. Nós não sabíamos nada, sabíamos que tínhamos um Presidente há muitos anos, mas não sabíamos mais nada.*

P: Depois de ter entrado na Cooperativa ou antes não pertenceste a mais nada, nem continuaste na JOCF.

LP: *Não, eu no Porto, nunca pertenci a nada.*

P: E que dizes agora, era bom ter continuado?

LP: *Eu não digo ter continuado, continuei, porque saiu tudo de ao pé de mim e eu não queria sair daquele lugar. Passamos muitos bons momentos, muitos contigo, participamos em muitas festas, colamos muitos cartazes de noite e para mim eu aprendi muito.*

P: Deu-te uma certa autonomia. Muito, muito hoje como te sentes em relação ao teu patrão e ao que fazes?

LP: *Eu gosto muito do meu trabalho, eu gosto de fazer o que faço, tento sempre fazer o melhor. Eu acho o serviço doméstico totalmente diferente, não digo para melhor nem para pior. Não, as empregadas domésticas internas, (a não ser aquelas velhinhas mas que já não trabalham) mas que tiverem os olhos abertos ganham muito dinheiro?*

P: Porque ganham muito dinheiro e dantes não ganhavam. Porque antigamente havia muito pessoal e agora já não há?

LP: *Agora há muito pessoal, mas são outra coisa. O que quero dizer as empregadas de hoje não são profissionais, não estou a deitar abaixo as de hoje, mas há 50 anos atrás eram diferentes, nós fomos treinadas e preparadas para sermos empregadas domésticas em casa de pessoas ricas, eu aprendi tudo e a sermos profissionais. Não são por isto, a maior parte das empregadas domésticas que andam por aí, são das fábricas que fecharam, vêm às manhãs e às tardes e chegam aqui fazem o que lhes mandam e vão-se embora e às vezes nem sabem como fazer. Na casa delas, não têm pratos para limpar, não têm amarelos para limpar, não têm vernizes, ceras, não sabem pôr uma mesa como deve ser, não sabem cozinhar coisas que nos ensinaram a nós.*

Eram as cozinheiras mais velhinhas que nos ensinavam, e com as patroas e com os livros. Hoje ninguém faz isso, também não há tempo. Hoje o serviço doméstico é totalmente diferente do que era há uns anos para trás.

P: Mas na casa, onde trabalhavas havia quatro empregadas, logo era menos Serviço?

LP: *Não, mas também eram os palacetes. Mas eu falo por mim, o trabalho não era muito, uma fazia os quartos, outra era da sala, outra da cozinha e outra dos meninos. O trabalho não era muito, não nos matava, mas quando as patroas estavam em casa, nós fazíamos que fazíamos, quando as patroas saíam nós íamos brincar para o quintal.*

P: E hoje a patroa trabalha?

LP: *Hoje a patroa trabalha e passa sem ter nenhuma empregada. E hoje uma empregada fica muito cara. Eu não sei quanto os patrões ganham, mas nós dantes tínhamos muitas prendinhas, mas queriam conservar-nos, queriam conversar connosco, porque viviam numa grande solidão, os patrões iam trabalhar e elas ficavam em casa, só naqueles dias dos chás de canastra. Mas passavam o dia com a gente e por vezes também gostavam de nos conservar, davam-nos um ordenadinho e davam-nos muitas coisinhas, que a gente ficava contente porque já não gastava o nosso dinheiro. Mas mesmo depois de eu já ter a minha casa, acusavam-nos de nós ganharmos muito. Mas nós não ganhávamos muito, por isto: porque*

temos de fazer a conta a tudo. Nós não temos fundo de desemprego, se ficarmos doentes a nossa baixa é uma miséria. Quero dizer, os patrões pagam muito. Hoje não há patrão que pague a menos de mil escudos à hora. Cinco euros. Trabalhar oito horas recebem, oito contos por dia, se forem por outro lado fazer mais duas ou três horas, recebem mais 3 contos. Há uma sai-nos do corpo, porque na fábrica chega àquela hora e pára a máquina. E nós não. Hoje uma empregada fica cara ao patrão, mas não fica muito dinheiro para a empregada porque de um momento para o outro a patroa manda-nos embora e nós vimos à nossa vidinha, enquanto que uma empregada de uma empresa até não está muito contente, mas se a mandam embora vai para o fundo desemprego e nós não temos nada disso. E daí é que acho que temos de nos salvar. Eu digo se eu me esforçar eu ganho bom dinheiro, só que eu acho que devo ganhar mais devido às quebras que temos, a nossa reforma é uma miséria e nós temos de nos salvar para o fim da vida. Ganhamos bem, mas não ganhamos muito em relação à nossa lei. Hoje é muito difícil, ainda há gente muito rica e que paga bem, mas hoje não pode muita gente ter uma empregada doméstica quer seja à hora quer seja ao mês fica caro.

P: Mas ainda continua a haver uma pessoa com muitas empregadas?

LP: *Agora não. Pode-se contar a casa que tenham duas empregadas. Ainda há uma em Guerra Junqueiro. A patroa da GR tem mas são as duas externas. A rapariga que casou lá e ficou lá a trabalhar e entrou uma irmã dela. Mas é também gente muito rica e vive em grandes vivendas.*

P: Há momentos falaste de uma empregada que encontraste e que te disse que estava no Lar das Zitas?

LP: *Ela foi sempre sócia da Sta. Zita, a GR também veio de lá. Foi trabalhar para uns padres na Foz, adoeceu e foi para a aldeia. Uma altura veio ao Porto e foi visitá-las, ficou lá uma noite, e elas disseram-lhe que ela era sócia, tinha lá sempre lugar. Ela foi para a aldeia, pensou bem na vida dela e depois veio cá ao Porto e foi lá falar. Ela aqui estava mais perto dos médicos, sempre tem companhia. Falou com elas. E ficou, entrou e deu uma entrada em dinheiro, está a dar 80 % da reforma. E foi para o lar que é pequenino. E está muito feliz. Eu perguntei: e ela disse: tratam-nos muito bem, temos pequeno-almoço, almoço, lanche, jantar, médico e enfermeira, temos tudo. Entre estar na aldeia e estar aqui, prefiro estar aqui, tenho aqui os meus conhecimentos, as minhas amigas e eu sinto-me muito bem, entro e saio quando quero, que se me apetece fazer alguma coisa faço, se não me apetece não faço. Ela tem para aí 75 anos. Mas tem muita doença, já teve dois enfartes.*

P: Na Cooperserdo: também tinha objectivos de fundar Lares.

LP: *E chegaram a estar lá algumas, mas não era lar, era alojamento, mas elas ao fim de dois dias de lá estarem já pensavam que aquilo era delas e não colaboravam e metiam lá quem queriam e quem lhes apetecia. Havia um regulamento mas mesmo assim passaram por lá muitas mulheres...eu também cheguei lá a dormir muitas vezes, quando havia reuniões, passeios, saídas e já se vinha tarde, eu ficava lá dormir.*

P: Conheceste o Sindicato das Zitas?

LP: *Elas já formaram também depois do 25 de Abril. A Casa de Sta.Zita era para as que vinham da aldeia ou ficavam desempregadas. E como já estavam organizadas, as directoras que estavam lá, votaram logo a mão antes que votassem a mão. Isto é o que eu penso, que eu não sei.*

Anexo A: nº10.

Entrevistada Maria Helena Freitas (HF)

Celorico de Bastos.

Em 2005

P: Vamos iniciar a conversa. Eu começo por te agradecer a tua generosidade em emprestares-me os teus cadernos de apontamentos, porque posso dizer que foi ouro, foi um meio de eu me interessar por este trabalho. Apesar de haver documentos e já muitas vezes termos conversado, hoje vamos fazê-lo de uma forma mais formal, porque vamos tentar gravar o teu percurso no Sindicato e Cooperativa.

Gostava de saber como é que surgiu a ideia de formar um Sindicato? Como é que chegas a conhecer o Sindicato do Serviço Doméstico? Se precisares de contar um bocadinho da tua vida antes de conheceres o Sindicato, pode ser uma maneira de integrar a conversa.

HF: *Vou fazer uma introdução.*

P: Fazes como quiseres. Estás à vontade, fazes de conta que não está a ser gravado e fala, aquilo que estiver na tua memória sobre o Sindicato e, depois vamos falar da Cooperativa.

HF: *Tudo começou pelo Sindicato. Ora bem, eu comecei a trabalhar aos oito anos, primeiro na aldeia. [Interrompo: aonde?], aqui na minha terra em casa dos patrões, depois aos 14 anos, fui para Lisboa sempre como empregada doméstica.*

P: Então não frequentaste a escola?

HF: *Andei na escola, e já na casa dos patrões, fiz o exame da 3ª classe, depois aos 12 anos a 4ª classe e aos 30 anos fiz o 6º ano, fiz também o curso de dactilografia, sempre como empregada doméstica. Fui servir aos 8 anos, porque era a mais velha de 10 irmãos e foi a necessidade que me obrigou a ir trabalhar, os meus pais viviam muito mal trabalhavam no campo.*

Entretanto, deu-se a revolução do 25 de Abril, eu encontrava-me em Lisboa interna e, quando tive conhecimento que algumas colegas se estavam a organizar e que tinham uma sede no Carmo, em Lisboa, eu procurei onde era esse sítio e fui lá. Aí contactei algumas colegas de Lisboa e do Porto, e comecei a pagar uma cota de 10\$00, e a participar em Assembleias, reuniões. Passado algum tempo de ser associada, começamos a lutar por um Estatuto para ser aprovado. Depois vieram as eleições passei a ser dirigente sindical. Nessa altura trabalhava interna. Entretanto nesse meio tempo pensou-se numa Cooperativa. Conheci o Sindicato, porque conheci alguém que se estava a organizar, pois eu não pertencia

a nenhum organismo católico. Ouvi dizer na rádio, o «cantosito» onde estava a funcionar provisoriamente e fui lá ter. Fui convidada para fazer parte dos órgãos sociais da 1ª lista.

P: Lembras-te qual era o teu cargo?

HL: *O meu cargo era secretária da Direcção e delegada sindical ao mesmo tempo. Aos domingos, era a minha folga e, eu ia para os bairros de Lisboa, bairros de lata. Corri esses bairros, ainda me lembro de alguns bairros: O Bairro da Belavista, das Galinheiras, um para os lados de Belém.*

P: Eram as zonas que tu conhecias, porque trabalhavas para aqueles lados?

HF: *Não, eu não conhecia muito bem, nós íamos à procura de encontrar sobretudo mulheres-a-dias. Eram bairros muito pobres, sobretudo eram cabo-verdianas. Eu nessa altura trabalhava na estrada de Benfica.*

P: Então tinhas um trabalho árduo?

HF: *Nessa altura nós só tínhamos folga ao domingo de tarde e, essa tarde era para esse trabalho de delegada sindical. Dirigia-me ao sindicato e íamos. Isto até se iniciar a Cooperativa. O Sindicato era a nível nacional e, em Lisboa era a Sede. Havia colegas no Porto, Évora, Coimbra e outras zonas também a trabalharem como delegadas sindicais. Pensamos na Cooperativa, juntamo-nos cinco pessoas para fazer os Estatutos e legalizar a Cooperativa. Descobrimos uma casa que estava abandonada e no Porto também conseguiu uma casa abandonada e, foi assim que conseguimos criar postos de trabalho. Abrimos restaurantes, lavandarias, creches, trabalho ao domicílio: em empresas, escolas e casas particulares e, assim fomos crescendo, conseguindo postos de trabalho para empregadas domésticas.*

P: Sabes mais ao menos quantas? Lembras-te?

HF: *Nacional não me lembro, mas em Lisboa éramos vinte e tal pessoas. Tínhamos na lavandaria duas, na creche, também no início eram duas, no refeitório para aí umas quatro, nos serviços ao domicílio eram várias. O Sindicato coexistia ao mesmo tempo. Nós todas éramos patroas, pois era uma cooperativa não havia patrões, de qualquer forma tínhamos que reunir, o que fazíamos todas as semanas, todas as cooperadoras, porque não éramos empregadas, reuníamo-nos para distribuir os trabalhos. Ao mesmo tempo a cooperativa era o suporte para o Sindicato. O Sindicato tinha umas cotas pequenas, e a Cooperativa contribuiu para que o Sindicato pudesse ter um advogado, uma secretária a tempo inteiro, depois chegamos a ter duas funcionárias, isto na Sede, não falando nas Delegações, e chegamos a ter milhares de sócias.*

P: Então se havia milhares de sócias e não conseguiam aguentar o Sindicato?

HF: *Não, porque a cota era pequenina, os ordenados eram miseráveis e não podiam pagar uma cota grande.*

P: Mas depois as empregadas domésticas começaram a ganhar melhor?

HF: *De qualquer forma foi muito difícil aguentar, se não fosse a ajuda de quem trabalhava na Cooperativa e, ao mesmo tempo, ajudava no Sindicato. Para mim, a Cooperativa nasceu do Sindicato, foram as mesmas pessoas, mas a Cooperativa é que apoiava o Sindicato. O suporte do Sindicato foi as pessoas que estavam na Cooperativa, que voluntariamente trabalhavam no Sindicato. Porque havia pessoas a trabalharem a tempo inteiro no Sindicato e, quem suportou o ordenado delas foi o trabalho na Cooperativa, porque as cotas não davam para pagar o ordenado a essas pessoas. Isto até determinada altura, depois mudou, mas foi por pouco tempo.*

P: Não percebi, mas depois já havia dinheiro para o Sindicato se aguentar ou não?

HF: *O Sindicato não conseguia, porque as pessoas só se dirigiam ao Sindicato quando tinham problemas, nós dirigentes sindicais e delegadas sindicais íamos de porta a porta, receber as cotas, só que era muito pouco e, tinham as cotas em atraso. Nunca levou a que o Sindicato tivesse um suporte financeiro para poder suportar todas as despesas que o Sindicato tinha. Pagar ao advogado para tratar dos processos, porque a Intersindical nunca nos deu um apoio muito grande a nível administrativo. Houve uma altura que nos deu um apoio muito relativo. Chegamos a ter para pagar a uma funcionária. Mas para pagar ao advogado e à dirigente sindical que esteve a tempo inteiro alguns anos, o suporte era a Cooperativa.*

P: E a nível de aprendizagens dentro do Sindicato o que pensas? Aprendeste ou já sabias alguma coisa?

HF: *Eu quando fui para lá era uma autêntica tapada, não sabia nada, não sabia nada de nada.*

Embora antes do 25 de Abril, já havia algumas que eu conheci e, que já estavam organizadas a lutar pelo direito à segurança social e, eu aí já percebia alguma coisa. Mas muito relativo. Eu fui muito às escuras. Quando se deu a Revolução, há que abrir os olhos e eu abri. E foi a partir daí, que eu comecei a abrir os olhos e comecei a lutar.

P: Se, entendo bem, foi com as outras colegas que começaste a lutar?

HF: *Isso também fez uma revolução na minha vida. Levou-me a sair da casa dos patrões e fui para a Cooperativa, mesmo sujeitando-me a outras condições. A viver até em piores condições, mas sujeitávamo-nos, porque era o que nós queríamos era libertarmo-nos dos patrões, nós éramos escravas dos patrões. Queríamos ser como os outros trabalhadores, ter um horário de trabalho, ter um ordenado mínimo nacional, ter segurança social. E a pouco e pouco fomos tendo essa consciência e evidentemente que isto foi uma aprendizagem*

tremenda, foi um crescimento. Lembra-me quando foram as eleições, eu de um momento para o outro abri os olhos. Não sabia nada, não havia funcionária no Sindicato, nós fazíamos a administração, nós escrevíamos, inclusive escrevíamos cartas para a Assembleia da Republica, nós íamos à Assembleia da Republica, uma simples empregada doméstica, eu cheguei a ir sozinha. A ser recebida pelos secretários de Estado do Trabalho e membros do Governo. Quem diz eu, diz outras também.

P: Pois é isso. Gostava que descrevesse, aquilo que tu eras e aquilo em que te tornaste com pormenores. Os teus cadernos aparecem com as datas das reuniões. A preparação, a ordem de trabalhos.

HF: *Ninguém me ensinou a fazer isso, inclusive, nós não tivemos ninguém que nos sugerisse. Eu não sei se fui eleita secretária, por ter jeito para a escrita. Eu achava que não sabia nada, foi aí que eu cresci muito, foi quando me foi dito tu tens de fazer as actas das reuniões. Eu tirava os apontamentos, depois fazia um resumo e na reunião seguinte lia esse resumo, para ver se concordavam ou não, se as decisões tomadas tinham sido aquelas ou não. Depois essas ditas actas eram escritas num livro, que é oficial, provavelmente esse livro há-de existir em qualquer sítio, penso que não devia ter sido destruído, o livro de actas. Mas esse livro era oficial. Era com a minha letra, eu é que passava, ninguém corrigia, chegava à reunião era lido e aí as minhas colegas diziam se estava correcto ou não ou se teria de fazer alguma modificação. Nós aprendíamos umas com as outras. Eu passava ao livro oficial e era assinado. Isso foi uma coisa que me exigiu bastante, porque algumas pessoas foram ver esse livro, e ficaram admiradas, mas foste tu que escreveste este livro, estas actas, mas fostes tudo que resumiste isto. Realmente uma simples empregada doméstica, coitada, andou na escola, mas valha-me Deus. É das tais coisas deram-nos um à vontade e a gente sentiu-se fora dos patrões, sentiu-se, quero dizer nós não precisávamos de professores, nós aprendíamos tudo. Nós fazíamos ofícios para ir para a Assembleia da Republica, antes da Assembleia da Republica era o Conselho da Revolução. Eram os militares que faziam parte do Governo, isto era em Belém, ainda tenho na minha cabeça, a Revolução foi em Abril de 74 e eu fui lá em Janeiro de 75. Isto há 31 anos. Tenho ainda umas lembranças. Lutamos, muito, porque ainda por cima surgiu o Sindicato paralelo da Santa Zita, e toca a lutar para que o nosso Sindicato fosse aprovado. Primeiro foi o delas, mas nós entendíamos que o nosso é que era correcto, porque elas defendiam os patrões e não os trabalhadores, isto foi um crescimento do dia a dia. A gente, cresceu, cresceu, realmente dava-nos gosto, porque quanto mais nós andávamos mais vontade tínhamos.*

Quanto mais andávamos, mais queríamos ir para a frente e, quando nos «encravavam» a gente ia à intersindical, mas nós éramos umas simples empregadas domésticas, éramos umas criaditas e, para eles não íamos muito aquém.

P: E não vos davam apoio?

HF: *Era mais a nível governamental, se queríamos ir pedir uma audiência à Assembleia da Republica, qual seria a melhor maneira, mas no fundo nós é que dávamos a cara, é que tínhamos de andar para a frente. Nunca ninguém nos acompanhou, nem a intersindical, nem nos faziam os documentos. Apoiaram-nos mais tarde na altura do Congresso, aí sim. Até aí, quem fez o Sindicato e lutou fomos nós.*

P: Mas podias falar do Congresso?

HF: *A preparação do Congresso foi durante um ano. Nós andamos um ano num curso de preparação, em pequenas reuniões com as delegadas sindicais, por todo o lado. Nessa altura do Congresso já havia uma lei, já tínhamos conquistado algumas regalias mas, não todas as que queríamos.*

P: Tu fizeste parte da organização do Congresso? E também fizeste uma intervenção em público? Lembras-te do título da tua intervenção?

HF: *Eu não estou recordada, mas penso que também guardei esses documentos. Eu penso que tenho alguma coisa ainda. Foi pena neste meio tempo, penso que tenho uma pasta, mas não sei aonde. Aliás no livro de actas devem estar as reuniões que fizemos e as intervenções que fizemos. Eu penso que sim. Estava tudo arquivado*

P: Há uma parte da preparação do Congresso que até foi realizado na tua aldeia?

HF: *Exactamente. Juntamo-nos a nível nacional e realizamos lá um encontro.*

P: Tenho os teus apontamentos. Não tenho é as intervenções que se fizeram no Congresso. Só tenho a minha, mas não tenho de mais ninguém. Falta essa pasta. Depois vieste para o Porto? Foi por algum motivo?

HF: *Eu não fui para o Porto. Eu vim para a aldeia, porque estava tão cansada que já não tinha condições para continuar a trabalhar no Sindicato. Estive um ano e, depois ao fim de um ano fui trabalhar para o Porto. Só depois continuei a ser delegada sindical e pertencia ao Conselho Fiscal. E aí comecei a fazer trabalho sindical nos Bairros do Porto com a (IS e a MG). Mas nessa altura, voltei ao antigo. Vivia em casa dos patrões, mas não a trabalhar na Cooperativa, estive como interna.*

P: Fui trabalhar e deixei de ser cooperadora.

HF: *Eu em Lisboa vivi poucos meses na Cooperativa, fui para um quarto. Trabalhava na Cooperativa, depois ia fazer limpeza nas escolas e depois ainda fazia trabalho sindical. Naquela altura, a gente era nova, mas também tinha muita vontade. Eu deitava-me às 2 h da manhã e às seis da manhã já estava a pé para ir limpar as escolas, antes de abrir. Ainda aguntei 3 anos, por isso é que surgiu o que surgiu, apanhei um esgotamento e vim para aldeia, isto por ter a responsabilidade de dirigente sindical, delegada sindical e a trabalhar na Cooperativa. Uma vez por semana, reuniões no Sindicato, uma vez por semana na Cooperativa, éramos as mesmas pessoas, suporte do Sindicato e suporte na Cooperativa, era uma vontade que não tem explicação. Eu agora quando me lembro, pergunto como é que eu*

tinha tanta energia, como é que nós tínhamos? Trabalhava com muito gosto. Quando a (FA) que era a funcionária, chegava à 2ª.feira dizia, ai (HF), ai (HF), tenho cotas para apresentar, esclarecer as colegas e receber cotas. Passava fins-de-semana por lá, sem comer, de qualquer maneira, mas dava-me tanto gosto. Foram anos assim, que funcionou. Por isso eu digo: não foram os partidos, não foi nenhuma organização, fomos nós que nos organizamos, com a vontade que tínhamos de uma sociedade diferente. Graças a Deus que hoje as empregadas domésticas estão noutras condições, mas levaram uma vida dura. Hoje vão para casa dos patrões, mas é diferente do que nós passamos e, já ganham bem e têm direitos. É pena, não se ter continuado, mas as pessoas começaram a estar melhor, as que trabalharam cansaram-se e as que não trabalharam não se meteram no barco acomodaram-se. Algumas trabalharam para que agora elas tenham outras condições. As ideias ficaram.

P: Estávamos a falar. Tu estavas a dizer. Tu vieste para a tua terra e continuaste a ser delegada sindical. Agora estás de novo na tua aldeia. Passado estes anos, que leitura fazes daquele tempo para a tua pessoa? As empregadas domésticas aprenderam muita coisa de serviços na casa dos patrões, mas tiveste outras aprendizagens no Sindicato?

HF: *Isto é, eu tinha aprendido a servir, mas por exemplo de escritório era uma tapadinha. Foi a nível cultural?*

P: O que te faz hoje sentir-te uma mulher diferente?

HF: *Eu se não tivesse aprendido mais e, se não tivesse passado o que passei. Enquanto eu tenho mais facilidade em compreender as outras pessoas, compreender a vida operária como as doutras profissões, porque para todos os efeitos isto foi uma escola. Foi uma Universidade completa: teoria, prática e foi um estudo mais na prática porque é a prática que nos dá essa teoria.*

P: Escreves hoje melhor?

HF: *Eu não escrevo melhor, o que eu pus foi a minha cabeça a funcionar que até aí não funcionava, aí é que eu acho a diferença. A minha cabeça pensa. E consigo expor a minhas ideias*

P: logo escreves melhor. Assim como falas melhor, também escreves melhor. Eu ao ouvir-te falar do teu patrão e das sugestões que lhe deste quanto aos horários, por exemplo, agora no teu trabalho no Supermercado, como encarregada da limpeza, fico espantada.

HF: *Exactamente. Eu tive capacidade para fazer o horário, o que o meu patrão nunca foi capaz de o fazer tão bem como eu. Estou a orientar o serviço de limpeza, mas não é só esse facto, é descobrir que de repente há um sector que precisa de meu apoio e de momento, espontaneamente, sem ser mandada, deixo isto que estou a fazer, para mais logo e avanço*

para um serviço, que deve ser de imediato. Vou deixar este serviço, o importante é discernir isto...sem esperar que nos digam.

P: Os teus irmãos foram estudar?

HF: *Não foram até à 4ª classe. Eu fui até à 3ª classe tudo o que aprendi foi por minha conta e mais tarde.*

Fiz o curso de dactilografia antes, mas pratiquei muito, porque eu não fazia nada, e foi no Sindicato que ganhei prática e hoje se não faço outras coisas é porque não me dão oportunidade. Eu poderia fazer outras coisas. Por isso não estou arrependida, porque não me considero uma professora mas considero, que ganhei conhecimentos e, não estou arrependida, porque ajuda-me e ajudo os outros.

P: Tinhas dificuldades, adquiriste determinadas faculdades e depois ao sair perdeste-as?

HF: *Essas capacidades que adquirir não as perdi, só que não tive oportunidade de as exercer. De continuar a pôr em prática. Quando eu falo com alguém, por exemplo no meu trabalho com a doutora, ela não sabe o que é uma acta por exemplo. Ela perguntou-me o que era.*

Eu sei escrever, sei tirar apontamentos, escrever uma carta por exemplo para a Segurança Social, só que não tenho computador, faço o rascunho e peço que me passem ao computador.

P: Porque não continuaste a estudar? Não tiveste oportunidade?

HF: *Eu tirei o 6º ano numa brincadeira, na aldeia, fui acompanhar umas mocinhas, porque era de noite e longe e até achei interessante. Foi no intervalo, quando fui entre 80 e 81 para aldeia. Eu pensei, que não ia a lado nenhum. Mas já tinha a bagagem e fiz dois anos num. E já fui fora de época e tinha 33 anos.*

Se tivesse feito aos 25 anos tinha-me valido muito porque tinha entrado para os correios, na altura era o 6º ano, mas como estava no serviço doméstico, não me deixaram estudar à noite. É por isso que eu conto a minha experiência aos jovens.

P: Na Cooperativa o esgotamento seria só pelo cansaço ou por conflitos?

HF: *Ora bem. Por aquilo que vi, o meu empenhamento foi demasiado. Mesmo uma pessoa com mais capacidade intelectual estourou mais depressa do que eu. Eu acho que foi demasiado empenhamento em duas organizações. Ora bem a dificuldade para mim foi nós estarmos a crescer e ao mesmo tempo estarmos ajudar outras pessoas a crescer como nós é complicado, porque na verdade nós também estávamos a crescer, também isso foi motivo muito forte e na verdade nós estávamos as mesmas pessoas numa organização e noutra, porque se calhar se nós estivéssemos ou na Cooperativa ou no Sindicato eu penso que as coisas não seriam assim. No fundo os conflitos que aconteceram na Cooperativa, não eram das pessoas que trabalhavam na organização. Eram pessoas que iam para lá dormir quando ficavam desempregadas e não queriam trabalhar. Em Lisboa, a única pessoa que trabalhou lá e vivia lá algum tempo foi a (SV). Eu não sei se elas eram sócias da Cooperativa e mesmo do Sindicato. Não conseguiram entrar no espírito da Cooperativa, o objectivo delas era o alojamento e não trabalhar e nós insistíamos que para estarem na organização tinham de*

trabalhar e elas não queriam. Nenhuma dessas pessoas trabalhava, eram externas. Nós trabalhávamos e íamos para o nosso quarto ou casa. Mas o ir para o nosso quarto também nos ajudou muito, porque se vivêssemos lá não aguentávamos, não tínhamos capacidade. A CR viveu lá algum tempo mas também saiu, porque não se aguentava. As cooperadoras, trabalhavam e não havia conflitos. Isto no fundo viver lá, era manter a mesma situação que se vivia em casa dos patrões, não ter o nosso espaço.

Estar a viver no local onde se vivia os problemas, a nossa cabeça esgotava, não íamos a lado nenhum.

P: O grupo iniciador é que levou à decadência da cooperativa?

HF: *Eu não digo que fomos nós que destruimos aquilo que construimos. Nós, o que não conseguimos foi apanhar outras pessoas que nos seguissem. O barco era demasiado grande, para que nós conseguirmos preparar outras pessoas. Entretanto o tempo foi passando, as pessoas foram-se acomodando, a vida também mudou, mesmo politicamente. E as ideias delas também, porque a vida foi ficando melhor, daí que o Sindicato, não teve outra saída se não a fusão, ainda que eu não estivesse de acordo. Mas as primeiras pessoas já estavam cansadas. Mas também não houve pessoas que sentissem o nosso cansaço e vissem nós temos de as seguir.*

P: Tu estiveste até à fusão.

HF: *Praticamente estive, mas já no Porto. Já na altura, quando a (IS) adoeceu, já se falava na fusão com o Sindicato dos Porteiros, isto foi a nível nacional.*

P: Porque é que a maior parte das coisas do Sindicato ficaram lá.

HF: *Vamos lá ver, a Cooperativa continuou. O conhecimento que eu tive, eu perguntei quando fui a Lisboa, à (JF), uma vez que vi os documentos, pastas de arquivo que não estavam protegidas. Porque foi a fusão feita. E ela disse, eles vieram aqui e escolheram o que queriam e disseram que isto não lhes interessou. A partir daí não sei o que se passa.*

P: Mas a (JF) estava lá a viver?

HF: *O que ela me disse foi que não estava a ganhar. Quando a (CF) terminou e assinou a fusão. Penso, ela é que devia ser entrevistada, não sei se ela assinou, ou se foi a nível intersindical, porque parece que houve interferência da intersindical. Eu já não estava, eu ainda estive no último mandato, mas já não estava a (FT), empregada do escritório só estava a (CF) que era Dirigente Livre.*

P: Quando fui lá tentei falar com a (JF) e tentei realmente saber onde é que estavam as nossas actas que eram oficiais e isto tem que existir. Tentei mas ela, não quis e a Maria Emília já estava muito mal. E da Cooperativa, tu saíste?

HF: Mas sei, que continuou a creche, mas já não é Cooperserdo é Cooperberço. Mas já não estou actualizada.

P: Enquanto estiveste, como era a tua relação com as pessoas com que iam lá almoçar, os pais das crianças, os patrões quando ias ao domicílio? Qual a diferença entre a tua relação no tempo é que estavas interna e a que tinhas como cooperadora?

HF: Claro, iam lá comer trabalhadores. Eu aí já me sentia num estado diferente, não era mais empregada doméstica, eu era cooperadora. Não era patroa, mas não tem nada a ver. Uma coisa é estar debaixo do domínio do patrão, outra coisa é estar liberta. Ali ninguém estava oprimido. Nós tínhamos autonomia por isso é que reuníamos uma vez por semana e as decisões que tomávamos era em conjunto. As relações também eram diferentes, primeiro porque não estávamos oprimidas, a começar por aí, segundo porque estávamos a prestar um serviço, nós não éramos criadas nem empregadas domésticas, nós estávamos a prestar um serviço aos outros.

P: Vocês deixaram de ser empregadas domésticas?

HF: Deixamos a casa dos patrões, prestávamos um serviço uma vez que fazíamos serviço ao domicílio, como se estivéssemos numa empresa, só que era diferente, porque todos os lucro que houvessem eram para nós e na empresa não é, é para o patrão. Cooperar é uma coisa, ser empregada é outra.

P: Vocês tiveram formação?

HF: Pois eu acho que essa formação foi muito pouca. Fomos construindo a pouco e pouco. As formadoras fomos nós, que nos formamos umas às outras. Nós não tivemos formadores. O que eu acho daí a nossa dificuldade, em não aguentar o barco muito mais anos, foi de quem sabia pouco, nós não sabíamos nada e ainda ajudar os outros às apalpadelas não é fácil. Os conflitos também ajudaram a que a gente se destruísse. É que nem todas as pessoas foram humildes. Algumas pessoas ao saírem de casa dos patrões acharam-se muito importantes. Eu não me considero muito importante, eu deixei de ser empregada domésticas e passei a estar ao serviço dos trabalhadores.

P: Mas a ideia da reconversão da classe, foi que levou a instituir a Cooperativa?

HF: A ideia que eu percebi desde o início era trabalhar ao domicílio, sermos trabalhadoras como qualquer outra, ter um horário de trabalho. Ali não havia patrões. A entidade era a Cooperativa, não as paredes mas as pessoas.

P: Quando era criada sentias pessoa?

HF: *Claro que não eu só me comecei a sentir pessoa, quando realmente entrei numa sociedade diferente. Até ali senti-me uma escrava. Depois deram-me uma oportunidade de crescer, de pôr as minhas ideias, não só crescer mas ajudar as outras pessoas a crescer, porque isto é assim: há pessoas pelo facto de serem tapadas, mas há algumas pessoas que não são, têm dificuldade em expor as suas ideias.*

Há também um caso que a minha experiência me diz, é que aquelas pessoas que têm muita facilidade de expor ideias não conseguem pôr na prática. A experiência dizia: “quem de dera a cabeça de fulana em determinada pessoa e a vontade da outra na que tinha boa cabeça, porque havia pessoas diferentes, que iam para as reuniões com óptimas ideias, mas não passavam do papel e havia outras que as ideias não conseguiam sair, mas tinha mais capacidade de pôr na prática”.

P: Mas isso podia ser um complemento, uma teórica e outra prática.

HF: *Sim podia ser um complemento, mas isso foi uma das coisas que eu estou a dizer, que da parte da Direcção deu maior conflito. Eu, estou a dizer que tive muita dificuldade, no último mandato, porque havia uma pessoa que era mais exigente e havia outra, que tinha as ideias óptimas, mas chegávamos à reunião seguinte e não tinha feito nada. Também foi essa parte que foi muito complicado e eu no fim era o bode expiatório entre duas dirigentes. Como não conseguiam resolver os conflitos, porque chegavam ao domingo e não queriam pôr as perninhas na rua a trabalhar. E chegar ao domingo e dizer: fiz isto, aqui estão as cotas, fiz uma reunião foi complicado. No último mandato que eu estive, eu era a secretária. A CR foi a primeira e a segunda foi a CF, mas já ficou sozinha.*

P: Então tu tiveste dificuldade com elas.

HF: *Eu não tive nenhum problema, eu tive dificuldade em as aturar. O problema era entre elas. Eu era o suporte entre elas. Eu tinha de as acomodar. Porque para se funcionar numa reunião, desde que fui secretária foi sempre muito complicado. Mas a CF era muito teórica e a CR era a Presidente e não queria só teoria. Valha-me Deus também queria prática. E daí as coisas foram funcionando, mas eu tentava acalmar as duas. Quer nas questões do Sindicato quer da Cooperativa. Ouvia uma, ouvia a outra e tentava aclamar ambas. Mas ainda hoje eu tenho esse feitio. Quer dizer sempre a deitar água na fogueira, mas isto destrói, isso é complicado.*

P: E com outras pessoas mais intelectuais que passaram pelo Sindicato e pela Cooperativa.

HF: *Eu intelectuais, a única pessoa que eu conheci foi a HN, que não era empregada doméstica e a LV, embora eu me desse com elas, eu nunca as vi a trabalhar.*

P: Mas eram intelectuais, pensavam?

HF: *Mas eu nunca vi nenhuma fazer um sacrifício.*

P: E a nível de ideias.

HF: *Eu acho, que na Cooperativa a LV. Quanto ao Sindicato houve quatro pessoas a (CR, CF, HF, ME).*

P: Mas ajudaram ou não?

HF: *Não houve interferência. A 5ª pessoa queria impor a sua ideologia política. Nós nunca aceitamos a ideia dessa pessoa. Porque não foi com esse objectivo que nós nos juntamos, foi com a ideia de ajudar as trabalhadoras, não foi para satisfazer partidos, nem estar ao serviço dos partidos, tanto que ela acabou por se retirar. Depois continuamos as 4 pessoas. O outro mandato foram outras pessoas, mas como essas pessoas não estavam devidamente esclarecidas e preparadas também funcionou minimamente. No fundo o suporte era a CF, que era dirigente livre.*

P: Ela fez Cursos de alfabetização?

HF: *Os cursos de alfabetização foi no meu tempo, isso não tem nada a ver. Isso ainda foi no meu tempo. Ela? Eu estou lembrada que fomos nós, na Sede que promovemos os Cursos de alfabetização na nossa Sede. Mas houve cursos de alfabetização.*

P: Para quem foi?

HF: *Foram para as empregadas domésticas e mulheres-a-dias, embora entrassem outras mulheres. Estou recordada que a CF andou a fazer um inquérito naquela zona e depois foi lá que se eram as aulas.*

P: Quem é que vos preparou?

HF: *Eu só participei no levantamento, mas não estive nos cursos. Eu era mais para as bases. A CF tinha ideias e ia mais para a teoria, ia mais para a frente. Quando andámos a fazer esse trabalho que foi à noite, mas mais para a frente não sei.*

P: Não houve ajuda de outras pessoas?

HF: *Nós tivemos lá muitas mulheres estrangeiras, mas a única pessoa que eu me lembre foi a LV. Mas atenção ela esteve lá, mas não era da Direcção, nem de grupos de mulheres.*

P: Mas aparecem muitos documentos sobre as mulheres.

HF: *Aparecem mas atenção, éramos nós que íamos às reuniões, à Intersindical do grupo das mulheres. Exactamente. Eu própria, tenho uma gravação que foi feita por uma mulher que veio lá do cabo do mundo e como era eu que estava, foi a mim que ela gravou. Ela gravou a minha entrevista. E quem pediu à jornalista a entrevista foi o OL. Mas isso aconteceu muitas vezes, vinham muitas pessoas ver a nossa experiência e faziam entrevistas para outros jornais mesmo do estrangeiro, vinham pedir ideias, mas nunca nos ajudaram em nada. Nós tivemos visitas e demos muitas entrevistas. A única coisa que eu me lembro foi umas Feministas, que vieram da Holanda e andaram a arranjar o telhado e no Porto também.*

P: mas há muita correspondência do estrangeiro.

HF: *É provável, nós tivemos no Congresso, representantes de muitos países do estrangeiro, tivemos muitas visitas. Nós tivemos, mas a nível de virem buscar a nossa experiência.*

P: Nenhuma de vós chegou a ir ao estrangeiro?

HF: *A CR foi mas não teve nada a ver com o Sindicato. A CR foi e a CF. Elas foram como dirigentes sindicais mas a convite da Intersindical, representar a Inter, que eu me lembro, porque nós aderimos à Inter. Isto é a direcção foi convidada para ir ao Canadá, e a outro lado. E tinham de intervir.*

P: E quem fazia as intervenções.

HF: *Éramos nós. Nós como eu digo éramos umas tapadinhas, mas tentávamos comunicar. Lembro-me de sermos convidadas para um Encontro da Juventude, nós éramos jovens. E disseram então vai a HF. Coitada da HF nunca se tinha visto em tal coisa, mas como tínhamos de nos inscrever. A certa altura disseram o meu nome porque era a vez de eu falar. E eu fui dizer, quem era. E depois fizemos intervenções em vários locais. Eu lembro como nós éramos pequeninas, quando havia eleições mesmo nos outros sindicatos, nós íamos representar o nosso. Eu tenho fotografias na tomada de posse do Sindicato, onde está agora o nosso Sindicato na Portaria e Vigilância.*

Anexo A: nº11

Entrevistada Inácia Quintas

Évora

As iniciadoras do SSD foram em Évora: (IQ, ML, AD, GS).

P: Do que é que te lembras do SSD

IQ: *A CR, não sei por intermédio de quem organizou uma reunião em Évora e a GS também lá estava. A gente estava naquela assembleia as coisas começaram a andar. Mas eu, antes soube de que havia uma Assembleia ou reunião ao pé do Quartel do Carmo, onde se deu o 25 de Abril, em Lisboa, que era na JOCF, na Rua da Condessa. Eu apanhei um papel e agarrei a camioneta e fui para Lisboa. Fui sozinha à procura daquele endereço, quando lá cheguei aquilo estava fechado e vi uma senhora que entretanto chegou à porta, e não falávamos uma para a outra. Estávamos à espera que abrissem a porta, entretanto vim a saber que era a MA. Aquilo foi uma grande Assembleia, foi de tal forma que até teve baile e tudo. Era uma grande iniciativa, todas cheias de alegria e todas jovens que até acabou com todas a dançar.*

P: Ainda eras solteira?

IQ: *Era e fui. Eu vim para a Falagueira tinha 17 anos, interna. Eu sou duma aldeia quando se vai para Reguengos a 25 km. Eu trabalhava no campo e tinha uma prima a trabalhar aqui na cidade de Évora, e a gente escrevia-se. Naquele tempo não havia telefone. E então eu disse-lhe que gostava de vir trabalhar para a cidade e então ela fazia umas costuras lá para aquela senhora. Era uma quinta, que as pessoas gostavam muito de ir visitar, e que agora é do Estado. Ela falou lá com a senhora e eu fui para lá com 17 anos e saí com 25 anos. Depois dali fui para outro lado.*

Depois soube do meu marido, naquele tempo os rapazes estavam no Ultramar e a gente escrevia aerogramas e escrevia-se para a revista Crónica Feminina. E eu comprava todas as semanas, aquela revista. Depois passou para a Maria. Eu apanhei a direcção daquele rapaz e como dizia que ele estava preso, então eu comecei a escrever para ele, como era de Évora, e ele respondeu-me, a dizer que estava preso. Um dia como era toda aventureira, assim como me meti na camioneta e fui a Lisboa à reunião, também fui ter com ele à prisão, ele estava em Santarém. Comecei a falar com ele e acabei por me casar com ele, no presídio de Santarém. Assim começou a história da minha vida. Foi nessa altura que eu fui para Lisboa e ia lá vê-lo. Depois ele saiu e estivemos algum tempo num quarto e viemos para Évora. A CR esteve a fazer uma grande Assembleia, na FNAT, que hoje se chama INATEL e foi quando se sentiu a necessidade de arranjar uma casa. Nós estávamos numa casa, mas nós sentíamos necessidade de fazer reuniões e de um espaço para reunir e aquela casa estava aberta. Nós tínhamos lá as nossas coisas, papéis, pá, vassoura, mas no dia seguinte já não havia nada. Então pensamos naquela casa onde ainda hoje estou a trabalhar, que é a Coperberço. Reunimos e o que ficou visto no fim daquela Assembleia era que íamos naquela noite ocupar aquela casa e qual não foi o nosso espanto quando a gente foi à cozinha estava uma grande mesa para um casamento, perus num alguidar, garrafas de vinho, etc. Vieram os militares

que faziam a cobertura, veio a polícia. Mas os militares davam cobertura, a GS é que estava à frente e foi quem esteve mais tempo. Os do casamento assim que souberam da ocupação, como é uma cidade pequena, sabe-se tudo, então foram tirar as coisas do casamento. Agarraram nas coisas e levaram tudo. Depois ainda correu o boato que nós tínhamos açambarcado tudo, mas ninguém tocou em nada. Nós tínhamos a parte do quintal, e há coisas que se fazem como nós tínhamos lá a MR que também era sócia do Sindicato. Havia uma senhora que era a BV que morava nas Alcáçovas e queria vir cá com dois filhos e a gente cedeu o espaço e o quintal à MR. Depois fez-se o acordo com o senhorio. Ainda estivemos dois anos, sem fazer acordo, sempre a teimar ele não queria fazer acordo, mas ele não tinha lá nada. Apenas uma secretária com papéis. Fizemos tantas tentativas, até que conseguimos um acordo com uma renda actual e pagámos um mês do tempo de ocupação atrasada. Entretanto ele queria vender a casa e nós não tínhamos dinheiro. Quem comprou foi um senhor que era vendedor de peixe, que eu não sei se ainda mora no mesmo sítio. Morava no bairro da Sra. da Glória e era o nosso senhorio. Depois esse senhor também quis vender a casa. Então nós conseguimos através do Centro Regional, um dinheirinho que era do PIDAC, que tinha de ser gasto até ao fim do ano e compramos a casa por 6.000 contos. Naquela altura foi barata, mas estava muito velha, mas aos poucos fomos restaurando, nada é como dantes.

Há ali uns quintais pegados mesmo à nossa casa e então a nossa ideia era avançarmos mais, para fazermos um berçário novo, um escritório novo, fazer uma sala para os meninos brincarem, quando está a chover e não podem vir para o quintal. O projecto já está pronto, mas isto tem mudado tanto com os governos e não sei, era para os tempos livres. Mas ultimamente não estamos a ver se será muito viável. Porque aqui, dantes não havia e agora bem perto já há muitos A.T.L. onde os meninos vão comer. E que não pagam ou pagam pouco. De maneira estamos assim, e também não temos dinheiro, e ao menos se arranjássemos o quintal, os meninos tinham muito espaço. Agora está em banho-maria, na altura era possível, de momento não temos dinheiro para avançar.

P: Tu começaste com o Sindicato e naquele tempo fazias parte dos corpos sociais ou não?

IQ: *Tive uma altura que pertencia, ainda fiz algumas. Eu era delegada sindical. Lembro-me de andarmos a fazer entrevistas na rua. Eu, a Adriana, a Luísa e já a Lurdes, chegamos a estar na Praça de Geraldo, a Câmara a vender cervejas e todo o dinheiro que apuramos era para o Sindicato. Estive sempre ligada ao Sindicato. Quem estava ligada ao Sindicato, era a Arminda, que morava na Araruja. E lá em cima ficava o Sindicato. E cá em baixo abriu-se o refeitório da Cooperativa. Depois deixamos de saber dela. Mais tarde é que soubemos que ela tinha casado e só agora é que a encontrei naquele que fizemos dos 25 anos. Na Cooperativa não ficou nada, mas se houvesse alguma coisa, foram para o lixo. E aconteceu que aqui estava tudo ratado e quando utilizamos aquele espaço foi tudo para o lixo.*

P: E agora se as pessoas têm algum problema onde se dirigem?

IQ: *Não me perguntes que eu não sei. Talvez ao Tribunal ou então ao Ministério do Trabalho, mas tem um outro nome. Eu não sei estou convencida que não há nada. Penso que vão à Inspeção de Trabalho.*

P: Uma das coisas que gostava de te ouvir era sobre as tuas aprendizagens, durante todo este tempo?

IQ: *A gente aprende, aprende sempre. Eu já era cozinheira. Aprendi a falar com as pessoas de outra forma, como se faz uma reunião, como se faz uma acta. Mas agora tenho feito alguns cursos de formação. Eu gosto de participar, uma vez é com estatísticas, outras vez slides, a nível de saúde.*

Eu sinto uma outra pessoa, desde que avancei por este caminho. Eu já tive boas propostas de emprego e até quando o meu filho quando estava no Hotel D. Fernando chegou-me dizer, que podia ir para lá ganhar bem. Mas ali, houve tempo em que se cozinhava para os trabalhadores que eu cozinhava ao meio-dia e à noite e o meu filho era pequeno. Mas eu estava dentro de uma luta que eu não queria deixar, nesse momento não era o dinheiro que contava, ainda que eu precisasse, o que contava era a minha luta e hoje as pessoas não sentem o que a gente passou, eu e a AD. No princípio deu dinheiro, mas ultimamente a gente queria fazer a comida e o pouco que ganhava comprava a comida para fazer ali com o meu próprio dinheiro, até que fechamos o refeitório. Fizemos alguns serviços ao domicílio. As empresas, que hoje se criam, foram com certeza inspirada na nossa experiência, o problema era ter alguém altura de gerir, criar uma boa cooperativa. Muitos problemas, algumas com falta de vontade. Durante algum tempo chamavam a casa das Domésticas.

P: Gostava de te ouvir sobre o que sentes, entre ser «criada de servir» e ser «cooperadora, sindicalista».

IQ: *As empregadas domésticas desapareceram. Eu penso mesmo as que chegavam a ter duas ou três empregadas foram desaparecendo. As patroas de hoje, são professoras, empregadas bancárias, e só tem uma pessoa dois ou três dias por semana, ou todas as manhãs, ou todas as tardes.*

Eu não me posso queixar muito quando casei estava aqui em Miguel Bombarda, era assim mesmo, as patroas sentiam a responsabilidade de nos reter em casa, porque sentiam obrigação, porque nalguns casos tinham medo que nos acontecesse alguma coisa. Agora as coisas evoluíram até demais, completamente o inverso, uma abertura sem tamanho, que é um bocado exagerado.

P: Algumas vezes aqui tiveram problemas com o outro sindicato paralelo?

IQ: *Não, embora aqui existissem as Zitas. Tinham lá muitas raparigas. Mas aqui não me lembro de ter nenhuma delegação.*

P: Pertenceste a alguma organização católica na tua mocidade.

IQ: *Não, não pertenci. Aqui no Alentejo não havia nada. Agora já há centros de convívio, para onde os homens e se juntam a jogar às cartas e fazem assim essa coisinhas. E até aqui na junta de freguesia há uma casa onde as senhoras vão para lá, fazem renda, e fazem pequenos arranjos, isto lá perto do meu emprego e é nessa altura que têm tempo para ir depois à missa.*

P: E a nível de partidos, também não houve nenhum partido que tivesse interferido na Cooperativa.

IQ: *Não. Eu fui sempre uma pessoa que admirei o partido socialista, nunca pertenci a nada, nada. Uma vez, foi um dirigente do partido socialista que nos convidou, ele trabalhava no Centro Regional, a Coimbra. E a CR deve ter uma fotografia, descreve como ia vestida, foi também a GA foi numa sala que havia uns claustros e uma até caiu no lago.*

P: Era do Partido Socialista ou da Base.

IQ: *Não era uma casa que nós pedimos, que eles tinham lá. Mas não teve a ver com ninguém foi só, para reunirmos. Nem foi o partido comunista. Portanto não foi o partido Comunista. Eu não tive conhecimento que alguma estivesse filiada em algum partido.*

P: Sendo assim como conseguiram todo esse entusiasmo.

IQ: *Acho que se deve ao 25 de Abril e ao que nós sentíamos.*

P: Quanto à Cooperativa? Tu na Cooperativa participaste nos órgãos sociais?

IQ: *Sempre, ainda agora sou. Sou Presidente do Conselho Fiscal. Durante algum tempo fui da direcção. Ainda um ano fui eu e a LR, mas depois eu quis sair. Porque não tinha muito tempo e não quis ser e estava muito desanimada.*

P: Mas começou aqui foi o Sindicato?

IQ: *A AR é que ficou no Sindicato. Ela não estava a tempo inteiro, ela fazia outras coisas, porque não dava. Só que a casa estava sem aproveitamento. E como a Cooperativa se formou nós ficamos com o refeitório, mas havia uma altura que não tinha refeitórios. Havia uma altura que mesmo as Universidades não tinham refeitórios, então compravam as senhas e vinham cá almoçar e quem pagava eram a Universidade ou as Empresas. Há essas pessoas, como era o caso de um grande Supermercado da OSMOP, Escolas, que eram serviços públicos. Depois cada coisa tem o seu tempo e começou a deixar de dar e então a gente pensou na Creche e a CR foi testemunha disso, quando nós mandamos arranjar a 1.ª sala, foi a CR que comprou tudo, porque nós tínhamos poucos conhecimentos. Os móveis vieram de Lisboa e foi aí que a LR entrou, porque ela estava aí num senhor que vendia fruta e a tia dela, quando se abriu aquela sala ia lá almoçar. A LS dizia que a sobrinha gostava muito de crianças e entrou. Foi então que se começou a interessar e já tinha estudado e depois fez a continuidade e agora acabou a licenciatura.*

P: Disseste-me que tens feito alguns cursos na área em que trabalhas e as outras pessoas?

IQ: *As auxiliares também fazem?*

P: Como são as vossas relações umas com as outras?

IQ: *A princípio foi tudo bom. Quando fundamos a Cooperserdo ela ainda esteve no refeitório. A GR era muito activa, tinha muitas ideias, mas às vezes era demais. E nós ainda abarcamos a Escola Bento Jesus Caraça. Mas lá tinha más condições e aqui fazia-se coisas para vender lá. Mas o problema, ainda agora é assim: A GR era, eu quero, posso e mando. E nós não sabíamos nada. Então, quando ela não estava eu ia ver, e depois nós discutíamos o assunto, depois veio um senhor pôr umas fechaduras nas gavetas da secretária, e nós não deixamos. Ela foi telefonar para a MA e não lhe deu apoio nenhum e foi assim que se foi embora. Ela nunca mais me falou. Agora é o*

mesmo com a LR, mas nós admitimos tudo. Nós pedimos a Carrinha à Câmara e foi-nos dada. A carrinha é para os meninos, mas trabalha mais (...). Ninguém quer saber. Nós muitas vezes recebíamos coisas para cozinhar (...). Mas enquanto ela fez essas coisas eu fiz outras. E qual é a gratidão. Eu ganho 510 euros. Eu acho que sou muito mal paga. Eu é que encomendo as coisas todas, às vezes até não tenho hora de almoço. E dela não sei.

P: Mas tu és que és do Conselho Fiscal?

IQ: *Eu só ganho como cozinheira.*

P: Não vinham estrangeiras?

IQ: *A ajuda foi da LV que às vezes vem cá.*

P: Aqui vocês nunca se dedicaram à parte cultural e alfabetização?

IQ: *Aqui não, não. O que aconteceu, no Porto é que receberam do Centro Regional até ao fim do ano x crianças que não tinham direito e agora têm de o repor o dinheiro. Por isso ficaram só com dívidas.*

Anexo: A, nº12

Entrevistada: Natália Silva

V. N. GAIA, 2007.

Entrevistamos também uma enfermeira, hoje já reformada, que trabalhou desde os 8 anos até aos 23 anos, na mesma casa. A narrativa que ela faz do trabalho no dia a dia, deixa-nos perceber a mudança de vida de uma criança que adormeceu, com a promessa da mãe, que no dia seguinte tinha de se levantar cedo para ir à Feira com o pai e afinal o pai ia levá-la para servir no Porto, vindo de uma aldeia de Sever de Vouga. Só voltou a ver os pais quando tinha 11 anos, porque uma irmã veio de França e foi buscá-la a casa dos patrões para a levar à terra a ver os pais.

Escutemos o seu percurso de 25 anos de vida (1943/1968) de *criada de servir* nos mesmos patrões. Esta entrevista não foi gravada porque a autora preferiu responder por escrito às perguntas que lhe colocamos.

NS: Nasci no dia 25-12-1935, no lugar do Folharido, que segundo estudo do Orlando Silva Ferreira, naquele lugar, havia muitas mimosas a que chamavam "folha florida", e que deu origem a Folharido. Este lugar fica na freguesia de Silva Escura, Concelho de Sever do Vouga, distrito de Aveiro. Nesta época os transportes eram feitos em carros de bois, ou a pé, percorrendo km e km. As pessoas iam a pé com o carrego à cabeça para as feiras da Murtosa, Albergaria e Sever de Vouga, vender o que produziam nas terras.

Voltavam carregadas de novo e ainda tinham como surpresa, alcateias de lobos pelo caminho, porque obrigatoriamente tinham de atravessar as Serras. As populações viviam daquilo que a terra cultivada podia dar. Mas as terras eram alugadas aos proprietários que exigiam contrapartida. Se a terra não produzisse os cereais necessários, os camponeses eram obrigados a arranjar dinheiro para ir a outros lugares comprar para poder pagar aos senhorios, ficando muitas vezes em situação complicada para se alimentarem e a seus filhos. Os meus pais tratavam das terras como os vizinhos e pagavam aos senhorios a quantidade exigida.

Éramos 7 irmãos, 2 rapazes e 5 raparigas. Os dois primeiros, já não os conhecemos, morreram muito pequenos. Eu fui a última a nascer.

Naquele tempo os rapazes iam à escola por causa da tropa, meu irmão foi chamado mais que uma vez para a tropa. Meu pai também esteve muito tempo na tropa por causa da Guerra, porque ainda apanhou a 1ª Guerra Mundial.

Todos os meus irmãos foram trabalhar entre os 10 e 11 anos, só minha irmã Libânia foi para o Porto trabalhar com 13 anos. Sempre havia crianças da minha idade que iam para fora trabalhar, mas muitas regressavam passado pouco tempo.

As minhas memórias de infância na minha aldeia

NS: *Na última noite que dormi com a minha irmã, ela segredou-me baixinho que ia para o Porto e eu então pedi-lhe para depois me trazer um guarda-chuva. Ela disse que sim.*

Fiquei sozinha com os meus pais. Desde muito pequena minha mãe ensinava-me a tratar dos animais com cuidado, procurar pastos para os alimentar.

Lembro-me que tínhamos um porquinho preto. Todos os dias logo cedo eu ia levar-lhe a comida. Naquela manhã cheguei perto como de costume, mas ele estava estendido no chão, entrei peguei nele e tentei que ele ficasse em pé, mas voltou a cair. Como não entendi nada, fui a correr chamar a minha mãe dizendo «O porquinho não quer comer!» Minha mãe veio logo ver e disse que ele não ia comer mais porque morrerá. Morto? Não entendi. Minha mãe pegou nele, foi ao quintal fazer uma grande cova onde o enterrou. Eu não queria que o meu porquinho fosse enterrado. Chorei, chorei sem parar.

Minha mãe tentou explicar-me que a morte era coisa estranha mas natural. Foi o meu primeiro grande desgosto. Devia ter uns 4 anos. Eu queria ser grande para ajudar nos trabalhos das pessoas grandes. Naquele dia havia grandes molhos de palha que as pessoas grandes transportavam para casa e ainda era um bocado longe. Eu também queria levar um molho e dizia «Eu posso, eu posso!» Então um vizinho que estava a ajudar, pegou num grande molho e colocou-o em cima da minha cabeça e eu agarrei-o com força pelas cordas com que ele estava atado. Tão depressa o fiz como me senti levada por ele a atravessar um regato que levava pouca água. Minha mãe ficou assustada mas disse que era muito engraçado porque só se via o molho a voar., até que parei no chão. No tempo das vindimas gostava muito de trepar pelos escadotes para apanhar os cachos, mas aí não podia escolher. Só apanhar os vagos do chão. Assim um dia inteiro a apanhar vagos doía o corpo todo, mas era bonito toda a gente cantava ao desafio assobiava e as vezes até dançava.

Lembro – me de ser muito pequena, minha mãe dizia-me que eu não tinha mais de dois anos e que se admirava de eu me lembrar Meus pais foram com a minha irmã semear um campo de milho que ficava distante de casa. Como eu era pequena, deixaram-me em casa sozinha.

Estava eu em cima de um banco e com o nariz encostado ao vidro da janela quando de repente comecei a ouvir o assobio do vento e a ver tudo a ir pelo ar, cada vez, me tornava mais interessada no que via, quando de repente um estrondo me tomou de medo e fugi para debaixo da masseira, mais um estrondo medonho e toda a casa ruiu.

Quando meus pais chegaram não sabiam de mim mas como eu chorava descobriram-me debaixo da masseira. Tinha sido um furacão que arrasou tudo.

Lembrava da minha irmã Libânia antes de ir servir fazia-me sacas de pano, para eu lhe dar o modinho da sopa (tratava-se do restinho que ficava no fundo da tigela uma espécie de creme), também me fazia bonecas de palha nas quais vestia a minha roupa, eram tão engraçadas que um dia a senhora que ia lá buscar o leite ficou tão admirada que se distraiu e caiu espalhando o leite. Quando fiquei sozinha só tinha os animais a quem acariciava, fazia festas no focinho das vacas e elas baixavam a cabeça para se tornar mais fácil.

Elas ajudavam meus pais nas lides dos campos, sabiam os seu nomes e quais os seus currais sem nunca se enganarem. Quando fiquei sozinha só tinha os animais a quem acariciava, fazia festas no focinho das vacas e elas baixavam a cabeça para se tornar mais fácil.

Pelo Natal meu pai colocava na lareira castanhas a assar. Ela vinha, sentava-se a olhar para a lareira e ficava à espera. Meu pai costumava colocar um alguidar depois, a tapar as castanhas para se tornarem mais tenras. Quando retirava o alguidar, a gata

dava um salto e com a patita tirava a castanha, depois batia com as duas patas uma na outra e descascava a castanha e comia. Era muito limpinha, preta e branca tinha sempre o pelo a brilhar. Não tinha pulgas. Quando tinha os filhos vinha roçar-se em mim e a miar para eu ir com ela ver os filhotes.

Estávamos na segunda Guerra Mundial tempo de racionamento e até os cereais eram tirados aos agricultores. As terras andavam cansadas e produziam menos. Era tempo de racionamento, então era preciso comprar senhas e ficar horas e dias nas filas e muitas vezes as pessoas acabavam por regressar a casa sem nada. Pode-se imaginar a angústia destas famílias sem ter pão para os filhos. Eu não sabia que tinha que ir servir. Meu irmão estava casado, trabalhava nas terras que tinha alugado e as minhas irmãs já estavam todas a servir.

Tinha 8 anos quando fui servir

NS: *Fui para casa de um Empresário que tinha uma grande fábrica de conservas: sardinhas, carne, legumes, frutas, castanhas. Eu era uma criança e sentia muita falta dos meus pais, dos animais com quem brincava quando estava em minha casa.*

Minha mãe na véspera, ou seja no dia 23 de Agosto de 1944, chegou pertinho de mim, já era noite e perguntou-me se eu queria ir à feira com o meu pai no dia seguinte dia 24.

Eu disse logo que sim «era novidade». Fui para a cama e mal tinha fechado os olhos já minha mãe tentava acordar-me, era ainda muito de noite. A custo lá abri os olhos. Minha mãe ajudou-me na higiene fez as minhas tranças, atou cada uma com um laço branco. Vesti um vestido de chita estampado com florinhas vermelhas, o, único que tinha, que era despido, lavado, secado a ferro de carvão e vestido de novo. Numa pequena cesta vermelha com quatro pernas colocou o resto das minhas coisas para levar comigo para a casa dos patrões. Depois de um pequeno-almoço com broa e cevada com leite, saímos e começamos a caminhada.

Era Lua Nova, nos Céu brilhavam muitas estrelas mas estava escuro. Subir a Serra era um bocado difícil apesar do candeeiro a petróleo que minha mãe segurava na mão. Além do escuro estava frio, corria um vento vindo não sei de onde que nos empurrava para trás. A aldeia dormia toda ainda, não se via ninguém que nos viesse perguntar o quê e porquê. Para meus pais era melhor assim. No decorrer da caminhada já minhas pernitais começavam a dar sinal de cansaço ainda tínhamos muito chão para palmilhar. Achei que a feira ficava muito longe e de vez em quando uma lágrima teimosa traía o sorriso de minha mãe. Eu não entendia nada e não tinha direito de perguntar. Naquele tempo não havia resposta para criança, era preciso caminhar e pronto! Chegamos a Albergaria já o Sol ia alto. Comemos o farnel, (um pedaço de broa com bocadinhos de bacalhau). Depois calcei umas sandálias de corda que tinham laços brancos. Meu pai pegou nos pertences e mandou-me subir para a camioneta. Momento em que minha mãe me deu um beijo e disse que eu ia ver minha irmã. Ainda assim tudo me parecia estranho. Sentada no banco da camioneta comecei a ver a Serra fugir para trás e para trás ficou também minha mãe regressando sozinha para casa. A camioneta seguiu o seu percurso até ao Porto com paragem na Praça da Batalha. Chegamos e uma multidão deslizava e corria de lado para lado. Parecia um rio uniforme. Meu pai tinha as mãos ocupadas disse-me então com firmeza: «Segura-te na beira do meu casaco!» Agarrei com a minha pequena mão a beira do casaco no fundo das costas do meu pai.

Caminhamos assim, eu não via o chão que pisava, até que levei um encontrão e lá foi o casaco que me segurava a meu pai e que nunca mais vi.

Sem nada nem ninguém conhecido, desatei a chorar como perdida. Uma senhora abeirou-se mediu a minha estatura e perguntou «Que tens? respondi de imediato: «Perdi o meu pai. Ela perguntou «Como vem vestido?» Eu respondi «Com um fato azul escuro.» Então ela disse-me que ele tinha entrado na Igreja ao que eu respondi que meu pai não gostava de ir à igreja. Não era ele, com certeza. Continuamos a caminhar e eu não parava de chorar até que ela com uma voz doce me disse: «Olha, vamos à polícia para procurar o teu pai».

Deu-me um arrepio e disse: não minha senhora que eu tenho medo dos polícias, mal eu acabava de falar e já tinha dois polícias ao meu lado, meu coração apertou-se tanto que tive medo de morrer. Mas afinal os polícias para minha surpresa, foram muito simpáticos e disseram-me que não tivesse medo que comigo iam procurar meu pai.

Ainda falávamos e vi o meu pai ao longe vindo em nossa direcção.

Fiquei contente e ao mesmo tempo com medo de que ele me batesse, pois que eu tinha deixado fugir o casaco, mas meu pai só disse: «Mandei-te agarrar no casaco». Não me ralhou mais. Fomos a uma loja buscar as coisas que ele tinha pedido para guardar, depois apanhamos o eléctrico que nos levou a Matosinhos. A minha irmã que eu ia ver, trabalhava lá, mas fora operada ao apêndice, ainda estava um pouco doente por isso percebi que ia para a ajudar.

Descrição da casa para onde fui servir

NS: *Era uma casa enorme com escadarias muitas salas, muitos quartos uma enorme cozinha com fogão a lenha e carvão, a tampa de cima brilhava, era toda esfregada com lixa para ficar como prata e tinha quatro portas verdes. Toda a cozinha tinha móveis com tampas de mármore. O chão era em tijoleira verde e branca, tudo era bonito o que me rodeava, grandes janelas, mas todas com tiras de papel cruzado para prevenir caso de estilhaços em caso de bombardeamento.*

A moradia tinha um enorme quintal, com muitas árvores, muitos legumes. Ao fundo do quintal tinha três galinheiros. Havia ainda uma cave, onde eram guardadas as galinhas à noite. Também havia muitos perus, patos e muitos pintainhos. Tinham também uma gruta com um lago onde os patos se divertiam. Havia o tanque para lavar a roupa e uma grande bomba com arco para tirar água do poço, para encher o depósito que abastecia toda a casa.

Entre na cozinha com o meu pai, onde a senhora veio ver a nova criada de palmo e meio a quem chamou de meia criada.

Quando o marido chegou eu apresentei-me: «Eu sou a meia criada!» Ele riu-se e olhou-me com carinho. - «És tão pequena, mas esperta. Mas olha que vou fazer de ti uma senhora, eu prometo» A senhora levou-me à sala de jantar e disse-me: - «logo vais pôr a mesa» -Eu fiquei calada mas com um grande susto e a perguntar de mim para mim: - «Onde será que ela quer que eu leve a mesa, eu não vou poder com ela Depois chegou minha irmã e explicou-me que pôr a mesa não era levá-la para lado nenhum.

O meu trabalho na casa dos patrões:

NS: *Levantava-me às 7 horas e deitava-me por volta da meia noite, tinha de ficar à espera de que a senhora tivesse sono e quando aprendi, tinha que lhe preparar o cabelo enrolando-o com papelinhos, para no dia seguinte ser penteado todo aos caracóis agarradinhos à cabeça.*

De manhã às 7 horas tratava de acender o fogão com lenha e briquetes. Mas antes tinha de retirar toda a cinza lá depositada. O fogão tinha uma serpentina que aquecia a água para a casa toda. Algumas vezes o meu patrão vinha dar-me dicas para facilitar, quando a lenha estava verde ou húmida

Depois a governanta vinha fazer o pequeno-almoço e já começava a preparar a ementa para o almoço e minha irmã punha a mesa e começava a tratar da casa.

Eu corria para o quintal para apanhar couves, cortá-las miudinho para misturar com farelo para dar às galinhas e eram muitas. Lavava os galinheiros colocava na água dos bebedouros uma pedra de sulfato de ferro para elas não ficarem doentes. Depois ia abrir a porta onde elas dormiam. Elas vinham a correr para o galinheiro lavado que tinha umas casinhas onde elas iam por os ovos e ao fim da tarde voltavam para o dormitório que já estava todo limpo

Tinha ainda de manhã de descascar uma grande bacia de batatas pequeninas para serem aproveitadas para a sopa. Enchia o depósito de água com a bomba que me elevava no ar de cada vez que dava a volta para tirar água do poço. Também durante o dia ajudava a lavar a roupa à mão no tanque e ficava com os dedos a sangrar ao esfregar a roupa. Ajudava a passar a ferro. E esfregava as escadas que eram de pedra que davam para o quintal.

O meu patrão como disse jurou fazer de mim uma senhora

NS: *Não posso dizer que fui maltratada, tinha uma vida muito exigente. Não me era desculpado nada, e eu sabia, por isso procurava não sair dos eixos...Ao mais pequeno deslize mesmo sem querer, já tinha a mão papuda da governanta na minha cara.*

O patrão pelo Natal levava-me ao Circo ao Coliseu, porque como era muito pequena não pagava e passava por ser neta dele.

Eu em casa com os meus pais sentia mais segurança e tinha mais confiança, mas o meu patrão como disse jurou fazer de mim uma senhora e por isso matriculou-me na escola. Ali também não tinha brinquedos nem tempo para brincar. Para fazer os deveres da escola levantava-me mais cedo e fazia os deveres escolares para não chegar à escola em falta. Eu gostava muito da minha professora, ela tinha muita paciência para ensinar e estava atenta a cada aluno. Era uma escola geminada dum lado raparigas e do outro rapazes, que tinham um professor. A escola chamava-se “Escola dos Sinos”.A professora era a D^a. Aninhas. Eu ia sozinha para a escola, ficava perto ao fundo da rua.

Os Patrões não professavam qualquer religião. Quando fui para Matosinhos logo que pude pedi para ser baptizada porque o meu pai tinha-se zangado com o Padre da minha Freguesia. Fui baptizada aos 9 anos e tive como padrinhos, o senhor José e a minha irmã mais velha (Claudina). Também fiz a Comunhão Solene, porque era bonito para a sociedade os senhores facultarem este evento. Comecei a receber recomendações para ir à Missa etc. que eu tinha de fazer às escondidas porque os Patrões não gostavam nada da Igreja. Depois da morte do patrão tornou-se mais distante a relação mas não tenho que me queixar. O patrão era muito meu amigo e o desgosto da sua morte foi enorme. Vivia-se como se não houvesse diferenças. Fazíamos o nosso trabalho com responsabilidade e isso bastava.

Já na casa dos patrões onde não existia qualquer sedativo para a dor. Lembro-me de ter tido uma infecção num ouvido de tal ordem que nem a boca podia abrir nem comer, engolia massa cozida por um cantinho da boca, a cara parecia um monstro com o edema e uma cor roxa. Até que o médico resolveu lancetar a sangue frio, tive a

sensação de ter ido pelos ares. As dores aumentaram daí para a frente até três dias depois, quando esfregava o chão da cozinha, senti um estrondo dentro da cabeça como se de uma bomba se tratasse, o ouvido rebentou, deixando-me toda molhada espalhando-se pelo chão tudo o que estava dentro do ouvido. Demorou mais de uma semana a secar, eu tive de continuar a esfregar o chão e a fazer toda a rotina, o pior era quando chegava perto do fogão

Com o calor, aquela dor fazia-me perder o equilíbrio e era um tormento, continuar de pé. Tinha que me portar à altura de funções de criada, mas também tinha liberdade interior para viver a alegria e descobrir como sair das coisas desagradáveis, mas às vezes os patrões proporcionava-nos, momentos interessantes como deixar-nos

Participar nos cortejos que eram feitos em benefício do Hospital, e lá íamos desfilar vestidas de Vianeza com um cesto à cabeça que levava cebolas batatas e vinho que vinha de Famalicão

O trabalho, o pessoal e as pessoas e o serviço

NS: *Na casa havia uma governanta que também cozinhava, fazia as compras todas para a casa e os produtos para a alimentação. Às vezes ia com ela para a ajudar e ao mesmo tempo aprender. A minha irmã que ainda estava em recuperação devido à cirurgia, esteve pouco tempo comigo, porque casou e foi-se embora. Veio substituí-la uma prima do meu cunhado que tinha 17 anos e passou a ser criada de dentro isto, porque tratava dos quartos e das roupas etc.*

Nesta casa onde eu trabalhava vivia um casal com idade dos 40 anos que trabalhava na fábrica e ajudava no tratamento do quintal. Era o Sr.Manuel e a sr^a Josefa, a governanta, nós as duas, a mãe da dona da casa que tinha 90 anos. Esta precisava de ajuda para a higiene pessoal que era prestada pela criada de dentro e que ela preferia em vez da filha. Os patrões eram um casal na casa dos 60 anos, tinham 4 filhos dois rapazes e duas raparigas. O rapaz mais velho tinha duas raparigas e quando a mais nova tinha 14 anos nasceu um rapaz. A irmã que lhe seguia na idade tinha duas meninas pequena, uma com 4 anos e a mais nova tinha 2 anos. Estes netos passavam a maior parte do tempo lá em casa e ainda as sobrinhas dos donos da casa que tinham entre 18 e 20 anos Mais tarde casou a filha mais nova e teve duas meninas que vinham fazer companhia a avó quase todos os dias. Por fim casou o outro filho que já andava na casa dos 40 e lá veio mais uma rapariga que eu ajudei a tratar porque a mãe dizia que não tinha jeito para ela. Sempre tive boa relação com todos eles.

As criadas nunca comiam à mesa com os patrões. Comíamos na cozinha e comíamos o que sobrava da mesa. Raramente sobrava carne aproveitávamos o restinho dos molhos com o arroz ou as batatas, os legumes. Quando a ementa era de peixe sempre sobrava para nós e comíamos sopa. Bolos! é que só chegavam a nós quando já estavam secos. Mas não passávamos fome, o leite era sempre pouco, muitas vezes não chegava para nós ficávamos com a cevada e o pão de milho.

Ao domingo não saía precisava de ficar a fazer companhia às senhoras e ficava a fazer croché. Nunca tive férias. Íamos com os patrões para a Quinta que tinham em Famalicão e as rotinas eram as mesmas.

Usávamos sempre uniforme na casa dos patrões e na rua também quando íamos fazer recados. As roupas eram feitas das cortinas velhas e restos que as meninas já não usavam. Cedo aprendi a fazer a roupa interior com um jornal fazia o modelo e depois era só acertar

O meu primeiro ordenado aos 17 anos foi um escudo (1952)

NS: *Comecei a ganhar um escudo por Mês aos 17 anos. Estive nessa casa até aos 23 anos (15 anos). Só fui uma vez a casa dos meus pais porque não tinha dinheiro para as viagens. Concluí a 4ª classe com 11 anos.*

Nesse tempo a roupa era lavada no tanque onde às vezes o Inverno nos gelava. Na vez de electrodomésticos tínhamos a força dos nossos braços. Ajudávamos uns aos outros conforme sobrava tempo. O trabalho era de todos. Eu aprendera com a minha mãe a trabalhar, mas também com a governanta quando ajudava na cozinha. Aprendi a cozinhar a ver a governanta quando estava a ajuda-la na cozinha, depois ela adoeceu gravemente, eu tinha 11anos, a senhora quis experimentar se eu era capaz de a substituir, e eu comecei a cozinhar, de pé em cima de um banco para chegar às panelas. A senhora gostou do meu trabalho e a partir daí nunca mais houve governanta. Eu tinha que ser responsável pelas compras pelos animais, pelo quintal pela conservação da casa quando se faziam obras.

O meu patrão morrera por esses dias e toda a minha vida levou uma grande cambalhota. Habituada a ser responsável senti que me fiz adulta repentinamente a partir daí.

O Padre Grilo na sua infância

NS : *Era ainda muito pequena talvez com 10 anos. Lembro-me que vinha a correr como a senhora me mandava. Ia fazer um recado. Ao virar da esquina da rua, apareceu diante de mim uma figura enorme, trazia uma capa preta, embrulhou-me junto com ele «Onde vais? Quem és?» perguntou. Depois disse: - «Eu sou o Padre Grilo, moro aqui e estou sempre na capela, sempre que precisas vem ter comigo está bem?*

Eu respondi chamo-me Natália e estou a servir naqueles senhores. - «Deste tamanho? Quanto ganhas? Respondi não ganho nada.

Senti naquele momento que tinha ali uma força, alguém que me ia entender sempre, baixou-se inclinou-se para mim para falar comigo e me dar carinho experiência que faltava até então. Sempre podia ir ter com ele para o ouvir e me aconselhar. As vezes até para tratar minhas dores já que ele tinha sido médico

Entendia e perguntava sobre as minhas alegrias e minhas angústias. O padre Grilo andava de noite à procura dos desprezados, das crianças que dormiam na rua.

À chuva e ao frio, levava-as para casa por vezes ficava triste porque os meninos queriam voltar à rua. Levava as grávidas ao Hospital para terem os filhos

A ele devo o equilíbrio da minha personalidade, a minha força de lutar pela concretização dos meus sonhos. A coragem de deixar a patrão para ir estudar. Porque ele descobrira que em Roriz existia um curso de Assistente Social Rural.

E não descansou enquanto não conseguiu que eu fosse para o curso. Eu dizia-lhe que gostava de ser Enfermeira e ele dizia: - «Está bem mas depois ficas mais apta para a Enfermagem». Tinha razão. Entreguei-me por inteiro com muita alegria sempre na busca de melhores técnicas para melhor atender aqueles que precisavam dos meus serviços, como Enfermeira.”¹.

¹ As memórias da sua infância (1935/1958) na aldeia e na profissão de criada de servir durante 15 anos.

Anexo A: nº 13

Entrevistada: Rosa Machado

Porto

Em 2005-80 anos

P: Já estamos a falar há mais de duas horas, mas não estivemos a gravar, podíamos começar pela Rosinha contar um pouco da sua história como empregada doméstica

RM: *O Sindicato começou em Entreparedes, depois viemos para a Rua Formosa, mas eu não me lembro bem*

P: também não é preciso. A Rosinha já trabalhava como empregada doméstica

RM: *Eu fui trabalhar com 11 anos. Fui de graça, pelos farrapos da minha patroa. Eu fui para a mãe da minha patroa, naqueles prédios que deitaram abaixo ali na Trindade.*

P: Porque os seus pais precisavam que fosse trabalhar?

RM: *Oh, Celeste, os meus pais nunca puseram nenhuma filha a servir. A minha irmã era «carrejona», a minha irmã também andou por aí. Mas eu preferi ir servir. Porque a mãe da minha senhora era vizinha dos meus pais. Eu morava em Valongo, o meu avô foi administrador de Valongo, grandes casas que caem abaixo...não interessa...e (fica em silêncio por momentos). A mãe da minha senhora morava ao lado dos meus pais e chamava-se Dona GL e a filha que se chamava DD disse assim: olha vais chamar madrinha à minha mãe, mas ela não era minha madrinha. E depois a minha patroa, disse oh, mãezinha a Maria já está uma mulher vamos-lhe dar 20\$00, cada uma. Ela era enfermeira / parteira. Fiquei a ganhar 40\$00. A que era minha 2ª senhora disse assim: oh, mãezinha, ainda te remedeias com as rapariguitas que vão me graça, a Micas vai comigo. Fui para a Rua Pinto Bessa, ela depois começou a ter filhos, o meu patrão era o dono do AL. E assim começou a minha vida, depois fui para 50\$00, 70\$00, 100\$00. Quando a minha patroa morreu eu ganhava 200\$00, estive lá 38 anos. Não era por dinheiro que eu a deixava. Eles iam para o campismo eu também ia, eles ficavam em casa eu também ficava. Foi assim a minha vida. Quando a minha senhora morreu, foi que o menino foi para o campismo e arranjou uma rapariga. E disse: Oh mamã, ela vai para o Algarve, eu vou com ela. E a mãe disse: não! O rapaz disse: a mamã também vai para lá. Ele casou com a rapariga e ele fez-lhe a vida negra, dizia assim: quando casei com o menino vi logo o que podia fazer com ele. E a minha senhora ganhou duas úlceras e uma tornou-se cancerosa e ela morreu e eu vim para esta minha irmã, que morava na Ribeira.*

Eu fui sempre muito «caralheira», não sei muito bem, mas eu peguei no jornal e li, empregada precisa-se, não importa que tenha um filho. Olha vem aqui uma anúncio olha que giro e fui à cabine ao largo da Ribeira. eu chorei a rir, fui com três. E liguei para o avô do RV, que me disse assim: a senhora não se importa de trabalhar para um senhor que vive só? Eu não. A senhora tem algum filho? Não tenho, mas podia ter. Então venha ter comigo, ele estava no café enfrente ao Jardim Soares dos Reis, em Gaia. Era aquela rua enfrente. Esta minha irmã foi comigo. Ele estava no café, quando vou entrar na Rua Gil Eanes que é aquela rua enfrente ao Liceu, era assim um portão, eu deito a mão ao portão e vejo uma mão por cima da minha. Ele era brigadeiro. Diz assim: a senhora quem procura? Eu não sei se é aqui que procuram uma empregada doméstica, mete a chave ao portão era uma casa com rés-do-chão, primeiro e segundo, por baixo morava uma filha que trabalhava no Banco. Ele disse, faz favor de subir, eu

disse o senhor passe à frente, entrei e ele disse: faz favor de se sentar. O telefone sempre a tocar, mas ele não se importava. Ia ao telefone e dizia assim muito obrigada mas já estou servido.

Eu quando me vi à frente um homem chorei da minha vida. Eu gosto muito da senhora, porque é que chora? Nada. E vai assim em frente e chama a nora que morava enfrente e diz assim: oh, MR venha cá. Olhe está aqui uma empregada, eu gosto muito da senhora, mas a senhora chora, chora, está sempre a chorar. Disse a MR faça aí um bolo. Eu disse para mim não. Ele disse assim, eu gosto muito da senhora, a senhora quanto é que está a ganhar, eu disse eu estava a ganhar 1.000\$00, mas eu só ganhava 200\$00. E ele disse mas eu também lhos dou. A senhora não se importa de trabalhar para um homem que vive só? Não. É como se fosse uma senhora só. E fiquei. Então ele disse: eu às 7 horas da manhã quero um prato de creme na mesa, um iogurte que era feito em casa. O meu quarto era pequenino, o que é que eu faço e não tinha chave, eu ponho a mesinha de cabeceira encostada à porta do quarto, uma cadeira em cima e de manhã ouço assim: Oh! RM, eu naquela altura não usava robe, a verdade tem que se dizer, o robe que tive foi quando fui operada a 1ª vez. Eu à procura da luz para acender, em combinação, não era em camisa, isto era mesmo assim. RM, RM. Vesti-me e arranji-me. Ele queria àquela hora o prato do creme em cima da mesa e o iogurte. E eu disse assim: Oh Sr. professor VL, eu vou dizer uma coisa. Eu não preciso que ninguém chame por mim, que eu tenho o despertador na cabeça. O senhor quer às sete e meia e às sete e meia está na mesa e era assim. Mas o convívio era muito lindo, desta família VL, ao domingo juntavam-se os filhos todos, era assim. Todas levavam uma coisinha, e eu fazia a sopa, os peixinhos da horta, que era as vagens passadas por farinha e ovo. Juntavam-se as noras, os filhos e os netos. Eu nunca saí, eu gostava tanto daquele convívio, que a Celeste nem faz ideia como eu gostava. Depois eles iam para fora, eu é que recebia os alugueis. Eu não sabia onde havia de meter o dinheiro, metia-o atrás da cómoda. Ai que canseira tão grande. Ele dizia: para pagar os alugueis está lá a minha funcionária para receber. Recebia os alugueis e ele dizia onde vou arranjar uma como a RM. Mas depois eu vim-me embora por causa da empregada da filha. Ela tinha um senhor, pronto a vida era dela. E ela dizia-me assim: oh! RM, ela trabalhava na menina MN, que era a filha que trabalhava no Banco. Ela dizia-me você se pudesse ia-me arranjando, porque a menina era assim, vai lá baixo compra as pescadinhas, a vitela no talho e deixava tudo já na banca. Ela vinha muito tarde, tinha lá o senhor. Eu no dia de aspirar, aspirava, fazia-lhe as camas, só que eu dizia -lhe oh, senhora, (F) venha a tempo de fazer o comer, porque ela (refere-se à patroa) só não vinha comer duas vezes por semana. Eu posso descascar batatas fazer isto e aquilo, mas não posso fazer o comer, porque ninguém cozinha igual e ela conhece o seu comer. Um dia ela disse assim: Já estou farta de ouvir dizer a RM para a sala, para a cozinha, ela tinha de limpar os vidros da marquise e não limpava. Um dia a menina disse-lhe: Oh senhora (F), a senhora não limpou os vidros da marquise? Não, porque a RM é que os suja... E ela foi e arrancou os lençóis deitou-os para o chão. Um dia a srª EV disse-me, olhe que eu já bati num homem. E eu falei com a que trabalhava por baixo. E você faz tudo e deixa que lhe digam isso. Quando o sr. professor VL chegou eu disse (no dia seguinte iam lá umas professoras comer bacalhau com natas que eu fazia, agora já nem sei fazer) eu vou-me embora porque já não posso com tantas desfeitas que a menina me faz por causa da srª. F. E ele disse: como é que eu vou arranjar uma como esta. Eu é que não vou, ainda há pouco encontrei a Dª. MC e convidou-me para ir lá casa. Estive lá 4 anos.

P: Quando a RM foi para o professor VL já se tinha dado o 25 de Abril?

RM: Já, porque era assim, ali naquela casa, o professor era do CDS, o pai do RV era socialista, o RV era comunista.

P: Então já conhecias o Sindicato?

RM: *Já.*

P: O que é que fazias?

RM: *Eu ia lá ao domingo, nunca andei pelas portas. Cheguei a ir nas manifestações. Houve um ano em que a UGT fez nas comemorações na Boavista e a CGTP junto à Câmara até veio a polícia de choque. Não se podia ir até lá mas não aconteceu nada.*

P: Tu não tiraste a 4ª classe?

RM: *Não, mas eu sei ler e assinar o meu nome. Eu andei na escola, mas as professoras, juntavam-se todas a conversar e eu o que queria era brincar. Depois o Sr. Prof. comprou-me um livro e queria ensinar-me, mas eu tinha vergonha e por trás fazia tudo, mas à frente dele não.*

P: Não chegaste a frequentar no Sindicato?

RM: *Não me lembra, eu lembro-me de haver escola, mas eu não tomei parte disso. Eu não dormia lá. Eu nunca andei externa se não ultimamente. Do Sr. Professor, fui para a filha do dono da casa X, a menina PL e o Sr. Dr. CF. Mas já não dormia, porque eu chamava a marquise ao quarto.*

P: Mas trabalhavas sempre na mesma casa?

RM: *Eu vivia com a minha irmã, por trás da Igreja do Carvalhido. Depois eles mudaram para a Boavista e eu ia todos os dias e vinha.*

P: Porque é que nunca foste trabalhar para a Cooperativa?

RM: *Também nunca percebi o esquema, nunca fui sócia, só fui do Sindicato.*

P: Agora que já tens 80 anos, achas que o Sindicato te ajudou?

RM: *Sempre aprendi um bocadinho. Abri um bocadinho os olhos mas era um bocadinho tarde, isso é mesmo assim. Eu ia sempre aos convívios e às reuniões até que quando chegasse a FN e eu não tivesse chegado elas diziam assim; a RM não vem?*

P: Foi a profissão que tu escolheste?

RM: *Não, eu andei na Confiança a ganhar 5 tostões, só que daí ia para a mãe da minha senhora e comecei a chamar-lhe madrinha e nunca mais a deixei. Quantas vezes o meu pai que trabalhava na Escola Oliveira Martins ia. Olha o teu pai. Ele ia ao quarto e levava-me por um braço, mas foi por aí a minha vida, se não era «carrejona» e teria a mesma profissão.*

P: Achas que tiveste mais formação?

RM: *Por isso é que não fui bem vista pelos meus. As coisas são mesmo assim. Gostei da minha profissão, comecei na mãe e acabei na filha.*

P: Como é que aprendeste?

RM: *Aprendi porque gostava. Aprendi a cozinhar e aprendi costura, a fazer renda. Gostei do convívio no Sindicato. Eu gostava. Não estava ninguém e eu dizia: eu espero.*

Anexo A: nº14

Entrevistada – Dulce da Conceição Teixeira

Porto, Natural da Régua.

Em 2005

P - Com que idade vieste servir?

DC- *Tinha 13 anos. Era interna. Éramos 14 irmãos. Estão vivos 10. Apesar de ser a mais nova das raparigas trabalhou no campo e foi com 18 anos para Angola, em 1967, com um casal de quem os pais eram caseiros. Fiz o exame da 4ª classe no Porto, a trabalhar na Rua Marques da Silva.*

P: Como despertaste para a luta e para os teus direitos? Que recordações tens do Sindicato do Serviço Doméstico? E da Cooperserdo? E hoje? Quais os teus melhores momentos e piores vividos? Gosta da tua profissão? O que te impediu de mudar de profissão?

DC: *Porto. Gostava de ter sido mulher polícia. Quando fiz a 4ª classe já não tinha idade para ir para polícia*

P: Gostava de te ouvir falar da tua vida como empregada doméstica, Sindicalista e sócia da Cooperativa.

DC - *De 80 a 90 estive na Confeitaria S. Remo na Boavista - Porto a trabalhar como cozinheira, depois fui para uma empresa de laboratórios. Entretanto tirei a carta de condução, porque o motorista foi-se embora, mas eles compraram um triciclo e meteram um rapaz e eu passei para o escritório. Andava com o motorista a levar a mercadoria aos laboratórios. Depois passei para os escritórios, mas eu não percebia nada, mas ia aprendendo. Fazia o arquivo, ia aos bancos e às finanças e assim sucessivamente. Eram os serviços externos. Depois passei para a facturação. Havia as notas de encomenda e eu é que passava a factura. O meu trabalho era esse. Entretanto o patrão faleceu. E quilo ficou muito empenhado. O irmão ficou a tomar conta da firma, mas como se deu a morte do irmão, depois com o inventário e com essas coisas, eu ainda pedi à nora, porque a mãe estava em casa, mas as coisas estavam muito complicadas. O irmão ficou com a firma e mudou o nome passou a ser Bioriager. Abriu uma firma em Lisboa, outra aqui com mais pessoal. Começou a trabalhar com materiais de medir a tensão. Mas depois no banco era preciso crédito. Sei que em Abril de 90 fui para o desemprego. Eu tinha 22 meses de desemprego. Fui várias vezes chamada ao desemprego. Fui olhar por uma senhora na Rua João das Regras. Depois ela faleceu. Fui para a baixa. Depois estive um ano a olhar por uma senhora na Rua Álvares Cabral. Fui para essa senhora da Rua Álvares Cabral olhar pela mãe, eram dois fulanos solteiros, um era engenheiro e o outro era advogado, mas eu nunca estava sossegada. Estive ainda quatro meses e depois disse ao advogado: eu já cá estou há quatro meses, quero que me metam na Caixa eu já me adaptei à sua mamã. E ele disse, aí não sei. Antes foi o subsídio de Natal. Pedi-lhe ele disse. Ah, eu vou ver porque não*

sei se as empregadas domésticas têm direito ao subsídio de Natal. E eu disse-lhe o Sr. Doutor não sabe que as empregadas domésticas são seres humanos como o senhor doutor é? Eles deram-me dez contos, mas depois como falei deram-me as coisas direitas. Ainda lá estive um ano. Depois fui para as Oficinas de S. José. Também estive um ano, parece que foi em 95. Estive com a Angélica ainda hoje podia lá estar. Entretanto um dos patrões da firma que era laboratório, fez uma firma de publicidade aos poucos foi metendo o pessoal. E eu fiquei com um dos patrões. Ficamos lá duas, depois mudamos para Oliveira do Douro. Chegamos ao fim do mês não havia dinheiro e trabalhávamos como umas malucas, sobretudo na altura da queima das fitas. Então resolvi ir para a Bélgica em 97. Tenho lá um irmão cheguei lá 15 de Fevereiro e regresssei em Agosto. Em 86/87 tirei o 6º ano de escolaridade. Depois da Bélgica regresssei e ainda deixei lá 150 contos por receber. Lá era também empregada doméstica.

P: E tu gostavas de ser empregada doméstica?

DC: *Não eu fiquei muito marcada com a vida de empregada doméstica por causa de ter ido para Angola.*

P: Então qual foi a tua experiência?

DC: *Eu fui para Angola em Novembro de 67 e vim em Fevº de 69 com a minha patroa. Eu fui sozinha 16 dias de barco. Fui com 50\$00. Eu só saía se os patrões saíssem. Uma das coisas que me chocou bastante, foi que o meu irmão estava em Angola, mas para chegar ao pé de mim era muito longe. E então eu passava mal. Eu ia à messe dos oficiais buscar o pão. Era eu, o meu patrão e a minha patroa e o filho. Eu passei muita fome, porque tinha vergonha de comer, quando os meus patrões iam para casa dos amigos se eles dissessem tira um prato de comida e come eu comia, mas se não estava ali e não comia. Então vínhamos para casa e eles vinham com a barriga cheia e eu ia para a cama cheia de fome. O meu irmão foi passar um mês de férias e a minha patroa disse: dê alguma coisa ao seu irmão. Eu arranjei dois pães um com queijo e outro com marmelada, o meu irmão comeu um pão e eu comi o outro. E então a minha patroa à noite perguntou-me então não há pão? Eu disse não. O meu irmão comeu um e eu comi o outro. Ah, mas não tinhas nada que comer...eu trazia da messe dos oficiais e trazia quatro. A minha sorte é que estava lá um rapaz da minha terra e eu pedia-lhe mais um pão. Entretanto a minha patroa, quando o meu patrão ia para o quartel e eu tinha de vir para a beira dela. Mas ficava ali no chão até chegar o meu patrão, mas sentada no chão. Depois íamos de avião para outras terras. Mas a viagem para lá para Angola eu fui sozinha 16 dias. Fui de barco, ia muita gente. Quem foi comigo levar-me a Lisboa foi o empregado de escritório. Quando entrei no barco qual não foi o meu espanto eu vi essa senhora que tinha visto na Rua Alexandre Herculano a tomar a vacina. As camas eram beliches, que ficavam debaixo de água. A minha viagem custou 2.650\$00, porque eu ainda era menor. Eu em Angola, eu fui escrava, não foi bem escrava, sentia-me desamparada. Eu pensava se estivesse mais perto eu ia-me embora. À vinda ainda mais me revoltei. Vim de avião. Viemos para o aeroporto e eu não me lembrei do biberão da criança, do filho que era bebé. E ela insultou-me que eu era uma estúpida que não me podia confiar nada, quando tinha sido eu que tinha de tratar de tudo. Vim de avião, o “piolho” tinha tudo mas ele não queria nada e chorava e chorava eu. Depois eu tive oito dias de férias para ir aos meus pais. Depois um dia eu fui ao guarda-fatos e caí-me um vestido e eu não vi. É que o meu patrão ficou lá, em Angola e ela escrevia todos*

os dias ao marido. Eu estava na cozinha e ela mandou-me ir aos correios e eu disse não vou...Vou já para a minha terra. Eu recebia pouco, porque ela mandava 500\$00 para os meus pais e guardava-me 150\$00, esse foi o dinheiro que juntei. Eu entrei para essa casa três vezes. Passado 14 anos telefonou-me para eu ir ser testemunha dela que estava a correr o divórcio. Em 68 eles vieram passar as férias e eu fiquei lá e ela queria que eu fosse testemunhar uma bofetada que o marido lhe deu. E eu ouvi o estalo de facto e depois ficamos a contactarmos.

P: Qual foi o trabalho que mais gostaste de fazer?

DC: *Eu gostava do trabalho da publicidade, porque andava de um lado para o outro.*

P: E como é com a tua família?

DC: *Os meus pais faleceram. Eu dou-me com os meus irmãos, mas cada um está na sua casa.*

P: Os teus irmãos estão todos bens?

DC: *Os rapazes. Tenho uma irmã mais velha que trabalha no Hospital e ganha e é solteira.*

P: Tu já tens muitos anos de caixa?

DC: *Tenho desde de Setembro de 73. Há 30 anos que as Empregadas domésticas começaram a descontar. Na publicidade, fui trabalhar como trabalhadora independente.*

P: Foste sempre empregada externa?

DC: *Eu passei a ser externa, por causa do meu irmão que era muito agarrado à família. Eu arranjei um quarto na Rua da Torrinha a pagar 600\$00 e para ele na Rua Padre Cruz a pagar 120\$00. Isto antes do 25 de Abril.*

P: E o Sindicato o que te diz?

DC: *Eu vivi o Sindicato. Eu conheci o Sindicato quando trabalhava na Confeitaria S. Remo.*

P: O que foi para ti aquele tempo que passaste e foste Sindicalista?

DC: *Para mim foi muito bom. Foi uma luta que nós fizemos”.*

Entrevista em grupo (nº15).

(2005)

Conceição Ramos, Ana da Luz, Vitória Pinheiro, Alexandre, Isabel e Jerónimo.

(Esta entrevista em grupo foi convocada pela Conceição Ramos às pessoas que ela entende que mais contribuíram para o aparecimento do Sindicato do Serviço Doméstico e para o seu processo de conscientização/formação.

Conceição e Ana da Luz fundadoras do Sindicato do Serviço Doméstico juntamente com outra, onde lembram a Gracinda de Évora e a Inácia, a Glória Aveiro, a Helena Freitas, Maria Abreu e da Cooperativa Angélica, Dulce, Laura, Gracinda-Porto

-As fundadoras eram militantes da JOCF E LOCF e não de num partido ou pertencentes à Casa de S^aZita.

-Os presentes nesta entrevista assinaram uma folha a declarar que não se importavam que aquilo que estavam a dizer, fosse usado pela investigadora.

Guião utilizado como ajuda à entrevista em grupo:

1.Como se conheceram

2.Como se definiam do ponto de vista político e religioso nessa altura

3.Como surgiu a ideia de um Sindicato e porquê?

4.Qual o seu trajecto enquanto militantes (político, católico), etc. até 1990.

5.Que apoio/discussão deram quando as primeiras fundadoras abandonaram o Sindicato.

Ana da Luz: Na revista Vida e Alegria vinha um artigo interessante e eu propus às pessoas que vinham comigo que nos sentássemos num café em Alcântara falar sobre esse artigo...e depois as pessoas já levaram outras...e a segunda reunião a São já estava eu tenho esta ideia a São tem outra ideia e acha que foi ela que iniciou o grupo, se calhar foi. Se calhar toda a gente contribui.

Alexandre: Nós já éramos grupo

Ana Luz: *Exacto, nós já éramos grupo...Nós encontrávamo-nos e tínhamos actividades de entretenimento., saídas culturais, um dia íamos ao cinema, outra semana fazíamos uma mesa redonda. Eu sei que recebia montes de telefonemas.*

Conceição: Mas isso já era o grupo. Eu também recebia imensos telefonemas.

Ana da Luz: *Eu estava sempre a levar na cabeça porque era a das relações públicas lá do sítio. E depois uns telefonavam para mim outros para a São, cada uma dá importância à pessoa de quem tem referência. Se um fim-de-semana, não nos encontrávamos a pessoa da nossa referência ligávamos a outra...depois começávamos a falar e passávamos a palavra*

Conceição: (interpela a Ana da Luz.)- *Quando é que achas que isso se passou é que eu tenho aqui as datas 30.4.70 –Equipa diocesana. Empregadas domésticas. Grupos existentes: Estrela, Arroios, S. Sebastião, Alcântara, Carcavelos e Penha de França (a Vitória interrompe).*

Vitória: *Alcântara era dela.*

Ana da Luz - deve ser nessa altura, deve ser um bocadinho mais tarde.

Conceição: *Já havia em Alcântara. Eu estive num grupo que ia de Algés até Cascais., mas não era só de empregadas domésticas.*

Vitória: Estás a ver.

Conceição: *Empregadas Domésticas de Paços de Arcos até Cascais eram empregadas domésticas, era o meu grupo, mas para cá eram empregados de escritório, empregados de seguro, eram várias.*

Ana da Luz. É capaz de ser isso.

Conceição: Eu lembro que foi com o vosso grupo que apareceu o Alexandre. Foi com o vosso grupo.

Ana Luz: *Eu comecei a conhecer o Alexandre, porque eu ia à Missa das oito, ele pedia para fazer as leituras, mas é porque já me conhecia de algum sítio.*

P: intervenho a perguntar a Ana da Luz e a Conceição eram empregadas domésticas internas?

Conceição: *Nós éramos internas.*

P: Então como é que se conheceram?

Ana da Luz: *Porque pertencíamos ao mesmo ao movimento. Eu pertencia a um grupo que era na Estrela, ela era em Carcavelos. O Alexandre era Assistente e o Jerónimo era na Alfama.*

Jerónimo: *Eu caí aqui de para-quedas. Eu pertencia a um grupo de Alfama. Eu estava a trabalhar na equipa diocesana...a fazer não sei o quê...Mas quando eu entro no grupo já tinha a sua vida própria. É o que me lembro. Eu fui para ali, para fazer a ligação com o movimento. Isto era um grupo misto.*

Ana da Luz: *O 1º grupo misto das bases. Não havia grupos mistos.*

Alexandre: *Eu era ajudante do pároco. Eu era Pároco de Stª. Isabel Desde o Verão de 69 ao Verão de 1970.*

Mulher do Alexandre -Isabel - *Eu era enfermeira. Fui quem traduziu o catecismo Holandês.*

Conceição pergunta em que data foi? Dizem em coro deve ter sido em 70.

Ana Luz - *69/70 fui trabalhar para Campo de Ourique. Em 72 fui trabalhar para a JOCF como dirigente Livre e então comecei a trabalhar um bocadinho menos com o grupo. Eu tinha de ir para fora, estava destacada para a Zona Oeste e tive que me desligar deste grupo. Depois participava nos encontros internacionais. E depois fui convidada por intermédio da Jocf para participar num encontro internacional de empregadas domésticas, o convite não foi para a JOCF veio para minha casa. E depois estava ao serviço do movimento e tive de pedir autorização para ir...*

Vitória: Claro.

Ana Luz - *E foi aí que ganhamos uma certa força. Sabíamos que não era um movimento só nosso. Era a nível Europeu. As pessoas tinham necessidade de ter um horário de trabalho, direito a folga, etc. Mas eu já estava com o movimento todo e aí as pessoas pensavam que eu já não estava interessada...que eu fugi, mas era um fuga inerente às funções que me foram atribuídas...*

P: Mas a Conceição também esteve a Dirigente livre.

Conceição: *Eu estive como dirigente do Sindicato. Também estava como dirigente das empregadas domésticas, na Direcção diocesana estive num encontro, e ainda deu polémica estávamos em casa do Manuel Lopes estávamos a fazer o caderno reivindicativo e foi na casa dele que a Ana da Luz disse que eu tinha de ir ao encontro europeu das empregadas domésticas, mas eu disse que não ia. Os patrões estavam na Alemanha e casa estava sozinha. E Ana dizia oh São tens que ir, tens que ir e depois a*

Responsável diocesana dizia tens que ir. Deixei o Jardineiro a dormir lá em casa e fui para Paris com ela. Gostei muito do encontro ainda que tivesse sido muito difícil. Esta Conceição da Madeira (pega na carta que ela lhe escreveu) eu tinha de estar com toda atenção para perceber o que diziam e ela traduzia. Eu parecia-me que tinha documentação, mas com certeza ficou na Jocf, «Ela diz: Actualmente estou sindicalizada na S.R.TT. no domingo fui a uma reunião que foi motivo de regozijo, mais portuguesas não é normal aparecerem algumas sindicalizadas, só aparecem quando têm algum problema, isto é normal em Portugal, mas é grave...quanto a equipas de empregadas domésticas ainda não há nenhuma aparecem dentro das equipas, no 7 um encontro alargado em que apareceram 100 jovens de várias profissões de Paris e tem aqui outros nomes mas eu não sei dizer. O encontro, vai criando novas exigências.

[Conceição conta peripécias que se passaram em Paris e lê a 2ª.carta. (ver). E as condições em que trabalhavam as empregadas domésticas em Paris. Em contraste com a que ela tinha em Carcavelos].

Conceição: *Trabalhei mas nunca pertenci a nenhum movimento em especial. Foi a partir do Grande Encontro da Juventude*

Vitória Pinheiro: *Em 1961 deixei de ser Presidente Nacional da Jocf. Os contactos não eram diários e ficou outra equipe. A J.O.C.F. ajudou-me a organizar o grande encontro da Juventude. O Dr. Narciso convidou-me para ajudar a organizar o Grande Encontro da Juventude. Eu entretanto soube que havia grupos em Lisboa de empregadas domésticas...Ajudei a organizar o Grande Encontro da Juventude e integrei-me na LOCF. Fui sabendo que havia um grupo promissor de empregadas domésticas.*

Fui eleita secretária do M.T.C. e em Maio de 1961 foi para a Bélgica. Quando se dá o 25 de Abril veio e depois voltou e fiquei até 1975.

Quando vim já a Base –Fut estava organizada na Rua de S. Bento , quem estava à frente era O Zé Dias. Estive 7 anos. Quando regresssei em 75 teve conhecimento de que 2 ou 3 prédios abaixo estava o Sindicato.

Conceição – *Lembro-me da Vitória Pinheiro em Coimbra. Pela maneira como falou era para ela um ídolo. A Palmira era a Presidente Nacional da JOCF. Foi despedida*

Vitória: *Em 1970 a JOCF está numa grande evolução. O método educativo de Cardijn nunca tinha sido posto em prática em Portugal.*

[Conceição abre um dos cadernos de apontamentos e recorda as reuniões que fazia naquele tempo antes do 25 de Abril].

Jerónimo – [recorda a Rerum Novarum que surge nos anos 70 com o Papa João XXIII. Procurava estar disponível para alguns amigos]

O grupo de empregadas domésticas começou por ser um grupo de amigos, que tinham uma folga de 15 em 15 dias. Eram encontros no plano social. A JOC masculina influencia a JOCF feminina. Era um grupo desgarrado que estava fora das normas da JOC.

Alexandre: *-O grupo reunia muita gente, mas quando via trabalho sério desaparecia. Foi o melhor grupo natural. Eram líderes naturais. Estas meninas, refere-se à Conceição Ramos e à Ana da Luz (empregadas domésticas) eram estupendas.*

Vitória: *Na Jocf havia muita preocupação mas como grupo natural que saíam da paróquia.*

Conceição: *Em 1973 fizemos uma Mesa Redonda com o Padre Rego. O Alexandre presta-nos um grande serviço, mandando-nos todos os recortes dos Jornais, porque trabalhava na Comunicação Social.*

Conceição: Recorda o encontro muito importante que foi a formação de uma Comissão Pró-sindical.

Ana da Luz: *Fala da experiência de uma “criada” que fora despedida.*

Vitória: *- Conclusões -As empregadas domésticas eram mais apoiadas pela JOC masculina. Quem trouxe o Movimento para Portugal foi o P. Abel Varzim e Dr. Inácio. Mais tarde é que houve contactos com o Cardijn que trouxe o método educativo que era a partir das realidades da vida estavam as pessoas. Era a revisão de vida. Como ver, como julgar, reflectir e depois como agir.*

Jerónimo: *Começou a tornar-se difícil*

Alexandre: *Em algumas paróquias eram toleradas outras não.*

Vitória: *A JOC masculina levou mais tempo enquanto a feminina veio atrás desde 1959.*

Conceição: *Fomos a uma reunião da JOC E depois fomos para o Ministério reivindicar a assistência médica em 73. O Manuel Lopes ajudou a fazer o caderno reivindicativo. A Conceição Pereira está em França e manda uma carta .A Conceição lê a carta. Diz que vai enviar a convenção.*

Vitória: *O grande motor eram as realidades vividas.*

Conceição: *O Sindicato do Serviço Doméstico tinha total independência, enquanto eu fui Presidente. Até 1981. Em 1980 fui à Rússia e em 1981 fui à América. Entretanto entraram pessoas que não eram empregadas domésticas e mudaram tudo. Alteraram o Regulamento. A Elvira é fundadora da Cooperativa. O Trindade do Sindicato dos Contínuos e Porteiros também fazia parte da Base - Fut e era membro da C.G.T.P. A grande finalidade e é por isso que se forma a Cooperativa é reconversão da classe, como a seguir relata na entrevista gravada.*

Conceição - *Iam para as patroas faziam exigências e as patroas despediam-nas, aquelas que não eram muito importantes. Eu ia fazer uma Assembleia para a Figueira da Foz e pensava o que é que eu ando a fazer. Elas reivindicam e são despedidas e para onde é que elas vão? Parece que foi Deus que me iluminou...Pensei temos lá aquela casa tão grande elas são despedidas e levámo-las para lá. Dai fomentar-se a formação de uma Cooperativa.*

P: Como apareceu essa ideia da Cooperativa?

Vitória: *Eu penso que foi mais do Norte É preciso falar com a Angélica.*

Conceição comenta para o grupo: *agora nós estamos a encontrarmos de 6 em 6 meses e a nossa luta é um lar para as empregadas domésticas. Há muitas que são solteiras não tem marido que não têm ninguém, e vamos lá ver se as empregadas domésticas querem. Que se faça um lar para as empregadas domésticas, elas todas se queixam que estão velhas. Vamos lá ver se elas querem.*

Interrompe a Ana da Luz e mesmo as casadas também precisam de uma lar. A **Conceição diz:** *não é Lar e uma Casa de Acolhimento como a Casa do Artista.*

O facto de nos voltarmos a encontrar apesar de a Angélica estar longe (eu interrompo para dizer que já me deu todo o material que tinha).

A Vitória acrescenta *se conseguires falar com a Angélica ela também te dá elementos importantes.*

Ana da Luz - O facto de termos contactos com as delegações também ajuda a esclarecer.

Conceição - *A JOCF é que nos ajudou a formar delegações. De Aveiro era a Glória. Tinha o grupo de Aveiro, mas depois eu conheci uma Dona Celeste na Figueira da Foz ela arranjava as empregadas domésticas e eu ia lá fazer a Assembleia. Isto começou assim. Do Algarve escreveu-me um Jardineiro fui lá. Eu nem sabia onde era o Algarve. Lá me meti na camioneta e fui. Mas nessa altura uma empregada doméstica quis ir*

comigo a Teresa. Fomos as duas e chegamos a Ferreiras e fomos a pé para Albufeira. Eu fiquei tão contente. Era assim já na Primavera. Quando comecei a ver as amendoeiras e o campo ficamos tão contentes e fizemos uma paródia. Depois fomos para um Hotel, mas cada uma pagou do seu bolso a sua parte. Não foi o Sindicato que pagou. Ela parecia que tinha mais conhecimento do que eu. Depois no dia seguinte. Eu disse ah, eu não tenho o contacto do homem, se ele não nos vier cá buscar como é que é? Eu não conheço. Eu só tinha o nome. Agora o que é que eu vou fazer? Cheguei a um taxista e perguntei: «o senhor por acaso conhece este senhor, assim, assim. Conheço (comentários conheceu logo, diz o grupo, ouve-se vozes dos restantes e risos) então leve-me lá. Quando lá chegamos o jardineiro disse:

«olhe espere por mim junto ao parque que eu vou já lá ter». Era ele e a mulher...Lá fomos e fizemos a reunião.

Depois a Glória disse-me anda a Aveiro. Eu fui para lá muito cedo. Fui para a LOC. Esperei, esperei. Eu cheinha de fome mas não saía da porta. Tinha medo de sair e elas não me encontrar. Mas depois lá fui beber um galão e comer uma sande. Voltei a esperar, esperar, às tantas olho para a carta e leio Sarrazola - Cacia. Telefono e ela diz-me que as pessoas já se tinham ido embora. Depois ia no comboio e apareceram-me as Zitas e eu digo ai meu Deus do Céu agora ir até Lisboa com estas mulheres. Ouve-se risos da Ana Luz. Aqui em Lisboa fui com o meu cunhado a uma Casa de fados e estavam lá as Zitas todas com um Padre e faziam um basqueiro (ouve-se gargalhadas). A gente ficou ao lado delas. Eu digo vocês estão tão eufóricas que a gente não ouve nada. Elas baixinho nunca mais se ouviram. Foi a vingança....Ai meu Deus há coisas muito giras.

Então ainda do Algarve eu disse é preciso ir para a Caixa de Previdência tirar as moradas todas das mulheres-a-dias e das empregadas domésticas todas. E lá fui. Contactei uma delegação da União dos Sindicatos. e marcou-se uma Assembleia. Mas primeiro fui para lá para a Caixa de Previdência tirar os endereços. Lá fui. Esse casal ficou muito meu amigo e depois eu ia sempre para casa deles...As pessoas eram encantadoras...Eu para não gastar dinheiro ao Sindicato, apanhava uma boleia e ia para Faro. Os automobilistas diziam-me Ai eu só posso levá-la até ali. Está bem .Ia, parava e pedia nova boleia. Até numa camioneta cheia de galinhas eu cheguei a ir (gargalhadas).

P: Não tinhas medo?

Conceição: *É tão diferente de hoje, eu tinha a certeza que ninguém me fazia mal. Eu entrava para dentro dos carros e começava a falar com os homens...Depois eu entrava para a Caixa de Previdência e escrevia, escrevia (treca-treca). As empregadas da Segurança Social, entravam, saíam, iam tomar café e eu sempre treca, treca Elas admiravam-se como eu tinha tanta capacidade para estar ali a escrever truca, truca, truca. Depois tirava aquelas moradas todas e vinha à boleia para casa do casal e eles perguntavam OH Conceição você como é que vem? Venho à boleia? E você não tem medo? Sozinha naquele tempo .*

Ana da Luz - Eu ia mas sozinha não. (burburinho de todos). Agora é mais complicado é muito difícil andar por aí.

Alexandre: Eu nessa altura dava boleia e hoje não.

P: O Sindicato e a Cooperativa coexistem ao mesmo tempo?

Conceição: *A Sede do Sindicato é em Lisboa e da Cooperativa é no Porto.*

O Sindicato a direcção ficou cá em baixo. E os outros órgãos foram divididos pelas delegações. Nós tínhamos trabalho ao domicílio. Isso é que foi o mais bonito nós queríamos a reconversão da classe. Era o que eu apontava nas reuniões Em vez de estarmos a trabalhar sozinha em casa de um patrão, nós vamos para ali e trabalhamos todas para nós próprias. O meu idealismo era aquelas que gostassem iam para a creche. As creches nasceram assim. Eu parece que até fui criticada e com certeza com alguma razão. Eu desempreguei-me e íamos comer à tasca. E havia uma rapariga que ia comigo. Essa estava pior do que eu porque eu já era empregada doméstica há muitos anos. Mas o que sobrava do almoço a gente não trazia. Então comecei com um tachinho pequenino e uns talhersitos a fazer uma comida na Base –Fut. Apareceu o Zé e a Luiza e disseram oh Conceição cheira bem....Olha lá a gente vai comer ao Restaurante se vocês fizessem aqui a comida, a gente pagávamos o que pagámos no Restaurante vocês faziam-nos a comida. Oh, pá, óptimo vamos embora. Eu então ia às compras. A Elvira(recorda outra cooperadora) dizia as compras é para a Conceição que ela vai toda contente. Lá fui comprar uns pratitos, um tachito maior e começamos Passados uns dias os que trabalhavam na carris e que eram todos Pê. Cês. Começamos, começamos, dali por uns dias já havia uma bicha até quase ao Rato Juntamos algum dinheirito e então fomos para a outra Casa (a Sede do Sindicato) fizemos limpezas. O que me custa muito é que a gente meteu lá trabalhadores nós uma desgraçadas que estávamos ali com todo o nosso esforço, faziam as obras mas

exploravam-nos “à grande à francesa” até os tubos que eram todos de chumbo, eles podiam dizer vocês ainda podem fazer um dinheirito para ajudar nas obras, mas levam tudo. E então eu danava-me toda. Ei, pensam que só nós é que temos a obrigação de mudar a vida dos trabalhadores, só nós é que temos obrigação de mudar a sociedade, vocês não fazem nada. Eu ralhava com os homens e eles chateavam-se.

A Ana da Luz interrompe quem lá ia comer roubava? Não eu já te digo.

Então lá fizemos umas obrasitas e compramos um fogão, ao fim duns dias havia dinheiro e íamos comprar outra coisa. Até que tínhamos fogões industriais, arcas frigoríficos, tínhamos tudo o que era preciso. Ainda me lembro quando foi o 25 ou lá o que é isso o 28 de Novembro. Eu disse, com o dinheiro que temos eu vou já comprar cadeiras para o refeitório. olha vêm cá roubar-nos mas dinheiro não levam.(Gargalhada geral) .Depois tínhamos muita gente, muita gente. Aquilo andava tudo num virote. Tínhamos lá uma rapariga a viver que estava quase a morrer eu dizia oh Ana tu põe-te aí como deve ser. Tu vai-te arranjar e vai lá para baixo vender as senhas para aquelas gajas virem comer. A rapariga rejuvenesceu. Sentada numa cadeira, ela dava as senhas. Mas eles foram tão malandros. Eram trabalhadores. A gente punha lá em cima numa cadeira uma panela de sopa. Havia uns que não entregavam a senha guardavam a senha de um dia para o outro , mas isto só serve para a gente aprender. Enchiam o papo de pão e de sopa e não pagavam. Então fizemos senhas de várias cores. Umhas eram só para a sopa outras eram para a refeição.

Ana da Luz : eram comunistas?

A Conceição continua:A gente levantava-se cedo e ia para a Praça da Ribeira às cinco da manhã, para comprarmos as coisas frescas e mais baratas, para podermos levar mais barato Depois arranjou-se dinheiro e dissemos agora vamos para a Creche a casa de lá de cima está desocupada...vamos fazer uma creche, para as mães poderem ter mais tempo livre e poderem participar na política, tal e tal. A gente começou a pensar nisso e chegou aos ouvidos da Misericórdia. Ah, nós estamos interessados em apoiar. Mas nunca mais se decidiam Uma noite fizemos uma reunião e dissemos para tomar conta de crianças o que é que é preciso. Uma disse colchões aponta aí, outra cobertores, pratos, mesas cadeiras, isto , isto. Fizemos uma lista do que era preciso para a Creche. Temos que ver onde há essas coisas para as ir comprar...A Elvira danava-se muito com as Assistentes Sociais por não apareceram. Elas apareceram um dia e disseram vamos lá pensar...Ah, vocês já estão muito adiantadas.

Nós respondemos isto tem que fazer faz-se. Lá montamos a creche. Isto foi assim. Quando aqui (refere-se a Lisboa) se ocupou uma casa, as do Porto disseram também temos de ocupar uma casa. Lá fomos ocupar uma casa. Aquilo era frio, velho (isto só vivido). A gente ali de noite, todas juntas para nos aquecermos umas às outras. Aquela Dulce, fazia tanta paródia.

Depois as de Évora. Oh. Conceição tens que cá vir, já temos fechadura, para ocupar a casa e mudar a fechadura. Lá vou eu. Lá nos dirigimos todas para ocupar a casa. A Gracinda tinha uma força que eu sentia-me segura ao pé dela. Arrombamos e lá ficamos na casa de Évora. Quer dizer lá abrimos os refeitórios as Creches e depois foi a Lavandaria. Era para lavar a roupa às pessoas mais pobres, para poderem participar na vida política. Mas depois elas iam levar as crianças à Creche e ficavam na rua a conversar toda a manhã e às vezes todo o dia. A fumar (novamente gargalhadas da Ana da Luz). Temos que dizer a essa gajas que têm que vir ajudar que isto também é para os filhos deles. A gente a esforçar-se.

Ana da Luz: *Realmente.*

Conceição: *Mas foi uma experiência gira. Entretanto as Zitas mandaram para lá uma velha para expiar como é que a gente fazia e quando a gente descobre que ela só ia ver como era o nosso comportamento lá dentro. Depois havia uma que também ia às Zitas. Então já que elas vêm para aqui expiar. Vai tu também expiar. Um dia ela foi desmascarada. Olha ela é mesmo Zita. Eu digo, isto já chega, agora já não pode cá ficar. Mas era uma velha toda tesa. Ainda na Rua da Condensa (onde começou o Sindicato) sede da JOCF. uma vez estava lá numa reunião e diz-me uma moça. Olha estão aqui as da Zita, estão assistir à Reunião. Eu disse : Oh, pá deixa-as lá estar...Eu disse vocês têm os patrões atrás de vocês, mas eu tenho a certeza que nós vamos ganhar. Elas diziam, aquela mulher não sei o que é que ela tem. Então, elas eram amaldiçoadas.*

P: *Li nos papéis que vocês estavam ligadas à Inter Sindical ? Queria perceber como é que isso aconteceu.*

Conceição: *Eu não sei como é que lá fui parar. Só sei que o meu coração batia, batia sem parar. Eu só pensava, eu também tenho de dizer alguma coisa em nome das empregadas domésticas...eu tenho que dizer alguma coisa em nome das empregadas domésticas. Eu sei que o Sindicato aderiu à intersindical, mas não sei quando. Deve estar nos documentos. E pagava as cotas direitinhas.*

P: Tem outro Boletim que fala no Ano Internacional da Mulher. Há adesão às Feministas ou é só colaboração.

Conceição: *Não, não. O Boletim era só para dizer que não passava despercebido, até foi o Silvério que escreveu.*

P: E colaboração de estrangeiras feministas, no Sindicato e na Cooperativa?

Conceição: *Quando a Lieve entrou até fomos a uma Assembleia ao Porto, porque as do Porto não queriam, diziam que ela não sei quê da K.J.B. e da CIA, e não sei quê mais. E eu disse para a Lieve entrar porque quem me falou da Lieve foi a Vitória Pinheiro. Como eu tinha confiança na Vitória Pinheiro. Bastou ela dizer que era da JOCF ela veio e ficou a trabalhar porque ela gostava de fazer uma experiência e ela ficou.*

Vitória: *Ela agora trabalha na Cova da Moura.*

Conceição: *Há muito que não sei dela.*

Intervalo

Conta depois que mais tarde encontrou o Jardim que era um moço da Madeira

Ana da Luz. *Nós já éramos um grupo. Reuníamos-nos num café em Alcântara. Cada uma dava importância ao que se sentia referenciada.*

Conceição Ramos - *Estive num grupo que abarcava Algés e Cascais.*

Ana da Luz- *Fui em 1970 para Campo de Ourique.*

Anexo B

Planificação da Tese de doutoramento

Introdução

(problemática,

O interesse pela investigação nesta área, prende-se com a situação de trabalho executado na sua maioria por mulheres definido «*como pessoas que servem a um indivíduo ou família dentro de casa*».

(objecto de estudo e perguntas de investigação)

Pressupostos Teóricos

(história social; história de uma instituição, educação não formal, a acção da Igreja como elemento impulsionador de auto e hetero-formação, co-formação, o trabalho político e as diversas formas de associativismo como contextos e dinamizadores de formação; ...

Metodologia

(Investigação histórica em arquivos de instituição e pessoais, documentos pessoais diversos, actas, imprensa diária e periódica, entrevistas a actores implicados)

1ª Parte

História do Sindicato do Serviço Doméstico (S.S.D)

1. Militância religiosa e política nas origens do Sindicato do Serviço Doméstico

a acção da Igreja; o trabalho político

1. Doutrina Social da Igreja

- **A Acção Católica junto das Empregadas Domésticas**
- **A fase clandestina da organização das Empregadas Domésticas**
- **A divisão operada nas profissionais do trabalho doméstico**

2. O impacto do 25 de Abril de 1974 e a mobilização

- **A legalização do Sindicato do Serviço Doméstico**
- **O 1º.Congresso do Sindicato do Serviço Doméstico**
- **Os contactos internacionais e a solidariedade**

3. A reconversão da profissão: a criação da Cooperserdo

- **Declínio do Sindicato do Serviço Doméstico**
- **Alteração para Cooperberço**
- **Fusão no Sindicato dos Contínuos e Porteiros e Serviços e Limpeza**

2ª. Parte

A organização sindical e as dinâmicas de educação/formação

1.Ninguém se forma sozinha(o) aprende-se pela acção

- **Trabalho, tempos livres e formação**
- **Participação, responsabilidade e contributos**
- **Organização – solidariedade e desenvolvimento humano**

2. Material empírico «corpus documental»

- **Dinâmicas implícitas de formação: educação informal (reuniões de debate, mesas redondas, intervenções públicas, realização de encontros, excursões, convívios, participação em assembleias, realização dum congresso nacional e publicações.**

- **Dinâmicas explícitas:** educação não formal (cursos de alfabetização, cursos de preparação para o 1º congresso do S.S.D., cursos de formação sobre educação, sindicalismo, etc. inquéritos de rua, peças de teatro, artesanato.

3. Conclusão

Perguntas de investigação:

Como surgiu a ideia das criadas de servir se organizarem em Sindicato nos finais dos anos 60?

Se existiu alguma continuidade com a 1.ª associação de serviçais ?? dos anos 20?

Que forças ou apoios tiveram as criadas de servir para se organizarem na clandestinidade.

Qual o percurso para chegarem a ser reconhecidas como trabalhadoras?

Que significado assumiu o sindicato para si mesmas e para os outros?

Guião para a Realização de entrevistas:

1. Como tiveste conhecimento das colegas que vieram a formar o Sindicato do Serviço Doméstico?

2. Do ponto de vista político e religioso qual era a tua posição e que formação tinhas?

3. Como surgiu a ideia de formar um Sindicato e a Cooperativa?

4. Em que altura o Sindicato se separa da Coopserdo? E porquê?

5. Durante o período em que estiveste ligada à organização sindical e à cooperativa, qual foi o período que mais recordas?

6. Que importância teve na tua vida a participação na organização sindical e cooperativa?

Quadro de análise de conteúdos (I).

Dimensão Individual Colectiva E social	Contextos	Formal	Aprendizagens	Processos	Auto-Formação	
					Hetero-Formação	
					Co-Formação	
				Aquisição de Competências	Cognitivas	
					Organização	Direcção e Gestão
						Acção
					Participação	Mobilizadoras
						Mobilizadas
					Comunicação	Elaboração
						Uso da Informação
	Formacionais	Concepção				
		Execução				
		Competências Profissionais Especificas	Limpeza			
	Arrumação					
	Cozinha					
	Fazer Compras					
	Lavandarias					
		Cuidar das Crianças				
		Não Formal	Idem	Idem	Idem	Idem
		Informal	Idem	Idem	Idem	Idem

Quadro de análise de conteúdos (2)

D I M E N S Ã O	I N D I V I D U A L	C O N T E X T O S	Formal	Processos	Auto- Formação Hetero- Formação Co-Formação	Cognitivas	Direcção e Gestão Acção	
						Organização		
						Participação		Mobilizadoras Mobilizadas
					Aquisição de Competências	Comunicação		Elaboração Uso da Informação
						Formacionais		Concepção Execução
								Competências Profissionais Especificas
						S O C I A L		Não Formal/ Informa
			Fazer Compras					
			Lavandarias					

D I M E N S Ã	I N D I V I D U A L	C O N T E X T O S	Formal	Processos	Auto-Formação					
					Hetero-Formação	Cognitivas				
					Co-Formação					
			NÃO FORMAL			Organização	Direcção e Gestão Acção			
			E INFORMAL	Aprendizagens	Aquisição de Competências	Participação	Mobilizadoras Mobilizadas			
						Comunicação	Uso da Informação Elaboração			

	V									
	A									
	S					Formacionais				
	O						Concepção			
	C						Execução			
	I					Profissionais		Cozinhar	Fazer	Lavandarias
	A					Especificas	Limpeza		Compras	
	L						Arrumação			

